

CARAVANAS DA ANISTIA

O Brasil

PEDE PERDÃO







CARAVANAS DA ANISTIA

O Brasil

PEDE PERDÃO



ORGANIZAÇÃO

Maria José H. Coelho
Vera Rotta

Brasília & Florianópolis

Comunicação, Estudos e Consultoria

2012

REALIZAÇÃO

PRIMEIRO
PLANO

Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO DE ANISTIA**

Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Secretária-Executiva
MARCIA PELEGRINI

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
SUELI APARECIDA BELLATO

Conselheiros da Comissão de Anistia

ALINE SUELI DE SALLES SANTOS
ANA MARIA GUEDES
ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
CAROLINA DE CAMPOS MELO
CAROL PRONER
CRISTIANO OTÁVIO PAIXÃO ARAÚJO PINTO
EDSON CLÁUDIO PISTORI
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA FILHO
JUVELINO JOSÉ STROZAKE
LUCIANA SILVA GARCIA
MÁRCIA ELAYNE BERBICH DE MORAES
MÁRCIO GONTIJO
MARINA DA SILVA STEINBRUCH
MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
NARCISO FERNANDES BARBOSA
NILMÁRIO MIRANDA
PRUDENTE JOSÉ SILVEIRA MELLO
RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

Secretário-Executivo da Comissão de Anistia
MULLER LUIZ BORGES

Coordenador Geral de Memória Histórica da Comissão de Anistia
MARCELO D. TORELLY

Secretária-Executiva Substituta
AMARILIS BUSCH TAVARES

Coordenadora de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Edição e Revisão, na Comissão de Anistia: Marcelo D. Torelly, Rosane Cavalheiro Cruz, Sonia Costa (PNUD)

C257 Caravanas da anistia : o Brasil pede perdão / organização, Maria José H. Coelho, Vera Rotta. – Brasília, DF : Ministério da Justiça ; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012.

340 p. : il. ; 21x29,7cm

ISBN 978-85-66525-00-7

1. Anistia – Brasil. 2. Brasil – História. I. Coelho, Maria José H. II. Rotta, Vera. III. Brasil. Ministério da Justiça.

CDU 343.293(81)

O presente projeto foi apresentado no ano de 2010 à I Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e selecionado por Comitê independente para fomento. A realização do projeto objetiva atender as missões legais da Comissão de Anistia de promover o direito à reparação, memória e verdade, permitindo que a sociedade civil e os anistiados políticos concretizem seus projetos de memória. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.



Instituto de Comunicação Estudos e Consultoria Primeiro Plano

ORGANIZADORAS
Maria José H. Coelho e Vera Rotta
CAPA: Maria José H. Coelho sobre
Ilustração de Bruna Ferencz
PROJETO GRÁFICO: Maria José H. Coelho
DIAGRAMAÇÃO: Cristiane Cardoso
EDIÇÃO: Vera Rotta
TEXTOS: Leonardo Mourão, Fernando Rotta Weigert, Bernardete Toneto e Rita Amorim

COORDENAÇÃO DO PROJETO
Odilon Luiz Faccio
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
Arthur Borges Filho
SECRETÁRIA: Francielli dos Anjos Alexandre
ESTAGIÁRIOS: Ana Luíza Coelho S. Mello, Isabella Moritz e Abílio Coelho
REVISÃO: Claudia Regina Pinheiro Pires

FOTOGRAFIA: Acervo da Comissão de Anistia e Isaac Amorim (MJ), Eugênio Novaes (OAB), Paulino Menezes (Instituto Primeiro Plano), Sezostrys (Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia), P. Mello, arquivo do Ministério da Justiça, arquivos particulares (Equipe CA)
IMPRESSÃO: Gráfica MG
TIRAGEM: 3.000 exemplares

A Comissão de Anistia é um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça e composta por ao menos 20 conselheiros, em sua maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelas vítimas e outro pelo Ministério da Defesa. Criada em 2001 com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988. A Comissão hoje conta com mais de 70 mil pedidos de anistia protocolados.

Até o ano de 2011 havia declarado mais de 35 mil pessoas “anistiadas políticas”, promovendo o pedido oficial de desculpas do Estado pelas violações praticadas. Em aproximadamente 15 mil destes casos, a Comissão igualmente reconheceu o direito à reparação econômica. O acervo da Comissão de Anistia é o mais completo fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais com inúmeros depoimentos e acervos agregados pelas vítimas. Esse acervo será disponibilizado ao público por meio do Memorial da Anistia Política do Brasil, sítio de memória e homenagem às vítimas, em construção na cidade de Belo Horizonte. Desde 2007, a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando as sessões de apreciação dos pedidos aos locais onde ocorreram as violações por meio das Caravanas da Anistia, que já se aproximam de 70 edições; promovendo chamadas públicas para financiamento a iniciativas sociais de memória, como a que presentemente contempla este projeto; e fomentando a cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos, com ênfase nos países do Hemisfério Sul.

composição atual

COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PRESIDENTE

Paulo Abrão

Conselheiro desde 04 de abril de 2007. Nascido em Uberlândia/MG, em 11 de junho de 1975, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É especialista em Direitos Humanos e Processos de Democratização pela Universidade do Chile. Atualmente, é Secretário Nacional de Justiça, Presidente do Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), professor licenciado do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e membro da diretoria da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência. Integrou o grupo de trabalho e redigiu a lei de criação da Comissão Nacional da Verdade.

VICE-PRESIDENTE

Egmar José de Oliveira

Conselheiro desde 26 de abril de 2004. Nascido em Jaraguá/GO, em 02 de agosto de 1958, é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis. Atualmente é advogado militante em Goiás, atuando em causas criminais e de direitos humanos.

Sueli Aparecida Bellato

Conselheira desde 06 de março de 2003. Nascida em São Paulo/SP, em 1º de julho de 1953, é religiosa da Congregação Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho e advogada graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, com intensa atividade nas causas sociais. Já trabalhou junto ao Ministério Público Federal na área de direitos humanos, foi assistente parlamentar e atuou no processo contra os assassinos do ambientalista Chico Mendes. É membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e conselheira da Rede Social de Direitos Humanos. Compõe o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA).

CONSELHEIROS

Aline Sueli de Salles Santos

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008. Nascida em Caçapava/SP, em 04 de fevereiro de 1975, é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade Federal do Tocantins/TO.

Ana Maria Lima de Oliveira

Conselheira desde 26 de abril de 2004. Nascida em Irituia/PA, em 06 de dezembro de 1955, é Procuradora Federal do quadro da Advocacia-Geral da União desde 1987 e graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará.

Ana Maria Guedes

Conselheira desde 04 de fevereiro de 2009. Nascida em Recife/PE, em 19 de abril de 1947, é graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador. Atualmente é membro do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integrante da comissão organizadora do Memorial da Resistência Carlos Mariguella, Salvador/BA.

Carolina de Campos Melo

Conselheira desde 02 de fevereiro de 2012. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1976, é graduada e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Advogada da União desde setembro de 2003. É também Professora do Departamento de Direito da PUC-Rio e Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Direitos Humanos.

Carol Proner

Conselheira desde 14 de setembro de 2012. Nascida em 14 de julho de 1974 em Curitiba/PR. Advogada, doutora em Direito Internacional pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha (Espanha), Coordenadora do Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia da UniBrasil, Co-Diretora do Programa Máster-Doutorado Oficial da União Européia, Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo - Universidade Pablo de Olavide/ Univesidad Internacional da Andaluzia. Concluiu estudos de Pós-Doutorado na École de Hautes Etudes de Paris (França). É Secretária-Geral da Comissão da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná.

Cristiano Paixão

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012. Nascido na cidade de Brasília, em 19 de novembro de 1968, é mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e fez estágio pós-doutoral em História Moderna na Scuola Normale Superiore di Pisa (Itália). É Procurador Regional do Trabalho em Brasília e integra a Comissão da Verdade Anísio Teixeira da Universidade de Brasília, onde igualmente é professor da Faculdade de Direito. Foi Professor visitante do Mestrado em Direito Constitucional da Universidade de Sevilha (2010-2011). Co-líder dos Grupos de Pesquisa "Direito e história: políticas de memória e justiça de transição" (UnB, Direito e História) e "Percursos, Narrativas e Fragmentos: História do Direito e do Constitucionalismo" (UFSC-UnB).

Edson Claudio Pistori

Conselheiro desde 13 de janeiro de 2009. Nascido em Rondonópolis/MT, em 15 de março de 1977, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e mestre em Geografia na mesma instituição. Foi assessor da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Atualmente é professor da UniAraxá.

Eneá de Stutz e Almeida

Conselheira desde 22 de outubro de 2009. Nascida no Rio de Janeiro/RJ, em 10 de junho de 1965, é graduada e mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora da Universidade de Brasília, onde atualmente é coordenadora do curso de graduação em Direito. Foi vice-presidente do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) na gestão 2009-2011.

Henrique de Almeida Cardoso

Conselheiro desde 31 de maio de 2007. Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 23 de março de 1951, é o representante do Ministério da Defesa junto à Comissão de Anistia. Oficial de artilharia do Exército pela Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), é bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Brasília/DF, em 18 de dezembro de 1971, é graduado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Juvelino José Strozake

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Alpestre/RS, em 18 de fevereiro de 1968, é advogado graduado pela Faculdade de Direito de Osasco (FIEO), mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

Luciana Silva Garcia

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Salvador/BA, em 11 de maio de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia e mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente coordena a área de proteção a testemunhas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Conselheira desde 23 de julho de 2008. Nascida em Cianorte/PR, em 17 de novembro de 1972, é advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É especialista, mestre e doutoranda em Ciências Criminais, todos pela mesma instituição. Foi integrante do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul entre 2002 e 2011 e professora da Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA).

Márcio Gontijo

Conselheiro desde 21 de agosto de 2001. Nascido em Belo Horizonte/ MG, em 02 de julho de 1951, é advogado público de carreira e pertencente aos quadros da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça desde 1976. É representante dos anistiados políticos na Comissão de Anistia. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, é o decano da Comissão de Anistia, tendo ainda acompanhado a criação da Comissão Especial de indenização dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

Marina da Silva Steinbruch

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em São Paulo/SP, em 12 de abril de 1954, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Atuou como defensora pública da União por 22 anos.

Maria Emilia Guerra Ferreira "in memoriam"

Conselheira desde 22 de outubro de 2009. Nascida em Manaus/AM, em 22 de outubro de 1944, foi religiosa da Congregação de Nossa Senhora – cónegas de Santo Agostinho. Psicóloga graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" de São Paulo. Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou como membro do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo.

Mário Albuquerque

Conselheiro desde 22 de outubro de 2009. Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de novembro de 1948. É membro da Associação Anistia 64/68. Atualmente preside a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou do Estado do Ceará.

Narciso Fernandes Barbosa

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Maceió/AL, em 17 de setembro de 1970, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e possui especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. É advogado militante nas áreas de direitos humanos e de segurança pública.

Nilmário Miranda

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012. Nascido em Belo Horizonte/ MG, em 11 de agosto de 1947, é jornalista e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi deputado estadual, deputado federal e ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH – 2003/2005). Quando deputado federal, presidiu a Comissão Externa para Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi autor do projeto que criou a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, que presidiu em 1995 e 1999. Representou por 07 (sete) anos a Câmara dos Deputados na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos. É membro do Conselho Consultivo do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”. Atualmente é presidente da Fundação Perseu Abramo.

Prudente José Silveira Mello

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Curitiba/PR, em 13 de abril de 1959, é graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná e doutorando em Direito pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Advogado trabalhista de entidades sindicais de trabalhadores desde 1984, atualmente leciona nos cursos de pós-graduação em Direitos Humanos e Direito do Trabalho do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC).

Rita Maria de Miranda Sipahi

Conselheira desde 22 de outubro de 2009. Nascida em Fortaleza/CE, em 23 de fevereiro de 1938, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife. É servidora pública aposentada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Possui experiência em Planejamento Estratégico Situacional e já desenvolveu trabalhos na área de gestão como supervisora geral de desenvolvimento de pessoal da Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo. Participa do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo/Coletivo de Mulheres.

Roberta Camineiro Baggio

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Penápolis/SP, em 16 de dezembro de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS.

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Santa Maria/RS, em 11 de julho de 1975, é advogado graduado e mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor licenciado do Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix de Belo Horizonte. Atualmente é consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008. Nascida em Estrela do Sul/MG, em 31 de junho de 1968, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Direito pela Universidad de Alicante (Espanha). É membro do Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais.

Virginius José Lianza da Franca

Conselheiro desde 1º de agosto de 2008. Nascido em João Pessoa/PB, em 15 de agosto de 1975, é advogado graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Direito Empresarial e mestrando em Direito pela mesma instituição. Atualmente é Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Refugiados do Ministério da Justiça (CONARE). Ex-diretor da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados – Seccional Paraíba. Ex-Procurador do Instituto de Terras e Planejamento Agrário (INTERPA) do Estado da Paraíba. Igualmente, foi Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

Agradecimentos

Os organizadores gostariam de agradecer a todos e todas que tornaram as Caravanas da Anistia possíveis ao longo dos últimos anos, em especial os conselheiros, servidores e colaboradores da Comissão de Anistia, as inúmeras entidades locais que, para muito além daquelas explicitamente referidas na seção sobre cada uma das Caravanas, viabilizaram a mobilização e estrutura necessárias aos eventos, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, pelos insumos técnicos fornecidos. Ainda, agradecemos especialmente àqueles pessoalmente imbricados no processo de construção das Caravanas, que tornaram-nas não somente seu labor, mas também seu espaço de realização política:

Aline Agnes Vieira Macabeu, Daniela Frantz, Eduardo Pazinato da Cunha, Fernando da Silva Pinto, Flavia Carlet, José Eduardo Cardozo, Kelen Meregali M. Ferreira, Marcelo D. Torelly, Marleide Ferreira Rocha, Mayane Burti Marcondes Barbosa, Muller Borges, Paula Danielli Rocha Nogueira, Paulo Abrão, Paulo César Goettems, Roberta Vieira Alvarenga, Rosane Cavalheiro Cruz, Ruanna Larissa Nunes Lemos, Simone Steigleder Botelho, Sueli Bellato, Tarso Genro, Tatiana Tannús Grama.

Marcas da Memória: Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil

Criada em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei n.º 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em seus 10 anos de atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. É deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

Se a reparação individual é meio de buscar reconciliar cidadãos violados, que têm então a oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou para com eles, devolvendo-lhes a cidadania e o patrimônio roubados, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum, e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos.

Partindo destes pressupostos e, ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entende-

ram cabíveis – a Comissão de Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública em todo o território dos pedidos de anistia que recebe, de modo a tornar o passado recente acessível a todos. São as chamadas “Caravanas da Anistia”. Ao fazê-lo, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todo e qualquer local onde perseguições ocorreram. Assim, passou a ativamente conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime livre, que deve e precisa seguir sempre sendo aprimorado.

Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceram exponencialmente o número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas... mas também, pode-se romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta. É neste contexto que surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos.

Para atender estes amplos e inovadores propósitos, as ações do Marcas da Memória estão divididas em quatro campos:

a) Audiências Públicas: atos e eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente.

b) História oral: entrevistas com perseguidos políticos baseadas em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. Todos os produtos ficam disponíveis no Memorial da Anistia e poderão ser disponibilizados nas bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes do projeto para acesso da juventude, sociedade e pesquisadores em geral.

c) Chamadas Públicas de fomento à iniciativa da Sociedade Civil: por meio de Chamadas Públicas, a Comissão seleciona projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. Os projetos desenvolvidos envolvem documentários, publicações, exposições artísticas e fotográficas, palestras, musicais, restauração de filmes, preservação de acervos, locais de memória, produções teatrais e materiais didáticos.

d) Publicações: com o propósito de publicar uma coleção de livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil, além de reimprimir ou republicar outras obras e textos históricos e relevantes, registrar anais de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades.

O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitam a toda sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Reitera, portanto, a premissa que apenas conhecendo o passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

sumário

APRESENTAÇÃO	
Caravanas da Anistia: Um legado para a democracia brasileira.....	22
Por José Eduardo Cardozo e Paulo Abrão	
PREFÁCIO	
As Caravanas da Anistia do Ministério da Justiça	26
Por Nita Freire (Ana Maria Araújo Freire)	
2008	
1ª CARAVANA Rio de Janeiro/RJ	28
Vinte histórias passadas a limpo.....	29
A mão de ferro da Censura à imprensa	30
Depoimento - Maria Inês da Costa.....	33
2ª CARAVANA São Paulo/SP	34
Uma sociedade mais solidária.....	35
O congresso fechado e Al's: Dr. Jekyll e Mr. Hyde no poder	36
Depoimento de Rose sobre Julio Prata	39
3ª CARAVANA Rio de Janeiro /RJ	40
Em memória da anistia política no Brasil	41
É proibido proibir.....	43
Depoimento Olivia Rangel Joffily	45
4ª CARAVANA Goiania /GO	46
A caravana desbrava o centro-oeste	47
A guerra camponesa Trombas e Formoso	48
Um olhar estrangeiro sobre as caravanas: Inglaterra.....	50
por Penny Green	
5ª CARAVANA Curitiba/PR	52
Anistia: resgate do passado pela continuidade da democracia	53
O arsenal da revolução: duas facas de churrasco e dois foguetes de São João	54
Depoimento Rômulo Daniel Farias.....	56
6ª CARAVANA Caxias do Sul /RS	58
Histórias para não serem mais vividas, mas nunca esquecidas	59
Os G-11 e contra-revolução que não houve	61
Depoimento Flávio Koutzii	63
7ª CARAVANA Belo Horizonte /MG	64
Transformar a dor em conhecimento para futuras gerações.....	65
Tempestade nas montanhas de Minas Gerais	66
Depoimento Deusdante Ferreira de Freitas.....	67
8ª CARAVANA Salvador /BA	68
Caravana na Bahia repara perseguições.....	69
Uma nova paisagem surge no Pólo	71
Depoimento Mauro Menezes	72
9ª CARAVANA Maceió/AL	74
Preconceito contra os subversivos não acabou	75
Brother Sam esteve por aqui em 1964 e não foi para salvar a democracia	76
Depoimento de Nivaldo Pinto sobre Clístenes Pinto	77
10ª CARAVANA São Paulo/SP	78
“Levamos um dos nossos a presidente da república”	79
Os sindicatos entram na luta pela redemocratização	80
Depoimento Augusto Portugal.....	82
11ª CARAVANA Brasília /DF	84
Dinheiro não é o que importa, mas sim ouvir um pedido de perdão	85
Um guerreiro de batina.....	86
Depoimento Fredrick Birten Moris.....	87

12ª CARAVANA São Paulo /SP	88
O que as paredes contam sobre o passado.....	89
Pãezinhos, saco de milho, alcaçuetes ... a UNE cai em Ibiúna.....	90
Depoimento Marcos José de Aguiar	92
13ª CARAVANA São Leopoldo/RS	94
A sociedade que esquece seu passado torna-se cínica.....	95
477: a senha para a perseguição de professores e intelectuais.....	96
Depoimento Solon Eduardo Annes Viola	97
14ª CARAVANA Porto Alegre /RS	98
Aos que se batem por uma nação justa.....	99
Uma saga feita de sombras e de luz.....	100
Depoimento Raul Pont.....	102
15ª CARAVANA Charqueadas/RS	104
Em memória daqueles que tombaram no campo.....	105
Reformas de Base: a revolução agrária no governo João Goulart	106
16ª CARAVANA Natal/RN	108
Maria Teresa desceu ao inferno	109
O estancieiro proibido de pisar em sua própria terra.....	111
Depoimento de Luiz Inácio Lula da Silva sobre João Goulart	113
17ª CARAVANA Rio Branco/AC	114
O homem da floresta.....	115
"Eu quero viver"	116
Depoimento de Sueli Bellato sobre Chico Mendes.....	118
2009	
18ª CARAVANA Belém/PA	120
A tortura que mutila a alma	121
O continente dos generais	122
Depoimento Maurice Politti	123
19ª CARAVANA Florianópolis /SC	124
Em homenagem Paulo Stuart Wright.....	125
A Operação Barriga Verde	126
Depoimento Sérgio da Costa Ramos	127
20ª CARAVANA Recife/PE	128
Um discurso que calou os canhões	129
O governador que fazia chover.....	130
Depoimento de Eduardo Campos sobre	
Miguel Arraes e Dom Helder Câmara.....	131
Depoimento de Renilda Moura sobre	133
Simão Vicente do Nascimento	
21ª CARAVANA Recife/PE	134
O sonho de Julião	135
Francisco Julião e as Ligas Camponesas	136
Depoimento Benedito José Pereira	137
22ª CARAVANA Uberlândia/MG	138
A juventude é quem garante a democracia.....	139
A resistência no Triângulo	140
Depoimento Marina Rodrigues Vieira.....	141
23ª CARAVANA Aracaju/SE	142
A hora de contar tudo o que se passou	143
Um estado de terror	144
Depoimento Agamenon de Araújo Souza	145
24ª CARAVANA Araguaia/PA	146
Um rio contra a opressão.....	147
Luta na selva.....	148
Depoimento Veronice Gomes Alves	150



25ª CARAVANA João Pessoa/PB	152
A história de João e Maria contra a ditadura	153
A Paraíba negou a opressão	154
Depoimento Jurandir Antônio Xavier	155
26ª CARAVANA Belo Horizonte/MG	156
A anistia ganha o coração dos brasileiros	157
Os presos viram a mesa	159
Depoimento Perly Cipriano	161
27ª CARAVANA São Paulo /SP	162
A torcida pela liberdade	163
Memória feita de tijolo, aço e dor	164
Depoimento Maria Cristina de Castro	166
28ª CARAVANA Fortaleza /CE	168
Geisel contava mentiras	169
Nem animais fazem coisas assim	170
Depoimento da filha de Antenor Fernandes Viana	171
29ª CARAVANA São Paulo/SP	172
O mistério das pessoas que desapareciam	173
Os comunistas perseguidos e o Massacre da Lapa	174
Depoimento Igor Grabois	176
30ª CARAVANA Volta Redonda/RJ	178
A resistência feita com fé	179
Uma greve com mortos e feridos	180
Depoimento Carlos Rosa de Azevedo	182
31ª CARAVANA Brasília/DF	184
Por um Brasil mais bonito	185
É proibido aprender a pensar	186
Depoimento Nita Freire sobre Paulo Freire	188
32ª CARAVANA Pelotas/RS	190
Não é só o corpo que é mutilado	191
A multinacional da morte	192
Depoimento Luiz Arthur Correia Dornelles	193
33ª CARAVANA São Paulo/SP	194
Mulheres perseguidas	195
A polícia política mata, rouba e contrabandeia	196
Depoimento de Artur Gonçalves Filho	197
2010	
34ª CARAVANA São Paulo/SP	198
Um partido de bravos	199
Engolidos pela floresta	200
Depoimento de Vitória Grabois sobre Mauricio Grabois	201
35ª CARAVANA São Paulo/SP	202
A anistia no centro do palco	203
O teatro e a censura - Achavam que eu tinha morrido	204
Depoimento José Celso Martínez	206
36ª CARAVANA Anápolis/GO	208
O rolo compressor	209
Um balaio de gatos oposicionistas	210
Um olhar estranho sobre as caravanas: França	212
Por Anne Diatkine e Valdirene Gomes	
37ª CARAVANA Salvador/BA	216
Sessão interrompida	217
A estética do silêncio	218
Depoimento Juca Ferreira sobre Glauber Rocha	219

38ª CARAVANA Rio de Janeiro/RJ	226
Um piloto de asas cortadas.....	227
A marinha torpedeia o direito de seus trabalhadores	228
Depoimento Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira.....	229
39ª CARAVANA Rio de Janeiro/RJ	230
A batalha no campo de Santana	231
Crianças brutalizadas	232
Depoimento de Marcelo Guimarães M. Freire	233
40ª CARAVANA São Luís /MA	234
Dois amigos de luta e de dor	235
Os militares aprenderam 100 formas de torturar	236
Depoimento Francisco de Assis Gomes.....	237
41ª CARAVANA Brasília/DF	238
O peregrino das catacumbas.....	239
Os três filhos de dona Maria.....	240
Depoimento Jom Tob de Azulay	242
42ª CARAVANA Natal /RN	244
Assassinados com injeção para matar cavalos.....	245
Milagres não duram para sempre	246
Depoimento Sérgio Luiz Garcia sobre Luiz Inácio Maranhão.....	247
43ª CARAVANA Vitória /ES	248
Ninguém nasce para morrer assim	249
Violência em dobro contra as mulheres	250
Depoimento Vítor Buaiz	251
44ª CARAVANA Betim/MG	252
Brutais e violentos.....	253
A censura: autoritária e burra	254
Depoimento Renato Santos Pereira	255
45ª CARAVANA Niterói/RJ	256
Uma cidade há quase um século na esquerda.....	257
Depósito de gente.....	258
Depoimento de Maria Felisberta Baptista da Trindade.....	260
46ª CARAVANA São Paulo/SP	262
O comandante e o embaixador	263
Todos nós somos guerrilheiros.....	264
Depoimento de Denise Fraenkel-Kose	265
sobre Joaquim Câmara Ferreira	
47ª CARAVANA São Paulo/SP	266
A igreja colocada na cruz	267
A teologia da enxada.....	268
Depoimento Padre José Comblin	270
48ª CARAVANA São Paulo/SP	272
“A próxima a ser abatida, será esta comunista ... ”	273
Universidade invadida e depredada	274
Depoimento Maria Aparecida Antunes Horta	276
2011	
49ª CARAVANA Rio de Janeiro/RJ	278
Caça às bruxas.....	279
A intolerância não tem fronteiras	280
Depoimento de Rui Barbosa Moreira Lima.....	281



50ª CARAVANA Porto Alegre/RS.....	282
A garra gaúcha.....	283
A legalidade entra no ar e na história.....	284
Um olhar estrangeiro sobre as caravanas: Argentina.....	285
Por Horácio Verbitsky	
Depoimento João Vicente Goulart sobre João Goulart.....	291
CARAVANAS DA ANISTIA: ELEMENTOS DE UMA NOVA	292
POLÍTICA REPARATÓRIA NO BRASIL - Por JOÃO BAPTISTA ALVARES ROSITO	
AS CARAVANAS	300
(Listagem com nome dos julgados por caravana)	
OLHARES SOBRE AS CARAVANAS	
SILVIO TENDLER - cineasta.....	31
NAOMI ROHT-ARRIAZA - professora da Escola de Direito Hastings da Universidade da Califórnia (Estados Unidos)	32
LUCIA STUMPF - presidente da União Nacional de Estudantes (2007-2009).....	37
CASTOR M. M. BARTOLOMÉ RUIZ - filósofo, coordenador cátedra UNESCO/UNISINOS de Direitos Humanos e Violência, Governo e Governança	44
JACQUES ALFONSIN - advogado popular e membro da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul.....	55
CEZAR BRITTO - presidente do Conselho Federal Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (2007-2010).....	57
JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA - perseguida política e professora de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro	60
IARA XAVIER PEREIRA - Comissão de Familiars de Mortos e Desaparecidos Políticos.	73
MAURÍCIO AZÊDO - presidente da Associação Brasileira de Imprensa.....	81
VERA VITAL BRASIL - psicóloga, coletivo/RJ Verdade, Memória e Justiça ...	83
MARIA PAULA ARAUJO - professora do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.....	91
MARCO ANTÔNIO RODRIGUES BARBOSA - Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.....	101
JAMES N. GREEN - historiador, Brown University (Estados Unidos)	107
KÁTIA FELIPINI NEVES - Memorial da Resistência de São Paulo	110
ROBERTO CALDAS - Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos	112
GARIBALDI ALVES FILHO - Ministro da Previdência Social, Presidente do Senado Federal (2007-2009)	117
PAULO DE TARSO VANNUCHI - Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (2006-2010)	119
MARIA STELLA CACERES-ALMADA - diretora do Museu das Memórias: Ditadura e Direitos Humanos de Assunção (Paraguai)	132
MANOEL MORAES, professor universitário de sociologia em Pernambuco, assessor da Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara	133

GILNEY VIANA - ex-presos político.....	137
PAULO ROBERTO XAVIER DE MORAES - Secretário Executivo de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco.....	149
MARISTELA MARQUES BAIONI, representante residente assistente para Programa do PNUD Brasil.	149
VIVIANE FECHER, Grupo de Trabalho Memória e Verdade da Procuradoria-Geral da República.....	151
AMPARO ARAÚJO - Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura Municipal de Pernambuco	158
CAROL PRONER - professora da UniBrasil e do programa europeu de mestrado e doutorado em Direitos Humanos da Universidade Pablo de Olavide (Espanha)	160
JOSÉ LUIS MORENO BORBOLLA E FLORENCIA RUIZ MENDOZA - Centro de Investigações Históricas dos Movimentos Sociais (México)	165
VIVIANA NARDONI - Sub-Diretora do Museu da Memória de Rosário (Argentina)	165
WALLY KUNSTMANN - Regional Metropolitano de ex-Presas e ex-Presos Políticos (Chile)	171
NARCISO PIRES - Ex-presos político, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná.....	175
CARLOS HENRIQUEZ CONSALVI - Museu da Palavra e da Imagem (El Salvador)	175
JAVIER CIURLIZZA - diretor para a América Latina e Caribe do International Crisis Group. Ex-Secretário Executivo da Comissão para a Verdade e Reconciliação (Peru)	177
GILBERTO SOUSA - coordenador do Escritório da Comissão Brasileira Justiça e Paz (organismo da CNBB)	181
ROSARIO NARVÁEZ - Associação Caminhos da Memória de Lima (Peru)	187
MARLON ALBERTO WEICHERT - Procurador Regional da República em São Paulo.	187
ELIANA BELLINI ROLEMBERG - Diretora-Executiva da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço)	189
GILDA CARVALHO - Subprocuradora-Geral da República, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (2008-2012).....	205
TARSO GENRO - Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ministro da Educação (2004-2005) e da Justiça (2007-2010)	207
VALÉRIA BARBUTO - Diretor da organização Memória Abierta (Argentina)	211
LEIGH A. PAYNE - Professora de Sociologia na Universidade de Oxford (Inglaterra).	211
PATRICIA TAPPATÁ VALDEZ - Membro-Diretor Coalizão Internacional de Sítios de Consciência (Argentina). Secretária-Executiva da Comissão da Verdade de El Salvador (1994).....	241
JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR - Reitor (2008-2012) e Professor da Universidade de Brasília.....	241
CLARA CHARF - ex-perseguida política.....	243
DARÍO COLMENARES MILLÁN - Centro de Memória, Paz e Reconciliação de Bogotá (Colômbia)	247
DIVA SOARES SANTANA - Vice Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-Bahia, Conselheira da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.....	259
ANTONIO CANDIDO - intelectual.....	269



apresentação

Caravanas da Anistia: Um legado para a democracia brasileira

A presente obra que apresentamos ao grande público é, apesar de sua longa extensão, pequena ante àquilo que pretende representar: o legado das Caravanas da Anistia. Com contribuições de inúmeros brasileiros e estrangeiros, este livro procura organizar fragmentos das primeiras cinquenta caravanas realizadas pela Comissão de Anistia em todas as cinco regiões do Brasil, entre os anos de 2008 e 2011. Como não poderia deixar de ser, destas páginas brotam emoções, não apenas dos depoimentos dos ex-presos políticos, dos militantes sociais, daqueles presos e torturados, que resgatam suas histórias e as registram em público, com a honra que têm todos aqueles que podem apresentar de peito aberto sua história de lutas e militâncias, mas também dos testemunhos de toda uma nova geração que, por meio das Caravanas, conheceu um passado de seu país do qual apenas houvera sabido por livros, apropriando-se dele para dar continuidade a utopias de justiça social, hoje em terreno democrático.

Retirar os julgamentos da Comissão de Anistia das paredes de mármore do Palácio da Justiça Raymundo Faoro, sede do Ministério da Justiça em Brasília, foi uma decisão corajosa, que rendeu muitos frutos. Mesmo sendo aquilo que devemos fazer por ofício o menos importante de lembrarmos, devemos destacar que tal medida ampliou de modo extraordinário a transparência do processo de reparação aos perseguidos políticos brasileiros. Todas as seções da Comissão de Anistia, iniciadas ainda em 2001, sempre foram públicas e abertas à audiência de qualquer cidadão. Não obstante, as Caravanas criaram um mecanismo de transparência ativa: levaram os julgamentos para a ágora, para que todos efetivamente pudessem conhecer os critérios aplicados, os documentos considerados, as de-

cisões adotadas pelo Estado brasileiro. Não era mais necessário ao cidadão buscar ao Estado para conhecer o trabalho da Comissão de Anistia. A Comissão de Anistia é que agora ia ao encontro da cidadania.

Aos olhos do povo e da imprensa, desfez-se a falsa impressão de que as indenizações fossem “milionárias”, ou que se estivesse a pagar uma “bolsa-ditadura”. Ao conhecer os horrores que viveram os perseguidos, a sociedade desacreditou estas versões que procuravam deslegitimar o processo de anistia, percebendo a justiça da reparação moral e econômica conferida na esperança de minorar os danos e o mal causado.

Ao longo destas cinquenta primeiras edições, as Caravanas ocuparam lugar de destaque nos principais jornais do país e ajudaram a popularizar no Brasil a ideia de “justiça de transição”. Foram capa dos principais jornais da grande imprensa nacional, manchete dos telejornais das grandes emissoras de televisão do país, fomentaram reportagens de natureza histórica em inúmeras revistas, programas de televisão e jornais locais, além de ocuparem enorme espaço nos portais de notícias da Internet e na blogosfera. Em mais de uma oportunidade, televisões locais e nacionais transmitiram ao vivo as sessões de julgamento itinerantes da Comissão de Anistia, assim como o fizeram inúmeros portais de Internet. Se a anistia ao Presidente João Goulart contou com um auditório lotado por mais de dois mil advogados, e com ilustre público, composto por ministros de Estado, senadores, governadores, ministros do Supremo Tribunal Federal e inúmeros juizes e promotores, a anistia a Paulo Freire ocorreu frente a uma plateia de três mil educadores, com expectadores de mais de cinquenta países acompanhando-a remotamente, pela Internet. Mesmo as Caravanas privadas de recursos tecnológicos, como aquela realizada em São Domingos do Araguaia, para oficializar o pedido oficial de desculpas do Estado aos camponeses, premidos entre a Guerrilha e a repressão, restaram devidamente assentadas nos registros públicos da sociedade e da imprensa, local e nacional. Assim, nenhuma edição das Caravanas passou em branco e, com isso, a sociedade pode conhecer a fundo o trabalho da Comissão de Anistia e, sobremaneira, as histórias de luta e resistência do povo brasileiro, que sempre constitui o grande homenageado destes atos públicos.

Se a transparência, como dito, era nossa obrigação, é inegável que a memória é o grande legado político das Caravanas da Anistia. Retirando a apreciação dos pedidos de anistia de Brasília e levando-a aos locais onde ocorreram as violações, de um só golpe, ampliou-se a dimensão da reparação e, ainda, estabeleceu-se um processo sem precedentes de resgate da memória e da verdade sobre a repressão no Brasil.

Uma das principais limitações do processo de reparação no Brasil era sua dimensão por demais privada. As perseguições políticas e as violações aos direitos humanos ocorriam em espaços públicos, aos olhos de todos. Cidadãos eram estigmatizados como “subversivos”, ou mesmo “terroristas”. Eram arbitrariamente detidos. Desapareciam por dias ou semanas, regressando a suas vidas com as marcas silenciosas da tortura passada. O processo de reparação, não obstante, ocorria em auditórios fechados, com poucos expectadores. Todos testemunhavam a opressão, mas ninguém testemunhava a redenção daqueles que ousaram lutar. As Caravanas sanaram essa assimetria. Delas em diante, o pedido de desculpas do Estado a seus cidadãos, por todas as violações e arbitrariedades praticadas, passou a acontecer no seio social onde aqueles malfeitos ocorreram. Violações cuja dimensão era pública passaram a ter uma reparação com a mesma natureza. O Estado que cometera crimes é que hoje pede perdão, resgatando a dignidade que antes violara.

Mais ainda: o Estado valeu-se da força e da arbitrariedade para excluir da arena política um conjunto de ideias, lutas e valores. A Caravana da Anistia retoma estes ideais. Sem julgar versões ou apoiar teses históricas, devolve à palavra antes interdita aos militantes políticos, restabelecendo a garantia democrática de que todos têm direito à livre expressão e à disputa social por meio do uso da palavra. Repara, assim, não apenas os perseguidos cujos corpos e almas foram atacados, mas toda a sociedade, privada do debate democrático, da força criativa das ideias e das liberdades públicas que hoje todos usufruímos.

Ao relatar as histórias de perseguição e, ainda, devolver a voz àqueles que a repressão entendeu calar, as Caravanas constituem ainda uma forma especial de reparação, onde a memória e a verdade são elementos-chave de uma política pública de justiça focada na busca de reconciliação pelo Estado. Não da impossível reconciliação entre violadores e violados, que dependeria necessariamente do ânimo e da disposição íntima de ambos, mas sim a reconciliação de um Estado antes privatizado por uma ideologia repressora, que agora pede perdão na esperança de recobrar a confiança pública de seus cidadãos, reconhecendo de pleno os erros que cometeu contra aqueles que deveria proteger.

Ao reconhecer tais violações, o Estado cumpre com seu dever de fomentar o direito à verdade, desmentindo as falsas versões do passado que procuraram caracterizar resistentes como criminosos, jovens idealistas como subversivos, e o ato de fazer política como um ato repudiável. Ao reconhecer seus erros, o Estado contribui para o engrandecimento da democracia, afirmando a necessidade de constante vigilância para que as liberdades públicas conquistadas sejam sempre valorizadas e fortalecidas.

Para além da verdade, as Caravanas produzem memória. Não apenas veiculam a lembrança individual, mas também deixam insurgir as lembranças coletivas. Mais ainda: estimulam a memória social. Ao recontar o passado, aproximam gerações. Ligam aqueles que lutaram contra a ditadura e por justiça social no passado, com aqueles que vivem a democracia e são responsáveis por seu aprofundamento no presente. Permitem cotejar violações passadas com violações contemporâneas, detectando imperfeições correntes em nossa democracia. Funcionam, assim, como uma ponte de transição, onde de um lado está um passado autoritário, cujas

experiências se processam em ambiente democrático, de modo a gerar lições que fortaleçam a participação e a liberdade presentes e futuras.

Ao longo das próximas páginas o leitor poderá conhecer cada uma das cinquenta primeiras caravanas mas, principalmente, poderá conhecer os relatos e impressões de presidentes e camponeses, governadores e operários, professores e estudantes, promotores e resistentes, técnicos e artistas. Poderá conhecer, desta feita, as diferentes perspectivas sobre o passado de um amplo conjunto de cidadãos que lutaram contra a opressão, pelos meios que entenderam corretos, durante a longa noite da ditadura militar, ou mesmo antes dela.

Menos do que uma obra orgânica, o que aqui apresentamos é um mosaico. Um conjunto de fragmentos. Uma composição de retalhos. De algum modo, esta aproximação entre diferentes, que guardam um objetivo comum, é que caracteriza as Caravanas da Anistia, cujo símbolo máximo, a Bandeira das Liberdades Democráticas, nada mais é do que a soma das flâmulas de universidades, sindicatos, associações, colegiados, igrejas e movimentos sociais que, juntos, compõem um todo ao mesmo tempo uno e plural, simbolizando nossa jovem democracia, que se faz forte pela soma criativa entre diferentes e suas diferenças.

É essa pluralidade em prol da democracia, forjada pela memória de um passado que queremos superar, mas não esquecer, é que constitui o grande legado das Caravanas da Anistia. É este processo vivo de construção democrática transgeracional, por meio da memória, que caracteriza, de algum modo, este mecanismo tão único e singular da justiça de transição brasileira.

Esperamos, com esta obra, tornar um pouco desta experiência acessível a todos aqueles que, pelas razões que sejam, ainda não tiveram a oportunidade de vivenciá-la e, ainda, permitir a todos que viveram as Caravanas, guardar consigo os muitos fragmentos destas histórias que hoje se somam à história democrática do Brasil. Esperamos, portanto, registrar os anais de um legado que não nos pertence, mas, sim, pertence ao povo brasileiro.

Brasília, agosto de 2012.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro de Estado da Justiça

PAULO ABRÃO
Secretário Nacional de Justiça
Presidente da Comissão de Anistia

prefácio

As Caravanas da Anistia do Ministério da Justiça

Quando Sueli Belatto, vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, me pediu, hoje, um depoimento sobre como eu senti as Caravanas da Anistia no momento em que o Brasil pediu desculpas a meu marido Paulo Freire pelas injustiças sofridas por mais de 15 anos, a partir da deflagração do Golpe de 1º de abril de 1964, fiquei, confesso, sem saber o que dizer, por onde começar.

Deixei o pedido “de molho” por umas horas e depois me posteí frente ao computador. Tentei refazer no meu corpo o que se passara dias antes daquele momento. Lembro-me, vivamente, que foram instantes de intensa emoção saber que, por fim, após longos 45 anos o nosso país queria se redimir dos atos insanos e malvados que impuseram a um educador humilde por convicção e por sua própria natureza de homem. Ele, então, um responsável, sensível e consciente professor universitário recifense que lutava, ao lado de outros “idealistas”, para transformar o Brasil num país de todos e de todas, menos injusto, mais democrático. Eu não era ainda casada com Paulo, mas acompanhava à distância o seu sofrimento de ver destruído o seu trabalho de planejamento do Programa Nacional de Alfabetização, que, dentro da política para o desenvolvimento brasileiro do Presidente Goulart, almejava alfabetizar conscientizando 3 milhões de brasileiros e brasileiras impedidos e interditados de serem sujeitos da história e, assim, de terem o direito de votar. Recordei com emoção o seu sofrimento por nunca ter possuído um Passaporte e assim, estar proibido de vir visitar o seu país, de “matar as saudades” de sua mãe já idosa.

Hoje, depois do pedido de Sueli, pensei nestas coisas que realmente ocorreram comigo naquele fim de novembro de 2009.

Ao tomar conhecimento de que Paulo teria seu julgamento de anistiado político, reconhecimento por mim solicitado, é que fiquei sabendo, em detalhes, o que ocorreria poucos dias depois, em Brasília.

Foi Flavia Carlet quem me “iniciou” nos rituais das Caravanas. Depois Paulo Abrão Pires Junior, presidente da Comissão de Anistia, conversou comigo. Ambos muito jovens, mas com uma mansidão nas suas falas, com uma sabedoria que só os de mais idade, os mais experimentados na vida, têm.

Eles me explicaram detalhadamente o que iria acontecer. Atenderam a todas as minhas reivindicações, mas não foi fácil pensar que eu iria enfrentar um momento absolutamente diferente de tudo o que já tinha experimentado em toda a minha vida. Um momento da mais alta significação histórica, política e pessoal para a restauração de parte da vida do meu marido, o maior educador do Brasil.

Já em Brasília, acompanhada de meu filho Ricardo Hasche, senti e sofri novamente por tudo o que meu marido tinha sofrido por não ter podido ver o povo de seu país lendo e escrevendo a palavra. Sofri ao pensar: como entenderiam os presentes à cerimônia as minhas emoções se demasiadamente fortes não as pudesse controlar? O que teria entendido o júri de 11 pessoas, mais o presidente e a vice-presidente da Comissão, sobre a postura de Paulo nos anos 1960? Teria esse júri a percepção clara da grandeza de Paulo Freire?

Preparei um discurso para cerca de 20 minutos, mas na hora da festa, quando o presidente da Comissão cedeu a palavra a mim, reafirmou o que já tinha dito anteriormente: eu teria apenas 10 minutos para dizer o que entendesse dever dizer. Levantei-me, fui à tribuna e, calmamente anunciei à milhares de educadores e educadoras presentes que eu leria apenas trechos do meu discurso, que assim, me perdoassem se o mesmo não fizesse sentido, pois deveria seguir o que tinha acordado na divisão do tempo protocolar. A plateia gritava “leia tudo...leia tudo...” Então, rápida e serenamente Paulo Abrão decidiu e anunciou que eu teria o tempo que desejasse e precisasse, num pungente exemplo de que a burocracia não determinava as atividades das Caravanas. Que nelas prevalecia o clima radicalmente democrático. Criei coragem e segurança. Li o discurso inteiro, mesmo que profundamente emocionada, porque olhava para a Mesa que me escutava e sentia que todos e todas que a compunham me endereçava, tanto quanto a plateia, acolhimento, ternura e compreensão. Tive certeza de que todos e todas que cumpriam seu dever de resgatar as e os injustiçados pela malvez dos militares tinham como endereço privilegiado a prática da democracia.

Cumpriram-se todos os rituais. O ponto máximo foi, para mim, o pedido de desculpas do Estado Brasileiro a Paulo e ao povo brasileiro, que se privou de ler a palavra e o mundo, feito pelo Presidente da Comissão de Anistia Paulo Abrão. Pausadamente ele disse de toda a grandeza de Paulo. Disse das injustiças que ele sofreu com repercussões funestas para o povo e a nação brasileira.

Foi assim que eu entendi e eu senti a Caravana da Anistia no dia em que Paulo foi reintegrado, como cidadão por inteiro de seu país, do nosso querido Brasil, no dia 26 de novembro de 2009.

Sessão Extraordinária
4 abril - 2008

Parceiro
Associação Brasileira de
Imprensa

1ª CARAVANA Rio de Janeiro/RJ



VINTE HISTÓRIAS PASSADAS A LIMPO

“O mais importante da anistia é ouvir de um representante do Estado o pedido de perdão. A questão da remuneração, por maior que ela seja, jamais cobrirá tudo o que aconteceu”. A declaração emocionada de Sinval de Itacarambi Leão, diretor da “Revista Imprensa”, dá a justa medida do significado histórico dessa 1ª Caravana da Anistia, realizada em 4 de abril de 2008, na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro.

Sinval foi um dos 20 jornalistas anistiados naquela Caravana inaugural. Suas histórias foram resgatadas dos porões da ditadura e passadas a limpo pelo Estado brasileiro, para que as gerações futuras não se percam nos caminhos obscuros da tortura e do desrespeito ao ser humano.

Entre os jornalistas anistiados, estão os cartunistas Ziraldo e Jaguar. Ziraldo, que teve seu processo de indenização aberto pelo Sindicato dos Jornalistas ainda em 1990, resume a emoção gerada pela reparação histórica da Caravana: “é boa a sensação de chegar aos 75 anos aprovado por seus pares”.

Em seu discurso no evento, o então ministro da Justiça Tarso Genro defendeu o enorme significado daquele ato: o da transparência, da valorização da fiscalização da cidadania e de promover uma mudança na cultura da sociedade, no que diz respeito aos valores da Constituição e de uma República democrática que combata desigualdades e respeite Direitos Humanos.

“Talvez (no futuro) tenhamos uma postura tão hegemonicamente democrática que os jornais tenham vergonha de dizer que a anistia é Bolsa Ditadura” - disse o Ministro, comentando críticas feitas por alguns órgãos da imprensa.

Além de Tarso Genro, estiverem presentes à solenidade Paulo Abrão Pires Júnior, presidente da Comissão de Anistia, e Maurício Azêdo, presidente da ABI. A cerimônia foi marcada por momentos de profunda emoção na plateia. Ao relatar as histórias, alguns membros da comissão choraram. Parentes dos jornalistas anistiados post mortem também estavam comovidos. Foi o caso da viúva do jornalista pernambucano David Capistrano, militante que participou do levante comunista em 1935 e que foi expulso das Forças Armadas.

Eleito deputado estadual em Pernambuco, em 1947, Capistrano foi correspondente internacional e, depois do golpe militar, viveu clandestinamente no Brasil, tendo se exilado em 1971 na antiga Checoslováquia. Em 1974, desapareceu entre as cidades de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, e São Paulo. Contava, então, com 61 anos de idade. Para ele, foi aprovado o pagamento de uma prestação de R\$ 3,4 mil mensais, a serem recebidos pela viúva, a paraibana Maria Augusta Capistrano, também ela uma militante comunista histórica.

Muitos dos anistiados presentes à 1ª Caravana contaram as dificuldades que enfrentaram nos anos da ditadura. A história de Ricardo Moraes Monteiro resume bem as perdas emocionais irreparáveis impingidas pela violência desse período da história do Brasil. “Eu não me digo perseguido pela ditadura, eu fui. Estive preso e fui torturado no DOI-Codi. E em relação à indenização, tem uma lei e eu a solicitei. Acho que a indenização não é a questão central. Minha família sofreu consequências sérias. Eu tinha um irmão arquiteto que não aguentou a parada e se suicidou” - disse Ricardo. “Tive uma carreira profissional e isso é outra questão. Eu me recompus”.

Foram anistiados nessa Caravana: Amaro Alexandrino da Rocha, Ari Candido Fernandes, Carlos Guilherme De Mendonça Penafiel, David Capistrano (declaração post mortem), Félix Augusto de Athayde, George de Barros Cabral, Joana D´Arc Bizzotto Lopes, Jorge Saldanha de Araújo, Josail Gabriel de Sales, Maria Ignes da Costa Duque Estrada Bastos, Maria José Rios Peixoto da Silveira Lindoso, Maria Regina Pedrosa de Senna Figueiredo, Nilson Nobre de Almeida, Octávio Malta (declaração post mortem), Orlando Maretti Sobrinho, Pery de Araújo Cotta, Reynaldo Jardim Silveira, Ricardo de Moraes Monteiro, Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe (Jaguar) e Sinval de Itacarambi Leão.

A mão de ferro da censura à imprensa

Não é sem motivo que o ato de inauguração da Caravana da Anistia foi realizado na sede da entidade representativa do exercício da liberdade de informação - direito do povo brasileiro.

No período compreendido entre 1964 a 1985, a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) acolheu e assistiu muitos jornalistas perseguidos pela ditadura. Em inúmeras oportunidades, a entidade saiu a campo protestando contra os atos de censura à imprensa e de violência contra jornalistas pelo regime militar.

Enfrentou nesse caminho riscos que culminaram, em 1976, num atentado a bomba no 7º andar do edifício ocupado pela entidade, no Rio de Janeiro - arquitetado por grupos armados clandestinos pertencentes às forças de repressão da ditadura.

Infelizmente nem todos tiveram a boa sorte de ter um escudo protetor como o da ABI nos tempos difíceis do terror da ditadura. Em 25 de outubro de 1975, o então diretor de jornalismo da TV Cultura e professor da ECA/USP (Escola de Comunicações e Artes), Vladimir Herzog, chega ao DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna), em São Paulo,

conhecido centro de investigação e repressão do governo militar. Sua presença respondia à convocação de agentes do II Exército para prestar depoimento sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro.

Ao cruzar os portões do DOI-Codi, Herzog não imaginava que não mais veria sua jovem esposa e seus dois filhos ainda pequenos, tampouco seus amigos da imprensa e das artes. Nem mesmo sua mais louca imaginação poderia supor que dali a algumas horas a foto de seu corpo inerte, pendurado pelo pescoço por sua própria gravata, numa cela suja do Destacamento, se transformaria na bandeira do movimento da sociedade brasileira de basta à ditadura militar no Brasil.

Se de um lado, jornalistas militantes da resistência à ditadura experimentaram a tortura, foram suprimidos de seus empregos e direitos civis e condenados à clandestinidade ou ao exílio, a imprensa conheceu no período entre 1964 e 1985 diferentes momentos de restrição à liberdade de informar à sociedade brasileira sobre os acontecimentos do País e do mundo.

A censura aos jornais, revistas, rádios e TVs passou por três fases distintas. A primeira

30

1946

JANEIRO

1 - A polícia do general Eurico Gaspar Dutra, então presidente eleito do Brasil, reprime manifestações no Rio e em São Paulo.

24 - Bancários de 12 estados brasileiros entram em greve nacional.



As imagens das Caravanas da Anistia são muito emocionantes. Reencontrar guerreiros sensibilizados pelo gesto de humildade do Estado pedindo perdão aos que sofreram com a tortura, a prisão, ou o desterro. Nos dá a certeza de que caminhamos para um futuro melhor sem ódios ou perseguições. Este é um livro que deve circular principalmente entre aqueles que não tiveram conhecimento do que ocorreu no Brasil nos tempos de ditadura. Tortura Nunca Mais!”

Silvio Tandler, cineasta

se estendeu de 31 de março de 1964 até a publicação do AI-5 (Ato Institucional Nº 5), em 1968, e teve um momento mais intenso nos meses posteriores ao golpe.

Nessa fase, a censura não era exercida de modo oficial e institucionalizada por leis. Pequenos jornais de esquerda ou ligados a João Goulart, como “Politika”, “Folha da Semana” e “O Semanário”, foram depredados. O mesmo destino tiveram grandes jornais da época, como o “Última Hora”, por ser simpático ao presidente deposto. Ao denunciar os excessos dos militares, o “Correio da Manhã” teve sua proprietária presa e a sede invadida e interdita.

A segunda fase da censura abarca desde a publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968 até o início do governo Geisel, em 1975. O decreto-lei 898, denominado Lei de Segurança Nacional ou LSN, de 29 de setembro de 1969, complementada no ano seguinte pelo decreto-lei 1.077, que instituiu a censura prévia nas redações, delimita o arcabouço legal do governo militar nessa fase.

Esse foi o período da linha dura com a institucionalização do caráter ditatorial do

regime, tornando a censura aos meios de comunicação implacável.

Por fim, em 1978, o presidente Ernesto Geisel acaba com o AI-5, restaura o habeas-corpus e abre caminho para a volta da democracia no Brasil. A censura torna-se gradativamente mais branda, até o restabelecimento do regime democrático, em 1985.

A censura prévia à imprensa era exercida de dois modos: ou uma equipe de censores instalava-se permanentemente na redação dos jornais e das revistas, para decidir o que poderia ou não ser publicado, ou os veículos eram obrigados a enviar antecipadamente o que pretendiam publicar para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília.

A censura também acontecia informalmente, através de telefonemas e de comunicados por escrito, os famosos “bilhetinhos”, proibindo a publicação de determinados assuntos. O governo também se utilizava da pressão econômica, retirando a publicidade das empresas estatais dos órgãos de imprensa que o contrariavam. Em 1970, por exemplo, o “Jornal do Brasil”, do Rio de Janeiro, perdeu

31

FEVEREIRO

13 - Fica pronto o primeiro computador eletrônico, o Eniac, pesando 33 toneladas.

20 - 100 mil grevistas em SP, contra o arrocho do esforço de guerra. Entre janeiro e fevereiro houve 60 greves no País.

MARÇO

16 - Luís Carlos Prestes diz em entrevista que, no caso de guerra entre Brasil e URSS, ficaria com a URSS. A declaração traria diversas repercussões negativas para o PCB.

15% de sua receita. Foi obrigado a “negociar” com os militares ou, em outras palavras, suavizou sua postura crítica em relação ao governo.

A crítica ao regime, as atividades de seus opositores, bem como as práticas repressivas da ditadura eram, evidentemente, o alvo preferencial dos órgãos de censura. Por outro lado, problemas sociais e econômicos também tinham restrita sua divulgação, de modo a se evitar qualquer estrago à imagem do país. Um exemplo bastante significativo foi a censura ao noticiário referente à epidemia de meningite que ocorreu no Brasil em 1974.

Foi sob a censura que se expandiu no Brasil o chamado jornalismo alternativo. Jornalistas, intelectuais e políticos da oposição se juntavam para criticar o abuso de poder dos militares. O primeiro jornal com este caráter foi o Pif-Paf, criado por Millôr Fernandes, em maio

de 64. Depois surgiram Folha da Semana, de Arthur Poener; Bondinho, de Sérgio de Souza; O Sol, fundado por Reynaldo Jardim; e O Pasquim, do célebre Jaguar, entre muitos outros.

A imprensa alternativa tinha como principais objetivos criticar o modelo econômico e político do governo, combater político-ideologicamente a ditadura, lutar por mudanças estruturais, criticar o capitalismo e o imperialismo e criar um espaço público alternativo, virtual e contra-hegemônico.

Cerca de 15 anos de ditadura militar gestaram aproximadamente 160 periódicos de vários tipos - satíricos políticos, feministas, ecológicos e culturais -; a grande maioria deles não conseguia passar de duas ou três edições, antes de fechar as portas, exauridas pela asfixia econômica da censura.

32

“

Testemunhar o trabalho das Caravanas demonstra quão importante é, mesmo que muitos anos após os fatos, reconhecer as injúrias e danos e tratar as vítimas com dignidade e respeito. O processo brasileiro é exemplar sobre como promover este reconhecimento.”

Naomi Roht-Arriaza, professora da Escola de Direito Hastings da Universidade da Califórnia (Estados Unidos)

1946

ABRIL

23 - A polícia dispersa comício no largo da Carioca, no Rio, uma pessoa morre.

MAIO

1 - Dutra proíbe atos públicos no Rio. Tanques ocupam a Praça Mauá e o Largo da Carioca.

23 - Forte repressão a comício da Imprensa Popular do PCB, no Largo da Carioca, no Rio. Zélia Magalhães, jovem grávida de 23 anos é morta.



DEPOIMENTO MARIA INÊS DA COSTA

“Em abril de 1973, eu fui presa na minha casa às 11 horas da noite por homens de metralhadora, na frente do meu filho que tinha oito anos à época. Eu mais ou menos já esperava essa prisão, porque vários colegas meus já tinham sido presos. Isso é uma coisa que eu nunca vou esquecer. Apesar de não gostar de falar muito sobre essa situação, estou falando aqui, hoje, excepcionalmente. Isso não sai da minha memória, não sai da minha vida. Eu fui levada encapuzada para um lugar que depois eu vim saber que era o DOI-CODI. Fiquei um mês lá, submetida a todos os tipos de humilhações físicas e morais. Eu não sou nem mais nem menos que outros colegas meus, cujo o processo foi julgado hoje. Talvez até seja menos. Mas acredito que minha dor seja igual a deles e a da família deles. Apesar de trabalhar em jornal por mais de trinta anos, eu tenho apenas o comprovante de que trabalhei no Globo, mas não tenho carteira assinada, então fiquei com minha aposentadoria com apenas 80% do que ela seria. Sendo assim, acredito que essa comissão está fazendo justiça a todos nós, que tivemos esse sonho e hoje voltamos a ter esse sonho também”.

33

Maria Inês da Costa - Anistiada política durante a 1ª Caravana da Anistia.

JUNHO

1 - Greve geral na Light, no Rio, param os bondes da cidade.

SETEMBRO

18 - Promulgada a Constituição de 46, em vigor até o golpe de 64.

32ª Sessão de Julgamento
15 de abril - 2008

Parceiro
Federação dos Aposentados e
Pensionistas do Estado de SP

2ª CARAVANA

São Paulo/SP



UMA SOCIEDADE MAIS SOLIDÁRIA

Lisete Prata jamais apagará da memória o dia 15 de abril de 2008 por dois motivos. Foi naquela data, durante a 2ª Caravana da Anistia, que ela ouviu pela primeira vez o relato completo da tortura sofrida por seu pai, Júlio Prata. Na mesma sessão, com os olhos em lágrimas, ela testemunhou o anúncio da anistia política de Prata. “Emocionei-me ao ouvir a declaração de anistiado. Queria que ele também estivesse aqui para escutar”, disse. E a emoção não foi só dela. O fato se deu durante a 2ª Caravana da Anistia, realizada em São Paulo, por ocasião do Seminário Estadual sobre Democracia e Anistia, no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado. E a emoção não foi só de Lisete. “O Brasil está reconhecendo a trajetória de Júlio, uma grande figura humana”, disse Rose Nogueira, presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) de São Paulo.

A intensidade dessas emoções pode parecer pouco comum a muitas pessoas que não viveram essa época da história do Brasil ou passaram por ela sem registrar qualquer sinal das atrocidades cometidas pela repressão. Para aqueles que foram testemunhas desse período histórico e para as pessoas que estiverem presentes nas sessões de julgamento dos processos de anistia, a profundidade dos sentimentos da filha de Júlio Prata reflete a faceta humana daquilo que é mais precioso no projeto “Caravanas da Anistia”: construir uma sociedade mais solidária.

“É um evento que reforça e fortalece a democracia no Brasil”, disse o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), Paulo Vannuchi, presente no evento. Na compreensão de Vannuchi, a Caravana da Anistia é um “processo extraordinário em que o Estado brasileiro reconhece ter sido autor de violências e faz o que tem de ser feito, ou seja, pedir desculpas formalmente, reconhecendo sua responsabilidade e procedendo a uma indenização administrativa e a uma reparação”.

Para o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, o papel “reparador” das Caravanas deve ser acrescido de seu caráter essencialmente educativo. “O propósito que está sendo alcançado é o de reavivar junto à sociedade esse debate da anistia, uma fase da nossa transição democrática, incompleta até hoje. Nosso propósito é o de promover a Justiça, mesmo que seja tardia, para essas pessoas que esperam há mais de 40 anos.”

Nessa 2ª Caravana, o Presidente esclareceu aos presentes o modelo das sessões de julgamento coletivo e os critérios de indenização dos anistiados - estabelecidos por lei aprovada por unanimidade no Congresso, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. “O Brasil optou por um modelo de se fazer a recomposição dos danos morais e materiais das pessoas como se ainda estivessem na ativa”, explicou Abrão. As sessões coletivas de julgamento foram reivindicadas pelos movimentos sociais, como forma de acelerar os processos. “Se não fizessemos assim, levaríamos 16 anos para concluir todos os processos em julgamento na comissão”, afirmou.

Na opinião de Vannuchi, o modelo de indenizações é totalmente adequado ao País. “A Comissão de Anistia tem trabalhado numa linha de equilíbrio, seriedade, rigor e justiça.”

A 2ª Caravana foi instalada para julgar requerimentos, todos aprovados por unanimidade, dos militantes políticos Bernardo Boris Jorge Vargaftig, João Roberto Villares, Julio Prata e Pedro Rocha Filho, atuantes em São Paulo, à época da Ditadura.

Rocha Filho militou no movimento estudantil. Foi preso em 1968, durante o Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Membro da VAR-Palmares, foi perseguido, perdeu o emprego e foi obrigado a viver na clandestinidade. Também militante da VAR-Palmares, João Roberto Villares foi preso na Operação Bandeirante (Oban) e não conseguiu estabelecer, depois disso, qualquer vínculo de trabalho. Médico formado pela Universidade Estadual de Campinas, Vargaftig militou no Partido Operário Revolucionário Trotskista e no movimento estudantil. Foi preso duas vezes no DOI-Codi. Exilou-se na França, onde continuou sua carreira. Anistiado político post mortem, Júlio Prata foi militante do PCB e começou a ser perseguido após o golpe de 1964. As diversas prisões e sessões de tortura a que era submetido resultaram em sequelas irreversíveis. Em uma das detenções, Prata foi torturado com choques elétricos ficando parcialmente surdo. Morto em 2005, o pedido de anistia foi registrado por sua esposa, Nabuko Oko Prata, de 82 anos.

O Congresso fechado e AI's: Dr. Jekyll e Mr. Hyde no poder

Se houvesse um divã espaçoso o suficiente para que nele deitassem os 21 anos de violência e desmandos da ditadura militar instalada no Brasil de 1964 a 1985, certamente o diagnóstico psiquiátrico, entre outras mazelas, apontaria um transtorno de dupla personalidade. Essa seria a única explicação para a obsessão dos generais presidentes em revestir sua personalidade ditatorial com uma atitude que arremedasse uma certa legalidade institucional. Assim, o regime militar sempre delegou grande importância à existência e funcionamento do Congresso Nacional, ainda que sob um controle político absoluto e subjugado por legislações casuísticas, sempre que a situação política assim o exigisse para manter os chamados “ideais revolucionários”, obrigatoriamente escritos assim mesmo, entre aspas.

Quando os interesses antidemocráticos do governo ditatorial corriam o menor risco de serem afrontados pelo que ainda restava de espírito democrático na Câmara e Senado federais, os generais estremeciam e deixavam aflorar sua identidade Dr. Jekyll, - ao melhor estilo do escritor escocês Robert Louis Stevenson, que popularizou essa dualidade no romance o Médico e o Monstro (Jekyll e Hide). Se julgassem que a ameaça tinha bons músculos, radicalizavam e simplesmente fechavam o Congresso Nacional. Isso ocorreria por três vezes: em 12 de outubro de 1966, pelas mãos do general Castello Branco, que fecharia o Legislativo por um mês e cassaria seis deputados; em

13 de dezembro de 1968, ocasião em que o marechal Costa e Silva determina o fechamento do Congresso por tempo indeterminado (e assim permaneceria por quase um ano), após a Câmara dos Deputados rejeitar o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves e; em 1 de Abril de 1977, o general Ernesto Geisel, alegando que o MDB, então em plena ascensão na preferência do eleitorado nacional, fazia corpo mole na aprovação da reforma do Poder Judiciário, fecha o Congresso por 14 dias e promulga um pacote de mudanças políticas.

Ao lado desses tiros de canhão que os fechamentos da Câmara e do Senado representavam para os princípios democráticos, a ditadura não tinha dúvidas em utilizar outras armas igualmente nefastas, embora de menor calibre, que eram os Atos Institucionais e seus Atos Complementares. Entre 1964 e 1969, foram decretados 17 Atos Institucionais e 104 Atos Complementares que os regulamentavam. Com eles, o governo militar erigiu o arcabouço de legitimidade que a mentalidade Mr. Hyde requeria.

Se Dr. Jekyll, como legítimo monstro que era, provocou com suas iniciativas políticas o desmantelamento das instituições republicanas brasileiras e colocou dentro da lei o desrespeito à vontade popular, os crimes de tortura e da perseguição política; Mr. Hyde, por mau médico, foi incapaz de tornar eficaz o receituário ditatorial de impedir, no campo político, a militância de uma oposição que, a despeito todos os

36

1947

JANEIRO

19 – Eleições para governador, deputado estadual, prefeito e vereador. Os comunistas são maioria na Câmara do DF.

MAIO

7 - O TSE cassa o registro do PCB.



Nós temos o direito de resgatar a memória nesse país e fazer reverência a todos os lutadores e lutadoras que tomaram na defesa da construção de um Brasil melhor e mais justo para todos nós. As Caravanas, nesse processo, tem cumprido um papel fundamental.”

Lucia Stumpf, Presidente da União Nacional de Estudantes (2007-2009)

impedimentos que enfrentou, nunca foi inteiramente anulada.

O exame do conteúdo de cada um dos Atos Institucionais e seus Atos Complementares mostra, como em uma anamnese, a evolução desse esforço de legitimação. O primeiro deles, o AI-1, de 9 de abril de 1964, legava ao poder militar a autoridade para mudar a Constituição, cassar mandatos, suspender direitos políticos e demitir quem quer que atentasse contra os interesses nacionais. Determinava que a sua vigência terminaria em dois anos. O AI-2, de 27 de outubro de 1965, colocava fim à eleição direta para a Presidência da República, dissolvia os partidos políticos e, em seu Ato Complementar número 4, criava a Arena e o MDB.

Pouco mais de três meses depois, em 5 de fevereiro de 1966, novo Ato, o AI-3. Nele, o general Castelo Branco tornou indiretas as eleições para governador e seu vice e determinou que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores. No final daquele ano, em 7 de dezembro, o AI-4 convocava o Congresso Nacional para votar e promulgar a Constituição de 1967, um ato de grande valor simbólico para Mr. Hyde, a personalidade legalista da ditadura, já que, pela Constituição de 1946 até então vigente, o governo dos generais desafiava a Carta Magna nacional e era, portanto, ilegal.

Um ano e uma semana após a edição do AI-4, a 13 de dezembro de 1968, a ditadura, agora sob o comando do marechal Costa e Silva, imporá ao País o seu mais tenebroso

instrumento legal. O AI-5 concedia ao Presidente da República poderes de imperador. Com o seu respaldo, ele poderia fechar o Congresso Nacional, demitir, remover ou aposentar quaisquer funcionários, cassar mandatos, suspender direitos políticos de qualquer um por 10 anos, decretar estado de sítio. Além disso, o AI-5 proibia qualquer manifestação de natureza política e tornava inexistentes os habeas-corpus para crimes considerados políticos.

Embora o AI-5 tenha anunciado como inspiração a necessidade de lidar com uma Câmara dos Deputados que negava ao governo o direito de processar um deputado que incitava os brasileiros a boicotar as comemorações do 7 de setembro – uma imperdoável falta de patriotismo na visão da caserna –; a verdade talvez seja outra. É mais verdadeiro imaginar que a ditadura do presidente Costa e Silva pretendia erguer a clava forte contra o crescente movimento de oposição. Materializado nas greves de operários e passeatas de populares e universitários, o repúdio aos militares ameaçava, com o incipiente movimento militarista de esquerda, tornar-se um inimigo poderoso. Um golpe dentro do golpe, era como os analistas classificavam o AI-5.

Depois desse tiro de canhão, parecia não haver mais o que legislar com a ajuda de Atos Institucionais. Mas eles estavam apenas começando. O AI-6, de 1 de fevereiro de 1969, reduziu de 16 para 11, o número de ministros do Supremo Tribunal Federal

AGOSTO

1 - Protesto anticarestia (S. Paulo): quebra-quebra de 300 ônibus.

OUTUBRO

20 - O Brasil rompe relações com a URSS.

NOVEMBRO

29 - A ONU partilha a Palestina em dois Estados, judeu e palestino, em assembleia presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha.

DEZEMBRO

2 - Greve de 20 mil ferroviários da Sorocabana, SP.

e aposentou compulsoriamente dois juízes que haviam se manifestado contra cassações de outros ministros do STF. Estabeleceu, ainda, que caberia à Justiça Militar e não ao Supremo, o julgamento de crimes contra a segurança nacional. No mesmo mês, dia 26, o AI-7 suspendia todas as eleições até novembro de 1970. Dois meses depois, 24 de abril, o AI-8 determinava que os Estados, o DF, e cidades com mais de 200 mil habitantes poderiam fazer reformas administrativas por decreto.

A edição seguida de atos institucionais provocou críticas tanto por parte de políticos da ARENA quanto do MDB, a resposta do presidente Costa e Silva veio no dia seguinte da edição do AI-8, como o AI-9 que cassou 15 deputados dos dois partidos por terem levantado dúvidas quanto à constitucionalidade desses atos. No mesmo AI-9, 219 professores e pesquisadores universitários foram aposentados e demitidos e fechadas várias emissoras de rádio. Regulamentava-se, no mesmo instrumento, regras para a reforma agrária e desapropriações de áreas rurais. O AI-10, de 16 de maio, ampliava a maldade restritiva das cassações e suspensões dos outros AIs e determinava que aqueles que foram punidos perderiam cargos da administração direta, ou indireta, universidades e outras instituições de ensino e demais organizações de interesse nacional. O AI-11, de 14 de agosto, estabeleceu um novo calendário eleitoral para as eleições suspensas pelo AI-7.

Ironicamente, o AI-12 tratava, no dia 26 de agosto de 1969, da sucessão do presidente Costa e Silva, acometido por uma trombose cerebral que o impedia de falar e dificultava seus movimentos. Editado

pelo alto comando das Forças Armadas, o Ato impedia a posse do vice-presidente, Pedro Aleixo, como determinava a Constituição. A justificativa era a de que a situação nacional era excessivamente grave naquele instante. Costa e Silva morreria, em virtude de complicações provocadas pela trombose, no dia 17 de dezembro do mesmo ano.

Editados no mesmo dia, 10 de setembro de 1969, os atos institucionais AI-13 e AI-14 eram uma reação ao sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, sequestrado seis dias antes, a 4 de setembro, pela ALN e o MR-8. Os sequestradores exigiam a libertação de 15 presos políticos e a leitura de um manifesto contra a ditadura. O AI-13 determinava o banimento do território nacional de pessoas perigosas para a segurança nacional e o AI-14 instituía a pena de morte nos casos de guerra subversiva. Os presos, libertados, foram banidos para o México.

O AI-15 fixava a data para as eleições nos municípios sob intervenção federal para 15 de novembro do ano seguinte. No dia 14 de outubro, os dois últimos atos institucionais foram editados conjuntamente. O de número 16 regulamentava a eleição para o próximo presidente ao declarar vagos os cargos de presidente e vice-presidente até então ocupados pela junta militar. Ela seria indireta e se daria no dia 25 do mesmo mês. Também foram prorrogados os mandatos das mesas da Câmara e do Senado. O AI-17 autorizava a passar para a reserva os militares que ameaçassem a coesão das Forças Armadas. No dia 25, seria “eleito” o general Emílio Garrastazu Médici.

JANEIRO

5 - O governo Dutra decreta a prisão preventiva de Luís Carlos Prestes.

12 - A Corte Suprema dos EUA proclama a igualdade de brancos e negros na escola.

30 - Um fanático brâmane assassina, em Deli, o Mahathma Gandhi, líder da recém-nascida independência da Índia.



DEPOIMENTO

ROSE

SOBRE JÚLIO PRATA

“Eu fiz o processo do seu Julio Prata, conversei com ele dois ou três dias, e ele me relatou tudo isso. Ele estava com a dona Nobuco e o irmão da Lizete, mas o irmão ficou separado porque o meu escritório é muito pequeno. Quando ele relatava essas torturas, ele fazia de conta que estava dormindo, ela saía um pouquinho da sala e ele dizia para mim: “eu não quero que a mamãe”, ele a chamava assim, “ouça de novo”. E hoje nós temos que falar de novo sobre isso. A Lizete, muito emocionada, está ouvindo. Ela sabe, ela é filha dele, passou por tudo isso. Tem uma história muito interessante. A polícia procurava tanto o seu Júlio, que ele construiu no fundo da cozinha um buraco, uma parede falsa, e ele me disse que, como o vizinho era amigo dele, quando a polícia chegava, ele podia tirar aquela parede e passar pra casa do vizinho. Ele foi preso três vezes, mas segundo a memória dele, a polícia esteve na sua casa nove vezes. Então o seu Julio foi vítima em 1975 do processo contra o Partido Comunista Brasileiro, onde nós perdemos o companheiro Vladimir Herzog na mesma ocasião. Naquele tempo, ninguém era poupado, nem o seu Julio, que tinha uma idade avançada e que ficou surdo, não pôde mais trabalhar. Sobre a venda de enciclopédias, ele também me falou uma coisa muito bonita: “nós, do Partido Comunista Brasileiro, tínhamos mais cultura, minha filha, então eu era um bom vendedor porque eu já sabia tudo que estava dentro daquelas enciclopédias. Eu vendia muito bem, me orgulhava muito e dizia pros meus companheiros: ‘ensina teus filhos, vai estudar, aí você vai vender mais’”. Então, muito obrigada ao nosso companheiro lindo, Julio Prata, que já faz dois anos e meio que nos deixou. À dona Nobuco, que infelizmente não pôde vir, porque está com 82 anos e acho que ela não aguentaria - e ele poupou ela de tanta coisa -, aos companheiros que estão aqui, à Comissão, e ao histórico bairro da Penha, que seu Júlio me falou assim “de vez em quando eu procuro a juventude pra falar um pouquinho com eles”, isso ele fez até morrer. Muito obrigada e que seu Júlio seja reabilitado na história do Brasil, porque ele foi muito importante”.

Julio Prata - Anistiado político durante a 2ª Caravana da Anistia.

FEVEREIRO

21 - O físico brasileiro César Lattes isola o méson -, uma nova partícula do átomo.

28 - A polícia ataca comício do PCB em Salvador; um morto.

JUNHO

8 - Criada em São Paulo a SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

JULHO

15 - Passeata do Petróleo é Nosso, no Rio.

53ª Sessão de Julgamento
15 Maio - 2008

Parceiro
União Nacional dos
Estudantes - UNE

3ª CARAVANA

Rio de Janeiro/RJ



EM MEMÓRIA DA ANISTIA POLÍTICA NO BRASIL

Vitor experimentou ser morto por um dia. Depois de baleado por um soldado, o falso cadáver foi carregado nos ombros dos companheiros enquanto atores, conselheiros da Comissão de Anistia, estudantes e participantes da 3ª Caravana seguravam velas. A encenação do grupo de teatro “Tá na rua” reviveu de forma lúdica o sofrimento experimentado pelos brasileiros nos anos da ditadura. “Tão criminoso quanto fazer um cadáver é ocultá-lo” foi o brado dos atores, ao final da apresentação.

A peça encerrou a primeira parte das atividades da 3ª Caravana, realizada no dia 15 de maio de 2008, no terreno da antiga sede da UNE, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. O prédio foi incendiado no dia 1 de abril de 1964, um dia depois do golpe militar e, nos anos 80, teve seus restos demolidos por pressão do então presidente João Figueiredo.

Se a escolha do local dessa 3ª Caravana da Anistia procurou rememorar um dos símbolos da violência do regime militar contra o movimento estudantil no País, a indicação da data serviu de marco comemorativo dos 40 anos das manifestações estudantis na França, o Maio de 68, cuja contraparte, no Brasil, foi centrada na luta dos estudantes contra a ditadura e pela democracia.

Durante a Caravana, o ministro da Justiça Tarso Genro assinou a portaria criando o Memorial da Anistia Política no Brasil, que será constituído por um centro de divulgação e de documentação, com acervos históricos dos períodos de repressão - entre 1946 e 1988 -, além de todos os arquivos da Comissão de Anistia. O Memorial também estará voltado para a promoção de ações de fomento à pesquisa e à publicação de materiais de relevo social sobre a luta pela democracia no Brasil.

Além do Ministro, estiveram presentes na solenidade o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, os presidentes da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, da UNE, Lúcia Stumpf, da OAB, Cezar Brito, da UBES, Ismael Cardoso e da UEE/RJ.

Em sua fala, o Ministro Tarso Genro fez questão de ressaltar a importância do trabalho da Comissão de Anistia para o processo de construção e de consolidação da democracia. “A democracia propõe uma nova forma de convívio, respeitando as diferentes opiniões. A função da Caravana da Anistia é reparar de alguma forma a dor daqueles que perderam seus entes queridos e não puderam velar seus corpos”, disse o Ministro.

Dirigindo-se ao então secretário de Meio Ambiente do PCdoB, Aldo Arantes, Genro lembrou da coragem daqueles que lutaram contra o governo militar, “que não se submeteram às suas normas e que por isso foram torturados em salas da Operação Bandeirante”.

Para o presidente da OAB, Cezar Brito, a anistia é “a possibilidade de dizermos hoje quem estava certo, quem queria o fim da ditadura, quem era contra o FMI e contra a tortura. O tempo mostrou que eles estavam errados”, sentenciou. Para ele, “é uma ousadia o Estado dizer, através da anistia: ‘perdoe-me; eu errei”.

Segundo o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, a iniciativa da 3ª Caravana vai entrar para a história. A sede da UNE no Flamengo foi um dos lugares onde a repressão atuou de forma veemente. A anistia é o reconhecimento da dívida política que o País ainda tem e é um direito constitucional, diz Abrão.

“Assim poderemos seguir adiante com o progresso de nosso País, e ter consciência de que temos contas para acertar com um conjunto de brasileiros e brasileiras. Trata-se de fato de uma dívida política e enquanto o último perseguido político não for anistiado, não teremos no Brasil uma democracia consolidada”, reforçou o Presidente da Comissão. O objetivo da Caravana, parte integrante do Projeto Educativo “Anistia Política: Educação para a Cidadania, Democracia e os Direitos Humanos”, é contribuir para o resgate, debate e reflexão da história do país e tornar a atuação da Comissão mais transparente.

Durante essa 3ª Caravana houve também um ato político, com homenagens post mortem a Elza Monnerat e a Honestino Guimarães, e o julgamento de requerimentos de anistia de jovens perseguidos pela repressão.

Juliana Botelho Lopes, filha de Honestino, com quem conviveu por apenas três anos, lembrou que o pai, presidente da UNE de 1971 a 1973, era aluno do curso de Geologia na Universidade de Brasília e militante da AP, considerava dormir um desperdício. “Meu pai usava todo o tempo possível para estudar”, recordou. Honestino é considerado desaparecido desde 10 de outubro de 1973, quando foi preso pelos militares.

Elza Monnerat foi lembrada por meio de um vídeo. Ana Rocha, presidente do PCdoB do Estado do Rio de Janeiro, e que à tarde seria anistiada pela Comissão, homenageou a comunista que no Araguaia era conhecida como Dona Maria. Para Ana, Elza “plantou a semente da resistência por um Brasil melhor, democrático e socialista; e faz parte de uma legião de mulheres que não cruzaram os braços diante das injustiças e foram à luta”.

Elza nasceu em 19 de outubro de 1913. A partir do golpe passou a trabalhar clandestinamente na montagem de aparelhos do partido. Com 63 anos, ao ser presa por seus algozes, gritou sem medo: “abaixo a ditadura! Viva o proletariado!”. Apesar da idade, a comunista não foi poupada das torturas. A revolucionária sobreviveu à ditadura, ao massacre dos guerrilheiros do Araguaia, à Chacina da Lapa e morreu em 11 de agosto de 2004, aos 91 anos.

Para Ana Rocha, naquele dia, Elza se foi, mas “ficou aqui a semente que plantou de simplicidade e solidariedade, de abnegada militância por um mundo melhor. Que as novas gerações reguem, façam crescer e se reproduzir a semente plantada por Elza Monnerat”.

Ana Rocha, também anistiada, era estudante de Psicologia na Universidade Federal da Bahia, quando passou a ser perseguida por sua atuação militante no partido, juntamente com o então marido Edson Silva, igualmente anistiado. Ambos estiveram exilados na Albânia.

Dione Damasceno era estudante de Medicina na Universidade Federal de Goiás, quando foi presa, em 1972. Além de ter sua vida acadêmica interrompida, Dione foi torturada com choques nos mamilos, orelhas e órgãos genitais. Depois procurou exílio na Alemanha, foi mais tarde para a Suécia e só retornou ao Brasil em 1983.

Olívia Rangel cursava Ciências Sociais na Unicamp quando começou sua militância, primeiro na Ação Popular e depois, com sua incorporação ao PCdoB, passou a participar das atividades do partido. Por conta da perseguição, teve de mudar seu nome para Olívia Rangel Magalhães e seu marido, Bernardo Joffily foi “rebatizado” José Ricardo Magalhães. Temendo por sua vida, Olívia foi para a Albânia em 1974, onde permaneceu até 1979. Retornando ao Brasil, conta que continuou sofrendo perseguição, apesar da Lei da Anistia já ter sido então promulgada.

Um dos casos mais dramáticos julgados na 3ª Caravana da Anistia foi o de Solange Lourenço Gomes, levado à Comissão pelo viúvo Celso Livi. Sua esposa foi presa na Bahia em 1971, onde foi torturada. Jornais da época noticiaram o suposto arrependimento de Solange por sua militância política, manobra dos militares com o propósito de desgastar os militantes políticos, o que a deixou profundamente deprimida.

Abalada emocionalmente por todos os sofrimentos trazidos pela ditadura, Solange cometeu suicídio em 1982. Depois de 26 anos de sua partida, ela teve reconhecido o direito à anistia post mortem.

OUTUBRO

11 - Estreia do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), em São Paulo.

22 - Criada a Escola Superior de Guerra, a ESG. Terá ativo papel na conspiração pré-1964.

NOVEMBRO

7 - Capangas da St John Del Rey Mining Co atiram em manifestação dos mineiros de Nova Lima, MG. Matam um sindicalista e um vereador do PCB.

DEZEMBRO

10 - A ONU proclama a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

É proibido proibir

Maio de 1968 foi o ápice de um movimento mundial de transformações políticas, éticas, sexuais e comportamentais, com base nos valores da juventude e visões socialistas. Essa movimentação afetou as sociedades da época e mudou o panorama global. O centro desse movimento foi a França, e dali se difundiu para vários outros países, inclusive no Brasil.

Em 2 de maio de 1968, a Universidade de Nanterre, nos arredores de Paris, foi fechada em decorrência de semanas de conflito entre estudantes e a polícia francesa. Os estudantes invadiram a Universidade em protesto contra a burocracia e o conservadorismo da instituição.

O apoio dos alunos da Universidade de Sorbonne não tardou e logo os jovens tomaram as ruas do Quartier Latin, em Paris, apoiados por operários, artistas e setores descontentes da sociedade. As bandeiras das manifestações iam desde protestos contra a política de Guerra Fria até a crítica à manipulação da opinião pública, pelos meios de comunicação, atrelados aos valores do capitalismo.

No Brasil, um dos slogans de maio de 68 foi eternizado por Caetano Veloso e Gilberto Gil em “É proibido proibir”, música apresentada no Festival Internacional da Canção, em novembro daquele ano.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Em 1964, os estudantes se configuraram como uma das maiores forças de mobilização popular da sociedade brasileira. Engajados em correntes políticas defendiam ideologias ligadas à esquerda marxista, como base para um projeto socialista de transformação da ordem social.

O Movimento Estudantil tornou-se o alvo preferencial do golpe militar de 64. A UNE foi colocada na ilegalidade e, na sequência, também as UEEs e os DCEs. Os estudantes reagiram criando novas formas de organização, e conseguiram manter em funcionamento, na clandestinidade, todas as entidades estudantis ao longo dos 21 anos da ditadura militar.

A repressão ao ME fez com que a luta estudantil contra a ditadura militar se intensificasse. Em 1966, a UNE decreta, em 22 de setembro, o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. Em vários estados brasileiros, os estudantes tomaram as ruas em passeatas e foram violentamente reprimidos.

1968 começou com a morte do estudante secundarista Edson Luís, em manifestação no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. O episódio culminou na “Passeata dos Cem Mil”, em 26 de junho de 1968, também no Rio.

FEVEREIRO

18 - Estivadores de Salvador fundam o afoxé Filhos de Gandhi.

MAIO

7 - George Orwell publica o livro 1984.

O protesto contra a ditadura reuniu estudantes, artistas, intelectuais e a população.

Em 3 de outubro, acontece em São Paulo a “Batalha da Rua Maria Antônia”, confronto entre estudantes do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP. No episódio, morre baleado o estudante secundarista José Guimarães. Em 12 de outubro, cerca de 1.000 estudantes são presos durante o XXX Congresso da UNE, na cidade paulista de Ibiúna. Entre os jovens detidos estavam os principais líderes estudantis do ME: Luís Travassos, Vladimir Palmeira e José Dirceu.

Em 13 de dezembro de 1968, é promulgado o AI-5. A repressão se intensifica contra os opositores do governo. Líderes estudantis e partidários são perseguidos, presos e torturados, muitos mortos, como Carlos Marighella (líder da ALN), Mário Alves (líder do PCBR), Honestino Guimarães (presidente da UNE), Alexandre Vanucchi Leme (líder estudantil da USP) entre outros.

Restou às organizações políticas apenas a clandestinidade e a prática de algumas ações armadas, com o propósito de financiar a luta, preparar a guerrilha e libertar os companheiros presos.

A luta contra a ditadura ficou restrita, em público, ao debate e à publicação de panfletos informativos e de oposição ao regime,

mas clandestinamente, as organizações de esquerda continuavam atuando.

O ME volta ao cenário político, a partir de 1975. Naquele ano, também voltam a ter forte influência no Movimento, as tendências políticas representantes de partidos e organizações políticas de esquerda clandestinos.

O período coincide com uma mudança importante nos rumos da política nacional. Após a escolha do general Ernesto Geisel para a Presidência da República, tem início o projeto de liberalização política, que previa a redemocratização do país.

Nesse período, que vai até 1985, a volta do movimento estudantil não desencadeou ondas de repressão política como as do final dos anos 60 e início dos 70. A ditadura já não contava com apoio popular e até mesmo as elites começaram a dirigir duras críticas contra o governo militar. A luta contra a ditadura foi travada com a bandeira das liberdades democráticas.

As reivindicações de caráter político - defesa das liberdades democráticas, fim das prisões e torturas e anistia ampla, geral e irrestrita - se tornaram o motivo central da mobilização dos estudantes. Passo a passo, as principais organizações estudantis foram reconstruídas. Em 1979, a UNE foi refundada.

44

“

A memória da história é a marca do nosso presente. O resgate do testemunho das vítimas, realizado pelas Caravanas da Anistia, que sofreram a injustiça e a violência no último estado de exceção, traz para nossa realidade a face oculta(da) de um Brasil que pretendia ser esquecido pelo autoritarismo. Os testemunhos oportunistados pelas Caravanas da Anistia (re)aparecem como vozes que (de)nunciam as ocultas conexões de uma violência histórica mal resolvida com uma violência atual ainda operativa em alguns segmentos do Estado, milícias e grupos para-militares, entre outros. A brutalidade narrada nos testemunhos nos alerta: ninguém está a salvo da barbárie quando esta se oculta sob falsas políticas de esquecimento. Pensarmos um Brasil (mais) justo e com menos violência social e estrutural exige políticas de memória que façam do testemunho das vítimas o referente ético da democracia e seu correspondente Estado de direito”.

Castor M.M. Bartolomé Ruiz, Filósofo, Coordenador Cátedra UNESCO/Unisinos de Direitos Humanos e violência, governo e governança

1949

SETEMBRO

22 - 1º teste nuclear da URSS.

30 - A polícia dispersa ato pró-Petrobrás em Santos; morre o portuário Deoclécio Santana.

OUTUBRO

1 - Vitória da Revolução Chinesa.

NOVEMBRO

4 - Franco Zampari funda a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em São Bernardo, SP.



DEPOIMENTO

OLIVIA RANGEL JOFFILY

“Eu queria agradecer a esta comissão pelo trabalho de reconstituir nossa história, para que as novas gerações a conheçam e entendam o que estão vivendo hoje. A democracia e o espaço que temos como fruto da luta de tantos milhares de brasileiros, homens e mulheres em defesa da liberdade e dos direitos dos trabalhadores e do povo. É fundamental que uma comissão reconheça isso de forma oficial, e que isso fique, a partir de agora, escrito na história de nosso povo, para que todos possam acompanhar o desenvolvimento de nossa história e reconhecer a participação de todos esses protagonistas, que até então tinham ficado nas sombras da história. Eu agradeço a comissão, muito emocionada também pela criação do memorial, porque reforça essa importante história do nosso povo, que vai deixar esta documentação para as futuras gerações, para que possam conhecer e ter orgulho da história deste povo. Hoje eu estou particularmente emocionada, porque foram feitas homenagens a duas pessoas com quem eu convivi: o Honestino Guimarães, meu amigo desde o período que militei pelo movimento estudantil na USP, e a companheira Elza Moneratt, minha dirigente no partido comunista do Brasil. É muito grande também a emoção pelo fato da homenagem a Elza Moneratt, porque eu gostaria de falar da participação das mulheres nessa resistência, que, aliás, foi foco da minha tese de doutorado sobre a participação feminina na resistência à ditadura militar. As mulheres, embora tenham

tido uma enorme participação nessa luta, ficaram um pouco à margem nesta história, sem o reconhecimento de seu papel. O papel que de fato desempenharam na resistência, tanto na linha de frente quanto nos partidos políticos, na resistência à tortura, nos cárceres da ditadura, na clandestinidade, no exílio, como também no apoio e no acolhimento aos perseguidos, no apoio aos seus filhos, irmãos, pais, companheiros. Nesse apoio, nesse acolhimento que sempre deram aos perseguidos políticos, o papel das mulheres é muito maior do que esta comissão conseguiria registrar. Por isso, eu gostaria de fazer uma homenagem a todos os perseguidos políticos. A todos aqueles que morreram, aqueles que sobreviveram, mas sobretudo, às mulheres, que devido a essa invisibilidade, ainda não estão completamente reconhecidas na história. Gostaria de homenagear Loreta Valadares, que foi uma heroína do povo brasileiro, minha querida amiga e companheira de trajetória e memória. Gostaria de homenagear todas as mulheres. Todas as tecelãs visíveis e invisíveis de nossa história e de nossas utopias. Minha homenagem às que tombaram. Minha solidariedade e admiração para as sobreviventes do horror inominável, por nos ensinarem que viver também é preciso, ainda que navegando nas águas turbulentas da incerteza, com esperança equilibrada, demonstrando que é possível viver com dignidade, solidariedade e ter sonhos sempre.

Muito obrigada.”

Olivia Rangel Joffily - Anistiada política durante a 3ª Caravana da Anistia

45

1950

FEVEREIRO

9 - O senador. J. McCarthy denuncia que o Departamento de Estado dos EUA está infiltrado por comunistas.

MAIO

1 - Morta a tiro em Rio Grande, RS, a tecelã Angelina Gonçalves, 30 anos, ao retomar a bandeira do Brasil que a polícia tirara dos manifestantes.

54ª Sessão de Julgamento
04 junho - 2008

Parceiros

Universidade Federal
de Goiás - UFG

Pontifícia Universidade Católica
de Goiás - PUC/GO

4ª CARAVANA

Goiânia/GO



A CARAVANA DESBRAVA O CENTRO-OESTE

Depois de 40 anos de luta pela justiça social e econômica nas terras do Planalto Central do Brasil, José Porfírio via-se mais uma vez fora das grades da prisão. Era 7 de julho de 1973 e já se contavam alguns meses desde sua prisão, no sul do Maranhão, depois de mais de uma década de vida forçada na clandestinidade. O líder do Movimento de Trombas e Formoso, em Goiás, somava, então, 61 anos de idade.

Ao passar pelos portões da prisão, em Brasília, encontrou com sua advogada, Elizabeth Diniz. Foram juntos almoçar. Depois, os dois seguiram para a rodoviária de Brasília, para que ele, já com a passagem comprada, embarcasse no ônibus que o levaria até Goiânia, berço da sua família e da comunidade pela qual tanto lutara. José Porfírio nunca mais foi visto. O direito ao resgate público de sua história e à condição de anistiado foi defendido por sua esposa, Dorina Pinto, presente na 4ª Caravana, realizada em 4 de junho de 2008, em Goiânia.

O evento no Centro-Oeste foi realizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, durante o seminário “Ditadura Militar – 21 anos de trevas na história do Brasil”, e teve como parceiros a UNE, a UEE de Goiás, o Centro Acadêmico XI de Maio e o DCE da UCG.

A exemplo de Dorina, quatro dos nove processos julgados nessa 4ª Caravana foram movidos por viúvas dos perseguidos. O grupo de anistiados foi composto por Benito Pereira Damasceno, Eduardo Dias Campos Sobrinho, José Abadia Bueno Teles, José Coelho Noleto, José Porfírio de Souza, Nelson Cordeiro, Nelson Remy Gillet, Nestor Pereira da Mota e Oscavu José Coelho.

Benito Pereira Damasceno cursava Medicina, quando foi preso por duas vezes. A primeira em 1972 – ocasião em que foi torturado – e, depois, em 1974, desta vez, com a justificativa de que deveria cumprir pena por infração à Lei de Segurança Nacional. Exilou-se na Alemanha e na Suécia.

Preso e torturado em 1966, quando prestava o serviço militar, Eduardo Dias Campos Sobrinho militou no Movimento Estudantil. Excluído do Exército, em Anápolis, nunca teve emitido seu Certificado de Reservista.

O anistiado José Abadia Bueno Teles iniciou sua militância quando era estudante secundarista. Filiado ao PCB, organizou e participou de diversos encontros e manifestações contrárias ao regime .

José Coelho Noleto era juiz de Direito, na comarca de Filadélfia, no interior de Goiás. Em 1964 viajou para Cuba, para participar da Semana Comemorativa do Aniversário da Revolução Cubana. De volta ao Brasil, passou a divulgar o regime cubano, especialmente suas políticas voltadas para a educação e a saúde. O livre pensar lhe rendeu perseguição política contínua do regime. Sua condição de anistiado post mortem foi pleiteada pela viúva, Walda Cleres Marinho Noleto.

Pequeno proprietário, José Porfírio surgiu como liderança camponesa no Movimento de Trombas e Formoso, em Goiás. Militou no PCB, na AP e no PRT. Sua luta contra a grilagem de terras e a exploração dos trabalhadores em terras devolutas remontava à Era Vargas. Eleito Deputado Federal por Goiás, em 1956, ajudou a criar a Associação dos Trabalhadores Camponeses de Goiânia (1962) e foi um dos organizadores do Congresso dos Camponeses de Belo Horizonte (1963). Cassado pelo AI-1, em abril de 1964, perdeu sua imunidade parlamentar e passou a viver na clandestinidade, até que foi preso em 1973 e levado para Brasília. Depois que deixou a prisão, nunca mais foi visto. Era pai de Durvalino de Souza, também desaparecido.

Zélia Neves Cordeiro requereu a declaração da condição de anistiado político post mortem de seu marido Nelson Cordeiro, que, integrante do PCB, atuava no movimento estudantil goiano. Depois de ser preso duas vezes, passou a viver na clandestinidade.

Nelson Remy Gillet foi cassado pelo Decreto N°477 de 1969, que atingiu professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público. Perseguido pelo regime, exilou-se nos EUA, onde viveu por onze anos.

Nestor Pereira foi preso e torturado por mais de um ano, acusado de pertencer à ALN e de ser um dos idealizadores da infraestrutura de apoio logístico à Guerrilha do Araguaia, no Pará.

A condição de anistiado político post mortem de Oscavu José Coelho - um dos lavradores que formaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu - foi requerida por sua esposa, Tereza Rosa Coelho. Membro da AP, foi instrutor do Movimento de Educação e Base, que debatia questões ligadas ao desenvolvimento do homem do campo, na emissora de rádio local. Preso em 1967, viveu clandestinamente, depois de sua libertação.

A guerra camponesa: Trombas e Formoso

**Os posseiros se juntaram,
como para um mutirão,
unidos como um só homem,
para defender seu chão...**

**Abandonaram as enxadas,
saíram pelas estradas,**

lutando de armas na mão...

(ABC do Formoso, pelo Trovador Pau Brasil)

No Brasil do final dos anos 40, vivia uma população de 52 milhões. A maioria subsistia da agricultura e da pecuária. De cada 10 brasileiros, apenas quatro moravam em cidades. Uma enorme parte do território brasileiro, notadamente nas regiões Norte e Centro-Oeste, era formada por terras devolutas, glebas sem dono, sobre as quais não havia qualquer título de propriedade.

Para ocupar esses grandes vazios, o governo tentava organizar colônias agrícolas, prometendo títulos de propriedade para aqueles que se aventurassem a ocupá-las. Em 1949, uma dessas colônias, situada em Barranca, a 200 km ao norte de Goiânia, atraiu centenas de famílias de lavradores pobres do próprio Goiás, além de Maranhão, Piauí e Minas Gerais.

A natureza que rodeava Barranca era generosa. As terras eram férteis, havia uma grande quantidade de córregos. Uma paisagem bem diferente dos campos agrestes de onde haviam partido os colonos, entre eles José Porfírio de Souza, originário do município de Pedro Afonso, às margens do Rio Tocantins, que iria tornar-se uma importante liderança política entre os cam-

poneses. Vivia-se, naquela então remota área do País, uma explosão de obras de infraestrutura inseridas na “Marcha para o Oeste”, lançada anos antes pelo presidente Getúlio Vargas com o objetivo de implantar oito grandes colônias agrícolas para ocupar o Centro-Oeste.

Uma dessas obras, a construção da BR-153, que mais tarde viria a tornar-se a Belém-Brasília, marcaria o início dos conflitos pela posse da terra. Com a chegada da estrada, as terras férteis da região, em especial aquelas próximas à localidade de Trombas, então distrito da cidade goiana de Formoso, experimentaram uma grande valorização. Logo, grileiros da região, apoiados por policiais e juizes corruptos, começaram a expulsar os camponeses ali estabelecidos. Com títulos de propriedade de legalidade discutível arrancavam os lavradores da terra à força, com a ajuda policial e de jagunços, ou confiscavam sua produção.

O conflito atraiu a atenção do PCB, e mobilizou seus militantes. Em 1953, eles começaram a chegar na região para tentar organizar o movimento fornecendo, inclusive, armas para a resistência às investidas policiais ou das milícias de jagunços contratadas pelos grileiros. Um desses militantes, Valter Waladares, na época líder secundarista em Goiânia, relatou, em entrevista em 2006 ao jornal A Nova Democracia, o primeiro conflito armado entre os camponeses e os grileiros na região:

“Foi no início de 1954. Nessa época soubemos que os grileiros estavam enviando um caminhão para tomar a produção dos camponeses, na região do Coqueiro de Galho. Combinamos de fazer uma “tucaia” no colchete que havia na estrada porque, necessariamente,

48

1950

JUNHO

1 – Carlos Lacerda: “Vargas não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos impedi-lo de governar”.

JULHO

16 - O Brasil perde, no Maracanã, a Copa do Mundo para o Uruguai.

AGOSTO

26 - Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, na ABI, Rio.

eles tinham que parar o caminhão para abrir o colchete. Aí ficaria mais fácil pegá-los. Dividimos em dois grupos: um foi fazer a “tucaia” e o outro ficou a uma certa distância com apoio logístico. Os camponeses decidiram que o melhor atirador deveria atirar na “boleia” do caminhão para atingir o motorista e o oficial graduado e outros atirariam na carroceria para atacar os jagunços. (...) O tiro na boleia foi um tiro certo porque era mais consciente. Então morreu o filho do Camapum (um dos principais grileiros na região) e um outro jagunço. E o pessoal atirou naqueles jagunços que estavam lá em cima. Para você ter ideia, foi uma quantidade imensa de tiro, mas não acertou ninguém. O motorista deu uma ré, saiu com os pneus furados e se mandou. Os camponeses expulsaram os jagunços.”

O confronto armado fez aumentar o número de policiais e de ações de intimidação contra as famílias. Armados, os lavradores enfrentaram inúmeros choques, com mortes dos dois lados do conflito. À ação do PCB somou-se a organização espontânea dos camponeses em associações. Em Goiânia, o movimento estudantil e alguns sindicatos se mobilizaram em apoio à luta. Na Assembleia Legislativa, deputados formaram uma comissão e denunciaram a grilagem de terras. O procurador do Estado entrou com uma ação a favor da retomada das terras griladas.

A Guerrilha de Trombas e Formoso tornava-se, assim, um dos raros movimentos populares de resistência armada do Brasil a ter sucesso em seus propósitos. Um de seus pilares foi a criação dos Conselhos de Córrego, uma rede formada por camponeses que se organizavam a partir da vizinhança a um dos inúmeros córregos da região. Apoiado nessas estruturas surgiu uma forma de autogoverno que deliberava desde como enfrentar os desafios para manter a produção agrícola e pecuária – auxiliando-se em mutirões que cuidavam da produção e da colheita – até o enfrentamento com os grileiros e policiais. Essa rede iria manter-

-se atuante até o golpe militar de 1964, quando foi perseguida e desmantelada.

José Porfírio liderava, de maneira informal, seus colegas camponeses. No início dos conflitos, quando grileiros exigiam a saída das terras alegando serem os verdadeiros donos pela força de títulos de propriedade datados da época colonial, Porfírio recusou-se a abandonar sua propriedade, tendo inclusive trocado tiros com os invasores. A liderança de José Porfírio se adensava. Ele chegou a ir ao Rio de Janeiro e solicitou uma audiência com o então presidente Getúlio Vargas para pedir intervenção na regularização das terras. Não foi recebido. Fez, também, várias visitas ao governo estadual, em Goiânia. Em 1954, sua esposa, Dona Roseira, foi morta em um conflito com policiais e jagunços. Neste mesmo ano, ocorreu a Batalha de Tataíra, ao final da qual os camponeses declararam Trombas território livre e proibido para soldados e pistoleiros.

Porfírio presidia a Associação de Trabalhadores de Trombas e Formoso. Em 1961, os conflitos cessaram e a movimentação dos camponeses se desmobilizou, já que o principal objetivo havia sido alcançado. Cerca de 20 mil lavradores da região conquistaram o título definitivo das terras que ocupavam.

Aos 49 anos, Porfírio tornara-se um mito na região. Elegeu-se, em 1956, com uma votação histórica, como deputado federal pelo PTB. Foi reeleito com ampla margem de votos, mas o golpe militar iria cassá-lo. Sentindo a enorme pressão contra si, fugiu para o Maranhão, subindo o rio Tocantins em uma canoa, e passou a viver clandestino no município de Riachão. Denunciado, foi preso e levado para Brasília, em 1972. Permaneceu em um quartel do Exército, na Capital Federal, até julho de 1973, de onde saiu para nunca mais ser visto. José Porfírio de Souza é mais um desaparecido da ditadura militar brasileira.

SETEMBRO

18 – Entra no ar, em São Paulo, a TV Tupi, a primeira da América Latina.

OUTUBRO

3 - Vargas é eleito presidente.

10 - Revolta camponesa em Porecatu, PR: choques armados, mortes, cidades ocupadas.

Um olhar estrangeiro sobre as Caravanas: Inglaterra*

Entre 1964 e 1985 o Brasil foi governado por ditadura militar repressora. O regime que seguiu-se à derrubada do governo democraticamente eleito do Presidente esquerdista João Goulart foi, sob muitos aspectos, típico das ditaduras da América Latina em todo o continente. A liberdade de expressão e a oposição política foram brutalmente sufocadas e o regime censurou toda a mídia. Muitos dissidentes esquerdistas foram ‘desaparecidos’, torturados, presos e forçados ao exílio. Só agora e extremamente devagar, o Brasil está começando a reconhecer os crimes de seu passado e a Caravana da Anistia¹ representa profunda mudança tanto no tocante ao confronto de crimes passados do estado quanto a asseguarção de que tais crimes nunca mais se repitam.

50

Numa conferência na cidade sulista brasileira de Porto Alegre, na semana passada, tive o privilégio de testemunhar uma ‘Caravana da Anistia’ - uma iniciativa híbrida de busca da verdade/oferecimento de reparação do Ministério da Justiça. A Caravana da Anistia oferece a vítimas da repressão a possibilidade de reconhecimento público, pedido de desculpas e reparação pelos crimes da ditadura militar. Até o momento cerca de 30.000 brasileiros já pediram reparação. Com a abertura dos arquivos militares em 2011, a Comissão agora tem a capacidade de vincular os crimes da ditadura aos sofrimentos específicos das vítimas. A diversos pesquisadores já foi facultado acesso “irrestrito” a documentos do Arquivo Nacional que tornam viável a identificação de agentes públicos que ordenaram ou foram autores de

atos ofensivos a direitos humanos.

A Comissão viaja pelo país relatando casos e ouvindo representações das vítimas perante audiências públicas. Sua área de atuação é multifacetada. Como presidente da Comissão, o Dr. Paulo Abrão Pires Júnior informou que o objetivo dela é ‘político, jurídico, reparador e cultural’. Diz respeito a reconhecimento de crimes de estado do passado e construção de transição democrática. Os Comissários da Anistia são acadêmicos e membros do Ministério da Justiça, todos os quais oferecem seus serviços sem percepção de honorários. Muitos deles são jovens sem memórias ou experiências pessoais de vida sob a ditadura. Outros foram eles próprios torturados e presos pelo regime.

A Caravana que testemunhei teve lugar numa tarde da conferência de Justiça de Transição da qual participei na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Num lotado anfiteatro com cerca de 250 pessoas, ela foi aberta com uma declaração de intenções pelo presidente da Comissão. As Caravanas obedecem a um padrão simples. Um arquivo com todos os documentos relevantes é apresentado por um membro da Comissão ao qual é atribuída responsabilidade individual pelo caso. Esse comissário em seguida faz recomendações específicas em termo de reparações. Em seguida a essa apresentação, o peticionário tem oportunidade de contar sua história. Os depoimentos pessoais que ouviram vida às indizíveis brutalidades e sofrimento daqueles brasileiros que desafiaram a ditadura. Depois do depoimento, a Comissão

1951

MARÇO

15 - O governo do Paraná declara, pela primeira vez no Brasil, terras em litígio como de utilidade pública para desapropriação.

JULHO

3 - Aprovada a Lei Afonso Arinos, que transforma o racismo em crime.

28 - 1º Congresso da Federação de Mulheres do Brasil, em São Paulo. A entidade, de atuação nacional, seria fechada pelo golpe de 64.

discute e debate publicamente as questões suscitadas pela petição. O que pode tomar a forma da escala e natureza das reparações (num dos casos houve longo e bastante acalorado debate acerca de se um homem poderia reassumir o emprego do qual havia sido removido 30 anos antes com ou sem compensações financeiras pelos anos em que foi impedido de trabalhar). Mais amiúde, porém, as discussões voltaram-se para questões ideológicas e políticas decorrentes dos crimes da ditadura - o impacto do exílio sobre uma família, a importância de reconhecer o papel de militantes militares contra a ditadura ou as implicações especiais para as viúvas ou filhos daqueles que foram torturados ou desaparecidos. Nessa medida, as Caravanas são também pedagógicas, forçando debate público das implicações mais amplas da criminalidade do estado, restaurando a memória no domínio público e encarando os horrores de crimes passados. Depois da votação é solicitado aos comissários e à audiência que se levantem para ouvir a decisão formal da Comissão. Em todos os casos essa decisão começou com um pedido de desculpas pelos crimes cometidos pelo estado brasileiro e pelo sofrimento aturado, seguido da forma de reparação a ser oferecida.

A Caravana que observei lidou com sete 'peticionários', vítimas do antigo regime finalmente em busca de alguma forma de reconhecimento público e retificação. Entre os peticionários, a viúva de um ex-policial militar, um militante de sindicato que se levantou contra a repressão que seus colegas estavam

impondo a estudantes e dissidentes. Por sua subversão ele foi brutalmente torturado, preso e depois de libertado sofreu de depressão durante anos, antes de finalmente cometer suicídio. A Comissão pediu desculpas em nome do estado brasileiro, restaurou-o postumamente a sua antiga atividade e promoveu-o ao nível de Primeiro-Sargento. À sua viúva também foi oferecida reparação financeira. A restauração da dignidade de seu marido - embora tarde demais para ele - foi uma das mais comovedoras experiências que já testemunhei. Outros peticionários foram: o neto de ex-Presidente democrático João Goulart. Christopher Goulart buscava reparações por infância vivida no exílio enquanto o ex-líder estudantil Peter Hopengge, que foi repetidamente preso e espancado e forçado ao exílio, buscava restauração de sua cidadania, dele cassada pelo regime quase 40 anos antes. Sua reação diante da restauração de sua identidade brasileira fez chorar muitas pessoas da audiência.

Meus amigos brasileiros dizem-me que seu país tem sido lento em reconhecer e confrontar os crimes da ditadura, mas a Caravana da Anistia da qual eles são importante parte mostra que o processo de questionar o brutal passado do Brasil na verdade começou.

[1] O uso do termo 'anistia' será confuso para quem não more no Brasil. A Lei da Anistia foi conquistada pela Esquerda para exonerar aqueles detidos e presos pela ditadura. Tal lei, contudo, continua em vigor e agora oferece impunidade para os perpetradores de tortura, estupro, desaparecimento e assassinio do regime. O título da Comissão incorpora 'Anistia' como meio de reconhecer a luta que culminou numa Lei que representava liberdade para os opositores da ditadura. A campanha para acabar com a impunidade só poderá progredir com a revogação da Lei da Anistia.

**Tradução de "Brazil's Amnesty Caravans", de Penny Green, professora da Escola de Direito Dickson Poon - King's College London (Reino Unido). Originalmente publicado pelo International State Crime Initiative - reproduzido com autorização.*

OUTUBRO

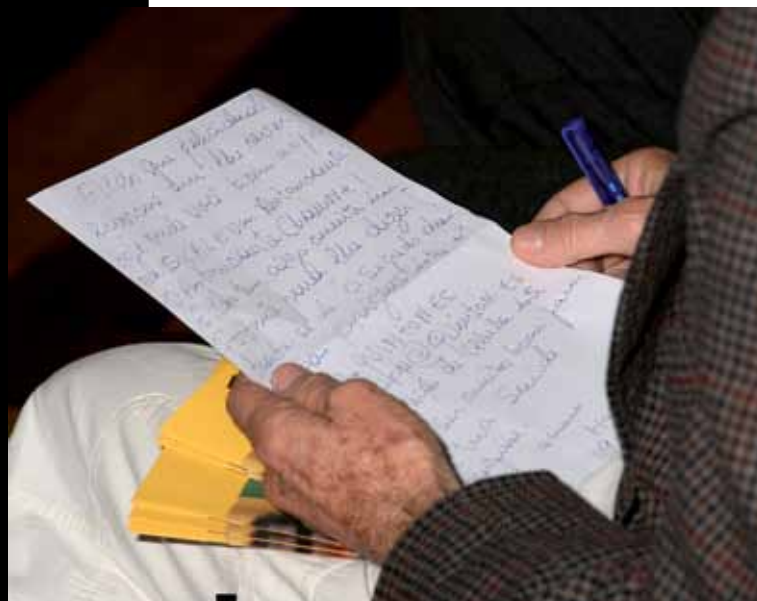
20 - 1ª Bienal de Artes Plásticas, no MAM, S. Paulo: 1.800 obras de 21 países.

DEZEMBRO

21 - Começa, Sua vida me pertence, 1ª telenovela brasileira, na TV Tupi. SP tem 375 televisores.

81ª Sessão de Julgamento
25/27 de Junho - 2008

Parceiros
Grupo Tortura Nunca Mais/PR
Colégio Estadual do Paraná



5ª CARAVANA

Curitiba/PR

ANISTIA: RESGATE DO PASSADO PELA CONTINUIDADE DA DEMOCRACIA

Um espaço para o encontro de gerações para o fortalecimento da Democracia no País. Dessa forma o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, apresentou a 5ª Caravana da Anistia, realizada em 27 de junho de 2008, em Curitiba, no Colégio Estadual do Paraná. “Esse ato simboliza uma transferência de responsabilidades, daquela geração para as novas. A de 64 não se negou a cumprir uma tarefa fundamental, a de resistir contra o autoritarismo, e precisa ser reconhecida por quem hoje desfruta dos benefícios democráticos”.

Para Narciso Pires, presidente do Tortura Nunca Mais do Paraná, instituição anfitriã da Caravana, o episódio serviu para lembrar os que tomaram na luta, como Antonio dos Três Reis de Oliveira, José Idésio Brianezi e o major Joaquim Pires Cerveira. “Estes são símbolos paranaenses dos centenas de brasileiros assassinados pela Ditadura Militar”, afirmou.

O julgamento dos processos na 5ª Caravana teve lugar no terceiro dia da programação, momento em que também foi lançada a Campanha de Doação e Arrecadação de Documentos para o Memorial da Anistia Política no Brasil. A Campanha tem o propósito de promover a reunião, organização e sistematização do acervo de documentos (dossiês administrativos, fotos, relatos, testemunhos, livros, vídeos, áudios, imagens, entre outros) acumulados pela Comissão de Anistia nos últimos anos e, ainda, aqueles especialmente recebidos com a finalidade de integrarem o Centro de Documentação e Pesquisa e o Centro de Referência Virtual do Memorial.

A 5ª Caravana da Anistia julgou os processos dos perseguidos políticos do Paraná: Sebastiana Correia Bittencourt, Dimas Floriani, Gildo Scalco, Rômulo Daniel Barreto de Farias, Regenis Bading Prochmann, Antônio José Messias e Horácio Martins de Carvalho.

Sebastiana Correia Bittencourt Guimarães, então integrante da Juventude Universitária Católica, foi destituída de sua função de professora por causa de sua militância política. Em 1969, foi presa e torturada. Por conta da perseguição, exilou-se na França em 1970, de onde retornou somente em 1975. Teve seu pedido deferido e recebeu a Declaração de Anistiada política e a contagem de tempo pelo período de 1º de fevereiro de 1969 até 1º de agosto de 1975.

Em 1968, Dimas Floriani iniciou sua militância no movimento estudantil. Em 1970, o grupo de estudantes do Centro Acadêmico do qual fazia parte abriu um cursinho pré-vestibular para pessoas com poucos recursos financeiros. Perseguido, Floriani teve diversas perdas profissionais. Exilou-se no Chile e, depois, seguiu para o Panamá, retornando ao Brasil em 1980. O anistiado teve ainda o reconhecimento de seu curso de ciências política e social e autorização de retorno ao curso de Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Gildo Scalco era professor, à época da Ditadura. Detido em 1969, foi submetido a torturas e a interrogatórios. Sua indenização refere-se ao cargo de professor-adjunto.

Rômulo Daniel Barreto de Farias, estudante secundarista à época, foi preso e torturado em 1971, por ter distribuído manifestos considerados subversivos e atentatórios ao regime vigente.

Militante da Ação Popular, Regenis Bading Prochmann era médico quando foi detido no Quartel da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 1964. Durante todo período em que esteve preso, foi interrogado diariamente. Sua anistia foi concedida em caráter post mortem, em nome de sua esposa viúva.

A anistia a Antonio José Messias, deferida parcialmente, foi solicitada por Emico Catzuda Messias, em caráter post mortem. Durante a repressão, quando era prefeito da cidade de Paranaíba, pelo PTB, Antonio José foi preso e teve seu mandato cassado.

Horácio Martins de Carvalho foi preso nas dependências da Operação Bandeirante, em 1973. Perseguido, foi desligado de suas atividades de trabalho e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, por sua participação em campanhas consideradas “de agitação e subversão”.

O arsenal da revolução: duas facas de churrasco e dois foguetes de São João

Decorria o ano de 1965. Um pequeno grupo caminha sob o silêncio profundo do pampa e entra sorrateiramente no País, através da fronteira com o Uruguai. Seguindo para Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, eles conseguem a adesão de um prefeito, de um fazendeiro e de alguns camponeses da região e, sentindo-se fortalecidos, tomam postos policiais no caminho. Atravessaram o rio Iguaçu e chegam ao Paraná no dia em que os presidentes do Brasil, Castelo Branco, e do Paraguai, General Stroessner, inauguram a Ponte da Amizade, que liga os dois países. Ali, o grupo de 20 guerrilheiros organizados pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e pelo sargento brizolista Albery Vieira dos Santos, com o apoio de políticos exilados no Uruguai, estava determinado a alvejar o coração da ditadura militar no Brasil. Ao invés disso, foram interceptados e, depois de lampejos de combates, presos por uma patrulha do Exército.

O coronel permaneceria preso por dois anos, até a sua fuga para o exílio. Termina assim no Paraná a chamada Guerrilha de Três Passos, primeira tentativa de resistência armada ao regime militar no Estado. A ação pontual do Exército e das forças repressivas da ditadura contra a insurgência comanda pelo coronel Cardim não foi a regra na repressão perpetrada no Paraná. Também no Estado, a

repressão seria generalizada e persecutória.

A repressão no Paraná se fez mais violenta em três momentos da ditadura. Em 1964, ainda sob o impacto do golpe militar, ocorreram mais de 300 prisões em todo o Estado. Em 1970, sob a égide do AI-5, o número de detenções também foi considerável e, em 1975, o grande volume de presos políticos se deu em função da Operação Marumbi. Foram 3.798 ocorrências, segundo levantamento do Comitê Londrinense de Anistia, entre detenções e prisões.

Dois grupos foram alvos preferenciais das forças de repressão no Estado, em função de sua mais intensa atuação em prol da democracia e das liberdades políticas. O ME e os políticos que, a qualquer sinal de subversão ou inconformismo, poderiam ser enquadrados na LSN, com possibilidade, inclusive, de perda de mandato político.

O Movimento Estudantil no Paraná, um dos mais atuantes no País, estava concentrado especialmente em Curitiba, na UFPR. Foi nesta Universidade que ocorreu a invasão da Reitoria pelos estudantes, em 1968, contra a proposta de pagamento de anuidade por novos alunos.

Ainda neste ano, em dezembro, mais de uma centena de estudantes foram presos em Curitiba, no Sítio do Alemão, onde organizaram um mini-congresso da UNE,

54

1952

O pernambucano Luiz Inácio da Silva deixa a seca do Nordeste e chega a Santos com a mãe. Viajam 13 dias sem o menino trocar de roupa.

MARÇO

15 - Assinado o acordo militar Brasil-EUA (vigorará até 1977), sob forte oposição do movimento pela paz.



As assembleias populares, que se seguiram às caravanas da anistia, revelaram dois efeitos promissores. Uma entusiasta esperança de que o país não sofrerá de novo uma ditadura, aliada a um forte sentimento de duas responsabilidades para evitar esse mal: a da busca da verdade sobre quem torturou e matou no passado e a de cada brasileira/o se empenhar na preservação da dignidade e da cidadania próprias de um povo livre que viva sob uma democracia efetivamente participativa.”

Jacques Alfonsin, advogado popular e membro da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul

para discutir pautas do movimento ligadas à melhoria do ensino e na luta pelo restabelecimento da democracia. Enquadrados na LSN, os jovens foram acusados de estimular a guerra revolucionária, tentar desestabilizar o governo e porte de armas. As armas do crime que justificaram tal sentença, encontradas no sítio, foram duas facas de churrasco e dois foguetes de São João.

O FANTASMA DA DELAÇÃO

Além de lutar contra as forças de repressão, esses dois grupos tiveram que se proteger também de alvos menos evidentes. No Paraná, como de resto, em todo o País, vicejava uma ampla rede de pessoas infiltradas nos diversos movimentos populares no campo, nas cidades, em órgãos públicos, em instituições educacionais e no movimento estudantil. Sua função era delatar as principais lideranças ou pessoas que demonstrassem serem simpatizantes da resistência à ditadura militar.

O nível de invasão do Estado ditatorial na vida dos cidadãos chegava ao ponto de professores de disciplinas da área das ciências sociais – história, filosofia e geografia – serem obrigados a obter certidão negativa anual junto ao Dops, para ter o direito de continuar a trabalhar.

UMA ARTILHARIA DE BAZUCAS

Em 12 de dezembro de 1975, a repressão volta com carga total ao Paraná, por ocasião da Operação Marumbi, que aconteceu concomitantemente às operações Bandeirante, em São Paulo, e Barriga Verde, em Santa Catarina. O propósito anunciado para a organização dessas operações era acabar com a suposta reestruturação do PCB no Paraná. O objetivo final, no entanto, era o de minar as bases do crescimento do partido de oposição, o MDB, cujo peso eleitoral crescera no ano anterior, 1974, contra o partido do governo, a Arena.

As ações dos policiais do Dops, arquiteto da Operação, e do DOI-Codi, no contexto da Operação Marumbi, duraram cerca de um mês e resultaram na prisão de 106 pessoas, todas torturadas física e psicologicamente, das quais 65 foram denunciadas e processadas e 15 suspeitos, condenados.

A Operação gerou o IPM número 745, contendo 5.883 páginas divididas em 20 volumes, que foi julgado pelo Conselho Permanente da Justiça Militar, em outubro de 1977, com uma aberração judicial: como não conseguiram testemunhas adequadas, os próprios policiais do DOPS foram convocados como testemunhas no processo.

MAIO

A chapa governista de Estillac Leal e de Horta Barbosa perde as eleições do Clube Militar. O resultado expõe a fraqueza militar do governo com a vitória da corrente que faz oposição a Vargas.

JULHO

26 - Eva Perón morre em Buenos Aires. Um milhão de pessoas acompanham o seu enterro.

DEPOIMENTO

RÔMULO DANIEL FARIAS

"A minha pátria é como se não fosse, é íntima doçura e vontade de chorar; uma criança dormindo é minha pátria. Por isso, no exílio, assistindo dormir meu filho, choro de saudades de minha pátria.

Se me perguntarem o que é a minha pátria direi: Não sei. De fato, não sei como, por que e quando a minha pátria.

Mas sei que a minha pátria é a luz, o sal e a água que elaboram e liquefazem a minha mágoa em longas lágrimas amargas. Vontade de beijar os olhos de minha pátria, de niná-la, de passar-lhe a mão pelos cabelos...Vontade de mudar as cores do vestido (auriverde!) tão feias de minha pátria, de minha pátria sem sapatos e sem meias, pátria minha tão pobrinha!

Quero rever-te, pátria minha, e para rever-te me esqueci de tudo. Fui cego, estropiado, surdo, mudo. Vi minha humilde morte cara a cara, rasguei poemas, mulheres, horizontes, fiquei simples, sem fontes. Pátria minha...

A minha pátria não é florão, nem

ostenta lábaro não; a minha pátria é desolação de caminhos, a minha pátria é terra sedenta e praia branca; a minha pátria é o grande rio secular que bebe nuvem, come terra e urina mar.

Ponho no vento o ouvido e escuto a brisa que brinca em teus cabelos e te alisa pátria minha, e perfuma o teu chão...Que vontade de adormecer-me entre teus doces montes, pátria minha atento à fome em tuas entranhas e ao batuque em teu coração.

Não te direi o nome, pátria minha. Teu nome é pátria amada, é patriazinha. Não rima com mãe gentil. Vives em mim como uma filha, que és, uma ilha de ternura: a Ilha Brasil, talvez.

Agora chamarei a amiga cotovia e pedirei que peça ao rouxinol do dia, que peça ao sabiá para levar-te presto este avigrama: "Pátria minha, saudades de quem te ama..."

Eu achei que era isso que eu tinha a dizer. Uma homenagem nos versos do grande poeta, dum perseguido por essa ditadura cruel. E um poeta do nosso tempo,

56

1952

OUTUBRO

16 - Criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. D. Helder Câmara é seu secretário-geral.

DEZEMBRO

14 - Greve dos operários das indústrias têxteis do Rio. A polícia mata Altair de Paula Sousa.



da minha época de guri, poeta Vinicius de Moraes. Mas vou terminar dizendo que, mais do que um militante, eu fui um menino dessa época. Um menino que hoje é professor. Eu vivo dizendo aos meus alunos que nesse tempo tão cruel, os meninos de 15, 16, 17 tiveram que passar por cenas horrendas, por torturas em cárcere, por ver seus parentes serem torturados.

Hoje eu trabalho na coordenação de bibliotecas, e cada vez que inaugura uma biblioteca nesta cidade eu canto “Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós! Das lutas, nas tempestades, dá que ouçamos tua voz.

Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós! Das lutas, nas tempestades, dá que ouçamos tua voz”. Era isso que eu tinha a dizer, muito obrigado.”

Rômulo Daniel Farias - Anistiado político durante a 5ª Caravana da Anistia.



A OAB teve a honra, na sua XX Conferência Nacional, de receber a Caravana da Anistia. Exatamente aquela em que se anistiou o presidente Jango. Não estava a Comissão apenas cumprindo o seu papel constitucional de reparação pelos danos causados aos defensores da liberdade. Naquele momento histórico o Brasil pedia perdão pelo golpe militar e, sobretudo, afirmava que anistia não é sinônimo de amnésia. O hoje da Comissão de Anistia, ao fazer público o passado ditatorial, garante-nos de que o futuro democrático seja uma certeza irreversível.”

Cezar Britto, presidente do Conselho Federal Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (2007-2010)

Fundado o Teatro de Arena, em São Paulo.

Publicado o Relatório Kinsey, revelando o comportamento sexual da mulher americana.

JANEIRO

O secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, adverte: antes da guerra, 200 milhões de pessoas viviam sob o comunismo, agora são 800 milhões.

**93ª Sessão de
Julgamento
16/17 Julho - 2008**

Parceiros
Federação Nacional dos
Estudantes de Direito -
FENED
Universidade de
Caxias do Sul - UCS



6ª CARAVANA Caxias do Sul/RS

HISTÓRIAS PARA NÃO SEREM MAIS VIVIDAS, MAS NUNCA ESQUECIDAS

Os relatores dos processos liam pausadamente cada um dos parágrafos que compunham as histórias dos julgados. A plateia de 1.300 estudantes, grande parte deles do curso de Direito, não pronunciava palavra, absorta que estava no que era narrado. O tempo que separava os protagonistas daqueles relatos daqueles jovens, quase todos no início dos 20 anos, parecia localizar-se em uma outra dimensão, em que a memória dos que presenciaram aquelas histórias saltavam décadas e se materializavam em algo real, atual e amargo para os que escutavam. Para os jovens ali presentes, que sequer imaginavam ser possível viver num estado de ruptura da condição humana de tal ordem, a voz do relator dava o compasso necessário para a construção imaginária de cada cena, para nunca mais esquecê-la.

A 6ª Caravana da Anistia, ocorrida em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, em 16 e 17 de junho de 2008, foi um desses momentos raros em que uma ponte de empatia e compreensão parece unir personagens aparentemente tão díspares e separados no tempo e nas suas percepções. Neste caso, o do resgate da história em prol da reparação das injustiças do passado e como ação educativa das gerações futuras para a Democracia.

Realizado em parceria com a Federação Nacional dos Estudantes de Direito, esse 6º fórum de julgamento da Comissão da Anistia esteve inserido no 29º Encontro Nacional de Estudantes de Direito (Ened), na Universidade de Caxias do Sul.

Além da sessão de julgamento, o evento contou com vídeo-debate sobre o filme “Batismo de Sangue”, do diretor Helvécio Ratton, com a presença do debatedor Ivo Lesbaupin. Baseado no livro homônimo de Frei Betto, o filme discorre sobre a história do envolvimento de frades dominicanos no apoio logístico e político ao grupo guerrilheiro ALN e, sob forte tortura das forças de repressão, na emboscada que levou à morte o líder da ALN, Carlos Marighella.

A programação contou ainda com o lançamento da Campanha de Doação e Arrecadação de Documentos para Caxias do Sul, com o objetivo de reunir e sistematizar o acervo de documentos sobre os anos de repressão na região que irá compor o Memorial da Anistia Política no Brasil.

O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, coordenou a sessão de julgamentos dos processos de sete requerimentos, todos deferidos total ou parcialmente. Alguns destes processos eram de membros do “Grupo dos Onze”, movimento legendário criado em 1963 por Leonel Brizola, cuja concepção do nome remete à força agregadora de um time de futebol.

O propósito desse movimento era promover reformas sociais e econômicas em várias frentes do País - agrária, saúde, educação, etc. -, e levar o Brasil à “libertação da espoliação internacional”.

O modelo G-11 contava com um complexo ideário, com minuciosas instruções de constituição, funcionamento e ação desses grupos, de maneira a formar uma onda revolucionária que, a partir dessas células multiplicadas exponencialmente, provocasse o surgimento do “Exército Popular de Libertação”,

à semelhança da Revolução Russa de 1917.

“Os militares queriam saber como pretendíamos envenenar o reservatório de água de Alegrete e perguntavam onde estavam os sacos de veneno. Não sei de onde tiraram isso, como é que faríamos uma coisa dessas?”, relembra o gaúcho Vitor Borges de Melo, que ficou preso por 31 dias, acusado de pertencer ao G-11.

Tratado pela repressão como terrorista de alto nível de periculosidade, Vitor era apenas um jovem com ideais de esquerda e com uma boa dose de desejo pela aventura heróica que, admirador de Brizola, filiou-se ao movimento. Hoje com 63 anos, Vitor na verdade só se lembra de ter participado de uma única reunião, razão pela qual, talvez, não tenha chegado nem de longe a ser íntimo das propostas de ação desse movimento.

“Eu e meus companheiros éramos simpatizantes de Brizola desde a Cadeia da Legalidade, em 1961. Eu já tinha me apresentado como voluntário nesta época. Depois passei a acompanhar os discursos na Rádio Mayrink Veiga e decidi entrar para o Grupo dos Onze. Todos usavam nomes de guerra e o meu era Tavares”.

Além de Vitor, foram anistiados na 6ª Caravana da Anistia: Antônio Apoitia Netto, Belarmino Barbosa Siqueira, Elírio Branco de Camargo, Flávio Koutzii, João Arthur Vieira e José Daltro da Silva.

Flávio Koutzii foi processado com base na LSN e teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Exilou-se no Chile e, em seguida, na Argentina, onde foi preso na Operação Condor. Após ampla campanha por sua libertação, Koutzii foi para a França.

João Arthur Vieira foi preso e torturado em 1970, sob a acusação de participar da VAR-Palmares, organização acusada de terrorista e fortemente perseguida à época.

Militante do PCB, desde 1952, e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Caxias do Sul, José Daltro da Silva respondeu a diversos inquéritos e chegou a ser preso pela repressão.

Elírio Branco de Camargo foi preso, aos 13 anos, por distribuir aos alunos de um colégio um manifesto de repúdio ao governo militar. Considerado participante do G-11, foi encarcerado por mais três vezes, também por estar distribuindo material considerado subversivo.

Membro do Grupo dos Onze, Antônio Apoitia Netto era bancário e exercia liderança estudantil e sindical à época do regime de repressão. Foi desligado do banco em que trabalhava em 1964. Já eleito vereador, teve seus direitos políticos cassados por dez anos.

Belarmino Barbosa Siqueira teve seu requerimento de anistiado político post mortem feito pela viúva Jurema Carpes Siqueira. Em 1964, Siqueira foi submetido a interrogatórios, preso e torturado, sob a acusação de pertencer ao G-11.

60

As caravanas da anistia nos tiraram da clandestinidade, algo que estava inscrito na lei de anistia de 1979, como lei do esquecimento. O Estado reconhecia direitos, mas, ao despolitizar aquele ato, terminava por minimizar, frente à opinião pública, a sua responsabilidade pelas violações cometidas durante a ditadura. Para os milhares de atingidos, as caravanas são momentos especiais, de reencontros entre companheiros e, sobretudo, uma dolorosa e necessária viagem ao passado”.

Jessie Jane Vieira de Souza, perseguida política e professora de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro

1953

MARÇO

5 - Morre Josef Stalin.

18 - Passeata da Panela Vazia reúne 60 mil contra a carestia, em São Paulo.

26 - 60 mil têxteis iniciam greve geral em São Paulo. Tem adesão de 300 mil, dura um mês. É a Greve dos Trezentos Mil, a maior ocorrida até então no Brasil.

JUNHO

Vargas muda o ministério. Aos 35 anos, João Goulart torna-se ministro do Trabalho.

19 - Os EUA executam o casal Rosenberg, acusado de espionagem pró-URSS. Em 1991 a acusação se provaria falsa.

Os G-11 e a contra-revolução que não houve

Quando iam para as suas camas nas noites que antecederam o golpe militar de 1964, é bem possível que os militares e os políticos de direita que conspiravam contra a democracia e a Constituição, tenham passado noites em claro dividindo o mesmo pesadelo: o político Leonel Brizola e a sua capacidade de empolgar as massas. Havia, certamente, outros personagens a serem temidos. Em todo o País, marinheiros e soldados se mobilizavam, estudantes protestavam, camponeses se organizavam, operários de várias categorias se revezavam em greves e manifestações. Mas naquele início da década de 60, quem parecia se agigantar como possível dirigente, gestor e condutor de toda essa pressão latente era Brizola.

À época o deputado federal mais votado pelo então Estado da Guanabara, Brizola (PTB) já havia dado uma mostra clara do seu poder de fogo três anos antes, em agosto de 1961. Naquela época, como governador do Rio Grande do Sul, organizara a Campanha da Legalidade para assegurar a posse na Presidência da República de João Goulart, seu cunhado, para o lugar de Jânio Quadros, que renunciara à Presidência. Vice-presidente eleito, Jango viajava pela China, em missão diplomática, no dia da renúncia. Era odiado pelas forças de direita, que viram ali uma oportunidade de defenestrá-lo. Leonel Brizola montou uma rede nacional de emissoras de rádio para incitar os brasileiros a assegurar a Constituição. E foi além. Organizou milícias, distribuiu armas, atraiu milhares de gaúchos às portas do Palácio Piratini dispostos a tudo, seu discurso convenceu o comandante do III Exército a rebelar-se contra o governo central... um perigo, esse Brizola!

Agora, em 1964, o ex-governador voltava às trincheiras com uma proposta que parecia ter um alcance ainda maior. O que propunha aos brasileiros é que eles se organizassem em pequenos grupos táticos: os Grupos de 11. Eram comitês populares, a serem formados por pessoas dispostas a assegurar objetivos populares, como reforma agrária, melhores salários, controle da remessa de lucros para o exterior, direito à casa própria, enfim as propostas preconizadas pelas Reformas de Base, defendidas por Jango e Brizola. Esses G-11 deveriam ter, como o nome sugere, 11 pessoas, a exemplo dos times de futebol. No futuro teriam ampla participação na gestão política local, regulamentando a vida nas suas cidades, bairros e quarteirões e deveriam se armar para evitar que as forças reacionárias lhes roubassem essas conquistas.

Como havia feito na Campanha da Legalidade, Brizola fez sua agitação política utilizando o rádio, grande veículo de comunicação da época. A partir de novembro de 1963, nos microfones da prestigiada rádio Mayrink Veiga, Leonel Brizola entrava em rede nacional e conclamava quem o ouvia a formar “grupos de onze companheiros” que seriam a vanguarda da nova ordem política que estava prestes a se estabelecer.

A adesão à proposta foi imediata. Segundo a historiadora Marli de Almeida Baldissera, autora do livro Onde estão os grupos de onze: Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai, em pouco mais de três meses, 5.304 grupos, formados por um total de mais de 58.000 brasileiros dos estados de Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas

JULHO

26 - Fidel Castro ataca o quartel Moncada e fracassa. Preso, faz sua famosa defesa: “A história me absolverá.”

SETEMBRO

8 - Guerrilheiros colombianos formam as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

OUTUBRO

3 - Vargas sanciona a lei que criou a Petrobrás.

DEZEMBRO

A CIA estima que o PCB tenha 60 mil militantes.

Gerais e São Paulo, estavam organizados.

Mais de 5.000 comandos dispostos a pegar em armas e dispersos pelo território nacional representaria uma força que só poderia ser subjugada em uma sangrenta guerra civil, cujo final seria imprevisível. Era, de fato, um pesadelo para a direita. A questão é que quase ninguém estava disposto a pegar em armas e, como tudo parecia indicar, nem mesmo compreendiam o que estavam fazendo ali e o que de fato se esperava deles.

A mobilização e a articulação dos G-11 não se apoiava apenas nas candentes convocações feitas por Brizola pelo rádio. Vários documentos detalhando regulamentos, sugestões de comportamento e passagens de proselitismo político foram produzidos. Em um deles, era explicitado o perfil desejado para integrantes do time e sua postura diante das circunstâncias que surgissem: estes deveriam ser “autênticos e verdadeiros revolucionários, os “destemerosos” da própria morte, os que colocam a Pátria e nossos ideais acima de tudo e de todos”. Uma vez que revolucionários desse calibre fossem arregimentados, seus líderes deveriam “manter severa vigilância em sua jurisdição para evitar infiltrações de inimigos entre os seus comandados” (...) e “procurar organizar em sua jurisdição um esquema de rápida mobilização popular para enfrentar golpistas, reacionários e grupos antipovo.”

Em 1º de abril de 1964, quando os “golpistas, reacionários e grupos antipovo” tomaram de assalto o poder obrigando João Goulart a deixar Brasília, não se viu quase nenhuma mobilização dos G-11. Ao contrário, teve início uma intensa repressão contra seus integrantes por parte das forças policiais. E a violência das forças repressivas encontrou pela frente gente comum. Pequenos agricultores, estudantes, balconistas e escriturários que tinham em comum muito mais um grande fascínio por Brizola e seu inegável carisma

do que um ideário revolucionário a defender.

Das pesquisas e entrevistas que realizou, a historiadora Marli Baldissera desenhou o comportamento típico daqueles que aderiram aos G-11: “As pessoas formavam os grupos de modo espontâneo. Depois de ouvirem as conclamações de Brizola pelo rádio, agricultores deslocavam-se de casa em casa por quilômetros, a pé ou a cavalo, buscando assinaturas para a “lista dos onze”. Outros, para atender rapidamente aos apelos, botavam nomes de pessoas de sua família, incluindo idosos e crianças de poucos meses de idade. Muitos assinavam movidos por amizade ou atendendo ao pedido de alguém da família. Eram homens religiosos, que acreditavam estar contribuindo para a realização das Reformas de Base e defendendo a bandeira brasileira – corria também o boato de que ganhariam terras, tratores e insumos agrícolas em troca da adesão. Além do mais, seus nomes eram lidos na rádio pelo Brizola em pessoa, o que já lhes dava grande satisfação.”

Com a truculência que lhes era típica, os militares botaram para quebrar. Listas com os nomes dos G-11 foram confiscadas pela ditadura e todos seus integrantes enquadrados na LSN. Houve torturas e prisões. Na região do Alto Uruguai (RS), conta Baldissera, um destacamento militar de 100 policiais espalhou o pavor entre os moradores. O jornal *Correio do Povo*, em 19/05/1964, relatou: “O comércio paralisou e os pacatos colonos não mais se dirigem à sede de seus municípios pelo temor de serem detidos.”

Nada mais havia para ser feito. Leonel Brizola estava exilado no Uruguai e só voltaria ao Brasil 15 anos depois, em 06/09/1979. João Goulart, também refugiado no Uruguai, onde morreu em 06/12/1976, oficialmente como consequência de um ataque cardíaco. No entanto, seus familiares e outras pessoas questionam essa tese e acreditam que ele possa ter sido envenenado.

62

1954

Treze das 20 nações latino-americanas têm governos controlados por militares. Jorge Amado publica sua trilogia stalinista *Os subterrâneos da liberdade*.

MARÇO

Carlos Lacerda denuncia um pacto secreto de Vargas com Perón, contra os EUA.

ABRIL

Eisenhower usa o termo *dominó* para denominar o risco do avanço comunista no mundo.



DEPOIMENTO

FLÁVIO KOUTZII

“Nós sempre soubemos que éramos menores que as nossas ideias. Pequenos diante dos nossos sonhos. Nós fomos militantes, mais fortes ou mais fracos. Mais valentes ou mais temerosos. E lembrar assim é restituir, eu quero falar aqui por todos, restituir-nos a humanidade que temos. Talvez o valor não seja somente dos componentes políticos e ideológicos, a indignação ou a sensibilidade, e a vergonha na cara que a nossa geração soube ter. Quanto mais lembrarmos da sua humana condição, mais valor ela assumirá. O tema da anistia no Brasil tem um defeito congênito. Uma igualação inaceitável. Uma equiparação possível. Os lutadores pela liberdade não são anistiados dos seus crimes, eles são anistiados dos atropelos que o estado ditatorial com eles fez. A prisão, a morte, a tortura, os direitos perdidos e as juventudes às vezes comprometidas. É disso que se trata. Eles não nos anistiarão dos nossos crimes, nem poderiam, porque não há crime em defender a liberdade, nem poderiam porque não há crime em lutar pela restituição do estado de direito; não há crime em defender a liberdade de imprensa, não há crime em restituir o direito ao habeas corpus. Sair de novo, como faz a comissão de anistia, para puxar não somente a busca de critério de justiça para cada um dos demandantes e recusá-la, se não for o caso, mas, fundamentalmente, trazer para a superfície da sociedade o que as viúvas da ditadura, o que os agentes políticos daquele período faziam questão de fazer de conta que não existiu. Eles detestam a memória, eles abominam a realidade, portanto eles mentem como procedimento permanente, mesmo que hoje velhos generais sejam avós e simpáticos, e que foram torturadores e responsáveis pelo que

passou essa nação por 20 anos. Eu quero terminar esse momento solene fazendo da minha voz e da minha oportunidade, a fala de tantos que já não estão, de tantos que cansaram e desistiram, que eu humanamente compreendo, e daqueles que foram assassinados. Portanto, se posso aqui falar, não o faço por mim, faço por todas e todos, por uma geração de muitas idades, por um momento da história, por uma chance da humanidade, pelos torturados, pelos desaparecidos, pelos humilhados, pelos gritos abafados, pelas grandes coragens, pelas covardias, pela dor e o medo, pela resistência e pela superação, por inimagináveis dignidades, pelos recomeços, pela indignação que sempre é um começo, que sempre há uma revolta que nos empurra a reagir antes de saber, que consequência essa reação terá. Fomos extremamente atrevidos e também ingênuos, e também simplificadores e esquemáticos, e também generosos. Fomos aprender da vida, não com a paciência dos cautelosos, mas com o imenso desespero da busca pela justiça. Não nos arrependemos nem nos desculpamos pelo que vivemos. Foram tempos, circunstâncias e possibilidades, em que a chance da mudança profunda encostou na história, e desenhou uma imensa possibilidade de futuro. E que aqueles eternos dias que mudaram profundamente nossas vidas, garantiram a resistência à ditadura, e que estávamos lá, frágeis elos humanos, sustentando a esperança. E quando as coisas mudaram, nós tínhamos todos, cada um do jeito que pode, feito uma parte pequena e dura daquele difícil caminho. É pena que, para a esperança equilibrista, às vezes, hoje, o fio se rompa. Espero que a geração de vocês possa unir os fios e proteger a esperança.”

Flávio Koutzi - Anistiado político durante a 6ª Caravana da Anistia

63

AGOSTO

5 - Num atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, morre o major Rubens Vaz, da FAB.

21 - Inaugurado o Parque Ibirapuera, em São Paulo.

23 - Trinta generais pedem a renúncia de Vargas. Entre os signatários, Castello Branco.

24 - Vargas mata-se com um tiro no coração. Assume o vice, João Café Filho.

SETEMBRO

2 - Greve geral anticarestia, liderada pelo Pacto de Unidade Intersindical, para um milhão em São Paulo.

122ª Sessão de Julgamento
22 agosto - 2008

Parceiros
Instituto Izabela Hendrix
Fórum Mineiro de Direitos
Humanos



7ª CARAVANA Belo Horizonte/MG

TRANSFORMAR DOR EM CONHECIMENTO PARA FUTURAS GERAÇÕES

Partilhar no espaço coletivo das Caravanas fatos traumáticos vividos pelo perseguido político propicia o resgate de sua história, o enfrentamento de seu passado e uma intensa valorização social dos seus ideais e de suas vivências. Os que escutam os relatos, por sua vez, são sensibilizados a compreender esse ser humano e ator social do ponto de vista da narração de sua história, antes relegada ao desconhecimento.

Para a historiadora Jessie Jane Vieira de Souza, “por meio do compartilhamento destas experiências, um duplo movimento é desencadeado: por um lado, possibilita-se transformar a dor em conhecimento e, por outro, permite-se um processamento adequado da dor, necessário à superação de uma tragédia: a elaboração do luto e dos traumas, em vez do silenciamento”. Filha de militante político de esquerda, Jessie, foi ela mesma uma ativista engajada, atuação que lhe custou oito anos de prisão, muitos deles sob tortura física e psicológica, em função de “crimes contra a Segurança Nacional”.

No dia 22 de agosto de 2008, a 7ª Caravana da Anistia, instalada no Teatro Izabela Hendrix, em Belo Horizonte, teve o importante papel de resgatar a história de sete cidadãos de Minas Gerais que, assim como Jessie, tiveram a condução de suas vidas interrompidas por atos violentos de repressão pelo regime militar. São eles: Armando Bortolo, Deusdante Ferreira de Freitas, José Carlos Novais da Matta Machado, Jeová Ferreira, Lincoln Ramos Viana, Luiz Marcos de Magalhães Gomes e Maria Madalena Prata Soares.

O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, e o ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, estiveram presentes ao evento realizado no contexto do Seminário Anistia e Democracia, cuja abertura aconteceu na noite do dia 21 de agosto, no auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG).

Após a sessão de julgamento, que ocupou toda a programação da tarde, o evento foi encerrado com debate sobre o filme “Condor”, do cineasta Roberto Mader. Realizado entre setembro de 2005 e agosto de 2006, o documentário reúne dezenas de depoimentos sobre a Operação Condor, uma aliança político-militar entre os vários regimes militares da América do Sul: Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Estão no filme de Mader depoimentos, tanto dos protagonistas quanto das vítimas da Operação: generais e ativistas políticos, torturadores e suas vítimas, crianças desaparecidas e parentes dos desaparecidos políticos.

Entre os anistiados da 7ª Caravana está José Carlos Novais da Matta Machado, representado por sua esposa, Maria Madalena Prata Soares. José Carlos foi preso em 19 de outubro de 1973, quando, aos 27 anos de idade, dedicava-se a uma intensa militância estudantil e política na APML. Menos de dez dias depois, em 28 de outubro, ele foi morto no Recife (PB), ao lado de Gildo Macedo Lacerda. No relato oficial das forças de repressão, os jovens foram assassinados por outro companheiro militante com quem tinham um encontro marcado e que, ao ver que os dois estavam acompanhados da polícia, lhes respondeu à bala. Fernanda Gomes de Matos e Rubens Lemos, presos junto a José Carlos, contam que sua morte se deu após sofrer torturas durante dez dias seguidos no DOI-Codi de Recife.

Outra história dramática do grupo de anistiados é a da ex-militante estudantil Maria Madalena Prata Soares. Grávida, a militante estudantil não resistiu à tortura na prisão e sofreu um aborto no terceiro mês de gestação.

O então estudante Lincoln Ramos Viana foi apontado como agitador e, praticamente no último ano do curso de Geologia da Escola de Minas de Ouro Preto, foi proibido de estudar em qualquer universidade do País. Depois do exílio em Santiago, no Chile, voltou para o Brasil e foi preso em 1973, tendo que cumprir cerca de um ano de detenção.

Integram, por fim, a lista de anistiados da 7ª Caravana Luiz Marcos de Magalhães Gomes, militante de movimento estudantil; Deusdante Ferreira de Freitas, militante do PCB; Armando Bortolo, também militante do PCB e fundador da Associação dos Trabalhadores de Frutal (MG); e Jeová Ferreira, membro da diretoria da Associação dos Trabalhadores de Frutal (MG).

Tempestade nas montanhas de Minas Gerais

“A política é como uma nuvem: você olha e ela está de um jeito; olha de novo e já mudou”. A frase, atribuída a José de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais entre 1961 e 1966, exemplifica a fragilidade política durante o regime militar e, ao mesmo tempo, nubla com a pretensa candura da metáfora meteorológica, a verdadeira face da repressão política ocorrida em terras mineiras no período da Ditadura Militar no qual, aliás, Magalhães Pinto teve um papel de relevo.

No então distrito de Coronel Fabriciano, pertencente à cidade de Ipatinga ocorreu, em 7 de outubro de 1963, o Massacre de Ipatinga, quando policiais militares atingiram e metralharam operários da Usiminas, que protestavam contra as revistas que sofriam no início e fim do expediente. O fato ocorreu cinco meses antes do golpe dos militares, arquitetado por civis e militares locais e deflagrado a partir da cidade de Juiz de Fora.

Na década de 60, Minas Gerais teve um papel fundamental nos rumos da vida do País. Embora menos expressivo militarmente do que RJ e SP, o Estado antecipou em alguns dias o golpe militar, planejado para ocorrer entre 2 e 8 de abril.

Mas na madrugada de 31 de março de 1964, as primeiras tropas a ocuparem as ruas foram as da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria, que saíram da cidade de Juiz de Fora para chegar ao Rio de Janeiro. Eram chefiadas pelo general Olympio Mourão Filho. A ação, chamada de Operação Popeye, foi reforçada por tropas vindas de Belo Horizonte e de São João Del Rei, até se integrarem ao movimento do 1º Exército, no Rio.

A estratégia inicial foi combinada em uma reunião realizada no dia 28 de março. Quem presidiu o encontro foi o governador de Minas, o banqueiro José de Magalhães Pinto, civil que,

alimentando o sonho de ser presidente, alinhou-se aos militares para a derrubada do presidente João Goulart. Em 1976, em nota oficial publicada no Jornal do Brasil, ele reconheceu ter participado da “conspiração que resultou na Revolução (sic) de 1964, que, como governador de Minas, deflagrei”. Depois do golpe, Magalhães Pinto foi ministro das Relações Exteriores do general Costa e Silva, deputado federal e senador.

Antes de 64, nuvens sinistras já cobriam os céus de Minas Gerais. Uma tempestade de violência aconteceu em 7 de outubro de 1963, na cidade de Ipatinga. Um confronto entre trabalhadores da estatal Usiminas e policiais militares terminou com o número oficial de oito mortos (incluindo uma criança de três meses) e 80 feridos. Na região, porém, até hoje perdura a versão de que morreram na verdade entre 30 a 80 pessoas, cujos corpos nunca foram encontrados.

O episódio, conhecido como massacre de Ipatinga, começou com a prisão de um metalúrgico, que saía do trabalho no turno noturno da siderúrgica. No dia seguinte, cerca de quatro mil trabalhadores, que já se mostravam insatisfeitos com as condições de trabalho, iniciaram uma manifestação fortemente reprimida por 19 policiais militares, armados com revólveres e uma metralhadora.

Depois do golpe militar, vários líderes sindicais na região, conhecida como Vale do Aço, foram afastados. Até hoje nenhum policial foi julgado. Somente com a Medida Provisória 176, os mortos de Ipatinga foram reconhecidos como vítimas do regime militar. Em 2004, foram deferidos os processos de indenização aos familiares das oito vítimas oficiais, por meio de ação referendada pela Comissão dos Mortos e Desaparecidos, do Governo Federal.

66

1955

A banda Bill Halley e seus Cometas lança o primeiro sucesso mundial de um novo estilo musical: “Rock around the clock”.

O Brasil inicia um ciclo de progresso inédito em sua história com o seu PIB crescendo em média 8,1% até 1960.

JANEIRO

1 - Criada a primeira Liga Camponesa em Vitória de Santo Antão, PE, marco da luta pela reforma agrária no Brasil.



DEPOIMENTO

DEUSDANTE FERREIRA DE FREITAS

“Eu entrei na Associação dos Trabalhadores de Frutal para ajudar aqueles trabalhadores que ganhavam um salário mais baixo, embora todos tivessem profissão. Nós começamos a nossa luta e já surgiu o boato que éramos comunistas, mas nós éramos trabalhadores liberais. Depois veio a revolução de 1964, e como fomos taxados como comunistas, fomos presos no dia 9 de abril. Eu estava na minha casa, o Jeová estava na rua. Nós fomos caminhando para Uberaba, e de lá pro DOPS. A nossa ideia não era causar danos a ninguém, nossa ideia era melhorar as coisas. O governador Magalhães Pinto sabia de todos os nossos passos, ele começou essa encrenca com a gente quando o falecido Zé Batista, de Uberaba, queria fundar uma associação de trabalhadores rurais. Como ele não tinha sede em Frutal, ele pediu emprestado. O Magalhães Pinto recebeu três elementos com essa finalidade de fundar essa associação. Os nossos registros estavam todos de acordo com a lei. Com a revolução, Zé Batista e eu fomos presos em Uberaba, depois viemos para cá. Estive no DOPS, um lugar muito inconveniente. Quando eu cheguei lá, apavorado, pedi ao comandante – que virou nosso amigo no caminho, graças a Deus – para dizer que éramos gente boa.

Chegando lá, tinha aquele negócio de tirar a roupa para eles examinarem tudo. Tirei tudo, só faltou tirar a cueca. Tinha um boato de que o padre tinha caído no porrete, daí eu fiquei mais louco. ‘Se o padre caiu no porrete, agora é que eu estou frito. Um padre apanhando, o que vai sobrar para mim?’. Nisso, foi trocado o Mourão Filho pelo Castelo Branco. Nessa troca, deu uma maneirada na judiação dos presos, houve uma sensível melhora. Então eu, como mineiro, no fundo do meu coração, eu acho que Minas tinha que pedir desculpas aos outros estados por aquela arrumação. Porque gente presa todos os dias, cadeia cheia, viatura correndo com presos para todos os lados. Inventaram o ouro para o bem do Brasil, fazendo coleta de ouro. As mães sofrendo, o filho apanhando, e eles pedindo ouro para o bem do Brasil. Isso me trouxe um certo desânimo. Cheguei até a me desanimar com a política. Mas aí Deus ajudou. Nós ficamos presos aqui pelo sargento Pedro, que estava tomando conta da penitenciária, e ele nos tratou melhor, porque o DOPS não tem piedade. Não sei se existe essa facção aqui, mas eles não têm piedade. Então foi uma época terrível, mas passou. Eu estou sentindo que está clareando, estou sentindo que vem dias melhores para nós.”

67

Deusdante Ferreira de Freitas - Anistiado político durante a 7ª Caravana da Anistia

ABRIL

4 - Em um comício em Jataí (GO), o candidato à presidência da República, Juscelino Kubitschek, anuncia que vai construir Brasília.

NOVEMBRO

11 - Golpe da legalidade: o general Henrique Lott, ministro da Guerra, toma o Rio com 25 mil soldados para garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

134ª à 136ª Sessão
de julgamento
10/11 setembro - 2008

Parceiro
Petroquímicos de Camaçari



ANISTIA: A DIGNIDADE APÓS 23 ANOS
SEGUIDOS POLÍTICOS DA GREVE DO PÓLO DE 85.

ANISTIA, UMA NOVA PÁGINA NA HISTÓRIA DA BAHIA
SEGUIDOS POLÍTICOS DO PÓLO DE CAMAÇARI.

ANISTIA, UMA CONQUISTA DO ESTADO DE DIREITO.
23 ANOS DE LUTA DOS TRABALHADORES DO PÓLO.

8ª CARAVANA

Salvador/BA

CARAVANA NA BAHIA REPARA PERSEGUIÇÕES

Ao contrário do que acontece em sua rotina de silêncio e de introspecção intelectual, a Biblioteca Pública de Salvador tornou-se um espaço repleto de sons e de movimentos, nos dias 10 e 11 de setembro de 2008. Celebrou-se ali o encontro de gerações na 8ª Caravana da Anistia, evento organizado em parceria com Governo do Estado da Bahia e o Grupo Tortura Nunca Mais do Estado, para julgamento coletivo de processos de 12 perseguidos políticos da Bahia e, numa vertente temática, de 51 trabalhadores do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Na abertura do fórum, cujos trabalhos foram conduzidos pelo presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, houve apresentação de música e de dança feita por grupo de jovens, sob orientação de Frei Fernando, ex-militante da ALN, preso e torturado durante a ditadura.

Entrelaçada com a apresentação dos jovens baianos, a programação do primeiro dia do evento contou ainda com uma representação lúdica inusitada, somente possível por meio da metalinguagem da arte. Numa volta no tempo, a figura de Frei Fernando se destacou do palco da Biblioteca e de seu papel de mentor de jovens talentosos, para compor a tela de cinema, no filme "Batismo de Sangue", de Helvécio Raton. Baseado no livro homônimo de Frei Betto, o filme conta a história do envolvimento de frades dominicanos, entre eles o então jovem e idealista Frei Fernando, no apoio logístico e político à ALN de Carlos Marighella.

Sob tortura das forças de repressão, Frei Fernando e Frei Ivo se viram compelidos a revelar o local em que o líder da ALN, Carlos Marighella, estaria reunido. Emboscado, Marighella não consegue fazer frente aos policiais do Dops de São Paulo, comandados por Sérgio Paranhos Fleury - delegado responsável por inúmeras mortes durante o período mais duro do regime - e foi assassinado na Alameda Casa Branca, no bairro dos Jardins. O ato culmina também na prisão de Frei Beto e Frei Tito e, mais tarde, no suicídio do segundo, na França, derrotado pelo forte trauma pelo qual passou nas mãos dos policiais.

Em seu primeiro dia, a 8ª Caravana julgou os processos de um grupo de 12 militantes perseguidos e torturados pela ditadura: Alírio Feliciano Pimenta, Ana Maria Bianchi dos Reis, Carlos José Sarno, Ivan Alves Braga, João Luiz Silva Ferreira, José Fidelis Augusto Sarno, Lia Terezinha Bianchi dos Reis, Manoel Amorim Souza, Milton Mendes Filho, Nemésio Garcia da Silva, Odilon Pinto de Mesquita Filho e Winston Araújo de Carvalho.

Alírio Feliciano Pimenta era conferente de carga e descarga do Porto de Salvador e filiado ao Sindicato da categoria. Em 1975 foi preso juntamente com sua mulher, na Operação Acarajé. Acusados de serem ligados ao PCB, foram duramente perseguidos.

As irmãs Ana Maria Bianchi dos Reis e Lia Terezinha Bianchi dos Reis iniciaram-se na militância política na Juventude Universitária Católica no Rio Grande do Sul, na década de 60. No início dos anos 70 mudaram para Itabuna, na Bahia, onde continuaram a militância na APML. Foram presas e processadas. Hoje residem em Salvador.

Filiado ao PCdoB, Carlos Antonio Machado passou a viver na clandestinidade, a partir de 1972, com o nome de Mário Ribeiro Souza. Essa mudança radical em sua vida aconteceu como fuga de sua prisão preventiva decretada como resultado de IPM, por sua participação no movimento estudantil. Com isso, teve que interromper seu curso de Engenharia, na Universidade Federal da Bahia, e seu estágio na empresa FNV Equipamentos Industriais.

Carlos José Sarno foi preso em 1968, por participar do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna. Em 1970, já como integrante da VAR-Palmares, foi capturado pela Oban e preso, durante dois anos e seis meses, no Presídio Tiradentes, em São Paulo, e impedido de continuar o curso de Filosofia.

Ivan Alves Braga era militante da Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO), quando foi preso em 1972. No ano seguinte, foi condenado a dois anos e seis meses de reclusão.

O currículo de militância de João Luiz Silva Ferreira registra passagens pelo PCB, do PCdoB, do PCBR e do MR-8. Preso na Bahia, em 1970, viveu na clandestinidade até exilar-se no Chile e, depois, na

Suécia com sua esposa, que cometeu suicídio no exílio. Retornou ao Brasil, em 1979.

José Fidelis Augusto Sarno foi vice-presidente da Coordenação Universitária da UNE, em 1965, e, no ano seguinte, presidente da entidade. Integrante da AP, foi sequestrado em abril de 1972, em Porto Alegre (RS) e preso no Deops gaúcho. Foi libertado sob condicional da Ilha do Presídio, em 1972.

Membro de uma dissidência do PCB, Nemésio Garcia da Silva atuava no movimento estudantil, no meio operário metalúrgico e entre os camponeses do estado da Bahia, liderando várias lutas sindicais. Preso em 1969 por envolvimento com as organizações ALN e VAR-Palmares, foi exilado, depois de cumprir dois anos de detenção. Teve seu requerimento de anistia post mortem firmado por Sônia Maria Araújo da Silva.

Milton Mendes Filho era militante do MR-8. Preso em 1971, em Salvador, foi torturado por dois meses, até ser transferido para o Complexo Penitenciário Lemos Brito, onde permaneceu até o fim de 1972. Depois disso, voltou novamente à prisão, para cumprir pena de dois anos e seis meses, sendo solto no final de 1973.

Militante dos movimentos estudantil e dos camponeses do Maranhão e membro da AP, Odilon Pinto de Mesquita Filho passou a viver na clandestinidade, em 1969, com o nome de Luiz Antonio Viana. Preso em 1972, e submetido à tortura, foi condenado a três anos e seis meses de reclusão, sendo libertado em 1973.

Winston Araújo de Carvalho teve seu requerimento de anistia post mortem apresentado por Ieda Veiga Santana. Preso em 1975 e condenado a dois anos de reclusão, Carvalho teve rompido unilateralmente seu contrato de trabalho com o Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia (Derba). Foi libertado da prisão em regime condicional, em 1977.

No segundo dia, a 8ª Caravana julgou 51 requerimentos de trabalhadores do Pólo Petroquímico de Camaçari - maior pólo industrial do Estado da Bahia que abriga mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade, como indústria automotiva, de celulose, metalurgia do cobre, têxtil, bebidas e serviços.

Em atuação desde 1978, Camaçari foi o primeiro complexo petroquímico planejado do País e hoje ostenta o título de maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul. Seu quadro de trabalhadores foi sempre bastante politizado. Por sua força de mobilização de grandes massas e poder de reivindicação, o movimento sindicalista era alvo de intenso acompanhamento das forças da repressão, em todo País. Como parte dessa estratégia, as empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari criaram uma rede de monitoramento de toda atividade sindical e política dos trabalhadores. Em cada empresa havia uma divisão especial de acompanhamento das atividades dos trabalhadores, com participação de militares graduados.

Em 1985, 171 petroquímicos foram demitidos por justa causa após greve da categoria. Na época, o movimento paralisou o complexo petroquímico durante 15 dias. Seus nomes passaram a integrar os arquivos do SNI e a "lista suja" disseminada entre as indústrias do Pólo e também de outros Estados. Discriminados política e profissionalmente, não conseguiram recolocação no mercado de trabalho na Bahia e, grande parte deles, teve que optar por ocupações estranhas à sua formação e habilidade técnica.

70

1955

DEZEMBRO

1 - A militante negra Rosa Parks recusa-se a dar lugar a um branco num ônibus do Alabama, vai presa e faz eclodir o movimento que liquidaria a segregação no transporte coletivo dos EUA.

22 - Fundado o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e estudos Sócio-Econômicos).

Uma nova paisagem surge no Pólo

Iniciada no dia 27 de agosto de 1985, a greve dos trabalhadores do Pólo Petroquímico de Camaçari quebrou vários paradigmas do movimento operário da época. A começar pelo fato de ter sido a primeira vez no planeta em que todo um pólo petroquímico fora paralisado por operários em greve. O fato também foi notável para o movimento sindical baiano (Camaçari está a 41 km de Salvador) que colocou frente a frente sindicalistas combativos e lideranças com propensão à conciliação.

E ao longo dos 16 dias em que o movimento se estendeu, os 15.000 grevistas de Camaçari mobilizaram-se não apenas por suas reivindicações salariais, mas contra a maneira arrogante, autoritária e desqualificadora com que eram tratados pela direção das empresas.

Um pólo petroquímico é formado por várias empresas que dividem um mesmo espaço físico. Como os processos de transformação do petróleo e do gás exigem diferentes subprodutos gerados na quebra do petróleo, essas empresas trocam entre si as matérias-primas resultantes dos diferentes processos produtivos ali presentes. As diversas indústrias dependem de uma Central de Utilidades, que fornece o vapor, a energia elétrica, a água e o ar comprimido necessários para colocar o pólo em movimento.

Essa explicação é necessária para entender uma das mais ousadas ações da Greve de Camaçari. A Central de Utilidades era a Copene. Caso ela parasse de funcionar, todo o Pólo teria de suspender suas atividades por falta dos insumos básicos. E foi o que fizeram os grevistas. Ocuparam a Copene e paralisaram

sua produção. No segundo dia da greve, todo o Pólo estava parado, estando todas as fábricas, 15 no total, incapazes de produzir. As chefias pressionavam e ameaçavam, chegando a enviar funcionários às casas dos grevistas, ameaçando suas famílias.

A repercussão foi imensa. Em 1985, o Pólo de Camaçari era responsável por 45% da produção nacional de petroquímicos e por 27% do ICM gerado na Bahia. No sétimo dia de greve, o Tribunal Regional do Trabalho reconheceu a legalidade da greve, mas determinou a reintegração de posse das fábricas ocupadas. Com a ordem de liberar as fábricas, os patrões conseguiram retomar a produção, lançando mão de engenheiros e técnicos que não aderiram à greve e trazendo profissionais de locais distantes de Camaçari, como São Paulo e Rio Grande do Sul. A produção reiniciou. Junto com ela, tiveram início as demissões. No total, 200 perderam seus empregos.

A greve terminou sem que as reivindicações dos trabalhadores fossem atendidas. Mas o movimento petroquímico não foi derrotado. A demissão dos que aderiram à greve permitiu que a mobilização operária fosse mantida, com uma grande adesão às coletas em dinheiro para o fundo de solidariedade aos que perderam o emprego e para a criação de um fundo de greve, para futuros movimentos. Na direção dos sindicatos, os dirigentes mais combativos conquistaram de maneira definitiva seus espaços. O movimento sindical em Camaçari havia vencido os anos de chumbo da repressão e da intimidação.

71

1956

FEVEREIRO

11 - Oficiais da FAB rebelam-se contra o governo, sequestram um avião e vão para Jacareacanga, no Pará. Rendem-se em duas semanas.

Nikita Kruchev, secretário-geral do Partido Comunista Soviético, denuncia os crimes de Stalin no XX Congresso.

MARÇO

JK propõe a anistia plena e irrestrita aos rebeldes e aos que conspiraram contra sua posse.

DEPOIMENTO

MAURO MENEZES

72

“O voto da relatora traz aspectos novos ainda desconhecidos, de como havia um monitoramento, um controle, um crivo político em relação à militância política e sindical no pólo de Camaçari. Então, trata-se de um voto memorável de uma página que se colocará ao lado de tantas outras páginas memoráveis escritas pela Comissão de Anistia. Quero dizer que, de fato, Salvador é um lugar de referência para muitos de nós, a biblioteca central dos barris. Referência de cultura, referência de liberdade do debate. A vinda da Comissão à cidade de Salvador, no estado da Bahia, é algo que nos emociona e nos enriquece. Falarei aqui em prol dos requerentes que terão os processos ainda apreciados. Falarei da exata dimensão de como se obteve, em um estado como o nosso, o resgate da democracia. Havia um movimento político imbricado com o movimento social. É verdade que se tratava de uma geração já favorecida, porque já se atenuavam os paradigmas de repressão, que nos anos 1970 atingiram sua culminância. Mas não vamos aqui fazer uma competição dramática de quem foi mais ou menos sacrificado. Todos foram sacrificados. Por conta de ideais e de compromissos com seus semelhantes, vidas foram destruídas, carreiras absolutamente levadas pelo ralo. Pessoas que não conseguiram se reconstruir, famílias apartadas, sonhos destruídos. Realidades semelhantes

entre aqueles que sofreram os males da tortura e aqueles que no movimento operário tiveram a coragem de construir um sindicato, fazer greve, lutar pela democracia no país e por um novo modelo de relações de trabalho no Brasil. Em 1985 ainda vigorava o entulho autoritário, todos se recordam. A máxima, que em todas as ditaduras o movimento operário é o primeiro a ser perseguido e o último que deixa de ser perseguido, se confirma. Em Camaçari, assim como na companhia siderúrgica nacional e em outros estratos do movimento operário, em 1985 ainda foi um período de grande repressão, cujas marcas permanecem hoje nos rostos e na vida dos operários aqui presentes. O entulho autoritário estava assentado na presença de militares reformados, uma das empresas era presidida pelo ex-general reformado Ernesto Geisel. Várias fábricas, com presença e direção de ex-ministros militares, referências na ditadura militar. O serviço de inteligência da Petrobras seguiu os passos daqueles, que desde a década de 1970, eram militantes. Esses que foram perseguidos politicamente na greve de 1985, em 1983, antes dela, constituíam comissões em fábricas. Esses que são requerentes hoje não surgiram por geração espontânea em 1983 e 1985. Eles estavam nos subterrâneos da luta. Na década de 1970, eles já eram militantes. Em 1985, pelas peculiaridades no pólo de Camaçari, foi o mo-

1956

MAIO

31 - Rebelião estudantil-popular chefiada pela UNE contra o aumento da passagem de bonde. Quebra-quebra, ocupação do Rio pelo Exército, um morto.

OUTUBRO

23 - Tropas russas invadem a Hungria.



“

As Caravanas de Anistia possibilitam o diálogo entre a geração que lutou contra a ditadura militar e as gerações atuais que desejam aprofundar a democracia”.

Iara Xavier Pereira, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

mento culminante, e ali se abateu a repressão, ali se abateu a condenação da vida daquelas pessoas. Então é, de fato, o reconhecimento de que ali existiu uma perseguição eminentemente política, como o voto da relatora demonstrou. Isso há de se dizer aqui, porque durante muitos anos na Bahia a verdade foi escondida e negada. Com isso, padeceram todos que estão aqui requerendo, uns mais, outros menos, mas todos padeceram. Então é histórico o que estamos aqui assistindo. O momento em que se diz efetivamente que houve na Bahia, em um grau até mais perverso, uma perseguição política, se abateu sob o movimento sindical e operário. É claro que esses operários não baixaram as suas cabeças. Eles continuaram lutando e graças a essa luta, os ventos democráticos nos permitem estar aqui hoje, vivendo a liberdade que vivemos. O poder começa a ser compartilhado com a população baiana. Mas há um resgate a ser feito, um resgate que não pode ser apenas simbólico. É claro que a honra de ver aqui o movimento de 1985 ser descrito como um movimento patriótico é algo a se louvar. Todavia, há um aspecto que precisa ser destacado: como foi conduzida a vida desses indivíduos daí por diante. É claro que não se espera de um perseguido que padeça ao máximo os efeitos da perseguição, para que um dia ele os exiba e obtenha a máxima reparação. Todos eles, por-

que tinham família, porque tinham uma vida, precisavam ir em busca da reparação. Alguns deles foram à Justiça do Trabalho. É curioso que a Justiça do Trabalho naquela década de oitenta, ainda era, e até hoje ainda é, em parte, uma justiça de uma origem distorcida em relação à missão constitucional a que se propõe: reparar os prejuízos da relação capital trabalho. Nós sabemos que é uma justiça corporativa, e naquele momento tinha mais um caráter repressivo do que um caráter voltado a contemplar a reparação dos trabalhadores. Chama atenção que o Tribunal Regional do Trabalho do estado da Bahia, tivesse, como teve, a coragem de, naquele momento, dizer que a greve não era ilegal. Mas os processos de reintegração se reproduziram, e assim como no caso do primeiro requerente, que teve frustrada a reparação judicial, muitos outros que aqui estão têm uma história lastimável, em que a Justiça do Trabalho não foi capaz de dar essa efetividade. Se em alguns casos não houve sequer a sentença favorável, em outros casos os mandados de reintegração foram absolutamente desconsiderados. Os pedidos de que a Justiça do Trabalho desse efetividade às suas decisões foram inúteis. Essa instituição (Comissão de Anistia) não tem cancelas, tem suas diretrizes baseadas nos direitos humanos, coisa que a Justiça do Trabalho daquele tempo não tinha”.

73

Mauro Menezes - representante dos anistiados do Pólo Petroquímico de Camaçari/BA.

1957

Fernando Henrique Cardoso e sete outros professores e alunos da USP começam a se reunir para discutir a obra de Marx.

MARÇO

25 - Tratado de Roma; seis países criam a Comunidade Econômica Europeia.

O PCB abranda sua linha política e passa a defender uma aliança com a burguesia.

**144ª Sessão de Julgamento
19 setembro - 2008**

Parceiros

Universidade Federal
de Alagoas
Secretaria de Estado da Mulher
- Cidadania e Direitos Humanos



9ª CARAVANA

Maceió/AL

PRECONCEITO CONTRA OS 'SUBVERSIVOS' NÃO ACABOU

“Sofri torturas horríveis, muitos choques elétricos que afetaram minha memória. Fui condenado à prisão perpétua e a mais 15 anos”, conta o professor da Ufal, Antônio Esperidião Neto. Membro da ALN, o então jovem seminarista Esperidião foi perseguido entre 1964 e 1968. Foi obrigado a viver na clandestinidade e, posteriormente, no exílio, na França, Itália, Suíça e em outros países, até voltar ao Brasil, em 1970, quando foi anistiado.

“Essas são nódoas graves que o Brasil precisa reparar. São crimes imprescritíveis e, portanto, é necessário pôr essas questões a limpo e responsabilizar quem os cometeu”, defende o ex-deputado Aldo Arantes, ex-presos político em Alagoas, cuja resistência à Ditadura e defesa da Democracia renderam-lhe homenagem na 9ª Caravana da Anistia, realizada em Maceió, Alagoas, em 19 de setembro de 2008. O evento foi uma parceria entre a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a Ufal, e o Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos.

Presidente da UNE, entre 1961 e 1962, o advogado Aldo Arantes viveu na clandestinidade por 11 anos, a partir de 1968, em função de perseguição política. Ficou preso por seis meses em Alagoas e por quase três anos em São Paulo. Na prisão, sofreu todo tipo de tortura.

“A sociedade mantém uma atitude preconceituosa em relação às pessoas que sofreram durante o período militar; elas ainda são taxadas de comunistas e hostilizadas”, disse a vice-presidente da Comissão da Anistia e conselheira Sueli Aparecida Bellato, que presidiu os trabalhos da 9ª Caravana, no auditório Aqualtune do Palácio República dos Palmares. Para quebrar essa teia de preconceitos, que dá suporte a situações que ainda perduram na atualidade, como as da tortura nas prisões comuns, é preciso que o Brasil reconheça oficialmente que errou e não cumpriu a lei, afirma Sueli.

Desde a primeira metade do século XX, o Brasil é signatário da Convenção de Genebra que, entre outras cláusulas, proíbe a tortura. “Não se trata de punir as autoridades que permitiram a violação dos direitos das vítimas, mas de responsabilizá-las pelos atos”, enfatizou a Vice-Presidente da Comissão de Anistia. Para a secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, Wedna Miranda, um dos méritos incontestáveis das Caravanas é exatamente o de propiciar o resgate histórico e oficial do que foi o crime de tortura e revelar fatos que lesaram a humanidade.

O programa da 9ª Caravana em Maceió contou com palestra do conselheiro da Anistia, Narciso Fernandes, sobre “A Anistia Política no Brasil e a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça”, seguida da fala de Aldo Arantes. A programação seguiu com a abordagem dos temas “Tortura: Crime contra a Humanidade” e “Os Efeitos do Crime de Tortura no Campo da Subjetividade Humana”, respectivamente pelas professoras da Ufal, Elaine Pimentel e Ruth Vasconcelos.

Durante a solenidade, foram doados documentos da época da Ditadura Militar que estavam em poder da Ufal. Segundo Leonardo Suarez, assessor técnico da Comissão, o acervo soma cerca de 15 mil documentos que pertenciam aos arquivos do antigo Deops do Estado: “são fotos, fichas e relatórios sobre as atividades dos presos políticos de Alagoas”.

A 9ª Caravana da Anistia julgou oito requerimentos de alagoanos perseguidos, torturados e presos durante o período militar: Clístenes de Miranda Pinto, Helvécio Alves de Mendonça, Jefferson Barbosa Teixeira, João Olímpio da Silva, José Teixeira da Silva, Rholine Sonde Cavalcante Silva, Stefane Brito Lins, Valmir Costa.

No período do regime militar, o jornalista e professor universitário Stepane Brito era estudante em Recife, Pernambuco, onde foi preso em maio de 1979. Nos três meses em que esteve preso, Brito foi vítima de torturas físicas e psicológicas. Mesmo tendo sido absolvido, em 1971, foi demitido da Indústria Fibras Sintéticas da Bahia. Por causa das perseguições, só concluiu o curso de Jornalismo dez anos após sua primeira prisão.

Brother Sam esteve por aqui em 1964, e não foi para salvar a democracia

Apesar de nunca reconhecido oficialmente, documentos que se tornaram públicos comprovam: de forma direta e indireta, os Estados Unidos participaram do golpe de Estado de 1964 e apoiaram as ações dos militares durante a ditadura.

Os documentos secretos do Arquivo de Segurança do EUA, disponibilizados no site da George Washington University em 2008, revelam que a CIA estava de olho no Brasil desde a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961. Temendo a crescente organização popular do início dos anos 1960, a CIA interveio em entidades e tentou cooptar grupos de estudantes, religiosos e empresas. Destacou agentes secretos para acompanhar manifestações de rua como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade – passeatas que ajudaram a criar, junto à opinião pública, as condições políticas para o golpe militar. A Casa Branca também tentou fazer com que os maiores jornais norte-americanos publicassem textos críticos a João Goulart e favoráveis aos militares antes do golpe.

76

Em 1964, o presidente estadunidense Lyndon Johnson, que assumira a Presidência do país após o assassinato de John Kennedy, no final de 1963, acendeu a luz de alerta. Os relatórios do então embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, falavam do crescimento de adesão ao presidente João Goulart. Três dias antes do golpe de 31 de março, junto com o diretor da CIA John McCone e os secretários de Defesa e de Estado, Robert McNamara e Dean Rusk, foi decidida a ação de apoio aos golpistas.

A estratégia foi chamada de “Operação Brother Sam”. Um petroleiro com combustível foi deslocado do Porto de Aruba para as imediações de Santos. A estratégia incluía o envio de três navios-tanques, um porta-aviões, quatro destróieres, dois navios-escolta e quatro petroleiros com 533 mil barris de combustível. Acompanhando os navios, 110 toneladas de munição.

Além da ação militar, o plano previa também restrições econômicas para enfraquecer o governo Goulart, como modificação da negociação da dívida externa, restrição de empréstimos e maior tributação na comercialização de café. Com os militares no poder, os Estados Unidos abriram nova linha de crédito que ajudou a economia brasileira e, no longo prazo, deu sustentação ao chamado milagre econômico, dos anos 70.

Na troca de correspondências, o governo norte-americano justificou a intervenção no Brasil como uma tentativa de evitar “outra Cuba”. Revelava assim o medo de que o modelo socialista da revolução cubana, de 1959, se espalhasse pelo continente.

No contexto da Guerra Fria, em disputa pela hegemonia política com a União Soviética, os Estados Unidos tentavam a todo custo manter sua influência na América Latina. Nessa batalha, valiam todas as armas: de forma velada ou às claras, os EUA partiram para o ataque e participaram, entre outros, do golpe de Estado da Guatemala, em 1954, da invasão da República Dominicana em 1965, e do golpe militar e assassinato do presidente Salvador Allende, do Chile, em 1973.

1957

AGOSTO

27 - Passeata no Rio contra lei que limita o direito de greve.

OUTUBRO

4 – A União Soviética lança O Sputnik, o primeiro satélite artificial da Terra. Tem início a corrida espacial.

15 - Greve geral em São Paulo: 400 mil trabalhadores durante 10 dias.



DEPOIMENTO NIVALDO PINTO

sobre CLÍSTENES PINTO

“Nossa família teve uma militância política muito prolongada, desde o tempo do meu pai, em 1930. Ele fez parte da Aliança Nacional Libertadora. Em função dessa militância, fomos vítimas da ditadura de Vargas. Essas perseguições nós conhecemos muito antes da ditadura de 1964. Fizemos escolhas ideológicas, políticas, e acho que as pessoas que fizeram essas escolhas, apesar de todo o sofrimento, toda a renúncia, tinham uma razão pessoal. As maiores vítimas não fomos nós, foram os filhos que tiveram que amargar essas agruras que são reminiscências muito complicadas. O estado de Alagoas sempre foi muito marcado por ser um estado oligárquico, com uma história de intolerância. Praticamente em todos os séculos da nossa história só não foram obrigados a sair daqui aqueles que silenciaram ou compactuaram com o poder. Os livres pensadores nunca tiveram um espaço de militância política, porque isso era impossível. No golpe de 64, havia um clima de hostilidade tão grande nessa cidade que se escrevia nos muros “morte aos Miranda”. Não só o ramo da minha mãe, mas também o do meu tio, todos eles foram estigmatizados em função da militância política de alguns membros da nossa família. Então nós sempre sofremos. Alguns morreram. Minha família nunca mais se reuniu, nunca mais esteve junta. O Clístenes não conseguiu realizar o seu sonho. Sonhava em ser engenheiro, porque tinha muito talento no desenho industrial. Várias vezes teve que renunciar a construir uma vida, assim como todos nós fizemos. Em 1973, eu tive que me exilar do Brasil, enquanto Valdemir foi para Cachoeirinha Mirim. Clístenes encontraria a morte exatamente nessa mudança de rumo. A situação se tornou absolutamente

insustentável, porque as fotos do nosso primo, Jader Miranda, perseguido pela ditadura, apareciam constantemente na televisão. Em função dessa diáspora, fui para o exílio. Essa dívida do Estado brasileiro não poderá ser paga jamais, porque isso não pode ser contabilizado em bens materiais. As cicatrizes nunca se fecham, mas a anistia é um ato de justiça. O Clístenes foi uma vítima, não pôde completar seus sonhos, não pôde criar sua família, não pôde se reunir aos outros. Para a organização de sindicatos rurais, éramos obrigados a enfrentar as milícias dos latifundiários, isso muito antes do Golpe. Falar de reforma agrária era uma coisa satânica, tal era o grau de conservadorismo. Tudo era muito difícil. Nesse contexto, quero acentuar que o Clístenes conseguiu passar por algumas barreiras. Em 64, no dia do Golpe, ele estava operado de uma hérnia. Em função do golpe, em primeiro de abril ele teve que ser retirado do hospital ainda convalescendo. Aroldo Miranda foi o grande articulador de nossa fuga de Alagoas. Ele foi o responsável por tirar Clístenes do hospital e depois levá-lo até o Recife. Minha mãe, que sempre ficou na retaguarda, num determinado momento nos levou de madrugada para o Hotel Atlântico, do meu tio. O hotel já tinha sido invadido dezenas de vezes, porque diziam que nos porões havia arsenais de armas. Nós dissemos: “mãe, o Hotel Atlântico é exatamente onde eles estão indo”. “Por isso mesmo”, respondeu ela, “lá é o último lugar que eles vão imaginar que vocês estejam”. Eu quero agradecer esta oportunidade e dizer que, para nós, é uma reparação que tem valor como um ato de justiça que precisa ser estendido para todos os brasileiros que ainda sofrem nas prisões do nosso país.”

Clístenes Pinto - Anistiado político durante a 9ª Caravana da Anistia

1958

Surge a expressão “nouvelle vague”, que designa o novo cinema francês.

Elizeth Cardoso grava o LP *Canção do amor demais*, na faixa “Chega de saudade”, João Gilberto a acompanha ao violão com uma inédita batida que seria chamada, meses depois, bossa nova.

FEVEREIRO

22 - Estreia no Teatro de Arena, SP, *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, peça da safra cultural semeada pelo CPC da UNE.

145ª Sessão de Julgamento
23 setembro - 2008

Parceiros

Associação do Sindicato dos
Metalúrgicos do ABC
Câmara de Vereadores de
São Bernardo do Campo



10ª CARAVANA

São Paulo/SP

“LEVAMOS UM DOS NOSSOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA”

A assembleia de cerca de 200 pessoas entre anistiados, procuradores, advogados e conselheiros, instalada na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, em São Paulo, naquele dia 23 de setembro de 2008, em nada lembrava os históricos encontros de metalúrgicos do ABC, das décadas de 1970 e 1980, nos quais despontou Luís Inácio Lula da Silva. Naquela época, milhares de trabalhadores da indústria automotiva da região, mesmo correndo perigo de prisão e tortura, se concentravam nos pátios das montadoras para discutir aumento salarial, direitos trabalhistas e a volta da democracia.

Unindo as pontas do presente e do passado está a memória dos 41 ex-metalúrgicos, cujos processos foram julgados em bloco nessa 10ª Caravana da Anistia. O macacão de operário e a farta barba a la Che Guevara cederam lugar aos cabelos brancos e aos suéteres. O destemor, no entanto, ainda é o mesmo daquela época em que essas lideranças mobilizavam em greve mais de 500 mil trabalhadores.

O peso das perdas humanas e econômicas sofridas com a perseguição política, não fez os metalúrgicos do ABC paulista se arrependem das opções que fizeram. Ainda seguem convictos de seu papel estratégico na luta pela abertura democrática do País.

“Queríamos uma sociedade melhor, lutávamos pelo socialismo e isso valeu a pena. Conseguimos levar um dos nossos à Presidência da República. Lula provou que operário sabe governar”, orgulha-se Jaime Vicente da Silva Ferreira, cujo anúncio de anistia feito nessa 10ª sessão da Caravana foi um dos mais festejados.

Jaiminho, como é chamado pelos antigos colegas de militância política e sindical, é uma reconhecida liderança daqueles tempos em que, devido à perseguição, teve que deixar o sindicalismo e sobreviver à margem do mercado de emprego. Vivendo na favela Santa Cruz, passou a ganhar a vida fazendo bicos. “O pior efeito da ditadura é o psicológico”, diz o ex-operário que ainda hoje alterna períodos de equilíbrio emocional com fases de depressão.

Outro que faria tudo igual é Narruden Paulo Valadares, de 69 anos, que teve uma perna amputada em decorrência de ferimentos provocados em choque com a polícia, por ocasião de uma greve, no final da década de 1970. “Agora, fico feliz de ver o Lula, que nos liderava naquelas greves, na Presidência de meu País”.

“Estamos diante de uma sessão histórica que assume o compromisso de reparar as vítimas desse período histórico. Devemos lembrar que hoje, 23 de setembro, um grande sindicalista está discursando para o mundo, na abertura da Assembleia-Geral da ONU em Nova York: o presidente Lula”, afirmou o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão.

Realizada em parceria com a Associação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e com a Câmara de Vereadores do Município de São Bernardo do Campo, a Caravana teve a presença do deputado federal Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT-SP), de Antônio Alencar Ferreira, diretor do Sindipetro de Campinas, e do presidente da Associação dos Metalúrgicos Anistiados (AMA-ABC), Manoel Anízio.

O orgulho de ter pertencido a uma história que ajudou a mudar a trajetória do País é um constante no relato dos 41 ex-metalúrgicos, cujos processos de anistia foram julgados.

Os sindicatos entram na luta pela redemocratização

No dia 28 de agosto de 1974, em um discurso para os dirigentes da Arena, partido de sustentação política do governo militar, o presidente Ernesto Geisel proferiu a frase que serviria, ora como acelerador, muitas vezes como breque, muitas vezes como fonte de esperança e quase sempre de decepção e ansiedade para os que esperavam pela redemocratização do Brasil. Segundo o Geisel prometera, haveria uma transformação política no País, na forma de uma “lenta, gradativa e segura distensão”.

Estava exposta de maneira explícita a determinação do presidente em controlar com o pé no freio o ritmo de descompressão da sociedade brasileira, sobre a qual o regime começava a perder, mesmo que ainda de maneira incipiente, o controle. Mas nos avanços e recuos que se sucederem nos próximos 11 anos, a redemocratização parece ter sido percebida como lerda demais para as esperanças democráticas e demasiadamente açodada pelos espíritos totalitários.

Várias forças na sociedade tentavam alargar a abertura política que era prometida. A igreja progressista, os chamados “autênticos” do MDB, associações como a OAB, a ABI, intelectuais, universitários, artistas, entre outros, encontraram um espaço maior, embora ainda vigiado e sujeito aos desmandos da ditadura, para se manifestarem timidamente no gover-

no Ernesto Geisel.

Em 12 de maio de 1978, surge na cena política nacional um novo e inesperado personagem: o metalúrgico em greve. Aliás, 3.000 novos personagens, todos empregados na fábrica de caminhões Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, que decidiram paralisar suas atividades reivindicando um reajuste salarial de 20%. Em poucos dias, metalúrgicos de outras empresas do ABC - Ford, Volkswagen e Mercedes - aderiram ao movimento. Pela primeira vez desde 1968, quando as greves em Osasco e Contagem foram duramente reprimidas, uma paralisação dos trabalhadores desafiava a ditadura.

E a novidade não era só essa. Além da pauta econômica, os metalúrgicos colocavam na pauta questões com um leve aroma político: queriam negociar diretamente com os patrões, sem a mediação da Justiça do Trabalho obrigatória por lei, conforme explicava o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo: “o Sindicato, fiel aos seus deveres legais e atento às necessidades de seus representados, assumira o comando das negociações, primeiro com a Scania, depois com as demais empresas.”

Há muito não se ouvia um líder sindical falar dessa maneira. Fora dos pátios das fábricas de São Bernardo, poucos o conheciam. Mas a sua voz rascante, a barba selvagem e a

80

1958

ABRIL

Chega às ruas o primeiro carro de passeio brasileiro, o DKW – Vemag.

JUNHO

29 - A seleção brasileira vence a Suécia por 5 a 2 e leva a Copa do Mundo. Pelé, Garrincha e Didi heróis nacionais.

SETEMBRO

12 - Jack Kilby, EUA, inventa o chip (circuito integrado), coração da revolução informática do fim do século 20.



As Caravanas da Anistia têm cumprido um papel essencial para a divulgação, sobretudo entre as novas gerações, dos crimes hediondos cometidos pela ditadura militar e seus sicários. Além de agilizar a apreciação e decisão dos processos de anistia, promovendo a reparação devida a milhares de perseguidos pela ditadura e apresentando pedido formal de desculpas do Estado nacional às vítimas de tantas arbitrariedades, as Caravanas têm levado a diferentes pontos do País informações sobre esse período triste da nossa vida nacional, assim difundindo a ideia da necessidade de uma atuação permanente da cidadania para que a barbárie jamais se repita entre nós.”

Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa

ausência do dedo mínimo na mão esquerda logo seriam identificados, pela direita, como um perigoso agitador a mando da subversão e, à esquerda, como um líder que poderia finalmente trazer a força do proletariado para a luta contra o governo ditatorial. Luís Inácio da Silva, o “Lula”, irrompia no cenário nacional e começava a virar a mesa.

Essa mudança no mobiliário foi imediatamente detectada no TST, cujos ministros, acabavam por decretar ilegal a greve da Scania. “A situação política brasileira passou e está passando por uma brusca e louvável metamorfose, no sentido da democratização de suas instituições”, escreveu o ministro Mozart Vitor Russomano, responsável pela redação do acórdão do Tribunal. “As greves, como nós a estamos conhecendo no Brasil, são um fato inédito, pelo seu vigor, pela sua autenticidade. Neste sentido, são as dores do parto democrático.”

E o que vinha à luz era um sindicalismo inédito em relação ao que foi gestado nos anos 50, com a paternidade do populismo de Getúlio Vargas. Era o chamado “novo sindicalismo”, desvinculado tanto dos partidos de esquerda radicais quanto do PCB. Lula e seus companheiros eram os seus legítimos representantes.

Mas a mesa seria deixada mesmo de pernas para o ar nos dois anos seguintes.

Em março, uma nova paralisação no ABCD paulista. Dessa vez um greve geral que, segundo o Sindicato de Lula, envolveu 113 mil metalúrgicos em São Bernardo e Diadema; 47 mil em Santo André e 25 mil em São Caetano. Quase 200 mil operários de braços cruzados. O governo do presidente João Figueiredo colocou o sindicato sob intervenção, nenhuma reivindicação foi atendida. Um operário, Santos Dias da Silva, é morto pela PM em um piquete à frente da metalúrgica Sylvania. Seu enterro é acompanhado por 10 mil pessoas portando faixas pedindo anistia e sindicatos livres. Foram necessários quase dois meses de negociação até que patrões e empregados acertassem um acordo.

Em 1980, uma nova greve. Dura 41 dias, polariza todo o País e envolve 330 mil metalúrgicos no ABC e mais 15 cidades em SP. A Ditadura intervém no Sindicato. Helicópteros do Exército, com metralhadoras à vista, sobrevoam as assembleias. Vários sindicalistas são presos, Lula, entre eles, fica 30 dias encarcerado no Dops. Impedido de continuar sua militância sindical, Luis Inácio Lula da Silva tornou-se presidente do PT. A classe operária entrara na luta política. A ditadura continuava no poder, mas a distensão já não era mais lenta, nem gradativa.

OUTUBRO

30 - Grande manifestação em São Paulo contra o aumento do transporte. Há repressão e resistência, cinco mortos.

NOVEMBRO

21 - Inaugurada a fábrica da Ford em São Bernardo do Campo, SP.

DEPOIMENTO AUGUSTO PORTUGAL

82 “Em primeiro lugar, eu queria saudar as decisões da Comissão que restabelecem aquilo pelo qual nós há muitos anos lutamos. Lutamos aqui, nas fábricas, nas ruas, por justiça, que naquele momento significava lutar por mais democracia. Reconhecer a nossa condição de anistiado político é reconhecer o justo e valoroso papel que nós tivemos, os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na luta pela redemocratização do país. É o reconhecimento da superação de uma situação que tanto mal fez ao país. O ‘rasgar a lei’ e empossar governantes que não foram eleitos, como aconteceu em 1964, causou imensos males ao país. E o reconhecimento de nossa condição de anistiados políticos é sepultar de vez a tese dos que atribuíam caráter meramente reivindicatório ao Movimento dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e não ressaltavam esse aspecto político importante em todas as perseguições que nós sofríamos. Nós da AMA consideramos que

a luta pela anistia continua. É uma luta pelo aprofundamento da democracia, para que vigorem os direitos humanos aqui. A gente sabe que isso significa lutar pela memória, pela punição dos torturadores, dos agentes de estado que perseguiram, maltrataram com dinheiro público vários combatentes, muitos dos quais foram mortos, muitos torturados.

Nós também entendemos que a reparação é reparação econômica. Nós não entendemos que estamos mercantilizando os nossos valores, nós temos o entendimento de que os valores de mercado, que se expressam em instrumentos como o Datafolha, que é uma pesquisa de caráter nacional, também se expressam em instrumentos mais adequados, por exemplo numa realidade regional, como a pesquisa do IMIS, a Faculdade de São Caetano, que trabalha melhor com os detalhes regionais. Nós sabemos que as médias nem sempre representam as situações reais e nós consideramos que o valor legítimo de mercado é

1959

JANEIRO

1 - Rebeldes de Fidel Castro tomam Havana. Vitória da Revolução Cubana.

MAIO

21 - Greve nas barcas Rio - Niterói gera enorme quebra-quebra: dois mortos, 112 feridos.



A frase de José Saramago “Se podes olhar vê, se podes ver repara” com que a sensibilidade de Maria Medeiros se permite iniciar o seu último filme intitulado “Repare Bem” – apresentado durante as Caravanas da Anistia –, revela a importância da sensibilidade no olhar e anuncia com primor o que tem acontecido nas Caravanas: a partir do reconhecimento pelo Estado Brasileiro do dano causado se constrói a possibilidade de reparação integral aos que foram alvo dos crimes praticados durante a ditadura.”

Vera Vital Brasil, psicóloga, coletivo/RJ Verdade, Memória e Justiça

dado pelas empresas. Nada mais indicativo que os valores de mercado que constam das declarações das empresas que estabelecem situações que não são cobertas pelas pesquisas. Seja porque esses cargos não mais existem, seja porque nas pesquisas se faz uma avaliação de cargo-salário que incluem empresas e trabalhadores terceirizados, portanto rebaixando os salários. Se nós entendermos que o valor de mercado atual, como diz a lei, consta do artigo que estabelece a pesquisa de mercado, mas precedendo as declarações das empresas que constam nos autos dos trabalhadores que foram perseguidos, e levantaram seus salários, registre-se, sem progressão, nós não consideramos que seríamos todos chefes, nós somos militantes políticos, nós somos lutadores pela democracia. Então nós fizemos que constasse a nossa situação real, essa situação foi declarada e consta nos autos de inúmeros trabalhadores das declarações de empresas. Então saudamos essa iniciativa, saudamos o reconhecimento do nosso papel de ator fundamental do

restabelecimento da democracia no Brasil, do caráter político e democrático do nosso movimento. Não estamos atrás de mercantilizar e fazer negociação de valores, queremos justiça, e justiça, inclusive, é reparação econômica. E a reparação econômica para ser precisa deve considerar as exceções. Deus está nos detalhes, e os detalhes dessa nossa situação exclui os companheiros que estão sendo injustiçados.

Nós pedimos justiça, nós pedimos a consideração de situações que devem ser contempladas, e algumas das quais não são contempladas com os instrumentos escolhidos pela comissão. De qualquer maneira, saudamos a continuidade pela luta pela anistia, pelos direitos humanos, pela democracia, que ainda está longe de consolidar no Brasil.

Certamente vai ter sempre os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, bancários, petroquímicos e todos os democratas para aprofundar o verdadeiro sentido da democracia no país, que ainda está longe de se alcançar.”

Augusto Portugal - Representante de 16 anistiados políticos da 10ª Caravana da Anistia.

JUNHO

28 – Juscelino Kubistchek rompe com o FMI em nome da soberania nacional.

OUTUBRO

O rinoceronte Cacareco consegue 90 mil votos na eleição municipal de São Paulo.

NOVEMBRO

3 - Nova rebelião da FAB. O coronel João Paulo Burnier sequestra um avião de passageiros e toma o campo de pouso de Aragarças, na Amazônia.

149ª Sessão de Julgamento
26 Setembro - 2008

Parceiros

Conferência Nacional dos
Bispos do Brasil - CNBB
Igreja Metodista
Comissão Brasileira de
Justiça e Paz
Conselho Nacional das
Igrejas Cristãs - Conic
Conferência Nacional
dos Religiosos do Brasil

11ª CARAVANA

Brasília/DF



DINHEIRO NÃO É O QUE IMPORTA, MAS SIM OUVIR UM PEDIDO DE PERDÃO

Perdão não é sinônimo de impunidade. Todo ato de violência deve ser responsabilizado. No entanto, “sem perdão não há reconciliação. Sem reconciliação não há paz”. As palavras do presidente da CNBB, dom Geraldo Lyrio Rocha, soaram forte no espírito de todos os presentes na 11ª edição da Caravana da Anistia, realizada em 26 de setembro de 2008, no Auditório D. Helder Câmara da CNBB, em Brasília. No ato, foram julgados os processos de 13 religiosos ou pessoas ligadas a instituições eclesiais que sofreram perseguição política, foram presas e torturadas durante o período de exceção no Brasil.

O rol de parceiros ecumênicos que promovem essa edição da caravana é histórico - CNBB, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil (CRB), Igreja Metodista (IM) e Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP).

Participam da solenidade o então ministro interino da Justiça, Luiz Paulo Teles Barreto; os ministros das secretarias Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Elói Ferreira, além do presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, bispos da CNBB e representantes de outras entidades religiosas.

A necessidade de se reconciliar com o passado, por meio do perdão, não foi apenas um recurso retórico utilizado por dom Geraldo Lyrio Rocha. Reconciliar, no entender do religioso, é antes uma necessidade de resgate da condição humana e social, pois atos de violência física, psicológica e moral podem gerar feridas irreparáveis nas mentes e corações daqueles que foram violentados. O perdão, o remédio reparador que leva à cicatrização pela paz, só pode nascer daquilo que é devidamente explicitado, daquilo que se torna cristalino na consciência, daquilo que se manifesta na palavra que é compartilhada com o outro, na arena social, afirmou.

“Uma reparação econômica jamais supre as sequelas que ficaram. Dinheiro nenhum paga isso. Muito mais importante foi ouvir o pedido de perdão de parte do Estado”, disse a diretora executiva da Cese, Eliana Bellini Rolemberg, uma das anistiadas na Caravana.

Eliana foi levada à Oban, o centro de investigações e tortura montado pelo Exército em São Paulo, em 1969, onde foi torturada por 20 dias. Passou dois anos na prisão, período em que seu marido e a filha de poucos anos de idade, viveram em Paris. Foi para esta cidade que ela se dirigiu assim que foi solta, em novembro de 1971. Só pôde retornar ao Brasil em 1979. Devido às sequelas físicas e psicológicas, Eliana jamais voltou a trabalhar na Secretaria de Educação do Estado de Sergipe.

O palco dessa Caravana temática foi o espaço para outros perdões e esforço de reconciliação com a dor do passado.

Representando o Colégio Episcopal, o secretário-geral da Igreja Metodista, bispo Stanley da Silva Moraes, pediu perdão ao ex-pastor estadunidense Frederick Birten Morris, mais conhecido por pastor Fred, pela omissão da igreja na época. O pastor Fred, metodista, chegou ao Brasil em 1964. Dez anos depois ele foi preso, torturado e expulso do País por ter cedido sua residência para reuniões políticas contra a ditadura.

Na visão do ministro interino da Justiça, Luiz Paulo Teles Barreto, acolher os desvalidos, os perseguidos e oprimidos é o papel histórico das entidades religiosas que mais se sobressaiu no período da ditadura. É fundamental reconhecer o papel da Igreja, seja ela católica, anglicana ou evangélica, na proteção às pessoas perseguidas durante o período de exceção no Brasil, disse o Ministro. “Muitos não tinham para onde ir e buscavam abrigo em templos. Esse papel hoje é reconhecido aqui, neste julgamento da Comissão de Anistia.”

O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, comunga da visão do Ministro Interino. “As igrejas sempre foram espaço de proteção dos injustiçados e perseguidos.”

Além de Eliana e do pastor Fred, foram anistiados Alanir Cardoso, Alípio Cristiano de Freitas, Elia Meneses Rola, Helder Soares Bebendo, Helena Soares Melo, Marcelo Pinto Cavalheira, Maria Emília Lisboa Pacheco, Nilmário de Miranda, Peter John McCarthy, Roberto Faria Mendes e Ruy Frasso Soares.

Um guerreiro de batina

Um homem baixo, franzino, de voz contida e mãos sempre em movimento foi uma ameaça aos militares durante o período da ditadura. Dom Helder Pessoa Câmara (1909-1999), arcebispo que preferia a batina branca aos cerimoniosos hábito negro e faixa vermelha, incomodou ao denunciar ao mundo as violações dos Direitos Humanos no Brasil.

Filho de um jornalista e uma professora primária, Helder Pessoa Câmara nasceu em Fortaleza, capital do Ceará. Ordenado sacerdote aos 22 anos, foi funcionário público e ocupou cargos de chefia em instituições públicas na área de educação. No Rio de Janeiro, para onde se mudou ainda jovem e foi eleito bispo auxiliar em 1952, fundou a Cruzada São Sebastião - para atender moradores de favelas -, e o Banco da Providência, destinado a ajudar famílias pobres. Foi um dos articuladores e fundador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instância máxima da Igreja Católica no país.

Aos 55 anos, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. A posse ocorreu em 12 de março de 1964, dias antes do golpe militar. Logo percebeu que a ordem democrática tinha sido quebrada e passou a mover intensa campanha internacional de denúncia de violações dos Direitos Humanos.

A postura determinada e enérgica de dom Helder Câmara lhe valeu os apelidos maldosos de “bispo vermelho” e “bispo comunista”. Durante o regime militar, foi impedido de ter acesso aos meios de comunicação. Nada do que falava era reproduzido; a censura baniu seu nome dos jornais e programas de TV e rádio. Paralelamente a isso, os militares tentavam, inutilmente, levantar provas de que ele era financiado por Cuba ou Moscou.

Em quatro anos consecutivos - de 1970 a 1973 - dom Helder Câmara foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz. Seu nome recebeu o apoio de cinco milhões de trabalhadores latino-americanos. Em sua defesa, vários grupos de parlamentares da Holanda, Suécia, França e Irlanda justificavam a possível premiação como uma manifestação valiosa de “solidariedade humana numa situação dominada pelo terrorismo e pela opressão”.

A indicação foi feita pelo vencedor do Nobel da Paz em 1968, o jurista francês René Cassin, para quem o bispo brasileiro simbolizava “a luta para a melhoria das condições de vida por meios pacíficos”. Dom Helder só não foi laureado por pressão expressa da embaixada brasileira em Oslo e do Ministério das Relações Exteriores do governo Médici, temerosos da repercussão de tal prêmio para o regime.

86

1960
1961

A pílula anticoncepcional começa a ser vendida nos EUA.

JANEIRO

Estudantes negros nos EUA começam a se manifestar contra a segregação racial em lugares públicos.

ABRIL

21 - JK inaugura Brasília.



DEPOIMENTO FREDRICK BIRTEN MORIS

“Em primeiro lugar, eu queria agradecer profundamente à comissão de anistia pelo convite de estar presente hoje nesse julgamento. Também quero elogiar a mesma por seus esforços em trazer justiça para todos aqueles que foram vítimas do regime militar que dominou o Brasil entre 1964 e 1985. É o primeiro passo para o saneamento das feridas deixadas por aquele regime na alma brasileira. A tortura embrutece e desumaniza não apenas aqueles que são torturados, mas aqueles que torturam. Aqueles que são intimidados pela tortura de outros e aqueles que se esforçam para ignorar o fato de que a tortura existe. A tortura desumaniza aqueles que são torturados, os tratando como menos que humanos, e frequentemente os forçando a realizar atos menos que humanos. Se uma pessoa é obrigada a traír amigos, companheiros e família pela tortura, o dano psicológico e espiritual poderá ser irremediável, sem falar nos danos físicos em que frequentemente resultam. A tortura desumaniza aqueles que torturam, além da psicopatologia enrustida e encorajada naqueles que praticam a tortura. Pessoas e governos que torturam por traírem o contrato social com seus semelhantes e efetivamente se retiram da comunidade humana. A tortura desumaniza aqueles que são intimidados por ela. Líderes religiosos que deixam de proclamar o evangelho em sua plenitude por medo; estudantes que deixam de fazer a busca da verdade por medo de represálias; trabalhadores que por medo de repressão não se permitem se organizar para defender seus interesses; políticos que somente podem carimbar propostas autoritárias de regimes ditatoriais por meio das consequências e ações de consciência. Todos esses, e de fato, toda a comunidade humana participam na desumanização coletiva causada pela

tortura. A tortura desumaniza aqueles que tentam ignorar sua existência, dizendo que é assunto interno ou uma fase passageira. Tal indiferença resseca as fontes de simpatia humana e quebram o contrato social da comunidade mundial que está preocupada com toda a família humana. Civilização e liberdade não são construídas nem podem ser mantidas por aqueles que adotam a postura da indiferença. Alguém poderia pensar que esse comentário seria se meter nos assuntos internos do Brasil, porque eu não sou brasileiro. Mas quando o governo do Brasil, por meio do seu exército e da sua Polícia Federal, me sequestrou e me torturou, me fez brasileiro, pois estava na mesma condição de milhares de brasileiros: sem liberdade e sem esperança. Então creio que tenho o direito de fazer essa observação: enquanto o Brasil não enfrenta total e abertamente o que passou nos anos entre o Golpe Militar de 1964 e a volta da semidemocracia em 1985, e decida punir os culpados por atos contra a humanidade como sequestro, estupro, tortura, assassinato e desaparecimento, que são crimes comuns e não políticos, não vai nunca sarar a chaga que existe ainda hoje na alma brasileira. Enquanto o Clube Militar pode realizar uma festa com participação de 2 mil oficiais militares para prestar homenagem a um dos maiores monstros da história da humanidade, o coronel Ustra (Carlos Alberto Brilhante Ustra), ex-chefe do DOI-CODI em São Paulo, sem mais nem menos, a chaga continuará. Não seria justa essa declaração, se eu não fizesse em público meu mais forte repúdio ao governo do meu país por seu uso da tortura e rendição para combater os chamados terroristas do mundo. Esse governo continua a cometer os mesmos crimes que estou denunciando aqui, e merece o repúdio de todos os povos do mundo.”

Fredrick Birten Moris - Anistiado político durante a 11ª Caravana da Anistia.

87

OUTUBRO

Jânio Quadros elege-se presidente do Brasil. João Goulart é o vice.

NOVEMBRO

14 - 400 mil marítimos e ferroviários fazem a Greve da Paridade. Querem o mesmo salário que os militares.

18 - Éder Jofre é o campeão mundial de Box dos pesos-galos.

157ª Sessão de Julgamento
10 Outubro - 2008

Parceiros

União Nacional dos Estudantes
- UNE

Memorial da Resistência de SP

Secretaria de Direitos
Humanos da Presidência
da República



12ª CARAVANA

São Paulo/SP

O QUE AS PAREDES CONTAM SOBRE O PASSADO

Objetos inanimados, como prédios e salas, não são capazes, por si mesmos, de contar histórias que tragam algum juízo de valor, mas registram um cenário de vivências capaz de transmitir para as gerações tardias um testemunho dos fatos transcorridos no seu interior. Se as paredes do prédio que abrigou o Deops/SP, entre 1940 e 1983, abrigaram atrocidades inomináveis, elas também passaram a servir de moldura para gestos tocantes de coragem, de fraternidade e de resistência legítima ao horror da violência do totalitarismo do Estado e ao limite da própria vida.

Pela intensa síntese histórica que representa, o Memorial da Resistência foi escolhido para sediar a 12ª Caravana da Anistia, realizada em 10 de outubro de 2008, em São Paulo. Se as atrocidades devem ser resgatadas do esquecimento para que jamais sejam repetidas, os gestos humanos mais sublimes devem ser enaltecidos para as futuras gerações como exemplos de solidariedade e de respeito às diferenças, aos princípios democráticos e aos Direitos Humanos.

Além da sessão de julgamento de seis processos de perseguidos políticos, a programação cultural do evento mostrou um rico mosaico de personalidades, que se congregaram na homenagem aos estudantes presos durante o 30º Congresso da UNE, realizado em 1968, em Ibiúna, no interior paulista.

“Lembro do Congresso de Ibiúna como se fosse hoje, apesar de eu não ter participado por ter sido preso em um congresso anterior”, conta o ministro da Justiça, Tarso Genro. “Eu fiquei ao mesmo tempo feliz e frustrado. Feliz porque não tinha ido e frustrado porque o congresso caiu. Era uma ingenuidade muito grande da nossa parte organizar um congresso que tinha centenas de pessoas. Mas foi um momento de grandeza e dignidade democrática do estudante brasileiro, que representava o povo lutando pelas liberdades civis e políticas”.

Os estudantes foram lembrados em dois painéis produzidos pela Projeto Memória e Verdade da SDH/PR: um com as fotos dos 23 estudantes mortos durante a ditadura militar e outro com a lista de 920 presos durante o Congresso em Ibiúna.

O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, ficou emocionado ao ver os painéis com os nomes e as fotos de pessoas que junto com ele participaram da luta contra a ditadura. “É parte da vida da gente, da história do Brasil, e rever as fotos de tantas pessoas que lutaram junto comigo - muitas delas morreram, entregaram a vida, foram mortas em condições terríveis - emociona”.

Para ele, o legado mais importante deixado pela geração de 1968 e todas as pessoas que lutaram contra a ditadura é o resultado concreto da democracia em que o Brasil se tornou. “Só quem viveu sob uma ditadura pode imaginar como é importante a democracia. A direita é mais democrática e a esquerda também. Os nossos conflitos, disputas, são resolvidos pelo debate político, pela disputa eleitoral. Isso é muito importante”.

Além dos ministros Tarso Genro e Franklin Martins, estiveram presentes à 12ª Caravana, o ministro da SEDH/PR, Paulo Vannuchi, os secretários da Cultura, João Sayad, e da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Marrey, e a presidente da UNE, Lúcia Stumpf.

Líderes estudantis da época - como Jean Marc Von der Weid, Wladimir Palmeira e José Dirceu - também estiveram lá para render tributo à memória da resistência contra a Ditadura.

O ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou que participar do evento em homenagem aos 40 anos do Congresso de Ibiúna, do qual ele participou, traz boas recordações, mas também saudades e tristeza pelos colegas que foram torturados e assassinados. “Mas serve também para recordar lutas, conquistas que tivemos, as mudanças que o Brasil sofreu a partir dessa geração que lutou pela democracia e pela liberdade”.

Os anistiados desta Caravana foram Américo Antônio Flores Nicolatti, Darci Gil de Oliveira Boschiero, João Mauro Boschiero, José Miguel Martins Veloso, Luiz Felipe Rattón Mascarenhas e Marcos José Burle de Aguiar.

Pãezinhos, saco de milho, alcaçuetes... A UNE cai em Ibiúna

90

A polêmica se estende há mais de quatro décadas e parece ainda estar longe de um consenso: o que teria provocado a queda do XXX Congresso da UNE, realizado clandestinamente em Ibiúna, cidade a 70 km da capital São Paulo. A desconfiança do dono de uma pequena padaria local ao receber o inusitado pedido feito por estudantes desconhecidos e sujos de barro para providenciar 2.000 pãezinhos franceses para o dia seguinte? Ou foi uma vingança do lavrador Miguel Gois que tendo ido até o sítio do Murundu, no qual se realizaria o Congresso, cobrar uma dívida de um saco de milho, ficou preso pelos estudantes por dois dias? Há quem garanta que as forças repressivas sempre mantiveram agentes infiltrados no movimento e já conheciam, há vários dias, o local e data da realização do encontro.

Pãezinhos, saco de milho, alcaçuetes... a única certeza era a de que a prisão dos 920

participantes daquele Congresso cuja pauta era escolher a nova diretoria da UNE havia acertado um duríssimo golpe no Movimento Estudantil ao prender praticamente toda a sua liderança nacional e os militantes mais engajados dos demais estados brasileiros. A ditadura militar havia vencido aquele round por nocaute. A partir daquele 16/10/1968, a entidade passaria da ilegalidade, decretada por Castello Branco em novembro de 1964, para a clandestinidade, com seus líderes sendo presos e muitos deles mortos, como aconteceu com Honestino Guimarães, desaparecido aos 26 anos, após ser preso pelo Cenimar, em outubro de 1973.

O Congresso da UNE parecia ter sido minuciosamente planejado para dar errado. Dois encontros anteriores da entidade foram feitos em sigilo, sem que os policiais detectassem sua existência. Em Ibiúna, uma cidade com

1961

Em Liverpool, Inglaterra, Brian Epstein, dono de uma loja de discos, ouve pela primeira vez falar dos Beatles e torna-se empresário do desconhecido grupo.

JANEIRO

4 - Os EUA rompem relações diplomáticas com Cuba.



As 'Caravanas da Anistia' representam uma experiência política específica e original da justiça de transição brasileira. A comissão de Anistia tem percorrido o país realizando audiências públicas em que são julgados diferentes processos de anistia. A peça chave para o julgamento é o processo encaminhado à Comissão, mas os momentos mais importantes da solenidade são ligados à palavra: o primeiro é o depoimento do requerente à anistia. Por 10 minutos a tribuna é dele, pode falar o que quiser, revelar, denunciar, aclamar. E, após o julgamento, quando deferido, o presidente da Comissão de Anistia pede perdão, em nome do Estado brasileiro, pelos danos cometidos ao requerente durante a ditadura militar. Todas as pessoas que entrevistamos para o projeto "Marcas da Memória: história oral da Anistia no Brasil" enfatizam a importância deste pedido de perdão oficial. Para todos eles o pedido de perdão do Estado é o elemento chave da reparação. O país tem vivido uma experiência original: uma reparação que, através da palavra, tem produzido um processo de reconciliação, na medida em que reinsere no espaço público, inúmeras pessoas que haviam sido dele excluídas. Como em outros países do mundo que se esforçam para superar contextos de violência política, as Caravanas da Anistia, no Brasil, colocam o testemunho e a palavra – estes elementos tão caros à vida humana – no centro de um processo de reparação individual e coletivo."

Maria Paula Araujo, Professora do Instituto de História da UFRJ

pouco mais de 5.000 habitantes em 1968, até mesmo uma família em piquenique a bordo de uma Kombi seria percebida, o que dizer de quase mil jovens transportados na carroceria de caminhões ou andando a pé carregando cobertores e malas? E enfrentando lamaçais e uma chuva que, segundo depoimentos à época, havia caído ininterruptamente por 30 dias?

A prisão de baciada de personagens relevantes para a juventude escolarizada brasileira, como Luís Travassos, presidente da UNE; Wladimir Palmeira, presidente da UME do Rio; Antônio Ribas, da UBES; além de dirigentes conhecidos nacionalmente, a exemplo de José Dirceu, presidente da UEE de São Paulo, Jean Marc Van de Weid, que era o candidato apoiado por Travassos para a sua sucessão, cortou os motores do movimento estudantil em um momento em que este recomeçava um voo abortado quatro anos antes, com a destruição

e incêndio da sua sede, na Praia do Flamengo, e a extinção das entidades representativas estaduais, no ano anterior.

Impedir a juventude brasileira de se manifestar e exercer seu natural anseio de crítica e renovação era um gesto ainda mais cruel quando se recorda de que os jovens do resto do planeta, naquele 1968 – dos EUA à Europa, da Indonésia ao Japão – viravam os valores de um mundo careta, carola e repressor pelo avesso em uma revolução intelectual, política e comportamental que alcançou uma profundidade nunca antes vista na história da humanidade. Os brasileiros ficaram fora disso. E, pior. Com seus canais de participação na vida nacional obstruídos, um grande número desses estudantes, todos na faixa dos 20 anos, abraçou para a aventura militarista, ao preço de um gigantesco custo de mortes, torturas, prisões e sofrimentos.

ABRIL

12 - O astronauta russo Yuri Gagarin torna-se o primeiro homem a entrar em órbita da terra.

17 - Fracassa a tentativa de invasão na Baía dos Porcos, em Cuba, por mercenários financiados pelos EUA.

MAIO

28 - Criada em Londres a Anistia Internacional.

DEPOIMENTO

MARCOS JOSÉ DE AGUIAR

“Eu fui preso em Ibiúna, quando, embora presidente do diretório de minha faculdade, considerando em termos nacionais, eu não era uma grande liderança nacional. Mal sabia eu que menos de um ano após, estaria integrando a diretoria. Não como diretor eleito, mas como assessor da diretoria, que ali, naquele congresso, foi eleita. Nessa diretoria, e eu faço questão de falar isso porque essas coisas me emocionam e para mim a emoção é a coisa mais importante da vida, eu tive a oportunidade de conviver com Honestino Guimarães, até hoje desaparecido. Tive a oportunidade de conviver com Helenira Resende, uma pessoa de uma garra formidável e que foi morta no Araguaia. No caso dela, temos uma situação não resolvida, do ponto de vista jurídico. Convivi com Gildo Lacerda, uma pessoa que foi assassinada logo após ser presa. Convivi com Umberto Câmara Neto, morto pelo regime e cujas condições de morte até hoje não foram esclarecidas. Fui seu colega de faculdade e trabalhei com ele no diretório, na UNE. Tive ainda a oportunidade de reorganizar o trabalho da UNE, ter contato com Idalísio Soares, morto no Araguaia e que, segundo depoimento do José Genuíno teve sua cabeça decapitada e levada para

reconhecimento, porque foi assim que foi feito no Araguaia. Trabalhei também com a esposa dele, assassinada no Araguaia, Valquiria. São pessoas que me marcaram muito. Tive a oportunidade de ver aqui pessoas com quem eu convivi. O que eu poderia dizer aqui é: apesar de todo esse sofrimento, essa luta valeu. Valeu porque hoje nós estamos aqui, em uma casa que era de tortura, nos informando, dando uma aula de liberdade. Essa luta valeu porque o nosso país cresceu. Hoje nosso país ocupa um lugar no mundo bem diferente daquele que ocupava durante aquele período. Não vivemos mais sob o regime do terror, vivemos sob o regime de liberdade, e não só isso, estamos melhorando. Quando eu vinha para cá, lembrei de uma música que tem muito a ver com isso. A música diz o seguinte: “o que dá para rir, dá para chorar, é uma questão só de peso, de medida, é uma questão de tempo e de lugar. E na verdade, esse lugar onde tantas pessoas sofreram, onde tantas pessoas morreram, hoje é uma casa de liberdade.” Queria dizer mais, que olhando para a situação do mundo hoje, a gente está em um momento de chorar, que talvez nos faça rir amanhã. O mundo vive numa grande crise econômica, não se

92

1961

AGOSTO

13 - A Alemanha Oriental ergue o Muro de Berlim.

25 - Jânio Quadros renuncia. Os ministros militares vetam a posse de João Goulart, que está na China.

27 - Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, afirma que garante a posse de João Goulart “à bala, se for preciso”. Começa a Campanha da Legalidade, no Rio Grande do Sul.



sabe ainda a saída que se encontrará para a atual crise econômica do capitalismo. Não sabemos se os pacotes salvadores salvarão a economia mundial. Mas certamente, a humanidade não acabará por causa desta crise. Nosso país, hoje, tem um papel importante e deve exercer este papel, no sentido de, ao sairmos desta crise, criarmos uma sociedade melhor. Uma sociedade mais justa, uma sociedade onde as pessoas têm direito à liberdade. Mas a liberdade de falar, de viver, de comer, de caminhar. Eu fico feliz hoje também pela presença da atual diretoria da UNE. Eu, como professor universitário, vejo que algumas pessoas protestam muito pela ampliação de vagas nas universidades. Alguns professores universitários veem isso como um perigo, como uma ameaça à qualidade do ensino. O que eles não veem é que muito mais gente tem acesso hoje à cultura, e que não cabe à universidade brasileira dizer a essas pessoas “não há lugar para você na nossa universidade”. A UNE hoje luta por essa ampliação de vagas e eu me sinto muito feliz. Eu admito que não sei prever como será o futuro, como não consegui ver em 1968, quando fui preso em Ibiúna, qual seria nosso futuro imediato. Mas eu tenho

a confiança, e acho que este é papel de toda a pessoa que acredita na liberdade, de não ter medo do hoje, e acreditar no futuro. Eu acredito que é possível. Primeiro, nós não podemos dizer para as pessoas “você acabaram o colegial, está bom, para você basta, é só isso”. As pessoas têm o direito de ascender a tudo aquilo que elas conquistarem. E nós devemos batalhar por isso. Isso vai abrir para nós uma nova sociedade, uma nova realidade. Senão nós estaríamos fazendo exatamente o que a ditadura fazia, fechar as portas do futuro, da felicidade destas pessoas. Fui estudante de medicina, hoje sou médico e professor da faculdade de medicina. Então por que ser anistiado como vendedor? Porque como vendedor fui preso, como vendedor tive minha vida encerrada. Eu lembro que naquele momento, inclusive, tinha algumas dúvidas. Naquela época minha opção era clara, eu não imaginava que ia ser professor.

A minha opção era ir trabalhar junto com os pobres, junto com as pessoas mais simples. Mas independente de qualquer coisa, eu digo aos senhores: estou feliz, não apenas por ser um anistiado, estou feliz por ter participado da luta do povo brasileiro”.

Marcos José de Aguiar - Anistiado político durante a 12ª Caravana da Anistia.

SETEMBRO

Jango aceita o regime parlamentarista e assume a presidência. Tancredo Neves é o primeiro-ministro.

NOVEMBRO

15 - Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, diz que a reforma agrária será feita “na lei ou na marra”.

29 - Empresários anti-Jango fundam o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), ativo conspirador pró-golpe.

**162ª Sessão de Julgamento
15 Outubro 2008**

Parceiro
Universidade do Vale do Rio dos
Sinos - Unisinos



13ª CARAVANA

São Leopoldo/RS

A SOCIEDADE QUE ESQUECE O SEU PASSADO TORNA-SE CÍNICA

“Que democracia podemos almejar a partir do esquecimento da nossa própria história. A democracia exige uma atitude madura, disposta a fazer concessões, disposta a ouvir opiniões diferentes, disposta a mudar a própria opinião. Este patamar só pode ser atingido por alguém que aprendeu a reconhecer os seus próprios erros.”

O professor da Unisinos José Carlos Moreira da Silva Filho, um estudioso dos Direitos Humanos e da ditadura militar no País, conseguiu resumir com precisão, nessas poucas linhas, o papel histórico da 13ª Caravana da Anistia, realizada em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, entre 15 e 16 de outubro de 2008, nas dependências da Universidade.

O evento, promovido em parceria com a Unisinos, teve a participação de centenas de estudantes. O roteiro das Caravanas da Anistia no País sempre procurou assegurar essa proximidade com os jovens, de maneira a propiciar que eles vivenciem essa oportunidade riquíssima de ouvir um verdadeiro testemunho por parte de quem participou ativamente das lutas que desembocaram na democracia que se desfruta hoje.

“É importante que esses jovens saibam que o esquecimento das nossas vítimas está diretamente relacionado ao grau de barbárie e violência que hoje experimentamos, e, o que é pior, à opacidade deste fato aos olhos da chamada ‘opinião pública’ brasileira, a tal ponto que a opacidade está prestes a se transformar em cinismo, se é que já não se transformou”, diz Silva Filho.

A programação do evento teve início com a exibição de vídeo institucional da Comissão de Anistia e, logo depois, o anfitrião do fórum, o reitor padre Marcelo Fernandes Aquino, teve a palavra. Paulo Abrão, presidente da Comissão da Anistia, discursou na sequência, seguido dos coordenadores da Graduação em Direito, André Luis Callegari, e do Programa de Pós-Graduação em Direito, Lenio Luiz Streck, ambos da Unisinos.

A abertura contou ainda com o depoimento do representante do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul, Sérgio Bittencourt. Por parte dos estudantes, falaram Marina Dermann, do Centro Acadêmico dos Estudantes de Direito da Unisinos (Cead), e Ícaro Bandeira, pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE)

A programação cultural contou com a apresentação do violonista José Rogério Licks, conhecido como o “Gaúcho”, também perseguido político que viveu no exílio e atualmente mora na Alemanha. Ao final do dia, a plateia pôde assistir ao documentário Condor.

O filme trata da história da aliança político-militar entre os vários regimes militares da América do Sul - Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai -, criada com o objetivo de coordenar a repressão a opositores dessas ditaduras instalados nos seis países do Cone Sul. Por intermédio da Operação Condor, pessoas eram sequestradas ilegalmente em um país, com a conivência das autoridades locais, por agentes de outro país, gerando inúmeros extermínios e desaparecimentos.

A exibição do documentário foi seguida de debate com o diretor do filme, Roberto Mader, e com o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke. Personagem atuante durante a ditadura militar, Krischke foi uma personagem fundamental para salvar a vida de dezenas de militantes políticos, contribuindo de modo inestimável para a construção de uma cultura de proteção e promoção dos Direitos Humanos no Estado e na América Latina.

A 13ª Caravana julgou sete processos de gaúchos que participaram ativamente na luta contra a repressão. São eles: Antonio Soares de Souza, Erno Zimpel, Juarez Santos Alves, Júlio Oliva, Ramis Kemel e Sólon Eduardo Annes Viola.

Ao comentar a sessão de julgamento, o professor Silva Filho não conteve o entusiasmo com os relatos daqueles que sacrificaram a própria vida, emprego e relações de afeto em prol da luta pela democracia no País e pela justiça econômico-social. “Cada processo, dentre os que são especialmente selecionados para as Caravanas, traz uma história de vida, um exemplo de coragem e resistência diante do embrutecimento dos agentes públicos e de outros setores da sociedade.”

477: a senha para a perseguição de professores e intelectuais

“Estudantes têm de estudar e professores têm de ensinar, e não fazer baderna”. O aviso intimidatório de Luís Antonio Gama e Silva, que acumulava os cargos de ministro da Justiça e ministro da Educação e Cultura em 1968, resume a posição dos militares em relação ao papel de intelectuais e professores durante a ditadura. Para não deixar margens a dúvidas, o recado foi seguido por invasão de universidades, agressão e morte de alunos e educadores, prisões, demissões e exílio.

Não houve limite para as perseguições. A Universidade de Brasília (UnB), fundada em 1962, foi invadida três vezes. Na primeira, em 1964, o reitor Anísio Teixeira foi destituído do cargo e substituído pelo professor Zeferino Vaz, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Um ano depois, tropas militares ocuparam o campus universitário para reprimir uma greve de professores e alunos. Em resposta, 210 professores pediram demissão coletivamente. Na mesma época, tropas da polícia invadiram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), destruíram equipamentos e prenderam professores e alunos. A violência aumentou com a promulgação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, e com o Decreto Lei nº 477, de 1969, proibindo qualquer manifestação

de caráter político de professores.

Vários professores acabaram aposentados compulsoriamente e foram para o exílio. Deixaram as salas de aula intelectuais, como os sociólogos Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, o historiador Caio Prado Junior, o físico Mário Schemberg, o filósofo José Artur Gianotti e o médico Luiz Hildebrando Pereira da Silva. O geógrafo Milton Santos, único intelectual fora do mundo anglo-saxão a receber, em 1994, o prêmio Vautrin Lud (correspondente ao Nobel de Geografia), acabou demitido da Universidade Federal da Bahia, preso e depois exilado na França. O educador Paulo Freire, com trabalho reconhecido internacionalmente, foi acusado de subversão, passou 72 dias na prisão e, em seguida, partiu para o Chile.

Paralelamente à perseguição aos professores e intelectuais, os militares promoveram uma série de mudanças no ensino. Em 1968 foi implantada a reforma universitária. Em 1975, ocorreu a reforma da educação de primeiro e segundo graus. Nos dois casos, o objetivo era formar técnicos para o mercado de trabalho em crescimento, ao mesmo tempo em que a formação humanista e o pensamento crítico eram enfraquecidos.

96

1962

FEVEREIRO

18 - Racha no Partido Comunista Brasileiro faz surgir o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB.

MAIO

23 - O filme O pagador de promessas, de Anselmo Duarte, ganha a Palma de Ouro no Festival de Cannes.



DEPOIMENTO

SOLON EDUARDO ANNES VIOLA

É uma alegria muito grande estar aqui na universidade. Eu pude trocar um abraço muito fraterno com o senhor reitor. Eu já estou trabalhando na universidade desde 86, uma parte da minha formação como professor foi feita aqui. Eu demorei muito para fazer o pedido de anistia, eu tinha dúvidas sobre isso. A influência do Sérgio, que esteve aqui a pouco foi decisiva. Ele disse: “pelo menos o estado vai dizer para você que você não era culpado”, embora eu já soubesse que não sou culpado. Então eu entendo esse ato, como um ato de cunho político, forte cunho político. A anistia é o reconhecimento da luta pela liberdade. Entendo que é mais importante que venha a ser em outubro. No dia 16 de outubro, que é o dia em que meu pai fazia aniversário, hoje ele faria 94 anos. Ele, de certa forma, tem muito a ver com isso. Ele também passou por prisões na época do Estado Novo. Então tem muito a ver com isso. O dia 24 de outubro foi a data da minha prisão. Eu sai da prisão no dia 24 de dezembro, natal. A dor era tão grande que eu não sabia como caminhar pela João Pessoa. Eu devo ter demorado meia hora ou mais para atravessar da Ipiranga para a João

Pessoa, era um dia de sol. No dia em que eu fui preso era um dia de neblina e chuva. Hoje de manhã era um dia de neblina e chuva, e agora abre o sol. Então eu penso ter entrado aqui em outubro e vou sair daqui em dezembro, 24 de dezembro. O reconhecimento da minha cidadania é um novo nascimento. É um nascimento acompanhado pela esposa, pelos filhos e pelos netos. É mais importante talvez, porque neste estado do Rio Grande do Sul, nós estamos vivendo situações difíceis, complicadas. Uma parte do ministério público, dos militares, tem tentado outra vez criminalizar os movimentos sociais. E instalar aqui essa comissão e essa caravana ajuda o estado do Rio Grande do Sul decisivamente a não incorrer neste erro. Ajuda a sociedade gaúcha a perceber que não podemos repetir o passado. É legal quando você fala da tortura e não descreve porque não é bom descrever. Porque ela fica no corpo e ela fica na alma. É bom também que aconteça essa Caravana, para acabar com aquele tempo de construir o país do “não me lembro”, a Caravana pode fazer o país do “eu me lembro e não quero nunca mais que aconteça”.

97

Solon Eduardo Annes Viola - Anistiado político durante a 13ª Caravana da Anistia.

JUNHO

30 - A esquerda católica funda a Ação Popular -, AP.

29 - A seleção brasileira sagra-se bicampeã mundial, no Chile.

JULHO

5 - Greve geral nacional. Quebra-quebra e saques no RJ: 700 feridos, 42 mortos.

AGOSTO

5 - O regime racista sul-africano prende Néelson Mandela. Viverá 27 anos no cárcere.

17 - É criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Aos 36 anos, morre a atriz Marilyn Monroe.

163ª Sessão de Julgamento
17 Outubro 2008

Parceiro
Assembleia Legislativa do
Estado do Rio Grande do Sul

14ª CARAVANA

Porto Alegre/RS



AOS QUE SE BATEM POR UMA NAÇÃO JUSTA

“Uma vida política se faz de muitas maneiras, e Brizola construiu a sua com sacrifício.” A frase emocionada do prefeito da cidade gaúcha de Osório e presidente do PDT no Rio Grande do Sul, Romildo Bolzan, revela o tom com que decorreu essa 14ª Caravana da Anistia, realizada na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre. Ali, naquele 17 de outubro de 2008, o propósito era anunciar o reconhecimento oficial de anistiado político para o ex-governador e influente líder político nacional Leonel Brizola, que viveu exilado por 15 anos, após o golpe militar de 1964.

A portaria determinando a anistia política a Leonel Brizola foi assinada pelo Ministro da Justiça, Tarso Genro, durante a cerimônia no plenário da Assembleia. “O Estado formaliza seu pedido de desculpas e isso é um elemento de afirmação da memória e da verdade que sedimenta a cultura democrática”, disse o ministro. Tarso Genro afirmou ainda que, depois de Getúlio Vargas, Brizola foi o político que mais se bateu pela consolidação de uma nação justa.

O requerimento solicitando a anistia política de Leonel Brizola foi impetrado por Marília Guilhermina Martins, com quem o político manteve uma união estável por 11 anos, após a morte de sua esposa, Neuza Goulart Brizola, em 2003. Maria Guilhermina não reivindicou qualquer reparação econômica, queria apenas que o ex-governador fosse anistiado. “Isso fez com que o processo tenha sido apreciado rapidamente, já que o que foi solicitado foi apenas a declaração de anistiado político, abrindo mão de qualquer reparação econômica”, explicou o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão.

Além da relevante iniciativa de anistiar aquele que foi um dos mais influentes e combativos líderes políticos do Brasil, a Caravana da Anistia também apreciou oito pedidos de indenização de brasileiros perseguidos no período em que os militares governaram o País de forma ditatorial e com inegável desrespeito aos mais básicos Direitos Humanos. Todos eles receberam, além da reparação monetária solicitada, o pedido formal de desculpas do Estado Brasileiro.

Entre esses anistiados, o deputado estadual pelo PT e ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont. Preso em 1968 no frustrado congresso da UNE em Ibiúna (SP), em 1968, Pont foi torturado por 20 dias em São Paulo. “Fui vítima do coronel Carlos Brilhante Ustra (comandante do DOI-Codi de São Paulo de setembro de 1970 a janeiro de 1974), sou testemunha de que ele coordenou, e das quais eu fui vítima, sessões de tortura”, afirmou Raul Pont durante o evento.

Outras sete pessoas também tiveram seus processos julgados e deferidos. São elas:

Jaime Rodrigues – Universitário, militava no Partido Operário Comunista. Foi preso e torturado. Exilou-se no Chile, Panamá, Alemanha e França. Só retornou ao Brasil em 1978.

João Elias Ereno Galmarini – Militante do PCdoB. Em junho de 1969, foi preso e torturado pelos agentes do DOPS.

Luiz Carlos Illafont Coronel - Militante do Partido Operário Comunista, foi preso por agentes do DOPS, submetido a maus tratos e violência. Alega que foi demitido da Secretaria de Saúde Pública do Estado por perseguição política.

Luiz Eurico Tejera Lisboa - Militante da ALN, foi assassinado pelo Estado brasileiro em 1972. Seu corpo ficou desaparecido até 1979, quando veio à tona o cemitério clandestino de Perus (SP). É um dos 136 desaparecidos políticos reconhecidos pelo Estado Brasileiro.

Pedro Machado Alves - Militante da Juventude Operária Católica (JOC) e empregado da indústria metalúrgica, foi eleito diretor-regional do PCdoB em 1967. Preso em 1969, perdeu o emprego em seguida.

Sandra Helena Machado – Foi presa em 1969 e suspensão de seu curso universitário por um ano. Exilou-se no Chile, México e Bélgica. Retornou ao País apenas em 1976, ocasião em que teria sido recepcionada pela Polícia Federal.

Suzana Keniger Lisboa - Militante da ALN. Aos 18 anos, casou-se com Luiz Eurico Tejera Lisboa, morto em 1972 pela ditadura. Foi conselheira da Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Uma saga feita de sombras e de luz

“Esse guri vai muito longe.” Getúlio Vargas, esperta raposa, tinha um faro aguçado para detectar talentos na política. E não errou ao avaliar positivamente aquele jovem que discursava em um comício do Partido Trabalhista Brasileiro, diante da Prefeitura de Porto Alegre, em 1946. E o guri, Leonel Brizola, começara de maneira surpreendente sua trajetória política. Na sua primeira investida em uma campanha política, desconhecido em Porto Alegre, elegeu-se deputado estadual aos 24 anos, pelo PTB, impulsionado exclusivamente por seu carisma e retórica.

Getúlio estava certo. Brizola foi muito longe. Foi reeleito deputado estadual, deputado federal em 1954 e prefeito de Porto Alegre, em 1955. Tornou-se o único político brasileiro a eleger-se três vezes governador em dois estados, o Rio Grande do Sul, em 1958; e o Rio de Janeiro, em 1982 e 1990. Garantiu, com a força de seu prestígio político e pessoal, que a Constituição fosse cumprida, anulando uma tentativa de golpe militar, assegurando a posse de João Goulart como Presidente da República, em 1961. Foi deputado federal pelo Estado da Guanabara. Seu mandato foi cassado pelo golpe de 1964. Amargou 15 anos no exílio, mas voltou com a corda toda em 1979.

Chorou em público, ao perder a legenda do PTB para Ivete Vargas em 1980, mas vingou-se elegendo-se governador do Rio de Janeiro, pelo PDT, em 1982. Concorreu à Presidência da República em 1989, ficou em terceiro lugar, atrás de Fernando Collor e Lula. Em 1994, é novamente candidato à Presidência. Fernando Henrique Cardoso ganha o pleito, Brizola termina em quinto lugar, numa derrota sem paralelo em sua carreira. Em outubro de 1998, foi vice-presidente na chapa de Lula, preterido novamente por Fernando Henrique. Em 2000, Brizola é derrotado nas eleições à prefeitura do Rio de Janeiro, a última disputa nos 54 anos da sua agitada vida política.

E desde muito cedo as reviravoltas e cruezas da política estiveram presentes na vida de Leonel Brizola. No dia 11 de outubro de 1923 – quando o pequeno Leonel, nascido em 22 de janeiro do ano anterior, mal começara a falar – seu pai, José Oliveira dos Santos Brizola, é assassinado. Partidário militante dos maragatos, José Brizola era inimigo do governo de Borges Medeiros. Foi, por esse motivo, assassinado a poucos metros de sua casa, em Carazinho onde nasceu o filho Leonel, por soldados governistas. Uma vítima da fratricida e longa guerra en-

100

1962 **OUTUBRO**

28 - O primeiro-ministro soviético Nikita Kruchev coloca, em segredo, mísseis nucleares em Cuba. O movimento seria descoberto em outubro pelos americanos, que bloqueiam Cuba. A mais grave crise nuclear da história termina com a retirada dos foguetes pelos russos.



As Caravanas da Anistia constituem um dos instrumentos mais significativos de resgate da memória com verdade. Trata-se de instrumento pedagógico, valioso, de conscientização da geração atual e das futuras, que não viveram os horrores dos anos de chumbo, que afligiram este País de 1964 a 1985. As caravanas têm sido essenciais, para que essas gerações conheçam toda a verdade sobre o passado, como forma de aprendizado, para modificar o presente e gerar um futuro de paz. Ao se realizarem as Caravanas da Anistia, além das justas indenizações e homenagens que o Estado brasileiro está a promover, ao desculpar-se perante os familiares dos que tombaram durante o terrorismo de Estado, fundamentado na vigência do AI- 5 e da famigerada doutrina de segurança nacional, cumpre-se uma atividade fundamental para que a democracia efetivamente se consolide.”

Marco Antônio Rodrigues Barbosa, Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

tre ximangos e maragatos, os grupos rivais gaúchos.

A morte do pai, um pequeno agricultor, trouxe enormes dificuldades econômicas para os Brizola, obrigando a matriarca da família, dona Oniva, a trabalhar arduamente para sustentar os cinco filhos pequenos. Mas Leonel Brizola trazia a determinação no sangue e uma boa estrela, que lhe garantia a simpatia alheia, muitas vezes de desconhecidos, que se apressavam em ajudá-lo. Ainda pequeno, ajudava a mãe nas despesas da casa carregando malas na estação ferroviária, engraxando sapatos.

Para enfrentar a sua frágil situação econômica, Leonel Brizola não se furtou a exercer os mais variados tipos de trabalho. Aos 10 anos, morou sozinho, na cidade de Carazinho, em um sótão de hotel no qual lavava pratos em troca de comida. Em seguida, residiu nos fundos de uma Igreja Metodista e ajudava nos cultos e fazia pequenos serviços. Em Porto Alegre, foi novamente engraxate; cobrador de balança (cada pessoa que se pesava pagava 200 réis), ascensorista, técnico rural, operário, jardineiro, militar na aeronáutica, vendedor e topógrafo até formar-se, finalmente, como

engenheiro civil, em 1949. No ano seguinte, no dia primeiro de março, casar-se-ia com Neusa Goulart, irmã de João Goulart, com quem teria três filhos.

Acompanhava com leve interesse a política gaúcha e nacional até o dia em que leu em um jornal o manifesto de um recém-criado Partido Trabalhista Brasileiro, PTB. Anotou o endereço da sede, no centro de Porto Alegre, entrou em uma salinha, onde estavam líderes sindicais conhecidos em reunião, e nunca mais saiu. Recebeu como missão organizar o movimento jovem do PTB, a “Ala Moça”. Pediram-lhe permissão para incluir seu nome na relação de candidatos à Assembleia Legislativa. “Eu nem sabia o que era ser candidato. Mas, como incluíram o meu nome, saí por aí, acompanhando caravanas, sem nenhum tostão”, relembra Brizola. Recebeu 200 cartazes com a sua foto e nome e colou-os pessoalmente pelas ruas da capital gaúcha. Recebeu 3.839 votos. O engenheiro saía de cena enquanto subia no palanque uma das maiores figuras da política brasileira do século XX.

Leonel Brizola faleceu no Rio de Janeiro no dia 21 de junho de 2004, aos 82 anos de idade.

DEPOIMENTO RAUL PONT

“Eu comecei a trabalhar na universidade do Rio dos Sinos em março de 1977, isso pode ser comprovado com a carteira de trabalho que posso anexar à comissão. Os relatos que ali foram colocados foram exatamente as razões que nos levaram a reivindicar esta ação. A Comissão de Anistia tem esse papel de recuperar e reparar direitos que foram atingidos, as violências inaceitáveis que foram praticadas pelos meios de repressão durante o regime militar. A nossa entrada na resistência, na luta democrática aqui, foi fruto de um papel que entendíamos como jovens, como cidadãos, como estudantes universitários – no meu caso específico, entrei na universidade no mesmo ano do golpe militar. Desde os primeiros momentos vimos o que isso significava. De atentado à liberdade, de atentado aos direitos de representação, de tolhimento ao ensino universitário. Com dezenas de professores, - por sinal os melhores professores que tínhamos - sendo cassados e proibidos de continuar trabalhando, naquilo que deve ser a expressão maior da liberdade de pensamento. Desde os primeiros meses do golpe militar nós nos insurgimos contra essas violências e arbitrariedades. Junto com centenas de jovens estudantes, militantes sociais, nos integramos e vimos que era necessário fazer de maneira organizada, não tinha como levarmos adiante esse enfrentamento de forma individual. Isso nos levou a organizar o movimento estudantil, a nos organizarmos em partidos políticos proibidos, ainda que na nossa constituição estivesse garantido direito ao pluripartidarismo. Mesmo com a violência que foi o Ato Institucional que fechou todos os partidos, o AI-2, impondo ao país um bipartidarismo consentido pelo Regime Militar. A constituição continuava nos mantendo o direito ao pluripartidarismo e nós entendíamos

a necessidade de organizar forças políticas, que estavam de acordo com o que pensávamos, com o que queríamos, com o que dizíamos. Talvez todos nós tivéssemos a obstinação que vimos aqui no depoimento do ex-governador Leonel Brizola. Isso que nos levou a um crescente enfrentamento do Regime Militar. As manifestações, as passeatas, os abaixo-assinados, encontravam cada vez mais a força bruta da repressão, da tropa de choque, da delação, do informante, da transformação da universidade num recinto do silêncio, do medo, do terror. Cada colega, cada funcionário, era um potencial inimigo, um potencial informante do Serviço de Segurança. Toda nossa geração viveu esse clima. Isso era inaceitável, por isso assumimos conscientemente o compromisso de lutar para devolver para este país o regime democrático e devolver às pessoas a liberdade de se organizarem, de terem sindicatos, de se organizarem em partidos. Fizemos isso na clandestinidade, na semi-clandestinidade, nos espaços legais que ainda existiam. Foi esse processo que nos levou às primeiras prisões, ao cerceamento absurdo. Hoje para nós é impensável que a ditadura chegou a impedir eleições diretas para um Diretório Central de Estudantes. Foi por ato, também, autoritário e repressivo, o fechamento da União Nacional dos Estudantes, das Uniões Estaduais de Estudantes. Isso culminou com a prisão de todos os delegados do Congresso Nacional da UNE em Ibiúna, em 1968. Nesse momento, eu era funcionário do Instituto de Previdência do Estado (IPE), aprovado em concurso. Ali desenvolvia meu trabalho e ao mesmo tempo esperava ser chamado em concurso, também realizado um pouco antes, na Refinaria Alberto Pasqualine, então da Petrobras. Na sequência desse processo, o clima de repressão, de perseguição na universidade e mesmo na

102

1963

JUNHO

11 - O monge budista Quang Duc imola-se ateando fogo às vestes, em protesto contra a ditadura Diem no Vietnã do Sul.

16 - A soviética Valentina Terechkova é a 1ª mulher astronauta da história, a bordo do Vostok 6.

AGOSTO

28 - Marcha de 250 mil em Washington pró-direitos civis. Luther King faz o discurso “Eu tenho um sonho”.



cidade de Porto Alegre era enorme. Tínhamos, felizmente, funcionários dentro da universidade, que por simpatia ao movimento, por respeito às relações de amizade que construímos dentro da universidade, também foram colaboradores para nos anunciar de antemão, os dias ou as noites, que a polícia já estava dentro da universidade, ou à espreita, ou procurando, coletando informações. Chega ao ridículo de na eleição para o DCE livre – isso é um pouco tragicômico, porque nós estávamos cometendo o crime de garantir pelo voto direto dos estudantes a representação do DCE –, nós tivemos que correr com as unhas da polícia. Isso dá uma ideia do absurdo a que chegamos, do tolhimento dos direitos mais elementares da cidadania. A prisão em Ibiúna me tornou muito mais visado. A situação dentro do Instituto de Previdência era insustentável, era uma situação quase de pária dentro da instituição. Eu era quase uma pessoa intocável, alguém que falasse comigo já era suspeito, alguém que se dirigisse a mim era um potencial inimigo do país. Evidentemente que com este quadro, com meu apartamento invadido, fui roubado em minha biblioteca e coisas particulares, pelo sistema de segurança pelo DOPS. Nunca mais consegui reaver isto, toda minha biblioteca em São Paulo também foi sequestrada pela Operação Bandeirante, depois da minha prisão. Nunca tive de volta esses que eram meus instrumentos de trabalho como professor no curso Santa Inês, em São Paulo, pré-vestibular, e no curso Bandeirante, em São Bernardo do Campo. Eu queria era deixar aqui, perante a Comissão, mais um testemunho em função dessas notícias e dos depoimentos do nosso conhecido major Tibiriçá, que era o codinome do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra na OBAN. Já dei esse depoimento nesta tribuna, quando das primeiras denúncias contra o Coronel Ustra. Refaço esta denúncia perante a Comissão, dizendo que não só o coronel

comandava a Operação Bandeirante com o codinome de major Tibiriçá, no período em que eu lá estive, como também sou testemunha de que ele comandou diretamente. Eu fui vítima disso, operações de tortura com a presença dele. Ele declarou que não tem como negar que foi comandante da operação, mas disse que nunca praticou ou realizou qualquer tipo de ação direta, transferindo isso para seus comandados e para esta história de obediência devida que nós conhecemos dentro dos quartéis. Eu estou aqui dizendo e afirmando que no meu caso ele comandou direta e pessoalmente uma das sessões de tortura, quando eu estava em uma cadeira eletrificada, conhecida como a Cadeira do Dragão. Que isso fique registrado formalmente, fato que já fiz quando fui deputado, de 1987 a 1990. E nós o denunciemos também na imprensa alternativa que criamos a partir de 1978, que a partir de hoje consta na bandeira que a comissão vem construindo. Numa edição número 17 de 1978, nós denunciemos 233 militares, policiais do DOPS, das equipes do Fleury, das equipes do Ustra, responsáveis pelas torturas de presos políticos em São Paulo, no Rio de Janeiro, aqui em Porto Alegre e em outras capitais. No período, um dos casos que está relatado no livro Tortura Nunca Mais, foi daquele jovem estudante de agronomia, Luiz Hirata. Eu sou testemunha de que a morte dele ocorreu exatamente pelas torturas que sofreu pelas equipes do Fleury. Quando a equipe do Fleury o trouxe para a cela, e outras pessoas estavam na cela com ele, inclusive eu, ele chegou semimorto. Não assisti visualmente porque não estava lá na sala de torturas, estava na cela, mas o Luiz Hirata morreu sob a responsabilidade da equipe do Fleury, naquela noite em que ele chegou praticamente semimorto na cela do DOPS, onde nós estávamos presos lá em São Paulo. Essas coisas estão registradas no livro Tortura Nunca Mais.”

103

Raul Pont - Anistiado político durante a 14ª Caravana da Anistia.

SETEMBRO

Carlos Lacerda defende um golpe militar contra Jango.

12 - Rebelião, dominada, de 600 sargentos da Marinha e Aeronáutica em Brasília toma prédios públicos, prende oficiais. O combate deixa dois mortos.

OUTUBRO

6 - O 4º Exército ocupa Recife para reprimir passeata de 30 mil camponeses.

6 - Massacre de Ipatinga. Metalúrgicos da Usiminas em Ipatinga, MG, rebelam-se contra as revistas vexatórias. A cavalaria da PM ataca. De um caminhão, saem rajadas de metralhadora: 117 feridos, 32 mortos.

164ª Sessão de Julgamento
18 Outubro 2008

Parceiro
Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem
Terra - MST



15ª CARAVANA

Charqueadas/RS

EM MEMÓRIA DAQUELES QUE TOMBARAM NO CAMPO

“Debulhar o trigo. Forjar no trigo o milagre do pão. E se fartar de pão.” A letra da canção Cio da Terra, de Chico Buarque e Milton Nascimento, expressa um sentimento universal, quase um arquétipo: a comemoração da fartura, a divisão da abundância e a celebração dos frutos do trabalho. Foi exatamente esse espírito de comunhão que reuniu trabalhadores do campo, famílias e amigos de outros assentamentos em Charqueada, no Rio Grande do Sul. O momento histórico, patrocinado pela 15ª Caravana da Anistia realizada em 17 de outubro de 2008, no assentamento rural do MST, foi comemorado assim, dividindo-se o pão.

Além do conagraçamento à mesa, num almoço preparado pelos assentados, os participantes dessa 15ª Caravana, assistiram à apresentação de uma peça teatral do grupo “Peça pro Povo”, formado pela juventude do Movimento dos Sem Terra, parceiro da Caravana de Charqueada.

De forma lúdica e interativa, a peça buscou levar a plateia a uma reflexão crítica sobre o drama social que o Movimento enfrenta desde seu surgimento, no que se refere à sistemática criminalização de seus integrantes.

À semelhança do que ocorria com os militantes da resistência ao período ditatorial, o MST vem sendo impedido por órgãos de Estado de exercer o direito de ir e vir e de organizar-se politicamente sob o argumento de “ameaça à segurança nacional”.

“Trata-se do encontro dos perseguidos políticos do passado com os perseguidos políticos do presente”, resumiu o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão. Por isso, segundo sua opinião, aquela Caravana se destacava como um dos trabalhos mais importantes do órgão, desde que ele o assumiu, em abril de 2007.

Em Charqueadas, foram julgados e deferidos os pedidos de anistia de Agenor Castoldi, João Maria Fiúza de Oliveira, Realdo e Neves de Oliveira e Vitorino Peccini.

O agricultor Peccini foi preso com sua esposa, esta na última quinzena de gestação. Ambos sofreram torturas e seu filho morreu. Preso novamente em 1966, foi condenado a seis meses de reclusão.

Maria de Lourdes Pedroti Oliveira, viúva de João Maria Fiúza de Oliveira, requereu pensão post-mortem. João Maria foi preso em Trindade do Sul, logo após o movimento militar de 1964 e passou por várias sessões de tortura.

Reformas de Base: a revolução agrária no governo João Goulart

Em novembro de 1961, a cidade de Belo Horizonte (MG) sediou o 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. No final do evento, a presença do presidente da República João Goulart foi um sinal claro da linha política que o governo seguiria. No discurso, Jango reafirmou a cerca de 7 mil pessoas uma das prioridades de sua gestão: a urgente realização da reforma agrária no País. Tal reforma era “um instrumento de luta, de desenvolvimento da economia e, acima de tudo, uma tarefa de justiça social”. Para realizá-la, sugeriu mudanças na Constituição, com ampliação do poder do Estado para desapropriar terras e pagar, não com dinheiro vivo, mas com títulos da dívida pública. Estava aceso o fogo do estopim que conduziria à explosão de 1º de abril de 1964.

Em um País onde desde a época colonial estava marcado pela concentração fundiária, falar em reforma agrária era como propor aos latifundiários que se atirassem ao mar. No começo dos anos 60, quando acelerava-se o processo de urbanização do Brasil, a realidade do campo era caracterizada pelo monopólio da propriedade da terra, baixa produtividade da agricultura, falta de

políticas de investimento e inexistência de uma legislação trabalhista para os lavradores, levando ao trabalho em condições de escravidão.

No governo João Goulart, a reforma agrária tornou-se a principal das mudanças propostas em um pacote de medidas chamado de “Reformas de Base”. O projeto, de cunho nacionalista, previa maior intervenção do Estado na economia, com controle dos investimentos estrangeiros, e profundas mudanças no sistema fiscal, bancário, na administração pública, na educação e na propriedade fundiária.

Em 1962, ainda sob o regime parlamentarista, Goulart criou o Conselho Nacional de Reforma Agrária, que não vingou. Em setembro do mesmo ano, implantou a Superintendência de Política Agrária (Supra), com a função de “colaborar na formulação da política agrária do País, planejar, promover, executar e fazer executar a reforma agrária”. Em 1963, fortalecido com a volta do regime presidencialista, Jango conseguiu a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Para tentar viabilizar a reforma agrária, João Goulart contava com o apoio dos trabalhadores rurais reunidos inicialmente em entidades

106

1963

NOVEMBRO

22 – O presidente dos EUA John Kennedy é assassinado.

DEZEMBRO

20 - Fundação da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

de caráter civil. Inseridos politicamente no debate público de mudança do país, eles passaram a criar sindicatos e federações, desembocando, posteriormente, na criação da Contag. Entre essas organizações estavam sindicatos de trabalhadores rurais, comunidades eclesiais de base ligadas à Igreja Católica, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultrab), as Ligas Camponesas, de Francisco Julião, e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra), do Rio Grande do Sul.

O apoio dos trabalhadores não tinha eco junto às forças políticas contrárias ao Governo. Enquanto os movimentos sociais gritavam por reforma agrária “na lei ou na marra”, o Congresso rejeitava as iniciativas propostas. Goulart endureceu o jogo no Comício das Reformas, realizado em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. Diante de 100 mil pessoas, ele anunciou a desapropriação de terras localizadas às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas. A ruptura entre as duas visões de mundo era inapelável. Dezenove dias depois, aconteceria o golpe militar.

“*Ver Paulo Abrão pedir desculpas aos anistiados em nome do governo brasileiro pelas violações de direitos cometidas durante a ditadura foi um momento impactante, capaz de despertar lágrimas de emoção. Lembrar e reconhecer este passado recente contradiz a noção de que a cultura brasileira não valoriza a memória.*”

**James N. Green, historiador,
Brown University (Estados Unidos)**

107

1964

JANEIRO

A poderosa FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – recusa-se a participar de um ato de solidariedade a Jango, organizado pela CNI.

FEVEREIRO

19 - Fundada no Cairo, com apoio do líder egípcio Gamal Abdel Nasser, a OLP (Organização pela Libertação da Palestina).

185ª e 186ª Sessão de
Julgamento
13 a 15 Novembro 2008

Parceiros

XX Conferência Nacional
dos Advogados

Conselho Federal da Ordem
dos Advogados do Brasil

16ª CARAVANA

Natal/RN



MARIA TERESA DESCEU AO INFERNO

A mais jovem primeira-dama que o País já teve, Maria Teresa Fontella Goulart havia completado 21 anos apenas duas semanas antes de seu marido, João Goulart, tomar posse, como Presidente do Brasil, em 7 de setembro de 1961. Cabelos castanhos, olhos verdes, traços mediterrâneos de descendência italiana, discreta e sorridente, Maria Teresa encantava as revistas de variedades, as colunas sociais e milhões de brasileiros que a relacionavam entre as três primeiras damas mais belas do planeta, ao lado de Jacqueline Kennedy, esposa do presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, e Farah Diba, casada com o Xá Reza Pahlavi, do Irã.

Mas para Maria Teresa, o desfrute da vida palaciana parece ter se restringido quase exclusivamente a essa frivolidade. O inferno desabou sobre a sua cabeça no dia 31 de março de 1964, quando seu marido foi deposto. Apanhada pelo Golpe Militar com os dois filhos pequenos, João Vicente e Denise, na Granja do Torto, em Brasília, Maria Teresa ficou sabendo dos acontecimentos pelo rádio. João Goulart estava no Rio de Janeiro. Em seguida, foi colocada em um avião, apenas com a roupa do corpo e as duas crianças, levadas até Porto Alegre, de lá a uma fazenda em São Borja e, finalmente, para uma praia próxima a Montevideu, no Uruguai.

Escondida na pequena casa de praia vazia, cercada por jornalistas e policiais, teve de pedir, dos fundos da residência, que um vizinho lhe cedesse leite e bolachas para alimentar os filhos. Só iria se reencontrar com o marido quatro dias depois. Impedida de voltar ao Brasil, viveria com o marido em suas propriedades rurais no Uruguai e, depois, na Argentina. Na noite de 6 de dezembro de 1976, quando estavam ela e João Goulart sozinhos na fazenda que tinham em Mercedes, Argentina, o ex-presidente morreu, aos 57 anos de idade, aparentemente de um ataque cardíaco (não foi realizada autópsia). Foi o único presidente brasileiro a falecer no exílio.

Mesmo sem nunca ter tido qualquer militância política, Maria Teresa foi impedida de voltar ao Brasil. Quando sua mãe faleceu, em 1969, foi obrigada a acompanhar o enterro em São Borja (RS) sobrevoando-o, a bordo de um avião, pois foi ameaçada de prisão, caso entrasse no País. Ela só voltaria definitivamente ao Brasil em 1979. Quando o seu pai, também estava prestes a falecer, sua visita foi autorizada, mas por apenas 15 minutos e acompanhada por soldados do Exército armados com metralhadoras que a escoltaram, na ida e na volta, do aeroporto até o hospital.

A 16ª Caravana da Anistia analisou o requerimento protocolado por Maria Teresa solicitando que ela e o seu marido João Goulart fossem anistiados politicamente. O pedido foi avaliado em uma sessão especial, no dia 15 de novembro, na qual foi feita uma homenagem ao ex-presidente. O ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou a portaria concedendo-lhes a Anistia. Um pedido formal de desculpas por parte do governo brasileiro foi apresentado a ambos.

“Esta anistia é um reconhecimento do grande brasileiro que João Goulart foi”, afirmou Tarso Genro. Em nome da família, Christopher Goulart, advogado e neto de Jango, afirmou: “É um pedido de desculpas não só a João Goulart, mas por toda a agressão que a democracia brasileira sofreu em 1964.”

A 16ª Caravana da Anistia foi realizada em Natal (RN), durante a 20ª Conferência Nacional dos Advogados, nos dias 14 e 15 de novembro de 2008. O tema do encontro tinha grande afinidade com os propósitos da anistia: “Estado Democrático de Direito versus Estado Policial”. Na abertura dos trabalhos, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, César Britto, foi aplaudido pelos cerca de 5 mil advogados presentes ao afirmar: “Não temos dúvida de que lado estamos. Queremos anistia. Tortura e amnésia, não. Queremos liberdade. Ditadura, não.”

Os relatores da Caravana apresentaram e examinaram os pedidos de anistia de cinco advogados perseguidos pelo Governo Militar. Foram eles: Marcos Aurélio da Costa Milani: Advogado militante do Partido Comunista Brasileiro, foi membro da direção municipal e estadual do PCB, Na década de 70, razão pela qual afirma ter sido perseguido pelo DOI-Codi, do II Exército. Viveu na clandestinidade, sendo impedido de exercer suas atividades na função de gerente jurídico trabalhista do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e de advogado. Foi preso em 16 de novembro de 1976.

Nereu Carlos Massignan, na condição de estudante universitário, foi perseguido e preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), por suas atuações frente ao diretório acadêmico da referida universidade e, posteriormente, monitorado em sua vida profissional como advogado e como professor.

Henrique D´ Aragona Buzzoni: Militante do movimento estudantil universitário, quando estudante de Direito do Largo São Francisco (USP). Membro do PCB. Advogado de diversos sindicatos. Afirma ter sido preso e condenado, sendo impedido de exercer a profissão, em razão da prisão e perseguição política. Foi preso duas vezes e condenado a seis meses de prisão, por tentar reorganizar o PCB.

José Roberto Faganiello Melhem, estudante de Direito do Largo São Francisco (USP). Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Advogado de diversos sindicatos e do BANORTE, foi diretor do Centro de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (CEPES).

Sergio Luiz Rocha Vellozo, advogado da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1964, em razão de suas funções públicas, foi preso indiciado duas vezes em Inquéritos Policiais Militares (IPM da SUPRA e IPM do Ministério do Trabalho) e demitido de todas as funções e cargos que ocupava.

110



As Caravanas da Anistia, ao ocuparem diferentes lugares de memória nas diversas regiões do Brasil, indubitavelmente têm tido lugar de destaque no que se refere à educação e pedagogia da memória, imprescindíveis para o aprimoramento do regime democrático no país”.

Kátia Filipini Neves, Memorial da Resistência de São Paulo

1964

25 - Cassius Clay (mais tarde Mohamed Ali) derrota Sonny Liston e sagra-se campeão mundial de box peso-pesado.

MARÇO

Primeira exibição de Deus e o diabo na terra do sol, de Glauber Rocha.

13 - Comício da Central do Brasil. Diante de 150 mil pessoas, Jango promete

estatizar as refinarias de petróleo, iniciar a reforma agrária, destinar 15% da renda nacional para a educação e dar voto aos analfabetos e militares.

19 - Em reação ao discurso de Jango, organiza-se em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

O estancieiro proibido de pisar em sua própria terra

Poucos políticos brasileiros tiveram uma carreira política tão meteórica quanto o gaúcho João Belchior Marques Goulart. Em 1947, tornou-se deputado constituinte na Assembleia do Rio Grande do Sul. Meros 14 anos depois, tomava posse como Presidente da República do Brasil, aos 42 anos de idade. E a todos esses cargos, foi conduzido pelo voto popular.

Filho de uma família de posses, formado em Direito aos 20 anos de idade, empresário rural bem sucedido, Jango poderia levar uma vida abastada e despreocupada. Desde 1943, com a morte do pai, assumira a gestão dos negócios da família. Mas um forte traço da sua personalidade iria conduzi-lo para outra direção. João Goulart sempre foi um homem simples, de fácil trato. Gozava de grande popularidade em São Borja, cidade onde nasceu em 1 de março de 1919, e relacionava-se facilmente com todos, dos estancieiros ricos como ele, às pessoas mais humildes.

Havia ali a energia de um líder e quem detectou isso foi um recém-retornado vizinho dos Goulart, Getúlio Vargas. Deposto com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, Getúlio voltara a São Borja, para sua estância de Itu. Jango o visitava com frequência e os laços de amizade entre ambos se fortaleciam.

Convidado por Getúlio, Jango filiou-se ao PTB e ajudou a organizar a legenda em São Borja. O antigo ditador o incentiva a concorrer

a um cargo eletivo, o que tornou-se realidade com a eleição para deputado estadual em 1947. Jango também começa a ter influência sobre Getúlio e é um dos que o convence a tornar-se candidato à presidência em 1950. Neste mesmo ano, Jango é eleito deputado federal pelo PTB, mas licencia-se para assumir a Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul, à frente da qual ficaria até 1952, quando se transfere para o Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

Começaria ali, no ano seguinte, 1953, a sua transformação no líder que entusiasmava as massas. Nomeado ministro do Trabalho, Jango amplia cada vez mais suas bases sindicais fortalecendo, de tabela, o PTB junto às massas. Mas um embate estava próximo. Pressionado de um lado pelos representantes dos trabalhadores e por outro pelos demais ministros e associações representativas dos patrões, João Goulart propõe um reajuste de 100% no salário mínimo, cujo decreto é assinado por Getúlio Vargas. O aumento provoca forte reação entre os empresários e uma ampla campanha desfavorável na imprensa que culmina com a demissão de João Goulart, em fevereiro de 1954. Mas o seu prestígio cresce entre as classes trabalhadoras. Com o suicídio de Vargas, em 24 de agosto daquele ano, é ele, Jango, o grande herdeiro e maior expoente do trabalhismo no Brasil.

III

24 – Começa a rebelião dos marinheiros no Rio de Janeiro, com adesão dos fuzileiros navais. Após dois dias seriam presos, mas anistiados em seguida por João Goulart.

31 – O general Mourão Filho decide rebelar-se e começa sua marcha, de Minas Gerais, em direção ao Rio de Janeiro.

ABRIL

1 – Triunfa o golpe militar. Onda de prisões pelo País. Incêndio da sede da UNE no Rio destrói o acervo do CPC. Brizola tenta resistir no RS. A polícia atira contra passeata no Recife e mata os estudantes Ivan Aguiar e Jonas Barros. O general Costa e Silva proclama-se “comandante do Exército Nacional”. O saldo do dia: sete civis mortos.

Com essa força em mãos, compõe a chapa de Juscelino Kubitschek como o seu vice-presidente e, por força da legislação eleitoral à época que preconizava votações separadas para presidente e vice, tem mais votos do que o próprio Kubitschek. Pela Constituição, Jango era agora vice-presidente, presidente do Senado e, como presidente nacional do PTB, tinha direito a indicar o ministro do Trabalho.

Nas eleições de 1960, João Goulart é novamente eleito vice-presidente, concorrendo contra a chapa encabeçada por Jânio Quadros. Mais uma vez, a legislação eleitoral da época permite que o seu cargo lhe dê o direito de assumir a presidência, quando Jânio Quadros inesperadamente renuncia em 25 de agosto de 1961. As coisas se precipitam. João Goulart estava na China, em viagem oficial, os ministros do Exército, Odílio Denys; da Aeronáutica, Gabriel Grün Moss e da Marinha, Sílvio Heck, tentam impedir sua posse.

O País quase chega à guerra civil. No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, seu cunhado e governador do Estado, monta um contra-golpe organizando uma resistência apoiada por uma cadeia de rádio, a Cadeia da Legalidade, e distribuição de armas à população. Essa ação, e algumas outras iniciativas no País, conseguem reconduzir João Goulart ao poder, embora, em um primeiro momento, ele tenha sido obrigado a aceitar a forma de governo do parlamentarismo, com Tancredo Neves como

seu primeiro-ministro. Em janeiro de 1963, um plebiscito nacional rejeita, de maneira esmagadora, o parlamentarismo, e o Brasil volta ao presidencialismo.

Mas as tensões entre João Goulart, a direita e o Exército, que conspira, tornam-se gigantescas. Jango é obrigado a radicalizar suas propostas de reforma de base e outras concessões aos sindicatos e à esquerda para tentar manter-se no poder. No embate, os militares tomam o poder no dia 31 de março de 1964. João Goulart retira-se para o Rio Grande do Sul. Leonel Brizola tenta convencê-lo a resistir em vão. João Goulart afirma não querer um “derramamento de sangue”.

No dia 3 de abril, desembarca, exilado, em Montevidéu, no Uruguai, para onde sua mulher Maria Teresa e os dois filhos já haviam fugido. Passa a viver em suas estâncias, primeiro no Uruguai, em seguida na Argentina, proibido de voltar ao seu próprio País. Nunca mais voltaria a pisar no Brasil com vida.

Em dezembro de 1976, morre em sua fazenda La Villa, na cidade de Mercedes, Argentina. A contra-gosto, os militares permitem que seja enterrado em São Borja. Tentam restringir o acesso das pessoas ao sepultamento, mas uma multidão de 30.000 pessoas acompanha o caixão, o toma dos militares e o carrega nos ombros despedindo-se do seu mais querido líder político.

112

“

Em mais de uma década de atuação, a Comissão de Anistia vem prestando exemplares serviços à sociedade brasileira e à consciência jurídica universal, ao promover a restauração de direitos de perseguidos pelo Estado ditatorial, uma atuação em prol da chamada Justiça de Transição. Com as Caravanas da Anistia reconstrói pontes de aproximação do Estado Democrático com cidadãos, famílias e associações vítimas outrora.”

Roberto Caldas, Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos

1964

2 – O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, torna-se presidente da República.

9 – Baixado o Ato Institucional nº 1. Depõe Jango e cassa 40 mandatos.

Jango asila-se no Uruguai.

O secretário de Estado Dean Rusk cria uma comissão para estudar um plano de ajuda imediata ao governo brasileiro.

11 – Castelo Branco é empossado presidente da República.

MAIO

2 – A ditadura rompe relações com Cuba.



DEPOIMENTO

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

sobre JOÃO GOULART

É com muita honra e satisfação que vejo realizar-se a XX Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, histórica entidade de defesa das liberdades públicas e do império da lei sobre o arbítrio.

Este evento permite-nos ver de forma inequívoca a consolidação do regime democrático no país. Vivemos hoje o maior período contínuo da história brasileira sob um regime democrático e hoje podemos de forma livre discutir o estado de direito em oposição ao estado policial, inclusive tema desta Conferência, e avançar na construção de um modelo participativo de sociedade onde o desenvolvimento é calcado na afirmação da liberdade, na melhor distribuição da riqueza e na estabilidade econômica.

O evento de hoje homenageia um grande líder da nação, o ex- Presidente João Belchior Marques Goulart. Nunca será demais destacar o papel heróico de Jango para o povo brasileiro uma vez que ele representa como poucos o ideal de um Brasil mais justo, mais igualitário e mais democrático. Infatigável de-

fensor da pátria e das reformas de base, Jango viu o ocaso do estado de direito no Brasil que o obrigou ao exílio do qual retornou sem vida para ser sepultado em sua amada terra natal. O ato de hoje, não apenas homenageia sua memória mas também marca o pedido oficial de desculpas do estado brasileiro pela sua Comissão de Anistia, que em nome do povo reconhece os erros do passado e pede desculpas a um homem que defendeu a nação e o seu povo do qual jamais poderíamos ter precedido. Mais que isso, este ato representa a renovação do compromisso público firmado por nossa sociedade em 1988, de avançar na consolidação de um projeto de nação calcado na liberdade, na valorização da diferença e na preservação da vida, acima de qualquer outro valor.

Por todas essas razões vivemos hoje um momento único, um momento de reconciliação do povo com seus heróis, um momento de afirmação da democracia e da liberdade, esse é o sentido da Anistia promover um reencontro de um povo com a sua história.

113

Carta do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em homenagem à anistia do ex-Presidente João Goulart, lida pelo Excelentíssimo Ministro da Justiça Tarso Genro na 16ª Caravana da Anistia, tida durante a XX Conferência Nacional dos Advogados do Brasil.

JUNHO

Criado o SNI. O general Golbery do Couto e Silva vai chefiá-lo.

6 – Castello Branco cassa Juscelino Kubistchek.

JULHO

1 - Lei de greve da ditadura impossibilita, na prática, as greves legais.

AGOSTO

4 – Os EUA iniciam o bombardeio do Vietnã do Norte.

200ª Sessão de Julgamento
10 dezembro 2008

Parceiro
Governo do Estado do Acre

17ª CARAVANA

Rio Branco/AC



O HOMEM DA FLORESTA

“O Brasil pede perdão a Chico Mendes!”. A frase do ministro da Justiça, Tarso Genro, sacramentando a anistia ao sindicalista e ambientalista da Amazônia, soou, solene no Teatro Plácido de Castro, onde estava instalada a 17ª Caravana da Anistia do Ministério da Justiça, em Rio Branco, no Acre. Na data 10 de dezembro de 2008, contavam-se, então, 20 anos desde a morte de Francisco Alves Mendes Filho. Foram necessárias duas gerações até o espírito democrático no Brasil acumular forças suficientes para admitir, de maneira pública e sincera, o erro histórico cometido contra a luta do homem da floresta pelos direitos humanos e, de forma visionária no mundo, na defesa de uma economia ecologicamente sustentável.

“O Estado brasileiro não acolheu Chico Mendes”, disse o Ministro, e, pior ainda, foi totalmente obtuso na compreensão do conceito pioneiro das ideias defendidas por ele. “Várias lutas do passado tiveram um protagonista essencial que agiu de forma totalmente civilizatória, e por isso encerramos o ano pedindo perdão a Chico Mendes e à sua família. Sabemos que ele foi perseguido e injustiçado, e, por isso mesmo, o Brasil incorpora hoje a grandeza de sua pessoa pedindo-lhe perdão. Viva Chico Mendes! Viva o Brasil e Viva o Acre!”.

Emocionada, a viúva de Chico Mendes, Ilzamar Mendes, chora. Fora ela a signatária do pedido de anistia do marido, protocolado em 2005. Antes de qualquer indenização, disse ela, o sonho da família era limpar a mancha no nome de Chico Mendes, tendo sido ele acusado de subversivo pela LSN, quando o maior propósito era a paz na floresta e no mundo.

“Pior do que todas as perseguições que o Chico passou, era não ter dinheiro para ele pagar um advogado para defendê-lo, a miséria na qual vivíamos. Só sobrevivíamos pela ajuda dos companheiros. Ele era um defensor da vida, dos companheiros e da floresta”, disse ela.

Chico Mendes nasceu em Xapuri, no Acre, em 1944. Seringueiro, sindicalista e ativista ambiental destacou-se na luta pela preservação da floresta amazônica. Foi assassinado em 1988, na porta de casa, na mesma cidade, uma semana após completar 44 anos.

Emocionada, a relatora do processo de anistia de Chico Mendes, Sueli Bellato, lembrou que o ambientalista começou a “cortar seringa”, ou seja, extrair o látex das seringueiras, aos nove anos de idade, transformando essa atividade em profissão durante 28 anos. “Ele era um autodidata, um estudante, e teve sua ciência provida da própria selva, da própria vida.”, disse.

Chico Mendes é uma das raras figuras cuja empatia é repartida de maneira igualitária por um público heterogêneo de homens do povo, sindicalistas, ambientalistas, autoridades políticas e intelectuais de todo o planeta. Ao lado do presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, o governador do Acre, Binho Marques, não escondeu o respeito e a admiração pelo amigo que ajudou na organização dos seringueiros de Xapuri. “Hoje não é um dia qualquer. A anistia de Chico Mendes faz do Brasil um país mais importante, mais justo e atento à questão dos Direitos Humanos.”

Em dezembro de 1990, a Justiça condenou a 19 anos de prisão os fazendeiros Darly e Darcy Alves da Silva pelo assassinato do ambientalista. Uma sentença branda para uma morte anunciada publicamente às autoridades pelo próprio Chico Mendes, semanas antes de seu assassinato, sem que nada tivesse sido feito pelas forças policiais do Estado e do País. A última entrevista dele, concedida em vida ao jornalista acreano Edilson Martins, trazia todas as informações de sua morte. Publicada no Jornal do Brasil, dois dias depois do assassinato, chocou a imprensa americana e europeia, mostrando o rosto de um Brasil frio, indiferente e conivente pela apatia das autoridades.

Edilson Martins também foi perseguido pela militância política e anistiado nessa 17ª Caravana da Anistia. Membro do Molina e do PCBR, o jornalista foi preso no dia 18/12/1969. Por seu trabalho jornalístico em defesa das causas ambientais e democráticas, Martins foi escolhido recentemente pela ONU como um dos 60 jornalistas que, no século 20, prestaram serviços à humanidade. Ele é o autor do documentário “Chico Mendes – Um Povo da Floresta”, que ganhou o prêmio Wladimir Herzog de 1989.

Além dos processos de Chico Mendes e de Edilson Martins, outras cinco solicitações feitas por perseguidos políticos da região foram julgadas durante a reunião no Teatro Plácido de Castro. São eles: Epaminondas Jácome Rodrigues, João Moreira de Alencar, João Ricardo Bessa Freire, Lourival Messias de Oliveira e Manoel Alves Carneiro.

“Eu quero viver”

Já existiam conflitos de terra há pelo menos 44 anos antes de Chico Mendes nascer. A área que hoje é o estado do Acre foi disputada num confronto armado entre Bolívia e Brasil. Os seringueiros, comandados por Plácido de Castro, retiraram os 15 milhões de hectares das mãos dos bolivianos. O tratado de Petrópolis, de 1903, deu a posse definitiva do Acre ao Brasil. Os seringueiros tornaram próspero o Estado. A riqueza da borracha atraiu muitos nordestinos à região. Um deles foi o avô de Chico Mendes. As famílias que se mudaram do Ceará para a Amazônia tiveram de se adaptar a um meio ambiente totalmente diferente. Úmida, escura e fechada, a Amazônia era uma selva de insetos e de doenças. Não havia escolas, nem hospitais. Embora a União arrecadasse milhões de dólares com imposto sobre a extração da borracha, nem um centavo era reaplicado na região. Todos os mínimos detalhes do dia-a-dia representavam, então, um grande desafio. As famílias se dispersaram pela floresta, muitas vezes separadas por quatro ou cinco horas de caminhada. Todos caçavam e colhiam na floresta. O que a natureza não lhes dava, era comprado dos caixeiros-viajantes.

Em 1944, Chico – batizado Francisco Alves Mendes Filho – nasce no seringal Porto Rico, no município acreano de Xapuri. Aos nove anos, já acompanhava o pai na floresta. Aos onze, quando a maioria das crianças estão frequentando a escola, tornou-se seringueiro em tempo integral. Foi nessa época que a família mudou-se para Pote Seco, no seringal

Equador, próximo à cachoeira. Durante o dia, Chico cortava seringa e caçava. À noite lia alguns livros e se inteirava das notícias pelos jornais que chegavam com atraso de semanas. Com doze anos, Chico Mendes conheceu Euclides Fernandes Távora, aliado de Carlos Prestes. Euclides havia participado da Intentona Comunista, em 1935. Foi preso, mas conseguiu fugir e esconder-se no meio da floresta Amazônica. Com Euclides Távora, Chico começou a entender o significado da exploração dos seringueiros, a luta de classes, os ensinamentos de Lênin e Karl Marx.

As aulas de Távora foram interrompidas quando Chico, aos 17 anos, foi obrigado a dobrar sua carga de trabalho para sustentar a família, depois da morte da mãe e do irmão mais velho. O aprendizado político de Chico com Távora seria retomado nos anos seguintes, Távora conseguiu um rádio, no qual ele e Chico Mendes ouviam os noticiários em português da central de Moscou, BBC de Londres e Voz da América. Analisando os fatos e as notícias, Távora infundia em Chico uma consciência da geopolítica e apresentava o lugar do Brasil no cabo de guerra entre o comunismo e o capitalismo.

Na década de 70, o Acre é atingido pela ocupação intensiva da Amazônia gerenciada pelo governo. Agricultores e pecuaristas, oriundos do sul do País, chegam ao Estado para explorar a terra, derrubando a floresta e seus seringais para dar lugar às fazendas de gado. Como consequência, 10 mil famílias

116

1964

OUTUBRO

Caduca o artigo punitivo do Ato Institucional. Foram atingidas 4.454 pessoas. Delas, 2.757 eram militares.
30 – O general Castelo Branco nega denúncias de tortura.

NOVEMBRO

9 - Aprovada por 126 votos a 117, a Lei Suplicy (do min. da Educação, Suplicy de Lacerda), que proíbe a UNE, a Ubes e as UEEs.



As Caravanas da Anistia têm cumprido um papel estratégico e fundamental no resgate da memória política de um período importante da história brasileira. É a consolidação da democracia, na promoção de um conjunto de políticas além do direito à reparação moral e econômica dos perseguidos políticos.”

**Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social,
Presidente do Senado Federal (2007-2009)**

de seringueiros sem trabalho transformam-se em favelados nas periferia de Rio Branco e na Bolívia.

Os trabalhadores começaram então a se organizar. Chico Mendes agora passa a ser visto quase sempre nas estradas da floresta, convidando os seringueiros a se sindicalizarem e a partirem para ação. Os seringueiros, acompanhados de mulheres e crianças, colocavam-se entre as árvores e os tratores e motosserras para impedir a destruição das florestas do Acre.

As comunidades de base deram-lhe uma estrutura e Chico participou ativamente da implantação do Projeto Seringueiro, que se propunha a construir escolas nos seringais para alfabetizar os seringueiros e conscientizá-los dos seus direitos.

Em 1977, Chico Mendes candidata-se a vereador em Xapuri, pelo MDB, e é eleito. Alguns líderes sindicais rejeitaram a ideia, mas Chico acabou por convencê-los de que seria mais fácil criar o sindicato rural em Xapuri se ele fosse vereador, o que de fato aconteceu.

Chico agora dedicava-se a organização dos seringueiros para o 1º Encontro Nacional da categoria, que se realizaria em outubro de 1985. Depois de sua passagem pelo MDB, Chico Mendes ingressa no PT, tornando-se um dos seus fundadores no Acre. Candidatou-se a prefeito em Xapuri, mas sem sucesso. No entanto, não se sentiu derrotado. Ele não estava mais sozinho. Com

seu discurso cativante conseguiu aliados importantes, no Acre e no Brasil.

A partir do encontro nacional, a luta de Chico Mendes pela preservação do modo de vida dos seringueiros e conservação da floresta amazônica chamou a atenção do mundo. Em Julho de 1987, Chico Mendes recebe o Prêmio Global 500, concedido pela ONU às personalidades que mais se destacaram na defesa do meio ambiente.

Ao final dos anos 80, Xapuri cheirava à pólvora. Os conflitos pela posse da terra entre seringueiros e pecuaristas chegavam então ao seu ápice. As ameaças a Chico Mendes já eram constantes. Na noite do dia 22 de dezembro de 1988, sete dias após ter completado 44 anos, Chico é alvejado com um tiro no peito na presença de sua esposa Ilzamar e de seus filhos Elenira e Sandino.

Em entrevista, Chico Mendes falou sobre a possibilidade de ser assassinado. “Se descesse um enviado dos céus e me garantisse que minha morte iria fortalecer nossa luta até que valeria a pena. Mas a experiência nos ensina o contrário. Então, eu quero viver”, disse na ocasião.

Talvez ele tenha se enganado. Seu sangue foi derramado na terra, mas floresce e corre ainda forte nos corações dos que sonham com a preservação da Amazônia e por uma vida digna e sustentável para os que nela vivem.

DEZEMBRO

10 – Os músicos Nara Leão (mais tarde, Maria Betânia), Zé Ketí e João do Vale estreiam no Rio o show de denúncia Opinião.

Juan Perón deixa a Espanha, onde vivia exilado, e voa para a Argentina. Ao fazer escala no aeroporto do Galeão, é barrado e obrigado a voltar.

DEPOIMENTO SUELI BELLATO

sobre CHICO MENDES

No ano de 2008, a Comissão de Anistia julgou o Requerimento de 2004.01.45219 Anistia Política de Francisco Alves Mendes Filho – o Chico Mendes.

O referido processo evidenciou mais uma vez a extensão da perseguição na vida dos militantes políticos. Chico Mendes esteve à frente dos movimentos de defesa dos povos da floresta, consciente de que, a floresta, além de reconhecido pulmão do mundo e banco da mais complexa diversidade genética, é a fonte de sobrevivência dos seringueiros, ribeirinhos, indígenas entre outras categorias.

Sua alfabetização e iniciação política deveu-se a um integrante da Coluna Prestes, Euclides Távora, que perseguido em razão de participação na coluna Prestes foi confinado em Fernando de Noronha e logrou chegar ao Acre e lá refugiar-se.

Na década de 1970, Chico Mendes ingressou na militância política partidária, filiou-se ao MDB e concorreu à vaga de Vereador do Município de Xapuri.

Na data de 21 de julho de 1980 o movimento social sofre uma grande agressão. Wilson Pinheiro, fundador do PT no Acre e

presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia foi assassinado.

Os trabalhadores tinham consciência de que o que se queria com o crime de encomenda que tirou a vida de Wilson Pinheiro era impedir o avanço das articulações populares que confrontavam os modelos de desenvolvimento econômicos aqueles inaugurados pelos militares que consideravam a região amazônica desocupada, quando na verdade uma significativa população coexistia com os recursos naturais.

No sétimo dia da morte de Wilson Pinheiro importantes lideranças se deslocam para o Acre para homenagear o líder assassinado. Lula e Jacó Bittar, lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores, João Maia e José Francisco da CONTAG. Discursos emocionados foram considerados atentatórios à Lei de Segurança Nacional. Processados e denunciados perante a Auditoria Militar de Manaus, Chico Mendes foi preso, sofreu maus tratos e ficou estigmatizado no meio da sociedade.

Absolvidos da acusação de subversivos na data de 1º de março de 1984, os acusados tiveram gravados nas suas biografias os rótulos

118

1965

Cuba treina quadros enviados por Brizola.

Vai ao ar a TV Globo. O Brasil tem 2,3 milhões de aparelhos de televisão. Todos preto-e-branco.

I Festival de Música Popular Brasileira. Elis Regina canta "Arrastão".



As Caravanas da Anistia marcaram uma profunda reviravolta na evolução das atividades da Comissão de Anistia, instituída pela lei 10.559 de 2002. A descoberta dessa nova engenharia institucional, promovida por Paulo Abrão durante a gestão de Tarso Genro no Ministério da Justiça, governo Lula, permitiu superar o debate estreito sobre cálculos numéricos e monetários. O resgate simbólico, os imperativos éticos da reparação, os deslocamentos incessantes pelo Brasil atravessando os mais distintos segmentos sociais passaram ao centro da cena. As Caravanas representaram, a partir de então, um dos elementos decisivos na acumulação de forças rumo à histórica conquista da Comissão Nacional da Verdade. Elas abriram no Brasil o necessário debate, mesmo que incômodo e áspero, a respeito das incontornáveis exigências da Justiça de Transição”.

Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (2006-2010)

que o regime lhes impregnou de subversivos, terroristas, agitadores.

Para enfrentar os desmatamentos que causavam graves prejuízos, Chico Mendes e outras lideranças organizam importante movimento de resistência às derrubadas, conhecido por Empates.

Esta ação despertou uma reação ainda mais violenta dos fazendeiros. Aumentou o número de atentados e assassinatos de trabalhadores.

Ameaçado de morte por fazendeiros da região, Chico Mendes precisou recorrer às organizações não governamentais, especialmente no exterior, para denunciar as ameaças e o desmatamento desordenado da floresta, o que o tornou reconhecido em muitas partes do mundo.

No início de dezembro de 1988, Chico sofre grande ataque de poderosos formadores de opinião na imprensa local. Um Agente da Polícia Federal, após ter conhecimento de correspondência desviada do STR de Xapuri cujo conteúdo tratava de convênio com entidade estrangeira para alfabetização de trabalhadores rurais, acusou Chico Mendes de pessoa

suspeita em razão das suas relações. Na mesma matéria, o policial federal acusa Chico de ter traído companheiros seus quando esteve preso. Por fim, na mesma matéria, o periódico anunciava que Chico Mendes tivera o porte de arma cancelado.

Quatro anos após a finalização do processo que a Auditoria Militar lhe moveu e 15 dias da referida matéria que o re-presentava como pessoa inidônea e outra matéria repercutiu nos jornais brasileiros e internacionais: Chico Mendes foi assassinado no dia 22 de dezembro de 1988, dentro de sua casa quando jogava dominó com dois policiais militares que deveriam ter lhe protegido a vida.

A razão do engajamento de Chico Mendes a favor dos direitos humanos perdurou por toda a sua vida e foi razão de perseguição no período da ditadura e causa de sua morte na recém inaugurada democracia.

Chico Mendes foi declarado anistiado político pós morte, em Sessão realizada na Caravana da Anistia no dia 20 de dezembro de 2008, em Rio Branco, na presença de seus companheiros e familiares.

Sueli Bellato é vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

MARÇO

9 - Castelo Branco é vaiado em aula inaugural na UFRJ.

22 - 1ª eleição pós-golpe desagrada a ditadura. Faria Lima torna-se prefeito de S. Paulo, com apoio do presidente cassado Jânio Quadros.

25 - O ex-coronel Jefferson Cardim invade Três Passos, no Rio Grande do Sul, com 22 combatentes. É cercado e preso.

Chega ao Vietnã a primeira tropa de combate terrestres dos EUA.

1ª Sessão de Julgamento
26 janeiro 2009

Parceiros
Fórum Social Mundial
Secretaria de Justiça e
Direitos Humanos do
Governo do Estado do Pará
Casa da América Latina



18ª CARAVANA

Belém/PA

A TORTURA QUE MUTILA A ALMA

Os torturadores da época da Ditadura Militar no Brasil, fossem civis ou das Forças Armadas, eram treinados para aperfeiçoar suas técnicas para causar dor. Chegaram a ser treinados para isso por militares vindos da Inglaterra, França e Estados Unidos, que, nos quartéis, davam cursos usando presos como cobaias. Essa prática covarde chegava a ponto de calcular, pelas características físicas das vítimas, a intensidade máxima de maus-tratos que elas eram capazes de suportar sem morrer, caso houvesse interesse da Ditadura em mantê-las vivas. Mas talvez o que mostre de maneira mais chocante a sofisticação da perversidade sejam os relatos das torturas psicológicas imaginadas de maneira minuciosa para quebrar a vontade e resistência de suas vítimas.

Um dos requerimentos de anistia examinado na 18ª Caravana da Anistia, realizada em 30 de janeiro durante o XX Fórum Social Mundial, em Belém do Pará, da professora primária Izabel Marques Tavares da Cunha mostra a crueldade dessa tortura psicológica. Militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML), Izabel Marques foi presa em 29 de dezembro de 1971, em sua residência em Belo Horizonte, para onde havia se mudado em companhia do seu companheiro, Humberto Rocha Cunha.

Presos no DOI-Codi, Izabel e Humberto foram torturados em ocasiões diferentes e obrigados a assistir às sevícias que um e outro sofreram. Também diante dos dois, os policiais arrastavam, puxados pelos cabelos, cadáveres de mortos sob tortura. Izabel foi torturada nua, colocada no pau-de-arara, submetida a choques. Para quebrar ainda mais a sua moral, era deixada em uma cela pintada de cinza, sem nenhum pertence seu. Até mesmo um improvisado jogo de damas feito com restos de comida e pedrinhas retiradas do chão e das paredes da cela lhe foi tomada pelos policiais para evitar qualquer possibilidade de ter algum alívio psicológico.

Falecida em 2002, e representada pela sua filha Ana Tavares da Cunha na sessão, Izabel foi uma das oito pessoas que tiveram seus pedidos de anistia política apreciados pela Caravana da Anistia, que se desenvolveu em um clima de grande emoção. “Eu estou com o coração e a alma lavados”, disse Maria de Lourdes Couceiro Simões, após ouvir o pedido formal de desculpas por parte do Governo Brasileiro, por intermédio do presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão. Presa aos 21 anos, quando distribuía panfletos do Partido Comunista diante de uma fábrica no bairro do Jurunas, em Belém. Passou seis meses presa, sem o direito a ver parentes ou amigos.

Izabel e Maria de Lourdes receberam também, além do reconhecimento como anistiadas políticas, reparações financeiras pelos prejuízos morais e financeiros que a perseguição da qual foram vítimas lhes impuseram. “É uma dívida que a sociedade tem com quem foi prejudicado pela Ditadura”, afirmou o Ministro da Justiça, Tarso Genro, que participou do evento.

Outro anistiado foi Maurice Politi, que militou na Ação Libertadora Nacional. Nascido em Alexandria, no Egito, Politi foi preso em 1970, na Operação Bandeirantes e cumpriu quatro anos de prisão. Durante esse tempo, passou por nove prisões e 36 celas diferentes. Sua prisão impediu a aprovação do processo de pedido de cidadania brasileira que havia requerido tornando-o um apátrida. Por esse motivo, foi expulso do País em 1975, no ano seguinte que foi libertado. Politi passou cinco anos em Israel, regressando ao Brasil em 1980, quando conseguiu, finalmente, a nacionalidade brasileira.

O continente dos generais

No ano de 1973, treze entre os 17 países que compõem a América Latina estavam controlados por ditaduras militares. Apenas quatro deles, Colômbia, Costa Rica, Venezuela e México, eram governados por presidentes eleitos pelo voto direto. É verdade que uma leitura rigorosa eliminaria, sem cometer qualquer injustiça, a Colômbia desse clube democrático. Ali, de 1958 a 1974, os partidos Liberal e Conservador acertaram entre si um conchavo no qual se alternavam no poder, elegendo, inclusive, bancadas de tamanho idêntico para as casas legislativas. Era uma democracia para inglês ver. Melhor dizendo, para americano ver, pois por detrás da farsa colombiana e no fundo das almas truculentas de todas aquelas 13 ditaduras latino-americanas estava uma pesada presença norte-americana.

Desde o início do século XX, os Estados Unidos estiveram presentes, na forma de dólares e armas, em praticamente todas as insurreições da direita nos países americanos de fala espanhola e portuguesa. Essa presença se tornaria mais intensa a partir de 1946, quando o planeta se dividiu entre as áreas de influência dos Estados Unidos e da União Soviética. Era a Guerra Fria, que tornou o mundo bipolar e os americanos e seus ditadores neuróticos com o perigo vermelho. Essa ameaça era representada pelos militantes dos partidos comunistas mancomunados com Moscou, seus simpatizantes ou qualquer pessoa que ousasse questionar qualquer aspecto, por mais ínfimo que fosse, da ordem estabelecida pelos generais. E para lidar com esse inimigo interno, um conceito que fazia parte das doutrinas de segurança nacional, só havia um remédio eficaz: a violência, sem qualquer contemplação.

Em se tratando de uma “guerra” combatida na maior parte das vezes de maneira

clandestina, com o desaparecimento de pessoas, sequestros no meio da noite, corpos enterrados sem identificação ou atirados no mar, as estatísticas são falhas, mas calcula-se que nos 45 anos em que os estados de maneira sistemática massacraram seus próprios cidadãos o número de mortos e desaparecidos na América Latina chegou próximo aos 100 mil.

Sintomaticamente, em 1991, quando a União Soviética, após uma intensa crise política e econômica, deixa de existir e formaliza o final da Guerra Fria, que já vivia um processo de contínuo congelamento desde a queda do muro de Berlim, em 1989, não havia entre os países latino-americanos nenhuma única ditadura.

Enquanto durou a Guerra Fria, toda vez que surgia no horizonte político de algum país a possibilidade de um candidato ligado à esquerda, ou mesmo de ideias progressistas, os conspiradores da CIA, ou, conforme o caso, os mariners em pessoa. No caso do Brasil, os EUA deram apoio, inclusive com o deslocamento de um porta-aviões e navios de guerra nos idos de 1964. À ditadura chilena, proporcionaram toda a logística necessária para o assassinato do embaixador chileno Orlando Letelier, num atentado à bomba, em Washington, em 21 de setembro de 1976.

O presidente da Guatemala, Jacobo Árbenz Guzmán, foi deposto por um exército de 4.000 homens treinados pela CIA, na vizinha Honduras, em 1954. Guzmán havia expropriado parte das terras de propriedade da multinacional americana United Fruit Company. A Operação Condor, que coordenou as ações criminosas contra opositores políticos às ditaduras da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, teve, na sua concepção, a participação ativa dos americanos

122

1965

ABRIL

21 - Miguel Arraes é libertado após 1 ano de prisão e parte para 14 anos de exílio na Argélia.

29 - Os Estados Unidos invadem a República Dominicana. Castello Branco apóia e manda 1.500 soldados brasileiros.

MAIO

Lançado pelos EUA o Early Bird, primeiro satélite comercial de comunicações.



DEPOIMENTO

MAURICIO POLITTI

“Vocês vão desculpar a minha emoção, mas eu fiz algumas anotações e eu queria ler para vocês. Em primeiro lugar, eu acompanho o trabalho da Comissão de Anistia e eu realmente queria louvar esse espírito republicano, democrático, que essa comissão tem exercido, principalmente no último ano. Através de caravanas como essa que a nossa juventude vê, e é uma forma didática do pessoal saber o que aconteceu no Brasil naqueles anos. Eu escolhi o Brasil como pátria, e ela me foi negada. Eu lembro de dois aspectos da minha prisão que eu queria relatar. Uma foi no DOPS -, que hoje se tornou o Memorial da Resistência, o primeiro Memorial da Resistência do Brasil está em São Paulo, naquelas celas que eram do DOPS – quando um delegado me mostrou a portaria do Ministério da Justiça que me convocava para ir prestar juramento como brasileiro. Eu fui preso, eu tinha 20 anos de idade. E não vou falar nem de torturas, nem dos períodos em que fiquei ilegal e meus pais não souberam, isso todo mundo já sabe. O que não sabem é que esse delegado, mostrando-me o pedido que tinha saído no jornal, que dizia ‘compareçam os seguintes estrangeiros para votar a bandeira e serem brasileiros’, ele me chamou e disse ‘você nunca vai ser brasileiro, esqueça. Você é terrorista, você é subversivo, você não sabe obedecer ordens. Você não vai ser brasileiro, você vai ser expulso do país.’ Eu falei: ‘mas pra onde, se eu não tenho pátria?’ Ele disse que não importava. Me xingou, me mandou pra-quele lugar. Durante cinco anos fiquei exilado. E saí com uma amargura, porque parecia que o Brasil tinha me rejeitado. Toda aquela luta que

eu tinha feito com os nossos companheiros da Ação Libertadora Nacional resultando em algo ruim, eu tinha sido expulso do país pelo qual eu lutava. Então esse foi um caso que ficou gravado na minha memória, esse delegado falando que eu nunca iria ser, e dez anos depois eu fui. A segunda menção que eu queria fazer é, principalmente em função do estado do Pará. Eu tenho muito orgulho em ter tido o meu requerimento apreciado aqui, porque aqui foram as Cabanadas, a primeira rebelião que houve no Brasil foi aqui neste estado. Nós, como resistentes, tínhamos as Cabanadas sempre como um guia. Essa segunda menção é referente a outro delegado civil, que a Operação Bandeirante tinha cortado – porque a Operação Bandeirante era só de civis, mas os melhores, entre aspas, os mais eficientes, os que torturavam mais, da Polícia Civil eram levados pra Operação Bandeirante. Ele um dia me chama pra sala de tortura e me diz: ‘eu tenho que te torturar, eu realmente não quero saber mais nada de você. Mas vamos conversar, vamos conversar sobre o futuro, porque a geração de vocês a gente sabe que perdeu, mas a próxima, você pode escrever, essa é nossa.’ Eu nunca mais esqueci essas palavras. E a prova de que hoje estamos aqui em meio a 100 mil jovens mostra que a próxima geração não foi deles, e a próxima da próxima não é deles, e não será deles. Por isso que eu acho tão importante fazer essa manifestação aqui, entre os jovens, para dizer a eles que esse tempo da ditadura, esse tempo da repressão não deve voltar e não vai voltar. Eles foram derrotados e nós fomos os vitoriosos.”

Maurício Politti - Anistiado político durante a 18ª Caravana da Anistia.

123

OUTUBRO

4 - Grande manifestação popular no Rio recebe JK que volta do exílio.

27 - Castello Branco baixa o AI-2. Dissolve os partidos e torna indireta a eleição de seu sucessor. Os crimes políticos vão para a Justiça Militar.

NOVEMBRO

26 - Fundado o partido MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

**3ª e 4ª Sessão de
Julgamento
22 março de 2009**

**Parceiro
Complexo de Ensino Superior
de Santa Catarina - CESUSC**

19ª CARAVANA Florianópolis/SC



EM HOMENAGEM A PAULO STUART WRIGHT

Nascido em 1944, na pequena Joaçaba, meio-oeste de Santa Catarina, Paulo Stuart Wright era um jovem inquieto e curioso. Filho de missionários presbiterianos norte-americanos, ainda jovem viveu em Los Angeles (EUA), onde, estudante de pós-graduação em sociologia, chegou a trabalhar na construção civil e fundou um grupo contra a discriminação racial. No Brasil, depois de se engajar em projetos da Igreja Presbiteriana nas fábricas paulistas, voltou para Joaçaba e ajudou a criar os primeiros sindicatos da cidade. Assumiu uma Secretaria Municipal, foi candidato a prefeito (1960) e eleito deputado estadual (1962) pelo PSP – cargo do qual foi deposto com o golpe de 1964.

Sua convicção política tomava a forma de uma arma poderosa na sua aguda capacidade de argumentação. Uma das histórias de sua vida é emblemática para provar essa sua habilidade. Em 1963, Wright sofreu um atentado, a mando das oligarquias locais, do qual escapou ileso ao convencer o matador a não completar o serviço porque, se assim o fizesse, ele estaria agindo contra os interesses de sua própria classe.

Depois de um breve exílio no México, em 1964, Wright voltou ao Brasil clandestinamente e ingressou na AP, tornando-se importante líder opositor do regime. Em setembro de 1973, foi sequestrado e levado para o DOI-Codi. Dois dias de tortura, 48 horas no cárcere bastaram para apagar essa vida dedicada a tornar mais justa a sociedade. Ainda está desaparecido o corpo do jovem político, militante e pai de família: um cidadão do mundo que tinha um enorme coração brasileiro.

Paulo Stuart Wright foi a personalidade homenageada da 19ª Caravana da Anistia, em solenidade ocorrida no dia 20 de março de 2009, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis. Nesse evento, além do presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, estiveram presentes o ministro da SDH/PR, Paulo Vannuchi, o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, o vice-governador do Estado, Leonel Pavan, o governador de São Paulo, José Serra e a senadora Ideli Salvatti. Paulo Vannuchi reafirmou que é preciso resgatar a história recente do País e, citando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou a necessidade de reconhecer os heróis como Paulo Stuart Wright. “O Brasil democrático não pode conviver com a ocultação de cadáveres”, afirmou.

A sessão de julgamento da 19ª Caravana foi instalada no auditório da instituição parceira do evento, o Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Cesusc), para o julgamento de 29 pedidos de cidadãos catarinenses perseguidos politicamente. Do total de processos, dois foram adiados, seis deferidos integralmente, e o restante acatado de forma parcial. Houve dois tipos de reivindicações: reconhecimento pela perseguição política e ressarcimento financeiro para pessoas que foram impedidas de exercer a atividade profissional.

A programação da 19ª Caravana da Anistia foi constituída de diversificada agenda cultural e educativa. No dia 19, quinta-feira, os participantes puderam conhecer a exposição fotográfica “Novembrada”, a respeito do confronto ocorrido em 30 de novembro de 1979 entre populares, principalmente estudantes, e o presidente João Baptista Figueiredo. A visita do presidente foi recebida com vaias e palavras de ordem contra o seu governo. De temperamento mercurial, Figueiredo reagiu aos manifestantes. Seguiu-se uma violenta batalha campal entre manifestantes e polícia que durou quatro horas e terminou com sete estudantes presos e processados pela Lei de Segurança Nacional.

Logo depois da abertura da exposição, houve a exibição do filme “Novembrada”.

À noite, o tema de debate foi “Operação Barriga Verde e Operação Marumbi” – ações violentas da repressão da Ditadura respectivamente nos estados de Santa Catarina e Paraná, na década de 1970. A programação do dia foi encerrada com a apresentação da peça teatral “Henfil Já!” no auditório Pedro Ivo, anexo ao Palácio do Governo, em Florianópolis.

A Operação Barriga Verde

No dia 4 de novembro de 1975, o terror se espalhou por terras catarinenses. Uma ação articulada do DOI-Codi e do Exército, percorreu diversas cidade de Santa Catarina e terminou com a prisão de 42 pessoas, acusadas de pertencerem ao PCB. Como era a prática corrente, os prisioneiros foram torturados, com métodos como pau-de-arara, choques elétricos e empalamento. A estratégia, justificavam os torturadores, visava obter provas para a instauração de um inquérito “dentro da lei”.

Dos 42 presos, 31 tinham entre 25 e 40 anos de idade e pertenciam à Juventude do MDB, único partido de oposição ao regime militar. O escritor Celso Martins revela, em “Os quatro cantos do sol”, que o município mais atingido em Santa Catarina foi o de Criciúma, onde existia um antigo e bem articulado trabalho junto aos mineiros do carvão. Um dentista sindical foi preso em Blumenau. Sete militantes de Joinville tiveram o mesmo destino, entre eles Edgard Schatzmann, detido outras duas vezes por supostamente incitar a revolta popular contra a ditadura, em 1967 e 1971. Na capital Florianópolis, foram presos principalmente intelectuais, estudantes e bancários.

A operação se estendeu por outros estados. Teodoro Ghercov, o “Raul”, coordenador das atividades do PCB em Santa Catarina foi preso em São Paulo. O mesmo aconteceu com Newton Cândido, supervisor das atividades do partido em Santa Catarina e Paraná, preso em São Paulo com a esposa, dois filhos, o irmão e a cunhada. Levado ao DOI-Codi, nas dependências do 2º Exército, foi torturado no mesmo local onde, dois dias depois, morreria o jornalista Vladimir Herzog.

Os presos foram levados para o quartel do 63º Batalhão da Infantaria do Comando do Exército, no bairro do Estreito, em Florianópolis.

Transferidos para a Circunscrição Militar da Região Sul, em Curitiba, passaram por sessões de tortura, registradas em fotos e depoimentos. De volta à sede da PF em Florianópolis, foram espalhados por outros batalhões e hospitais militares. Mais tarde, foram levados para a antiga Colônia Penal Agrícola de Canasvieiras. Na prisão, mantida pelos militares, acabou encarcerado o próprio diretor, acusado de dar “excesso de liberdade” aos detentos.

A justificativa oficial da operação era desarticular um suposto movimento clandestino de reorganização do PCB, que estava proscrito. Na realidade, tratava-se de uma reação ao crescente movimento de oposição ao regime. O sinal de alerta havia soado um ano antes, nas eleições de 1974, quando o MDB recebeu expressivos 72% dos votos válidos para o parlamento. Para eleger 16 senadores, e aumentar sua bancada na Câmara Federal de 87 para 160 deputados, o MDB recebeu o apoio de forças organizadas da oposição. O voto do PCB veio com uma condição: os eleitos deveriam defender projetos como a anistia aos presos políticos, eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos das capitais e cidades consideradas área de segurança nacional, fim do AI-5, direito de greve, abolição da censura nos meios de comunicação e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Muitos dos eleitos pelo MDB eram membros do PCB. A força das urnas não impediu a perseguição. Entre 1974 e 1975, 14 integrantes do Comitê Central foram presos, mortos ou continuam desaparecidos. A Operação Barriga Verde não terminou com mortes. Em fevereiro de 1978, as 42 pessoas - entre elas duas mulheres - foram julgadas e absolvidas pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª Circunscrição de Justiça Militar.

126

1966

O militante Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, chega ao Araguaia, mandado pelo PCdoB.

FEVEREIRO

5 - Castello Branco torna indiretas as eleições para governadores e prefeitos das capitais.



DEPOIMENTO

SÉRGIO DA COSTA RAMOS

“A experiência que eu vivi no ano de 68, o famoso ano que não terminou, ou que terminou mal, para mim, é uma experiência emblemática do ponto de vista do primeiro canal, do primeiro duto que qualquer ditadura norteia que é o canal da imprensa. Os jornalistas desse país sofreram, alguns pagaram com a vida e eu vivi uma situação muito difícil, dramática. Eu fui preso no dia 21 de dezembro de 68 por solicitação de um telegrama do general Jaime Portela, ministro da Casa Militar do Presidente da República. Isso já dava um grau da violência com que o regime se abatia sobre um jovem de 20 anos de idade. Não bateram na porta da minha casa para perguntar se eu estava presente para receber o mandado de prisão, esperaram que eu saísse e a Polícia Federal preparou uma tocaia, esperando até que eu passasse por lá para ir a um jogo de futebol de salão. A caminho desse campinho de futebol fui abordado por policiais. Perguntaram meu nome, eu disse praticamente tudo, confirmei quem eu era. Fui preso, sequestrado – não foram à minha casa, não deram ciência a ninguém. Levei dois dias para me comunicar com advogado e família, fiquei quatro meses preso, direto, sem decreto de prisão preventiva de espécie alguma. A coisa mais surreal que aconteceu na minha prisão é que meu advogado de defesa – de Curitiba, porque aqui em Florianópolis os advogados temiam assumir a causa – na primeira audiência de qualificação do preso, quatro meses depois, o promotor militar não requereu a prisão preventiva, por esquecimento, eu não sei, ou imaginando que ela já existisse, e o meu advogado aproveitou o ensejo e fez um ofício à chamada autoridade coatora, dizendo que eu havia sido enquadrado, qualificado, e que, no entanto, estava sendo devolvido a

Santa Catarina e o senhor procurador militar não requereu a sua prisão preventiva, reticências. O juiz não teve coragem de dizer ‘libero esse preso’. Ele fez reticências e decidiu que o Secretário de Segurança Pública faria isso, ele é general. Eu fui às 3h da manhã com escolta do DOPS na casa do Secretário de Segurança Pública, ele foi acordado, e o general conhecia minha família, queria muito bem a meu pai. Ele disse para mim que não poderia fazer nada, porque o ofício não dizia expressamente que eu poderia responder ao processo em liberdade. Então eu voltei pra cadeia. Eu disse pro general, com os meus 20 anos: ‘então eu vou rezar pela saúde do general Portela’. E ele não entendeu o que eu disse, perguntou por que eu estava dizendo isso. Eu disse: ‘porque o processo não está mais na fase policial, está na fase judicial. Então a autoridade presidente do processo é o juiz auditor da Auditoria Militar de Curitiba. Se for assim, se só o general Portela, que me deu voz de prisão por telegrama é quem vai ser a autoridade que poderá me soltar, se ele morrer amanhã vai ser prisão perpétua.’ Voltei pra cadeia, onde passei mais dois meses e meio, e quando fui solto, em junho, seis meses depois, tinha perdido dois anos de faculdade de direito. Primeiro passei seis meses sem receber salário, eles estornaram o salário que eu tinha recebido no cargo de redator. Quando fui preso, prestava serviços na assessoria de Relações Públicas do Palácio. O primeiro medo foi a proximidade física com um preso político no Palácio. Então fui banido para a Consultoria Jurídica, e lá, ainda depois de me formar em direito, com muita luta, fui designado a ser consultor substituto. Dois meses e meio depois, sem nenhuma explicação, o governador, que tinha assinado a indicação, me demitiu.”

127

Sérgio da Costa Ramos Anistiado político durante a 19ª Caravana da Anistia.

MARÇO

Protestos no Rio, São Paulo e Belo Horizonte.

MAIO

Começa em Xangai a “revolução cultural” chinesa.

5ª Sessão de Julgamento
1 de abril 2009

Parceiros
Governo do Estado de Pernambuco
Prefeitura de Recife



20ª CARAVANA

Recife/PE

UM DISCURSO QUE CALOU OS CANHÕES

Governador de Pernambuco por três mandatos, Miguel Arraes, falecido em 2005, não estava de corpo presente no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, para ouvir da boca do Ministro da Justiça, Tarso Genro, o pedido de perdão pelos 10 meses de encarceramento e 15 anos de proibição de viver no Brasil impostos pela Ditadura Militar, em 1964.

Naquele 1º de abril de 2009, o Ministro viera a Recife para anunciar a anistia política de Arraes, durante aquela XX Caravana da Anistia. A voz de Miguel Arraes, no entanto, se fez ouvir pela boca do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, seu neto. O governador leu o discurso escrito pelo avô, no dia 1º de abril de 1964, exatos 45 anos antes daquela cerimônia, quando este, cercado no Palácio por tropas e por dois canhões do comandante do IV Exército, Justino Alves Bastos, recusou a oferta de renunciar ao seu cargo para escapar da prisão.

“Talvez, neste momento, eu já seja um prisioneiro do IV Exército. Talvez, eu já atravesse a porta deste gabinete preso. Mas, nunca os senhores conseguirão que o atual governador de Pernambuco saia desta sala desmoralizado. Os senhores não me podem tomar essa representação que o povo me conferiu. Poderão, no entanto, impedir-me de exercê-lo, pela força.”

E continuava: “Além disso, tenho 8 filhos, que precisarão saber no futuro como foi que o pai se comportou nesta hora. Enquanto eu for governador de Pernambuco, não aceitarei a menor limitação às minhas prerrogativas constitucionais”. O pedido de perdão foi feito à viúva do ex-governador, Magdalena Arraes, pelo ministro. “Quarenta e cinco anos depois, a senhora está neste palácio recebendo o pedido de perdão por todos os erros cometidos contra Miguel Arraes e contra todos os brasileiros”.

O governador Eduardo Campos se emocionou ao falar do avô. “Miguel Arraes foi um nordestino, um brasileiro que se mistura à história do povo pernambucano, se estamos aqui depois de 45 anos, é porque muitos brasileiros lutaram e derrotaram a intolerância.”

Nessa XX Caravana da Anistia foi prestada, ainda, homenagem ao arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara. O religioso esteve à frente de uma intensa campanha internacional de denúncias de violações dos Direitos Humanos nos anos de repressão da Ditadura Militar. Por sua posição desassomburada, Dom Helder Câmara (1909 – 1999) foi indicado por quatro anos consecutivos ao Prêmio Nobel da Paz.

O governador que fazia chover

No interior de Pernambuco, seus admiradores mais humildes tinham dificuldade em entender seu sobrenome “Arraes”. Tornou-se, então, Arraia, “Pai Arraia” para ser mais exato. Diziam, mesmo, que era capaz de fazer chover no sertão nordestino. O advogado Miguel Arraes tinha grande prestígio junto ao povo pernambucano, sobretudo entre os camponeses pobres. E tampouco o fato de Arraes ter nascido e passado sua infância longe dali, em Araripe, no sertão do Ceará, o fazia menos pernambucano, aos olhos de seus eleitores, do que eles mesmos. Arrastava multidões aos comícios e eventos em que participava.

Com os votos de um eleitorado fiel, que o acompanharia ao longo dos seus 55 anos de vida pública, Miguel Arraes foi eleito deputado estadual por dois mandatos, em 1950 e 1958; prefeito de Recife, em 1960; e Governador do Estado, em 1963. No ano seguinte, foi cercado e preso no Palácio das Princesas, sede do governo pernambucano. Passaria onze meses detido na Ilha de Fernando de Noronha. Libertado por um habeas-corpus, exilou-se na Argélia de onde só regressaria 15 anos depois.

Ao voltar para Recife, em 1979, Miguel Arraes foi recepcionado por um comício de 50 mil pessoas no bairro de Santo Amaro. O político se elegeria deputado federal em 1983, pelo PMDB; governador, em 1987; novamente deputado federal em 1991, agora pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); governador pela terceira vez, em 1995; e, aos 86 anos, em 2003, deputado federal também pela terceira vez, cargo no qual faleceria, em 13 de agosto de 2005.

É à frente da prefeitura de Recife, que o “Pai Arraia” passa a se apresentar como um político do povo. Movido por um carisma popular e por um programa partidário de esquerda, Arraes cria um

amplo programa de alfabetização de crianças e adultos, baseado no método do educador Paulo Freire, e voltado para difundir manifestações culturais. Era o Movimento de Cultura Popular, que se fazia presente em núcleos em favelas e bairros pobres da cidade.

Na vitória como governador do Estado em 1962, que disputou pelo Partido Social Trabalhista – uma dissidência do PTB de João Goulart –, contou com o apoio do Partido Comunista Brasileiro. Foi eleito com 50% dos votos. Em seu discurso de posse critica indiretamente a “retrógrada” estrutura agária de Pernambuco – apoiada sobre os latifúndios e o poder dos grandes usineiros da cana-de-açúcar – e rebate a tese de que a industrialização brasileira necessitaria de investimentos estrangeiros para vingar.

Neste primeiro mandato, Miguel Arraes lança o seu “Acordo do Campo”, no qual incentiva a negociação entre governo, usineiros e trabalhadores rurais para fazer valer os direitos trabalhistas destes últimos no meio rural.

Cultura popular, direitos trabalhistas, apoio eleitoral dos comunistas e críticas aos latifúndios e ao capital internacional qualificaram Arraes como um perigoso inimigo do regime golpista que surgia ameaçador no horizonte. Cercado no palácio do Governo Pernambucano, no dia 1º de abril de 1964, recusa-se a deixar o cargo, conforme proposto pelos militares golpistas.

Na quarta-feira, 1º de abril de 2009, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, descerraria uma placa no mesmo Palácio das Princesas, em que Arraes desdenhou, desarmado, as ameaças da Ditadura. Nela, está escrito: “Neste palácio, o governador Miguel Arraes de Alencar resistiu ao golpe militar de 1º de abril de 1964, sendo deposto, preso e exilado por se recusar a renunciar ao mandato popular que lhe fora outorgado pelos pernambucanos.”

130

1966

JUNHO

5 - Ademar de Barros é deposto do governo de SP e cassado.

JULHO

Atentado à bomba contra Costa e Silva no Aeroporto dos Guararapes, duas pessoas morrem.



DEPOIMENTO

EDUARDO CAMPOS

sobre MIGUEL ARRAES e DOM HELDER CÂMARA

É uma enorme emoção estar vivendo este momento que traz muitas recordações, mas que é também um momento de reacender os nossos compromissos e a nossa visão sobre o futuro da Nação. A Caravana da Anistia chega em Pernambuco e encontra tantos companheiros de muitas lutas que, aqui no Estado, em seu tempo, têm procurado dar sequência a uma velha tradição pernambucana que é a vocação das lutas libertárias. Lutas estas pelas quais o Estado pagou preços tão altos para irmos construindo aos poucos, mas com nossas contribuições, a nação brasileira.

Aqui estamos, 45 anos depois, para prestar homenagens a companheiros, em nome de tantos outros que com eles caminharam, que tiveram passagens extremamente importantes e decisivas numa quadra tão difícil da vida do povo brasileiro. Gostaria de falar, em primeiro lugar, de Jonas e de Ivan, para falar da juventude que vem depois de nós. Para que esta história, não contada pelos dominadores, seja contada pela perspectiva da luta popular brasileira e compreendida no tempo de hoje, de forma que a gente possa construir mais entendimentos sobre o tanto que ainda temos pela frente de trabalho e lutas para avançarmos na construção da Nação que sonhamos.

Quero dizer da feliz coincidência de podermos homenagear Dom Helder Câmara, que chegou a Pernambuco já em plena escuridão e teve um papel extremamente relevante em animar a luta popular pernambucana, procurando usar o seu prestígio fora do País para defender vidas que foram importantes na luta pela redemocratização do Brasil. Aqui

estamos para receber, do Estado brasileiro, o reconhecimento da anistia de um nordestino que se misturou à história do povo pernambucano, que interpretou os sonhos de tantos anônimos no Sertão, Agreste, nos canaviais e na periferia do Recife. Dom Helder pôde, a partir do final dos anos 50, construir de forma larga neste Estado frentes políticas que tinham o grande objetivo de não isolar a luta do povo pernambucano e brasileiro. E ele fez isso ao lado de tantos outros companheiros que agora me vêm à cabeça, como o grande prefeito Pelópidas da Silveira, Paulo Cavalcanti, Gregório Bezerra, Davi Capristano, Aldalgiza Cavalcanti, Naíse Teodósio, e tantas outras pessoas que dedicaram sua vida a estas lutas. Dom Helder não procurava desmerecer as diferentes visões que existiam, mas procurava afirmar o que tínhamos em comum que era a intolerância a tantas injustiças de um velho patrimonialismo de estado, de um velho patriarcalismo que produziram, por mais de 400 anos, as desigualdades que até hoje nos incomodam e desafiam.

Gostaria de dizer ao ministro Tarso Genro, que se hoje podemos estar aqui, 25 anos depois do Golpe Militar de 1964, é porque muitos brasileiros lutaram e fizeram política. Foi através da política e da luta política, seja com partidos ou fora dos partidos no movimento social, que nós construímos a derrota da intolerância, do crime e do medo. Conseguimos esgotar a forma de governar e o conteúdo do governo, que era conservador, concentrador de renda e excludente.

Se estamos aqui hoje, 45 anos depois,

131

AGOSTO

24 - Aparece boiando no rio Jacuí, RS, cheio de marcas de tortura, o corpo do sargento Manoel Raimundo Soares, preso pela ditadura.

SETEMBRO

3 - Eleição indireta para governador em 12 estados. A ditadura, "vence" todas. O MDB decide não participar.

13 - Criado o FGTS. Fim da estabilidade nas empresas privadas.

em nome dos Pernambucanos podemos agradecer ao governo federal, ao Estado brasileiro, representado aqui pelo ministro Tarso Genro, mas devemos afirmar que Pernambuco ajudou, de forma decisiva, a reconstrução institucional e a democracia brasileira que ainda é muito nova e insuficiente, mas já é muitas vezes melhor do que o regime que experimentou o governador Miguel Arraes, quando foi deposto.

Quis a história e o destino que aqui estivéssemos, sob uma fortíssima emoção, vivendo este momento que só faz crescer dentro das nossas consciências e dos nossos corações o compromisso que a nossa geração tem. Há 45 anos tiraram Pelópidas da Silveira e o povo colocou no poder João da Costa, da mesma forma que tiraram Miguel Arraes arbitrariamente do governo, o povo nos colocou de volta ao Palácio do Campo das Princesas, não só para dizer que construímos a democracia, mas para ir além do institucional, a democracia como forma de abrir espaço para a organização do povo, para que possamos fazer as transformações que são reclamadas pela nação brasileira.

Esta tarefa não é de uma geração ou de um governo, é uma tarefa da luta política brasileira que a cada dia alguns tentam melar. Nós, que limpamos a política do arbítrio, do cárcere, da tortura, dos exílios, da falta dos direitos mínimos, teremos que limpar a política com a consciência

do povo daqueles que querem fazer o uso patrimonialista da política que a elite sempre fez no passado e quer continuar fazendo.

Queremos cumprimentar todos os anistiados pernambucanos na pessoa dessa querida militante, Vera, que representou tantos pernambucanos corajosos que entregaram a sua existência à luta política. Por fim, eu gostaria de ler, já que a emoção exige que eu leia, as palavras que Miguel Arraes proferiu aos golpistas de 1964 nas presenças de Pelópidas da Silveira e Celso Furtado.

No dia 1º de abril de 1964, aqui no Palácio do Campo das Princesas, ele disse: "Talvez, neste momento, eu já seja um prisioneiro do 4º Exército. Talvez eu já atravesse a porta desse gabinete preso, mas nunca os senhores conseguirão que o atual governador de Pernambuco saia desta sala desmoralizado. Eu tenho um mandato que me foi conferido, não pelos senhores, mas pelo povo, e que termina numa data certa. Os senhores não me podem tirar esta representação que o povo me conferiu. Poderão, no entanto, impedir-me de exercê-la, pela força. Além disso, tenho 8 filhos que precisarão saber no futuro como foi que seu pai se comportou nesta hora. Enquanto eu for governador de Pernambuco, não aceitarei a menor limitação às minhas prerrogativas constitucionais".

Viva Miguel Arraes, viva Pernambuco, viva o povo Brasileiro.

Miguel Arraes foi anistiado durante a 20ª Caravana da Anistia, em Recife/PE.

“

A Caravana da Anistia é um grande momento em que se exerce a plenitude do Direito à Verdade e à Memória. Testemunho de todas as emoções de vítimas, de seus familiares e companheiros, que ao final obtêm sua reparação e homenagem.”

**Maria Stella Caceres-Almada, Diretora do Museu das Memórias:
Ditadura e Direitos Humanos de Assunção (Paraguai)**

1966

OUTUBRO

3 - O Congresso Nacional "elege"
Costa e Silva presidente do Brasil.

28 - Lançada no Rio a Frente Ampla,
antiditadura, unindo Carlos Lacerda, João
Goulart e JK.



DEPOIMENTO RENILDA MOURA

sobre SIMÃO VICENTE DO NASCIMENTO

Desculpem a emoção, mas é porque a gente passou pelo que passou. Embora pareça que é um tempo curto de prisão, mas tem todas as consequências disso. Eu era criança na época, gente, hoje eu me lembro o que eu passei, quando meu pai foi tirado de casa. Então, entendo assim, infelizmente ele não está vivo pra ver. Minha mãe está com 89 anos, ela está sabendo disso, mas ela não pode vir porque ela é doente. Então tudo isso mexe com a gente, com o nosso emocional. Ainda bem que as coisas acontecem, embora demorem, mas acontecem. Pena que ele não esteja aqui pra ver. Nós sabemos o que ele foi pra gente, o que ele tentou fazer pela sociedade. Eu agradeço a vocês.

Simão Vicente do Nascimento foi anistiado durante a 20ª Caravana da Anistia, em Recife/PE.

“

As Caravanas da Anistia nascem do imperativo espírito da Constituição de 1988 que tem, entre seus legados, a entrada no Brasil na ratificação dos tratados internacionais de direitos humanos que dão corpo aos Sistemas Global e Regional de defesa dos direitos humanos. A sociedade se fortalece, os processos são apreciados em sessões públicas e os debates são abertos ao esclarecimento de todos, inclusive dos relatores e membros da Comissão da Anistia. Este modelo ajudou-me, em muito, a entender o meu papel na condução da relatoria dos desaparecimentos forçados de Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz. A democracia sai mais fortalecida em cada Estado que a Caravana imprime seu ritmo de trabalho, com transparência e seriedade técnica, além de total respeito aos parâmetros internacionais de inquirição e investigação na busca da verdade histórica, com reparação, promoção e despeito à dignidade da pessoa humana. Para que não se esqueça. Para que não se repita.”

133

Manoel Moraes, professor universitário de sociologia em Pernambuco, assessor da Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara

NOVEMBRO

6 - Che Guevara, disfarçado, chega de trem a Corumbá (hoje MS). Vem de São Paulo, a caminho da Bolívia.

Guerrilheiros brizolistas sobem a Serra de Caparaó, em Minas Gerais.

6ª à 8ª Sessão de
Julgamento
2 e 3 de abril 2009

Parceiros
Câmara Municipal de Recife
Governo do Estado de
Pernambuco
Prefeitura de Recife

21ª CARAVANA

Recife/PE



O SONHO DE JULIÃO

No início de 1964, as Ligas Camponesas congregavam entre 70 e 80 mil pessoas, entre trabalhadores do campo e simpatizantes da causa da reforma agrária. Operários, camponeses, estudantes, políticos, intelectuais, homens e mulheres do povo, pessoas sem posses e já quase sem esperanças sonharam, juntos, com a possibilidade de também eles terem um pedaço de terra para tirar dela um sustento, uma casa, a dignidade para si e a família. Desse exército de esperançosos, 40 mil estavam reunidos na Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco. À frente desse movimento, um carismático líder, o advogado e deputado pelo Partido Socialista, Francisco Julião.

A liderança de Julião chamou a atenção do mundo e empolgou centenas de milhares, mas foi derrotada pela brutalidade reacionária dos militares, em 1964. Cassado, preso e exilado, Julião foi obrigado a abandonar a luta, mas nunca foi esquecido. Nesta 21ª Caravana da Anistia, realizada em Recife, na Câmara Municipal de Vereadores, ele recebeu uma homenagem especial. Após a cerimônia, teve início a sessão de julgamento de 38 pedidos de anistia política.

A 21ª Caravana da Anistia foi encerrada no dia 3 de abril, na Faculdade de Direito do Recife, com o debate sobre o tema “Igreja, Campo e Cidade: a Resistência contra a Ditadura e a Luta pela Anistia no Brasil”. O assunto dizia respeito ao que foi tratado nas duas caravanas, já que na 20ª Caravana, no dia 1º de abril, fora concedida anistia política ao ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, preso e deposto em 1964, e feita uma homenagem a D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e defensor dos Direitos Humanos durante os anos de ditadura militar no Brasil.

Entre as várias personalidades presentes à cerimônia, estavam o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Mozart Valadares Pires; o representante do Centro Dom Helder Câmara, Marcelo Santa Cruz; o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão; a Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã do Recife, Amparo Araújo e o presidente do Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania, Anacleto Julião (filho de Francisco Julião), entre outros.

“Nesta semana, reverenciamos e lembramos de muitos momentos e de pessoas que lutaram pela liberdade, e por mais que se faça e fale, nós que passamos por aqueles anos de luta, teremos sempre mais a dizer e a fazer”, afirmou a Secretária de Direitos Humanos, Amparo Araújo.

A história dos que passaram pela luta pelos Direitos Humanos e liberdades democráticas vem sendo captadas por ouvidos atentos. A cerimônia teve a presença de alunos do Programa ProJovem Urbano dos núcleos de Santo Amaro e da Boa Vista. E eles se impressionaram com o que foi contado. “Nunca havia entrado aqui na faculdade, foi bastante proveitosa essa aula diferenciada, pois ficamos mais dispostos a aprender, além da rotina da sala de aula”, disse a aluna do ProJovem núcleo Santo Amaro (Sede da Sabedoria), Edilene Silva, de 26 anos.

Edilene estava no lugar e na hora certos. Há muito o que estudar sobre o assunto. “Debates como o que fizemos na Caravana da Anistia expõem a importante relação entre a igreja e a luta pela terra e pela liberdade no regime militar. É um tema de grande importância para o Brasil.”

Francisco Julião e as Ligas Camponesas

“Marxistas estão organizando os camponeses no Brasil”. Com esse título, em 1º de novembro de 1960, o influente jornal *The New York Times* revelou ao mundo as Ligas Camponesas e o advogado e deputado estadual Francisco Julião. No contexto das revoluções na América Latina, do impacto da revolução cubana e do crescimento da articulação política popular no Brasil, o texto revelava a preocupação dos Estados Unidos com outros possíveis focos revolucionários. O temor recaiu sobre o Nordeste brasileiro que, segundo o jornal, se via “golpeado pela pobreza e afligido pela seca”.

A personificação dessa combustão agrária era o advogado Francisco Julião Aruda de Paula (1915-1999). Nascido em Bom Jardim, a 110 quilômetros de Recife, Julião já tinha se notabilizado em 1945, enquanto deputado estadual pelo Partido Socialista, por uma declaração de princípios em defesa dos trabalhadores rurais, a “Carta aos foreiros de Pernambuco”. Em 1948, aceitou defender a Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (Sapp). Tratava-se da primeira associação camponesa do estado de Pernambuco, organizada por cerca de 140 famílias de camponeses do improdutivo engenho Galileia, situado no município de Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco.

Auxiliados por Julião, em 1959, os trabalhadores foreiros (diaristas) e meeiros do engenho Galileia - depois conhecidos como “galileus” - conseguiram na Justiça a desapropriação da propriedade, baseando-se em uma lei recém-promulgada que determinava a des-

propriação com pagamento de indenização ao antigo dono. Nascia ali o modelo associativo das Ligas Camponesas, movimento autônomo, avesso à colaboração com o Estado, que defendia a necessidade de uma mudança radical no sistema de propriedade da terra e de produção agrícola no Nordeste.

No início da década de 1960, as Ligas Camponesas se espalhavam por 13 estados. Francisco Julião tornou-se o “rosto” do movimento, conquistando a confiança dos canaveiros como advogado. Sua luta se desenvolvia em três frentes: no próprio campo, onde conquistava a confiança dos trabalhadores e divulgava boletins como os guias e cartilhas do camponês; na Justiça, promovendo e contestando as ações judiciais que se multiplicam com o alastramento das ligas; e na Assembleia Legislativa, denunciando e protestando contra arbitrariedades, prisões e assassinatos impunes. Preocupado com sua influência, o serviço de inteligência dos Estados Unidos monitorava secretamente seus passos e emitia relatórios em que comparava sua ascendência sobre os camponeses à do líder cubano Fidel Castro e à do presidente comunista chinês Mao Tse-Tung.

Francisco Julião foi um dos primeiros atingidos pelo golpe militar de 1964. Foi preso e exilado. Deixou o país em 28 de dezembro de 1965 com destino ao México. Com a anistia, retornou ao Brasil em 1979. Mas não conseguiu rearticular o movimento das Ligas Camponesas. As organizações haviam desaparecido sob o regime militar e suas reivindicações encampadas por outros movimentos, como o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Morreu no México, em 1997, aos 82 anos.

136

1967

Lançado o Movimento Tropicalista.

JANEIRO

8 - Jornalistas e artistas denunciam a nova Lei de Imprensa, no Teatro Paramount, S. Paulo.

25 - Criado o CSN (Conselho de Segurança Nacional), núcleo real da Ditadura Militar.



DEPOIMENTO

BENEDITO JOSÉ PEREIRA

“Antes de mais nada eu gostaria de agradecer o reconhecimento da situação que foi vivenciada por mim. Eu fui perseguido não apenas nesse período que foi reconhecido pelos senhores, mas desde 1972, quando comecei a militar no movimento organizado. A partir do momento que eu entendi que poderia utilizar o teatro como uma ferramenta de transformação, onde as pessoas pudessem ser educadas inclusive como cidadãs, eu comecei a sofrer na pele e pagar por isso. Isso se configurou de forma mais forte com minha prisão em 1973, mas depois que eu fui libertado, essa perseguição foi bem maior, tanto é que eu passei esse período todo sem produzir nenhum livro. Só depois de 1979, é que eu lancei o meu primeiro trabalho, que chamava-se exatamente “A outra face dos injustiçados”. Então o poder de criação foi totalmente embotado. E não foi à toa. Eu era um adolescente ainda em formação, e o período em que eu passei sendo perseguido foi muito forte para mim. E para vencer isso, eu tive que trabalhar muito, inclusive com a ajuda de profissionais para eu poder romper uma série de problemas que até hoje eu ainda tenho. Então eu queria pedir aos senhores que olhassem e reconsiderassem isso, porque o poder de criação é uma coisa que só flui quando você tem liberdade total, quando você se sente cerceado é difícil isso fluir com naturalidade”.

137

Benedito José Pereira - Anistiado político durante a 21ª Caravana da Anistia.



As Caravanas deram à Anistia a dimensão pública, transparente e política”.

Gilney Viana, ex-presos político

MARÇO

13 - Primeira Lei de Segurança Nacional da ditadura (dec-lei 313).

MAIO

Criado o Centro de Informações do Exército (CIE).

ABRIL

3 - O Exército prende oito militantes e desbarata a guerrilha brizolista de Caparaó.

9ª e 10ª Sessão de
Julgamento
14 de Maio de 2009

Parceiro
Universidade Federal de
Uberlândia



22ª CARAVANA Uberlândia/MG

A JUVENTUDE É QUEM GARANTE A DEMOCRACIA

Neste início da segunda década do século XXI, 60 milhões de brasileiros nunca souberam o que é viver sob uma ditadura. Apresentando a conta de uma outra maneira: hoje, um em cada três brasileiros vive, desde o seu nascimento, em um País democrático, sem censura sobre o que pode ser visto, lido ou ouvido; com liberdade de ir e vir; direito a votar livremente em seus governantes; e de criticá-los, sem o risco de ser preso, torturado ou assassinado por isso. Essa multidão – equivalente às populações da Espanha e de Portugal somadas – representa a parcela de brasileiros nascidos depois de 1985, quando o último general da Ditadura, João Baptista de Figueiredo, deixou (pela porta dos fundos) o Palácio do Planalto em Brasília, entregando o poder a José Sarney, o primeiro presidente civil em 21 anos.

Se essa é uma extraordinária conquista, pela qual milhares sonharam, sofreram e morreram, é, também, um alerta para que nunca se esqueça das prisões, torturas, mortes e infelicidades geradas pelos regimes ditatoriais. Conhecer e lembrar, para que isso não aconteça nunca mais. “Vocês, jovens, que assistem a essa Caravana da Anistia estão agora sabendo quais são as fontes da liberdade que vocês usufruem hoje”, disse o ministro da Justiça, Tarso Genro, para uma plateia repleta de estudantes, ao discursar na 22ª Caravana realizada no Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia (MG), em 14 de maio de 2009.

“Eu queria que vocês, jovens, soubessem do preço que foi pago pela democracia. Nada nos foi dado de mão beijada. Tudo foi conquistado a preço de sangue e de muitas vidas. A juventude precisa cuidar da democracia, que é a maior riqueza deste País.” A afirmação é de Marina Vieira da Paz que contou as bárbaras torturas que sofreu na prisão militar. Sequestrada na rua em Goiânia (GO), em abril de 1971 por agentes do DOI-Codi, as agressões começaram já dentro do veículo que a conduzia. Ficou 60 dias desaparecida, sem que a família soubesse de seu paradeiro.

Na prisão, sofreu agressões, como ser arrastada pelos seios, choques por todo o corpo, ter o maxilar quebrado por socos, violência sexual, ser obrigada a assistir a torturas de outros presos. Os maus-tratos só cessaram quando ela, correndo sério risco de morrer, foi levada a um hospital. Conseguiu fugir da cidade escondida dentro de um saco na caçamba de um caminhão carregado com porcos. Foi para o Chile, onde foi novamente presa e torturada, inclusive por agentes brasileiros.

Marina recebeu seu diploma de anistiada política e foi homenageada pelo Ministro da Justiça, Tarso Genro, que esteve presente nesta 22ª Caravana da Anistia, na qual foram examinados 32 processos de perseguidos políticos. Parte deles era dali mesmo, da cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. Paulo Abrão, presidente da Comissão da Anistia, também nascido na cidade, destacou a importância de levar o debate sobre os crimes da Ditadura também para outras regiões, além das capitais do País. “A história de resistência no interior do Brasil não recebeu destaque histórico, daí a importância do resgate dessa memória.”

A Caravana em Uberlândia também homenageou, Dom Estevão Avellar, bispo da região do Araguaia na época de atuação da guerrilha. Entre os presentes na 22ª Caravana da Anistia estava Javier Ciurlizza, representante da ICTJ (sigla em inglês para Centro Internacional para a Justiça de Transição), órgão internacional que tem atuado em vários países que sofreram com os desmandos de regimes autoritários. Ciurlizza comentou que em vários julgamentos que já estivera presente nunca havia visto um processo tão transparente, no qual o julgamento era feito às claras com polêmicas e mesmo discordância entre os conselheiros expostos publicamente.

A resistência no Triângulo

Durante quase toda a década de 1960 no Brasil, grande parte dos estudantes, intelectuais, membros da igreja e, em uma menor escola, operários, camponeses e militares manifestaram-se por transformações estruturais no País. Até 1964, levantaram-se bandeiras pela reforma agrária, direito de sindicalizar-se, mudanças profundas no sistema de ensino e na construção de um capitalismo nacionalista.

No entanto, com o golpe militar e o início da feroz repressão policial, houve um grande refluxo nesse movimento social. A partir de 1964, as manifestações públicas contra a Ditadura ficaram quase que exclusivamente a cargo dos estudantes, principalmente universitários, de artistas, de intelectuais e alguns poucos políticos de oposição e se localizaram, principalmente nas capitais brasileiras. No entanto, em algumas cidades médias brasileiras esboçou-se uma tentativa de resistir à repressão. Em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo; Pelotas, no Rio Grande do Sul; Juiz de Fora, Minas Gerais, entre outras. Todos os integrantes desses movimentos foram duramente reprimidos.

Entre essas organizações surgidas fora dos grandes centros urbanos brasileiros, sobressai-se o Movimento Revolucionário 21 de Abril, o MR-21, organizado em Uberlândia (MG). A cidade, um pólo regional que abrange parte do norte de São Paulo, todo o Triângulo Mineiro e sul de Goiás, tinha uma tradição esquerdista sustentada, sobretudo, pelos militantes locais do Partido Comunista do Brasil. Com a efervescência dos anos 60 e em reação ao golpe de mão dos generais, foram organizados focos oposicionistas, como o MR-21.

Fundado no início de 1966, a organização se propunha a resistir militarmente ao governo. Seus integrantes eram apoiados por militantes do PC do B e seguidores do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que em 1961 con-

seguira garantir a posse na Presidência da República de João Goulart, articulando um movimento armado que empolgou gaúchos, paranaenses e goianos, mas amargou um retumbante fracasso, em 1964, ao tentar reagir ao Golpe Militar mobilizando as suas milícias, chamadas Grupos de 11.

O MR-21 nunca partiu efetivamente para a ação. Plotados pela polícia política, 22 de seus integrantes foram presos em 1967. O dentista Guaracy Raniero, um de seus dirigentes e fundadores, ficou preso em instalações do Exército em Juiz de Fora. Guaracy e outros cinco antigos membros do Movimento Revolucionário 21 de Abril – Irto Marques dos Santos, Elias Parreira Barbosa, Romário Ribeiro Júnior, Edmo de Souza e Antônio Jerônimo de Freitas – foram homenageados na 22ª Caravana da Anistia.

Para angariar a simpatia popular para as suas ações ilegais e criminosas e criar um clima hostil e de desconfiança em relação àqueles que arriscavam a vida para defender a democracia e os Direitos Humanos, a Ditadura Militar articulava, com os simpatizantes de direita, farsas cabais e campanhas de difamação. Uma notícia publicada por um jornal da cidade, resgatada e divulgada durante a realização da Caravana, é exemplar. Foi publicada a seguinte mentira:

“Em 30 de julho de 1967, um perigoso grupo terrorista, formado, entre outros, por mais de duas dezenas de cidadãos de Uberlândia, foi desmontado pelo Exército brasileiro. Liderados pelo dentista Guaracy Raniero — que pretendia realizar uma grande ação no dia 24 de agosto daquele ano, com atentados a prédios públicos, fuzilamentos de civis e a participação de 200 homens armados —, os terroristas foram presos e levados para Brasília. O líder ficou detido por 33 dias na capital federal e foi levado para a cidade de Juiz de Fora, onde passou dois anos preso.”

140

1967

JUNHO

29 - Israel, vitorioso na Guerra dos Seis Dias, ocupa a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, as Colinas de Golan e a parte oriental de Jerusalém.

Sargentos cassados fundam o que viria a ser a organização de esquerda Vanguarda Popular Revolucionário (VPR).

JULHO

18 - Castello Branco morre em um acidente de avião.

19 - Preso em Fernando de Noronha, o jornalista Hélio Fernandes, por artigo de crítica a Castello Branco, na Tribuna da Imprensa.



DEPOIMENTO

MARINA RODRIGUES VIEIRA

“Eu fui expulsa da faculdade, e sofremos eu e todos os meus irmãos, eu fui expulsa da faculdade de belas artes, meu irmão foi expulso da faculdade de medicina, e começou uma perseguição contra todos os meus irmãos. Nenhum teve a facilidade de dizer: “eu fiquei isento”. Eu prestei outro vestibular na universidade católica, pois como fui enquadrada no [decreto] 447 eu não podia trabalhar, nem estudar em nenhuma universidade federal, Fui fazer história. [...] um dia, saindo da faculdade fui sequestrada na rua, tentei gritar, me salvar, mas não foi possível. [...] As torturas começaram ali no carro. No centro de Goiânia, eles trocaram de carro e me levaram para o exército [...] e recomeçaram as torturas. [...] eu fiquei nove meses com hematomas [...], com marcas de queimadura de cigarros nos seios e nas juntas do corpo [...], mas eu não disse nada, pois para mim a liberdade estava ali. Se eu falasse, eu não era mais Marina Vieira. Não era uma questão de “eu falei”, se eu falasse iam parar de me torturar, mas iam torturar os outros, as torturas não iam parar. [...] aí me levaram para Brasília [...] eu resisti, mas eu sabia que poderia morrer, por isso eu queria que os jovens hoje tomassem conta da nossa democracia e do nosso Brasil [...] essa democracia está nas mãos dos jovens [palmas] [...] depois meu advogado conseguiu fazer eu voltar para casa e eu passei muito tempo estragada. [...] eu tive de fugir para o Chile, fui interrogada por brasileiros e chilenos lá [...] em 11 de setembro veio o golpe, eu fui presa no Chile, fugi para a Argentina e, na Argentina, recebi o convite de viver na França. Lá eu vivi e fui recebida com muito carinho. [...] hoje eu vivo nos Estados Unidos e, onde eu estou, nós fazemos manifestações, como quando fomos contra a guerra do golfo [...]”.

Marina Rodrigues Vieira - Anistiada política durante a 22ª Caravana da Anistia.

AGOSTO

3 - Manifestação pública de religiosos contra a repressão, em São Paulo.

OUTUBRO

9 - Che Guevara é assassinado na Bolívia.
21 - Dezenas de milhares marcham em Washington contra a Guerra do Vietnã.

NOVEMBRO

30 - A CNBB condena prisões de clérigos.

DEZEMBRO

3 - O médico sul-africano Christiaan Barnard faz o primeiro transplante de coração.

11ª e 12ª Sessão de
Julgamento
18 maio 2009

Parceiro
Ordem dos Advogados
do Brasil/SE

23ª CARAVANA

Aracaju/SE



A HORA DE CONTAR TUDO O QUE SE PASSOU

“Este momento é um culto à memória, para sabermos que, quando foi mais profunda a noite neste País, nem todos se calaram. As pessoas julgadas hoje se entregaram ao sacrifício para que, com a sua luta e com os seus exemplos, a nação se encontrasse consigo própria sob o signo da liberdade e da democracia. Culto à memória, coragem, sacrifício, liberdade, democracia e respeito”. Ao abrir os trabalhos da 23ª Caravana da Anistia, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Aracaju, o governador de Sergipe, Marcelo Deda, sintetizou os princípios básicos orientadores das caravanas itinerantes que tornam público o reconhecimento oficial dos erros cometidos pelo Estado brasileiro ao perseguir, prender, torturar e matar os brasileiros em busca de um ideal de justiça e liberdade.

O ato solene de resgate dessa história, realizado no dia 18 de maio de 2009, tem um profundo significado para os sergipanos. “Teremos oportunidade de dizer tudo o que se passou, contar fatos importantes, as torturas psicológicas sofridas no quartel do 28º Batalhão de Caçadores. Eu tive bens confiscados, devolvidos somente 30 anos depois”, desabafou o procurador estadual aposentado Aerton Menezes Silva cujo processo foi julgado na Caravana. À época deputado estadual, Aerton Silva foi cassado e ficou preso durante 34 dias.

Foram muitas as lutas e incontáveis as cicatrizes, mas nenhum deles fugiria à batalha se o tempo voltasse novamente. “Quero dizer à minha esposa e aos meus filhos que valeu a pena”, disse, sem conseguir conter o pranto, o anistiado Benedito de Figueiredo. Ex-vice-governador, ex-deputado federal, hoje secretário de Estado, foi demitido do INSS por causa de sua militância. Estudante à época do golpe, foi preso em 1968, ao participar do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo.

Um dos motivos de Sergipe sediar a Caravana foi o repúdio do seu povo ao regime militar, defendeu o presidente nacional da OAB, César Britto, anfitrião do evento. “Poucos governadores resistiram à ditadura militar, poucos parlamentares fizeram a opção da luta democrática. Esta sessão tem a importância de mostrar que Sergipe sempre respirou democracia e sempre resistiu quando precisou resistir”.

A força da repressão no Estado teve a mesma medida do intenso envolvimento do Governo e de inúmeros setores da sociedade com as reformas de base do presidente deposto João Goulart. Apenas algumas horas depois do golpe, em abril de 1964, o governador João de Seixas Dória foi deposto. Centenas de sergipanos foram presos, tiveram seus direitos cassados ou foram submetidos a torturas cujas marcas estão presentes até hoje.

O ex-sindicalista Milton Coelho, um dos perseguidos homenageados na Caravana, foi preso em sua casa, no dia 20 de fevereiro de 1976. “Colocaram um macacão em mim num tamanho menor que o meu, uma venda de borracha, mergulhavam minha cabeça num vasilhame com água, recebi pontapés e choques elétricos. Isso demorou sete dias e quando tudo acabou, saí sem minha visão. Fui a Belo Horizonte, fiz algumas operações, mas nunca voltei a enxergar.”

Além do sindicalista e do ex-governador Dória, a Caravana homenageou Viana de Assis, cassado em 1964 pelo discurso feito na Assembleia Legislativa de Sergipe em defesa do então governador, deposto dias depois pelo golpe militar.

“Resgatar e homenagear essas pessoas é um dever do País que, até então, mesmo passados mais de 40 anos do Golpe Militar, não havia ocorrido. A Nação tem o dever ético e moral de olhar para o rosto de cada uma dessas pessoas, saber reconhecer esses gestos de luta e repará-los. No entanto, o dever de reparação é secundário diante do gesto maior, que é o Brasil pedir desculpas”, declarou o presidente da Comissão da Anistia, Paulo Abrão, presente à solenidade, ao lado do Ministro da Justiça, Tarso Genro.

A 23ª Caravana da Anistia julgou 34 processos de sergipanos vítimas do regime militar - 22 deles foram deferidos parcial ou integralmente. Em quatro processos, os requerentes ou seus familiares não queriam dinheiro, ou qualquer indenização; pediam apenas o reconhecimento do sofrimento causado pelo Estado e a anistia.

Um estado de terror

Menor estado em área geográfica do País, distante mais de 1.800 quilômetros do núcleo militar e civil que deu o golpe em 1964, Sergipe entrou para a história pela rapidez com que se tornou vítima da repressão. Enquanto no Sudeste as tropas tomavam as ruas, em 1º de abril a capital Aracaju parava. Deputados foram detidos para “averiguação”, ferroviários e trabalhadores da construção civil foram mandados para a prisão e a praça Fausto Cardoso lotou de pessoas, em busca de informações e mobilizadas para defender o Palácio do Governo.

Na manhã daquele primeiro dia de golpe, o governador João de Seixas Dória só não foi preso porque estava no Rio de Janeiro. Tinha sido declarado publicamente um “instrumento das forças extremistas e antipatrióticas, que sucessivamente vem atentando contra a segurança e tranquilidade do País e do Estado”. À tarde, de volta a Aracaju, leu pelo rádio uma mensagem ao povo sergipano reafirmando sua disposição de permanecer na luta em favor das reformas estruturais. Horas depois, na madrugada de 2 de abril, militares invadiram o Palácio, prenderam o chefe do Executivo e levaram-no para o 19º BC, sediado em Salvador. No dia 12 de abril, Dória foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha, onde passaria 117 dias, tendo como companheiro de prisão Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco. O Ato Institucional nº 2, suspendeu seus direitos políticos por 10 anos e ele só voltou à vida pública em 1978.

Em Sergipe, a resistência ao golpe militar estava inserida no contexto de defesa pública das reformas de base defendidas pelo presidente João Goulart. No primeiro momento, além do governador Dória, foram cassados os mandatos dos deputados Viana de Assis, Cleto

Maia, Nivaldo Santos, Balthazar Santos, Antônio Oliveira e Nelson Góis Souza, sob o argumento de que serviam como “instrumento de forças antipatrióticas que atentavam contra a Segurança Nacional”. Um dia depois da cassação, em uma única sessão legislativa, foram concedidos títulos de cidadão sergipano a oito militares, entre eles o marechal Castello Branco.

Os militares mexeram no Judiciário, tentando interferir em sentenças e incriminando promotores e juízes, aposentados precocemente. Nas cidades do interior, prefeitos acusados de defender as reformas de base ou acusados de corrupção foram presos, enquanto as Câmaras Municipais eram pressionadas a formalizar as deposições.

A partir do dia 2 de abril, intensificaram-se as prisões de lideranças sindicais, estudantes, professores, funcionários públicos, jornalistas, operários e trabalhadores rurais, levados ao quartel do 28º Batalhão de Caçadores, na colina do Bairro 18 do Forte. Calcula-se que em abril de 1964 foram mais de 80 presos e cerca de mil pessoas ameaçadas e detidas para averiguação. Entre eles estavam os operários da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (VFFLB), submetidos a inquérito administrativo dentro da empresa, presos por dois meses sem julgamento e processados por crime contra a Segurança Nacional.

Segundo o historiador José Ibarê Dantas, a campanha de educação popular foi uma das mais afetadas. Os militares extinguíram a Campanha Nacional de Alfabetização e o Movimento de Cultura Popular, vinculados à Secretaria de Educação. Educadores foram presos, participantes do método de alfabetização Paulo Freire eram perseguidos e cerca de 20 professores responderam a Inquérito Policial Militar.

144

1968

Encenada a peça Roda-Viva, de Chico Buarque de Holanda, com direção de José Celso Martinez Corrêa.

Surge a revista Veja.

Inaugurado o Museu de Arte de São Paulo - MASP.

MARÇO

28 - O secundarista Édson Luís de Lima Souto é morto pela PM em passeata do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. O Brasil se comove com o lema “Mataram um estudante, podia ser seu filho”.



DEPOIMENTO

AGAMENON DE ARAÚJO SOUZA

“Eu estudava na universidade pública e fui obrigado a estudar na universidade privada na PUC de São Paulo, cujas mensalidades são estratosféricas. Ocorre que no decorrer de acompanhar vários processos da Comissão de Anistia, nós somos testemunhas de que a lei não foi respeitada em vários momentos, como agora está sendo para mim. Muita gente recebeu acima dos R\$100 mil, como Zivaldo, Carlos Heitor Cony, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva, quando recebeu R\$100 mil um dólar valia R\$1. Hoje nós estamos oito anos depois da Lei de Anistia e não há nenhum tipo de reajuste. Eu não sofri uma só perseguição, eu sofri várias. A primeira aqui em Sergipe, na operação Cajueiro. A diferença entre eu e os companheiros que foram presos e torturados é que eu não fui preso, mas eu estava jurado de morte por um tenente do exército que foi juiz de futebol aqui, o senhor tentente Siqueira. Se a lei o anistiou, eu não o anistiei, e jamais o anistiarei, porque não se pode anistiar torturador, e ele planejava a minha morte por tortura. Então eu acho que muita gente recebeu dois tipos de indenização: a indenização à vista e a parcelada. E agora nesse momento está se impondo um limite de R\$100 mil, que digamos se o nobre advogado Carlos Aberto Menezes, que também foi preso e torturado, não requeriu sua anistia, deixou para seu filho.

Daqui a 20 anos, quando essa criança requerer essa Lei da Anistia, será que serão pagos para ele os mesmos R\$100 mil? Será que R\$100 mil há oito anos valem os mesmos R\$100 mil que valem hoje? Então eu estou me sentindo de certa forma discriminado, porque os que foram expulsos da Universidade de Brasília todos eles receberam R\$100 mil, mas eu tive que pagar para estudar, como consequência dessa punição. Porque nenhuma escola pública, nenhuma escola privada sequer nos recebia. Ao meu modo de ver, eu vou aceitar a indenização, mas vou requerer. Não só na justiça da anistia, como na justiça comum. O que eu quero dizer para vocês é sobretudo uma coisa: “eu sou o que sei, eu sei o que sou; o mundo não mudei, nem ele me mudou”. Os versos são meus e quero dizer muito claro o seguinte: eu não briguei apenas contra a ditadura militar. A ditadura militar era apenas o braço armado de um regime que até hoje eu brigo contra, que é o capitalismo e a exploração do homem contra o homem. E quando eu vejo hoje o Tio Sam de cadeira de rodas, e na sua cartola escrito “made in China”, eu, como bom palhaço, só tenho que dar uma gargalhada. Então eu não vim aqui faturar dinheiro, porque eu mesmo não sou muito chegado nele. Se eu pegar dinheiro, é pra continuar minha luta contra o capitalismo. Por mim, a luta continua”.

145

Agamenon de Araújo Souza - Anistiado político durante a 23ª Caravana da Anistia.

Manifestações de estudantes em Roma, Milão, Londres, Madri, Varsóvia e Nanterre.

ABRIL

4 - PMs atacam missa de 7º dia de Édson Luís. Cavalarianos sobem a escada da Candelária, Rio; 600 prisões.

Assassinado nos EUA o líder pacifista e prêmio Nobel, Martin Luther King. Violentos protestos, 21 mil presos, 10 mortos. O exército ocupa Washington.

16 - 15 mil metalúrgicos de Contagem, MG, fazem greve e têm aumento de 10%, inédito desde 1964.

24 - Estudantes franceses iniciam a Rebelião de Maio. A revolta juvenil ganha o mundo.

25ª Sessão de Julgamento
17 junho 2009

Parceiros

Governo do Estado do Pará
Associação dos Torturados da
Guerrilha do Araguaia
Prefeitura Municipal de São
Domingos do Araguaia
Comissão Pastoral da Terra



24ª CARAVANA

Araguaia/PA

UM RIO CONTRA A OPRESSÃO

A cerimônia foi realizada em plena praça pública, a praça Frei Gil, em São Domingos do Araguaia, junto à região conhecida como Bico do Papagaio na qual, entre 1972 e 1974, desenvolveu-se a Guerrilha do Araguaia, o mais recente episódio de guerra civil na história do Brasil. Ali, a 24ª Caravana da Anistia julgou os processos de moradores da região que consideram que seus direitos humanos foram desrespeitados pelos militares na época da guerrilha. Na cerimônia, na qual participaram o Ministro da Justiça, Tarso Genro, e a governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, 44 processos foram deferidos e seus autores considerados como anistiados políticos.

Este ato foi o primeiro em que houve uma reparação coletiva de direitos feito pela Comissão de Anistia. “Aqui foi promovido terrorismo, tomada de terras, prisões para fins de escravidão nos quartéis do Exército, abusos sexuais contra mulheres e até um sequestro de criança que não se sabe onde está”, disse o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão. “Todas essas pessoas foram consideradas uma rede de apoio à Guerrilha. A repressão atingiu vários setores da população. Viveu-se na região um estado de sítio, um verdadeiro isolamento.”

Esta denúncia feita por Paulo Abrão foi o resultado de um esforço de investigação promovido pela Comissão. Foram ouvidos 256 moradores da região em duas ocasiões, 2007 e 2008, já que os arquivos oficiais sobre a Guerrilha do Araguaia, até 2011, continuavam ocultos pelo Exército, não podendo ser consultados. Os que foram anistiados no julgamento não eram guerrilheiros foram torturados e mutilados para dar informações que muitas vezes não tinham.

“As pessoas que viviam na região do Rio Araguaia são protagonistas da construção da democracia no País. Por isso, devemos dar a elas um pouco de justiça e reconhecimento, para que a nossa sociedade tenha conhecimento das consequências de um regime ditatorial, que não atingiu só os que estão nos grandes centros e famosos líderes”, disse Paulo Abrão.

Uma dessas pessoas é Adalgisa Moraes da Silva. Ela morou na região no período da Guerrilha do Araguaia, quando o seu marido, Frederico Lopes, que foi torturado de uma maneira tão brutal pelos militares, que o acusavam de terrorista, “que acabou perdendo o juízo”, segundo explicou Adalgisa. “Depois de tudo, foi largado por um ano e oito meses em uma casa de apoio para loucos”, relembra ela. Os militares queimaram a casa e mantimentos. “Fiquei sozinha com nove meninos, fui obrigada a dar um deles por não ter condições de criá-los.”

A governadora Ana Júlia afirmou que a anistia e o pedido de desculpas do Estado brasileiro que é feito aos que foram perseguidos no período da Ditadura “é o momento em que se constrói uma nova história no País.” E completou: “A resistência e a coragem da população transformaram o Araguaia em um símbolo brasileiro contra a opressão.”

Também o ministro Tarso Genro destacou o papel transformador que as Caravanas da Anistia exercem sobre o Brasil. “Estamos construindo um país respeitado no mundo todo, o que não era na ditadura militar, que se preocupava apenas com os índices econômicos deixando de lado a situação real do povo. Queremos resolver os problemas do Brasil pelas vias democráticas mais sólidas e de credibilidade.”

Luta na selva

A Guerrilha do Araguaia teve início em 1966, quando o PC do B começou a enviar seus quadros para a região do Bico do Papagaio, formada pela junção dos rios Araguaia e Tocantins, na extremidade norte do que é hoje o Estado de Tocantins. Aos poucos eles foram chegando, misturando-se à população local, morando em pequenas casas, conhecendo a região e os hábitos de seus moradores.

A decisão do PC do B em organizar um foco guerrilheiro nas matas, àquela época quase intactas da Amazônia, fundamentava-se na crença de que a luta de seus guerrilheiros seria capaz de empolgar as massas, agregar um número crescente de adesões inicialmente entre os camponeses e depois junto aos moradores das cidades, derrotar militarmente o inimigo e tomar o poder. Ao conduzirem a luta para uma região de selva, de difícil acesso e que daria pouca mobilidade para as forças inimigas representadas pelo Exército, a guerrilha teria grandes chances de resistir e desmoralizar as forças repressivas.

A convicção de que um esforço heróico e isolado de poucos combatentes pode servir como uma centelha capaz de incendiar toda uma nação é chamada, um tanto depreciativamente por seus críticos, de foquismo. Uma teoria inspirada por Che Guevara que, além da luta em Cuba, esteve em países africanos atuando em focos guerrilheiros até morrer, na

selva boliviana em outubro de 1967, metralhada pelo Exército da Bolívia.

O primeiro choque entre o exército brasileiro e os guerrilheiros se deu entre abril e outubro de 1972. Um total de 3.200 militares do Exército, Marinha e Aeronáutica invadiram a região na qual, estima-se, estivessem 76 guerrilheiros. Destes, 13 foram mortos e sete presos. O Exército voltaria um ano depois, em outubro de 1973, com um contingente menor, 750 militares, mas treinado em guerra na selva e formado por forças especiais e de elite. As ordens eram para não manter prisioneiros e quase todos, homens ou mulheres, foram mortos, mesmo quando se rendiam ou eram capturados vivos. Há fotos de guerrilheiros mortos e com as mãos amarradas, o que confirma o assassinato à sangue frio. A população local se dividia, alguns apoiavam e davam abrigo aos guerrilheiros, outros os denunciavam aos militares ou os matavam pessoalmente atraídos pela recompensa que era oferecida por guerrilheiros mortos.

Em quatro meses, os guerrilheiros foram derrotados. Dispersaram-se pela floresta. Poucos conseguiram escapar. Houve casos de heroísmo e de quem abandonou a luta deixando os companheiros em dificuldade. A censura que envolveu a Guerrilha do Araguaia foi profunda e mesmo no Exterior, pouco se ouviu falar dela. Os cadáveres dos guerrilheiros

148

1968

MAIO

1 - Trabalhadores de S. Paulo jogam pedras no governador Abreu Sodré, tomam o palanque da praça da Sé.

JUNHO

6 - O senador Robert Kennedy é assassinado.

21 - Sexta-Feira Sangrenta. A PM reprime passeata por verbas no Rio; oito horas de luta de rua deixam 28 mortos, entre eles um PM.

26 - A VPR explode uma bomba no QG do II Exército em São Paulo matando um soldado.

“É marcante o conteúdo emocional das Caravanas da Anistia. Presente no reencontro dos companheiros de luta, nos testemunhos de voz embargada, essa emoção permanece latente durante o pedido de perdão feito pelo Estado brasileiro, para ao final se converter em lágrimas e abraços.”

Paulo Roberto Xavier de Moraes
Secretário Executivo de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco.

mortos, na primeira fase da luta, foram enterrados no cemitério municipal de Xambioá, a cidade mais próxima do palco de batalha, passaram a ser destruídos, enterrados em lugares não revelados pelo Exército ou abandonados, insepultos, nas matas.

Militantes históricos do PC do B estiveram presentes no Araguaia. Maurício Grabois, veterano com quase 40 anos de militância comunista, e João Amazonas, secretário-geral do PC do B. Grabois levava para a região seu filho, André Grabois e seu genro, Gilberto Olímpio Maria. Todos os três foram mortos e seus corpos nunca foram identificados. Não foram os únicos a irem para região na companhia de parentes. Os irmãos Jaime, Lúcio e Maria Lúcia Petit da Silva foram também mortos, em ocasiões diferentes, e seus corpos estão desaparecidos. A esposa de Jaime, Regilena Carvalho Leão, e a de Lúcio, Lúcia Regina Martins, acompanharam os dois, mas escaparam com vida. Maria Célia Corrêa, seu irmão Elmo e a esposa dele, Telma Regina Corrêa, também desapareceram sem deixar pistas.

Cerca de 70 guerrilheiros morreram ou foram considerados desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. O Exército nunca revelou seu número de baixas. Calcula-se, no entanto, que 60 militares morreram nos enfrentamentos.

“*Uma apreensão no coração, receio do reencontro com a memória, uma lágrima no rosto, um sonho que não foi sonhado, terminando com um sorriso escondido ainda com os olhos avermelhados”.*
Assim são as expressões individuais que presenciei na Caravana da Anistia no Araguaia quando o pedido de perdão do Estado Brasileiro foi pronunciado para aqueles que sofreram durante a Ditadura e já estavam descrentes de alguma possibilidade de justiça.

Maristela Marques Baioni,
Representante residente assistente para Programa do PNUD Brasil.

149

JULHO

1 - O movimento Colina mata no Rio o major alemão Edward Von Weternhagen.

5 - A ditadura proíbe manifestações públicas no País.

17 - Greve em seis metalúrgicas de Osasco, SP, com ocupação da Cobrasma. Os operários deixam a fábrica sob a mira de metralhadoras do Exército.

18 - O CCC (Comando de Caça aos Comunistas) espanca, em São Paulo, o elenco da peça Roda-Viva.

Começam os atentados a teatros.

25 - O papa Paulo VI divulga a encíclica *Humanae vitae*, em que condena o uso de anticoncepcionais.

DEPOIMENTO

VERONICE GOMES ALVES

“Eu morava em Remanso dos Botos. Meu pai tinha uma terra, que se chamava Fazenda Vitória. Meu pai adquiriu essa terra em 1948. Eu morava com ele. Minha mãe sumiu no ano de 1968, quando começou aquela coisa de AI-5. O povo diz que o exército a levou, mas ninguém tem provas. Ela teve uma depressão pós-parto, isso em 1960. Meu pai tentou arrumar um médico, nós ficávamos sozinhos, até que ele decidiu cuidar da gente. Minha mãe ficou com minha tia e em 1968 as duas sumiram. Meu pai tinha essa terra e o pessoal entrava, os guerrilheiros. Eles chegaram lá um dia e montaram um laboratório no meio da rua. Eles estavam dando remédio para vermes e tinha um rapaz jovem que alugou um jumento. Tinha uma outra mulher branca que eu conversava sempre. Eles começaram a chamar as crianças para tirar foto. Eu perguntei: “pra que essas fotos?”. Ele respondeu: “nós somos estudantes e queremos levar a foto de vocês para a Rússia, para mostrar como é a vida no interior do Brasil. Não tem saúde, não tem nada”. Daí eu falei que a nossa mãe não ia deixar

eles levarem isso. Meu pai não estava em casa quanto eu tirei a foto, mas as mães das outras crianças não deixaram. Elas diziam que não sabiam se eles não eram terroristas. Isso aí passou, foi em 1970 e eu não sei quem eram essas pessoas. Eles não deram o nome. Depois eles entraram mata a dentro. Depois de pouco tempo, apareceu o exército. “Nós estamos atrás daquele povo”, eles diziam, e entraram na mata. Depois veio o batalhão e eu lembro que tinha o capitão Serra e o major Marra. Eu passava por ali às vezes, e de vez em quando o exército dava remédio. Eu passava lá e pedia remédio, para vermes e tal. Mas eles davam ordem para que nós não ficassemos passando por lá. Só que eu tinha que passar lá porque meu pai tinha as terras próximas. Eles deram a ordem para não passar mais. Só que meu pai disse que não havia como não passar por aquele lugar. Mas quando deu a confusão lá, nós tivemos que sair da terra. Meu pai, Manuel Viana Alves, tinha casa na cidade. Ele tinha um apelido “Manuel Viola”, porque no passado foi violeiro. Em 1972 tinha o toque de recolher, lá

150

1968 AGOSTO

10 - A organização Ação Libertadora Nacional - ALN assalta o vagão pagador da ferrovia Santos-Jundiaí.

SETEMBRO

2 - Discurso antimilitarista do dep. Márcio Moreira Alves (MDB-GB) contra a invasão da UnB. Marcio Moreira Alves discursa na Câmara e pergunta: “Quando o Exército não será um velhacouto de torturadores?” Será o pretexto para o AI-5.

14 - Bomba na livraria Civilização Brasileira, engajada na oposição.



Um dos maiores ganhos das Caravanas da Anistia reside, certamente, no alcance das histórias de violência, luta e resistência vivenciadas por centenas de brasileiras e brasileiros durante o período de supressão e violação de direitos fundamentais da ditadura civil-militar. A itinerância dos julgamentos de perseguidos políticos por todas as regiões do país proporciona o encontro de gerações, fortalecendo um processo de (re) conhecimento, reflexão e solidariedade, capaz de superar preconceitos e firmar novos paradigmas para a não-repetição das violências e a proteção integral dos direitos humanos.”

**Viviane Fecher, Grupo de Trabalho
Memória e Verdade da Procuradoria-Geral da República.**

no baixo Araguaia, e como lá não tinha rádio, não tinha nada, eles mandavam o aviso. Quando eles encontravam os terroristas, eles diziam “ninguém entra e ninguém sai”. Só que eles deram o toque e não chegou ao nosso alcance, e nós descemos Araguaia abaixo. Quando nós chegamos nas terras, eles deram o grito que era para voltar. Só que o rio é muito revoltado e nós achamos que era alguém gritando com o gado ou algo do tipo. Nós continuamos e levantamos alguma suspeita do exército, porque eles sabiam se tinham três ou quatro pessoas no barco. Quando meu pai viu o helicóptero, ele disse para ninguém correr, porque em outro lugar as pessoas se assustaram, correram e o exército atirou. Depois eles nos pararam e perguntaram “quem são vocês?” Meu pai disse que nós éramos da região. Eles disseram que iriam mandar nosso barco para Goiás e que iriam ver o que fazer com a gente. Mandaram caminhar até a margem do rio. Quando chegamos lá, eles praticamente arrastaram meu pai. Eu pensei: “O que eu vou fazer?” Porque mãe eu já não tinha, se

levassem meu pai, eu ia morrer de fome. Quando nós chegamos lá, eles nos levaram para uma praia. E eu ouvi no rádio amador eles falando que tinham pego gente errada, que eles tinham pego moradores. Mas veio a ordem dizendo: “pode trazer que eu quero ver a cara deles”. Quando nós chegamos na praia, eu pensei “é agora que vão matar a gente”. Aí foi humilhação em cima de humilhação. Eles resolveram nos levar para a base militar. Colocaram-nos no avião. Quando nós chegamos na base, eram mais de mil homens, armas para todo o lado. Aí nos levaram para o depoimento, eu fiquei mais desesperada. Nos deixaram no refeitório separada do meu pai, eu fiquei indignada. Aí levaram meu pai para a base, maltratando, humilhando e eu sem saber. Isso tudo em 1972, na base de Xambioá. Ficamos presos um dia. Daí nos levaram para Santa Cruz de castigo. Quando meu pai saiu do interrogatório, ele estava com o olho vermelho e chorando. Eu estava desesperada, tanto que o policial falou “solta o homem porque a menina está chorando muito”.

Veronice Gomes Alves - depoimento durante a 24ª Caravana da Anistia.

OUTUBRO

1 - Denúncia do Caso Parasar, plano de usar esta unidade da FAB no extermínio de opositoristas.

2 - Batalha da (rua) Maria Antônia, entre alunos da Filosofia da USP e grupos direitistas armados da Universidade Mackenzie. A PM intervém. O secundarista José Guimarães é morto. A faculdade é fechada.

8 - Grupo de direita sequestra em S. Paulo a atriz Norma Benguel.

12 - Executado em S. Paulo Charles Chandler, cap. do Exército dos EUA acusado de ser agente da CIA.

14 - A polícia prende em Ibiúna, SP, 1.240 participantes do 30º congresso da UNE. Os protestos que se seguem em todo o País criam a célebre palavra-de-ordem: “A UNE somos nós, nossa força, nossa voz!”.

13ª à 15ª Sessão de
Julgamento
09 julho 2009

Parceiros
Governo do Estado da Paraíba
Escola Superior da Magistratura
Ordem dos Advogados
do Brasil/PB
Universidade Federal
da Paraíba



25ª CARAVANA

João Pessoa/PB

A HISTÓRIA DE JOÃO E MARIA CONTRA A DITADURA

João e Maria, como ela se chamaria mais tarde, se conheceram na Paraíba, casaram-se, tiveram filhos e cultivaram o mesmo sonho: fazer a reforma agrária no Estado, de maneira a tirar os trabalhadores rurais da miséria. João Pedro Teixeira fundou a primeira Liga Camponesa de Sapé, em 1958. As ligas se multiplicavam, a organização dos trabalhadores tomava força, suas esperanças vicejavam, mas algo perturbava João. Ele abraçava Maria e num tom triste e profético dizia: “Eles vão tirar a minha vida, mas a reforma agrária vai ser implantada em nosso País!”

Em 2 de abril de 1962, João foi assassinado por dois policiais. Maria assumiu seu lugar no comando das Ligas até que, depois do Golpe Militar, foi presa pelo Exército. Depois de seis meses de cárcere, fugiu para o Rio Grande do Norte, onde viveu sozinha, durante 16 anos, sem o seu João, longe dos filhos e dos amigos.

Foi nesse período que ela trocou seu nome de batismo Elisabeth Teixeira para Marta Maria da Costa.

Passados 40 anos de tantas lutas, Elisabeth contempla sua imagem num vídeo em memória dos paraibanos que resistiram à Ditadura, projetado em um telão, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na Paraíba, durante a 25ª Caravana da Anistia.

Foi o sinal para que tantas memórias voltassem, em um doloroso flashback, à sua alma. Numa delas, surge, nítida, a figura de sua filha mais velha, Marluce, no momento em que ela presenciou a chegada de policiais com uma ordem de prisão para Maria. Os policiais atiram ao lado dos pés de Maria, a cada vez que ela dá um passo. Ela ouve a filha gritar: “Maíinha, vão tirar a sua vida!... paíinho eu vi morto, eu peguei na mão dele e fiquei toda melada de sangue, mas a senhora eu não quero ver morta”.

E, distante, escuta a própria voz: “Minha filha, não vão tirar a minha vida. Estão fazendo isso para me fazer medo. Pode ficar aí tomando conta de seus irmãozinhos que eu vou, mas volto.” Quando voltou, dias depois, Maria só teve tempo de pegar a filha nos braços, em seus últimos momentos de vida. Aterrorizada pela dor da lembrança da morte do pai e pelo medo de que o mesmo acontecesse com a mãe, Marluce matou-se, ingerindo veneno de rato com mel.

Dos 11 filhos de João e Maria, só seis restaram vivos – um, contando somente dez anos de idade, teve os “miolos estourados” pela bala da arma do mesmo assassino de seu pai; outro, já adulto, foi assassinado pelo tio, aos pés de Maria, por ter seguido os passos da luta do pai pela reforma agrária.

E assim tombaram os filhos de João e Maria no sertão da Paraíba, desrespeitados pela impunidade da repressão do Governo Militar.

Absorta nesse mergulho em lembranças tão amargas, Maria demora a tornar-se de novo Elisabeth e só aos poucos ouve o barulho das palmas ao final do filme. Resgatada de suas reminiscências, pelo repórter que lhe faz perguntas, ela resume seu estado de alma: “Foi duro, foi difícil. Mas eu faria tudo de novo”.

Aos 84 anos, Elisabeth permanece um símbolo da luta pela reforma agrária no Estado. Ela foi aplaudida de pé pelo auditório lotado, durante a sessão de homenagem da 25ª Caravana da Anistia, realizada em 9 de julho de 2009, em João Pessoa, na Paraíba.

Ao longo do dia, a Comissão de Anistia julgou outros 70 requerimentos de paraibanos perseguidos politicamente durante a ditadura. Entre eles estava o governador da Paraíba, José Maranhão, que também recebeu a portaria de anistiado político. Ele teve seu mandato de deputado estadual cassado em 1969 e foi suprimido de seus direitos políticos por 10 anos.

Assim como Elisabeth, Maranhão não repudia sua trajetória. “Sinto orgulho de receber esse pedido de desculpas, feito por um governo eleito pelo povo a um cidadão cujo único crime foi defender, com todas as forças, a soberania nacional. Se a história se repetisse, faria tudo de novo.”

A Paraíba negou a opressão

Em 1º de abril de 1964, enquanto o país acordava sob o impacto do golpe militar, uma greve de operários e camponeses era deflagrada no município de Rio Tinto, na Paraíba. Em apoio ao presidente João Goulart e às reformas de base, os trabalhadores da Companhia de Tecidos Rio Tinto, sindicatos rurais e ligas camponesas tomaram a fábrica, isolaram pontos estratégicos da cidade com arame farpado e declararam o início da resistência.

O movimento, que seguia as orientações da Central Geral de Trabalhadores (CGT), durou apenas um dia, sendo reprimido por tropas da Polícia Militar. Entre os organizadores estava o torneiro mecânico Antonio Fernandes de Andrade, eleito prefeito da cidade em oposição aos patrões - a família Lundgren, famosa na região por ter instalado a fábrica em 601 quilômetros quadrados de terras cobertas de Mata Atlântica, originalmente habitada por indígenas potiguaras, pequenos sítiantes e posseiros.

A confluência das lutas rurais, indígenas e urbanas foi a principal marca da resistência paraibana à ditadura militar. No estado, originalmente habitado pelos povos tabajara e potiguara, a concentração de terras e do poder econômico e político gerou a formação de oligarquias canavieiras, com poder ilimitado. O maior exemplo da influência política era o chamado Grupo da Várzea, formado por latifundiários conhecidos pela violência com que tratavam os conflitos de terra. Em resposta aos desmandos, os trabalhadores rurais se organizaram em sindicatos e nas ligas camponesas. A mobilização se irradiou para as cidades, nas quais trabalhadores se mobilizavam na luta por emprego e melhores condições de vida.

Temerosos de que o movimento de Rio Tinto se espalhasse pelo estado, nos primeiros

dias depois do golpe, os militares iniciaram uma série de prisões. Segundo levantamento feito pelo professor Mauro Koury, em João Pessoa, 178 pessoas foram levadas ao Grupamento de Engenharia e ao 15º Regimento de Infantaria. Eram sindicalistas, políticos, estudantes, jornalistas, operários, bancários, profissionais liberais, detidos sem critérios claros. Nas invasões das sedes da Associação Paraibana de Imprensa (API) e da Campanha de Educação Popular (Ceplar), documentos foram destruídos, dirigentes e professores presos e as entidades acabaram submetidas a um inquérito policial militar, sob a acusação de receber financiamento de países comunistas.

No meio rural foram presas 172 pessoas. Entre elas estavam Pedro Inácio de Araújo, mais conhecido como Pedro Fazendeiro, e João Alfredo Dias, o Nego Fubá, líderes da Liga Camponesa de Sapé, a maior da Paraíba. No 15º Regimento de Infantaria, para onde foram transferidos, passaram por interrogatórios e sessões de tortura. Oficialmente libertados em 7 de setembro de 1964, desapareceram na porta da prisão. Os corpos foram encontrados três dias depois, à margem da rodovia BR-104, no município de Boqueirão.

A violência e a tortura, entretanto, não foram usadas apenas nos quartéis do Exército como forma de obter confissões e outras informações. A repressão passou a ser sistematicamente empregada no campo. Como as Ligas Camponesas tinham sido declaradas ilegais, dezenas de lideranças acabaram presas e torturadas. Os simpatizantes eram expulsos das terras por militares e capangas contratados pelos latifundiários do Grupo da Várzea. O terror incluía a destruição de lavouras e casas e o confisco e queima de carteiras de trabalho, simbolizando o fim de todos os direitos trabalhistas dos agricultores.

154

1968

24 - Desconhecidos metralham a casa de Dom Hélder Câmara, no Recife.

DEZEMBRO

2 - Bomba do CCC no Teatro Opinião, Rio.

9 - O americano Douglas Engelbart inventa o mouse.

13 - A Câmara dos Deputados, desafiando a ditadura, rejeita por 216 a 141 votos o pedido de licença para processar o dep. Márcio Moreira Alves. À noite, o Ato Institucional nº 5 fecha o Congresso.

22 - Caetano Veloso, Gilberto Gil e outros músicos são presos na Boate Sucata, Rio, na onda repressiva logo após o AI-5.

30 - 1ª lista de cassações pós-AI-5, encabeçada pelo dep. Márcio Moreira Alves.



DEPOIMENTO

JURANDIR ANTÔNIO XAVIER

“A conselheira deu um panorama do que foi um roteiro naquela época. Eu só queria destacar, como já foi aqui retratado e muitos aqui viveram, que essa prisão foi no próprio colégio. Eu estava ministrando uma aula, quando fecharam o colégio, acabaram com a aula, acabaram com tudo e eu fui conduzido às dependências da OBAN, no quartel general do 2º Exército. São registros importantes porque hoje quem passa por ali não imagina jamais que ali estava uma central de tortura. Fomos colocados numa cela, onde fiquei com Carlos Zaratini, que também acabara de ser preso e estava todo ensanguentado por causa do interrogatório. É importante sempre destacar esses elementos nas dependências do nosso exército, o exército brasileiro. É impossível fazer qualquer reconhecimento posterior, à medida que você é encapuzado. Nós éramos metidos na cela e para todos os interrogatórios íamos encapuzados. Posteriormente fomos transferidos para a prisão Tiradentes. Nessa época havia muitas disputas entre o pessoal do exército, a Polícia Civil, a Militar, a Federal e o Serviço de Informações. Em algumas situações era até um benefício, porque entre essas disputas, você, às vezes, ficava no canto curando as feridas. Eu queria destacar outra prisão que foi relativamente de massa. Houve um grupo de 23 que acabou ficando, e eu estava entre esses 23. Houve uma perambulação conosco. Primeiro Tiradentes, depois nós fomos para uma delegacia de Santo Amaro para finalmente ir pro Carandiru. Depois disso, nos levaram para um quartel da artilharia, onde ficamos até a véspera do AI-5. O Tribunal Superior fez um habeas corpus, trazido pelas nossas famílias. Então, o nosso grupo em particular, teve a chance de sair a tempo, mas

dois grupos continuaram presos e foram divididos entre sete lugares diferentes. Essas prisões não foram documentadas, até porque ficavam nos deslocando. Isso é importante porque hoje, quando retratamos essas questões, parece tudo fantasioso. Vivemos numa democracia, então é difícil você imaginar que nos quartéis-generais nós, jovens, fomos submetidos a tratamentos absolutamente desproporcionais. Afinal de contas, nossos instrumentos eram a palavra, as ideias, nossos posicionamentos. As relações externas do Brasil têm sido pouco destacadas, e é outro aspecto que deve ser revisto. Nessa época, fizeram de tudo para que nós fôssemos mortos na Argentina, no Chile, como de fato muitos foram. Ficamos absolutamente sem documentos e sem assistência. Eu vivi com um documento chileno, provisório. Depois fui preso por ação de um embaixador sueco. Uns amigos haviam se exilado na embaixada sueca e ele foi em busca dos prisioneiros. Nessa época não havia sido liberado o asilo político para que nós saíssemos da embaixada sueca, então nos transferimos para a embaixada do México, porque com os países latino-americanos havia um convênio. No México, passamos a viver com documentos mexicanos, mas eles só nos aceitaram com a condição provisória de não ficarmos lá. Eu tive visto pra Iugoslávia. Nós tivemos situações dramáticas. Quando chegamos à Alemanha, nos reconheceram como asilados e tivemos problemas de saúde muito grandes. Nessa altura, não tínhamos mobilidade, porque tínhamos que assinar de manhã, de tarde e de noite os livros na delegacia em Berlim. Então a nossa política externa, que é sempre tão elogiada em vários níveis, nesse momento, merece muitas reflexões.”

155

Jurandir Antonio Xavier - Anistiado político durante a 25ª Caravana da Anistia.

1969

JANEIRO

25 - O capitão Carlos Lamarca e três militares levam para a guerrilha da VPR caminhão de armas do quartel de Quitaúna, SP.

FEVEREIRO

26 - A ditadura baixa o Decreto-lei 477: estudante considerado subversivo fica proibido de se matricular em qualquer escola durante três anos.

16ª Sessão de Julgamento
13 de agosto de 2009

Parceiro
Universidade Federal de
Minas Gerais

26ª CARAVANA Belo Horizonte/MG



A ANISTIA GANHA O CORAÇÃO DOS BRASILEIROS

“Meia dúzia de obras gigantescas não colocam um presidente na História. Você é o único brasileiro que tem essa oportunidade na mão. Solte esses moços, Figueiredo. Por favor, Figueiredo, solte meu filho.” A súplica emocionada feita em uma carta enviada ao presidente João Baptista de Figueiredo, em algum momento de 1979, pelo dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues, é emblemática.

Em que pese o pedido ter partido do coração angustiado de um pai que temia pela sorte do filho preso, Nelson Rodrigues, que sempre declarou seu apoio ao Governo Militar, ecoava com o seu posicionamento pela anistia, um sentimento que já estava generalizado entre os brasileiros: era urgente parar com as perseguições, torturas e restrições políticas. Os presos políticos deveriam ser libertados em uma anistia ampla e geral. O filho do dramaturgo, Nelson Rodrigues Filho, fora preso em março de 1972 e violentamente torturado.

Mesmo com o massacre do qual foi vítima, Nelson Filho, no entanto, não se intimidou. Em sua edição publicada em 27 de junho de 1979, a revista *Veja* registrava que Nelson, acusado de ser militante da organização MR-8 e de ter participado de uma ação armada, avisava que não se arrependia de seus atos, “mesmo que disso dependa a concessão de indulto para os que, como ele, talvez fiquem fora da anistia.” Menos de um mês depois, no dia 22 de julho, Nelson iniciava, com mais 49 presos políticos, uma greve de fome que duraria 32 dias, em protesto contra a lei de anistia que o presidente João Figueiredo propunha, por julgarem-na restrita.

“A greve dos presos políticos, que começou com o grupo do Presídio da Frei Caneca (no Rio de Janeiro), pela capacidade de aglutinação, que incluía o sacrifício das nossas famílias, foi um dos instrumentos mais eficazes para que fosse modificada e ampliada a Lei da Anistia”, recordou Nelson Rodrigues na 26ª Caravana da Anistia, na qual foi, depois de 30 anos, considerado um anistiado político.

Realizada na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, em 13 de agosto de 2009, essa edição da Caravana da Anistia foi inaugurada por uma aula magna dada pelo Ministro da Justiça, Tarso Genro. O tema “Anistia, democracia e justiça da transição – Celebração dos 30 anos da Lei de Anistia” foi acompanhado por cerca de 300 estudantes da UFMG.

Em sua fala, o ministro afirmou que é necessária uma revisão da história brasileira sobre o período da Ditadura Militar. “É falso afirmar que só houve resistência no Rio de Janeiro e em São Paulo”, afirmou. “A resistência aconteceu em vários pontos do território nacional.”

O reitor Ronaldo Tadeu Pena lembrou que a anistia é um pedido de perdão do Estado brasileiro àqueles que sofreram ataques à sua dignidade. “A UFMG perdeu 11 membros devido às atrocidades do regime militar, além de centenas de torturados, que lutavam pela liberdade.”

Foram examinados os seguintes processos nessa 26ª Caravana:

Angelo Pezzuti da Silva (post mortem) – Estudante de medicina, foi membro do Comando de

Libertação Nacional (Colina), organização de extrema esquerda. Preso em janeiro de 1969, foi banido do país em 15 de junho de 1970. Faleceu em 1975, na França.

Aparecido Galdino Jacinto – Criou, em 1970, o Exército da Salvação, grupo que viria a se insurgir contra o regime militar no Centro-oeste brasileiro. Aparecido foi o primeiro caso de preso político condenado à medida de segurança e enviado a um manicômio judiciário (Franco da Rocha, em São Paulo), onde permaneceu por 9 anos.

Carlos Eugênio Sarmiento da Paz – Integrante do Comando Nacional da Ação Libertadora Nacional (ALN). Após participar do sequestro do embaixador alemão, Ehrenfried Vom Rollembem, e do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, é condenado a mais de 90 anos de reclusão e suspensão de direitos políticos. Vai para o exílio em 1973. Após a Lei de Anistia, retorna ao Brasil em 1981.

Francisco Roberval Mendes – Membro da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização revolucionária comunista. Foi banido do país em janeiro de 1971.

Hamilton Pereira da Silva – Participou da ALN. Preso em junho de 1972, passou por várias prisões e foi libertado em 1977. No cárcere, escreveu o livro “Poemas do povo da Noite”.

Juarez Carlos Brito Pezzuti – Filho de Angelo Pezzuti da Silva, nasceu no Chile após o banimento do pai e, na época, não pode ser registrado como brasileiro. Só teve a situação regularizada em 1998.

Nelson Rodrigues Filho – Militante do MR-8, foi preso e barbaramente torturado em 1972. Foi um dos participantes da Greve de Fome de 1979 e solto neste mesmo ano.

Otacílio Pereira da Silva (post mortem): Ex-marinheiro, membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foi banido em 1971, retornando ao Brasil em 1979, após a Lei da Anistia.

Perly Cipriano – Às vésperas de se formar no curso de Odontologia, em 1967, entra para a clandestinidade e é preso no Rio de Janeiro. Na prisão, participa da histórica greve de fome nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita. É solto em 12 de dezembro do mesmo ano.

158

“

As Caravanas da Anistia são momentos iluminados pelo brilho do olhar de todos os envolvidos no cenário histórico do nosso país, o brilho do olhar dos que se foram, dos que estão presentes, refletem e reforçam a vontade de continuarmos na luta e repassar para a juventude de hoje, para as crianças e futuramente para os ainda não nascidos hoje, a fortaleza e coragem necessárias para garantir a concretização da infinita grandeza dos sonhos dos que tombaram na resistência contra a ditadura no nosso país”

Amparo Araújo, Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura Municipal de Pernambuco.

1969

JUNHO

26 - Lançado o jornal O Pasquim, reduto do humor no auge da ditadura.

JULHO

2 - Surge em SP a Operação Bandeirante (Oban). Reúne civis, militares e policiais na tortura e eliminação de opositores.

20 - Neil Armstrong e Edwin Aldrin são os primeiros homens a pisarem a Lua, onde fincam a bandeira dos EUA.

Os presos viram a mesa

No final de junho de 1979, a Ditadura Militar permitia que vazassem para a imprensa informações de como pretendia conceder a anistia política àqueles a quem havia condenado à prisão e ao exílio. Meticulosa, liberava o tamanho do universo formado pelos punidos que “seriam” ou “não seriam” beneficiados pela medida. Entre os que “seriam”, havia 166 brasileiros, a maioria políticos, que estavam com seus direitos políticos suspensos e outros 960 que já haviam recuperado esses direitos por ter findado o prazo de 10 anos de condenação.

Cerca de 250 militares das Forças Armadas afastados, poderiam ter seus soldos equiparados e receber pessoalmente o dinheiro a que tinham direito. Uma medida de impacto psicológico, pois até então eram considerados “mortos” e os seus parentes é quem recebiam a pensão. Um total de 160 professores aposentados de maneira compulsória também estavam no grupo dos “seriam”, e poderiam reivindicar a volta ao trabalho.

O item mais sensível vinha a seguir, 2.429 era o número de condenados pela Lei de Segurança Nacional e dividiam-se em dois

grupos. No primeiro, 1.729 militantes de organizações clandestinas que não pegaram em armas. Estes “seriam” anistiados. E, agora, os que “não seriam”: 85 militantes de esquerda condenados por assaltos a bancos, que teriam de cumprir suas penas até o fim; 149 que haviam sido julgados em primeira instância e só seriam elegíveis à anistia após seus processos cumprirem toda a tramitação de praxe e, por último, 90 militantes foragidos, que teriam primeiro de submeter os seus casos aos tribunais para só então serem julgados.

Era este o anteprojeto que o presidente João Baptista Figueiredo encaminhou ao Congresso confiante na sua aprovação.

Não era a anistia ampla, geral e irrestrita que vinha sendo reivindicada por um grupo crescente de brasileiros desde o ano anterior. Indignados, aqueles que “não seriam” decidiram entrar em ação. Mais de 50 presos políticos, espalhados por diferentes Estados, iniciaram, em 22 de julho de 1979, uma greve de fome em protesto contra a anistia restrita que estava anunciada. A repercussão entre os brasileiros e no Exterior foi imediata. O movimento foi mais intenso no Presídio Frei Caneca,

159

AGOSTO

15 - Ação da ALN toma a Rádio Nacional em São Paulo, e lê manifesto antiditadura.

31 - Junta dos três ministros militares assume a Presidência face à doença do presidente Costa e Silva, preterindo o vice Pedro Aleixo.

SETEMBRO

4 - Comando da ALN/MR-8 sequestra o embaixador Elbrick, dos EUA, trocado pela libertação de 15 presos políticos.

29 - Morto na tortura pela Oban-SP, Virgílio Gomes da Silva, da ALN, que dirigiu o sequestro do embaixador dos EUA.

no Rio de Janeiro, onde chegavam, além das mensagens de solidariedade, sindicalistas, religiosos, deputados, senadores, atores, cantores, e representantes de movimentos pela anistia vindos de todo o País.

A sociedade brasileira, depois de 15 anos do Golpe de 1964, mostrou uma comovida simpatia pela causa daqueles que estavam presos. Parecia já não acreditar que os presos eram subversivos, assassinos que queriam destruir a família e a propriedade, conforme a propaganda do Governo Militar. A mudança de humor teve repercussão sobre o Congresso Nacional, onde se acirraram os debates sobre o limite da anistia proposta.

Ao final, poucos avanços foram introduzidos na lei, mas quando esta foi aprovada, no

dia 28 de agosto, os presos decidiram encerrar o movimento, 32 dias depois de começado, considerando que haviam conquistado um grande avanço político. De fato, a greve de fome de 1979 foi uma das forças que atuou sobre ponto de inflexão da prática política brasileira. “O ano de 1979 representou um marco para a história contemporânea do Brasil”, escreveu em agosto de 2009 o presidente da Comissão da Anistia, Paulo Abrão. “A partir da aprovação da Lei de Anistia, ainda que parcial, – e graças ao processo social que a tornou possível – deu-se início à volta dos clandestinos, exilados e banidos à cena pública, viu-se a emergência dos trabalhadores, intelectuais e estudantes como atores políticos e o ressurgimento das organizações partidárias e sociais.”

160

“

As caravanas da anistia, como instrumento extraordinário do modelo brasileiro, permitem realizar, a um só tempo, os principais desafios do processo transicional, garantindo em um marco democrático de acesso à justiça, a mobilização social e política de luta pela anistia, o exercício permanente de construção da memória, a construção da justiça restaurativa, bem como a assunção de responsabilidade por parte do Estado Brasileiro, momento comovedor de percepção histórica coletiva”.

Carol Proner, Professora da UniBrasil e do programa europeu de mestrado e doutorado em Direitos Humanos da Universidade Pablo de Olavide (Espanha).

1969

OUTUBRO

22 - Reaberto o Congresso, 312 dias após o AI-5, com a missão de “eleger” o general Emílio Garrastazu Médici.

NOVEMBRO

4 - Carlos Marighella, 57 anos, dirigente da ALN (Ação Libertadora Nacional) é morto em armadilha do grupo do delegado Fleury, na Alameda Casa Branca, em São Paulo.

10 - O governo Médici proíbe notícias sobre o Esquadrão da Morte, guerrilha, racismo e índios.



DEPOIMENTO

PERLY CIPRIANO

Relutei muito em fazer o processo na Comissão de Anistia. Primeiro, porque a Comissão, no passado, falava em perdão. Eu não queria ser perdoado, nem tenho arrependimentos, então não podia aceitar e nem tinha condição. A Comissão ter mudado sua maneira de ver foi minha primeira motivação, porque o Estado sim é que tem que pedir perdão e se justificar perante os crimes que cometeu. A segunda é o início da discussão sobre o memorial da anistia. O memorial é a forma dos aparentemente vencidos contarem sua versão. A versão verdadeira, eu acredito, é essa que nós vamos apresentar. Eu quero, com a minha companheira Regina, que os meus filhos, e os de quem mais está aqui, possam dizer aos filhos deles, aos netos, bisnetos, que o pai deles lutou pela liberdade e pela democracia deste país. Fui preso, torturado, condenado, mas não estava só, tinham trabalhadores rurais, operários, camponeses, estudantes, intelectuais, artistas, todos na mesma luta para conquistarmos a democracia. A democracia é muito importante e nós a estamos conquistando, mas nós temos que lutar muito para alargá-la. Com isso, eu quero que pensem sempre que é preciso lutar também para democratizar as nossas instituições. Sindicatos, associações, partidos, igreja, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, judiciário. Se não fizermos isso, de fato a vibora mantém seus ovos para gerar novos golpes militares. O passado traz sempre surpresas para o ser humano. É preciso abrir o ventre da sociedade, memórias nós estamos revelando, mas ainda há muito a ser revelado. Eu fui preso, fui torturado por um professor de odontologia que depois se tornou reitor. Se nós não resgatarmos a memória deste país, nós vamos ver isso se repetir. Professores, estudantes e funcionários

foram perseguidos, mas lamentavelmente também havia aqueles que delatavam. Isso vale para sindicatos, vale para a mídia. Todos que têm mais idade sabem que o Globo fazia um editorial para que as Forças Armadas saíssem dos quartéis e que houvesse um golpe militar. Eu sei que tem muitos jornalistas que foram perseguidos, presos, assassinados e desaparecidos, mas é preciso revelar também o papel que a mídia teve, de acobertar e se beneficiar dos crimes da ditadura. A Igreja Católica, que foi uma grande lutadora em determinado período, no início apoiou o Golpe Militar. Felizmente ela fez o pedido de perdão e avançou. A OAB mesmo, minha querida OAB, apoiou o Golpe. Nós temos que discutir essas questões todas, porque, do contrário, nós podemos não ver o que está acontecendo. Se não trabalharmos nesse sentido, podemos ver novos golpes militares. Não queremos. Enquanto não abrirem todos os arquivos, enquanto não encontrarmos todos os corpos, enquanto não responsabilizarmos os criminosos, a democracia está em débito. E nós todos temos que evitar que esse débito continue por muito tempo. É preciso elucidar todos os crimes. Eu sei que não é muito simples, porque em Pernambuco eu falava do meu torturador, aquele que foi reitor, e lamentavelmente bem perto de mim estava uma pessoa digna, decente, honrada, honesta e batalhadora que era filho do torturador. Do mesmo jeito que eu quero que meus filhos saibam que eu sofri tortura porque lutei, é importante que mesmo aquele jovem idealista, sério e consequente saiba que seu pai foi um torturador. Do contrário nós não vamos virar a página da história. Direito à verdade e à memória também é uma revelação, mas nós precisamos continuar na nossa batalha.

161

Perly Cipriano - Anistiado político durante a 26ª Caravana da Anistia.

15 - Marcha de 250 mil em Washington, o maior ato contra a Guerra do Vietnã, até ex-combatentes participam.

29 - 1º sequestro de avião (da Varig) por grupos de esquerda.

DEZEMBRO

17 - Morre o presidente Arthur da Costa e Silva.

19 - Pelé faz seu milésimo gol, no Maracanã (Santos X Vasco).

O ano termina com um crescimento de 9,5% do PIB. É o Milagre Brasileiro.

17ª Sessão de Julgamento
11 setembro 2009

Parceiros
Fórum dos Ex-presos Políticos
de São Paulo
Memorial da Resistência de
São Paulo



27ª CARAVANA

São Paulo/SP

A TORCIDA PELA LIBERDADE

Essa os palmeirenses, colorados, gremistas, atleticanos, vascaínos, cochas, torcedores do Bahia, figueirenses, são-paulinos, cruzeirenses e flamenguistas vão ter de engolir: a torcida que primeiro se manifestou conta a Ditadura nos estádios foi a Gaviões da Fiel, a organizada do paulistano Corinthians. O fato se deu no segundo semestre de 1978, domingo, Santos e Corinthians, no Estádio do Morumbi. Mal o jogo começara e abriu-se uma enorme faixa, quase 20 metros, no meio da torcida. Em letras pretas podia-se ler de qualquer ponto do estádio: “Anistia, ampla, geral e irrestrita”.

Todo o estádio viu. As TVs mostraram para quem estava em casa. Os policiais também viram aquelas quatro palavras subversivas e tiraram os cassetetes do cinto. “A polícia começou a subir os degraus da arquibancada, os torcedores da Fiel deram-se os braços e fecharam o caminho. Os soldados da Polícia Militar ainda tentaram forçar a passagem, mas milhares de outros corinthianos formaram uma massa compacta e ameaçaram ir para cima. Deve ter vindo uma contra-ordem, porque os PMs recuaram e desistiram de chegar até nós.” Relembrou em uma entrevista o jornalista Antônio Carlos Fon, um dos idealizadores da proeza.

Ainda com a adrenalina da tensão no corpo, Fon ouviu de um anônimo torcedor do seu lado, boné e camiseta do Timão, que acompanhava o jogo pelo radinho de pilha: “Estão falando da nossa faixa.” O jornalista se emocionou, aquele pronome possessivo da primeira pessoa do plural nunca lhe parecera tão saboroso. “A faixa era minha e da torcida do Corinthians”, disse.

Antônio Carlos Fon foi um dos 14 perseguidos pela ditadura que teve o seu pedido de anistia e de ressarcimento apreciado nesta 27ª Caravana realizada no Memorial da Resistência, instalado no prédio do antigo Deops, em São Paulo, em 11 de setembro de 2009. A cerimônia teve início na parte da manhã com a exibição de um vídeo sobre o presidente Salvador Allende, morto exatamente 36 anos antes, em 11 de setembro de 1973, durante os combates que culminaram com a tomada do poder pelo general Augusto Pinochet. Após a projeção do vídeo “Pela razão ou pela força”, de Dennis Barbosa, foi realizado um debate sobre a resistência chilena ao golpe militar.

Na parte da tarde, foram realizados os julgamentos dos seguintes requerentes:

Antônio Carlos Fon - Jornalista. Membro da ALN. Foi preso em setembro de 1969, quando chegava em casa, sob a acusação de esconder armamento e explosivos. Trabalhou na Revista Veja, na qual passou a escrever artigos denunciando a ditadura. Respondeu a inquérito pelas matérias publicadas. Foi preso novamente em 1979 e demitido da Editora Abril.

Aurélio Peres - Operário da Empresa “Grupo Schaeffler”. Foi preso, torturado e obrigado a abandonar o trabalho e entrar para a clandestinidade em razão de suas atividades na APML.

Carlos Alberto Gonçalves Leite - Membro do PCdoB enquanto estudante de Geologia da USP, envolveu-se na luta estudantil. Após ser preso pelo DOPS e condenado foi para Uruguai, Chile e Equador.

Cecília Vieira Fernandes – O marido da requerente foi demitido pelo AI - 1, de 09/04/1964.

Darcy Rodrigues de Freitas e Jorge Carlos Rodrigues de Freitas – Naturais de Cuba, filhos de perseguido político, solicitaram anistia pelas dificuldades em conseguir a nacionalidade brasileira.

Emílio Rubens Chassereux - Pároco no município de Santo André, foi preso pela primeira vez em maio de 1968 dentro da Casa Paroquial, enquanto sua residência era invadida pelo delegado Fleury. Após esse episódio, foi preso novamente por diversas vezes.

Joaquim dos Santos - Militante da VAL-Palmares, foi preso, torturado e respondeu a inquérito policial militar. Perdeu o emprego em virtude das perseguições sofridas.

José Pedro de Araújo - Membro do PCdoB, foi preso em virtude de participação no movimento grevista dos metalúrgicos de Osasco, em 1968.

Liuco Fuji - Nutricionista, militante da APML. Foi preso e torturado.

Maria Bernarda da Silva Neves - A requerente foi perseguida como militante da AP, presa pela Oban, torturada e demitida de seu emprego, em virtude de motivação exclusivamente política.

Rosalina de Freitas Anselmo – Esposa de perseguido político, foi obrigada a exilar-se em Cuba.

Tacílio Bertola - Sindicalista demitido em razão de suas atividades políticas, já anistiado pelo Ministério do Trabalho, porém sem receber indenização.

Valcira Teodoro Correa – O seu marido foi demitido pelo AI - 1, de 09/04/1964.

Memória feita de tijolo, aço e dor

Um singelo prédio de tijolinhos aparentes, construído em 1914 ao lado da Estação Júlio Prestes, no centro da cidade de São Paulo, tornou-se a expressão mais cruel das atrocidades cometidas contra presos políticos no País. Nas dependências da sede do Deops de São Paulo, a polícia política do regime protagonizou indescritíveis sessões de tortura física e psicológica, assassinatos e destruição, principalmente no período 1971-1982. Para não deixar o passado cair no esquecimento, desde 2009 o “prédio do terror”, como ficou conhecido, abriga o Memorial da Resistência de São Paulo.

O Deops (também conhecido como Dops) foi criado em 1924, primeiramente subordinado ao Governo Federal e depois ao governo do Estado. Desde o início, ocupava o edifício ao lado da Pinacoteca do Estado. O prédio, projetado por Ramos de Azevedo e inaugurado em 1914, serviu inicialmente como espaço para os escritórios e armazéns gerais da empresa inglesa São Paulo Railway Company, mais conhecida como Estrada de Ferro Sorocabana. No Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), passou a ser utilizado para sessões de tortura de presos políticos, como os escritores Oswald de Andrade, ligado ao Partido Comunista, e Monteiro Lobato, acusado de subversivo por defender o petróleo brasileiro.

No regime militar, o Deops passou a ser o quartel general das forças da repressão.

Para ali eram enviados presos de toda a cidade. Grande parte dos interrogatórios e torturas eram praticados no terceiro piso. No térreo, onde não entrava a luz do sol e que os presos chamavam de “porão”, ficavam as celas, de chão de madeira esburacada e povoadas de ratos e baratas. Ali morreram, entre outros, o metalúrgico Olavo Hansen (1970) e o jornalista Vladimir Herzog (1975). No segundo andar ficava a sala do delegado Sérgio Paranhos Fleury, decorada com a caveira-símbolo do Dops, em que apenas policiais podiam entrar.

Em 1993, com a extinção do Dops, o prédio foi ocupado pelo Decon. Foi tombado pelo Patrimônio Histórico em 1999 e entregue à Secretaria de Cultura do Estado, que o reabriu para visitação pública em 2002. Na reforma, cimento, vidros e tinta destruíram a aparência primitiva. Portas, colunas e grades das janelas foram as únicas coisas que se mantiveram originais. Era o Memorial da Liberdade, nome considerado totalmente inadequado pelos ex-presos políticos, que associavam o local à violência.

A reestruturação do Memorial aconteceu em 2009. Além das exposições e ações educativas e culturais, o projeto registra testemunhos de pessoas envolvidas com as ações do Deops/SP. As celas e o corredor, no qual os presos tomavam banho de sol, foram reconstituídos tendo como base os relatos dos que ali ficaram detidos. Frases dos que passaram

Chico Buarque compõe Apesar de Você.

JANEIRO

14 - Chegam ao Chile os 70 presos políticos libertados em troca do embaixador da Suíça no Brasil.

16 - O jornalista e dirigente comunista Mário Alves, do PCBR, 47 anos, é trucidado pelo DOI-Codi do Rio, com rara brutalidade. A causa da morte é hemorragia provocada por empalamento com um cassetete.

“

Em princípio foi desconcertante o nome de “Caravana da Anistia”, mas durante o desenvolvimento da mesma, seu significado e a relevância tomaram forma. A recuperação da memória por meio da reivindicação dos lutadores sociais que enfrentaram a ditadura não só é um ato de justiça, mas um processo de reconstrução histórica e política que permite restaurar o tecido social, exemplo para toda nossa América Latina tão necessitada de processos similares. Foi um momento humanista que marcou fundo em nossos sentimentos, que faz parte de seu povo e sua história. Agradecer nos leva a refletir o que ali vivemos, de todas as maneiras, obrigado.”

José Luis Moreno Borbolla e Florencia Ruiz Mendoza,
Centro de Investigações Históricas dos Movimentos Sociais (México).

por ali foram reproduzidas nas paredes. Uma das mais marcantes está grafada ao lado do trinco de ferro que fechava uma grande porta de madeira: “Dependendo da maneira como o carcereiro abria a porta, a gente percebia o que era; se era para chamar alguém para a tortura, se era alguém chegando, se era a comida vindo”.

O Memorial da Resistência oferece a quem o visita a oportunidade de vislumbrar uma pequena imagem do que representou o sofrimento para os que estiveram presos ali. Mas a sensação do horror, do isolamento e da aniquilação do ego que a prisão proporciona só pode ser imaginada. “Essa não é uma vivência que possa ser experimentada. Nem de longe. Não era uma simples prisão. Tratava-se de total violência, privação e tortura”, explicou em entrevista Marcelo Araújo, diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo e coordenador do projeto museológico do Memorial, logo após a sua inauguração, em janeiro de 2009.

A instituição também mantém o Centro de Referência Bibliográfica e de Bens Patrimoniais, conectado em rede e que documenta e conserva objetos retirados de inquéritos, fichas de presos políticos que estão em posse do Arquivo Público do Estado de São Paulo e documentos relativos à ditadura. Outro destaque é o programa “Lugares da Memória”, que realiza um inventário de locais que guardam a memória da época.

“

As ações de reparação e justiça que leva adiante a Comissão da Anistia, através das Caravanas, com a presença das vítimas, são notáveis. Sempre é positivo que um Estado, através de seus funcionários de justiça, possa pedir perdão a um cidadão que foi privado dos seus direitos injustamente. É muito poderosa a ideia de devolver a dignidade de um cidadão anistiado-o por delitos dos quais foi falsamente imputado por um governo ditatorial, para que assim o próprio Estado democrático seja digno, algo que se expressa verbalmente ante cada vítima nos atos públicos. A via brasileira em direção à verdade e à justiça está percorrendo um caminho novo e positivo. Adiante, a América Latina os acompanha.”

Viviana Nardoni, Sub-Diretora do Museu da Memória de Rosário (Argentina).

165

26 - O Decreto 1077, do ministro Alfredo Buzaid, impõe a censura prévia à imprensa.

MARÇO

O papa Paulo VI condena a tortura no Brasil.

11 - Sequestro do cônsul do Japão em São Paulo, trocado por cinco presos políticos.

JUNHO

11 - Sequestrado no Rio o embaixador da Alemanha, von Holleben, trocado por 40 presos políticos.

21 - O Brasil pega a Itália (4 a 1) e leva o Tri de futebol. Médici dança e posa enrolado na bandeira nacional.

DEPOIMENTO

MARIA CRISTINA DE CASTRO

Cheguei a Santiago em 13 de janeiro de 1973. Até hoje guardo com carinho uma cópia do carimbo de entrada no Chile pela fronteira argentina. Era um sábado e saí caminhando tratando de me orientar com um mapa da cidade que não conhecia, para encontrar o endereço dos amigos que me alojariam em seu apartamento. Atravessando a avenida vi uma manifestação de uma multidão desfilando pela rua portando bandeiras vermelhas. Parecia uma festa popular muito alegre e barulhenta. Sentei na calçada para chorar de emoção: fazia tanto tempo que eu não via isso!

Em Santiago encontrei muitos uruguaios, brasileiros, latino-americanos: exilados, fugitivos, perseguidos, solidários e integrados à esperança chilena. Logo fui trabalhar como Editora da Revista da ENA (Escola do Governo Allende) cujo Diretor – Patricio Orellana - chamávamos carinhosamente de “Pato”. Do meu ponto de vista este apelido ia sempre acompanhado da palavra “Resmungão” porque ele sempre se zangava comigo quando eu dizia palavrões ou quando chegava atrasada ao trabalho.

Para entender a emoção da chegada ao Chile e a gratidão por me acolher de braços abertos na ENA, é necessário que eu explique de onde vinha e o que havia enfrentado até então. Em Montevideo, minha cidade natal, trabalhava no Banco Popular desde os 16 anos de idade e estudava Economia. No Uruguai - meu país - fui membro do Sindicato de Bancários de 1961 até 1969, quando comecei a ser perseguida

por causa de minha militância política.

Em janeiro de 1973, saí para o Chile fugindo da “liberdade condicional” à qual estava submetida desde que saí do cárcere, em dezembro de 1972. Deveria dizer das prisões, os porões, as latrinas, os infernos nos quais as “Forças Conjuntas” repressivas de meu país haviam-me jogado, como presa política, desde 18 de maio desse ano. Poucos dias antes, em 15 de abril, a Assembleia Geral do Poder Legislativo uruguaio havia aprovado a suspensão das garantias individuais e a declaração do “Estado de Guerra Interno” em todo o país.

A data 18/05/1972 é registrada na história do Uruguai como um marco do acirramento selvagem da repressão que resultaria no golpe de estado de junho de 1973. Foi nesse trágico dia que os carrascos da DOPS – a truculenta polícia política da ditadura brasileira – me entregaram às “Forças Conjuntas” do Uruguai, iniciando as primeiras ações do que viria a ser conhecido como “Operação Condor” na América Latina.

Os tormentos vividos por mim haviam começado muito antes no Brasil. Havia sido presa política no Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Havia denunciado torturas inúmeras vezes e por isso mesmo sempre voltava ao suplício. Meu nome de solteira – Maria Cristina Uslenghi Rizzi – consta nos registros das entidades de defesa dos direitos humanos e nas pesquisas de dedicados estudiosos dos arquivos das forças brasileiras de repressão que já estão disponíveis.

Em 1973, em Santiago do Chile, e

166

1970

AGOSTO

10 – Grupo de esquerda Tupamaros sequestram e matam o agente da CIA, Dan Mitrione, no Uruguai.

SETEMBRO

18 - Morre de overdose o guitarrista americano Jimmy Hendrix, 24 anos.

OUTUBRO

Dom Paulo Evaristo Arns é o novo arcebispo de São Paulo.

8 - Médici declara no RS que “o homem não foi feito para a democracia”.

23 - Preso Joaquim Câmara Ferreira, sucessor de Marighella no comando da ALN. Levado ao sítio clandestino do delegado Fleury, falece horas depois, sob violentas torturas.



particularmente na ENA, começava a curar as feridas de meu corpo e de minha alma numa sociedade que construía a igualdade e num trabalho que realizava como parte de um coletivo de seres humanos idealistas, solidários, generosos, dedicados e competentes. Mas no 11 de setembro veio o golpe e carregou por muitos anos a esperança chilena e latino-americana.

Fazia dias que o rádio anunciava “tensão” no ar. Não sei se por causa disso nesse dia na ENA não precisamos de muito tempo para perceber o golpe. Quase sem falar mas sob o comando do nosso querido “chefe” Pato Orellana, percorríamos todas as salas da escola, recolhendo materiais que pudessem comprometer aos trabalhadores, levando-os até a cozinha aonde queimavam numa grande fogueira.

Quando nos dispersamos fui caminhando até a rua Merced - onde morava - e já não tive dúvida: o golpe havia colocado os tanques na rua. Vi as bombas do assassinato institucional Pinochet, caindo sobre o Palácio da Moeda, a poucos metros de minha casa, onde morava com meu companheiro brasileiro, que durante o golpe foi preso nos Estádios do Chile e Nacional e que somente voltaria a encontrar no exílio em Paris. Depois de passar dois dias enclausurada, saí para a rua para procurar meus amigos da ENA e pude localizar os franceses Claire Ival e Arnaud, Bernard Burel e Danielle.

Não posso nem explicar o que estes “heróis e heroínas” fizeram por mim e por

muitos estrangeiros que seríamos os primeiros perseguidos pela simbologia que isso representava para justificar o golpe. Fui levada à embaixada da Finlândia junto com uma amiga brasileira que, grávida de 9 meses, deu à luz a sua filha - Renata - em Buenos Aires, no dia 2 de outubro, dois dias depois de sair do Chile.

Com o apoio do Embaixador da Finlândia, saí do Chile no dia 29 de setembro de 1973, tomada pela angústia e por um tremendo sentimento de perda. Não sei como, não me lembro, mas nesse dia levei comigo para o exílio um exemplar da penúltima Revista da ENA - a de número 8 - da qual fui editora. No clima de terror desatado pelo golpe é impossível entender esse gesto, salvo se uma força superior o tiver conduzido.

Na França, vivemos na própria pele o EXÍLIO DO CONTINENTE LATINO-AMERICANO. Todos os países do Cone Sul estavam representados na multidão de exilados vindos do Chile. Sem esperanças de voltar a ver minha filhinha que havia deixado no Uruguai, nasceu em Paris meu segundo filho, que, como as demais crianças nascidas no exílio, foi durante muito tempo um pequeno apátrida: nem brasileiro nem uruguaio, muito menos francês.

Consegui voltar ao Brasil somente em dezembro de 1979, no marco da Lei de Anistia aprovada neste país, que permitiu a anulação dos atos decretados contra mim pela ditadura.

Maria Cristina de Castro, nascida no Uruguai, foi anistiada pelo Estado Brasileiro em 2001. Este depoimento foi extraído da obra “LA ENA - UMA EXPERIENCIA CHILENA DE CAPACITACIÓN PARA LA PARTICIPACIÓN”, com autorização.

NOVEMBRO

Eleições legislativas. A Arena faz mais de dois terços na Câmara.

DEZEMBRO

7 - A VPR sequestra no Rio o embaixador suíço G. Bucher, trocado por 70 presos.

8 - A imprensa noticia a morte do militante de esquerda Eduardo Leite, o Bacuri. Seu corpo é entregue com as orelhas decepadas, olhos vazados, dentes arrancados.

Segundo grande ano do Milagre. Crescimento de 10,4% do PIB.

18ª à 23ª Sessão de
Julgamento
5 / 6 outubro 2009

Parceiros
Assembleia Legislativa do
Estado do Ceará
Comissão Especial de Anistia
Wanda Sidou
Associação 64/68



28ª CARAVANA

Fortaleza/CE

GEISEL CONTAVA MENTIRAS

“Os inimigos da Nação, de seus ideais democráticos, de suas aspirações de progresso, de ordem e de paz continuem ativos em sua sempre renovada e demolidora ação subversiva de térmitas incansáveis. (...) O terrorismo foi dominado e contido; raras incursões, através de fronteiras desguarnecidas — inteiramente frustradas; as tentativas de organização de bases de guerrilheiros no interior desprotegido e distante, inicialmente em Caparão, oeste do Paraná, Vale da Ribeira e depois em Xambioá — Marabá, ao norte de Goiás e sudeste do Pará - completamente reduzidas; as organizações subversivas — sob atenta e incansável vigilância de todas as horas.”

Com a sua curiosa sintaxe, o general Ernesto Geisel referia-se em público, pela primeira vez, à Guerrilha do Araguaia, no discurso que fez em 1º de março, na abertura da Sessão Legislativa de 1975. No que se referia ao fim do movimento em Xambioá Geisel estava certo. Àquela altura, com 70 guerrilheiros mortos – vários deles quando já haviam se rendido –, já não havia qualquer ação da Guerrilha concebida pelo PCdoB.

Já ao que se refere a “inimigos da Nação, de seus ideais democráticos, de suas aspirações de progresso, de ordem e de paz”, o general mentia de maneira consciente e com as piores intenções. Inimigos dos ideais democráticos, do progresso e da paz eram exatamente os que coíbiam qualquer oposição; impediam a existência de partidos políticos ou de formas de organização livres, como sindicatos e organizações estudantis; censuravam livros, a imprensa e arte; e torturavam e assassinavam seus opositores políticos, exatamente como fizeram no Araguaia.

Mentiras como essas, repetidas por 21 anos pelo Governo Militar, enxovalhavam a memória daqueles que lutaram contra a Ditadura; impunham a pecha de ‘inimigos da Nação’ a resistentes sinceros; incentivam o preconceito contra qualquer um que se rebelasse contra a cruel e desproporcional repressão, taxando-o de terrorista.

Na 28ª Caravana da Anistia, realizada na Assembleia Legislativa do Ceará, em Fortaleza, em 5 e 6 de outubro de 2009, calúnias dessa espécie foram afastadas no julgamento de 74 processos de perseguidos políticos pela Ditadura. Neles, era pleiteada a concessão de anistia política e reparações pelos danos que lhe foram impostos.

Foram homenageados durante o evento, dois opositores ao regime militar nascidos em Fortaleza. Um deles, Frei Tito de Alencar, cometeu suicídio em 1974, transtornado com as bárbaras torturas que sofreu no Deops e na Operação Bandeirantes em São Paulo, em 1969. Outro homenageado, Bérqson Gurjão, foi o primeiro militante de esquerda morto pelo Exército durante a Guerrilha do Araguaia, em junho de 1972. Ferido e capturado, Bérqson foi assassinado dias depois a golpes de baioneta pelos, estes sim, “inimigos da Nação”.

O pedido de desculpas apresentado pelo presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, foi recebido como uma justa retratação do Estado brasileiro aos anistiados que tiveram seus processos apreciados. “Estou muito orgulhoso por este dia, com essa justa homenagem aos cearenses que lutaram e deram suas vidas pela democracia, por justiça social e contra o regime militar”, disse o advogado José Ivo Ferreira de Souza, neto de José Moisés, líder político ligado ao PCdoB e falecido na década de 80, um dos anistiados. “Pessoas como o meu avô que, pelo seu exemplo, ensino à nossa família a sempre lutar pela Justiça e pela liberdade.”

Nem animais fazem coisas assim

“Agora você vai conhecer a sucursal do inferno.” Se já é difícil imaginar o quanto de sadismo e psicopatia possam existir no espírito de quem diz uma frase como essa para alguém que acaba de entrar em uma prisão militar para ser interrogado, é quase impossível imaginar o seu autor, o capitão do Exército Maurício Lopes Lima, como alguém pertencente ao gênero humano quando se sabe que essa ameaça foi dirigida a Frei Tito de Alencar, que acabara de ter sido torturado por 40 dias pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. O “inferno” era a sede da Operação Bandeirantes, em São Paulo, na qual o capitão Lima era torturador.

E que integridade, bravura e heroísmo poderiam ter aqueles que, após ferirem Bérqson Gurjão com uma rajada de metralhadora nas pernas, o dependuraram de cabeça para baixo em uma árvore, na região do Araguaia, e lhe deram seguidos pontapés na cabeça até decidirem matá-lo, dias depois, com golpes de baioneta? Nem animais fazem coisas como essas.

Foi assim que agiram os torturadores contra Frei Tito e Bérqson Gurjão.

Além do fato de serem ambos nascidos em Fortaleza (CE), Frei Tito e Bérqson Gurjão tinham o derrotado Congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna (SP), em 1968, como ponto de interseção em suas trajetórias políticas. Foi Tito quem alugou o sítio em Ibiúna, no qual o Congresso deveria ser realizado. Bérqson, que foi da diretoria do DCE da Universidade Federal do Ceará, foi preso ali, junto com outros 920 estudantes.

A organização do Congresso de Ibiúna valeu a Frei Tito sua primeira prisão. Mas no ano seguinte, 1969, que o inferno lhe seria apresentado ao ser preso, acusado de apoiar a Aliança Libertadora Nacional e Carlos Marighella. A

agonia de Frei Tito de Alencar Lima é descrita por Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio no livro *Dos filhos deste solo*: “... torturado durante dois dias, pendurado no pau-de-arara, recebendo choques elétricos na cabeça, nos órgãos genitais, pés, mãos, ouvidos, com socos, pauladas, ‘telefones’, palmatórias, ‘corredor polonês’, ‘cadeira do dragão’, queimaduras com cigarros, tudo acompanhado de ameaças e insultos.”

Depois dessas atrocidades, Frei Tito foi deixado toda a noite dependurado no pau-de-arara. No dia seguinte tentou se matar com uma gilete. No dia 13 de janeiro de 1971, foi libertado após o sequestro do embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben. Frei Tito nunca se recuperaria das sequelas psicológicas das torturas que sofreu. No dia 7 de agosto de 1974, aos 31 anos de idade, matou-se, no seu exílio na França, enforcando-se em uma árvore. Seu corpo só foi trasladado para o Brasil em março de 1983.

Jogador de basquete, Bérqson Gurjão participou de competições em todo o Brasil pelo Náutico Atlético Cearense. Estudava Química na Universidade Federal do Ceará e ajudava no sustento à família dando aulas. A prisão em Ibiúna lhe valeu a expulsão da UFC. Refugiou-se na clandestinidade, vindo para São Paulo, de onde seguiu para a região do Araguaia, juntando-se à Guerrilha organizada pelo PCdoB.

No dia 4 de junho de 1972, quando se dirigia à casa de um morador da região para buscar mantimentos, Bérqson caiu em uma emboscada. Foi atacado, ferido e depois morto pelos militares. Tinha 25 anos de idade. Seu corpo permaneceu desaparecido por 27 anos. Até ser identificado por exames de DNA, em 2009, no cemitério de Xambioá. Seus restos mortais foram sepultados em Fortaleza, no jazigo da família.

170

1971

Começam os desaparecimentos na Argentina. Uma pessoa a cada 18 dias.

JANEIRO

20 - Rubens Paiva, deputado cassado, é sequestrado pela ditadura e desaparece, no Rio. O atestado de óbito sai em 23/2/96.



DEPOIMENTO

DA FILHA DE

ANTENOR FERNANDES VIANA

“Eu era uma adolescente. Meu pai era muito conhecido, um homem de muito caráter, um homem religioso e aconteceu isso com ele. Uma injustiça sem tamanho com uma pessoa totalmente inocente. Um homem pegou uma tinta com um funcionário dele e quando ele chegou à loja pela manhã, estava tudo pichado, isso na época da repressão. A sapataria dele era em frente ao Batalhão de Polícia Militar 23. Quando ele foi abrir a loja, já tinha muita gente do 23 para prender o papai. Levaram o papai pro BPM, ele ficou preso lá, mas resolveram levá-lo pra Polícia Civil da época. O papai só foi liberado porque quatro pessoas – o coronel Euclides, do 23, o monsenhor Otávio de Castro, o Mauro Benevides, que hoje é senador, e o doutor Evaristo – conheciam a veracidade e o caráter dele. Essas quatro autoridades falaram pelo meu pai apoiando ele, afirmando a veracidade das palavras do meu pai, e ele, graças a Deus, foi solto, mas ele foi torturado, ele passou três dias no chão, eles obrigando o meu pai, que

era analfabeto, a dizer que era ele quem tinha escrito nas pichações. O meu pai não sabia fazer um ‘a’. Ele só fazia as continhas da sapataria dele. Ele era um homem da roça, viveu muitos anos no bairro de Fátima. Ele foi solto porque o próprio exército encontrou quem fez, só a tinta era da sapataria dele. Mas por conta disso, eu lembro que meu pai ficava numa cadeira de balanço, ele se balançava o dia todo. Se tivesse um médico aqui, eu tenho certeza de que ele iria dizer que papai estava com um transtorno, porque ele ficou numa depressão muito profunda. Para ele, aquilo foi uma vergonha. Então o que ele fez? Perdeu tudo que tinha. Ele vendeu tudo, a sapataria, a casa em que morava no bairro de Fátima. Tudo por causa da vergonha. Para ele, aquilo foi a pior coisa que aconteceu em sua vida. Daí foi morar de aluguel, foi adoecendo, se entregando, definhando. Um homem novo. Eles mataram o meu pai. É isso, mataram o meu pai.

Infelizmente, o Brasil matou meu pai.”

Antenor Fernande Viana - Anistiado político durante a 28ª Caravana da Anistia.



Como ex-prisioneira política, valorizo e admiro a grande decisão do governo brasileiro em reconhecer as violações aos Direitos Humanos executadas pelo Estado, o significado que tem para cada vítima ou familiar destas, que esse Estado outrora repressor peça publicamente perdão e devolva a cada um deles sua dignidade perante a sociedade é um gesto de valor indescritível.”

Wally Kunstmann, Regional Metropolitano de ex-Presas e ex-Presos Políticos (Chile).

MARÇO

Começa a funcionar a discagem direta dos telefones entre São Paulo, Rio e outras cinco capitais brasileiras.

MAIO

14 - Preso o jovem Stuart Angel, do MR-8, morto na tortura.

ABRIL

15 - Executado em São Paulo, Albert Boilesen, executivo da Ultragás acusado de financiar a tortura na Oban.

24ª Sessão de Julgamento
6 Novembro 2009

Parceiro
Partido Comunista do Brasil -
PCdoB

29ª CARAVANA

São Paulo/SP



O MISTÉRIO DAS PESSOAS QUE DESAPARECIAM

Um dia, quando tinha 8 anos de idade, Igor Grabois Olímpio folheava uma revista quando viu fotos de duas pessoas que conhecia muito bem. Em uma delas estava seu avô, pai da sua mãe, Vitória Lavinia Grabois Olímpio, e na outra, um velho amigo da família, o Tio José. Mas o garoto demorou para entender o que estava escrito junto às fotos. O Tio José, por exemplo, tinha outro nome, João Amazonas, e do seu avô, Maurício Grabois, diziam-se coisas estranhas: guerrilha, Araguaia, subversão. “O Amazonas era, para mim, o Tio José”, relembra Igor.

Aquilo explicava algo estranho e quase fantástico, que o garoto vinha percebendo ao seu redor. “Os homens da família e que frequentavam minha casa, em São Paulo, estavam desaparecendo”. Na época, ele não sabia do paradeiro deles. “Diziam-me que era por conta de trabalho”. E agora eles estavam ali, nas páginas de uma revista. “Dessa forma, comecei a descobrir a verdade, e tudo aquilo me encantava”.

João Amazonas era o secretário-geral do PCdoB e Maurício Grabois, conhecido também como Mário, também militava no partido há quase quatro décadas. Os dois estavam na região do Araguaia preparando o movimento guerrilheiro que vinha sendo gestado há alguns anos. Em 1973, o garoto Igor iria descobrir a dor da ausência, não apenas dos amigos da família, mas de entes queridos e insubstituíveis.

Seu avô Maurício Grabois, seu tio materno André Grabois e seu pai, Gilberto Olímpio Maria, militantes históricos da esquerda no Brasil, foram brutalmente massacrados, ao lado de dezenas de guerrilheiros, na região do Araguaia. Muitos ainda não foram enterrados com dignidade pela família, pois não se sabe onde estão seus restos mortais, cujo paradeiro foi ocultado pelas forças do Exército enviadas para combatê-los.

Forçado a passar grande parte da infância vivendo de maneira clandestina - sim, as forças policiais da ditadura perseguiram crianças -, Igor Grabois Olímpio foi um dos 13 anistiados na 29ª Caravana da Anistia, realizada em São Paulo, em 6 de novembro de 2009, durante o Congresso Nacional do PCdoB.

“Não é sem razão que a primeira sessão de anistia dentro de um evento partidário acontece em um Congresso do PCdoB”, afirmou o Ministro da Justiça, Tarso Genro durante o evento. “Este partido honra a democracia, preserva a Constituição e tem quadros de dirigentes extraordinários.”

Na opinião de Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia, o fato de, pela primeira vez, uma sessão ser realizada durante o congresso do PCdoB tem um significado duplo. “Além de promover a reparação, nossa missão é fortalecer a ideia das liberdades públicas e políticas. E não houve na história do País um grupo que tenha sofrido mais perseguição do que os comunistas”.

A Caravana homenageou João Amazonas e Renato Rabelo, dois líderes históricos do Partido com atuação marcante na defesa dos ideais democráticos e na resistência contra a ditadura Edirja Carneiro recebeu das mãos do Ministro o documento reconhecendo a perseguição que o Estado encampou contra seu companheiro, Amazonas, morto aos 90 anos, em 2002.

“Este procedimento do Estado é uma forma de pedir perdão aos que sofreram pelas mãos do regime militar e permite que a memória desses lutadores continue viva em cada um de nós. A história deve ser contada e recontada para que barbaridades como essas não voltem a acontecer”, disse a viúva de João Amazonas, com a voz embargada pela emoção.

“Para nós, anistia é sempre uma expressão de reconhecimento de pessoas e instituições que contribuíram para o resgate da memória e da verdade”, disse Renato Rabelo, atual presidente do PCdoB, o outro homenageado da Caravana. Segundo Rabelo, o papel desempenhado pelo Ministério da Justiça e pela Comissão de Anistia “eleva nossa condição de nação democrática que procura sua identidade para se fortalecer. A realidade é um cimento indispensável para a construção da identidade de um povo”.

Entre os anistiados na 29ª Caravana, estava Dinalva Oliveira Teixeira, que teve papel de destaque na Guerrilha do Araguaia. A partir de 1972, o PCdoB montou uma célula guerrilheira na região conhecida como Bico do Papagaio, entre os estados do Maranhão, Pará e Goiás, hoje parte do Tocantins. A intenção era iniciar uma revolução popular pelo campo e promover mudanças sociais no País.

O ex-dirigente do Comitê Central do PCdoB, João Batista Drumond, um dos mortos no chamado “Massacre da Lapa”, em 1976, também foi anistiado post mortem. Drumond foi torturado e assassinado pelos militares, após ser preso.

Os comunistas perseguidos e o Massacre da Lapa

A última operação sangrenta dos órgãos de repressão política da ditadura militar ocorreu em 1976, em São Paulo. No dia 16 de dezembro, agentes do Exército assassinaram três dirigentes do então clandestino PCdoB: João Baptista Franco Drummond, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Outros seis militantes foram presos, cinco deles torturados sistematicamente durante semanas.

O episódio ficou conhecido como “Massacre da Lapa”, porque o desfecho da operação foi o ataque a tiros à casa 767 da rua Pio XI, no bairro da Lapa. Era o local onde, de 11 a 15 de dezembro, ocorreu uma reunião do Comitê Central do PCdoB. O encontro foi delatado por Manoel Jover Teles, dirigente do partido, preso meses antes, no Rio de Janeiro, e que concordou em colaborar com os órgãos de repressão em troca de bom tratamento e emprego.

O cerco que precedeu o ataque durou quatro dias e contou com cerca de 50 agentes. Um ofício confidencial revela que o Estado-Maior do II Exército pediu à Secretaria de Segurança Pública, com 48 horas de antecedência, que bloqueasse a rua Pio XI na manhã de 16 de dezembro. Participaram da ação torturadores como o tenente-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado

Sérgio Fleury, do Dops.

As prisões foram realizadas antes do ataque a tiros, na medida em que os participantes da reunião deixavam a casa, o que prova que não houve resistência. Apenas uma pessoa foi detida antes do ataque: João Batista Drummond, de 34 anos. Torturado nas dependências do DOI-Codi, morreu vítima de uma queda, no vão da antena de rádio do prédio da rua Tutoia. Drummond tentava fugir em meio a sessões de torturas. O Exército alegou que ele foi “atropelado”.

A invasão da casa ocorreu na manhã do dia 16. Foram metralhados Ângelo Arroyo, militante operário da greve dos 300 mil, de 1953, e comandante da Guerrilha do Araguaia, e Pedro Pomar, que já havia enfrentado a repressão do Estado Novo. A versão oficial disse que ambos haviam resistido à prisão. Para justificar as mortes, o Exército informou que houve “resistência armada”. Tentando dar credibilidade à sua versão, a equipe de Fleury “plantou” armas no local, entre elas sabres e até um rifle do século XIX.

Os cinco militantes presos na ação foram torturados durante semanas na rua Tutoia: Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima, Joaquim Celso de Lima e Wladimir Pomar. Todos, exceto Joaquim, foram também

174

1971

JULHO

21 - O ministro da Justiça e ex-integralista Buzaid proíbe até o livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler.

SETEMBRO

15 - Criada no Canadá a entidade ambientalista e pacifista Greenpeace.

17 - Após dias de caçada humana no sertão baiano, é morto o capitão-guerrilheiro Carlos Lamarca, do MR-8.



Para quem tem feito testemunho dos processos de justiça, memória e reparação na América Central, ter assistido Caravana da Anistia, no Rio de Janeiro, foi um privilégio, diante de toda uma lição política do que a pedagogia da memória pode fazer, pela dignidade das vítimas da violência ditatorial: Esses homens e mulheres que protagonizaram a justa luta do povo brasileiro.”

Carlos Henriquez Consalvi, Museu da Palavra e da Imagem (El Salvador).

transportados de avião para o Rio de Janeiro, onde sofreram dez dias de torturas no DOI-Codi do I Exército, na rua Barão de Mesquita. Espancamentos, sessões de choques elétricos e “geladeira” foram os métodos utilizados.

O STM condenou Rebelo a quatro anos de prisão, Elza, Haroldo e Wladimir a três anos (em primeira instância haviam sido todos condenados a cinco anos), com base na LSN, por “organização de partido clandestino”. Dirigentes do PCdoB, todos os quatro tiveram os direitos políticos suspensos por dez anos. Joaquim foi condenado a dois anos de prisão (cinco de suspensão de direitos políticos). Maria Trindade, a caseira que sobreviveu ao ataque e foi presa, e Solange Lima, esposa de Haroldo, foram absolvidas.

Vários réus foram julgados à revelia nesse mesmo processo. Entre eles, Armando Teixeira Frutuoso, dirigente do PCdoB assassinado em 1975 no DOI-Codi do I Exército, então comandado pelo general Leônidas Pires Gonçalves. Apesar dos vários depoimentos e referências ao assassinato de Frutuoso, os juízes da Auditoria Militar negaram-se a reconhecer sua morte: morto, ele foi condenado a cinco anos de prisão!



Ditadura militar, arbítrio e violação dos direitos humanos. As gerações de hoje e do futuro precisam saber o quanto custou em suor, em dor e em sangue o preço da liberdade e da democracia. Com as caravanas da anistia com o resgate da memória e o pedido de perdão do Estado às vítimas de perseguição política, promovem o reencontro do caminho de consolidação da justiça e da democracia no Brasil.”

**Narciso Pires, Ex-preso político,
presidente do Grupo Tortura Nunca
Mais do Paraná.**

175

NOVEMBRO

26 - Cai o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sousa Melo, na sequência da morte de Stuart Angel.

DEZEMBRO

6 - Médici viaja aos EUA, onde o pres. Nixon enaltece o papel do Brasil ditatorial.

O ano termina com um crescimento de 11,3% do PIB.

DEPOIMENTO IGOR GRABOIS

“A militância política foi uma escolha. A militância dos comunistas, de todos os partidos, de todas as matizes, dos comunistas sem partido, com certeza foi a corrente política mais perseguida.

A reparação econômica é importante, mas não é fundamental. Existe um ciclo que não se fecha porque nós, familiares de desaparecidos políticos, não realizamos os funerais, não realizamos a passagem. Isso é uma constante.

A minha avó, Alzira Grabois, a dona Elza, a dona Cirene, a dona Dilma Alves, que eu convivi, pessoas que não estão mais aqui, já morreram e essa luta não terminou. Elas não conseguiram fazer a passagem dos seus filhos, dos seus companheiros, não conseguiram fazer a passagem dos seus irmãos. Há extrema lentidão nesse processo de anistia e de reencontro com a verdade no nosso país.

Desde a Lei da Anistia em agosto de 1979 até hoje nós não temos a verdade. E agora, quando o Ministério da Defesa cria a

Comissão para fazer investigação e a busca dos corpos no Araguaia - e aí eu estou dando uma opinião política, eu estou sempre fazendo discurso político, é sempre racional e hoje está sendo menos racional - de certa maneira traz todas as feridas de volta.

É um processo que nós não sabemos o andamento, não sabemos como funciona, qual é o resultado, mesmo que parcial, principalmente se vai haver resultado, se não vai vir uma resposta no estilo “os corpos foram incinerados”, “foi impossível localizar os corpos”, inclusive sem saber quais são os meandros desse processo, como se chegou a essa conclusão. Então, desde julho deste ano, eu tenho compartilhado essa preocupação com a minha mãe. A gente já conversa em fazer um funeral antecipado, vamos dizer assim, como virão os ossos, como isso vai existir.

Tem outra coisa que eu sou obrigado a ressaltar. Minha história tem um grau de sofrimento, eu não me considero vítima, não me vejo assim.

176

1972

JANEIRO

A censura proíbe notícias negativas sobre a queda da Bolsa.

30 - Domingo Sangrento: polícia inglesa atira em passeata na Irlanda; 14 mortos.

FEVEREIRO

20 - Richard Nixon chega a Pequim. É a 1ª viagem de um presidente dos EUA à China Popular.



Eu peguei o período de luta consciente contra a ditadura, mais o período final, o período pós-anistia. Todos nós aqui, nesta sala, de alguma forma contribuimos para a superação da ditadura e também a superação das desigualdades, da grande injustiça que existe nesse país. O meu sofrimento é uma pequena parte do sofrimento do povo brasileiro, do sofrimento dos que trabalham neste país.

Essa desigualdade, essa injustiça, ela não termina aqui, é uma luta constante nossa, e eu acho que é dessa maneira que deve ser encarado; parte da luta do povo brasileiro, parte da luta dos trabalhadores e parte da luta dos comunistas, que encaram como necessidade premente da humanidade a superação de todas as formas de exploração do homem pelo homem. Acho que a gente deve consignar isso dessa maneira”.

Igor Grabois - Anistiado político durante a 29ª Caravana da Anistia.

“

A América Latina fez esforços para enfrentar um passado de abusos generalizados contra a dignidade humana. Naqueles países onde a memória e a busca da verdade foram elementos fundamentais da nova ordem democrática, melhor se enfrentaram os fantasmas da opressão e do esquecimento. As Caravanas da Anistia no Brasil são um brilhante exemplo de como se pode construir memória a partir das vozes das vítimas, da participação da sociedade e da recuperação das dignidades violadas. Os latino-americanos têm muito a aprender com essa experiência.”

Javier Ciurlizza, Diretor para a América Latina e Caribe do International Crisis Group. Ex-Secretário Executivo da Comissão para a Verdade e Reconciliação (Peru)

177

ABRIL

12 - Começa a Guerrilha do Araguaia.

JUNHO

16 - Abatida a sangue frio pelo Exército, com uma bala na cabeça, aos 22 anos, Maria Lúcia Petit. Ela será a 1ª guerrilheira do Araguaia a ter seu corpo identificado, em 1996.

JULHO

8 - Três mil índios Xavante de MT armam-se contra ameaça de invasão de suas terras.

**25ª e 26ª Sessão de
Julgamento
17 de novembro de 2009**

Parceiros

Prefeitura Municipal de Volta
Redonda

Câmara de Vereadores
de Volta Redonda

Sindicato dos Metalúrgicos
do Sul Fluminense

Sindicato dos Trabalhadores
da Construção Civil



30ª CARAVANA

Volta Redonda/RJ

A RESISTÊNCIA FEITA COM FÉ

Entre os grandes centros industriais do País, Volta Redonda, onde está instalada a Companhia Siderúrgica Nacional, é um dos que a Igreja Católica teve a maior influência espiritual e política. Ali, como também aconteceria em outras regiões do Brasil, a Juventude Operária Cristã (JOC) angariou simpatias e adeptos e, após o golpe de 1964, sofreu a perseguição furiosa da polícia política da Ditadura Militar. Mesmo pagando um alto preço por suas convicções, a JOC lutou e contribuiu para a resistência ao arbítrio no Brasil. Por esse motivo, sua atuação foi homenageada nessa 30ª Caravana da Anistia.

O movimento nasceu na Bélgica, fundado pelo Padre Leon Cardijn nos primeiros anos do século XX. Surgia como uma reação assumida ao materialismo marxista. Foi reconhecida como um movimento oficial da igreja e, em 1925, recebeu a benção papal de Pio XI que agradeceu a “sagrada ambição da JOC de organizar, não só uma elite, mas o conjunto da classe trabalhadora”.

A expansão internacional da JOC foi rápida e chegou ao Brasil na década de 30, mas só deslancharia em meados da década de 40. Aqui, o movimento passou por diversas transformações ideológicas e estratégicas. De início seus objetivos eram mais espirituais que materiais; em uma segunda fase, o que se queria era uma sociedade menos exploratória e mais humanista. A radicalização política da sociedade brasileira do início dos anos 60 contaminaria também a JOC que passa a discutir a necessidade de uma ação política para tornar reais seus ideais humanistas. É quando a força repressiva dos regimes militares se atira sobre seus membros, em especial no Rio de Janeiro, Maranhão e Volta Redonda. Com isso, a JOC é praticamente desmantelada deixando de exercer a importante influência que teve sobre os movimentos de massa no País.

As vítimas das prisões e torturas impingidas pela repressão à JOC, em Volta Redonda, compunham a maior parte dos 55 processos de perseguidos políticos que foram julgados nesta 30ª Caravana da Anistia realizada na Câmara Municipal da cidade. Também foram analisados os processos de operários demitidos por ocasião da greve na Companhia Siderúrgica Nacional de 1988, na qual o Exército assassinou a tiros e coronhadas três operários.

Na abertura dessa Caravana da Anistia foram homenageados dois religiosos: dom Adriano Hipólito (post mortem), ex-bispo de Nova Iguaçu (RJ), rudemente perseguido pelos militares, sendo inclusive sequestrado e dom Waldyr Calheiros, ex-bispo de Volta Redonda, que teve papel destacado na luta contra o regime militar e atuação marcante na greve da CSN.

“Se não fosse por dom Waldyr, não teriam nos soltado, talvez nem estivéssemos vivos”, disse Arly Matildes de Amorim, presa e torturada no DOPS juntamente com o seu irmão, em 1970, quando militava na Juventude Operária Católica. Uma das anistiadas durante a 30ª Caravana da Anistia, Arly contou que enquanto esteve presa, a sua mãe ia visitá-la todos os dias na companhia de dom Waldyr.

“Eu vi com meus próprios olhos e meus ouvidos escutaram as confissões dos torturados pela ditadura”, disse com Waldyr Calheiros. “A anistia não é só questão de justiça monetária, é um reconhecimento do Estado pelo que essas pessoas sofreram para que hoje conseguíssemos viver na democracia. A Caravana da Anistia está levando para o Brasil afora um grito de Ditadura neste País, nunca mais”, disse Dom Waldyr.

A vice-presidente da Comissão da Anistia, Sueli Aparecida Belato, afirmou que o principal objetivo das Caravanas é contribuir para o resgate, debate e reflexão sobre a história do País.

Uma greve com mortos e feridos

Em 1988, a Ditadura Militar já havia se transformado em passado sem deixar qualquer saudade. Embora não tivesse sido eleito de forma direta e democrática, um presidente civil, José Sarney, estava no Palácio do Planalto. As torturas a presos políticos haviam cessado. O País tinha uma nova constituição. Não havia censura à imprensa ou à produção intelectual. As instituições políticas funcionavam normalmente.

No entanto, o governo ainda lidava com os movimentos sindicais e trabalhistas como nos piores momentos da Era Militar. Em 1988, houve pelo menos quatro momentos em que a negociação com os grevistas transformou-se em agressão e truculência: em janeiro, uma manifestação de PMS cariocas pedindo sua isonomia salarial com o que era pago ao Exército, terminou em pancadaria e 12 presos; em maio, a Aeronáutica ocupa a Embraer para reprimir uma greve; em julho, a PM ataca professores do Rio em greve, diante do palácio Guanabara; no mês seguinte, os professores de Curitiba são atacados pela cavalaria da PM e por gases lacrimogêneos.

Mas quinto e mais brutal choque entre a repressão e os operários aconteceria em

outubro, durante a greve na Companhia Siderurgia Nacional, à época uma estatal e, portanto, tendo o Governo Federal como patrão. Ali, policiais e militares e tropas do Exército invadiram a siderúrgica, usando tanques e blindados, ferindo centena deles e matando três: William Fernandes Leite, 22 anos, com tiro de metralhadora no pescoço; Valmir Freitas Monteiro, 27, metralhado nas costas e Carlos Augusto Barroso, 19, com o crânio esmagado, provavelmente a coronhadas. E não foram só os grevistas os atingidos, a multidão que acompanhava os acontecimentos na praça diante da CSN, na qual estavam filhos e cônjuges dos grevistas, também foi agredida pelos policiais e membros do Exército.

Não era a primeira vez que havia uma greve de grandes proporções na CSN. A primeira delas ocorreu em 1984, 43 anos após a implantação da Siderúrgica, quando o sindicato da categoria passa da mão de líderes conservadores e pelegos para elementos mais combativos. Durou cinco dias e mobilizou 22 mil trabalhadores e suas mulheres e filhos que se concentravam à porta da usina e, sobretudo, quebrou-se o tabu de que não era possível realizar-se uma

180

1972

AGOSTO

A Anistia Internacional divulga um relatório listando os nomes de 472 torturadores e 1081 torturados.

A censura proíbe a publicação da declaração de Filinto Müller, presidente da Arena, de que não há censura.

SETEMBRO

27 - Médici inaugura o 1º trecho da Transamazônica.



Era 26 de setembro de 2009, quando participei da Caravana da Anistia na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, local repleto de simbolismo, pois a entidade é reconhecida pela participação em todo processo de redemocratização do Brasil. Mas o simbolismo se ligava também ao nome do auditório, Dom Helder Câmara, o inesquecível, “dom de Deus”. Minha pele e pelos se arrepiaram quando Dom Geraldo Lyrio, presidente da CNBB, disse: “Anistia não é sinônimo de impunidade, é de reconciliação”. “É preciso, porém, que os culpados sejam conhecidos e que, após julgamento justo e legal, sejam punidos”. As palavras intensas e fortes, deram-me a certeza de que eu era parte de um evento memorial, atualizador da memória dos que em nome da fé, enfrentaram dores, incompreensões, exílio, e alguns perderam a própria vida para que recuperássemos a democracia.”

Gilberto Sousa, Coordenador do Escritório da Comissão Brasileira Justiça e Paz (organismo da CNBB).

greve na CSN. Em outubro de 1986, ocorreu outra greve, desta vez o Exército invadiu pela primeira vez, a usina. Em dezembro do mesmo ano, outra greve, e, de novo, os blindados e tanques tomaram a empresa. O mesmo ocorreria em 1987 e em maio de 1988: os operários em greve, o Exército invadia e o movimento recuava.

Enfrentando uma inflação média de 23% ao mês naquele 1988, o sindicato elaborou uma lista de reivindicações que, além dos reajustes e reposições salariais, exigia a readmissão dos demitidos da greve no ano anterior, fim das “listas negras”, turnos de 6 horas, reconhecimento dos representantes sindicais. A empresa tratou as reivindicações com descaso. A greve foi, portanto, iniciada em 7 de novembro, uma segunda-feira. Um total de 15 mil operários ocuparam a usina. Piquetes foram montados. A PM tentou impedir que diretores dos sindicatos entrassem na empresa. A direção da empresa recusou-se a negociar.

No terceiro dia, dois mil soldados do Exército cercaram a usina, mas foram impedidos de entrar pela pedras lançadas pelos grevistas. A água e a luz foram cortadas. Fora da usina, a multidão aumentava. Em duas

assembleias, na parte de fora e de dentro da CSN, recusou-se uma contraproposta da direção. Às 18 horas, iniciou-se o confronto e tiros começaram a ser disparados. Dentro e fora da CSN as agressões atingiram a todos. Soldados e oficiais chutavam, atiravam e davam coronhadas em todos que viam pela frente. A violência se espalhou pelas ruas, lojas foram depredadas. A polícia atacava a multidão com cassetetes. Dentro da usina vários feridos e três operários mortos.

O Exército tomou a usina, expulsando os grevistas. Mas a greve continuaria por mais duas semanas, até o dia 24. Na cidade, a perplexidade e o terror tomaram conta de seus moradores. O fato repercutiu internacionalmente e fez surgir uma onda de indignação em todo o País. Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, Igreja, partidos de oposição ao governo se manifestaram e criticaram duramente a ação. No dia 21, cerca de 60 mil pessoas promoveram um “abraço” à Companhia Siderúrgica Nacional dando-se as mãos e postando-se por todo o perímetro da imensa usina.

Em 1993, a CSN seria privatizada no governo do presidente Itamar Franco. Milhares de operários foram demitidos.

OUTUBRO

Começa a circular o semanário Opinião.

DEZEMBRO

31 - Morto no 4º dia de tortura, no DOI-Codi-SP, Carlos Danieli, 43 anos. Escreve na parede da cela: “Este sangue será vingado”.

O ano termina com um crescimento de 11,9% do PIB.

DEPOIMENTO

CARLOS ROSA DE AZEVEDO

“Há exatos 42 anos e 13 dias eu sofri a primeira prisão de minha vida, aqui nesta cidade de Volta Redonda. Não foi fácil para mim. A pior perda que eu sofri nesse período, quando estava preso, foi a de meu pai, que por ser uma pessoa simples, da cidade de Angra dos Reis, certamente não suportou ver um filho preso e veio a falecer. A ida ao seu enterro foi bastante difícil, porque foi determinado no final, depois de muita luta, que eu fosse algemado e que não abrisse a boca durante o velório. O corpo de meu pai já estava há duas horas ou mais aguardando sepultamento na Igreja de Angra dos Reis. Eu entrei na igreja cheia, porque minha família era muito querida na cidade, e tive a audácia de entrar com os punhos levantados, para que todos vissem a truculência daquele regime militar, que tinha já quatro anos de existência. O Golpe Militar aconteceu em 1964, e em 1967, eu estava sofrendo essa prisão. Eu tinha um sonho quando fui para o seminário. Até hoje, essa lacuna não está preenchida em minha vida. Eu queria ser bispo da Igreja Católica. Isso a ditadura me cortou. Aqui em Volta Redonda eu militei dentro do âmbito da Igreja, mas voltado para os jovens. Foram fundadas várias entidades de jovens católicos, chamadas CJs (Comunidades de Jovens Cristãos). A minha perseguição veio de muito tempo, desde que o seminário do Rio de Janeiro foi aberto, na onda do Conselho Vaticano Segundo, em que foi permitido aos seminaristas deixarem as paredes dos seminários e irem para a luta junto ao povo, junto às favelas. Eu tive a honra de, no último ano, no Rio, subir às favelas com Helder Câmara e ver a miséria em que estava o povo.

A minha consciência política vem daí. Depois que eu fui preso, depois de um mês na solitária, aqui em Barra Mansa, eu voltei para Angra dos Reis. Estive lá um tempo com minha família e depois tinha que procurar trabalho. Fui para o Rio de Janeiro e foi então que ingressei no Banco Nacional, com ajuda das irmãs da igreja. Ou seja, eu estava tentando ter uma profissão, depois de ser tolhido a seguir a carreira sacerdotal. Quando aconteceu meu julgamento, não me deram nenhum direito de dar baixa em minha carteira de trabalho, a qual guardo até hoje. Fui direto para a base aérea de Santa Cruz, com oito meses de condenação. Quase terminando esse período de oito meses, eles aumentaram para mais oito, alegando que eu havia participado da organização do congresso de estudantes de Ibiúna. Durante a minha prisão na base aérea de Santa Cruz, eu estive isolado durante três ou quatro meses, porque era o único preso político naquela base militar. Eu era o único lá, porque as prisões da ditadura estavam superlotadas, ou seja, Frei Caneca e Ilha Grande. Eu estava sozinho entre os militares. Três ou quatro meses depois, começaram a chegar presos políticos de vários estados do Brasil, inclusive camponeses analfabetos. Lembro-me do seu Anésio; quando eu saí da prisão, ele estava alfabetizado. Nós fazíamos rodízio dentro da cela para ensinar alguma coisa a ele. Nós conseguimos dar a ele algo que milhares de brasileiros não tinham, a chance de assinar o próprio nome. Eu deixei a prisão em 1970, então comecei a luta em busca de trabalho. No Rio de Janeiro, voltei ao Banco Nacional, que por ironia do destino é o mesmo

182

1973

JANEIRO

10 - Massacre da Chácara S. Bento: a equipe do delegado Fleury destrói a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) em Paulista, PE, graças ao agente infiltrado cabo Anselmo. Entre os seis mortos sob torturas está Soledad Viedma, paraguaia, 28 anos, grávida de 7 meses do delator.

26 - Anunciado cessar-fogo na Guerra do Vietnã.



prédio onde eu vivo hoje. O banco ficava no térreo e hoje eu moro no terceiro andar desse prédio. Lembro-me toda a vez que chego lá, que eu não fui aceito novamente para exercer minhas funções na instituição. Eu não queria voltar para o seminário, então continuei no Rio de Janeiro, procurando trabalho, comendo de um lado, comendo do outro. Recordo muito do apoio das irmãs do Dispensário Irmão Paulo, na rua Mendes Sá, que até hoje lá existe. Todos, inclusive, me visitavam na prisão, quando eu estava na base de Santa Cruz. Mas eu continuei procurando emprego, fui ao Jornal do Brasil e quando já estava com o emprego praticamente garantido, cheguei para fazer a entrevista e me disseram que não havia mais vagas. Posteriormente, soube por um amigo meu, que já trabalhava no periódico, que os sensores impediram minha contratação. A minha alternativa era ou a luta armada, que já me procurara, ou sair do Brasil, para conseguir algo fora. Comecei um período de experimentação na Aliança Nacional Libertadora, para fazer contatos políticos. Eu fui percebendo que os atos contra a ditadura, que eram praticados por células, no dia seguinte terminavam descobertos pelo governo. Chegou a vez do guerrilheiro que fazia contato comigo entrar em ação, e eu fiquei sabendo que ele morreu. Não foi em combate, a célula dele foi presa através de uma denúncia. Seu grupo havia praticado uma ação em uma agência do Banco do Brasil. Com isso, eu percebi que o caminho não era aquele, e que aquilo era um suicídio. Então, comecei a tentar bolsas de estudo fora do Brasil. A primeira que consegui foi para a

União Soviética, garantida com passagem de ida e volta e tudo pago pelos soviéticos. Lá eu pude estudar e concluir meu curso de história universal. Depois, fazendo um levantamento nos arquivos do Rio de Janeiro, eu descobri que fui perseguido durante todo esse período, inclusive no ano em que foi decretada a anistia. Voltei da União Soviética com meu diploma. Além da graduação de historiador, eu fiz curso paralelo de língua russa, literatura como intérprete e também de jornalismo. Portanto, aproveitei todo o tempo que estive lá e que me foi oferecido. Voltando ao Brasil com meu diploma para exercer minha profissão, esbarrei com mais de 15 anos de proibição pelo ministério da Educação. Havia uma portaria que decretava que diplomas adquiridos em países da Cortina de Ferro não seriam reconhecidos, ou só seriam reconhecidos caso fosse de interesse nacional. Depois essa portaria foi derrubada também por uma luta nossa de ex-alunos. Eu fui um dos fundadores da Associação de Diplomados na União Soviética e Países Socialistas. Quando finalmente foi derrubada a portaria, eu tive meu diploma reconhecido. Durante esses 15 anos eu fiquei sem poder fazer exames, como concursos públicos, e também deixei de dar ao povo brasileiro aquilo que a ditadura não permitiu que ele me desse, que era o estudo. Eu consegui dar aula, quando voltei, no Instituto Cultural Brasil União Soviética, eu era professor de língua Russa e também fazia parte da diretoria. Em 1987 eu ingressei na prefeitura e lá estou até hoje. Posteriormente prestei concurso para o Estado e hoje sou professor na rede estadual.”

Carlos Rosa de Azevedo - Anistiado político durante a 30ª Caravana da Anistia.

FEVEREIRO

4 - O sertanista Cláudio Villas-Boas contata a tribo dos Kreen-Akarore, na Serra do Cachimbo, PA.

MARÇO

17 - Morto após 24 horas de torturas no DOI-Codi São Paulo o estudante Alexandre Vannucchi Leme, 22 anos, estudante de Geologia da USP.

ABRIL

8 - Morre Pablo Picasso, 91 anos, figura maior da pintura do século XX.

MAIO

O CIE começa a Operação Sucuri, infiltrando oficiais e soldados no Araguaia.

27ª Sessão de Julgamento
26 novembro 2009

Parceiros

Fórum Mundial da Educação
Profissional e Tecnológica

Instituto Paulo Freire

Organização das Nações
Unidas para a Educação, a
Ciência e a Cultura (Unesco)

Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação

Associação Brasileira do
Ensino do Direito (Abedi)



31ª CARAVANA

Brasília/DF

POR UM BRASIL MAIS BONITO

“Paulo Freire não morreu, nem nunca morrerá!!”. O grito ecoou pelo Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, onde estava sendo realizada a 31ª Caravana da Anistia, e puxou aplausos emocionados da plateia, majoritariamente composta de professores e pedagogos. Na tribuna, estava Ana Maria Araújo Freire, autora do requerimento de anistia e esposa do educador Paulo Freire, morto em 1997, em São Paulo. Dali ela falava do marido e da sua luta, no Brasil e no desterro, pela construção de uma educação popular libertadora, cerne de toda a obra desse pensador engajado nas demandas do homem do seu tempo.

Depois de 45 anos do início de seu exílio forçado pela ditadura; 29 anos de seu retorno ao Brasil e 12 anos de sua morte, o Ministério da Justiça, por meio da Comissão de Anistia, composta por dezoito Conselheiros da sociedade civil, realizou, naquele dia 26 de novembro, o julgamento político do pensador Paulo Freire. “Estamos caracterizando o pedido de desculpas oficiais pelos erros cometidos pelo Estado contra Paulo Freire”, proferiu a sentença o presidente da Comissão Paulo Abrão.

“Esse pedido de perdão se estende a cada brasileiro que, ainda hoje, não sabe ler”, disse o relator do processo, Edson Pistori. Para ele, a perseguição a Paulo Freire pela ditadura se traduziu no impedimento da alfabetização de milhares de cidadãos e, principalmente, da conscientização de cada um deles sobre a sua própria condição social.

O recifense Paulo Freire ficou conhecido por seu empenho em ensinar aos mais pobres, tornando-se uma inspiração para as gerações de professores que o sucederam. Ele desenvolveu um método inovador de alfabetização, inspiração para diversos países.

No exílio, foi professor na Universidade de Harvard e, por meio da colaboração a diversos organismos internacionais, prestou consultoria a diversos países, principalmente africanos.

Em 1980, Freire retornou ao Brasil. Entretanto, seu status de condenado por crime contra a segurança nacional permaneceu por longos 29 anos, até o pedido formal de desculpas, nesse 26 de novembro de 2009.

Na percepção da viúva de Paulo Freire, Ana Maria, a Ditadura o atingiu “violentamente e com malvadeza”, destruindo sua natureza, seu corpo e sua cidadania. “Resolvi fazer o requerimento para resgatar a cidadania de meu marido e atestar que ele é um verdadeiro brasileiro. Assim como muitos, ele lutou por um Brasil mais bonito e mais justo”.

A 31ª Caravana foi realizada dentro da programação do Fórum Mundial de Educação Tecnológica que teve, no segmento cultural do evento, a exibição do Programa de TV Ponto a Ponto, pela TVBB, sobre o legado de Paulo Freire para o campo das mobilizações sociais e das políticas públicas.

O programa realizado em parceria pela Rede de Educação Cidadã/Talher Nacional, Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Instituto Paulo Freire e Banco do Brasil teve o propósito de ampliar a discussão do significado da anistia a Paulo Freire para todo o Brasil e de aprofundar a contribuição do seu pensamento para as lutas sociais e para a construção das políticas públicas em educação.

É proibido aprender a pensar

Um dos mais reconhecidos educadores do mundo, o pernambucano Paulo Freire, foi impedido, pelos zelosos guardiões da ditadura militar, de usar uma arma mortífera: a alfabetização de milhares de cidadãos. Por decisão dos militares, o professor, que recebeu títulos de doutor honoris causa em 27 universidades, não pôde ajudar o povo de seu País a ler a vida e a compreender sua própria condição na sociedade. Com o AI - 1, editado nove dias depois do golpe, Freire viu-se obrigado a abandonar as funções de diretor do Serviço de Extensão Cultural na então Universidade de Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco. Foi aposentado compulsoriamente pelo regime.

O trabalho de alfabetização de jovens e adultos que Paulo Freire desenvolvia junto ao Ministério da Educação do Governo João Goulart também foi interrompido. Foi declarado subversivo, passou 72 dias na prisão e, em seguida, exilado. Foi para a Bolívia e depois para o Chile, de onde também foi exilado depois do golpe contra o presidente Salvador Allende, em 1973. Viveu nos EUA e na Europa. Freire só voltou ao Brasil em 1980, depois de 16 anos banido do País que ajudou a pensar. Morreu no dia 02/05/ 1997,

em São Paulo.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19/09/1921, em Recife (PE), filho de Joaquim Temístocles Freire e de Edeltrudes Neves Freire. Ingressou aos 22 anos na Faculdade de Direito de Recife. Durante o curso, começou a dar aula no Colégio Oswaldo Cruz, no qual havia estudado na adolescência. Entre 1947 e 1954, trabalhou no Sesi como diretor do setor de educação e cultura. Superintendente da instituição de 1954 a 1957, foi no Sesi que ele tomou contato com a educação de adultos.

Em 1959, doutorou-se em filosofia e história da educação. No início da década de 1960, foi um dos fundadores do MCP de Recife, onde a comunidade era incentivada a discutir seus problemas. É dali que tira as bases para o inovador método de alfabetização - conhecido como Método Paulo Freire. Em 1963, em Natal (RN), realiza a revolucionária prática de alfabetizar 300 trabalhadores rurais em apenas 45 dias. A educação ganha sentido com a leitura do mundo, o que significa o desenvolvimento da consciência crítica. A formação dessa consciência leva as pessoas a questionarem a natureza da sua situação social e, como consequência, elas

186

1973 **JUNHO**

19 - O Grupo jornalístico O Estado de S. Paulo reage à censura prévia publicando versos de Os Lusíadas no lugar das matérias censuradas.

22 - Proibidos 10 filmes, como o premiado Toda nudez será castigada (depois liberado, com cortes).

JULHO

22 - Passeata de mulheres em Perus, SP, contra a poluição que vem da fábrica de cimento Portland.

“*As Caravanas da Anistia são um marco na atuação do Poder Executivo em relação às violações de direitos humanos durante a ditadura. Por meio delas a Comissão da Anistia deu uma nova dimensão ao projeto de reparação de direitos das vítimas. A oportunidade de serem publicamente ouvidas e moralmente reparadas atua de modo determinante na reconciliação dessas vítimas e suas famílias com o Estado. O sucesso das Caravanas confirma que as medidas de justiça transicional precisam ser criativas e efetivas e que o administrador público brasileiro é capaz de bem surpreender.*”

Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República em São Paulo.

passam a se ver como sujeitos na construção de uma sociedade democrática. Aprender a pensar é uma ameaça à força bruta.

Exilado no Chile, escreveu sua principal obra, *Pedagogia do oprimido*, publicada em espanhol e em inglês em 1970, mas em português apenas em 1974. A obra tornou-se um clássico da pedagogia mundial e expressa suas vivências com a educação popular, de conscientização e justiça social.

Em 1969, fixou-se nos EUA, onde lecionou na Universidade de Harvard. Em 1970, passou a residir em Genebra, na Suíça, como consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas. Nos dez anos seguintes, foi também consultor educacional em diversos países, principalmente africanos. Anistiado, voltou a lecionar em universidades paulistas, foi secretário de Educação do Município de São Paulo e, em 1991, assumiu as funções de diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, do qual havia sido demitido após o golpe de 1964. Ainda em 1991, foi criado em São Paulo o Instituto Paulo Freire.

“*Fiquei muito impactada na solenidade do ato, pela possibilidade de homenagem aos familiares e amigos, mas sobretudo pelo pedido de perdão por parte do Estado. Tenho participado de alguns atos em que em nome do Estado se pede perdão às vítimas e seus familiares, mas nenhum teve o caráter tão humano como os que vimos na Caravana da Anistia no Brasil.*”

Rosario Narváez, Associação Caminhos da Memória de Lima (Peru).

187

SETEMBRO

11 - Golpe militar no Chile. O general Pinochet derruba o governo socialista do presidente Salvador Allende, que morre no decorrer da resistência. Vários brasileiros exilados no Chile serão presos, cinco assassinados. A Embaixada do Brasil nega auxílio aos exilados em Santiago.

23 - A Argentina elege Perón para a presidência da República.

OUTUBRO

6 - Egito e Síria atacam Israel. Começa a Guerra do Yom Kipur que termina com a vitória de Israel.

10 - O líder estudantil brasileiro Honestino Guimarães, 26 anos, presidente da UNE, jurado de morte pelos órgãos repressivos, é preso no Rio e desaparece.

DEPOIMENTO NITA FREIRE

SOBRE PAULO FREIRE

188 “Uma vez caminhávamos eu e Paulo (Freire), e ele me disse ‘Nita’, que era o nome que ele me chamava ‘ainda bem que eu não morri na Suíça’. ‘O que você quer dizer com isso’, eu perguntei. Ele respondeu que ‘as águas do nosso rio Capibaribe estão tão carregadas de lixo, que teria sido terrível ser jogado nele’. Contou-me então que no exílio, temendo morrer, antes de voltar para casa, para o seu contexto de origem, pedira a Elza, sua primeira mulher, para que não o enterrasse na Suíça. Queria que suas cinzas fossem jogadas no rio Capibaribe, bem no centro do Recife, ali onde estávamos. Contou-me também outro feito, que tendo recebido de um amigo brasileiro uma revista ilustrada com fotos dos estados brasileiros, começou a ver página por página. Passou por Alagoas, Paraná, Paraíba e seu coração foi batendo mais forte. Suando muito, de pelos ouriçados, abriu a página de Pernambuco. Contendo-se, decidiu que o seu estado teria que ser vivido, saboreado, por último. Tomou fôlego e seguiu para o

Piauí. Depois, um por um por um, por todos os estados brasileiros até Sergipe. Retornou ao seu destino maior: Pernambuco, Recife. Tremendo de emoção, já no raiar do novo dia, escreveu uma poesia de saudades, de sofrimento e de radicalidade amorosa para com a terra que o viu nascer, a cidade que traduzia a essência de seu ser brasileiro. Vou ler algumas passagens da poesia: ‘Recife sempre, cidade bonita, cidade discreta. Difícil cidade, cidade mulher. Nunca te dás de uma vez, só aos pouquinhos te entregas. Hoje um olhar, amanhã um sorriso. Cidade manhosa, cidade mulher. Podia chamar-te Maria, Maria da Graça, Maria da Penha, Maria Betânia, Maria das Dores. Seria sempre Recife, com todas as ruas de nomes tão doces. Rua da União, rua das Crioulas, rua da Aurora, rua da Amizade, rua dos Sete Pecados. Podia chamar-te Maria, Maria da Esperança, Maria do Socorro, Maria da Conceição, Maria da Soledade. Recife onde tive fome, onde tive dor, sem saber por quê. Ainda onde hoje, ainda, milhares de Paulos sem saber

1973

16 – Primeiro choque do petróleo: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Abu Dhabi, Kuwait e Qatar, países membros da OPEP, aumentam em 17% o preço do barril de petróleo e anunciam cortes de produção. Os aumentos se sucederiam até março do ano seguinte.

DEZEMBRO

25 - Ataque decisivo do Exército à Guerrilha do Araguaia, durante a 3ª campanha. Morrem Maurício Grabois e um número de guerrilheiros que o Exército nunca revelou.

O ano termina com um crescimento do PIB de 14%, um percentual até hoje inédito.



“

A Comissão da Anistia tem um grande mérito, entre várias iniciativas assumidas por ela, que foi a implementação das Caravanas que deram agilidade à análise dos inúmeros processos acumulados em Brasília. Porém, o mais significativo foi ter tornado público seu trabalho e os depoimentos de vítimas da ditadura militar. As Caravanas deram visibilidade aos vários segmentos atingidos pela repressão sistemática daquela época. Eu vivi uma experiência marcante, dado que fui presa com outros jovens ligados à Igreja Metodista e a Caravana que analisou meu caso reuniu-se na sede da CNBB, salão Dom Helder Câmara. Num ato inicial, a Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço e a Igreja Metodista ofereceram materiais para arquivo da memória da participação de pessoas e entidades religiosas na defesa dos direitos humanos. Foi uma oportunidade para pronunciamentos, reconhecimento de omissão por parte de alguns representantes de igrejas e até pedido de perdão.”

Eliana Bellini Rolemberg, Diretora-Executiva da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço).

por que tem a mesma fome, a mesma dor. Raiva de ti não posso ter. Recife, raiva de ti não posso ter. Recife, cidade minha. Já homem feito, teus cárceres experimentei. Neles fui objeto, fui coisa, fui estranheza. Não entendem se não te entendem. Minha gulodice de amor, minhas esperanças de lutar. Minha confiança nos homens, tudo isso se forjou em ti. Minha infância triste, na adolescência amarga. O que penso, o que digo, o que escrevo, o que faço. Tudo está marcado por ti. Sou ainda o menino que teve fome, que teve dor sem saber por quê. Só uma diferença existe entre o menino de ontem e o menino de hoje, que ainda sou. Sei agora por que tive fome, sei agora por que tive dor. Recife, cidade minha. Se alguém me ama, que a ti te ame. Se alguém me quer, que a ti te queira. Se alguém me busca em ti, me encontre. Na morosidade de quem lutou e de quem luta, de quem se expôs e de quem se expõe. De quem morreu e de quem pode morrer. Buscando apenas cada vez mais que menos meninos tenham

fome e tenham dor sem saber por quê. Por isso disse não me entendem, se não te entendem. O que penso, o que digo, o que escrevo, o que faço, tudo está marcado por ti. Recife, cidade minha, te quero muito. Te quero muito”. Santiago do Chile, fevereiro de 1969. Quando Paulo voltou do exílio, sua vontade de para lá voltar e lá se fixar não foi possível. As condições políticas em 1980 ainda não permitiam que ele vivesse esse desejo, essa necessidade existencial. Fixou-se em São Paulo, e não na sua amada Recife. Fixou-se para todo o sempre em seu muito amado Brasil. Hoje, Paulo, você pode descansar em paz. Sua cidadania plena, sem vazios e sem lacunas, foi restaurada como você queria e proclamada como você merece. Estou contente por ter viabilizado um desejo verdadeiro seu, porque ser um exilado não reconhecido e não anistiado por seu próprio país é ter sua condição antológica de cidadão ferida, ultrajada, desprezada, usurpada. Tome, Paulo, o seu diploma. Ele é seu.”

Paulo Freire - Anistiado político durante a 31ª Caravana da Anistia.

189

1974

JANEIRO

15 - A anticandidatura da oposição, Ulisses-Barbosa Lima Sobrinho conta 76 votos no Colégio Eleitoral. O general Geisel é “eleito” com 400 votos.

MARÇO

15 - O general Figueiredo assume a chefia do Serviço nacional de Informação - SNI.

27ª à 30ª Sessão de
Julgamento
4 dezembro 2009

Parceiros

Universidade Federal de
Pelotas

Universidade Católica de
Pelotas

Comissão de Direitos
Humanos - Câmara de
Veredores de Pelotas

União Nacional dos Estudantes

Diretório Central dos
Estudantes da UCPel



32ª CARAVANA Pelotas/RS

NÃO É SÓ O CORPO QUE É MUTILADO

“Todos nós sofremos com a tortura. A minha mãe teve três filhos presos. Imagine a vergonha dela. Morava em uma vila em que haviam 500, 600 pessoas e estas apontavam para ela e diziam: ‘ah, aquela é a mãe dos terroristas, dos bandidos que querem incendiar Porto Alegre, matar pessoas’.” Morgado Inácio Assumpção, preso em 1964, acusado de ser integrante do Grupo de Onze, e, torturado em 1970, no DOPS, contou que a tortura não se restringe apenas ao sofrimento físico de quem a recebe, mas que se torna um estigma moral que tem uma duração muito maior e faz sofrer. E naquele 4 de dezembro de 2009, nessa 32ª Caravana da Anistia, quase 40 anos depois da provação pela qual passou, ele ainda chorava com a lembrança do que viveu.

Junto com Morgado, outros 150 perseguidos políticos da Ditadura Militar tiveram seus pedidos de anistia e reparação examinados na sessão que se realizou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas. Entre eles havia pessoas que se destacam por sua atuação e produção intelectual, como o professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, João Carlos Brum Torres, que foi afastado de suas atividades profissionais em 24 de setembro de 1969 em decorrência de Ato Institucional e se exilou em Paris, de onde só retornou em 1974, ao Brasil. Mário José Mestri Filho, preso em 16 de junho de 1969. Refugiou-se no Chile, México e Bélgica. É um historiador renomado com dezenas de livros publicados. Voltou ao Brasil em 1977.

Presente na solenidade, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, afirmou que os julgamentos feitos pelas Caravanas da Anistia têm o mérito tanto de preservar a memória de momentos particulares vividos por indivíduos, que se tornaram parte da história do País, como também esses julgamentos estão fazendo história no País. Para o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, a 32ª Caravana da Anistia pretendeu resgatar parte da memória política do Rio Grande do Sul com o relato das perseguições sofridas por inúmeros gaúchos.

Como acontece nas demais edições das Caravanas, foram deferidos pedidos de ressarcimento econômico para várias vítimas da repressão, que perderam seus empregos, foram impedidos de exercer cargos públicos aos quais tinham direito ou interromperam as suas vidas e de suas famílias ao serem obrigados a deixar o País e partir para o exílio. Esse ressarcimento é justo e bem-vindo, mas ao ouvir os depoimentos dos que têm seus processos analisados, é bem claro de que a declaração de anistiados políticos que recebem e o pedido formal de perdão do Estado por todo o calvário pelo qual passaram tem um peso que só quem sofreu essa atroz condenação é capaz de avaliar.

Que o diga Morgado Assumpção. Ao final da cerimônia em que lhe foi feito o pedido de desculpas por Paulo Abrão, ele dizia: “Eu aceito esse pedido de desculpas, e ele me reconforta.”

A multinacional da morte

Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, o sanguinário general Pinochet que durante 17 anos governou o Chile como ditador, além de perigosíssimo, era um audacioso assassino. Não satisfeito em ter promovido a tortura, o desaparecimento e a morte de pelo menos 3.000 pessoas, Pinochet foi um dos idealizadores da Operação Condor, um esquadrão da morte que caçava opositores reais e imaginários em qualquer parte do mundo em que eles estivessem.

Em setembro de 1974, agentes chilenos explodiram, em Buenos Aires, o carro em que estavam o general Carlos Prats, comandante do Exército do governo do presidente Allende, deposto por Pinochet, e sua mulher Sofia Cuthbert. Os dois foram mortos. Em 1975, o ex-deputado e líder do partido Democrata Cristão, Bernardo Leighton, foi atacado a tiros em Roma, o que o deixou paraplégico. Em setembro de 1976, em Washington (EUA), outra bomba mataria Orlando Letelier, antigo chanceler do governo Allende.

Esses assassinatos iriam ser perpetrados por uma intrincada rede de pistoleiros americanos, cubanos, espanhóis e italianos. Mas o negócio de matar idealizado por Pinochet floresceria com mais vigor aqui mesmo, na América do Sul. Em novembro de 1975, articulava-se a Operação Condor que pretendia juntar as forças da repressão política do Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil, todos então governados por ditaduras militares. A ideia seria desenvolver de maneira coordenada a troca de informações, experiências e missões operacionais entre os países para neutralizar, capturar e eliminar seus opositores. As operações clandestinas da Operação Condor não permitem um cálculo claro de quantas vítimas fatais ela produziu. Acredita-se que esse número pode chegar a dezenas de milhares de mortos.

O Brasil participou dessa *joint-venture*

da repressão. Agentes do Serviço Nacional de Informações viajaram até o Paraguai e Chile para interrogar presos. Em Manaus, havia um centro de treinamento antiguerrilha para o qual eram enviados agentes estrangeiros. O governo brasileiro oferecia equipamentos de telecomunicação para a Operação Condor, mas não há indicações seguras de que tenha participado diretamente dos assassinatos.

A participação de policiais brasileiros ligados à repressão política aconteceu comprovadamente em pelo menos um episódio, o sequestro, em 1978, dos uruguaios Universindo Rodríguez Díaz e Lilian Celiberti e seus dois filhos, Camilo, de 8 anos, e Francesca, 3. Um telefonema anônimo alertou o repórter da Veja, Luiz Cláudio Cunha que o casal e seus filhos estavam sendo sequestrados em um apartamento, em Porto Alegre.

Na companhia do fotógrafo João Baptista Scalco, o jornalista foi até o apartamento. Confundidos pelos sequestradores como companheiros dos uruguaios, os dois entraram no apartamento, onde encontraram Lilian acompanhada de policiais armados, pois Universindo e as crianças já haviam sido levados para o Uruguai. Quebrado o sigilo da operação, Lilian foi levada para Montevideo e o mundo ficou sabendo da existência da Operação Condor.

Os filhos de Universindo e Lilian foram entregues aos avós. O casal foi solto após cinco anos de prisão e tortura. Dois policiais brasileiros, João Augusto da Rosa e Orandir Portassi Lucas (o Didi Pedalada, jogador do Internacional de Porto Alegre), foram reconhecidos pelos jornalistas e pelo casal uruguaio. Dois capitães e dois maiores uruguaios participaram do sequestro. Um deles, o capitão Glauco Yanonne, chegou a torturar Universindo pessoalmente, no DOPS de Porto Alegre.

192

1974 **ABRIL**

25 – A Revolução dos Cravos põe fim a uma sucessão de regimes ditatoriais que dominou Portugal por 48 anos.

AGOSTO

Em discurso, Geisel anuncia a “lenta, gradativa e segura distensão.”

Do início de agosto ao final de outubro, a meningite mata 731 pessoas em São Paulo. A censura proíbe que o surto seja divulgado.

8 - Richard Nixon, presidente dos EUA, renuncia para fugir do impeachment devido ao Escândalo Watergate.



DEPOIMENTO

LUIZ ARTHUR CORREIA DORNELLES

“Serei breve. Quando eu fui recolhido e comunicado naquela noite, fardado, dirigido ao DOPS em Santa Maria – uma grande guarnição militar – senti-me deveras e fortemente abalado. Logo após, fui conduzido em um avião militar para Porto Alegre, para ficar preso lá. Embora tivesse sido punido com trinta dias de prisão em termos políticos e muito fortes, inclusive degradantes, e condenado a pagar 195.400 cruzeiros, foram quarenta e nove dias que eu fiquei preso. Então o meu estado, o Rio Grande do Sul, me deve 19 dias. Fui denunciado, fui agregado ao quadro ordinário – um oficial agregado ao quadro ordinário para de envergar o uniforme. Sou filho de brigadeano, nascido no quartel da Brigada na cidade de Estrela e vivi toda uma vida, desde criança, dentro dos quartéis. Me foram cassadas as medalhas de bronze de dez anos de serviço e prata de 20 anos de serviço. Elas foram devolvidas. Então não é por valores que eu estou aqui, e sim por honra. Por honra, por ter ido para lá com 16 anos – estou quase chegando aos 70 anos. Hoje está fazendo 45 anos que esses fatos aconteceram. Então essas medalhas para mim são importantes, como para qualquer soldado. Porque eu sou da Brigada, aquela Brigada que era guerreira. O que mais me deixou desmoralizado é que o coronel José Carlos Menna Barreto Lampert, que se formou na turma de oficiais do meu pai, determinou um mandado de busca e apreensão em minha residência, eu recém casado. A ação foi executada por dois capitães e dois tenentes. A missão foi cumprida de forma que aquele pequeno apartamento em Santa Maria foi desmontado, destruído mesmo, no mais íntimo, até nas roupas de minha jovem esposa. E eu assistindo e nada foi encontrado, absolutamente nada. Tentei duas vezes processo de anistia junto aos comandantes gerais da Brigada, ambos foram indeferidos. Por isso estou aqui e me parece que a justiça está por ser feita.”

193

Arthur Correia Dornelles - Anistiado político durante a 32ª Caravana da Anistia.

SETEMBRO

6 - Primeiro Congresso dos Metalúrgicos de S. Bernardo, SP.

14 - Começa a rodar a primeira linha do 1º metrô do Brasil, em São Paulo.

OUTUBRO

O Exército mata o último guerrilheiro do Araguaia. Walquíria Afonso Costa, 27 anos, ex-aluna da Faculdade de Artes e Educação da UFMG.

20 - Policiais de S. Paulo largam 91 meninos infratores, nus, numa estrada de MG.

1ª à 4ª Sessão de Julgamento
4 fevereiro 2010

Parceiros

Força Sindical

Sindicato dos Metalúrgicos de
São Paulo e Mogi das Cruzes

Fórum dos Ex-presos Políticos
de São Paulo



33ª CARAVANA

São Paulo/SP

MULHERES PERSEGUIDAS

Izaura Silva Coqueiro era casada com Aderval Alves Coqueiro, militante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e do Movimento Revolucionário Tiradentes. Aderval foi preso em 29 de maio de 1969 e torturado pelo delegado Sérgio Fleury. Banido para a Argélia em junho de 1970, por ocasião do sequestro do embaixador da Alemanha no Brasil, Von Holleben, Aderval voltou clandestinamente ao Brasil. No dia 6 de fevereiro de 1971, foi morto a tiros em um apartamento no Rio de Janeiro, onde estava foragido. “Tive que morar de favor na casa do meu sogro, com meus dois filhos pequenos, e dependia da ajuda de amigos, pois não consegui trabalhar”, conta Izaura. “Eu era perseguida política, mas, agora, eu sou anistiada!”

Izaura foi uma das 88 pessoas que tiveram o seu pedido de anistia julgado na 33ª Caravana da Anistia realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 4 de fevereiro de 2010. Como ela, outras mulheres que perderam familiares mortos pela Ditadura Militar reivindicavam o direito de serem anistiadas pela perseguição da qual foram vítimas, como Pedrina José de Carvalho, casada com Devanir José de Carvalho.

Também do Movimento Revolucionário Tiradentes, como Aderval Coqueiro, Devanir foi torturado e morto pelo Delegado Fleury, em 7 de abril de 1971, depois de ser espancado por dois dias. Testemunhas disseram que Devanir recusou-se a dizer qualquer coisa ao seu torturador, além do próprio nome e da organização. “Além do trauma de perder o meu marido, tive de enfrentar a perseguição política. Não tinha dinheiro para comprar roupas e calçados para os meus filhos de 3 e 7 anos e a alimentação também não era das melhores”, relembra Pedrina, que também foi anistiada.

“A tortura é um crime imperdoável”, afirmou o Ministro da Justiça, Tarso Genro. “A violência massiva veio dos dominadores do regime. Homens e mulheres foram perseguidos num passado recente que não pode se repetir jamais.” Tarso Genro, presidia uma sessão da Caravana da Anistia pela última vez, pois deixava o Ministério para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul, para o qual seria eleito em outubro de 2010.

Tendo a atriz e cantora Zezé Mota como mestre de cerimônia, esse evento marcou os dois anos de atuação das Caravanas. O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, apresentou o pedido formal de desculpas para os anistiados, em nome do Governo brasileiro. “A anistia não é uma benesse, é um direito”, disse. “Não é esquecimento, é um ato de reconhecimento público do governo ao direito de liberdade do povo brasileiro.”

Paulo Abrão lembrou ainda que um grande número de metalúrgicos sofreram durante a Ditadura e dedicou a 33ª Caravana aos sindicalistas, operários e à classe trabalhadora brasileira que, segundo disse, têm construído a democracia no País. “Nossa homenagem aos operários do Brasil, que resistiram bravamente e sofreram por seus atos de coragem na época em que vigorava a lei antigreve. Essas pessoas arriscaram suas vidas, seus empregos e pagaram por isso.”

A polícia política mata, rouba e contrabandeia

Uma caveira de olhos vermelhos, entre dois ossos cruzados sobre as letras E. M. Esse era o símbolo do Esquadrão da Morte, força de extermínio que uniu policiais civis, policiais militares e as forças armadas a partir do final dos anos 70. Espalhando o terror pelas periferias das grandes cidades, o agrupamento superou o poder do Estado em sessões de tortura, execuções sumárias, desaparecimentos e queima de provas.

O Esquadrão da Morte se organizou em São Paulo no final dos anos 60, com o apoio do então secretário de Segurança Pública de São Paulo, Hely Lopes Meirelles. A ideia surgiu quando um grupo de policiais civis esteve no Rio para conhecer a experiência da Scuderie Detetive Le Cocq. Tratava-se de um grupo armado fundado em 1964, em homenagem ao detetive assassinado Milton Le Cocq D'Oliveira. A organização chegou a mais de 3.800 membros, com filiais em todo o Brasil e América Latina. Seu lema: "Bandido bom é bandido morto".

Sob a justificativa de protestar contra a morte de policiais, o Esquadrão da Morte de São Paulo passou a espalhar o terror pela cidade. A corrupção e o envolvimento com o tráfico de drogas e o roubo motivavam os crimes. A maior parte das vítimas das execuções sumárias era formada por homens pobres e negros. A lista incluía pessoas sem qualquer antecedente criminal: trabalhadores, estudantes e até comerciantes sem qualquer envolvimento político.

A figura mais emblemática do Esquadrão da Morte foi o delegado Sérgio Paranhos Fleury, o todo-poderoso chefe do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) e

responsável por incontáveis sessões de tortura e assassinatos de presos políticos. Certo da impunidade, Fleury comandava os agrupamentos e cobrava por seus serviços. Foi acusado por crimes e preso várias vezes, mas não chegou a cumprir pena, sendo sempre absolvido ou tendo suas prisões revogadas. Para isso contava com o suporte de uma lei que levava seu nome: a Lei nº 5.941, mais conhecida como Lei Fleury, criada em 1973 e que possibilitava que as pessoas com residência fixa e bons antecedentes continuassem em liberdade mesmo respondendo a inquérito policial.

O envolvimento de personagens ligados à repressão política com o crime comum foi maior do que se imagina. Entre oficiais e praças do Exército essa prática já se iniciara nos anos 70 com contrabando, tráfico de drogas e venda de proteção. Era corriqueira a prática por policiais e agentes do Exército de saquear os pertences dos presos políticos por ocasião da invasão de suas casas.

Em seu livro, *A Ditadura Escancarada*, o jornalista Elio Gaspari relata o envolvimento de vários militares torturadores com contrabandistas e criminosos comuns no Rio de Janeiro, notadamente o capitão Ailton Guimarães Jorge, que servia no DOI carioca. Na madrugada de 22 de novembro de 1973, registra Gaspari, dois caminhões transportando uísque e cigarros foram parados por policiais militares que exigiam dinheiro para liberar a carga. Capitão Guimarães, que escoltava a muamba, chamou por telefone uma patrulha da Polícia do Exército. Com submetralhadoras em punho, a PE desarmou os policiais e a carga ilegal seguiu até seu destino protegida pelo Exército.

196

1974

NOVEMBRO

1 - Nasce em Salvador o 1º bloco afro, Ilê Aiyê.

DEZEMBRO

29 - Os Waimiri-Atroari de RR-AM matam quatro funcionários da Funai.

O PIB cresce 10,2%.



DEPOIMENTO

ARTUR GONÇALVES FILHO

“Minha perseguição política foi de 1973 a 1984. Quando Tancredo ganhou a eleição, somente aí, parou. Eu fiquei um longo período monitorado, durante 11 anos. Tanto que no meu segundo emprego eu não tirei férias, com medo de que eles ligassem para a firma e a firma descobrisse o meu passado político e me mandasse embora. O capitão Albernais, do DOI-CODI, ligou várias vezes para a firma onde eu trabalhava. Em umas das empresas em que trabalhei, eu levava mercadorias da empresa para esse pessoal, sem débito para eles. Eu aceitei esse tipo de coisa durante 11 anos. As ligações só cessaram com a eleição do Tancredo, no fim de 1984. Então eu me senti mais leve, e no segundo semestre de 1984, pela primeira vez, eu tirei férias e fui visitar parentes no Estado do Tocantins, que naquele tempo ainda era Goiás. Eu disse para mim mesmo: ‘Se eu voltar e estiver tudo igual...’, e de fato, como os tempos eram outros, nunca mais eles me importunaram. A perseguição se dava da seguinte forma: a gente tinha que assinar o livro de presença no DOPS, durante todo o transcorrer do processo. Como eles sabiam que nós estávamos nos virando para trabalhar aqui e ali, várias vezes a gente chegava no DOPS para assinar, e o fulano que cuidava do livro dizia: ‘O doutor Sérgio quer conversar com o senhor’. Então, naquela hora, a gente esfriava, porque eu não sabia se o doutor Sérgio ia conversar comigo ou ia me pegar de novo. Eu tive vários companheiros da mesma célula, - eu não estou negando minha atividade política, eu era do Partido Comunista Brasileiro com muito orgulho -, que depois de soltos ainda foram levados para o DOI-CODI umas três vezes. Os militares mostravam fotografias, perguntavam se conhecíamos

fulano. Isso continuou durante todo o regime. Eu não tive como sair de São Paulo, depois um advogado me falou que se eu tivesse saído não teria passado por tudo que passei. Eu imaginava que só prestaria um depoimento e pronto. Mas não, a gente respondeu a um processo com 26 pessoas, não necessariamente ligadas umas com as outras. Eu não desejo para o pior inimigo o tipo de perseguição que sofri, que me deixou com uma série de problemas, que me fizeram passar por um tratamento psiquiátrico. São coisas que eu não consegui documentar - como documentar uma coisa dessas? Por uma questão de segurança, nós ficamos meio isolados porque não queríamos levar para o DOI-CODI nenhum amigo, nenhum conhecido, nenhum parente, que não tivesse nada a ver com a luta política. Eu sofri durante 11 anos com esse pessoal, fui monitorado, chantageado por essa turma do DOI-CODI, principalmente, e também do DOPS, sem poder recorrer a ninguém. Até porque ninguém poderia ajudar em uma situação dessas. Outras pessoas devem ter passado por essa situação também. O meu colega Francisco Rubens de Figueiredo Pinto chegou a ir ao DOI-CODI várias vezes, e não adiantava reclamar. Você dizia: ‘Eu já estou respondendo a um processo’; eles respondiam: ‘Não, nós temos que verificar informações’; e era assim mesmo. Toda segunda-feira íamos ao DOPS assinar o livro - eu tinha a vantagem que na firma ninguém sabia que eu ia assinar o livro de presença, mas eu nunca tinha certeza de que ia sair. Várias vezes eles me seguraram lá. Com toda a sinceridade, isso eu não desejo para o pior inimigo. Eu tive crise de pânico, uma porção de coisas. Tomei choque elétrico, como quase todos que passaram pelo DOI-CODI.”

Arthur Gonçalves Filho - Anistiado político durante a 33ª Caravana da Anistia.

197

1975

JANEIRO

Termina a censura sobre o jornal O Estado de S.Paulo.

17 - A França promulga a descriminalização do aborto.

FEVEREIRO

Greve de fome de presos políticos em São Paulo

5ª Sessão de Julgamento
25 de Março de 2010

Parceiros
Câmara Municipal de
São Paulo
Fundação Maurício Grabois



34ª CARAVANA

São Paulo/SP

UM PARTIDO DE BRAVOS

Reorganizado sob o nome de Partido Comunista do Brasil, após uma divergência com o Partido Comunista Brasileiro, cuja origem, em 25 de março de 1922, é comum a ambas organizações, o PCdoB foi a agremiação de esquerda que provavelmente mais sofreu perseguições e baixas no período da Ditadura Militar. Somente na Guerrilha do Araguaia, teve 60 dos seus quadros mortos. Nas cidades, o saldo também foi trágico. Mais da metade dos desaparecidos políticos do Brasil eram ligados ao partido.

A 34ª Caravana da Anistia, realizada na Câmara Municipal de São Paulo, julgou os pedidos de anistia de militantes da Guerrilha do Araguaia, vítimas da Chacina da Lapa, que pertenciam aos quadros do PCdoB e de integrantes do Partido Comunista Brasileiro e da Frente Aliança Libertadora Nacional. Três dos pedidos de anistia eram de militantes do PCdoB mortos durante o regime militar. Ângelo Arroyo, morto em 16 de dezembro de 1976, quando agentes do Exército invadiram a casa na Rua Pio XI, no bairro paulistano da Lapa, na qual estavam reunidos dirigentes do partido. Dinaelza Coqueiro foi capturada viva pelo Exército, em abril de 1974, durante a Guerrilha do Araguaia. Morta, seu corpo nunca foi localizado. Maurício Grabois foi morto também no Araguaia em dezembro de 1973, a Ditadura jamais reconheceu que o tenha matado. Seu corpo nunca foi encontrado.

“Os melhores filhos deste País morreram pela consolidação da democracia. Eu perdi meu pai, meu irmão e meu primeiro companheiro. Por isso, o governo precisa abrir os arquivos da Ditadura, desta barbárie que atingiu a nossa sociedade. Queremos enterrar nossos mortos”, disse Victoria Grabois, filha de Maurício. Victória perdeu, também durante o ataque militar à Guerrilha do Araguaia, o irmão André, morto em outubro de 1973; e o seu marido, Gilberto Olímpio Maria, assassinado junto com o pai dela, Maurício.

Dolores Arroyo, viúva de Ângelo, e Victoria receberam as portarias de anistiados políticos dos dois dirigentes comunistas mortos. A anistia foi dada, em caráter post mortem, a Dinaelza Santana Coqueiro; a reparação econômica concedida será transferida para sua mãe, Junília Soares Santana, de 90 anos. O ex-militante da ALN, Vanderley Caixe, advogado que foi preso durante cinco anos por sua militância, também recebeu sua anistia política, bem como Camila Arroyo, Dolores Cardona Arroyo e Lenine Arroyo, filhos de Ângelo Arroyo. Crianças ainda, tiveram de viver na clandestinidade juntamente com a sua mãe para fugir da perseguição da polícia. Presidindo a Comissão na ausência de seu titular Paulo Abrão, Sueli Bellato pediu desculpas, em nome do Estado brasileiro, a todos os anistiados.

“Se hoje somos uma nação respeitada internacionalmente, os alicerces se devem aos combatentes desta luta democrática”, disse o Ministro dos Esportes, Orlando Silva, presente nessa Caravana, em 7 de abril de 2010. “Aqui fizemos, hoje, o resgate de uma dívida em prol da cidadania, de uma história que deixou marcas e que não devem ser apagadas.”

Engolidos pela floresta

Em uma guerra, como a do Araguaia, na qual os dois lados se esforçavam para manter seus movimentos, identidades e intenções em segredo, não é de se admirar que haja uma grande dificuldade em conhecer os nomes de todos os guerrilheiros que foram mortos, na maior parte das vezes quando já estavam dominados e desarmados, pelas forças do Exército que foram enviadas para combatê-los.

Além do pesado sigilo e da censura que a Ditadura Militar impôs sobre o assunto, a Guerrilha do Araguaia se deu em uma extensa área de selva amazônica fechada e esparsamente ocupada por camponeses – 6,5 mil km², um pouco menor que a Região Metropolitana de São Paulo. Em uma época em que não havia internet, nem celulares e a cobertura telefônica do País era praticamente inexistente fora das maiores cidades, fazer desaparecer corpos em um lugar com essas características, como fez o Exército, não era tarefa difícil.

Um grande número de combatentes mortos foi enterrado em sepulturas sem identificação. Quando já não havia mais guerrilheiros na região, membros do Centro de Informações do Exército exumaram os corpos que encontraram e levaram-nos para a Serra das Andorinhas. Ali, eles foram queimados em fogueiras feitas com pneus.

Inúmeros levantamentos feitos tanto por entidades independentes quanto por aquelas ligadas ao Ministério da Justiça produziram uma relação, entre mortos e sobreviventes, de 77 participantes na Guerrilha. Embora essa lista seja acurada, ainda não é considerada definitiva. Mas pelos dados já coletados é possível traçar um perfil de quem foram esses guerrilheiros.

A idade média dos guerrilheiros estava abaixo dos 30 anos. Um deles, Luís Renê

Silveira, ex-estudante de Medicina, chegou ao Araguaia com apenas 19 anos, levou um tiro na perna e foi preso. Seu corpo nunca foi encontrado. Como Renê, quatro outros guerrilheiros haviam frequentado faculdades de Medicina. Pelo menos 38, entre os 77 guerrilheiros listados, haviam completado ou estavam cursando uma faculdade quando foram para a Selva Amazônica. Havia a predominância de algumas faculdades: 12 vieram da UFRJ, três da Universidade Federal do Ceará, dois da UFMG, dois da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Entre eles, seis eram bancários, três operários, dois engenheiros, dois geólogos, dois advogados, um ex-campeão de boxe, um mecânico de aviões, quatro moradores da região. A presença de militantes vindos de cargos de direção no movimento estudantil era significativa, dois deles pertenceram à diretoria da UNE, cinco haviam sido presidentes de diretórios acadêmicos, um fora presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas, oito entre eles haviam sido presos no Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968, seis eram secundaristas.

A Guerrilha do Araguaia vinha sendo preparada pelo PCdoB desde 1966. À época predominava a concepção de que um foco guerrilheiro atuante e vitorioso seria capaz de galvanizar a atenção e a revolta dos brasileiros contra seus opressores de classe, representados pela Ditadura Militar. O perfil dos guerrilheiros que deram sua energia e vidas por esse ideal era uma mostra fiel de quão urbana eram as bases do PCdoB. De cada 10 militantes que passaram pela selva amazônica, sete haviam se aproximado da organização por intermédio do movimento estudantil.

200

1975

ABRIL

4 – Bill Gates e Paul Allen fundam a Microsoft.

30 - Derrota final dos EUA e seus aliados no Vietnã. Saigón torna-se Cidade Ho Chi-min.

MAIO

15 - Os teatros de S. Paulo fecham em repúdio à censura à peça Abajur Lilás, de Plínio Marcos.

JUNHO

Brasil e Alemanha assinam o Acordo Nuclear.



DEPOIMENTO VITÓRIA GRABOIS

SOBRE MAURÍCIO GRABOIS

“Não morreu só meu pai, Maurício Grabois, mas também meu irmão André Grabois, como morreu meu primeiro companheiro, pai de meu filho Igor Roberto. Então, a nossa família foi uma das mais sacrificadas durante o período da ditadura militar. A gente não mede por fita métrica quem mais sofreu ou quem menos sofreu. Eu acho que todos que lutaram, todos que morreram, todos que foram presos, todos que perderam seus empregos sofreram. Essa ditadura foi devastadora. Eu sou membro do grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, e participo de muitas palestras em escolas, em universidades. Eu já viajei em nome do grupo para países da América Latina, e quando a gente vê que são milhares e milhares de pessoas mortas na Argentina, no Chile, no Uruguai, na Guatemala, em inúmeros países, as pessoas me falam assim: ‘No Brasil só foram cerca de 450 brasileiros. Mas na ditadura militar deste país tinham pessoas muito inteligentes, eles mataram os melhores filhos deste povo. Eles sabiam quem eles iam matar.’ O Brasil abriu precedente para os outros países da América Latina, para que as ditaduras inaugurassem as torturas. Eu fico muito sensibilizada que o meu pai, um grande homem, um herói do povo brasileiro, era uma pessoa extraordinária, era um homem íntegro, que se dedicou ao partido desde os vinte anos, quando entrou na escola em Realengo. Ele era filho de família judaica que veio da Rússia fugindo da guerra russo-japonesa. Meu pai, quando deputado federal constituinte, em 1946, entregava todo o seu soldo ao partido. Minha mãe tinha que trabalhar como professora para nos sustentar. A única regalia que o meu pai tinha era um Citroën 240 com motorista. Meu pai é

muito pouco conhecido e pouco homenageado por esse país. Há outros velhos comunistas que têm biografia, que são exaltados. Então, hoje fico comovida de ver que a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça resolveu homenagear meu pai. O povo precisa saber quem foi esse homem, que além de ter dado a sua vida, ainda teve que encarar a morte de seu filho André Grabois. Meu irmão, um menino de 27 anos que entregou sua vida no Araguaia. Eu queria dizer que no caso do meu pai não há reparação econômica. Essa reparação é uma consequência da luta. Muito ainda tem que se fazer, é importante esse reconhecimento, é importante que Maurício Grabois seja reconhecido como anistiado político, mas também é importante que a gente ache os seus restos mortais e que nós possamos enterrá-lo em uma sepultura digna. Para isso, é importante que o governo brasileiro abra os arquivos da ditadura. O exército, a marinha e a aeronáutica têm que ter seus arquivos abertos. É importante que a juventude brasileira conheça essa história, conheça os 21 anos dessa barbárie que não atingiu somente a minha família, mas atingiu a sociedade brasileira. Eu percorro o Brasil inteiro e vejo pessoas com 80 e 70 anos que perderam seus empregos. A juventude precisa saber o que foi a ditadura brasileira, precisa enterrar os seus mortos. A Comissão da Verdade que está sendo lançada pelo governo não pode ser só Comissão da Verdade, tem que ser Comissão da Verdade e da Justiça. Nós queremos justiça, nós queremos que os militares sejam punidos. Queremos enterrar os nossos mortos com dignidade, para que esse país nunca mais viva esse clima de terror. Em nome de todos os guerrilheiros do Araguaia: Presente”.

Maurício Grabois - Anistiado Político durante a 34ª Caravana da Anistia.

201

JULHO

7 - Surge o semanário Movimento, lançado por uma cooperativa de jornalistas e dirigido por Raimundo Pereira. Circula até 1981, sofrendo forte censura até 1978.

OUTUBRO

18 - O Brasil vota na ONU, texto que compara o sionismo ao racismo.

25 - Torturado até a morte por asfixia, no DOI-Codi-SP, o jornalista da TV Cultura Wladimir Herzog, 38 anos. O Legista Harry Shibata atesta suicídio, sem ver o corpo.

6ª Sessão de Julgamento
7 de Abril de 2010

Parceiros
Teatro Oficina
Ministério da Cultura

35ª CARAVANA

São Paulo/SP



A ANISTIA NO CENTRO DO PALCO

Como sempre acontece antes da abertura dos trabalhos da Comissão de Anistia, o Hino Nacional Brasileiro começou a ser executado para marcar o início daquela 35ª Caravana da Anistia. Os mais de 300 presentes ficaram de pé. Poucos segundos depois, uma surpresa seria seguida por uma dúvida: deviam assumir a usual posição perfilada diante do Hino? Relaxar e sorrir? Ou poderiam assobiar e aplaudir a música, como se estivessem em um festival? Afinal, o Hino Nacional, dessa vez, foi tocado em ritmo de bossa nova e rock and roll. Encerradas as guitarras e os acordes dissonantes, a plateia parecia ter decidido como se comportar: os muitos assobios, aplausos e gritos, alguns deles proferidos por atores completamente nus, mostraram que aquela sessão seria a mais inusitada de todas já promovidas pela Comissão.

A responsabilidade pelo espetáculo era do anistiado em questão; o dramaturgo, diretor e ator José Celso Martinez Corrêa. A sua proverbial irreverência inspirava, convidava e comandava, naquele 7 de abril de 2010, esse espetáculo, que se propunha de justiça e reparação. Quase 36 anos depois de ter sido preso e violentamente torturado por policiais, em 22 de maio de 1974, Zé Celso recebia em “casa” – o Teatro Oficina –, e no seu melhor estilo, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, o relator de seu processo, Prudente Mello, advogados, jornalistas e o público ali reunidos para ouvir o pedido de perdão do governo brasileiro à violenta repressão e censura das quais ele foi vítima por décadas.

Descalço, depois de ser recebido pelo diretor e seus atores em uma cerimônia de lava-pés, o presidente Paulo Abrão afirmou que o Estado tem o dever moral de reparar aqueles que foram prejudicados durante a Ditadura. “Homens, mulheres, crianças foram privados de exercer direitos fundamentais, foram perseguidos, presos, tiveram sua liberdade ceifada, mas a ausência da abertura dos arquivos da Ditadura impede a comprovação de suas alegações. Daí a importância da revelação da verdade”, declarou.

Para a Comissão, o direito à reparação, seja ela moral e ou financeira não é uma benesse, mas, sim, uma obrigação do Estado democrático de direito. “Não devemos ter medo de olhar para o passado. Tortura é um crime contra a humanidade; o nosso comprometimento é com a verdade das vítimas”, ressaltou Abrão. Caminhando, também sem sapatos, pela arena do Oficina, o conselheiro Prudente Mello, em seu voto, relatou a prisão do diretor e de seus companheiros de teatro, a tortura, as inúmeras barreiras impostas pela Ditadura, por meio de censura, aos textos e interdições às encenações, o exílio de cinco anos em Portugal e o incêndio que destruiu o prédio do Oficina.

O conselheiro lembrou, ainda, que o valor da reparação econômica sempre será um tema delicado: “É sabido, de plano, que nenhuma reparação econômica pode suprir os erros do Estado, que violou a intimidade e o corpo de seus cidadãos, alterou seu curso profissional ou os compeliu a abandonar a Pátria para garantir alguma parcela de sua liberdade individual. Entendo não haver indenização que repare o tolhimento do direito à liberdade, apague o sofrimento, ou calcule o valor de sua luta particular pela democracia do País.”

Os conselheiros da Comissão – Aline Santos, Eneá de Stutz e Almeida, José Carlos Silva Filho, Luciana Garcia, Rita Sipahi e Roberta Baggio – votaram a favor do parecer do advogado Prudente Mello, determinando que o diretor teatral recebesse o pedido de perdão do Estado brasileiro, uma reparação econômica mensal vitalícia de R\$ 5 mil, além dos valores atrasados desta mesma parcela mensal, retroativos à data de seu pedido original de anistia. Também participaram da sessão o representante do Ministério da Cultura, Fred Maia, e o diretor do programa Américas do Centro Internacional para Justiça Transicional, Javier Ciurlizza.

O Teatro e a Censura

“Achavam que eu havia morrido”

Aos olhos atuais não é fácil enxergar a relevância cultural e o peso político que o teatro, seus atores e diretores desfrutavam na década de 60. Parte considerável dos brasileiros acompanhava e conhecia o que era produzido pelas companhias teatrais nacionais e estrangeiras e frequentava os espetáculos. Os atores eram conhecidos e festejados como acontece hoje com os artistas de telenovelas, com a fundamental diferença de que muitos dos profissionais daquela época possuíam uma sólida estrutura intelectual e sustentavam posições políticas definidas. E a Ditadura Militar e a direita radical sabiam muito bem disso.

O teatro em particular e a cultura de modo geral foram violentamente perseguidos pela Ditadura Militar e seus aliados desde o triunfo do golpe em 1964. E “violentamente” não é apenas força de expressão. Depredações, espancamento, humilhações, sequestros de atores e perseguições tornaram-se comuns e sua apuração era ignorada pelas autoridades.

A peça *Roda Viva*, de Chico Buarque, dirigida por José Celso Martinez Correa foi invadida em São Paulo e em Porto Alegre. Atores e público foram violentamente es-

pancados por integrantes do Comando de Caça aos Comunistas, o CCC, nessas ocasiões. A atriz Norma Benguel foi sequestrada. Marília Pêra e Rodrigo Santiago obrigados a caminhar nus pela rua, em São Paulo. Bombas explodiram nos teatros Opinião, Glaucio Gill e Maison de France. Atores tiveram de se exilar.

Mas, tanto quanto a violência física, a ação contumaz da censura contra os textos e as montagens teatrais provocou um retrocesso profundo à cena teatral brasileira, desestruturando e levando à falência importantes companhias teatrais. A Censura sempre existiu. Mas a seu objetivo declarado de “preservar a moral e os bons costumes” sempre é acrescida de uma motivação política em tempos conturbados. Entre 1834 e 1843, nove anos portanto! Todos os espetáculos teatrais foram proibidos no Rio de Janeiro para tentar impedir que as agitações federativas, republicanas e abolicionistas fossem retratadas, como eram, nas peças teatrais, segundo conta Cristina Costa em seu livro *Censura em Cena*. “Apesar de ter sido sempre uma aberração, a censura começou a ficar furiosa depois do golpe de 1964, quando o teatro deixou

204

1975

NOVEMBRO

A DINA, polícia secreta chilena, cria a Operação Condor.

DEZEMBRO

Crescimento do PIB: 5%. O Milagre acabara.

“

As Caravanas de Anistia representam um avanço na nossa recente democracia. Levar às Universidades e a outros espaços públicos os julgamentos pelo Colegiado criado pela Lei 10.559/2002, que regulamentou o art. 8º da ADT, foi possibilitar o acesso à história das perseguições políticas, das torturas, dos sofrimentos passados pelas vítimas e familiares na época da Ditadura brasileira a partir de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988. Este projeto da Comissão da Anistia trouxe às brasileiras e aos brasileiros a possibilidade de, ao vivo, ouvirem os depoimentos, as narrativas das atividades de resistência ao governo ditatorial e os debates ocorridos nas sessões de julgamentos do Colegiado. Essa transparência à atuação da Comissão de Anistia veio contrapor-se claramente ao negacionismo que ganhava corpo nos órgãos e instituições.”

**Gilda Carvalho, Subprocuradora-Geral da República,
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (2008-2012).**

de ser ‘apenas’ diversão pública, como era visto pelos censores até então, e passou a ser um campo político”, diz o dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri.

A sequela dessa feroz perseguição até hoje é sentida. O teatro não recuperou o esplendor e a relevância culturais que havia experimentado com os trabalhos realizados pelo Oficina, de José Celso, e o Arena, que se desenvolvia em torno de Augusto Boal e do seu Teatro do Oprimido.

Em 22 de maio de 1974, Zé Celso foi abordado por homens armados. Encapuzado, foi levado para a tortura. Passou pelo pau-de-arara, levou choques, golpes que lhe arrancaram os dentes e foi jogado numa solitária. Zé foi mais uma vítima dos anos de chumbo no Brasil.

O pedido de desculpas transmitido pelo presidente da Comissão, Paulo Abrão, foi recebido com lágrimas por Zé Celso. Aos 73 anos, nascido na paulista Araraquara, o diretor fez um relato emocionado: “por muitos anos tentei recalcar, para poder sobreviver e viver de novo, os danos causados pela ditadura no meu corpo, na minha alma, no meu trabalho profissional e no de minha criação. Posso afirmar que a ditadura operou

sobre mim e o Oficina o que Glauber Rocha chamava de assassinato cultural.”

Muitos achavam mesmo que eu tinha morrido, me apontavam como vítima que a ditadura tinha eliminado, consideravam que eu e o teatro não teríamos mais uma segunda vida. Foram 15 anos de luta para provar a mim mesmo que eu estava vivo. Não falava quase em tortura ou em repressão, somente através de atos teatrais. Reaberto o teatro, foram mais de 10 anos de muito sucesso para provar que nós tínhamos ressuscitado”.

Ao final da sessão de julgamento, Zé Celso, já anistiado e com o seu direito de cidadão reafirmado pelo pedido de desculpas oficial, comandou a apresentação do espetáculo “O Banquete”. Baseado no diálogo de Platão sobre a natureza e o propósito do amor, a peça traz Fedro, um dos comensais desse banquete, que aponta como um dos benefícios que o amor oferece é o de inspirar o apaixonado a conquistar a admiração do ser amado e, por isso, nunca querer por ele ser visto cometendo um ato inglório ou de iniquidade. “Um punhado de homens retos assim, lutando lado a lado.”, diz Fedro. “Seria capaz de vencer todo um mundo.”

“Eu e o teatro fomos assassinados socialmente pela ditadura.”

205

1976

JANEIRO

17 - O DOI-Codi-SP mata sob tortura o metalúrgico Manuel Fiel Filho. Os protestos que se seguem derrubam do comando do 2º Exército o gen. Ednardo Dávila Melo, tido como apoiador da tortura.

DEPOIMENTO

JOSÉ CELSO MARTINEZ

“O Lula é o primeiro presidente antropófago. Ele tem que rebolar para conseguir fazer algo. Porque o estado brasileiro é terrível, ainda é o Estado da Ditadura, ainda é o estado patriarcal, ainda é o estado colonialista. Eu fiquei muito feliz por essa cerimônia acontecer publicamente, estou muito grato pela presença do Estado, tomando esta atitude no mesmo momento em que estamos sofrendo uma tortura. Nós estamos sendo torturados pelo aparelho burocrático. Faz quatro meses que o aparelho burocrático emperra um projeto maravilhoso bolado pelo Ministério da Cultura. Nós corremos o Brasil com quatro peças, de graça. Apresentadas em um espaço grande, um teatro de Estado. As cinquenta pessoas que trabalham aqui estão tendo uma luta duríssima, elas são maravilhosas. É uma associação de artistas. Eu me orgulho do Roda Viva. Não fui eu quem dirigiu a peça, nem o Chico, foi a multidão que em 1968 dirigiu. Não se sabia o que era plateia e quem estava atuando. Não se sabia se você que estava sentado aí não estava fazendo um papelzinho. Mas você era gente, antes de tudo. Essa geração foi massacrada, eu tinha 30 anos. Foi uma geração obscurecida com a história do CCC, Comando

do Cheirador de Cu. A contribuição que aquela geração fez pro espetáculo Roda Viva está aqui hoje. Está aqui porque hoje nós somos uma associação. Nós nos autocoroamos e nós temos uma associação autogestionada. Eu não digo anarquismo porque não gosto dessas palavras com ‘ismo’. Homossexual é bom, homossexualismo é horrível, e assim por diante. Nós vivemos em uma época sem ideologia, sem religião. A religião que existe é a religião da vida. Eu acho que a grande experiência da tortura foi que, depois de ter sido torturado, de ter recebido choque elétrico, depois de dez marmanjos terem me enchido a cara e me posto no pau-de-arara, quando eu saí com o corpo todo eletrificado, abaixei no chão e veio um dos torturadores e olhou para mim, eu olhei nos olhos dele e vi que ele era gente também. Então eu comecei a descobrir que todo mundo é gente. E esses funcionários do financeiro são pessoas ótimas, talvez como aqueles torturadores, mas eles são medrosos, têm medo de exercer seu poder. Exercem seu poder a favor de quem manda. Exercem o poder obedecendo à corporação. Por isso, eu acho que a associação é uma coisa que vai tomar conta do mundo. O mundo vai ser

206

1976 **ABRIL**

14 - Morre Zuzu Angel, mãe de Stuart Angel, assassinado na tortura. A versão oficial, acidente de automóvel, será desmentida em 1998.

MAIO

Apedrejamento de trens em São Paulo.



“

As Caravanas da Anistia foram as políticas públicas mais importantes em matéria de Justiça de Transição que instituí durante o Ministério da Justiça no Governo Lula. Suas atividades de memória, reconhecimento das vítimas, educação para os jovens e mobilização social foram as bases fundamentais para a proposta de criação da Comissão da Verdade no Brasil. Por meio delas se recompôs democraticamente um tema que estava interdito na opinião pública por mais de 30 anos.”

**Tarso Genro, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
Ministro da Educação (2004-2005) e da Justiça (2007-2010).**

reconstruído nesta era que é nova em associações. Pessoas que se reúnem e exercem seu poder humano, poder carismático, seu poder de interferir na estrutura. A coisa que mais me impressionou depois que eu saí da tortura foi o seguinte: Eu entrei com um capuz coberto e não vi nada, e fui logo para o pau, até sarar as feridas eu fiquei lá; no dia em que eu saí, estava sem o capuz e tinha uma parede. De repente, eles empurraram aquela parede e eu entrei na legalidade. Fui fazer um depoimento, cansei de viver frequentando o DOPS naquele tempo. Isso na época do delegado Fleury – que era um cara maluco, um lixo humano, a encarnação da violência. No dia em que ele morreu, em 1980, teve uma manifestação maravilhosa na Praça da Sé. Mas nesse dia em que essa parede foi aberta, eu vi que você vive numa sociedade, que o que está podre está escondido. Por isso é importante essa oportunidade que vocês me dão para dizer que essa tortura ainda continua. A tortura não é só a tortura que tem gente agora sofrendo na polícia, isso acontece porque, no fundo no fundo, tem grande parte que apoia essa sociedade como ela é. Direitos humanos é uma coisa recentíssima, nós não

sabemos a quantidade de direitos que tem os humanos, homens, animais e mulheres, árvores. São todos habitantes das cidades. As árvores que habitam aqui, os bichos que habitam aqui, tudo mesmo. Minha avó era índia, eu agradeço, porque acredito que tudo é sagrado. Quando eu saí da tortura, sacralizei o corpo humano. Eu senti que o corpo humano é para ser amado. Por isso eu gosto da nudez. Nós nascemos nus, nós fazemos amor nus. Precisa haver um desnudamento dessa burocracia, que ainda vigora e controla as pessoas no poder. Tudo fica emperrado com os funcionários de carreira, que ficam com uma papelada porque tem medo. Nós estamos há três meses sem receber um tostão, trabalhando de graça. O financeiro disse que tem uma fila enorme. Tem muita gente tentando combater essa estrutura, mas as pessoas têm medo. É a mesma coisa que o nazismo, tem muito medo de enfrentar uma estrutura. Eu compreendo o Mao Tse-Tung, é um tigre de papel, não é nada. Se você acreditar no seu poder humano, levantar a cabeça, não se curvar e se aliar com as forças da natureza, se aliar com as forças populares e se aliar com as pessoas que querem a transformação, você vai mudando progressivamente.”

José Celso Martinez - Anistiado político durante a 35ª Caravana da Anistia.

207

JUNHO

Suspensa a censura prévia da revista Veja.

16 - Massacre de Soweto, na África do Sul: centenas de crianças mortas por se recusarem a aprender a língua africâner. Protestos no mundo todo.

JULHO

3 - Choque com posseiros em Paragominas, PA, mata o latifundiário americano John Davis e dois filhos.

9 - A Fiat inaugura sua fábrica em Betim, MG.

7ª à 10ª Sessão de
Julgamento
27 de Abril de 2010

Parceiros
UniEvangélica
Secretaria de Direitos
Humanos da Presidência
da República



36ª CARAVANA

Anápolis/GO

O ROLO COMPRESSOR

Henrique Antônio Santillo sempre gostou de política. Quando cursava Medicina, em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais, foi presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade e, depois, do Diretório Central dos Estudantes. Formou-se em 1963 e voltou para Anápolis (GO), onde vivia sua família. Foi assim que escapou do rolo compressor da violência que atropelou lideranças estudantis, em 1964.

Em Anápolis, a mosca azul da política o picou novamente. Elegeu-se, em 3 de outubro de 1965, vereador com 1.536 votos, o dobro do segundo colocado. No mesmo mês, 21 dias depois, o rolo compressor dos atos institucionais extinguiu os partidos e criava o bipartidarismo no País. Os políticos eleitos teriam de escolher, no dia da posse, tornar-se ARENA, agremiação de apoio à Ditadura, ou MDB, a sua oposição consentida.

Santillo escolheu MDB e foi ameaçado pelo rolo compressor do autoritarismo: o juiz eleitoral local recusou-se a conceder-lhe o diploma. Não queria saber de políticos de oposição em Anápolis. Foi necessário um recurso ao Tribunal Regional Eleitoral e uma declaração do Exército de que Henrique Santillo não era fichado como comunista. Um telex enviado pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, ainda tentou anular o nada-consta do Exército, mas Santillo conseguiu, finalmente, garantir sua posse.

O jovem vereador não pôde, no entanto, desviar-se do rolo compressor da perseguição política: foi descredenciado como médico do antigo INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), sob a acusação de ser um “elemento perigoso”, o que teve grande impacto sobre sua carreira profissional. Henrique Santillo foi prefeito de Anápolis, deputado estadual e governador de Goiás, senador da República e Ministro da Saúde. Falecido em 25 de junho de 2002, foi representado pelo irmão, Adhemar Santillo, nessa 36ª Caravana da Anistia, quando recebeu do presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, o pedido de perdão do Estado brasileiro ao ex-governador.

A punição ditatorial a Íris Rezende, outro político goiano também de influência nacional, foi igualmente dura. Em 17 de outubro de 1969, quando era prefeito de Goiânia, Íris Rezende teve o seu mandato cassado e perdeu seus direitos políticos por 10 anos. Ao ser declarado anistiado político nessa Caravana, Íris afirmou que já havia sido anistiado, e por várias vezes. Prefeito por duas vezes de Goiânia; deputado estadual; governador de Goiás, em dois mandatos e senador da República. “Eu já havia sido anistiado pela população de Goiás que, por meio do voto, me devolveu o direito à vida pública”, afirmou.

No Executivo, Íris Rezende foi ministro da Agricultura, no Governo Sarney e da Justiça, no governo Fernando Henrique Cardoso. “Tentaram calar minha voz em 1969, mas segui minhas convicções e fui absolvido pelo povo de Goiás que tantos filhos perdeu para o regime ditatorial. Hoje recebo a demonstração cívica do sentimento de pátria. O povo não pode desaprender o exercício da cidadania.”

Realizada no Centro Universitário Uni-Evangélica de Anápolis, essa Caravana da Anistia analisou, ainda, 68 outros processos de perseguidos políticos, muitos deles goianos. Ao apresentar o pedido de desculpas oficial a todos os anistiados, o presidente da Comissão da Anistia, Paulo Abrão, explicou qual era um dos mais importantes significados daquele evento. “É preciso que este ato sirva para que não haja mais o ceifamento da liberdade de pensamentos, para que não haja mais lesões à integridade física e psicológica, para que não haja mais um Estado autoriário capaz de banir seus cidadãos do País.”

Um balaio de gatos oposicionistas

“Artigo 18 - Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.” Assim, curto e grosso, o presidente Castello Branco decretou – ao assinar o Ato Institucional número 2, no dia 27 de outubro de 1965 – o fim das agremiações políticas brasileiras. Iniciava-se uma longa Era, que só terminaria 14 anos depois, em que os militares pretendiam que o pensamento nacional fosse binário: sim ou não; dentro ou fora; amigo ou inimigo; oposição, situação. Assim, surgiram a ARENA, a situação consentida, e o MDB, a oposição consentida.

A Ditadura Militar nunca deixou de tentar maquilar sua fachada com cores democráticas. Sempre houve eleições, mesmo que indiretas; os tribunais funcionavam, embora raros opositores escapassem das suas condenações; o Congresso, quando não era colocado em recesso, votava leis.

Assim, precisava-se de um partido de oposição. Nele as inúmeras vertentes do pensamento existentes se espremeriam na legenda MDB em um grande balaio de gatos oposicionistas, fácil de controlar.

Vítima constante das cassações e das prisões, o MDB chegou a correr o risco de se extinguir. No final de 1968, depois da edição do Ato Institucional número 5, o partido perdeu, cassados, seu secretário-geral, o líder

na Câmara dos Deputados e 14 dos seus 21 vice-líderes. O inferno astral continuaria. Nas eleições de 1970, o partido recebeu 21% dos votos para a Câmara Federal, enquanto os brancos e nulos somaram 30%. Em 1972, ano de eleições municipais, auge do Milagre Econômico, nova derrota: a ARENA detinha 88% das prefeituras do País e 91% das câmaras de vereadores.

Mas a eleição de 1974 seria disputada no Oriente Médio. No final de 1973, os países produtores de petróleo, quase todos árabes, decidiram triplicar o preço do produto. A inflação colocou um ponto final no Milagre. Com a mão no bolso, os eleitores fizeram com que o MDB vencesse as eleições para senador em 16 dos 21 Estados. Um susto em Brasília!

O presidente Geisel enfrentou o, agora popular, MDB com uma caneta. Assinou, em 1977, o Pacote de Abril. Fechou-se o Congresso, criou-se a figura do senador biônico (escolhido indiretamente pelas assembleias estaduais, o que garantiria maioria do governo no Senado) e alterou-se a obrigatoriedade de um quorum de dois terços do Congresso, o que a ARENA já não tinha, para maioria simples na aprovação de emendas constitucionais.

Medidas como essa não conseguiriam mudar o rumo da História. Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Confe-

210

1976

AGOSTO

19 - Bombas da Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) na OAB e ABI, Rio, e Cebrap, São Paulo.

22 - Juscelino Kubitschek morre em acidente de carro na Via Dutra aos 74 anos de idade.

“

A Caravana da Anistia promove justiça para com as vítimas de violações de direitos humanos no passado por meio da recuperação de sua identidade, da verdade, da história e de sua dignidade. Não havia um único olho seco no auditório lotado da universidade enquanto as vítimas relembavam pela primeira vez suas histórias de perdas e de dores físicas e emocionais, promovidas por um país que as traiu, mas que elas ainda amam, para então receberem uma manifestação única de justiça. A justiça através das Caravanas estende-se para além da retribuição, das sentenças judiciais, ou da compensação econômica pelas perdas. Ela procura restaurar o espírito humano e consertar uma sociedade dilacerada.”

Leigh A. Payne, Professora de Sociologia na Universidade de Oxford (Inglaterra).

rência Nacional dos Bispos do Brasil passaram a criticar de maneira aberta as violações dos Direitos Humanos e a pedir a volta do Estado de Direito. O movimento estudantil ressurgia. Nascia a campanha pela Constituinte. As greves dos metalúrgicos, principalmente em São Paulo, voltaram ao palco nacional.

Em março de 1979, o general João Baptista de Figueiredo toma posse como Presidente da República. Sua própria eleição indireta teve como opositor um General de Exército, Euler Bentes, lançado pelo MDB. Figueiredo foi eleito por 355 votos, contra 226 votos para Bentes.

Como fez Geisel, Figueiredo também pegou sua caneta. Queria dividir a oposição. Enviou ao Congresso Nacional a Lei Orgânica dos Partidos, incluindo o substitutivo que extinguiu Arena e MDB. Na madrugada do dia 27 de novembro de 1979, uma tumultuada sessão na Câmara sacramentou a morte da ARENA e do MDB. Do balaio saíram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT). A ARENA se transmutou no Partido Democrático Social (PDS).

O Brasil já não era o mesmo. Os gatos estavam soltos.

“

A Caravana da Anistia é um ato oficial de reparação com enorme transcendência social, pois o Estado cumpre com sua obrigação de pedir desculpas tomando parte de uma cerimônia de recordação coletiva. Na Caravana, como nos melhores rituais públicos, algo daquilo que aconteceu que parece como um presente vivo e se realiza no sentido de identidade que nos coloca em um caminho comum. Está o Estado, estão as vítimas, estão seus familiares, estão seus companheiros e estão quem se sente congregado. Não existe próprio e alheio, a Caravana é o exercício da memória, nos integra em uma comunidade que expressa em voz alta a dignidade da luta, da resistência à opressão e dos sonhos coletivos.”

Valéria Barbuto, Diretora da organização Memoria Abierta (Argentina).

211

SETEMBRO

9 - Morre aos 82 anos, em Pequim, Mao Tse-Tung, líder socialista na China.

22 - A AAB (Aliança Anticomunista Brasileira) sequestra e espanca Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, RJ.

OUTUBRO

11 - PM mata a tiro o padre Burnier, da missão de S. Félix, MT. O povo revida e arrasa a cadeia local.

Um olhar estrangeiro sobre as caravanas: França *



É uma caravana de vinte quatro juristas que percorrem o Brasil, dos lugares mais longínquos às grandes cidades, e que, sem bravata, modifica profundamente a memória coletiva dos brasileiros: seu conhecimento da ditadura militar de 1964 a 1984, ou seja, vinte anos de regime autoritário.

Se os custos em termos de desaparecidos não são comparados àqueles de seus vizinhos – Chile e Argentina particularmente – a ditadura brasileira é a mais longa da América Latina e, estabelecendo-se por mais tempo do que as outras, lhes serviu de matriz.

Uma ditadura de caráter humano que tranquilamente se autodissolveu organizando sua própria transição democrática? Isso é o melhor que as crianças brasileiras aprenderam. E é isso que continuam a lhes dizer, associando-se esse período, às vezes, à arrebatada expressão de “milagre econômico”, sem jamais dizer a quem ele se destinou. E é esta a opinião mais difundida na distante Europa, onde se lembra de que a França foi uma terra de asilo nos anos 70, e que para os brasileiros, “foi mais fácil”.

Certamente, mas o Brasil tem uma particularidade: não apenas o número de torturados foi o mais elevado, mas, além disso, a prática jamais foi condenada. Ela foi banalizada ao ponto de ser moeda corrente ainda hoje: “Falta de ruptura clara com o poder militar, as instituições conservaram esta ‘técnica’ de segurança, e a periculosidade deixou o terreno político para ir se alojar na pobreza. E o mais inquietante, segundo uma pesquisa recente, é que esta herança da ditadura é largamente aceita pela população”, como constata a jurista brasileira Kathia Martin-Cenut, pesquisadora do Collège de France.

Manifestações na casa de torturadores

Ela se chama “caravana da anistia”. Ela parou nesta quinta-feira, 22 de junho, em Florianópolis, agradável ilha do estado de Santa Catarina, não longe da Argentina. É inverno e oportunamente acredita-se estar na Bretanha no verão. A caravana é uma imagem. Na vida real, estes juristas benévolos e ultracompetentes se deslocam preferencialmente de avião. Isso não impede que seu caráter itinerante seja real.

Praticamente todos os meses, desde a criação da Caravana da Anistia, em 2008, por Paulo Abrão, seu Presidente e Secretário de Estado da Justiça, processos administrativos são julgados, sempre em locais públicos, acessíveis e abertos a todos.

Pessoas do local também assistem. São, com frequência, muito jovens. Como Maria Eduarda e Bryan, ambos com 18 anos, no primeiro ano de Direito. Estão ali presentes porque querem ver como a justiça pode ser “uma ferramenta social” além do que, em relação à ditadura, eles não aprenderam “nada de verdadeiro” na escola. “Quando o professor falava de tortura, ele se apressava. Nos contaram que o regime militar foi imposto para salvar o Brasil do perigo comunista. Mesmo a Lei de Anistia estabelecida em 1979 pela própria ditadura é mal explicada. Nós estamos contentes de estarmos aqui, porque nós queremos conhecer nossa história”.

A Caravana da Anistia não tem o poder de julgar os culpados, mas o de reconhecer as “vítimas” e de lhes dar publicamente a palavra. Pois a famosa lei de Anistia “ampla e generosa”, de 1979, colocou no mesmo plano os opositores do regime e os torturadores, em nome da reconciliação geral. Se bem que o Brasil continua sendo o único país da América Latina a jamais tê-los julgado.

Anistia ou amnésia? A falta de justiça irrita

212

1976

NOVEMBRO

Eleição municipal. O MDB prevalece nas grandes cidades.

Bomba no semanário Opinião.

DEZEMBRO

6 - Morre do coração, exilado na Argentina, o ex-presidente. João Goulart, 58 anos. O enterro em São Borja, RS, tem 30 mil presentes.

os mais jovens, que organizam manifestações diante da casa de antigos torturadores, fixando suas fotos e seus nomes nos muros de São Paulo. Na Europa, estas iniciativas atraem lembranças ruins. No Brasil, onde a justiça e a história estão em seus primórdios, elas suscitam a adesão dos mais velhos. Um magistrado: “Eu acho isso formidável. Nada é possível sem o apoio da sociedade civil”.

Ele se chama Paulo Marcomini. É um velho senhor de óculos, um pouco arqueado. Ele veio assistir ao seu processo, como a maioria, junto de sua família. Ele avança muito emocionado e pede que o escutem “com paciência”, pois se trata de mergulhar num passado angustiante. Ele era militante do Partido Comunista. Foi torturado, preso em nome de suas convicções e obrigado a entrar na clandestinidade, interrompendo seus estudos de agronomia. Sem estado civil, ele não pôde reconhecer seus filhos. E, finalmente, ganhou sua vida sob outra identidade, a de operário. Ele mostra seu contrato de trabalho.

A Comissão o escuta, lhe faz algumas perguntas e, de maneira surpreendente, Paulo Abrão lhe propõe uma compensação para que ele possa retomar seus estudos. Escutam-se alguns risos. Surpreso, Paulo Marcomini diz: “Muito bom, mas um pouco tarde. Eu sou aposentado. Eu estou defasado em matemática e química”. A Comissão mantém sua proposta. E calcula uma indenização econômica em função da profissão que ele teria se a ditadura não tivesse destruído seus projetos: 116.000 Reais imediatamente e 1.115 mensais. Depois, toda a Comissão se levanta para pedir solenemente ao antigo operário perdão pelos danos causados a ele pelo Estado. O homem chora como chorarão a maior parte das pessoas que passarão diante da Comissão neste dia.

O Mestrado aos 72 anos

A “Anistia” da caravana é isso. Não a anistia de pessoas julgadas, mas, o pedido oficial da parte de um representante do Estado para que “perdoem” o Brasil. E todos dirão que este reconhe-

cimento dos erros do regime ditatorial é o que mais importa. No corredor, encontra-se o novo estudante Paulo Marcomini. Ele está muito feliz. Reflexões feitas, sim, ele não tinha pensado, mas aos 72 anos - já que recuperou sua matrícula universitária - vai retomar seus estudos. “Um mestrado em história. Depois, verei. Eu tenho um ano para me decidir”.

Eis então a vez de Antônio João Manfio, seminarista católico. Seu caso é complexo já que ele tem direito a reparações por várias razões. Este homem imponente de repente se decompõe, junto com a sala. Ele desculpa-se por sua emoção: “Eu sofri muitos processos que me levaram à prisão. Eu fui insultado durante as audiências, depois torturado. Me desculpem, eu choro. Pois é a primeira vez que uma corte de justiça me diz que eu sou uma pessoa de bem”.

Depois, chega um homem colérico, professor e excelente orador. Durante a ditadura ele ficou preso por alguns meses, período em que não pôde trabalhar. A Comissão lhe destina uma indenização pelos prejuízos sofridos, insuficiente, em sua opinião. O homem tenta ser condescendente: “Senhor Presidente, eu compreendo, o senhor é jovem demais para saber o que foi a ditadura”. Paulo Abrão, efetivamente jovem, 38 anos, um gigante, e com aspecto de estudante, lhe responde com perguntas. O professor “subversivo” deixa a sala furioso. Com sua indenização e o pedido de desculpas do Estado.

Maria Lúcia é uma empregada doméstica de 67 anos, desempregada. Seu advogado a preveniu: seu dossiê é muito pequeno. Não se deveria apresentá-lo neste estado, depois de apenas três anos de busca de provas sobre ela. Seu marido, resistente, foi massacrado misteriosamente durante a ditadura. O filho do casal tinha seis meses. Mas, apesar de seu dossiê “ruim”, a Comissão a convocou. Maria Lúcia, que vive no estado do Espírito Santo, viajou 29 horas de ônibus para esperar nesta sala. Desmaiou de fome. Rodeada de má sorte, ao passar mal, teve a bolsa roubada. Ela não tem um Real sequer e não sabe como voltará para casa.

16 - Chacina da Lapa (S. Paulo): o 2º Exército fuzila dentro de casa Pedro Pomar e Ângelo Arroio e mata, na prisão, Batista Drumond, dirigentes do PCdoB. É a última grande façanha repressiva da Ditadura.

30 - Doca Street, filho de um industrial paulista, assassina com quatro tiros no rosto sua namorada, a socialite mineira Ângela Diniz. A repercussão do caso culmina com o fim da figura jurídica do “crime de honra”.

Aliás, saberemos que ela não tem propriamente uma casa. Seu advogado tinha razão, é uma catástrofe. No ônibus, ela pensava que só um deus podia fazer justiça aos homens. Ela escuta chorando um membro da comissão apresentar seu caso. Como cada um dos antecessores, ela, por sua vez, deverá tomar a palavra. Ela expõe simplesmente que não sabia o que seu marido fazia, (ela não perguntava) porque não queria prejudicá-lo.

Pouco a pouco ela se dá conta de que a Comissão está bem mais informada do que ela. Que eles seguiram pistas até reconstituir sua vida de combatente, pois a organização da qual fazia parte era conhecida. Ela percebe que o horizonte clareia. Uma nova figura de seu marido se desenha, que até então, ela desconhecia. Paulo Abrão: “Sua presença é muito importante para nós, pois nós necessitamos de sua confiança na justiça”.

A Comissão, sensibilizada com seus problemas, decidiu se encarregar de sua passagem de volta. Na condição de viúva de um trabalhador, a soma à qual ela tem direito, além dos 1.200 reais mensais, é bem superior ao seu pedido inicial. Chamada, ela deixa a sala à procura de um telefone, a fim de prevenir seu filho “para que ele comece imediatamente a procurar uma casa”. Ela dirá também “este processo muda tudo dentro de mim. Meu marido não foi morto por nada. Eu compreendo sua ligação com a sociedade”.

Reunião da família

À tarde passaram também três irmãs. Elas perderam o pai, comandante da marinha, preso e torturado. A filha mais velha teve que interromper sua escolaridade com 14 anos, para trabalhar: “Eu peço ao Brasil para nunca mais deixar seus filhos sem pais nem avós”. Diante do estupor da família, a Comissão se dá o tempo de contar em minúcia a história do pai, sindicalista, criador de jornais, vigiado pelo Estado até 1988, ou seja, depois do fim da ditadura. Este rigor é o que mais

as surpreende: “Pensávamos que nosso caso seria expedido”. É por acaso que elas escutaram falar na Caravana de Anistia, via um professor de História do Brasil. Uma das irmãs, Ludmilla: “Eu estava surpresa. Toda nossa infância nós fomos perseguidas porque tínhamos o sobrenome de nosso pai. Teríamos direitos?” As irmãs, de mães diferentes, não foram criadas no mesmo estado. “Esse processo nos reuniu como família”.

Nesta tarde e em duas salas de audiência, cerca de trinta casos serão examinados. Na véspera, um documentário sobre um industrial que financiava os torturadores e a CIA foi projetado diante de estudantes pouco empolgados. Conta a favor deles o filme não ser uma obra prima. No dia seguinte, Paulo Abrão abrirá efetivamente a audiência sobre esse tema: não se trata de “estigmatizar os militares”, mas de compreender que foram “a elite, a imprensa, os funcionários, os chefes das grandes empresas, toda a sociedade que participou da ditadura”.

Escala rigorosa

As perseguições políticas e a possibilidade de uma reparação são previstas pela constituição brasileira de 1988. Mas praticamente só a elite se beneficia dela. Os passos eram complexos e o cálculo das indenizações confuso. Era necessário ir a Brasília e já estar devidamente instruído. Uma socióloga: “De fato, essas reparações reproduziam as enormes desigualdades da sociedade civil brasileira. Quanto mais poderoso se era, mais se obtinha dinheiro. Este sistema ratificava o mito de que apenas um punhado de intelectuais resistiram”.

Desde a tomada de suas funções, um dos primeiros gestos de Paulo Abrão foi recalculas as famosas “rendas da ditadura” segundo uma escala rigorosa, e não mais em função da notoriedade. Paulo Abrão: “Mede-se a força de uma ditadura pelo medo e pela cultura autoritária que ela deixa. Quando fui nomeado, eu me perguntei como fazer para reconstruir a confiança do povo em suas instituições. Eu pensei que era neces-

sário tornar completamente transparentes estes processos, compreendidos nossos argumentos e as contestações às vezes violentas de nossas decisões. Éramos nós que devíamos nos deslocar. Não é a perda de um parente, nem o sofrimento, nem uma escolha de vida que são indenizadas - toda soma seria indecente - mas as espoliações do Estado. Cerca de vinte por cento das pessoas aceitam o pedido de perdão oficial do Estado, mas recusam a reparação financeira. Tentamos explicar em quê esta recusa é um mal entendido". A palavra vítima é muitas vezes contestada. Paulo Abrão: "Na falta de outra palavra, atrás deste vocábulo é lembrado que existiu sempre alguém que violou os direitos fundamentais. É por isso que a conservamos". Vinte por cento dos dossiês são enviados por antigos militares - são seis mil que desertaram. Alguns explicam que "a impossibilidade de desobedecer" fez deles "vítimas". A menos que, acreditando numa revisão próxima de sua impunidade, eles tentem tudo para se proteger. O magistrado francês e relator da ONU Louis Joinet foi o primeiro a se bater contra a auto-anistia dos ditadores, quando eles ainda estavam no poder: "Claro, o Brasil deve virar a página. Mas antes disso, é necessário lê-la".

Aniversário do golpe abolido

Maurice Politi, figura da resistência: "A história é uma disciplina difícil num país onde o maior magistrado, Ruy Barbosa, incendiou todos os arquivos governamentais sobre a escravidão a fim de não dividir o país! Onde não se guarda nenhum

traço dos massacres dos índios. Entre nós, passar o apagador sem olhar o quadro é uma tradição". Ainda hoje o Exército brasileiro se recusa a abrir os dossiês da ditadura. Estradas e grandes ruas trazem o nome de criminosos.

Símbolo mais importante: até o ano passado, os militares festejavam o aniversário do golpe de estado militar de 31 de março de 1964. Foi a presidente Dilma Rousseff que pôs fim a estas comemorações, provocando reações negativas de partes dos militares.

Esta Caravana que está em sua 59ª etapa e já examinou cerca de 70.000 dossiês é única no mundo. Entretanto, ela não desperta o interesse da mídia local, porque ela não trata de celebridades. Esta discricão lhe é favorável. Ela permitiu, sem barulho, a criação de uma outra comissão dita "da Verdade", que terá por função identificar os torturadores. A presidente Dilma Rousseff nomeou seus membros em maio. Eles dispõem de dois anos para elucidar os casos ligados a violações dos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988!

Um primeiro militar, Carlos Alberto Brilhante Ustra, foi reconhecido como culpado por torturas por um tribunal de São Paulo, na terça-feira dia 26 de junho. Mesmo se o advogado do coronel fizer sua apelação evocando a lei de Anistia de 1979, ele inevitavelmente não terá ganho de causa, pois a Corte Interamericana de Direitos do Homem assinalou recentemente que esta lei de anistia não pode constituir um obstáculo no caso de crimes contra a humanidade.

Tradução integral do artigo "Brésil La caravane du pardon", publicado em 24 de julho de 2012, no jornal Liberation. Toda reprodução deste artigo deve ser submetida à aprovação do Liberation.

Por Anne Diatkine e Valdirene Gomes. Traduzido por Maria Cláudia Badan Ribeiro.

Anne Diatkine, francesa, é jornalista. Escreve para o jornal *Liberation* e a *Revista ELLE*, entre outras publicações. **Valdirene Gomes**, brasileira, é socióloga com especialização em *Arte Integrativa*. *Cursou Économie et Financement de la Culture na Université Paris-Dauphine. É assessora da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo na área de políticas públicas para o livro e a leitura. É integrante do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo. Maria Cláudia Badan Ribeiro, brasileira, é Doutora em *Historia Social* pela Universidade de São Paulo (USP) e Pesquisadora do Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL-Université Paris 3, Sorbonne).*

MARÇO

Começam a aparecer cadáveres de presos políticos argentinos no Rio da Prata.

ABRIL

1 - Geisel fecha o Congresso. Alega na TV necessidade da Reforma do Judiciário.

30 - Familiares de vítimas da ditadura argentina criam a Associação das Mães da Praça de Maio.

11ª Sessão de Julgamento
26 maio 2010

Parceiros

Governo do Estado da Bahia

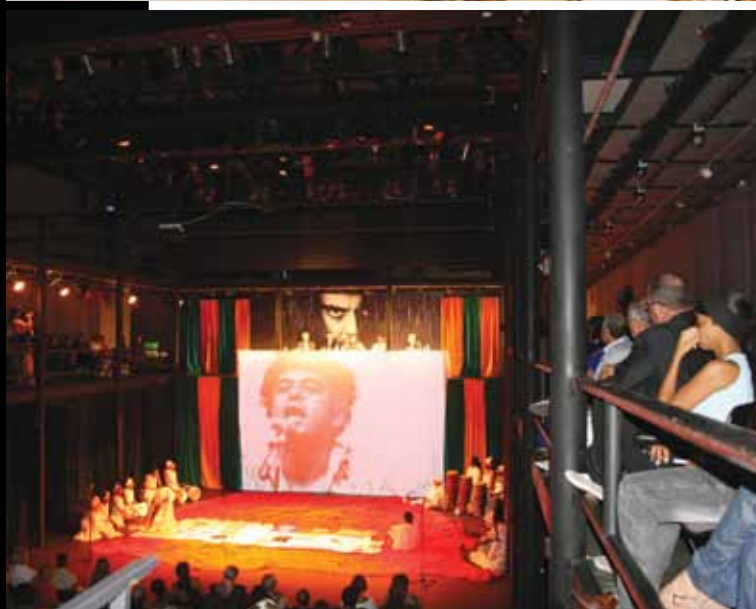
Tempo Glauber Rocha

Teatro Vila Velha

Ministério da Cultura

37ª CARAVANA

Salvador/BA



SESSÃO INTERROMPIDA

“O filme político, por meio de técnicas minuciosamente estudadas, tem como fim precípua influenciar a opinião pública, destruindo psicologicamente o espectador. Glauber Rocha e seus seguidores no Brasil querem implantar o cinema político, para com isso enganar o povo e levá-lo à agitação, à desordem política e à revolução.” Essa denúncia circulou em 1974, em um documento reservado produzido no Ministério da Aeronáutica.

Era dessa maneira que a Ditadura entendia o Cinema Novo e um de seus principais expoentes, Glauber Rocha. Acusado pelo Governo Militar de querer implantar o cinema político como forma de subversão, Glauber foi investigado, vigiado, perseguido e preso pelo regime, que, claro, censurou e apreendeu os seus filmes.

Sufocado em sua expressão criativa e amordaçado em sua manifestação política, Glauber foi para Nova York, em 1971, iniciando seu exílio de cinco anos. Morreu de septicemia, em 1981, no Rio de Janeiro. Produziu nove filmes, entre eles, Deus e o diabo na Terra do Sol (1964), Terra em transe (1967) e O dragão da maldade contra o Santo Guerreiro (1969), todos eles com uma inegável conotação política e temática ligada à posse da terra, violência e miséria.

“Hoje o País finalmente reconheceu a injustiça que cometeu contra Glauber. E este foi um dia também para refletir sobre como as ditaduras não conseguem conviver com a criatividade e a liberdade de expressão e de aprender para não repetir o passado”. A afirmação de Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, foi feita na leitura da sentença de anistia política a Glauber Rocha, durante a 37ª Caravana da Anistia.

O evento realizado no dia 26 de maio de 2010, no Teatro Vila Velha, em Salvador, na Bahia, teve parceria entre a Comissão de Anistia, o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. A cerimônia reuniu artistas, personalidades da cena cultural baiana, intelectuais, diretores cinematográficos, jornalistas e autoridades políticas. Entre elas, o Ministro da Cultura, Juca Ferreira, o Governador da Bahia, Jaques Wagner; o deputado federal, Emiliano José; o deputado estadual, Javier Alfaya; e o secretário estadual de Cultura, Márcio Meirelles.

O veredicto da Caravana da Anistia emocionou a plateia do auditório lotado. Muitos foram às lágrimas ao escutarem o pedido de desculpas formal do Estado brasileiro, feito pelo Presidente da Comissão de Anistia, à mãe de Glauber, Dona Lúcia Rocha.

“Meu coração vive sempre acelerado e, hoje, é um dia em que ele está até calmo, porque é um dia feliz. Isso era tudo o que Glauber queria. Ele sempre afirmou que, na Bahia, há um pólo cinematográfico gerador da cultura brasileira”.

Para a filha de Glauber, Paloma Rocha, responsável por dar entrada no processo de anistia, em maio de 2006, “anistiar as pessoas que lutaram pela liberdade, que não aceitaram a Ditadura, representa um reconhecimento e um amadurecimento político do País”.

A presidente do Grupo Tortura Nunca Mais na Bahia, Ana Guedes, uma das três conselheiras responsáveis pelo julgamento do requerimento de anistia, concordou: “Além de ser um ato de anistia, o resultado do julgamento é também uma homenagem a este baiano criativo, ícone da cultura nacional.”

“Considerar Glauber um anistiado é fazer justiça; é um reconhecimento de um momento onde houve falta de liberdade e que muitos, como ele, sofreram. Então, na medida em que se reconhece um, até pela sua notoriedade, é, ao mesmo tempo, o reconhecimento de muitos; e faz história”, defendeu o governador baiano Jaques Wagner.

A estética do silêncio

Em 1961, o cineasta baiano Glauber Rocha (1939-1981) escreveu um artigo em que proclamava: “Nosso cinema é novo porque o homem brasileiro é novo e a problemática do Brasil é nova”. Ele explicava assim a explosão de obras que levavam para a tela a realidade do País e de sua gente, em uma época de efervescência cultural e grande participação popular. Entre os filmes significativos do Cinema Novo estão os premiados “Barravento” (1961), “O pagador de promessas” (1962), “Deus e o diabo na Terra do Sol” (1963) e “Vidas secas” (1964), além de obras realizadas por estudantes, operários e lavradores com “uma câmara na mão e uma ideia na cabeça”.

O sonho de uma produção cinematográfica engajada politicamente, que contemplates a riqueza e a diversidade do País, foi abalado com o golpe de 1964. Enquanto autores, cineastas e atores resistiam, a censura abria suas asas sobre o cinema. Na primeira fase do regime militar, até 1968, estavam terminantemente proibidas cenas de sexo, palavrões ou referências a comportamentos considerados “imorais”, como violência familiar, homossexualismo ou traição. Por outro lado, questões políticas também pesavam. O filme “Terra em transe”, lançado por Glauber Rocha em 1967, sofreu intervenção e foi recolhido em todo o território nacional, por ser considerado subversivo e irreverente com a Igreja Católica. Apenas depois de pressão pública foi liberado pela Polícia Federal.

Com a edição do AI-5, a censura tornou-se ainda mais feroz. Segundo a pesquisadora Leonor Souza Pinto, “a partir de 1968, e durante toda a década de 70, o cinema nacional seria obrigado a recorrer à metáfora como única forma de tentar dizer o que não era mais permitido”. Era a “estética do silêncio”,

conforme definição do cineasta Cacá Diegues

Alguns cineastas mudaram a temática de seus filmes. Outros enveredaram pelas telas da pornochanchada, gênero brasileiro que aliava o humor ingênuo da chanchada com alta dose de erotismo, embora sem cenas de sexo explícito. Os que insistiram na linguagem direta e na produção comprometida com a realidade nacional sofreram perseguição, prisões e censura direta de seus filmes.

O cineasta baiano Olney São Paulo (1936-1978), diretor de “Manhã cinzenta”, foi preso em 1969, acusado de subversão da ordem e de participação no primeiro sequestro de um avião brasileiro, por membros da organização MR8, apenas porque seu filme tinha sido exibido durante o voo. Ele foi detido e levado para local ignorado, onde sofreu torturas e ficou incomunicável por doze dias.

Os negativos e cópias de “Manhã Cinzenta” foram confiscados. Apenas uma das cópias da obra, com imagens de conflitos de rua entre 1967 e 1968, foi salva e guardada secretamente por 25 anos na Cinemateca do Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro. Embora proibido no País pela Censura Federal, cópias do filme já tinham ganhado o mundo e foram exibidas nos festivais de Viña del Mar (Chile), Pesaro (Itália), Cannes (França) e Manheim (Alemanha), onde recebeu o prêmio “FilmDukaten”.

Glauber Rocha também sofreu com a censura. Exilou-se em 1971 e só voltou ao Brasil em 1976, participando do movimento pela anistia. Censurado no Brasil, “Terra em transe” foi exibido mundo afora, conquistando o Prêmio da Crítica do Festival de Cannes, o Prêmio Luis Buñuel na Espanha, o Prêmio de Melhor Filme do Locarno International Film Festival.

218

1977

MAIO

19 - Dia Nacional de luta estudantil pela Anistia.

JUNHO

4 - Repressão ao 3º Encontro Nacional dos Estudantes em Belo Horizonte, MG: 800 presos.

27 - Num raro horário em cadeia de TV, os líderes do MDB fazem dura crítica à ditadura, que reage com cassações.



DEPOIMENTO JUCA FERRERA

SOBRE GLAUBER ROCHA

“Todos sentimos desde Deus e o Diabo: Glauber Rocha é Profeta alado. Ele é uma de nossas forças e nós Brasil, a sua fragilidade.” Era assim que Paulo Emílio Salles Gomes, referia-se a Glauber em sua “Nota Aguda”, em dezembro de 1975. “Gênio da raça, anjo e demônio da cultura brasileira, artista mundialmente respeitado, louco, exibicionista, traidor, intelectual de prestígio internacional, animador/agitador cultural, subversivo, fascista, anarquista, protestante, católico, macumbeiro, sertanejo, violento, crápula, corrupto, marginal, inteligência fulgurante, pai de família, amigo amantíssimo, solitário, eremita, bon vivant, atormentado, generoso, engraçado, barba azul, delicado, bárbaro, requintado, deprimido, sujo, grosso, arrogante, barroco, operístico, cigano, mulato, judeu, baiano, devasso, puritano, trágico, místico, quem é Glauber de Andrade Rocha?”, perguntava Gustavo Dahl, em 1980, no ensaio Deus e o Diabo na Idade da Terra em Transe. Para acrescentar, “De uma coisa porém não resta dúvida: num prato da balança está Glauber, no outro o Brasil inteiro.” Seu amigo de mocidade e da turma do Cinema Novo, Paulo Cezar Saraceni dizia: “Os filmes de Glauber são os melhores porque, de todos nós, ele é o que

tem mais amor pelo Brasil”. No coração e mente, uma certeza, Glauber tem lugar entre as maiores figuras de nossa cultura. Aleijadinho, Athayde, Machado de Assis, Niemeyer, João Cabral de Mello Neto, Guimarães Rosa, Oswald de Andrade, Villalobos, Bispo do Rosário é que são seus pares. E ainda hoje, três décadas depois de sua morte, Glauber permanece como um continente a ser descoberto: a terra brasileira. O sertão que vai virar mar. Nasceu sob o signo de peixes, duplo e de direções simultaneamente opostas, em 14 de março de 1939, Vitória da Conquista. Início da Segunda Guerra Mundial, ainda hoje o maior conflito armado que a história da Humanidade conheceu. Chegaram juntos. Se baiano não nasce, estreia, Glauber já chegou ao mundo num momento trágico e épico. No final da vida depois de “A História do Brasil” seus projetos são *Ciro*, *Alexandre*, *O Nascimento dos Deuses*, *a Ilíada*, *a Odisseia*, *o Império de Napoleão*, *O Destino da Humanidade*, *Infinito*. Além da guerra e da viagem mítica, seu universo era o maior possível, sempre em expansão. Uma visão verdadeiramente cósmica, tendo a Terra como referência. O planeta Terra e sua terra, o Brasil. É o italiano Gianni Amico, que flagrando em sua casa

219

JULHO

27 - O Deops-SP prende Renato Tapajós devido ao romance *Em câmara lenta*, sobre a repressão e a resistência sob a ditadura.

SETEMBRO

14 - Convenção extraordinária do MDB defende a Constituinte e ampla anistia.

22 - A PM do coronel Erasmo Dias invade a PUC-SP. Prende 800 e queima gravemente duas universitárias.

uma conversa entre Glauber e Leon, constata: eles falam da terra como se fosse um membro da família, ente querido, mulher amada. É uma geração que filha de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Caio Prado Junior, mantinha essa estranha obsessão, seu país. A vontade de entendê-lo, de se confundir com ele, exaltá-lo e criticá-lo, fazer que caminhe. E com ele todo o continente. “Assim enquanto a América lamenta suas misérias gerais, o interlocutor estrangeiro cultiva o sabor dessa miséria, não como um sintoma trágico, mas apenas como um dado formal em seu campo de interesse. Nem o latino comunica sua verdadeira miséria ao homem civilizado, nem o homem civilizado compreende verdadeiramente a miséria do latino” manifestava Glauber em seu texto mais famoso “Uma Estética da Fome”, datado de Nova Iorque, Milão, Rio, em janeiro de 1965. Foi preciso que tomasse posse um presidente oriundo da classe operária, do mundo do trabalho e não das elites intelectuais ou financeiras, o mundo do capital, para que quarenta anos depois do grito glauberiano, o Brasil tomasse consciência do genocídio que é a sua fome secular ou arcaica. “A fome latina, por isto, não é somente alarmante: é o nervo de sua própria sociedade...Nossa originalidade é nossa fome e nossa maior miséria é que esta fome, sendo sentida, não é compreendida. ...Para o brasileiro é uma vergonha nacional. Ele não come, mas tem vergonha de dizer isto; e, sobretudo, não sabe de onde vem esta fome. ...Assim, somente uma cultura da fome, minando suas próprias estruturas,

pode superar-se qualitativamente: e a mais nobre manifestação cultural da fome é a violência”. Quarenta e cinco anos depois, por datada que possa parecer esta conclusão, o cerne da questão continua intacto. Por cima a necessidade de repartição da terra, e de ambos os lados, mais de um do que de outro, a violência. De um ponto de vista metafísico e filosófico a fome brasileira continua inexplicável. Sem sua redenção, o próprio desenvolvimento se torna iníquo. “Nossa originalidade é nossa fome!” Esta questão da fome, transformada em questão mundial pela presença de Lula nos foros multilaterais e levada em conta pelas grandes potências, repercute Glauber. Petróleo, pré-sal, soja, aço, suco de laranja, carne bovina, automóveis, só tem sentido desde que combatam a fome, cuja existência devia humilhar o país inteiro e não somente os que a padecem. Para então podermos chegar à fome mais profunda, absoluta, que anseia por uma sociedade justa e verdadeira, com o bem-estar e as oportunidades melhor distribuídas. Com oito anos acompanhou o pai, Adamastor, nome de titã, pelo sertão da Bahia, deve ter visto a fome pela primeira vez e não esqueceu. Com a questão agrária insuperada, tendo a violência padecida ou aplicada como solução inviável, ainda hoje se sente, se sente, Glauber está presente. Dez anos depois, no exílio europeu, declara ao jornal O Pasquim: “se voltar ao Brasil, voltaria à Bahia, onde quero ser governador.” Três anos mais tarde filmando a Idade da Terra em Brasília, escreve a Jorge Amado, padrinho de casamento e hospede-



deiro de sua lua-de-mel quase adolescente com Helena Inês, no apartamento que mantinha no Hotel Quitandinha, “tenho ambições políticas: ser Ministro das Relações Exteriores ou então da Educação e Cultura (acho que este ministério deveria ser dividido – quero ser Ministro da Cultura) e/ou ser governador da Bahia, suceder o próximo e, naturalmente, Presidente, mas com eleições diretas”. A expressão pelo cinema não mais lhe bastava. Já nos anos de exílio, vagando pela América Latina, encontra Darcy Ribeiro no Peru, que assessorava em questões educacionais o General Alvarado, chefe de uma rebelião nacionalista de corte nasseriano. Ficam amigos, é de se imaginar a festa. Darcy, que além do brilho fulgurante, tem formação acadêmica, entra na feijoada orgânica cultural e política de Glauber, que diz: ‘Aprendi um pouco de política latino-americana e outros conhecimentos’. Vai a Montevideu onde vê a família e procura João Goulart. De alguma forma, desde quando filma no Rio o movimento estudantil de 68, a Revolução dos Cravos em Lisboa, se aproxima dos movimentos da luta armada, Glauber dá vazão ao seu lado revolucionário, anárquico, transgressor. De quem, no Rio de Janeiro, se queixava de dormir sonhando com auroras vermelhas e acordar num porto de piratas corruptos, cheirando a rum e urina. Esta oposição entre a política como exercício do poder de fazer, como queria Nietzsche, e a política como forma de subversão da própria organização do Estado, como queria Trotsky, em nome de uma mudança de relações entre o povo e a clas-

se dominante, é seu dilema. Já em seus tempos de Salvador, quando como jornalista, repórter policial, diretor de suplemento cultural, com vinte anos completos, celebridade precoce, frequentava o palácio do Governador Juracy Magalhães ou confraternizava com Antonio Carlos Magalhães na livraria que talvez fosse a Civilização Brasileira. Glauber sustentava esta ambiguidade dialética que lhe permitia ser um radical de esquerda e manter canal e diálogo com as estruturas do poder político dominante. O poeta de Terra em Transe, que não consegue firmar o pacto entre a violência (a revolução) e a ternura (o amor), que o Mestre Paulo Emílio ensinava serem as coisas que dão sentido à vida, é ele em pessoa. Paulo Martins, este poeta, oscila entre a dedicação ao político populista e generoso que tem reminiscências de Miguel Arraes e Jango, em Alecrim, juntamente com o amor a uma militante Glauce Rocha, e o compromisso com o conservador grandiloquente e tirânico, que se refere a Carlos Lacerda, em Eldorado, fascinado pela elegância e sedução de Danusa Leão. Um no campo, outro na cidade, uma nas manifestações políticas, outra na alcova. É o signo zodiacal de Peixes, um à esquerda, outro à direita. José Celso Martinez Correa gostava de lembrar que na primeira adolescência, Glauber, como ele mesmo, se roçaram com o movimento integralista e seu nacionalismo exacerbado, autoritário. Contradições humanas, demasiadamente humanas.

Os conflitos de Glauber com o regime militar se deram a partir da censura dos seus

NOVEMBRO

4 - A ONU aprova o embargo ao regime racista sul-africano, vencendo veto dos EUA.

29 - O Congresso aprova a lei Néelson Carneiro, do divórcio.

DEZEMBRO

Geisel chama Figueiredo e comunica que ele será o presidente da República.

filmes. Em 26 de março de 1964, na flor dos vinte e cinco anos, embarca para o Festival de Cannes levando na bagagem Deus e o Diabo na Terra do Sol. O golpe que se deu cinco dias depois, já estava em marcha. O novo governo quis conferir o filme que ia representar o Brasil, onde em determinado momento o personagem inesquecível de Corisco, olhava para a câmera e dizia algo assim "Aqui neste sertão o homem só tem validade quando pega das armas para mudar o destino. Não é com a cruz não, é com o fuzil..". Mais claro impossível, Glauber é da geração que viu a chegada de Fidel Castro ao poder e vislumbrou em Cuba a chama da revolução que finalmente ia incendiar a América Latina e o mundo. No início dos anos 60 teve contato com o jovem Alfredo Guevara, que comandava desde o ICAIC a criação do novo cinema cubano, com uma nova geração de diretores, muito semelhante ao Cinema Novo. Impossível conter o entusiasmo já que um novo mundo estava sendo possível. Segundo contava o próprio Glauber, com uma ponta de orgulho, os militares encarregados de avaliar o filme, entraram na projeção desconfiados, mas saíram dizendo que o filme era filme de macho. A repercussão em Cannes fez o resto, criando um fato consumado, imobilizando a Censura. O filme foi lançado no Rio de Janeiro em dez salas do exibidor Lívio Bruni, que na época competia com as majors.

Mas em 1965, Glauber é preso numa manifestação contra a OEA, em frente ao Hotel Glória, com seus amigos Mario Carneiro e Joaquim Pedro de Andrade. E também

o jornalista Marcito Moreira Alves, os escritores Antonio Callado e Carlos Heitor Cony, o diplomata Jayme de Azevedo Rodrigues, o teatrólogo Flavio Rangel. Nesta legítima aristocracia do espírito, Glauber invoca para si o papel de "povo". Ficou inscrito nos arquivos do Serviço Nacional de Informações como inimigo do regime. Solto, continuou sua carreira. Entre o golpe de março de 1964 e o Ato Institucional de dezembro de 68, os governos Castelo Branco e Costa e Silva mantiveram algumas aparências de tolerância. Mas aí a barra pesou. Terra em Transe, considerado uma ópera barroca, visto hoje parece um documentário de época, extremamente fiel ao espírito hipócrita e predatório da sociedade brasileira. Mais uma vez o regime militar não sabia se se tratava de uma metáfora, uma revelação ou uma denúncia. Sem ter muito onde colocar o dedo indicador para apontar o delito, a censura curvou-se mais uma vez à insuperável vocação de Glauber de gerar perplexidade. O Itamaraty hesitava em mandar o filme para o mesmo festival que anteriormente o consagrara. Abusado, transgressor e libertário, Glauber descobre uns códigos secretos da nossa chancelaria e forja um telegrama em francês, supostamente vindo de Cannes, convidando o filme. Por vias transversas a cópia chega a Paris e seus diálogos vertidos para o francês, são revistos por Vinicius de Moraes, que servia na Unesco. O filme é exibido, causa celeuma, mas é consagrado. Mas o regime alimenta um clima de suspeição e desconfiança em torno de Glauber. Ele volta ao Brasil, faz O Dragão da Maldade

JANEIRO

4 - O general dissidente Hugo Abreu passa à oposição aberta.

14 - Geisel é recebido no México com protestos contra a ditadura no Brasil



contra o Santo Guerreiro, volta a Cannes, ganha o prêmio de melhor direção e lhe é oferecida produção para dois filmes, um na Espanha, outro na África. Cabezas Cortadas, é sobre um ditador latino americano agonizante em plena Iberia e O Leão de Sete Cabeças, no original Der Leone has Sept Cabezas, misturando alemão, italiano, inglês, francês e português, os idiomas dos colonizadores, sobre o choque entre o ocupante e o ocupado, no coração da África. Os condenados da terra, pele negra e máscaras brancas, Franz Fanon está por perto. O filme é recusado pelo Festival de Cannes. Evoca a tirania colonial e as guerras de libertação nacional, jovens negros sempre em armas, mais uma vez o inimigo é o colonizador. Em ambos a narrativa tradicional é implodida e ambos são proibidos no Brasil. Glauber não se sente em condições de voltar à sua terra, e aí começam seus cinco anos de exílio. Mais tarde, num consulado qualquer, seu passaporte será retido e um novo passaporte negado. Por outro lado, a radicalização da experimentação cênica glauberiana imbricada com uma desconstrução da estrutura dramática convencional, mais do que latente em Terra em Transe, faz com que a crítica receba mal ambos os filmes. Ídolos são construídos para serem derrubados. Sai pelo mundo procurando meios para fazer sua suma teológica, o filme America Nuestra. Em Moscou, Nova Iorque, Havana, Los Angeles, Roma, Glauber é um peregrino notável, celebridade maldita e começa a ter problemas de dinheiro, que o inquietam.

Mas não perde o estilo de grão-senhor renascentista, de herói romântico, de artista de vanguarda, de revolucionário do Terceiro Mundo. Volta a Havana como posição de recuo, forçosamente radicaliza à esquerda e tem contacto com os exilados brasileiros em Cuba. Mas já tendo aderido à revolução comportamental dos anos sessenta sente como opressiva a austeridade do regime comunista cubano. Esta longa evocação da odisseia glauberiana, que vai de Vitória da Conquista até Havana, serve de moldura à questão de sua anistia. Na noite do próprio dia em que morreu o Capitão Lamarca, em Pintadas, no mesmo lugar em que mataram Corisco e balearam Dadá, e depois da morte de Carlos Marighella, a caminho do Convento dos Beneditinos, em São Paulo, Glauber e toda a esquerda brasileira duvidam e refletem sobre a inviabilidade da luta armada como forma de antecipar o futuro. Numa enquete para a revista Visão, Glauber defende a abertura de Ernesto Geisel, que além de militar nacionalista, era protestante como ele e chama o General Golbery, cérebro do regime e criador do SNI, de gênio da raça. Dentre os vários escândalos glauberianos, este talvez seja o maior. Desafia toda a esquerda brasileira e mundial, chama para a briga os bem-pensantes. Conhece a execração, é considerado traidor e vendido. Já havia enfrentado o establishment do Partido ao constatar que o próprio era imune a críticas tanto pela direita quanto pela esquerda e se defendia acusando de agente da repressão quem ousasse questioná-lo. Todos

MARÇO

12 – Criado em São Paulo o Movimento do Custo de Vida, mais tarde Movimento Contra a Carestia.

29 - Terezinha Zerbini, do Movimento Feminino de Anistia, entrega denúncias de torturas ao presidente dos EUA, Jimmy Carter, que visita o Brasil.

a serviço da polícia política, seguindo o padrão moscovita. Glauber reagia dizendo que ele e sua turma eram socialistas, filhos de Paulo Emilio e Antonio Cândido. Que era LEF e não Proletcult, Eiseinstein e não Pudovkin, retomando a polêmica florescente do nascimento da Revolução Soviética, entre 1918 e 1924, quando o regime estava comprometido com a experimentação e o amor livre. Antes da grande noite estalinista. E que crítica e autocrítica faziam parte da tradição dialética marxista, que não se podia reprimir o debate em nome da obediência partidária, a inflexível “linha justa”. Ele, que já havia enfrentado o colonizador imperialista, enfrentava agora, de peito aberto, o “poder” soviético, um e outro introjetados em nosso sistema de valores, na compulsiva manutenção da vassalagem. Estava com o general conspirador Lin Piao, que durante a Revolução Cultural na China, proclamou: ‘existem países capitalistas ricos e países capitalistas pobres; existem países socialistas ricos e países socialistas pobres; o mundo se divide entre países pobres e países ricos.’ E que, aliás, é citado literalmente em: ‘A Idade da Terra’. Com sua coragem pessoal, intelectual, política, Glauber, o filho do Brasil, tentava tirar o país do impasse esquerda-direita, civis-militares, democracia-regime autoritário. Para os íntimos, reclama da burrice, da carece, da estreiteza da esquerda brasileira, por não ter percebido que ele sozinho, por conta e risco, desembarcara de paraquedas por detrás da linha inimiga, tentando dilatar seu próprio campo e se

possível diluir a linha de trincheira inamovível, o enfrentamento sem perspectiva de saída honrosa. Depois de ser unanimemente declarado inimigo do regime militar, Glauber era, de novo unanimemente, declarado inimigo da contestação ao regime militar. Que sucesso! Neste quadro, propõe à Embrafilme a realização de A Idade da Terra, projeto herdeiro da ambição de America Nuestra. O Ministério da Educação e Cultura, ao qual estava vinculada a empresa, lhe sugere fazer antes um documentário patriótico sobre o Brasil, como forma de manifestar seu apoio ao regime. Glauber se nega. Mantém a pressão política e finalmente consegue os fundos para fazer o filme praticamente sozinho, como produtor e diretor. A obra quer ser a um só tempo mosaico e grande mural. Pode ser feita e vista aos pedaços. O Messias salvador volta para o povo em quatro versões: o Cristo negro, o Cristo branco, o Cristo índio e o Cristo militar. E muito, muito mais. Inteiramente solto, Glauber retoma sua espantosa liberdade, entra e sai do cinema e sua linguagem formal, da narrativa linear, faz um grande poema épico audiovisual, desconstrói e constrói novas relações de linguagem. Quando foi chamado de Profeta Alado, o autor também complementa: ‘Profeta não tem obrigação de acertar, sua função é profetizar’. O filme passa no Rio e é massacrado, desrespeitado pela imprensa, leva bola preta. A mediocridade, a mesquinhez, a covardia pode finalmente se vingarem de Glauber. Os anões de Lilliput têm sua vez e amarram Gulliver, para

ABRIL

19 - Bombas no DCE-UFMG e no Movimento Feminino de Anistia iniciam onda de atentados da direita em Belo Horizonte.

MAIO

12 - Greve de 1.600 operários da Saab-Scania, S. Bernardo, SP, por aumento de 20%. O metalúrgico Luís Inácio da Silva torna-se nacionalmente conhecido.



eles um gigante. Vai então ao Festival de Veneza, onde, apesar de elogios de Alberto Moravia e Michelangelo Antonioni, é também agressivamente demolido pela crítica italiana, que oportunista aproveita para cobrar sua suposta adesão e patrocínio pelo regime militar. Vence o bom-comportamento de Louis Malle, Glauber perde as estribelhas, sai por Veneza vociferando contra tudo e contra todos, mas sobretudo, contra o Grande Satã, os estúdios, a indústria cinematográfica americana. “O Cinema Novo não pode desenvolver-se efetivamente enquanto permanece marginal ao processo econômico e cultural do continente latino-americano; além do mais porque o Cinema Novo é um fenômeno dos povos novos e não uma identidade privilegiada do Brasil: onde houver um cineasta disposto a filmar a verdade, e a enfrentar os padrões hipócritas e policialescos da censura intelectual, aí haverá um germe vivo do Cinema Novo. Onde houver um cineasta disposto a enfrentar o comercialismo, a exploração, a pornografia, o tecnicismo, aí haverá um germe do Cinema Novo. Onde houver um cineasta de qualquer idade ou procedência, pronto a por seu cinema e sua profissão a serviço das causas importantes de seu tempo, aí haverá um germe do Cinema Novo.”, *Uma Estética da Fome*, 1965. Um quarto de século depois, Glauber permanece fiel a si mesmo, sonha com uma democracia mundial audiovisual que enfrente o império anglofalante.”

Então, vai lamber as feridas em Portugal, arredores de Lisboa, na cidade em que Wim Wenders estava filmando “Sintra é um bom lugar para se morrer”. Adoece, tem quarenta e dois anos, idade com que aos vinte e quatro anos havia anunciado que morreria. Vem para o Brasil em coma. No meio de uma emoção brutal, morre na madrugada seguinte àquela em que chegara. Velado no Parque Lage, uma cenografia que fora sua, a nação cai em prantos, descobre a enormidade da perda. O amigo psicanalista Helio Pellegrino comenta: “Não adianta, ele queimava a vela pelas duas pontas”. Seus companheiros de guerra, que nunca entenderam porque ele não tentou se salvar procurando antes o amparo em sua terra, se olhavam perplexos e algum sussurrou para outro um sentimento que pairava no ar: ‘Morreu de Brasil’.

Esta anistia que hoje se festeja tem que ser plena, geral e irrestrita. Que joguem cinzas nas cabeças de todos os que se interpuseram entre Glauber e a redenção de seu país. Ele respirou muito cedo o ar puro e fresco do cume da montanha, conheceu a alegria selvagem, o êxtase místico, a compaixão por seu povo inteiro. Não quis, não conseguiu permanecer na lhanura inundada do vale. Ainda hoje é nossa força e nós, Brasil, a sua fraqueza. Esta é uma boa oportunidade para pedir que ele, onde estiver, nos anistie.

Glauber Rocha - Anistiado político durante a 37ª Caravana da Anistia.

JUNHO

7 - Fundado em S. Paulo o MNU (Movimento Negro Unificado).

8 - Acaba a censura prévia à imprensa.

AGOSTO

27 - O Movimento do Custo de Vida reúne 10 mil pessoas na Sé, S. Paulo, após coletar 1,3 milhão de assinaturas. Forte repressão.

12ª Sessão de Julgamento
29 de maio - 2010

Parceiro
Ordem dos Advogados do
Brasil - OAB/RJ

38ª CARAVANA

Rio de Janeiro/RJ



UM PILOTO DE ASAS CORTADAS

“Sê um patriota verdadeiro e não te esqueças que a força somente deve ser empregada ao serviço do Direito. O povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas”. Em 1939, o juiz Bento Moreira Lima enviava uma carta, de Fortaleza (CE) para o Rio de Janeiro, onde estava o seu filho, Rui Barbosa Moreira Lima, que acabara de se juntar às Forças Armadas Brasileiras. Bento Moreira Lima certamente assinou a carta, na qual consta o trecho acima, com o coração apertado. Era um tempo de incertezas aquele ano de 1939. No Brasil, o Estado Novo – que Getúlio Vargas instalara dois anos antes com o fechamento do Congresso, e dissolução dos partidos – prendia e torturava opositores e censurava a imprensa. No Exterior, as tensões entre a Alemanha de Hitler e outros países da Europa recrudesciam a cada mês. No dia 1º de setembro daquele ano, as tropas alemãs invadiriam a Polônia dando início à Segunda Guerra Mundial.

Rui Moreira Lima foi à Guerra e levou, gravado em seu espírito, a benção democrática que recebeu de seu pai. “Essa carta norteou toda a minha trajetória. Já me perguntaram se eu era comunista. Eu nunca fui comunista, eu fui brasileiro, fui defender o meu País e continuo defendendo”, diz Moreira Lima, que chegou ao posto de Major-Brigadeiro-do-Ar. Na Itália, como piloto da Força Aérea Brasileira (FAB), participaria de 94 missões de guerra. Foi esse mesmo ideário que, quase duas décadas mais tarde, inspirou-o de coragem para resistir ao golpe militar que, em 1964, deu início a 21 anos de ditadura.

Legalista, Moreira Lima se indispôs com os golpistas, o que lhe custou a perda do comando da importante Base Aérea de Santa Cruz e uma passagem pela prisão. No dia 31 de março, quando o General Mourão Filho marchava para o Rio de Janeiro, deu alguns voos rasantes sobre as tropas, provocando pânico entre eles. Foi transferido para a reserva e perdeu o seu brevê. Nunca mais pôde voar.

Na manhã do dia 29 de maio de 2010, contando 91 anos de idade, o Major-Brigadeiro-do-Ar Rui Moreira Lima veio a público novamente compartilhar a história da gênese de sua vocação democrática com os participantes da 38ª Caravana da Anistia, realizada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro.

No auditório, lotado com mais de 500 pessoas, foram julgados os processos de anistia de 191 operários do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, demitidos após uma greve realizada em 1985, nessa unidade do Ministério da Marinha.

“A greve foi feita para tentar a criação de um sindicato para defender nossos direitos civis e trabalhistas, desrespeitados pelos militares”, explica o ex-funcionário do Arsenal, Sérgio de Oliveira, um civil como todos os outros 6.000 trabalhadores registrados ali.

À época, eles eram submetidos a condições de trabalho extremas e a remuneração salarial que, com os descontos, não chegava a um salário mínimo. Finda a greve, cerca de 1.600 funcionários foram sumariamente demitidos por justa causa. Desempregados, foram perseguidos sistematicamente, perderam os seus direitos trabalhistas, além dos danos morais sofridos.

Para o deputado federal Luiz Sérgio (PT-RJ), a decisão dos conselheiros encerrou uma luta de 24 anos dos trabalhadores do Arsenal. “Estamos vivendo um momento histórico muito importante, que comprova que vale a pena sonhar e lutar pelos nossos sonhos. A nossa democracia e liberdade não foram concedidas, foram conquistadas com muito suor e luta.”

A Marinha torpedeia os direitos de seus trabalhadores

Sem qualquer tipo de negociação, 1.600 trabalhadores do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro foram demitidos entre 1985 e 1986. O motivo: realizaram a primeira greve da história da instituição, em dezembro de 1985, ano em que os militares se despediam do poder. Ao mesmo tempo em que surpreendia o Rio de Janeiro e o País, a paralisação dos metalúrgicos foi alvo de perseguição da Marinha e, segundo críticas de vários sindicatos à época, ignorada pelo então Ministro do Trabalho, Almir Pazziano, temeroso em mexer no vespeiro militar.

Os trabalhadores do Arsenal da Marinha eram civis contratados pelo regime de trabalho da CLT, mas viam-se submetidos à disciplina das casernas. Eles reivindicavam melhores condições de trabalho e aumento de salário. Nas negociações antes da greve, mostraram as folhas de pagamento nas quais constavam salários inferiores a um salário mínimo da época. Mas as reivindicações iam além: lutavam pela possibilidade de criar um sindicato para defender os direitos civis negados pelos militares.

A greve, de 15 dias, foi planejada com um mês de antecedência. Entretanto, os trabalhadores não perceberam que o Comando da Marinha acionara seus serviços de informação. Não houve qualquer tipo de negociação. O então ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, recorreu ao argumento de que a lei proibia greves no serviço público. Disse: "Ato ilegal a gente trata como tal". Para ele, a

paralisação era uma tentativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de se infiltrar nas dependências militares.

A paralisação recebeu apoio dos sindicatos de outras categorias, mobilizadas no processo de ressurgimento do movimento operário brasileiro, a partir das greves do ABC paulista e do surgimento das centrais sindicais, em especial a CUT, que acompanhou de perto a mobilização. Metroviários, bancários, metalúrgicos, ferroviários e portuários manifestaram adesão ao movimento e chegaram a participar de passeatas e piquetes, em que os grevistas e seus familiares usaram máscaras, tentando evitar identificação e possíveis perseguições.

Jornais da época relatam que quatro grevistas foram presos no 1º Distrito Naval, localizado na Praça Mauá, no centro do Rio. A repressão aos trabalhadores era feita pelos fuzileiros navais, que na década de 80 atuaram nas "Operações de Defesa dos Portos". Nas ações, que tiveram seu auge em 1987, os fuzileiros navais ocupavam os portos e impediam a ação de piquetes de operários e marítimos, alegando a responsabilidade de garantir a segurança dos navios e as operações de carga e descarga de gêneros alimentícios e matérias-primas.

Após a greve, os operários foram demitidos por justa causa, sem direito às garantias trabalhistas. Muitos foram obrigados a mudar de estado ou abandonar a profissão.

228

1978

SETEMBRO

1 - Primeira greve geral dos bancários de São Paulo pós-1964.

13 - Os professores estaduais de São Paulo voltam às aulas após 23 dias de greve, a 1ª pós-1964.

OUTUBRO

11 - O industrial Cássio Scatena, ex-CCC, assassina o operário Néelson de Jesus, na Alfa, S. Paulo, por reclamar do salário. A fábrica faz greve em protesto.

16 - O polonês Karol Wojtyła é coroado papa João Paulo II.



DEPOIMENTO

LUIZ SÉRGIO NOBREGA DE OLIVEIRA

“Como vocês sabem, eu sou metalúrgico de profissão. Presidi o sindicato dos metalúrgicos de Angra dos Reis, município à época área de segurança nacional. Tínhamos uma ação conjunta porque militava na ação católica operária, no trabalho conjunto em Volta Redonda, onde a repressão foi dura. Naquele período nós tivemos uma greve longa em Angra dos Reis e ela coincidiu com a greve do arsenal de marinha. Então o comitê de solidariedade era junto, o comitê de ajuda aos trabalhadores era junto. Mas houve uma diferença entre os metalúrgicos de Angra dos Reis e os metalúrgicos do arsenal da marinha. Primeiro porque em Angra dos Reis nós podíamos colocar a nossa cara nas assembleias e nas reivindicações, os trabalhadores do arsenal, não. Segundo que na nossa greve houve várias reuniões de conciliação no Ministério do Trabalho nos trabalhadores do arsenal, não. Nos trabalhadores do arsenal, ela foi encarada pelo comando da marinha, pelo ministro da Marinha como um ato subversivo dos trabalhadores. Os trabalhadores reivindicavam aquilo que era legítimo, que era se organizar e queriam apenas a reposição da inflação. Agora se formos olhar dentro dos processos, e essa luta nós devemos muito aos trabalhadores, as lideranças do movimento eram seguidas, passo a passo, desde que saiam de suas residências e tudo o que eles faziam. Isso caracteriza um ato eminentemente político na perseguição a estes trabalhadores. Recentemente, em uma posição que nós respeitamos enquanto decisão, mas da qual discordamos, o Supremo

Tribunal Federal entendeu que a anistia foi ampla, foi pacificadora, para unificar e fazer as reparações e que isto é uma decisão que está pronta e acabada. Mas não está pronta e acabada se estes trabalhadores que hoje estão aqui não tiverem o seu direito reparado. Naquele momento, era de um crescente na indústria naval esses relatórios confidenciais. A partir deles uma relação foi elaborada, o termo político não é correto, mas diziam que era uma lista negra, e esses trabalhadores profissionais não puderam durante toda aquela década, ser admitidos em nenhuma outra fábrica e não puderam exercer a sua atividade profissional, viraram biscateiros, sofreram, passaram fome. Daí o Estado brasileiro que elaborou esta lista e que impediu estes trabalhadores de viver na dignidade de seu trabalho, este Estado precisa reparar este erro e fazer justiça a estes trabalhadores. Por isto eu aqui apenas estou repetindo, como alguém que efetivamente participou destas lutas, o mesmo que fiz enquanto testemunha na audiência pública de 2007, a grande diferença de hoje é que o parecer do conselheiro aqui elaborado vai ao encontro a uma luta que já dura 24 anos e acima de tudo, aqui nós estamos vivendo um momento histórico, um momento muito importante, mostrando que vale a pena sonhar e lutar pelos nossos sonhos. Esse Brasil de democracia e liberdade, não foi uma democracia e uma liberdade concedida, foi uma democracia e uma liberdade conquistada com suor, com luta e infelizmente com a ausência de muitos que não estão podendo comemorar conosco este momento”.

229

Deputado/RJ Luiz Sérgio Nobrega de Oliveira- Depoimento durante a 38ª Caravana da Anistia.

NOVEMBRO

2 - Congresso pela Anistia, em São Paulo, cria o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Em poucos meses a luta pela anistia ganha ritmo de campanhas em todo o País.

17 - Sequestro dos jovens uruguaios Universindo Díaz e Lilian Celiberti em Porto Alegre, por agentes da repressão dos dois países.

DEZEMBRO

22 - O Diário de Pernambuco publica lista de 78 torturadores de Pernambuco, feita por presos políticos.

13ª e 14ª Sessão de
Julgamento
29 de maio - 2010

Parceiros
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Assembleia Legislativa do
Estado do Rio de Janeiro (Alerj)



39ª CARAVANA

Rio de Janeiro/RJ

A BATALHA NO CAMPO DE SANTANA

Naquele dia 1º de abril de 1964, o jovem capitão do Regimento Presidencial de João Goulart, Ivan Proença, recebeu ordens superiores para deslocar tanques de guerra sob o seu comando para garantir a segurança da Casa da Moeda. A hierarquia da caserna não lhe era desconhecida. Seu pai, o eminente intelectual Manuel Cavalcanti Proença, também era capitão do Exército Brasileiro. Proença sabia obedecer. Perto dali, próximo ao Campo de Santana, no Centro do Rio de Janeiro, uma outra tropa acabara de cercar um grupo de estudantes e populares que se manifestavam contra o Golpe. Atacados, eles se refugiaram no interior da Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro.

Ali, eles foram cercados. Os soldados passaram a atirar bombas de gás lacrimogêneo dentro do prédio e com as metralhadoras, cortavam qualquer possibilidade de fuga. Apavorados e sem ar, os estudantes sufocavam dentro da Faculdade. Alguém correu até o capitão Proença e avisou sobre o que acontecia. No melhor estilo dos filmes de ação, Proença cercou os que cercavam os estudantes obrigando-os a fugir. Ele e seus soldados entraram no prédio, abriram as janelas e permitiram que seus ocupantes saíssem dali.

A “indisciplina” foi imediatamente punida. Proença foi preso, punido e banido. Perdeu seus direitos políticos e sua patente de oficial do Exército. Passados 46 anos, já um renomado jornalista, escritor e professor universitário, Proença teve a sua trajetória lembrada no discurso do amigo Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, na abertura da 39ª Caravana da Anistia.

O evento, realizado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e transmitido ao vivo para todo o estado pela TV Assembleia, em 29 de maio de 2010, julgou 16 processos de anistia a perseguidos políticos, entre eles, o de Proença e o de sua esposa Ísis Maria Balter Proença. O gesto humanitário de Proença foi reconhecido 46 anos depois.

“É preciso resgatar a verdade do que aconteceu neste país, não apenas pelos prejudicados e por seus familiares, mas, sobretudo, pelas futuras gerações”, afirmou vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, deputado Alessandro Molon. “Os mais jovens têm o direito de saber a respeito daquilo que se fez no país deles, em nome do Estado deles.”

Molon se referia às histórias dos anistiados Eduardo Licarião de Sá Roriz e Sueli Roriz Moreira, filhos de José Mendes de Sá Roriz, militar que, mais tarde, seria assassinado nas dependências do DOI-Codi. Com somente 17 anos, Eduardo foi preso e torturado para que seu pai, que estava exilado, se apresentasse aos órgãos de repressão. Sua irmã Sueli foi presa em 1968, aos 18 anos de idade, por ter concedido entrevista à imprensa defendendo seu pai.

Marcello e Eduardo Guimarães Machado Freire sofreram as dores da repressão ainda mais jovens. Os dois eram filhos de Marília Carvalho Guimarães, militante da VAR-Palmares, e de Fausto Machado Freire, também ativo militante político. No início do ano de 1969, a mãe foi obrigada a entrar na clandestinidade. Em maio de 1969, o pai foi preso, torturado, condenado, banido e, posteriormente, trocado pelo embaixador alemão, em junho de 1970.

Por mais de um ano, eles trocaram constantemente de residência, atemorizados pelo risco de serem encontrados pela repressão. No final do ano de 1969, a mãe, levando consigo os dois, viajou para a região Sul do país, cruzou a fronteira com o Uruguai e participou do sequestro do avião Caravelle, cuja rota foi desviada para Cuba. Viveram no exílio com sua família pelo período de dez anos, regressando apenas em 1979.

Crianças brutalizadas

“Perdoem por tantos perigos, perdoem a falta de abrigo, perdoem a falta de amigos. Os dias eram assim”.

Os versos da música “Aos nossos filhos”, de Ivan Lins e Vitor Martins, trazem uma mensagem que as vítimas do regime militar gostariam de deixar a seus filhos. Alguns sobreviveram para contar a história e tentar recuperar o tempo roubado. Muitos se foram sem adeus, deixando o vazio, o silêncio e o medo como marca carregada pelos órfãos da ditadura.

“Eu só vi este rapaz. E jamais vou esquecer do seu rosto. Ele chegou perto do meu pai, pôs a arma na cabeça dele e atirou”. O depoimento é de Ângela Oliveira Lucena, filha de Antonio Raymundo Lucena, morto a tiros na porta de sua casa, em Atibaia (SP), em 20 de fevereiro de 1970. Além de Ângela, na época com três anos, presenciaram o assassinato, a mãe Damaris de Oliveira Lucena e os gêmeos Ailton e Denise. Não estava em casa apenas o irmão mais velho, Ariston, também militante da Vanguarda Revolucionária Popular (VPR), preso em 1970, e que ficou detido por nove anos.

Denise Lucena tinha nove anos e lembra da dor da separação da mãe Damaris, presa e torturada a ponto de ficar irreconhecível. As crianças foram levadas para o então Juizado de Menores, no bairro do Tatuapé. “Parecia que a gente era bandido de alta periculosidade. Eles falavam para as crianças que estavam lá: “Olha, esses aí são terroristas. Não mexam com eles porque são perigosos”. A família foi banida para o México e só voltou ao Brasil com a Anistia.

Ângela e Denise contam sua história no documentário “15 filhos”, dirigido por Maria de Oliveira Soares (presa juntamente com sua mãe, Eleonora Menicucci de Oliveira) e Marta

Nehring (filha do desaparecido político Norberto Nehring). O filme traz outros 14 depoimentos de filhos de militantes políticos brasileiros. Eles tinham entre 5 e 16 anos quando seus pais foram presos, exilados, torturados ou assassinados.

A psicanalista Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes considera que a Ditadura roubou parte da vida de uma geração. Autora da tese “Pacto revelado, psicanálise e clandestinidade política”, ela lista as dores da infância: falta de relação familiar, desconhecimento da história de vida, repetência ou exclusão escolar, medo constante, a prática da mentira para esconder um segredo do qual não sabiam a dimensão.

As sequelas são tão profundas que a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça reconhece como vítimas da ditadura pessoas que, entre 1946 e 1988, foram perseguidas e presas, sofreram maus-tratos físicos e psicológicos ou não tiveram direito à identidade devido à militância de seus pais e familiares.

Este é o caso de João Carlos Grabois, que conheceu a tortura ainda no útero materno. Ele é filho de Criméia Schmidt de Almeida, que estava no oitavo mês de gravidez ao ser presa na Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo. Ela foi espancada e recebeu choques elétricos no seio e órgãos genitais. Depois do parto, permaneceu com o bebê por 52 dias na cela.

A família de João Carlos foi duramente atingida na ditadura. O pai, André Grabois e o avô, Maurício Grabois são desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia. Os tios, Maria Amélia e César Teles foram presos e torturados. Os primos, Janaína e Edson estiveram presos durante a infância. Reunida apenas com a Anistia, a família tornou-se símbolo da luta pela memória das vítimas da ditadura.

232

1979

JANEIRO

16 - O Xá Pahlevi foge do Irã. Triunfa a revolução islâmica.

MARÇO

15 - João Baptista Figueiredo toma posse como último dos presidentes militares do Brasil.

16 - A freira Maurina da Silveira relata no JB que foi torturada por Fleury.



DEPOIMENTO

MARCELO GUIMARÃES M. FREIRE

SOBRE FAUSTO MACHADO FREIRE

“Na verdade, o que nos trouxe a abrir esse processo é o reconhecimento de todos esses filhos de guerrilheiros militantes que de qualquer forma acompanharam o processo da luta e que foram buscados, foram torturados, mas todos foram incondicionalmente perseguidos e têm sequelas psicológicas, inclusive na vida acadêmica. A nossa história de perseguição é muito rica, ela vem até, depois da Lei de Anistia em 1988, até 2003, quando um fiscal, inclusive com uma cara de torturador, se apresenta – nós trabalhamos em uma empresa de informática –, aperta a mão da minha mãe com bastante força e diz: ‘Eu fui torturador e vim aqui punir vocês mais uma vez’. E ele não foi lá só multar a empresa, ele abriu processos contra nós sobre fatos inverídicos, que vencemos na justiça criminal. É deselegante, é chato, você consome dinheiro, se coloca numa situação extremamente desconfortável, porque um ex-torturador ou aliado do governo militar decide quase trinta anos depois que tem que continuar te perseguindo. Isso aconteceu também no estudo. A gente, já em 1984, estava em São Paulo, e a diretora da escola, que a gente não sabia, era esposa de um assessor do presidente militar Figueiredo, e decidiu, no fim do ano, que o nosso material iria para o lixo e a gente acabou não se formando. São muitas coisas que me deixam emocionado e com raiva. Eu não fico triste, porque na verdade eu fui criado num país de guerreiros, minha mãe é guerrilheira, minha família sempre lutou e eu não tenho esse sentimento de covardia diante da ditadura, mas me deixa com raiva ver que esses processos acontecem até hoje. Ainda existem perseguições,

essa gente ainda está no poder. Essa gente está ocupando cargos importantes e perseguindo muita gente que, ou participou da luta armada, ou é filho, ou é simpatizante, ou simplesmente hoje se opõe igualmente a uma série de atitudes de bancadas e de ideias arcaicas que, todavia, comandam esse país, não totalmente, graças a Deus. A gente continua evoluindo, a democracia está aí, mas nós continuamos tendo que lutar. Por isso a gente entrou nisso aqui. A gente entendeu que a Comissão de Anistia, reconhecendo os filhos dos militantes, dos guerrilheiros, estaria carregando pra história tudo que nós passamos. Nós somos jovens, eu tenho hoje 42 anos, mas nós vivemos tudo isso, e nós somos uma prova viva de que as crianças são inocentes e armas poderosas na perseguição dos elementos de perseguição, porque muitos eram torturados. Meu pai era um dos líderes do VPR na época, e era importante prender a minha mãe, não só pelo que ela tinha feito, e pela participação dela, mas porque nós éramos objetos maravilhosos. O meu pai foi torturado com crianças chorando, imagina se fôssemos nós. Objetivamente, ele entregaria tudo. Ele não entregou ninguém na tortura, o que não é melhor ou pior, porque foi torturado. Diante de tortura, tudo pode acontecer, imagina com seus filhos sendo estuprados e torturados. Com certeza o assunto seria outro. Então, eu agradeço pela importância que pra mim tem esse processo histórico-político. Tem que ser dito, tem que ficar nos autos, tem que ser reconhecido. Então eu agradeço a vocês por essa visão clara para que isso fique espelhado para a história. Muito obrigado.”

233

Depoimento durante a 39ª Caravana da Anistia.

ABRIL

6 - Os trabalhadores rurais passam a ter FGTS.

MAIO

1 - Morre em acidente no mar o mais célebre torturador da ditadura, Sérgio Paranhos Fleury.

JUNHO

14 - Brizola reúne trabalhistas brasileiros em Lisboa.

JULHO

30 - Greve de 80 mil na construção civil de Belo Horizonte, MG; um morto, 50 feridos.

**15ª e 16ª Sessão de
Julgamento
8 de junho - 2010**

Parceiros

Assembleia Legislativa do
Estado do Maranhão
Secretaria de Direitos
Humanos da Presidência da
República

Ordem dos Advogados do
Brasil - OAB/MA

Governo do Estado do
Maranhão - Secretaria de
Direitos Humanos



40ª CARAVANA

São Luís/MA

DOIS AMIGOS DE LUTA E DE DOR

O Brasil do começo da década de 60 era um fervilhar de esperanças no campo e na cidade. País majoritariamente rural - dos 70 milhões de habitantes, 38 milhões vivam no campo – grande parte dos trabalhadores na terra se entusiasmava com a reforma agrária prometida nas Reformas de Base do Governo João Goulart. Parecia ser só uma questão de tempo. No campo, atuavam as Ligas Camponesas, os sindicatos rurais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Nas cidades, vários movimentos ligados aos trabalhadores, aos estudantes e à Igreja.

No sertão do Maranhão, o agricultor Manoel da Conceição também sonhava. Agitava o campo, organizava os trabalhadores rurais em cooperativas e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Pindaré-Mirim, entidade que, mesmo no período em que atuou na clandestinidade, em 1968, chegou a ter 4 mil associados.

“Eu só fui conhecer a leitura já moço. Por conta disso, aprendi as primeiras lições apenas no livro do mundo com capítulos e mais capítulos de violência contra os trabalhadores do campo. Para fugir da perseguição, fomos para Pindaré-Mirim, onde continuamos lutando, mas agora também ensinando lições”. Assim, nesse estilo poético, Manoel traduz o processo histórico daquele momento, que transformava o oprimido em possível agente de mudança da própria vida.

Foi no decorrer da escrita dessas lições, que Manoel conheceu o amigo Ruy Frazão, em 1968, ali mesmo no movimento dos trabalhadores de Pindaré-Mirim. Ex-estudante de engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, Frazão já contava, com apenas 27 anos, com um invejável currículo na militância de esquerda, no Partido Comunista do Brasil. Tal militância já lhe havia custado uma série de detenções e, a partir de 1964, sessões de tortura. Em 1966, foi condenado a uma sentença de dois anos de prisão, proferida pela Justiça Militar.

Mas se ainda havia alguma esperança de que a resistência de uns poucos iria transformar em realidade o sonho de que o País mudasse, ela iria ser definitivamente apagada, para Ruy e Manoel, em 1974. Neste ano, enquanto Manoel vivia um interminável calvário de torturas físicas e psicológicas no DOI-Codi do Rio de Janeiro, Frazão foi sequestrado por policiais, em Petrolina (PE). Nunca mais foi visto. Suas últimas palavras foram: “Avisa a Licinha!”, Felícia Moraes, mãe de seu filho, Henrique, que, à época, tinha apenas dois anos de idade.

Passados 36 anos, Licinha, representando o marido Ruy Frazão, e Manoel da Conceição se encontraram novamente na 40ª Caravana da Anistia, em São Luís, para receberem das mãos do Presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, documento de concessão de anistia pelo Estado Brasileiro.

Ao lado do ex-deputado Sálvio Dino, representado na cerimônia por seu filho deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), Manoel e Ruy foram homenageados na 40ª Caravana da Anistia, realizada na Assembleia Legislativa do Maranhão, em São Luís do Maranhão, no dia 8 de junho de 2010. Nessa ocasião, 16 processos de anistia de ex-perseguidos políticos dos estados do Maranhão e do Ceará foram julgados.

Em seu discurso de agradecimento, Flávio Dino falou sobre a emoção e o agradecimento de seu pai e a importância do trabalho da Comissão de Anistia. “É um ato de afirmação do que somos hoje e do que queremos ser amanhã. Estamos reafirmando os nossos valores, que não morreram junto com aqueles que foram assassinados”.

Os militares aprenderam 100 formas de torturar

O artigo 59 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil, determina: "Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante". Nos 21 anos de regime militar, o princípio fundamental da dignidade humana foi ignorado. Desde o golpe militar, mas com crueldade crescente entre 1968 e 1978, presos políticos sofreram mais de 100 formas diferentes de suplício físico, psicológico e emocional.

Dos 12 volumes do Projeto Brasil: Nunca Mais, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, três referem-se à prática de torturas. A mais completa radiografia do período ditatorial revela que 1.843 pessoas denunciaram, em Auditorias Militares, as torturas sofridas entre 1964 e 1978. Um total de 2.847 páginas descreve de forma assustadora os tipos de violência a que os opositores políticos foram submetidos, assim como os locais e os nomes de alguns dos torturadores.

No livro *Batismo de Sangue*, o dominicano Frei Betto relata uma sessão de tortura a que foi submetido Frei Tito de Alencar Lima e que retrata a violência praticada nas prisões. "Sentaram-me na cadeira-do-dragão, com chapas metálicas e fios, descarregaram choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça. Dois fios foram amarrados em minhas mãos, e um na orelha esquerda. A cada descarga, eu estremeia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques passaram-me ao pau-de-arara. Mais choques, pauladas no peito e nas pernas, que cada vez mais se curvavam para aliviar a dor. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei".

Na primeira fase do regime militar, o

uso de tortura era pontual. A partir da edição do AI-5, o uso da tortura tornou-se política de Estado. A vitória da chamada "linha dura" dos militares, com o governo de Emilio Garrastazu Médici (1964-1974), levou a institucionalização da violência desenfreada para silenciar a oposição. A tortura era utilizada como um "método científico", ensinado em cursos nos círculos militares, com certificados incluídos em currículos.

As aulas teóricas encontravam base nos Manuais Kubark, um dos protocolos de tortura usados pela CIA e pelas forças militares norte-americanas, elaborados junto com pesquisas experimentais em seres humanos. As aulas práticas em salas de tortura, apresentadas com recursos didáticos, pregavam a dor como a melhor forma de obter confissões. Nas demonstrações das sevícias, eram utilizados presos políticos, presos comuns e mendigos. Os torturadores ensinavam a aplicar choques elétricos sem deixar marcas e a utilizar o pau-de-arara sem provocar rompimento de ossos. Além de agentes de segurança, participavam médicos legistas, psicólogos e advogados.

Os militares tinham plena consciência que violavam a lei. Em 1971, o Centro de Informações do Exército (CIEEx) elaborou um manual sobre como proceder em interrogatórios de presos político para obter o máximo de informações possíveis, "recorrendo a métodos que legalmente constituem violência". O próprio General Geisel, antes de morrer, fez questão de admitir claramente que a tortura de presos políticos foi um recurso indecente utilizado pelo Estado que se via em perigo. O arrependimento, se é que ele existiu, veio tarde demais para 1.843 pessoas.

236

1979

AGOSTO

28 - O presidente Figueiredo sanciona a Anistia, parcial, limitada e supostamente recíproca. Parte dos presos políticos é libertada, os exilados retornam à pátria, os clandestinos voltam à superfície.

SETEMBRO

2 - Começa mobilização da 1ª greve nos canais de Pernambuco em 11 anos.

6 - Brizola retorna de 15 anos no exílio, recebido por três mil pessoas em São Borja, Rio Grande do Sul.

15 - O ex-governador Miguel Arraes retorna ao Recife após 14 anos de exílio. É recebido por 20 mil pessoas.



DEPOIMENTO

FRANCISCO DE ASSIS GOMES

“Nossa geração de jovens entusiastas, sonhadores de um Brasil mais justo, mais humano, independente, foi sufocada e amordaçada com o Golpe Militar. Começamos nossa militância política nos movimentos da Igreja Católica, Juventude Estudantil Católica e Juventude Universitária Católica. Tomávamos consciência que num Brasil de tantas desigualdades, numa América Latina sufocada pelo imperialismo norte-americano, nossos sonhos se cristalizavam e buscamos criar os instrumentos para desenvolver nossa luta política. Criamos a Ação Popular, que era o instrumento mais forte e foi à rede nacional, com ramificações em todos os estados. A nossa turma crescia e passava a se estruturar nas fábricas e nos campos. Passamos a organizar os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. Tínhamos a convicção de que a luta de libertação do nosso povo deveria partir do campo, onde se praticavam as maiores injustiças e atrocidades. O Brasil não era um país industrializado, a massa operária era pequena e insignificante. O Golpe Militar se abateu num momento em que se travavam grandes lutas pelas reformas de base. O presidente da época foi deposto, os Atos Institucionais foram baixados, limitando cada vez mais a liberdade de expressão e organização. Instaurava-se a ditadura militar no nosso país. Fui para Brasília, e lá continuei vinculado à Ação Popular. Nesse período, as tropas passavam a combater a chamada Guerrilha do Araguaia. A Ação Popular se dissolvia e parte de seus militantes ingressavam no PCdoB e parte ia para a organização das guerrilhas. Lá foram prematuramente aniquilados, com poucos sobreviventes. Já havia constituído família, me encarreguei da organização. Passei a buscar alternativas de luta para a redemocratização do nosso país. Meu

apartamento foi invadido por policiais da repressão durante a noite, estavam em casa, a minha mulher e a nossa primeira filha de dez meses. Depois fui preso e barbaramente torturado. Quando saí da prisão, procurei a escola onde dava aula, fui me apresentar e eles pediram que eu me apresentasse ao Departamento Pessoal. Assinei o pedido de demissão. Minha mulher foi identificada e passou a ser procurada. Fugimos para o Rio de Janeiro. Ela acabara de ter o parto prematuro da nossa segunda filha. Foi um período de terror. E a cada dia no Rio, buscávamos, numa situação de clandestinidade, uma forma de ganhar o pão de cada dia. Busco aqui a reparação que a Lei 10.599 me assegura. Eu tinha dois empregos legitimamente conquistados e que me foram retirados à força. Eu sou um deputado estadual, e na hora que eu deixar esse mandato, eu tenho que buscar um ganho de vida, eu não tenho nada na vida para assegurar a minha sobrevivência e a da minha família. Não tenho riquezas, não tenho poderes, não tenho nada. Todos conhecem a minha vida e a minha luta, que continua sendo pela redemocratização desse país, pela justiça social, pela educação, pela saúde. Continua sendo uma luta por aqueles que não têm quase nada com o que viver, continua sendo pela luta a favor dos indígenas, que são um contingente muito grande ainda do Brasil. Continuamos lutando contra todas as formas de discriminação que existem no nosso país. Mas hoje me alegro viver num país que tem um operário como seu presidente. E um país que se desprende das amarras dos imperiais modernos, de um país que respira liberdade democrática e que tem consciência de que a democracia é a luta das adversidades e que as diferenças levam à construção de uma nova sociedade.”

Francisco de Assis Gomes - Anistiado político durante a 40ª Caravana da Anistia.

237

OUTUBRO

30 - Num piquete na metalúrgica Sylvania, São Paulo, a Polícia Militar mata a tiros o líder operário católico Santo Dias da Silva, 37 anos. Mais de 10 mil protestam no enterro.

NOVEMBRO

21 - O Congresso aprova a reforma partidária. Fim compulsório da Arena e do MDB.

30 - O presidente. Figueiredo responde com uma “banana” a protesto estudantil em Florianópolis. Segue-se batalha de seis horas com a Polícia Militar, a Novembrada.

17ª Sessão de Julgamento
18 de agosto - 2010

Parceiro
Câmara dos Deputados
- Comissão de Direitos
Humanos

41ª CARAVANA

Brasília/DF



O PEREGRINO DAS CATACUMBAS

Entre 1970 e 1982, padre Renzo Rossi percorreu o Brasil de alto a baixo de carro, ônibus, cavalo, jegue e, não raras vezes, a pé. Só não foi voando porque não tinha asas. O que importava para o padre Renzo era chegar sem demora ao seu destino: uma das 14 prisões políticas espalhadas pelo Brasil, desde São Paulo até o Recife, passando pelo Rio de Janeiro, Brasília, Bahia, Fortaleza...

Apelidado de “peregrino das catacumbas”, Renzo jamais se intimidou com a cara feia dos torturadores, nem se furtou a ir onde quer que fosse ou a lançar mão da influência que fosse necessária para ajudar os presos políticos. Deu amparo moral e até mesmo financeiro às mães e aos filhos vítimas do arbítrio, serviu de “pombo correio” entre as famílias e os presos, e, de forma não confessa, entre estes e outros militantes e políticos fora da prisão.

Em uma entrevista, em setembro de 2010 ao Portal EcoDesenvolvimento, Renzo contou que, como quase todos presos políticos não tinham vínculo com a Igreja, eles não queriam saber de missas ou sermões. “Eles precisavam de um amigo com o qual pudessem desabafar, eu oferecia-lhes meu ouvido, muitas vezes sem falar nada, acompanhando o sofrimento deles.”

Natural de Florença, na Itália, Padre Renzo chegou ao Brasil em 1965, já em plena Ditadura, para trabalho pastoral em zonas de miséria na Bahia. Sua história é um dos bons exemplos do importante e, em alguns momentos, insubstituível papel que uma parte da Igreja Católica assumiu na luta contra a repressão e a tortura, o que valeu, para alguns de seus membros, prisões, torturas e mortes.

Aos 85 anos, e aposentado, Padre Renzo foi a personalidade homenageada da 41ª Caravana da Anistia, realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 18 de agosto de 2010. Agradeceu, em discurso: “Não merecia esta homenagem. Hoje é um dia importante para a minha velhice, e termino esse dia doce”. O evento foi inserido na programação do 4º Seminário Latino-Americano de Direitos Humanos e Anistia Política, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

O presidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Renato Rabelo, integrante da mesa de abertura da Caravana, ressaltou que a homenagem ao Padre Renzo torna pública uma passagem importante da história do País, e que isso se deve ao esforço valioso que faz a Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, no resgate da verdade e da memória do Brasil. “Uma Nação sem memória, que não tem capacidade de resgatar sua história, não tem futuro. A cada reparação estamos juntando parte importante de um período histórico desse país.”

A 41ª Caravana julgou os processos de pedidos de anistia políticos do sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, já falecido, e o de Mário Alves de Souza, dirigente comunista histórico, morto sob tortura na prisão. Outros processos foram o do camponês José Moraes Silva; do diplomata Jom Tob de Azulay; o militar Jefferson Cardim de Alencar Osório; Lúcia Vieira Caldas; Maria Nakano, esposa de Betinho; Maria do Socorro Diógenes; e o filho de Apolônio de Carvalho, Raul de Carvalho.

Os três filhos da Dona Maria

240

Betinho, Chico e Henril ficaram conhecidos como “os três irmãos de sangue”. E nessa expressão havia uma dualidade irônica: ao mesmo tempo eram irmãos que tinham em comum a luta contra a Ditadura, e nela tiveram um relevante papel nacional na década de 80; e sofriam, os três, de hemofilia, um legado da sua mãe, Dona Maria. Nascidos em uma família mineira de oito irmãos, tornaram-se símbolo da luta pelos Direitos Humanos no Brasil. O cientista social Betinho, exilado político, foi indicado em 1994 ao Prêmio Nobel da Paz. O violonista e compositor Chico Mário, ao compor canções contra a tortura, tornou-se um pioneiro da questão da música independente no País. O cartunista Henfil lutou pela volta dos exilados durante a ditadura militar, criou a expressão “Diretas, Já” e foi um dos mais eficientes críticos da Ditadura Militar com as suas tirinhas publicadas, principalmente no semanário “O Pasquim”.

Os irmãos de sangue participaram ativamente da reconstituição da democracia no País, mas perderam uma guerra. Hemofílicos, foram contaminados pelo vírus HIV pela transfusão de sangue tornando-se vítimas emblemáticas da fase inicial de desenvolvimento da Aids no Brasil.

O mais velho foi o sociólogo Herbert

José de Sousa, o Betinho (1935-1997). Militante dos movimentos estudantis ligados à Ação Católica, fez parte do núcleo fundador da Ação Popular (AP), em 1962. Com o golpe, ficou na clandestinidade, tornando-se operário no ABC paulista. Em 1971, partiu para o exílio.

Atuou como assessor do presidente Salvador Allende, deposto em 1973, pelo general Augusto Pinochet. Também viveu no México e no Canadá. Durante o exílio, exerceu cargos de direção e consultoria em organizações como o Conselho Latino-americano de Pesquisa para a Paz (Ipra) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Ao voltar ao Brasil, Betinho fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), instituição dedicada a democratizar a informação sobre as realidades econômicas, políticas e sociais no Brasil. Foi um dos articuladores da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Já contaminado pelo HIV, ajudou a fundar a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia). Em 1992, integrou a liderança do Movimento Pela Ética na Política, que culminou no impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, e que serviu de base para a criação da Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida. Morreu em 1997, aos 61 anos.

Henrique de Souza Filho, o Henfil. De-

1979

DEZEMBRO

31 - Dois homens sequestram, ferem e abandonam nu em Porto Alegre o cardeal Vicente Scherer.

“

O vínculo com perseguidos de muitas ditaduras latino-americanas me permitiu ser consciente – cada vez mais – da profundidade do que padeceram e da justiça que não lhes abarca. Por isso, reputo de enorme valor uma iniciativa como a Caravana da Anistia. O reconhecimento do direito de oposição a um governo ilegítimo, e a declaração solene de “anistiado político brasileiro” por um representante do Estado, que restitui a dignidade de cada cidadão, são um modo contundente de construção de uma comunidade democrática e um marco afetivo de proximidade com as vítimas”.

Patricia Tappatá Valdez, Membro-Diretor Coalizão Internacional de Sítios de Consciência (Argentina). Secretária-Executiva da Comissão da Verdade de El Salvador (1994).

senhista, jornalista e escritor, usou o humor para combater a censura. Chamou a atenção dos militares, ao publicar seus personagens da caatinga: Graúna, Bode Orelana e Zeferino, em uma denúncia das disparidades entre norte e sul do País. Faziam sucesso as tiras dos dois “fradins”: (expressos assim, com a pronúncia típica dos mineiros de Belo Horizonte), Baixim e Cumprido, que com posturas opostas e maniqueístas traziam a crítica moral e política do Brasil. Foi o primeiro dos irmãos a morrer, em janeiro de 1988. Tinha 44 anos.

O caçula dos irmãos era Francisco Mário de Sousa, mais conhecido como Chico Mário. Músico e escritor, na adolescência integrou o movimento estudantil católico. Foi vice-presidente da APID (Associação dos Produtores de Discos Independentes) e participou ativamente do movimento de artistas que lutavam contra o poder das grandes gravadoras no País.

Em 1980, Francisco Mário gravou “Revolta dos Palhaços”, com a ajuda de 200 pessoas que compraram o disco antes de ficar pronto. Um ano depois enfrentou o regime ao gravar, com o advogado das Ligas Camponesas Francisco Julião, que acabara de chegar do exílio, o disco “Versos e Viola”, vetado pela censura na época. Morreu dois meses depois de seu irmão Henfil, em março de 1988. Tinha 39 anos.

“

As Caravanas imprimem ao trabalho da Comissão de Anistia um dinamismo pedagógico que tem o papel de educar para a cidadania e abrir a consciência, especialmente da juventude, para uma disposição reconstrutiva da memória e dos direitos.”

José Geraldo de Sousa Junior, Reitor (2008-2012) e Professor da Universidade de Brasília.

JANEIRO

27 - Bomba na quadra do Salgueiro, Rio, onde haveria reunião do PMDB.

FEVEREIRO

10 - Mil pessoas, sindicalistas, intelectuais, líderes rurais e religiosas, aprovam, no colégio Sion, S. Paulo, manifesto de fundação do PT.

DEPOIMENTO

JOM TOB DE AZULAY

“Evidentemente eu estou tomado de forte emoção, principalmente pela emoção que os senhores me transmitiram ao ver cenas desse filme (Brazil: A Report on Torture). Eu não teria muito o que aludir ao excelente trabalho, completo, amplo do conselheiro Prudente Mello nos relatou aqui agora, porque ele, evidentemente contém todos os dados factuais a que eu gostaria de me referir, caso eles não estivessem sido expostos com a objetividade e autoridade de um relato de um conselheiro da Comissão. Isso me deixa muito à vontade em, talvez, chamar atenção para alguns dos aspectos que surgem diante desse meu modesto caso, principalmente em comparação com outros casos, como os que foram apreciados aqui nesta comissão e que eu acredito que possam ter uma relevância significativa. Eu me perguntaria como é possível que essa seja a primeira exibição pública de trechos desse documentário, que foi feito, inclusive, por um dos maiores cineastas do mundo, Haskell Wexler. Esse filme é brasileiro e retrata um período pungente da história brasileira. Ele, hoje, pertence ao acervo histórico da memória brasileira. Nós vimos apenas trechos dele, mas na sua integridade ele deixa a impressão de um verdadeiro

martirólogo de heróis brasileiros que sofreram na carne a dor de terem se dedicado, de terem amado este país, de se terem dado a este país. O ponto a que eu quero chegar é o seguinte, eu sei por que essa é a primeiríssima exibição pública de umas poucas imagens, nem dele inteiro. É porque a tortura é daqueles dados da vida humana que quando ocorrem são reprimidos pela sociedade como um todo. É deixá-los naturalmente ao sabor da vida e do compasso da história que eles serão esquecidos. Esse é o papel que a Comissão de Anistia deste país exerce exemplarmente aqui e para o resto do mundo. É trazer à tona que nós devemos ao realizador desse filme um muito obrigado, ao menos. O cinema brasileiro poderia ao menos convidar esse colega para receber uma homenagem por ter nos dado isso. Eu tenho certeza de que o Haskell Wexler, hoje, que é um homem de oitenta e muitos anos, está aposentado, mas ativo, se sentiria imensamente honrado em comparecer a essa homenagem. Esse filme só foi visto, e bastante visto, nos Estados Unidos. Curiosamente, por essas ironias da história, quando se abria um catálogo de cinema brasileiro numa distribuidora norte-americana, esse filme estava junto a 'Dona Flor e seus dois

242

1980

MARÇO

21 - Protesto estudantil no Rio contra a decisão do governo de demolir a sede histórica da UNE.

ABRIL

1 - Começa a grande greve de 330 mil metalúrgicos no ABC e mais 15 cidades em SP. Em S. Bernardo, dura 41 dias e polariza o Brasil.

14 - Libertada a jovem brasileira Flávia Schilling, presa havia oito anos no Uruguai.



As Caravanas da Anistia, percorrendo o Brasil, têm tido um papel educativo muito grande. Resgatam a verdade e a justiça da luta de nosso povo contra a ditadura.”

Clara Charf, ex-perseguida política.

maridos’ e tantos outros filmes brasileiros. E, no entanto, no Brasil ele nunca foi exibido. Por quê? Porque a tortura é reprimida naturalmente pelas sociedades, e eu posso dizer isso até com certa autoridade porque um dos filmes que eu fiz posteriormente, que eu me dediquei, era impossível continuar nessa carreira depois do envolvimento que eu tive com esse filme, com as atividades a que esse filme me levou. Era impossível continuar à frente daquele dia-a-dia daquele consulado em que nós recebíamos as listas dos indesejáveis. Eu me lembro bem que essa lista era encabeçada pelo Dom Helder Câmara, ele era o principal inimigo número um do Brasil no exterior. Haskell Wexler passou a entrar nessa lista depois. Eu via aquilo com uma certa satisfação, pois saía dali para exibir o filme dele. A primeira função nossa era checar essa lista para que nenhuma daquelas pessoas inscritas naquela lista pudesse receber qualquer tipo de assistência, e era dilacerante negar um passaporte, uma simples concessão a um cidadão brasileiro sem razão nenhuma, como foi, por exemplo, com o professor Guerreiro Ramos, que era um sociólogo eminente que naquela época me visitava e eu não tinha como atendê-lo porque a concessão só poderia ser dada

com autorização expressa. Eu o recebia na minha sala, na impossibilidade de fazer qualquer coisa, e eu o ouvia descarregar sua frustração com aquilo. Ele olhava o mapa e dizia: ‘Para mim, o Brasil hoje é só um mapa na parede, não sei por que estão fazendo isso comigo’. E negar que havia torturas com presos políticos no Brasil e tantas outras atividades que acabaram me incompatibilizando com a permanência na carreira. A última coisa que eu gostaria de dizer, se me permitirem, é que, na verdade, eu tive uma vocação frustrada, porque eu tinha, e tenho, um grande apreço por essa carreira. Tanto que durante a carreira de cineasta, eu, naturalmente, dediquei uma boa parte dos meus filmes à história e à política externa, e cheguei a ser até mesmo honrado com a condecoração da Ordem de Rio Branco, a ordem do Itamaraty, por duas ocasiões. Eu ainda trabalhei na Ancine. E hoje, então, eu achei que poderia, como ato normal de reparação, voltar ao Itamaraty nos anos de serviço ativo que ainda me restariam e acredito que ainda poderia dar uma colaboração de alguma experiência adquirida ao longo desses anos. Eu agradeço a atenção e o carinho dos senhores”.

Jom Tob de Azulay - Anistiado político durante a 41ª Caravana da Anistia.

243

19 - Presos e enquadrados na Lei de Segurança 13 líderes grevistas do ABC, entre eles Lula.

MAIO

19 - O PC Brasileiro afasta Prestes da direção por julgá-lo demasiado à esquerda.

JUNHO

30 - Primeira visita do papa ao Brasil: reúne até um milhão e recebe ativista operário de S. Paulo.

JULHO

22 - Golpistas bolivianos prendem e expulsam quatro jornalistas brasileiros.

18ª à 20ª Sessão de
Julgamento
26 de agosto - 2010

Parceiros
Governo do Estado do Rio
Grande do Norte - Secretaria
de Direitos Humanos
Assembleia Legislativa do
Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Direitos
Humanos da Presidência da
República

42ª CARAVANA

Natal/RN



ASSASSINADOS COM INJEÇÃO PARA MATAR CAVALOS

“Matar subversivos era uma atividade altamente profissional. Nas casas de São Paulo, havia uma equipe especializada na ocultação dos cadáveres. Os agentes sabiam exatamente o que fazer. Primeiro, amputavam as falangetas dos dedos, para evitar que os mortos fossem reconhecidos através das impressões digitais. Depois, amarravam as pernas para trás, de forma que o corpo ficasse reduzido à metade, e esfaqueavam a barriga. O esfaqueamento era para evitar que o corpo, se jogado num rio, viesse à tona algum tempo depois. Eles também colocavam o corpo dentro de um saco e amarravam-no num concreto, de 40 a 50 quilos, para garantir que o corpo ficaria no fundo do rio.”

O relato brutal de Marival Dias Chaves do Canto, ex-agente dos órgãos de informação do Exército, dado à revista *Veja* em novembro de 1992, descreve uma das técnicas que o aparelho de tortura do regime militar, em São Paulo, utilizava para dificultar a descoberta e a identificação de corpos de militantes políticos executados nos subterrâneos da ditadura. As “casas” a que ele se refere eram locais de tortura e extermínio que funcionavam em residências, chácaras e sítios nas imediações de algumas cidades brasileiras, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro.

Para as casas eram levados presos que resistiam à tortura nas unidades convencionais. Depois de submetidos a mais barbáries, eram mortos com uma injeção para sacrificar cavalos. “Quem já assistiu a uma cena dessas sabe que é uma das coisas mais grotescas e repugnantes que se pode fazer a um ser humano”, contou ele.

Um dos locais de desova dos corpos mutilados era debaixo de uma ponte localizada na estrada que liga a cidade de Avaré, no interior de São Paulo, à Rodovia Castello Branco. Marival lembra que um deles foi o de Luís Inácio Maranhão Filho, advogado, jornalista e professor universitário nascido em 1921 no Rio Grande do Norte. Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), desde a década de 1950 e deputado estadual pelo Partido Trabalhista Nacional de 1958 a 1962. Foi preso em 1952 e torturado pela Aeronáutica. Após o golpe de 1964, foi novamente preso e torturado. Refugiou-se na clandestinidade. Eleito membro do Comitê Central do PCB, foi um dos principais articuladores da anticandidatura de Ulysses Guimarães, do MDB, em 1973, como repúdio às eleições indiretas, que elegeram o presidente Ernesto Geisel.

Luís Maranhão foi preso no dia 3 de abril de 1974, aos 53 anos, numa praça em São Paulo. Foi levado para Itapeví, na Grande São Paulo, onde funcionava uma das “casas”. Seu corpo nunca foi encontrado. O nome de Luiz Inácio Maranhão Filho figura agora no Memorial “Pessoas Imprescindíveis”, inaugurado por ocasião da 42ª Caravana da Anistia, ocorrida em Natal, em 26 de agosto de 2010, na Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Norte. Além do julgamento de Luís Maranhão, a Caravana julgou outros 32 processos de perseguidos políticos.

“Brasileiros, como Luiz Maranhão, durante muito tempo foram tratados pela filosofia dominante como terroristas. Hoje vai ficando muito claro que são os heróis do nosso povo”, afirmou o coordenador estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, Marcos Dionísio.

A vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato, destacou a importância da implementação de uma “justiça de transição” que faça o resgate dos fatos, da memória e, sobretudo, que traga a verdade à tona. “A nossa certeza é uma só: a de prestar um serviço público relevante e de um acerto de contas à sociedade brasileira. Trabalhamos com a crença de que é preciso pacificar os mal-entendidos da nossa história. São histórias densas e intensas que não podem ficar guardadas nas prateleiras. A reparação moral e econômica é dever do Estado”, afirmou.

Milagres não duram para sempre

Entre os anos 1968 e 1973, o Brasil viveu um período de excepcional crescimento da sua economia. Nesta época, o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa média de 11,1% ao ano (em 1973, com 14%, bateu o recorde histórico), grandes obras públicas criaram milhares de empregos, o padrão de consumo da classe média subiu como um foguete, a inflação manteve-se relativamente sob controle. Era o Milagre Brasileiro.

Quatro décadas depois, os economistas ainda não estão de acordo sobre o que de fato possibilitou uma performance tão diferenciada da economia. As políticas monetárias, a expansão do crédito e os incentivos às exportações são os fatores preponderantes para alguns. A maciça entrada de capital externo para investimento e empréstimos externos a prazos longos e juros baixos ofertados de uma maneira quase leviana, é outro fator. As repercussões das reformas institucionais do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), do governo Castello Branco, seriam as principais responsáveis, pensam outros autores.

Mas todos estão de acordo que milagre mesmo foi todos esses fatores favoráveis terem ocorrido de maneira simultânea. A Ditadura Militar alardeou que o santo do milagre era ela. No discurso de 15 de setembro de 1973, em que agradeceu à Convenção Nacional da Arena sua indicação como candidato à Presidência da República, o general Ernesto Geisel explicitou essa visão: “Como se (...) não se devesse à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica muito do que se tem realizado, de longa data, e ainda ora se realiza, no amplo setor do desenvolvimento do país — indústrias, estradas, transportes, comunicações, educação e o mais que seja.”

Tal desenvolvimento, no entanto, logo começaria a perder sua pujança. Nos seis

meses que separaram esse discurso de Geisel até a sua posse no dia 15 de março de 1974, a OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo – aumentaria o preço do barril de petróleo por três vezes, fazendo-o saltar de 3,12 dólares para 11,65 dólares.

O Milagre se desmanchou e o prestígio do qual o Governo Militar gozava nos tempos do Milagre virou fumaça. As eleições para o Senado em 1974 mostraram isso, quando o MDB elegeu senadores em 16 dos 21 estados, colocando em risco a maioria governamental na Câmara. O final das prisões, torturas e assassinatos ainda estava a 10 anos de distância, mas o fim da bonança econômica seria o ponto de inflexão da Ditadura. A insatisfação com o governo, até então restrita à classe média intelectualizada, iria transbordar para toda a sociedade. Começariam as greves, as passeatas, os gritos públicos por anistia, pelas liberdades democráticas e eleições livres.

“Até a segunda metade dos anos 70, atribuíam-se a ele [o Regime Militar] a virtude da modernização econômica. Isso parecia a muitos uma boa justificativa para o autoritarismo, como se pudesse existir uma relação de causalidade tão simples entre regime político e crescimento econômico”, escreveu em março de 2004, no jornal Folha de S.Paulo, o ex-governador de São Paulo, José Serra.

Perseguido pela Ditadura, exilado por 14 anos, economista e ex-ministro do Planejamento no governo Fernando Henrique Cardoso, José Serra disse que, no final das contas, os militares se saíram pior do que o governo de João Goulart, cuja gestão econômica criticavam e prometiam mudar. “A taxa de inflação [após o Milagre] chegou a duplicar a máxima atingida durante o governo Jango.”

246

1980

AGOSTO

18 - Protesto em Belo Horizonte contra a impunidade de maridos que matam esposas e alegam “defesa da honra”.

27 - Bomba mata Lyda Monteiro da Silva na sede da OAB-RJ. Outras visam a Câmara do Rio e o jornal Tribuna Operária. Dez mil pessoas comparecem ao sepultamento de Lyda.

SETEMBRO

21 - Começa a Guerra Irã-Iraque, que fará um milhão de mortos; 2ª crise do petróleo.

OUTUBRO

10 - Preso por seis meses, o deputado Chico Pinto (PMDB), por discurso “ofensivo” ao general Pinochet.



DEPOIMENTO

SÉRGIO LUIZ GARCIA

SOBRE LUIZ INÁCIO MARANHÃO

“Os eventos ocorridos aqui, hoje, significaram pra gente muita informação, porque nós somos privados da convivência com o professor Luiz Maranhão, de quem nós recebemos sempre as melhores impressões. No meu caso e da minha irmã, que somos advogados, ele é o exemplo de um grande profissional, de um homem com decência, de um homem correto, de um homem que buscou passar seu ponto de vista político dentro de parâmetros pacíficos e sempre através de um debate construtivo, e que em razão de uma dificuldade de entendimento, ou de repente pelo diálogo do regime da época, foi combatido com agressividade, com brutalidade. Não tinham como dialogar com ele, então tomaram outras providências. Gostaria de fazer um agradecimento à Comissão, ao brilhante trabalho que ela vem desempenhando, desenvolvendo, especialmente na pessoa do ilustre relator. Hoje eu tenho certeza de que, onde quer que

nossa tia-avó esteja (esposa do anistiado), ela foi profundamente tocada pelo brilhante voto proferido. A família se engrandece muito pelo trabalho e pelo cuidado que foi tido com o processo. Deixamos aqui registrada exatamente essa questão da importância da liberdade. Acho que essa é a grande questão que todos nós podemos extrair disso tudo, essa memória não pode se perder. Não podemos permitir que com qualquer justificativa sejam ceifados os direitos de liberdade da pessoa humana no Brasil novamente. Temos um período muito curto de democracia e por mais que ocorram sobressaltos, não podem ser justificados novamente atos como aqueles que se deram no passado, em hipótese alguma. Vamos sim buscando sempre o aperfeiçoamento das instituições e eu acho que isso seria uma coisa que o senhor Luiz estaria dizendo aqui, e foi um pouco do que eu aprendi hoje com todos vocês.”

217

Luiz Inácio Maranhão - Anistiado político durante a 42ª Caravana da Anistia.



Assisti a uma sessão da Caravana da Anistia e foi uma grata experiência que demonstrou a força de um trabalho de memória quando o Estado participa com generosidade. É um exemplo do que queríamos ver na Colômbia para começar a curar as feridas da violência política.”

Darío Colmenares Millán, Centro de Memória, Paz e Reconciliação de Bogotá (Colômbia).

NOVEMBRO

8 - Posseiros da gleba Marabá, PA, tocaiam na mata nove jagunços que tentam expulsá-los. Matam quatro, ferem quatro.

22 - Primeira celebração, no Recife, da Missa dos Quilombos: versos de dom Pedro Casaldáliga, música de Milton Nascimento.

DEZEMBRO

8 - Assassinado em Nova York, aos 40 anos, o ex-beatle John Lennon.

16 - Flagelados saqueiam feira de Pedra Branca, CE.

**21ª e 22ª Sessão de
Julgamento
24 de setembro - 2010**

Parceiros

Universidade Federal do
Espírito Santo
Universidade Estácio de Sá
Faculdade de Direito de Vitória
Ordem dos Advogados do
Brasil - OAB/ES



43ª CARAVANA

Vitória/ES

NINGUÉM NASCE PARA MORRER ASSIM

D. Maria Augusta Bicalho Roque conta mais de 90 anos de idade. Às vezes, sua memória falha: um nome esquecido, uma pessoa que se apagou para sempre da lembrança. Uma cena, contudo, ela jamais esquecerá. O corpo do seu filho no chão, coberto de marcas de tortura, sem direito a ser velado ou acompanhado por uma procissão de rezas protetoras, exposto aos olhos dos soldados do Exército, antes de descer à cova. “Ninguém nasce para morrer assim”, diz ela com a dor nos olhos.

Seu filho, o sociólogo capixaba Lincoln Roque, militante do PCdoB, foi enterrado assim, sem qualquer dignidade, no Rio de Janeiro, em 23 de março de 1973. “É um sofrimento muito grande só de imaginar a pessoa que você ama sendo torturada. É uma barbaridade, um ato de pura perversidade. Ele só queria lutar pela liberdade e melhorar a situação dos menos favorecidos.”

Lincoln integra a lista de mortos pela repressão no Espírito Santo, que relaciona mais cinco militantes de esquerda que, diferentemente dele, nunca tiveram seus corpos devolvidos para as famílias. Quatro deles desapareceram na Guerrilha do Araguaia, em 1973: Arildo Valadão, João Gualberto Calatrone, João Maurílio Patrício e Marcos José de Lima. O sexto nome da lista, o jornalista e advogado Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, membro da cúpula do PCB, teve seu desaparecimento notificado à família, por um telefonema anônimo, em 8 de outubro de 1975, no Rio de Janeiro.

As vítimas de perseguição política no Espírito Santo foram lembradas na 43ª Caravana da Anistia, realizada em Vitória, no dia 24 de setembro de 2010, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Entre os 22 processos de anistia julgados naquela edição, estava o do ex-prefeito de Vitória (1989) e ex-governador do Estado (1995-1999), Vitor Buaiz, preso em 1972, sob acusação de subversão, envolvimento com o PCdoB e de enviar medicamentos para a Guerrilha do Araguaia.

No evento, a vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato, reiterou o compromisso da Caravana de tornar público o reconhecimento da perseguição política e da tortura do Estado, como forma de reparar o erro e de educar as gerações futuras para a democracia. “Temos como objetivo resgatar, preservar e divulgar a memória política brasileira, de modo a estimular e difundir os temas da anistia política, da democracia e da justiça de transição”.

A percepção dos jovens sobre o papel das Caravanas é um dos indicadores do sucesso do trabalho da Comissão de Anistia. Ele pode ser expresso em manifestações, como a da aluna da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Elizabetta Albernaz, de 20 anos. “Um Estado Democrático de Direito só é, de fato, democrático quando a sua história obscura é revelada. Nós, estudantes, precisamos tomar posse dos nossos deveres enquanto cidadãos. Por isso, tenho muito orgulho de estar aqui hoje”.

A jovem integrou o grupo de estudantes da FDV e das Universidades do Espírito Santo e Estácio de Sá que doou retalhos para compor a Bandeira das Liberdades Democráticas, símbolo do compromisso com os Direitos Humanos no Brasil que registra o caminho percorrido pelas caravanas em todo o País.

Violência em dobro contra as mulheres

Durante o regime militar, as mulheres tiveram um papel tão fundamental na resistência à Ditadura quanto os homens. Foram igualmente perseguidas, presas, torturadas e humilhadas. Mas, contra elas, a repressão foi ainda mais violenta. Os dados do Projeto Brasil: Nunca Mais, sobre a oposição à Ditadura nas décadas de 1960 e 1970, revelam que de 4.124 pessoas processadas pelo regime militar, 16% eram mulheres. Nos grupos armados urbanos, elas compunham 18,3% do total de militantes que ingressaram na resistência a partir das discussões em universidades e nos grupos de debates, incentivadas por companheiros e amigos.

O historiador Marcelo Siqueira Ridenti acredita esse baixo índice a uma norma implícita da sociedade brasileira da época: a não participação das mulheres na política. Enquanto os homens iam para as ruas, elas tinham de se contentar com seu papel de zeladora da família. Até então, as manifestações só podiam ocorrer para reafirmar seus lugares de mães, esposas e donas de casa, como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964.

O preconceito acabou dando liberdade para que elas atuassem, transmitindo informações e desempenhando tarefas de suporte à resistência. Muitas optaram pela luta armada; outras deram suporte aos maridos, companheiros e filhos. E, neste momento, pagavam mais caro pela "ousadia". Aos olhos da repressão, a mulher militante política cometia dois pecados: atuar politicamente e transpor os muros do papel de submissão a ela destinado.

A historiadora Ana Maria Colling, autora do livro "A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil", lembra que elas eram acusadas não apenas de terroristas, mas também

de ocuparem um espaço público destinado aos homens. Dessa maneira, a figura da mãe ou da santa cedia lugar rapidamente à figura da bruxa e da prostituta. E desse crime eram acusadas e punidas.

Invariavelmente, ao chegar à prisão eram despidas e estupradas. Além dos métodos usuais de tortura, a violência constava de mutilação, introdução de objetos e animais na vagina e no ânus, choques elétricos em grávidas, partos grosseiros. Entre as que morreram, constam casos de disparos a sangue frio, asfixia, destruição de órgãos internos, parada cardíaca causada pelos choques elétricos e loucura provocada pela dor. A tortura psicológica incluía palavrões, insultos e, o mais cruel, ameaças de tortura a filhos e familiares.

Nas prisões, ficavam distantes dos homens. Qualquer tipo de afetividade era proibido. Em São Paulo, no Presídio Tiradentes, as presas políticas ficavam na "Torre das Donzelas", onde, durante três anos, ficou detida Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidenta do Brasil, em 2010.

O documentário dramatizado "Que bom te ver viva", de 1989, aborda o drama de oito ex-presas políticas brasileiras que viveram situações de tortura. O filme tem direção da jornalista Lúcia Maria Murat Vasconcellos, que viveu na clandestinidade após o AI-5, em 1968. Ela foi presa em 1971, passou pelo ritual de tortura física, psicológica e sexual e saiu do cárcere em 1974, tendo como seqüela a perda da sensibilidade nas pernas. Durante uma sessão de tortura no Presídio Talavera Bruce, em Bangu (RJ), Lúcia Murat ouviu de um torturador: "Pior do que ser comunista é ser comunista mulher." A violência contra a mulher era praticada em dose dupla.

250

1981

JANEIRO

5 - A Volkswagen demite 3.750 operários em um só dia.

FEVEREIRO

19 - A Polícia Federal detém, por duas horas, em São Paulo, o argentino Adolfo Esquivel, Prêmio Nobel da Paz.



DEPOIMENTO

VITOR BUAIZ

“Perguntaram-me por que eu vim de branco. Eu disse para os meus sete ex-alunos, que estiveram presos na mesma época que eu, no mesmo quartel, que eu vim com o mesmo uniforme com o qual eu exerci minha profissão quando fui preso. E continuo até hoje, dentro da Universidade Federal do Espírito Santo como professor. Eu fui preso numa época em que o pânico e o terrorismo faziam parte do cotidiano do povo brasileiro, numa época em que as pessoas não podiam se reunir. O direito da cidadania foi castrado pela ditadura militar. Todos tinham muito medo, até mesmo de me visitar, quando foi permitida a visita no quartel. Alguns colegas avisavam “você é muito amigo dele, é perigoso você ir lá, pode ficar preso”. E eu fiquei extremamente feliz naquela época em ver que os jovens estudantes da universidade estavam militando clandestinamente para ver o nosso país resgatar a democracia. Na mesma semana em que eu fui libertado, estiveram presentes no meu apartamento, Dom Luís Gonzaga Fernandes e Dom João Batista da Mota e Albuquerque, não só para manifestar solidariedade, mas também para pedir que nos incorporássemos à equipe das pastorais, principalmente a pastoral da saúde. A Igreja Católica do Brasil foi, talvez, uma das principais responsáveis pela reorganização da sociedade, e a poder fazer frente à ditadura militar e ajudar o país a recuperar a democracia. As comunidades eclesiais de base tiveram a maior força política do início da sua formação aqui no Espírito Santo, porque houve uma confluência naquela ocasião da Igreja que estava aqui em Vitória. Eu fui preso durante quatro anos, sofri bastante e fiz um bom trabalho lançando aquele livro “Cartas à Prisão”. Aí se reuniam grupos de jovens dentro do que se chamou Concílio de Jovens da América Latina.

Todas as noites os jovens se reuniam. Aqui no Espírito Santo teve essa concentração de pessoas que estavam definindo, inclusive, o futuro da nossa democracia. E eu fui um privilegiado, de ter participado efetivamente desse processo. Como prefeito municipal, criamos um comitê em defesa da democracia. Todas as manifestações públicas feitas, o gabinete do prefeito de Vitória dava apoio. Eu não me arrependo de nada do que eu fiz, apesar de todo o sofrimento, não propriamente meu, mas da minha família. Minha mãe era de idade, ela ficou os 46 dias em que eu fiquei preso, na cama, chorando. Eu vou contar um episódio curioso, interessante e engraçado. Naquela época, um dos secretários-gerais do Partido Comunista Brasileiro era bombeiro hidráulico, aqui em Vitória e atendia a minha mãe toda vez que ela precisava de uma ajuda. Meireles, como se chamava, saía pelas ruas distribuindo e pegando assinaturas no jornal do Partido Comunista Brasileiro. Era uma figura extremamente respeitada, adorada pela nossa geração. Um belo dia, eu preso, minha mãe na cama, chorando, furou um cano do banheiro. “Manda chamar seu Meireles”. Ele chega lá em casa com sua maleta de madeira, carregando seu material de trabalho, abriu a porta e minha mãe o recebeu chorando. Ele disse: “A senhora devia estar rindo, estar alegre, porque o seu filho é um herói”. Então isso deu uma emoção muito grande em toda a nossa família. E eu não perdi o emprego, porque não só eu tirei férias naquela ocasião, como tive toda a solidariedade daqueles médicos, professores da universidade. Como ex-prefeito e como ex-governador do estado, eu me sinto muito feliz por ter feito tudo aquilo que fiz e ter o reconhecimento do nosso governo democrático”.

251

Vitor Buaiz - Anistiado político durante a 43ª Caravana da Anistia.

ABRIL

30 - Integrantes do DOI do I Exército explodem acidentalmente uma bomba que planejavam usar num atentado durante show de música no Riocentro (RJ). O sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário morre no local.

JUNHO

5 - Descoberto o 1º caso de AIDS na Califórnia (Estados Unidos).

BRUTAIS E VIOLENTOS

Ser preso à época da Ditadura Militar não era nada parecido com o que se vê nos filmes policiais. Alguém bate à porta, mostra a ordem de prisão emitida por um juiz, esperava o detido vestir-se e o levava a uma delegacia à qual parentes e advogados têm acesso. O que acontecia era uma invasão violenta por pessoas armadas, em geral à noite, destruindo o que encontravam pela frente e ameaçando familiares e vizinhos. A vítima era quase sempre encapuzada e já começava a ser espancada no próprio veículo que a levava para algum lugar clandestino. Ali, para desespero dos parentes e amigos, ficava incomunicável por um longo tempo. As autoridades negavam que soubessem do seu paradeiro ou que houvessem participado da prisão. Advogado? Nem pensar. Na quase totalidade das vezes, a vítima era torturada e, não raramente, morta.

“Pior do que ser preso, era a forma como eles agiam. Lembro-me deles entrando na minha casa, revirando tudo, arrancando minha mãe da cama como se fosse um embrulho. Passei muitas dificuldades, mas graças a Deus estou aqui hoje”, contou Herculano Pinto Filho, preso a 13 de maio de 1964, na cidade mineira de Lavras, acusado por subversão. Radialista na cidade, Herculano foi levado algemado por policiais armados com metralhadoras. O fato de ele estar ainda se recuperando de um acidente não os comoveu, foi preso por oito dias e não escapou da tortura. Ao longo do regime militar, seria preso ainda outras vezes.

Na companhia de outros seis perseguidos políticos, Herculano teve o seu pedido de anistia julgado na 44ª Caravana da Anistia, na Pontifícia Universidade Católica, em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O evento se deu em uma parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na programação do 1º Encontro Brasileiro de Universitários Cristãos, no dia 9 de outubro de 2010.

Os outros processos julgados eram de Hervê de Melo, membro da Aliança Libertadora Nacional (ALN), preso durante a Ditadura; Maria de Fátima Nolasco, militante do PCdoB, foi presa, torturada e demitida por motivos políticos; Renato Santos Pereira, preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), teve de refugiar-se na clandestinidade juntamente com a sua esposa, Mary de Souza Muniz Pereira; o operário José Deolindo de Oliveira (post mortem), processado pela Lei de Segurança Nacional, por pertencer ao Grupo dos Onze e a sindicalista Maria da Silva Gonçalves (post mortem), também acusada de pertencer ao Grupo dos Onze.

“A Ditadura foi uma duríssima realidade vivida em nosso País. O controle das forças de repressão era brutal e violento. Os jovens precisam saber a história daqueles que lutaram pela liberdade”, disse o presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio, presente nessa 44ª Caravana da Anistia.

A vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato, que presidiu a Caravana, concordou: “Ter um julgamento próximo da comunidade é importante para que a população entenda que casos são esses. É mostrar para a juventude, que não conhece a história, que jovens foram esses que se rebelaram, que foram perseguidos.”

Ao final, Sueli Bellato apresentou aos anistiados políticos o pedido de desculpas em nome do Estado brasileiro pelos sofrimentos que foram provocados pela perseguição da Ditadura. Sentado em sua cadeira de rodas, Herculano Pinto Filho, aos 83 anos, ouviu o pedido de desculpas e chorou.

A censura: autoritária e burra

Em seu livro *História das minhas canções*, o compositor Paulo César Pinheiro conta de uma ida a uma repartição na qual funcionava a censura para tentar liberar sua música “Sagarana”, proibida de ser tocada. Para reforçar seu argumento, Pinheiro levou um exemplar do livro homônimo, do escritor mineiro Guimarães Rosa, em cuja homenagem a canção havia sido escrita. “Levei o livro para mostrar a importância do autor, respeitado no mundo inteiro, e para apagar qualquer visão de que aquilo pudesse ser um tratado subversivo”, conta.

Atendido por dois senhores, Paulo César Pinheiro mostrou o livro, explicou quem era Guimarães Rosa, falou dos neologismos e regionalismos que usava. Os dois censores leram os versos da música, depois trechos do livro. Entrelaçaram-se em silêncio e, finalmente, um deles falou: “É melhor a gente manter o corte. Isso parece linguagem de código. Mensagem cifrada. Coisa de guerrilheiro, sei lá.”

A censura aos músicos na época da Ditadura Militar não era apenas política, era pior ainda. Era burra! Em sua esmagadora maioria, os censores não possuíam nenhum conhecimento ou treinamento sobre literatura, música ou estética. Para vencer essa barreira, os artistas se valiam de duas estratégias: trocavam os termos vetados pelos censores por sinônimos ou expressões semelhantes, o que muitas vezes permitia a liberação de suas obras, ou já compunham suas obras com mensagens subliminares, duplos sentidos, significados ocultos, o que obrigou os brasileiros a ouvir e a cantar nas entrelinhas.

As proibições provocaram um enorme estrago na música brasileira. Um levantamento

publicado na revista *Veja* contabiliza em 1.023, o número de músicas vetadas na década de 70, de todos os gêneros e estilos. Chico Buarque de Hollanda, um dos músicos mais perseguidos pela Ditadura Militar, foi obrigado a mudar de nome duas vezes, Julinho da Adelaide e Leonel Paiva, para conseguir lançar suas músicas.

Pelo seu admirável lirismo, domínio da língua e engajamento político, Chico Buarque transformou-se numa espécie de porta-voz cantante da resistência à Ditadura. Ao voltar ao Brasil, depois de um exílio de um ano na Itália, em 1970, Chico apresentou à censura a sua composição “Apesar de Você”. Surpreendentemente a música passou com versos como “Hoje você é quem manda. Falou, tá falado, não tem discussão (...) Apesar de você, amanhã há de ser outro dia. (...) Quando chegar o momento, esse meu sofrimento vou cobrar com juros.” Paulo Sérgio Pinheiro tinha razão, os censores eram muito ignorantes.

O historiador Paulo César de Araújo pesquisou a trajetória musical de 1968 a 1978 e pinçou, entre muitos, o curioso caso ocorrido com um clássico da música popular, “Tiro ao Álvaro”, de autoria de Adoniran Barbosa e Osvaldo Moles e gravado por inúmeros intérpretes, entre eles, Elis Regina. Até uma criança de 10 anos seria capaz de perceber que Adoniran exagerava o sotaque paulistano e propositadamente errava a gramática para criar um efeito humorístico. Mas a censura considerou que chamar “alvo” de “álvaro”; “tábua” de “tauba” e “automóvel” de “artomorve” colocava em risco a segurança nacional. A censora circulou as perigosas palavras e escreveu em letras garrafais: “VETADA, A falta de gosto impede a liberação.”

254

1981 JULHO

3 - O IPM do Riocentro conclui que a bomba de 30/4/1981 foi obra de terroristas de esquerda e visou desmoralizar o Exército.

AGOSTO

21 - Em Praia Grande, SP, cinco mil delegados de 1.126 entidades realizam a Conclat (Conf. Nac. das Classes Trabalhadoras), que elege Comissão Pró-CUT.



DEPOIMENTO

RENATO SANTOS PEREIRA

“Eu acho que o exemplo que está sendo dado, com a realização das caravanas, é uma motivação para que as gerações futuras não passem por esse tipo de constrangimento, que chegou em muitos casos à pressão física, à tortura, ao terrorismo pessoal. O Colégio Domiciano Vieira, era um colégio localizado em Belo Horizonte, no Barreiro, frequentado por operários de várias indústrias, com uma equipe de professores muito voltada para o movimento social. No caso, muitas lideranças sindicais saíram inclusive desse colégio. Eu queria fazer justiça às duas jovens, Márcia e Conceição, elas não desapareceram por nada. Elas desapareceram por convicção política, a gente pode afirmar isso hoje. Eram duas adolescentes, na época não tinham nem 15 anos, mas se motivaram por decisão política. Na escola, a família pressionou, inclusive saindo o caso na imprensa. Esse relato criou um clima tempestivo não só no Barreiro, como dentro da escola. Eu, como vice-diretor e professor das duas alunas, que tiveram esta decisão de sair, vou dizer para vocês: elas ficaram anos também na clandestinidade. Então algumas pessoas que foram presas, tentaram respon-

sabilizar essas pessoas pelo sumiço das duas meninas. Os outros professores do colégio abandonaram, não fui só eu não. Muita gente saiu para a clandestinidade. É um colégio que continua funcionando, cumprindo seu papel no Barreiro, é um excelente colégio. Tem uma história muito bonita em termos de colégio de comunidade. Do meu ponto de vista, eu fico satisfeito de ser anistiado. Eu fiquei anos esperando, saí de um colégio, morei no Rio de Janeiro, morei no Espírito Santo, sempre na expectativa das meninas aparecerem, porque realmente você não podia voltar de jeito nenhum, porque você era visado. Isso aconteceu, não aconteceu nada com elas, mas militaram também politicamente, e a coisa se deu bem. Mas em alguns outros casos que a gente conhece no país, menores de idade morreram na militância, foram torturados. Eu não tive outra saída a não ser ir para a clandestinidade. Não foi porque eu quis, eu fui obrigado. Acho que o Brasil hoje passa por outro momento. Hoje colocamos o Brasil como exemplo de buscar uma justiça permanente, que continua não acontecendo nas delegacias, onde a pessoas são brutalmente torturadas.”

255

Renato Santos Pereira - Anistiado político durante a 44ª Caravana da Anistia.

SETEMBRO

1 - A Comissão Pastoral da Terra denuncia a prisão dos padres franceses Camio e Gouriou, por apoiarem posseiros do sul do Pará.

17 - Piquet vence o GP de Las Vegas e é campeão da Fórmula 1.

NOVEMBRO

3 - Choque entre posseiros e pistoleiros em Conceição do Araguaia, PA; quatro mortos, 10 feridos.

**24ª e 25ª Sessão de
Julgamento
19 de outubro - 2010**

Parceiros

Universidade Federal
Fluminense

Câmara Municipal de Niterói

Sindicato dos Operários Navais

do Estrado do Rio de Janeiro

Ordem dos Advogados do

Brasil/Niterói e RJ

Fórum de Anistia dos Operários

Navais e Metalúrgicos de

Niterói e São Gonçalo

Associação dos Aposentados e

Pensionistas dos Municípios de

Niterói e São Gonçalo

Associação Brasileira de

Imprensa

45ª CARAVANA

Niterói/RJ



UMA CIDADE HÁ QUASE UM SÉCULO NA ESQUERDA

No dia 24 de agosto de 2009, cerca de 100 pessoas se reuniram no plenário da Câmara Municipal de Niterói para reivindicar a passagem da Caravana da Anistia pela cidade. Estavam lá, além de representantes da própria Câmara, o Fórum da Anistia Niterói/São Gonçalo e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ). A reivindicação do grupo fundamentava-se no orgulho de quem conhece o seu próprio passado. Afinal, argumentavam, Niterói sempre teve grande relevância na luta pela liberdade no País, inúmeros fatos comprovavam isso. Niterói tem de estar neste roteiro!, exigiam. Queremos resgatar a verdade e mostrar o papel da cidade na história brasileira.

Com o movimento Pró-Caravana, a cidade assumiu seu papel democrático com a mesma energia e determinação que teve para enfrentar a época mais feroz da Ditadura. Entre as décadas de 1960 e 1970, a cidade foi um dos grandes palcos de movimentos sociais que tinham como objetivo implantar reformas políticas no País. Isso sem falar do acervo político acumulado ali. Foi naquela cidade que, em 25 de março de 1922, foi realizado o I Congresso Comunista, que iria criar o Partido Comunista do Brasil. Também foi lá, 42 anos mais tarde, em 1964, que surgiria um dos movimentos de esquerda que fez história na luta contra a Ditadura, o MR-8 (Movimento Oito de Outubro), resultado de uma cisão de universitários com o PCB.

Depois de atuar fortemente no movimento estudantil e no início da luta armada, o MR-8 foi totalmente desarticulado pela repressão do Regime Militar, no início de 1969. Seus sobreviventes, ainda em liberdade, juntaram-se aos integrantes da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), de Vladimir Palmeira, e reconstituíram um “novo” MR-8. Já como grupo de guerrilha urbana, a organização tornou-se conhecida por seu papel preponderante no sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, em uma ação organizada em conjunto com a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de São Paulo.

Dois meses depois do ato “pró-Caravana” na Câmara Municipal de Niterói, em 18 de outubro de 2010, chegou à cidade a 45ª Caravana da Anistia. O evento realizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense iria julgar 29 processos de anistia de ex-militantes, ex-militares, sindicalistas e profissionais liberais.

Rafael Francisco de Almeida, de 91 anos, um dos que foi considerado anistiado no decorrer da 45ª Caravana, ainda tem bastante claro na memória todo o sofrimento pelo qual passou, depois de sua cassação, em junho de 1964. Naquele momento, ele perdeu os três cargos, entre eles o de presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos do Rio de Janeiro, que ocupava em instituições sindicais. “Com a cassação, perdi tudo. Quando você está no apogeu e desce até o porão, para subir de novo não é fácil. Tive que trabalhar cortando cana em uma usina, para sobreviver, sustentar os filhos. A luta não foi fácil”.

Depósito de gente

Certa vez, o cardeal Paulo Evaristo Arns, então arcebispo de São Paulo, interpelou um militar sobre a prisão de um grande número de presos políticos no Estádio Caio Martins, em Niterói. Ouviu como resposta uma risada e a afirmação: “Se houvesse tantos presos em um estádio de futebol, os comunistas teriam feito uma revolução”. O desmentido perdura até hoje. Mas dezenas de testemunhos de vítimas confirmam que, logo após o Golpe, o complexo esportivo foi transformado em cárcere político.

Não há registros oficiais referentes às prisões no Estádio Caio Martins. O que se comprova, por meio de depoimentos, é que logo após o golpe de 1964, as celas dos quartéis da Marinha e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) ficaram superlotadas. Os golpistas, então, usaram o Estádio, pertencente ao governo do Estado do Rio de Janeiro e localizado na cidade de Niterói, então capital

do Rio de Janeiro, como depósito de presos.

O Estádio funcionou como prisão de passagem, até serem definidos os destinos dos detidos. A ocupação do local pelos militares aconteceu no vácuo de tempo entre a cassação do governador Badger Teixeira da Silveira (1916-1999) e a posse de Paulo Francisco Torres, marechal eleito por via indireta governador do Estado do Rio de Janeiro. Sob a guarda ostensiva do I Exército, e depois de policiais militares, o complexo esportivo alojou operários, profissionais liberais, estudantes, bancários, médicos e engenheiros, que dormiam ao relento, nas arquibancadas.

Mais de 500 presos permaneceram incomunicáveis. Foi a primeira vez na história da América Latina em que a ação militar de derrubada de um presidente usou os espaços de um ginásio esportivo e um campo de futebol para prender opositores. A estratégia foi repetida em 1973, no golpe contra o presidente

258

1982

JANEIRO

19 - Morre de overdose em São Paulo, Elis Regina de Carvalho, 36 anos.

FEVEREIRO

11 - O Tribunal Superior Eleitoral concede registro definitivo ao Partido dos Trabalhadores.



As Caravanas da Comissão da Anistia têm um legado de exemplos de democracia, participação e, principalmente, politização dos trabalhos, promovendo a participação popular nos debates, o pedido de perdão em nome do Governo Federal aos que foram perseguidos e injustiçados pelo regime militar, além de contribuir com os avanços pela preservação da memória e a consolidação da verdade.”

Diva Soares Santana, Vice Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-Bahia, Conselheira da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

chileno Salvador Allende, com a utilização do Estádio Nacional.

Havia uma predominância de operários navais, metalúrgicos e advogados, o que demonstra a força da organização sindical em Niterói. Na década de 60, o Sindicato dos Operários Navais de Niterói e São Gonçalo reunia mais de 25 mil filiados, muitos deles remanescentes da “greve dos 100 mil marítimos”, que, em 1953, parou estaleiros e a frota de navios da Marinha Mercante. A entidade tratava diretamente com presidentes da República, como o deposto João Goulart, por articular trabalhadores fundamentais para a economia e a defesa do território.

Após o golpe, fuzileiros navais invadiram o prédio do sindicato, queimaram documentos e prenderam os dirigentes e lideranças ligados aos estaleiros navais, principal atividade econômica da cidade. Novo golpe

aconteceria em julho de 1964, quando o Ministério do Trabalho alterou o enquadramento sindical dos operários navais, transferindo-os para a categoria profissional de metalúrgicos. A medida acabou tendo efeito contrário, pois fortaleceu uma categoria de grande poder associativo nas regiões industrializadas, como o ABC paulista.

Em entrevista ao jornal O Fluminense, o advogado Manoel Martins relembrou sobre o tempo em que esteve preso no Estádio. “Eram mais de 400 pessoas, o maior número de presos era de gente humilde, camponeses, evangélicos. Passávamos o dia com os guardas com armas voltadas para nós. Até para ir ao banheiro, eles nos acompanhavam com as armas apontadas para a nossa cabeça. Alegavam que era para não tentarmos o suicídio. Dormia-se nas arquibancadas. O café da manhã era mate com pedaço de pão. Ficamos incomunicáveis ali.”

ABRIL

2 - Começa a Guerra das Malvinas entre Argentina e Inglaterra. O Brasil não permite o pouso de aviões ingleses.

MAIO

27 - O Rio Grande do Sul é o primeiro estado a extinguir seu Deops.

AGOSTO

24 - Esther Figueiredo Ferraz é a 1ª mulher ministra (da Educação).

DEPOIMENTO

MARIA FELISBERTA BAPTISTA DA TRINDADE

“Eu tenho a impressão de que o meu próprio requerimento não diz quem eu sou, o que eu sofri, enfim, aquilo tudo que nós passamos. Quando o relator fala do meu passado, fala justamente da minha militância, que antecedeu 1949. É que nem tudo veio registrado. Eu talvez tenha sido a primeira cassada desse país e vou aproveitar a oportunidade para contar para vocês que em 1946, eu fui eleita vice-presidente do Grêmio Científico e Literário do Colégio Pedro II. Fui cassada pelo diretor, que me chamou e disse: ‘Você não pode ficar como vice-presidente de um grêmio estudantil porque você tem ideias socialistas.’ Eu realmente sempre tive ideias socialistas e ainda as tenho. Então, na minha militância, entrei no Partido Comunista e aparecem várias prisões, inclusive numa delas eu estava grávida, ali não é contado isso, e mais tarde eu perdi, abortei. E em 1964, quando estourou o golpe em 1º de abril, eu tinha uma filha que está presente aqui, a Valéria, que tinha acabado de nascer. Nós estávamos em casa e chegou um recado

para o meu marido que ele saísse correndo, porque era dirigente do Partido Comunista, do Comitê Estadual, e que o Caio Martins tinha mais de 500 presos políticos. E quando eles chegaram à minha casa, meu marido já tinha fugido e minha cunhada me pegou com Valerinha, meus quatro filhos foram repartidos, e eu vou com ela para o apartamento do meu irmão recém-casado. Não podia sair, quando batiam na porta eu não podia atender, dava de mamar para ela não chorar, para não dizer que havia alguém escondido ali. Depois de quatro ou cinco meses escondida, eu queria voltar à minha vida, dar aulas, e até foi uma pessoa que diziam que era de direita que me abriu as portas, dona Maria José, falecida há uns três anos. Ela disse: ‘Volte pro Colégio Nilo Peçanha que nós estamos precisando de você’. E eu fui lutando. Quando fiz concurso em 1965, por não ter bons antecedentes, eles não revelaram a minha nota e eu fui considerada como inapta para assumir no estado. Mas eu lutava muito, então em 1967, eu entro numa seleção de títulos e

260

1982 NOVEMBRO

5 - Os generais Figueiredo e Stroessner inauguram Itaipu, na época, a maior usina hidrelétrica do mundo, com 12.600 MW.

15 - A oposição, em conjunto, conquista a maioria na Câmara dos Deputados.

30 - O presidente Reagan dos EUA visita o Brasil, recebido com protestos de rua.

13 - Reconhecida a eleição de Brizola ao governo do Rio, com um mês de atraso devido ao Escândalo Pró-Consult (manipulação anti-Brizola na contagem dos votos do RJ).

DEZEMBRO

13 - A PF-SP detém 86 delegados ao 7º Congresso do ainda ilegal PC Brasileiro.



finalmente em 1970, eu faço seleção pro SENAI. E talvez a Polícia ficasse meio chateada porque eu passava sempre. E assim, quando eu resolvi fazer meu mestrado em educação, eu sou convidada por seis meses para substituir uma colega que tinha ficado doente na UFF, na Faculdade de Educação.

Como fui avaliada e meu trabalho tinha sido de bom nível, resolveram me contratar por dois anos. Um dos documentos era atestado de direitos políticos. Eu requeri no Tribunal Eleitoral, eu não era cassada. E tudo eu fazia, eu lutava, porque eu tinha uma família para sustentar. Meu marido, perseguido, foi embora foragido pro estrangeiro e só foi absolvido em 1970 e tantos. No DOPS, eles pediram declarações das escolas. Todas elas deram declarações sobre a minha vida funcional e que eu respeitava a democracia. Eles usaram aquilo como quiseram, me controlavam até na vizinhança. Até a moça da qual eu comprava na lojinha foi interrogada, e ela disse que eu era recatada. Até achei graça

de eu ser recatada. Eu não pude ficar na UFF, mas quero dizer a vocês que eu volto à universidade, concursada, em 1985. E levaram mais de um ano para me chamar concursada, porque havia muitas discussões a respeito da minha pessoa. Inclusive o meu diretor regional disse que eu dei muito trabalho, porque ele tinha que responder mensalmente um relatório do SNI sobre a minha pessoa, sobre o meu desempenho profissional. Eu estava entre aqueles que julgavam que a minha luta individual tinha conseguido conquistar algum espaço na vida profissional, na vida de militância. Eu participei de todos os movimentos, na luta pela anistia, por eleições. Mas eu achei que a questão também era política.

Que antes de tudo, eu tinha que ser anistiada como alguém que foi perseguida desde cedo, desde os bancos escolares até mais tarde, em todas as outras oportunidades. E, por isso, eu fiz esse requerimento solicitando a minha anistia e os direitos que vocês julgarem necessários.”

261

Maria Felisberta Baptista da Trndade - Anistiada política durante a 45ª Caravana da Anistia.

1983

JANEIRO

2 - Em iniciativa pioneira, os maiores de 65 anos deixam de pagar ônibus em São Paulo.

FEVEREIRO

Começa a campanha popular pelas eleições diretas para Presidente da República.

**27ª e 28ª Sessão de
Julgamento
22 de outubro - 2010**

Parceiros

Memorial da Resistência
Núcleo de Preservação da
Memória Política
Grupo Tortura Nunca Mais/SP
Fórum dos Ex-presos Políticos
de São Paulo
Governo do Estado de São
Paulo
Conselho Estadual de Defesa
da Pessoa Humana



46ª CARAVANA

São Paulo/SP

O COMANDANTE E O EMBAIXADOR

O relógio marcava 14h30, naquele 4 de setembro de 1969. Um fusca azul bloqueia a Rua Marques, no bairro carioca de Botafogo, no momento em que passa o Cadillac preto em que estava o embaixador americano Charles Burke Elbrick. Um segundo depois, outro fusca, vermelho, para atrás do Cadillac. O motorista do cônsul breca. Imediatamente, o automóvel é invadido por quatro jovens armados, cada um com um Taurus 38 nas mãos.

É um sequestro. Os quatro jovens eram guerrilheiros urbanos. O motorista é rendido. O embaixador passado para uma prosaica kombi verde, que segue direto para o cativo. Ali, o aguardavam Fernando Gabeira, do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), e Joaquim Câmara Ferreira, da Aliança Nacional Libertadora (ALN). Joaquim Câmara atendia, desde os tempos da militância no PCB, em 1930, pelo codinome de Comandante Toledo, era ele o comandante político daquela operação.

O sequestro de Elbrick durou quatro dias. Foi vitorioso e resultou na libertação de 15 prisioneiros políticos, embarcados em viagem de avião para o México. Mas os sequestradores pagariam um alto preço pela ousadia. Dos 12 envolvidos, oito seriam presos. Destes, dois morreriam sob tortura. O comandante operacional da ação, Virgílio Gomes da Silva, é capturado no dia 29 de setembro e barbaramente torturado. Morre no dia seguinte, na cadeia. Joaquim Câmara Ferreira, aos 57 anos de idade, é pego um ano e um mês depois, a 23 de outubro de 1970. O delegado Fleury, do DOPS de São Paulo o espanca de tal maneira que ele morre menos de 24 horas depois.

Exatos 40 anos depois de sua morte, a 46ª Caravana da Anistia organizou uma intensa programação para marcar a memória do Comandante Toledo. O conselheiro Egmar José de Oliveira, representante da Comissão de Anistia, presidiu a solenidade de abertura, no dia 23 de outubro de 2010, no Memorial da Resistência, em São Paulo.

Sua filha, Denise Fraenkel-Kose, recebeu a declaração da anistia de Joaquim Câmara Ferreira, assim como a medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo ao seu pai. Depois de vários anos morando na Alemanha, Denise disse que agora se sente plenamente feliz no Brasil, após o reconhecimento da luta travada por seu pai. “Estou fazendo as pazes com o meu País, com a minha pátria”.

A abertura da Caravana teve a presença do ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e, entre os parlamentares, do vereador Eliseu Gabriel (PSB), do deputado estadual Adriano Diogo (PT), do deputado federal Carlos Zarattini (PT) e do vereador Jamil Murad (PCdoB).

Amigo de militância de Câmara Ferreira e representante do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos, Ricardo Zarattini relatou diversas histórias ao lado do Comandante Toledo. “Ele era daqueles que tomavam o trem no início da viagem e não descia na próxima estação. Tomou o trem da luta revolucionária e foi até o fim da linha. Câmara Ferreira era um dos imprescindíveis que Brecht descreve em seu poema”.

“Todos nós somos guerrilheiros”

Em dezembro de 1968, em uma carta dirigida aos militantes de São Paulo, o guerrilheiro Carlos Marighella preconizou: “É melhor cometer erros fazendo, ainda que disto resulte a morte. Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica”. Menos de um ano depois, em 4 de novembro de 1969, foi assassinado, aos 59 anos, com um tiro a curta distância em uma emboscada na altura do número 800 da Alameda Casa Branca, no bairro paulistano Jardins. Em uma ação cinematográfica, o regime militar colocava fim à vida de seu inimigo número 1, sem conseguir derrotar a Aliança Libertadora Nacional (ALN), combativa organização de resistência armada ao regime.

Natural de Salvador (BA), Carlos Marighella passou por diversas prisões, desde 1932, quando ingressou na Juventude do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Aos 21 anos, foi detido por escrever um poema criticando Juracy Magalhães, interventor de Getúlio Vargas na Bahia. Preso novamente, entre 1936 e 1937, foi torturado durante 23 dias. Voltou às celas em 1939, passando seis anos confinado em Fernando de Noronha e na Ilha Grande, no Rio de Janeiro.

Eleito deputado pelo PCB à Assembleia Constituinte de 1946, ocupou a tribuna 195 vezes em apenas dois anos com inflamados discursos. Perdeu o mandato com a cassação do registro legal do PCB, em 1947. Logo após o golpe militar, em abril de 1964, foi ferido a bala quando tentou resistir à prisão em um cinema da Tijuca, no Rio.

Marighella rompeu com o PCB em 1967. Em um documento chamado “Carta à Executiva”, de 1966, ele fala de seu descontentamento com o partido. O estopim para sua

expulsão foi a viagem para Cuba, entre junho e dezembro de 1967. Na ilha comandada por Fidel Castro, ele participou da Conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (Olas) e foi seduzido pela ação armada, dissociada inicialmente de um partido político. A criação da ALN se daria em seguida.

Entre 1967 e 1968, ao escrever sobre a organização de resistência armada, Marighella destacou a palavra “ação”, para ele traduzida na missão de “colocar abaixo a Constituição, derrubar a Ditadura, estabelecer um governo apoiado em outra base econômica, em outra estrutura”. O programa de ação da ALN destacava: “Todos nós somos guerrilheiros e não homens que dependem de votos de outros revolucionários ou de quem quer que seja para se desempenharem do dever de fazer a revolução”.

A emboscada de 4 de novembro de 1969 foi montada a partir da prisão de religiosos dominicanos que apoiavam Marighella. Participaram da ação policial cerca de 150 agentes equipados com armamento pesado, sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo e um dos líderes do Esquadrão da Morte.

Carlos Marighella foi enterrado sem atestado de óbito. O sepultamento baseou-se em um ofício com seus dados pessoais, fornecido pelos órgãos de repressão. Além disso, existe apenas uma guia policial assinada pelo legista Harry Shibata, médico que alcançaria notoriedade em 1975, ao assinar um laudo sobre a suposta morte por suicídio de Vladimir Herzog.

264

1983 **MARÇO**

31 - Jair Meneguelli, dos Metalúrgicos de S. Bernardo, indiciado na LSN por chamar Figueiredo de “canalha”.

ABRIL

4 - Passeata de desempregados no Largo 13 de Maio, periferia sul de São Paulo, termina em saque de supermercado. Começa onda de centenas de ações similares que se estende até o Rio.



DEPOIMENTO

DENISE FRAENKEL-KOSE

SOBRE JOAQUIM CÂMARA FERREIRA

“Eu vou começar um pouco para trás, em 1969, que foi a última vez que eu encontrei meu pai no Brasil. Tinha caído um companheiro e nossa casa, que era um aparelho onde se encontravam os dirigentes da ALN, estava em perigo. Encontrei meu pai voltando do rapto do embaixador Nobre e conversei com ele. Ele falou: “A situação está muito difícil para vocês, aqui não é mais seguro. Vocês não estão mais seguros”. Eu já tinha prestado uma declaração ao DOPS e tinha saído sem ninguém reconhecer que eu era filha do meu pai. Ele me aconselhou a abandonar o país ou ir para a clandestinidade, e foi o que eu fiz com meu marido naquela época. Nós saímos em outubro e fomos para a Europa primeiramente. Na Europa, nós tivemos a notícia da morte de Marighella, na qual nós não acreditamos, mas que infelizmente era verdade. Mais tarde, eu encontrei meu pai novamente em Cuba, e em dezembro foi a última vez que eu o vi lá. Inclusive, agora eu reencontrei algumas pessoas que eu conheci naquela ocasião em Cuba. Eu estou muito feliz de revelar isso, porque eu nunca mais tive essa oportunidade, porque estou há 40 anos fora do Brasil. Eu nunca acreditei que eu poderia vivenciar este momento. Esse ato é uma grande contribuição com os direitos humanos mundiais. Meu pai, como todo mundo já disse, mas eu vou contradizer, todos disseram que ele não tinha ambições.

Mas ele tinha uma ambição. As ambições dele eram baseadas no princípio da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade. Ele sempre foi uma pessoa desprendida, sem ligações com bens materiais. Vejam bem, ele não desistia dos bens materiais, não é que ele não se conformava em tê-los, mas ele não os necessitava. O seu objetivo era outro, permeado de amor ao próximo, aos explorados, ao povo sofrido. Ele nunca se poupou e graças à sua companheira, a grande pessoa que foi a minha mãe, ele pôde dedicar-se de corpo e alma à sua luta, a qual não foi fácil. Meu pai sofreu muito, tanto fisicamente, como também sofreu ataques pessoais. Mas com sua humildade, ele sempre superou tudo, pois possuía algo que cada vez se torna mais raro no nosso mundo: ele possuía um ideal. Meu pai morreu lutando e sabia que iria morrer na luta. Mas seus ideais, apesar de muito tempo ter se passado, se concretizaram, pelo menos em parte. O caminho é longo, tanto para nós, brasileiros, como na luta global por direitos humanos. Estamos no ano de 2010, meu pai foi morto em 1970, sendo que até lá havia militado desde de 1931, sem nunca haver traído ou vacilado. Sua luta contribuiu para a redemocratização de nosso país, mas ela continua sendo nossa: seus filhos, seus netos, seus bisnetos; a nós cabe a tarefa de homenageá-lo, dando continuidade a esta luta.

265

Joaquim Câmara Ferreira - Anistiado político durante a 46ª Caravana da Anistia.

6 - Cinco mil desempregados fazem passeata de 9 km, da periferia Sul de S. Paulo ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo. Após esperar três horas pelo governador Montoro, derrubam a grade do palácio.

JULHO

21 - Primeira greve geral nacional pós-64.

**1ª Sessão de Julgamento
27 de novembro - 2010**

Parceiros

Instituto Sedes Sapientiae
Comissão de Justiça e Paz/SP
Grupo Tortura Nunca Mais-SP
Conselho Estadual de Defesa
dos Direitos Humanos
Movimento dos Atingidos por
Barragens - MAB
Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra - MST

47ª CARAVANA

São Paulo/SP



A IGREJA COLOCADA NA CRUZ

A tortura durante a ditadura militar no Brasil não poupou nem mesmo sacerdotes. Segundo levantamento realizado em 1978, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação, somente no Rio de Janeiro, entre 1968 e 1978, 122 religiosos foram presos pelo regime militar. Entre eles, 36 estrangeiros, 9 bispos, 84 sacerdotes, 13 seminaristas e 6 freiras. Outras 273 pessoas engajadas no trabalho pastoral haviam sido detidas. Destas, 34 foram vítimas de torturas como choques elétricos, paus-de-arara e pressões psicológicas.

Se é verdade que muitos religiosos conheceram o inferno pelas mãos dos militares, também não é mentira que a Igreja foi uma das poucas instituições que, mesmo nos tempos mais duros do regime, conseguiu manter alguma interlocução, e alguns raros sucessos, na discussão com os governantes de temas polêmicos como a tortura, perseguições a opositores e os Direitos Humanos.

A 47ª Caravana da Anistia, realizada no auditório do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, foi dedicada a anistiar e homenagear religiosos que arriscaram-se em prol dos perseguidos políticos pelo regime que se instalou em 1964 no Brasil.

O anistiado foi o padre belga Joseph Comblin, que recebeu o pedido formal de desculpas por parte do Governo brasileiro pela perseguição que sofreu. Comblin é considerado um dos precursores da Teologia da Libertação, a doutrina surgida na Igreja Católica baseada na opção preferencial pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. Viria a falecer, em 27 de março de 2011, na Bahia, aos 88 anos, quatro meses depois de ser anistiado. “A verdade liberta e nós não podemos ter medo de conhecer a verdade. É dever do Estado proteger os perseguidos políticos, assim como restabelecer a memória e a Justiça”. Afirmou o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, ao conceder a anistia política ao padre Comblin.

Outro religioso homenageado foi Dom Paulo Evaristo Arns, que liderou uma mobilização internacional, coletou fundos de forma sigilosa e manteve encontros com líderes no Exterior para denunciar violações aos Direitos Humanos no Brasil.

Dom Paulo esteve no centro dos protestos por ocasião das mortes do jornalista Wladimir Herzog, em 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em 1976. No mesmo ano, criticou também a Chacina da Lapa, quando parte da direção central do PCdoB foi morta pelo Exército, em uma casa no bairro da Lapa, em São Paulo. Em 1972, instituiu a Comissão Justiça e Paz de São Paulo que, nos anos de violenta repressão, acolhia suas vítimas.

Madre Cristina, nome religioso de Célia Sodré Dória, fundadora do Instituto Sedes Sapientiae, em 1977, também foi homenageada. Na fase mais repressiva da Ditadura, Madre Cristina transformou parte da clínica na qual trabalhava como psicanalista em alojamento para perseguidos políticos. Foi no Instituto que, em 1978 na realização de um congresso, foram lançadas as sementes do movimento pela anistia política. Apesar das constantes ameaças de morte que recebia e de ser chamada de “freira comunista” pela repressão, nunca foi presa.

Em carta enviada a essa Caravana, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou a importância da atuação da Comissão. “O trabalho destes profissionais foi incansável, vasto e original e serve não para apagar dores, que sabemos que não se extinguem, mas para declarar que não se admite que o Estado brasileiro cometa crimes contra os Direitos Humanos.”

A teologia da enxada

Na Semana Santa de 1970, um passageiro vindo da Europa foi proibido de desembarcar no Aeroporto dos Guararapes, em Recife. Tratava-se do belga Joseph Comblin, conhecido no Brasil apenas como “padre José”. O então assistente do arcebispo dom Helder Câmara foi obrigado a seguir viagem até o Rio de Janeiro, onde passou um dia inteiro. Em seguida foi deportado para Bruxelas, com um aviso sobre um decreto que o impedia de desembarcar em qualquer parte do território nacional.

Joseph Comblin nasceu em Bruxelas, na Bélgica, em 22 de março de 1923. Fez doutorado em Teologia pela Universidade Católica de Louvain. Diante da percepção de que o cristianismo estava se extinguindo na Europa, decidiu mudar-se para a América Latina.

Chegou ao Brasil em 1958. Trabalhou em Campinas e depois em São Paulo, onde foi assessor da Juventude Operária Católica (JOC), tornando-se professor de teologia dos dominicanos, entre eles os jovens Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo) e frei Tito de Alencar Lima, presos em 1968. Em 1965, foi para Pernambuco para assessorar dom Helder Câmara, recém-nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Prestava assessoria teológica e ajudava dom Helder na elaboração de posicionamentos, documentos e intervenções.

Na capital pernambucana, foi professor no Instituto de Teologia do Recife. Na condição de formador de futuros padres, padre Comblin orientou uma experiência voltada a fazer os seminaristas entenderem e atuarem no mundo rural. Daí surgiu a

268

1983

AGOSTO

21 - 10 mil protestam no Recife contra a poluição (vinhoto) gerada por usinas de açúcar.

26 - Congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em S. Bernardo, SP. Reúne 5.059 delegados de 912 entidades.

OUTUBRO

4 - A mesa da Câmara pune o chefe Xavante Mário Juruna, 1º deputado (federal) indígena da história do país, por “ofensa ao Chefe de Estado” (gen. Figueiredo).



Estes são momentos em que o Brasil se encontra consigo mesmo. E se encontra consigo mesmo porque as aspirações populares por justiça e liberdades coincidem com as ações governamentais”

Antonio Candido, intelectual.

“Teologia da enxada”, uma corrente teológica que tem como base a reflexão a partir da vivência cristã junto aos lavradores e comunidades.

A “Teologia da enxada” foi uma das linhas mestras da Teologia da Libertação, corrente teológica que ganhou força no Terceiro Mundo a partir dos anos 1960. Ao pregar a opção preferencial pelos pobres, a atuação de padre Comblin chamava a atenção dos militares desde 1968. Ele foi detido e deportado, em 24 de março de 1972. Exilou-se no Chile durante oito anos, de onde também foi expulso em 1980, pelo general Augusto Pinochet. Um dos motivos alegados foi sua participação no Vicariato da Solidariedade, em Santiago, instituição que denunciava publicamente os crimes e torturas da ditadura chilena. Nesse período escreveu A Ideologia da Segurança Nacio-

nal, publicado em 1977, sobre a doutrina dos ditadores militares da América Latina.

Como o trabalho de professor lhe permitia viagens, padre Comblin voltava ao Brasil na condição de turista. Seu estatuto legal de permanência no País só foi regularizado no decorrer dos anos 1980. Radicou-se em Serra Redonda (Paraíba), onde, em 1981, fundou o Centro de Formação Missionária.

Em 2011, recebeu o título de doutor honoris causa da Universidade Federal da Paraíba, por seu trabalho no campo da educação popular. José Comblin publicou cerca de 65 livros e mais de 300 artigos, principalmente em português, espanhol e francês. Sua obra abrange vários gêneros, teologias da paz, da cidade, da nação e do nacionalismo e da revolução. Morreu em 27 de março de 2011, em Simões Filho, próximo a Salvador (BA).

269

NOVEMBRO

26 - Manifesto dos 10 governadores da oposição prega a Campanha das Diretas para presidente.

27 - 1º comício pró-diretas: 10 mil no Estádio do Pacaembu, SP.

DEZEMBRO

29 - Começa na Argentina o julgamento dos torturadores e assassinos da ditadura de 76-83.

DEPOIMENTO

PADRE JOSÉ COMBLIN

“Eu vou pedir paciência pela idade, eu já não sou mais como naqueles tempos. Agradeço naturalmente esta homenagem que não mereço. Mas estou gostando, porque na Igreja Católica jamais me fariam uma homenagem semelhante. O pouco que eu fiz, eu devo a Dom Hélder. Sem ele, não estaria aqui agora. Ele me convidou, e isso naturalmente mudou a minha vida, como a de qualquer pessoa que tenha entrado em contato com Dom Helder. Roger Garaudy, da presidência do Partido Comunista Francês daquela época, um dia encontrou com ele. Conversaram uma hora. Garaudy, grande filósofo marxista, disse: ‘agora sou cristão’. Uma hora foi suficiente. Disseram que eu era o responsável pelo comunismo de Dom Hélder, mas ele não precisava de ninguém, já estava convertido. Quando descobriu as favelas do Rio, virou comunista. E quem não viraria comunista vendo uma coisa semelhante? Tive o privilégio de ser acusado, segundo a Inteligência Militar, nem sempre tão inteligente, porque ‘depois de cada pessoa importante na sociedade, está escondido um autor intelectual, e é importante descobrir quem é e onde ele está’. Então, a Inteligência Militar tinha a impressão de que tinha descoberto, sabia, então, quem era o autor intelectual. Aí fizeram referência a esse documento que circulou por aí e que me criou uma fama que eu, de certo modo, não reconhecia. Inclusive não era assim tão comunista. Depois eu virei muito mais comunista, mas naquele tempo ainda não era tanto. Mas já tinha aprendido que no Brasil, qualquer pessoa que tenha um pouco de pensamento social já é comunista. Por isso que o Papa

estava tão espantado pelos milhões e milhões de comunistas que havia na América Latina, porque todos os relatórios que mandavam para ele diziam que no Brasil são milhões e milhões de comunistas. Por isso, pediu a sacerdotes que viessem à América Latina para levantar um muro para impedir a invasão comunista. Por isso eu vim para a América Latina, enviado pelo Papa Pio XII para lutar contra o comunismo. Como quase todos nós que chegamos, depois de pouco tempo viramos todos comunistas, ali para o papa foi uma certa desilusão. Essa fama que eu criei valeu minha expulsão do Brasil. Ela foi devida a Dom Hélder, mas eu pensei: ‘ser perseguido por causa do Dom Hélder é um privilégio, é uma honra’. Fui então para o Chile, no tempo de Allende, então alguma coisa ia acontecer. Quando cheguei lá, no tempo da grande greve do transporte, eu vi logo: ‘aqui vem um golpe militar’. E ninguém queria acreditar. ‘Como? Aqui o exército é democrático’, diziam. Bastava dizer: ‘mas por acaso os generais daqui não foram estudar na Escola das Américas, lá no Canal do Panamá? Então eles aprenderam como fazer. Não venham me dizer que eles são democráticos. Quem passou por lá e pelos Estados Unidos, já não é mais democrático, aprendeu outras lições.’ Isso me deu oportunidade de estudar a doutrina militar. Justamente em 1976 fui convidado como visiting professor, ali na Divinity School of Harvard, em Cambridge, nos Estados Unidos. Ali tive oportunidade de ver muita literatura sobre a doutrina dos militares, o que me permitiu elaborar o que saiu depois em forma de livro. Isso caiu nas mãos de Pinochet, que não gostou, o que me

270

1984

JANEIRO

18 - Maluf lança-se candidato a presidente em nome da continuidade do regime de 64.

21 - Encontro nacional de quatro dias em Cascavel, PR, funda o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

MARÇO

27 - Os índios Txukahamãe liderados por Raoni bloqueiam a BR-80 e fazem 12 reféns. Exigem seu território sagrado ao norte do Parque do Xingu, MT.



causou outra expulsão. Estudando essa doutrina militar, eu tive oportunidade de falar sobre isso em toda a América Latina, inclusive em 1979, na Conferência Episcopal de Puebla, em que fui acompanhar o Paulo. Ali a batalha era fazer com que a conferência denunciasse a doutrina militar, a doutrina da Segurança Nacional. E fizeram. Depois, o texto enviado a Roma foi um pouco corrigido, naturalmente, porque a diplomacia romana era favorável aos regimes, de tal modo que atenuaram as expressões. Isso precisamos saber, até pro futuro. Mas pelo menos saiu uma denúncia da doutrina dos militares. Eu tinha dado aula sobre isso nos Estados Unidos, na Escola de Teologia. É claro que o general Pinochet não me tolerou muito, tanto mais que não era tão inteligente quanto o general Golbery. Eu tive a imprudência, no livro, de citar livros escritos pelo próprio general Pinochet, e nesse livro ele estava plagiando livros de um general argentino, sem dar nenhuma referência. Eu escrevi: 'essas páginas do general Pinochet vêm das páginas daquele general argentino'. Daí acho que ele não gostou, então fui também expulso do Chile, mas coincidiu com a possibilidade de voltar ao Brasil. Quando estive com Dom Paulo em Puebla, ali ele me disse: 'Eu vou buscar todos os advogados aqui de São Paulo para que você possa voltar ao Brasil'. E depois de um ano, conseguiu. Milagre. Como conseguiu convencer o Supremo Tribunal Militar, aí não se sabe. Então me permitiram voltar como turista. Seis anos depois, a Lei Fernando Lyra, que foi Ministro da Justiça, restabeleceu meu direito de permanência. Mas nunca houve um sinal de anistia. Nunca ninguém me disse

'você está anistiado'. Várias vezes, quando desembarcava da Europa, a polícia me prendia, mas no fim os militares tinham aceitado. E bem, aqui estamos. Hoje em dia não haverá mais golpe militar. Sabe por quê? Porque as grandes empresas multinacionais são suficientes, não precisam mais de força militar, têm força suficiente para convencer qualquer governo. Até quando? Isso depende de todos nós. Mas se ninguém se move, daí então temos que falar e denunciar tanto quanto se denunciam os escândalos da vida política. Mas quem denuncia os escândalos das grandes multinacionais? Então não adianta nada, está tudo em segredo bem guardado até que um dia venha um jornalista norte-americano para mostrar o que está acontecendo, abrindo os olhos. Porque ainda tem muita gente por aí que não se converteu do neoliberalismo, ainda tem muitos que acreditam nisso. E essa fé faz justamente a força das grandes resistências às mudanças sociais e às mudanças. Eu não sei se vou assistir a essas transformações. Eu tenho dúvidas, já estou com 87 anos, já não tenho muita esperança, mas os jovens que estão por aqui vão conhecer transformações. E graças a Deus, depois das eleições, sabemos que quando o governo republicano dos Estados Unidos for atacar o Irã, não haverá exército brasileiro junto com o americano, agora já se pode ter essa confiança. Repito o agradecimento, e que muitos outros possam aproveitar também o espaço, aqueles que foram vítimas mais fortes do que eu, que sofreram muito mais. Tive um pouco de aborrecimento, mas como eu dizia, um aborrecimento glorioso."

Joseph Jules Comblin - Anistiado político durante a 47ª Caravana da Anistia.

271

Saques em vários Estados do Nordeste, em virtude da seca.

ABRIL

16 - Comício de 1,7 milhão de pessoas pelas Diretas-Já, no Anhangabaú, S. Paulo. É em números absolutos a maior manifestação de massas em cinco séculos de história do Brasil.

25 - Apesar da maior campanha de massas que já se viu no Brasil (oito milhões nas ruas em 100 dias), a emenda das Diretas não passa na Câmara. Tem 298 votos a favor, 22 menos que os 2/3 exigidos.

1ª Sessão de Julgamento
18 de março - 2011

Parceiros

Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo - PUC/SP
Faculdade de Direito do
Largo de São Francisco da
Universidade de São Paulo -
USP
Instituto Frei Tito de Alencar



48ª CARAVANA

São Paulo/SP

“A PRÓXIMA A SER ABATIDA, SERÁ ESTA COMUNISTA...”

“Eu tinha 22 anos em 1962, quando, como a ribaçã, tive de deixar minha Paraíba natal em busca da sobrevivência. Não afugentada pela seca, que transforma a lama em pedra e seca o mandacaru, mas, marcada para morrer, tentando escapar daquela morte severina, que nos versos de João Cabral de Mello Neto é a morte que se morre de emboscada, antes dos vinte. ” No discurso que leu em 18 de março de 2011, na 48ª Caravana da Anistia realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a jornalista paraibana Denise Maria de Moraes Santana Fon, à época professora primária e militante das Ligas Camponesas na Paraíba, recordou-se, emocionada, da perseguição que sofreu pela Ditadura Militar.

Numa noite, na volta de um comício, ela foi espancada juntamente com amigos de militância, a ponto de ser hospitalizada. Naquela altura da vida, já havia visto muitos militantes das Ligas, especialmente agricultores, serem mortos ou terem seus corpos mutilados e suas famílias assassinadas.

O aviso dos agressores foi claro: “A próxima a ser abatida será esta comunista”. Desprotegida pelo Estado, ela passou a viver na clandestinidade e mudou-se para São Paulo. Quase 50 anos se passaram até que pudesse publicamente contar a sua história para a plateia que lotou o Teatro da PUC, o Tuca, e testemunhou o pedido de desculpas formal do Estado que lhe foi feito.

Denise e mais três educadores - Maria Aparecida Antunes Horta, Elza Ferreira Lobo e Emílio Borsari Assirati - receberam das mãos do Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, além do pedido de desculpas, o documento de anistias políticas.

“Temos que pedir perdão para os torturados, para os que tiveram suas vidas destroçadas. Aos que sofreram torturas e sevícias, em nome do Estado brasileiro e do Ministério da Justiça, peço perdão”, disse o ministro, nessa que foi a primeira Caravana da Anistia, sob sua gestão à frente do Ministério da Justiça.

Emocionada com a declaração, Denise afirmou que a indenização financeira é importante. Contudo, disse, quem já passou por um sofrimento semelhante sabe que muito mais recompensador é ouvir um representante do Estado brasileiro pedir desculpas pelos crimes cometidos. ‘Até porque não há dinheiro que pague os sonhos perdidos de uma professorinha rebelde que, apesar de algumas recriminações, tirava os filhos dos pescadores da sala de aula para ensinar-lhes Português, Matemática e Geografia debaixo de uma gameleira na então distante praia de Tambaú.’ A “professorinha” lembra ainda que ensinava os versos do Hino da Independência, que, depois, já na ALN, repetiria como um juramento: ‘Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil’.

Diante de um auditório lotado e tomado por grande emoção, o Ministro Cardozo defendeu a democracia, o Estado de Direito e o resgate do passado. “Hoje nós temos uma mulher na Presidência da República que lutou contra a Ditadura, que foi presa, foi perseguida. Nós vivemos sob a égide de um Estado de Direito e hoje o Ministro da Justiça pode chegar publicamente e dizer que o Brasil tem que reparar o passado e não mais repetir aquele ‘nada a declarar’ do passado”.

Universidade invadida e depredada

O ano de 1977 foi emblemático para as Universidades. Com a anunciada Abertura Política, que deveria ser “lenta e gradual”, pelo general presidente Ernesto Geisel (1975-1979), professores exonerados e exilados começaram a voltar à pesquisa e às salas de aula. Para muita gente, parecia mesmo que o regime havia aberto, mas, logo se descobriria, não era bem assim.

Tome-se a 29ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) como exemplo. A sua realização no campus da Universidade de São Paulo (USP) fora vetada. Após algumas negociações, foi transferida para a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, no tradicional campus da rua Monte Alegre, no bairro de Perdizes. O encontro foi realizado de 6 a 13 de julho, sem incidentes. O tradicional campus da PUC, na rua Monte Alegre, no bairro de Perdizes, pa-

recia, portanto, um terreno liberado. Fazia até certo sentido na lógica de uma abertura lenta e gradual: na USP, não podia; na PUC, sim.

Mas também pela lógica dos deslocamentos humanos, fazia todo sentido que o 3º Encontro Nacional dos Estudantes tivesse lugar na Cidade Universitária, na capital paulista. Afinal, ali se concentrava a maior parte das faculdades da USP, a maior do País. Mas não era assim que raciocinava o coronel Erasmo Dias, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Para ele, a lógica era não ter Encontro algum. Para evitar a reunião, passou por cima da autonomia universitária, declarou a USP em recesso e deslocou uma centena de policiais para fechar os acessos ao local.

Aquele encontro, para o qual vinham estudantes de todo o Brasil, tinha o objetivo de tentar rearticular a União Nacional dos Estudantes, extinta em 1965. Como a USP estava

274

1984

MAIO

15 - Greve de 10 mil boias-frias em Guariba inicia três meses de lutas nas áreas da cana e laranja de SP e MG.

JUNHO

19 - 1ª greve da história da CSN, em Volta Redonda, RJ. Ocupação simbólica da usina.

JULHO

5 - Implosão do PDS sob o impacto da Campanha das Diretas.

AGOSTO

7 - Formalizada a Aliança Democrática (PMDB-PFL), e a candidatura presidencial Tancredo-
Sarney via Colégio Eleitoral.

24 - Greve de petroquímicos em Camaçari, BA.

proibida e ocupada, os estudantes decidiram enganar os militares. Simularam uma assembleia em outro lugar, para atrair os policiais e correram para o território que parecia livre. Enquanto o falso encontro acontecia, em outra sala da PUC cerca de 70 pessoas, representando nove Estados, faziam a assembleia nacional e formaram uma “Comissão pró-UNE”, incumbida de reorganizar a entidade. Terminada a reunião, todos estudantes se juntaram no prédio contíguo ao Tuca, o Teatro da PUC.

Erasmus Dias descobriu o engodo. Para ele não havia território livre algum. Na noite de 22 de setembro de 1977, cerca de 3 mil militares da Tropa de Choque da Polícia Militar usaram bombas tóxicas e inflamáveis, cassetetes elétricos e tanques para invadir a PUC. Acuados, alunos, professores e funcionários entraram no teatro. Ali, foram brutalmente atingidos.

Duas mil pessoas acabaram detidas,

sentadas no chão e vigiadas pelos militares e agentes civis. Setecentos estudantes foram transportados em ônibus requisitados pelos militares até o Batalhão Tobias de Aguiar, da PM. Trinta e dois, considerados “perigosos”, viram-se enquadrados na Lei de Segurança Nacional. As bombas feriram 16 estudantes. Quatro jovens foram hospitalizadas com graves queimaduras e ficaram com sequelas: Graziela Eugênio Augusto, Iria Visona, Maria Cristina Raduan e Maria Virgínia Finzetto.

O prédio da PUC foi totalmente depredado. Cerca de duas mil cópias de documentos acabaram destruídas, além de instrumentos musicais e o refeitório. O grão-chanceler da PUC, cardeal Paulo Evaristo Arns, interrompeu às pressas uma viagem a Roma. Ainda no aeroporto declarou: “Na PUC só se entra prestando exame vestibular. Só se entra na PUC para ajudar o povo e não para destruir as coisas”.

275

SETEMBRO

14 - 1º comício da candidatura presidencial de Tancredo, em Goiânia.

16 - 1ª greve geral dos canavieiros de PE após 64 (240 mil).

OUTUBRO

15 - Governadores do PDS nordestinos aderem a Tancredo, e invertem a relação de forças no Colégio Eleitoral.

NOVEMBRO

6 - O vice Aureliano Chaves deixa o PDS e alinha-se com a oposição.

DEPOIMENTO

MARIA APARECIDA ANTUNES HORTA

“As coisas são bem mais complicadas do que aparecem nos requerimentos que nós fazemos. Parece que fica aparecendo apenas o osso, fica faltando a carne. Não aparece o sofrimento, a luta, as perdas. Do ponto de vista do que eu poderia dizer em relação à minha militância para ficar de exemplo às novas gerações é que nós, da nossa geração, tivemos sonhos, tivemos esperanças, confiamos nesses sonhos, nessas esperanças. Lutamos, fizemos o que era preciso ser feito naquele momento. Fizemos com a maior generosidade. Muitos ficaram pelo caminho e não podem estar aqui hoje para contar a história deles. Um deles é Antônio Benetazzo, pai da minha filha, que eu dolorosamente perdi em Cuba. Depois de perdê-lo voltei ao Brasil, me incorporei de novo à minha família, que foi meu porto seguro. Minha família é uma família maravilhosa, pessoas que durante todo o tempo se comprometeram, participaram, lutaram, desde o meu pai. Quando nós éramos crianças, ele era o exemplo maior de participação na comunidade, de ajudar os necessitados, de pensar mais nos outros do que em si próprio. Quando eu voltei, estava com a vida meio destruída, depois de tanto sofrimento. Hoje eu refiz minha vida, eu me casei, tenho dois filhos maravilhosos que estão aqui comigo. Eu tenho amigos, companheiros de luta. Nós estamos juntos torcendo por esse país, fazendo o que a

276

1985

JANEIRO

15 - O Colégio Eleitoral elege Tancredo presidente e Sarney vice, por 480 votos. Maluf tem 180.

FEVEREIRO

25 - A favela vila Socó, Cubatão, SP, pega fogo devido a vazamento em oleoduto, 90 mortos.

28 - Plano Cruzado: nova moeda, congelamento, gatilho salarial, reforma monetária, aumento do salário mínimo.



gente pode, dentro do âmbito do nosso trabalho, da nossa militância. Desejando que o Brasil rapidamente possa fazer justiça com o povo, que sofre com essa injusta distribuição de renda, milhares de pessoas que passam fome, que não tem onde comer, que não tem onde dormir. A gente sabe que têm sido feitos esforços para superar isso, mas o poço é muito fundo, há muita coisa a ser feita. Então, nós queremos chamar a nossa juventude para participar politicamente, para que se engaje nas lutas, que tenha coragem até de ser político para brigar, para mudar esse país. Quero agradecer à Comissão de Anistia, que tem feito um trabalho maravilhoso nesse sentido, de ter esse espaço para dizer a nossa palavra, de contar a nossa história. Nós não somos terroristas, nunca fomos, nenhum de nós foi terrorista. Terrorista foi o Estado, que acabou com um projeto de país que a gente tinha, que estava em evolução e, de repente, foi cortado para nos impor um outro projeto que alguns dizem que trouxe um desenvolvimento para o país. Mas a gente se pergunta, que desenvolvimento foi esse que trouxeram para o nosso país? Que hoje em dia nós temos uma desigualdade social tão grande e tanta coisa para ser feita, tanta coisa para ser mudada estruturalmente para que a gente tenha realmente um país do qual nós possamos nos orgulhar e onde as pessoas possam realmente ser felizes.”

277

Maria Aparecida Antunes Horta - Anistiada política durante a 48ª Caravana da Anistia.

MARÇO

11- Início da era Gorbachev na URSS. A linha de perestroika (reestruturação) marca a crise terminal da experiência soviética.

15 – Posse do vice-presidente José Sarney na Presidência da República em função da doença de Tancredo Neves.

ABRIL

21 – O presidente eleito, Tancredo Neves, morre após 38 dias de agonia e sete cirurgias. Mais de dois milhões de pessoas acompanham os funerais em São Paulo, Brasília e São João Del Rei (MG).

2ª Sessão de Julgamento
30 de abril - 2011

Parceiros

Associação Brasileira de
Imprensa
Associação Democrática e
Nacionalista de Militares
Ordem dos Advogados do
Brasil

49ª CARAVANA

Rio de Janeiro/RJ



CAÇA ÀS BRUXAS

“Num dia de primavera de 1969, cinco anos após o golpe militar no Brasil, o diplomata Arnaldo Vieira de Mello, que não era famoso nem crítico aberto do regime militar, estava sentado à mesa de sua residência em Stuttgart, tomando seu café matinal, enquanto lia os jornais matutinos e folheava os relatórios diplomáticos do Brasil. Ao percorrer a lista de funcionários públicos que o regime militar forçou a se aposentar, seus olhos se fixaram subitamente num nome que não esperava encontrar: o seu.” Dessa maneira o livro, “O Homem que queria salvar o mundo”, da escritora irlandesa Samantha Power, relata como o ex-consul do Brasil na Alemanha, Arnaldo Mello, pai do futuro Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Sérgio Vieira de Mello (morto em um atentado a bomba em Bagdá, em 19 de agosto de 2003), soube que havia sido dispensado pelo governo, depois de quase três décadas de serviços prestados ao Itamaraty.

A violência administrativa que atingiu a família Vieira de Mello faria muitas outras vítimas, entre elas o diplomata, poeta e compositor Vinicius de Moraes, aposentado compulsoriamente no ano anterior. A caça às bruxas que imperava no Itamaraty tinha as bênçãos do Ministro Magalhães Pinto, que assinava à margem dos processos, despachos determinando o prosseguimento da perseguição. Além da motivação política, as demissões, durante a Ditadura, também eram movidas pelo preconceito, como a perseguição contra homossexuais lotados no Itamaraty.

Arnaldo morreu desgostoso, seis anos depois da cassação, que o privou de uma tão esperada promoção para embaixador. O episódio iria marcar de maneira indelével a trajetória de seu filho, Sérgio. “A ditadura é uma realidade: Escreveu ele a uma amiga, inconformado com a arbitrariedade do regime militar sobre seu pai e, em uma dimensão mais ampla, sobre o Estado de Direito no País.

A reparação da coação do Estado sobre o diplomata foi determinada no julgamento de seu processo de anistia *post mortem*, por ocasião da 49ª Caravana da Anistia, realizada em 30 de abril de 2011, na sede da Associação Brasileira, no Rio de Janeiro. Outros seis processos foram julgados nesta Caravana.

O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, lembrou o marco da instalação do evento na sede carioca da ABI, local em que foi realizada, três anos antes, em abril de 2008, a 1ª Caravana da Anistia. “Foi aqui que começamos a nossa caminhada e fizemos o gesto de retirar das paredes de mármore do Ministério da Justiça o julgamento e as apreciações das histórias de vida dos brasileiros que enfrentaram a ditadura”.

A 49ª Caravana da Anistia homenageou o Major-Brigadeiro-do-Ar Rui Moreira, de 92 anos, que recebeu das mãos do Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, seu documento de anistia. Acompanhado da esposa, Rui Moreira fez questão de comparecer ao evento em trajes da Força Aérea Brasileira. Cassado pelo Ato Institucional Nº 1, o major fundou a Associação Democrática e Nacionalista de Militares (Adam), voltada para a reparação dos direitos de cabos cassados durante a Ditadura. Foi recebido por gritos de guerra e por companheiros em posição de sentido.

A intolerância não tem fronteiras

Resistência e delação. Transparência e ações secretas. Democracia e ditadura. Ao longo do Regime Militar, a ação do Ministério das Relações Exteriores foi marcada por contradições. Responsável pelo posicionamento do Brasil e suas relações com outros países e organismos internacionais, o Itamaraty desempenhou papel decisivo no jogo político marcado pela exceção e pela intensa visibilidade do País.

No governo João Goulart, o Itamaraty defendia uma política externa baseada nos “Três D”: Desenvolvimento, Desarmamento e Descolonização, mas isso iria logo acabar. Três dias depois do golpe, com a posse do ministro Vasco Leitão da Cunha, começa um processo de “limpeza” do órgão, com a aposentadoria compulsória dos diplomatas Jayme de Azevedo Rodrigues, Antonio Houaiss, Jatyr de Almeida e Hugo Gouthier.

A partir de Leitão da Cunha, a política externa baseou-se na teoria dos “círculos concêntricos”, que alinhariam o Brasil aos Estados Unidos e à América Latina, com exceção de Cuba, cujas relações diplomáticas foram rompidas ainda em 1964. A submissão pode ser resumida em uma frase de Juracy Magalhães, ministro das Relações Exteriores entre 1966 e 1967: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

A conduta autoritária do Itamaraty se aprofundou com o embaixador Manoel Pio Corrêa, um diplomata formado na Escola Superior de Guerra, anticomunista ferrenho e que sustentava uma visão policial do papel do Ministério. Secretário geral do Itamaraty na gestão de Juracy Magalhães, em 1966 ele

implantou o Centro de Informações do Exterior (CIEEx). O trabalho era acompanhado por Golbery do Couto e Silva, o general reformado que idealizaria o Serviço Nacional de Informações (SNI).

O órgão operou até 1985, com a função de vigiar, monitorar e espionar os exilados e opositores do regime militar no exterior e que atuavam em apoio ou até no planejamento de ações de luta contra a Ditadura Militar. Foi especialmente ativo nas embaixadas em Buenos Aires (Argentina), Montevideu (Uruguai), Santiago (Chile) e Lisboa (depois da chamada Revolução dos Cravos, em 1974). Um requisito para integrar o CIEEx era ter o curso de Planejamento Estratégico da Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, ou ter passado pelo treinamento de agente na Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília.

Dos 380 brasileiros mortos ou desaparecidos durante o regime, descobriu-se 64 deles no arquivo secreto do CIEEx. O serviço, além de localizar e identificar essas pessoas fora do País, fornecia detalhes de seu regresso ao Brasil. O amplo registro das atividades políticas desses asilados municiou as demais agências da repressão com dados para as sessões de interrogatórios e torturas.

Além da ação fora do País, as forças de segurança também estavam de olho nas atividades internas do Itamaraty. Em abril de 1969, em uma única canetada, foram demitidos 44 funcionários, dos quais 13 eram diplomatas de carreira, acusados de subversão, alcoolismo e homossexualismo.

280

1985
MAIO

8 - O PC Brasileiro requer ao TSE seu registro legal.

10 - O Congresso aprova o emendão de Sarney, que prevê eleição direta em todos os níveis.

23 - O PCdoB requer ao TSE seu registro legal.

JUNHO

24 - Estreia na Globo com enorme audiência Roque Santeiro, de Dias Gomes, censurada 10 anos antes.

26 - O governo racista proíbe viagem de d. Evaristo Arns à África do Sul.



DEPOIMENTO

RUI BARBOSA MOREIRA LIMA

“Meu pai foi um homem que passou a vida dele como juiz. De juiz ele foi a desembargador, mas não foi de graça. Ele entrou com mandado de segurança feito por ele e veio aqui ao Supremo Tribunal Federal, o relator foi o Nelson Hungria. O Nelson Hungria, apesar de ser o homem que estava na política do governo Dutra, se negou a ouvir os conselhos, dos maus conselheiros do governo, e deu o ganho de causa ao meu pai. Eu vi aqui no seu currículo que o senhor (José Eduardo Cardozo) fez parte dos estudantes de São Paulo. Eu era garoto naquela época, mas mais velho que você. Então, quando eu estava lá, eu vi esses garotos saírem à rua e gritarem para o governo, bem na rua do Catete: “Nós queremos a guerra. Está demais, nós já tivemos 19 navios afundados. Sem que houvesse uma declaração de guerra do governo. Nós queremos lutar por essa soberania, isso é uma vergonha”. Os estudantes de direito diziam. Mas não foram só eles. Na Bahia, em Pernambuco, no Paraná, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, os estudantes tiveram força muito grande, nesse protesto pela vergonha que nós estávamos passando, vendo nossos marinheiros – pelo menos 798 marinheiros nesses 19 navios afundados. Então o Getúlio declarou guerra e mais 12 navios foram afundados. Chegou-se ao número de 900 e poucos brasileiros afundados. Junto com eles houve o acidente do Bahia, o acidente do Comandante Lira, o acidente do Camaquã. Eu sei que muitos foram visitar esse monumento. Lá em baixo tem um campo santo com 468 companheiros mortos na Itália. Nove pilotos, mortos defendendo a honra do Brasil, a soberania do Brasil. Mas eu queria fazer uma exceção aqui, parece que os estudantes militares

não tomaram parte desta reação. Eu estava na Escola Militar do Realengo nessa época, 1940. Um dia, o nosso comandante, um homem honrado, mas muito nazista, convidou o embaixador alemão e o adido militar. Eles foram lá e ele resolveu prestar uma homenagem a esses homens. Então, eu e os cadetes tivemos que bater continência e todo o resto do cerimonial, tudo isso em homenagem aos dois nazistas, esses dois alemães. Mas aí, eles cometeram um engano. Eles tiraram os cadetes lá da escola e os levaram para um cinema próximo de Realengo. Era o cinema que a gente chamava de Milímetro. Lá no Milímetro foi exibido a indexação da Áustria. Apareceu então o desfile militar, a suástica e tudo mais até que apareceu o Hitler. Quando ele começou a falar, o corpo de cadetes, que tinha vindo da revolução comunista de 35, que tinha vindo de 37 do Estado Novo, que tinha vindo de 38 da Marinha, levantou-se em uma voz só: “Fora ditador, uuuuuu”. Esse “U”, que parece que não é nada, é a coisa mais fácil, mais barata, que o povo tem para responder. Demos uma vaia nesses dois caras, demos uma vaia no Hitler e uma vaia na ditadura. Olha, ministro, eu quero dizer o seguinte: nós estamos muito atentos ao senhor, estamos apostando no senhor como essa anistia vai sair. Ela está capenga ainda. Quando me dizem: “você foi a brigadeiro”. Não, eu fui a brigadeiro porque tinha o direito a ser brigadeiro no dia em que fui cassado. Depois desse Ato Institucional 5, quando veio a anistia, aí entrei na justiça. Passei três anos na justiça, então a justiça reconheceu meu direito. Eu tinha o direito de tempo de serviço 38 anos e tinha o direito de serviço de guerra, patrulha lá na Itália. Muito obrigado por essa homenagem.

Rui Barbosa Moreira Lima, herói da Força Expedicionária Brasileira, foi anistiado pela Comissão de Anistia em 2008.

281

JULHO

1 - Néelson Ribeiro, min. da Reforma Agrária, retira a família de Belém, sob ameaça de latifundiários.

AGOSTO

6 - O governo Montoro, de SP, cria a 1ª Delegacia da Mulher.

16 - A atriz, deputada e ex-presa política Bete Mendes reconhece um seu torturador: o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, adido militar do Brasil em Montevideú.

**3ª Sessão de Julgamento
26 de agosto - 2011**

Parceiros

Universidade Federal do
Rio Grande do Sul - UFRGS

Governo do Estado do
Rio Grande do Sul

Assembleia Legislativa do
Rio Grande do Sul

Movimento Justiça e Direitos
Humanos

Acesso Cidadania e Direitos
Humanos



50ª CARAVANA

Porto Alegre/RS

A GARRA GAÚCHA

“Estamos, hoje, na maior janela de democracia que já vivemos, mas é preciso perceber que as marcas da Ditadura ainda estão presentes neste País, na violação dos Direitos Humanos que ainda persiste, nas torturas nas prisões e delegacias e no abandono da sociedade àqueles que são mortos na periferia.” Este foi o alerta da Ministra de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, na abertura da 50ª Caravana da Anistia.

A Ministra chamou ainda a atenção para a relatividade da democracia no país, que, mesmo tendo-se passado 26 anos do final da Ditadura Militar, não foi ainda capaz de pacificar a questão de seus perseguidos políticos. “Há crimes que nunca cessam, pois sobre ele não é possível nenhuma reparação”. Disse: “São os crimes cometidos contra os desaparecidos políticos, que hoje poderiam estar aqui conosco.”

Essa 50ª Caravana da Anistia, realizada em Porto Alegre, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coincidia com uma conjunção de datas significativas para o Brasil. A própria Comissão da Anistia comemorava 10 anos e, neste dia em que era realizada, 28 de agosto, completavam-se exatos 50 anos da Campanha da Legalidade desencadeada por Leonel Brizola, em 1961. Naquela ocasião, em um desafio aos generais que tentavam evitar a posse de João Goulart, Brizola mobilizou o povo gaúcho garantindo ao então vice-presidente de Jânio Quadros, que acabara de renunciar, a investidura no cargo, conforme determinava a Constituição.

“O Estado do Rio Grande do Sul sempre se colocou à frente da resistência contra o arbítrio”. afirmou a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a deputada Manuela D’Ávila (PCdoB-RS). “A sociedade gaúcha conseguiu assegurar a posse de João Goulart.” Os gaúchos iriam pagar um alto preço por terem enfrentado o Regime Militar, prova disso foram os 35 processos de gaúchos perseguidos e prejudicados pela Ditadura, julgados por essa Caravana.

Um deles, o advogado Wremir Scliar, teve a sua inscrição a um concurso para promotor público indeferido em 1965. O motivo? Havia participado de um curso sobre filosofia ministrado pelo professor Jacob Goreder, à época filiado ao PCB, e depois jantado com os demais participantes do curso na Galeteria Sherazade, em Porto Alegre. Tanto a participação no curso quanto no galeto constaram de um relatório feito por um agente do DOPs e foram a razão pela qual Wremir foi impedido de exercer seu direito de cidadão. “Ser anistiado hoje, nesta Caravana da Anistia, é um episódio que redescobre a história do Brasil e mostra para as novas gerações fatos que os livros escolares não contam”. Disse Wremir Scliar.

Também presente na Caravana, João Vicente Goulart, ao receber em nome do seu pai, o ex-presidente João Goulart, o certificado de anistia política da Caravana, afirmou acreditar que “as forças da reação ainda imperam no país ao impedir que se instale a Comissão da Verdade, que teria o mérito de curar as feridas abertas no passado.” A Comissão da Verdade, ao ser instituída, permitiria amplo acesso a documentos que possibilitariam a análise de documentos que comprovem violações de direitos ocorridas no período entre 1946 e 1988.

A Legalidade entra no ar e na história

“Atenção povo de Porto Alegre! Atenção, Rio Grande do Sul! Atenção Brasil! Atenção, meus patrícios, democratas e independentes, atenção para minhas palavras! Hoje, nesta minha alocução, tenho os fatos mais graves a revelar”. Naquela manhã de segunda-feira, 28 de agosto de 1961, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, iniciava, no porão do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, a primeira de uma série de emissões radiofônicas que teria grande repercussão sobre os rumos políticos do Brasil.

Aos 39 anos, em seu terceiro ano de mandato como governador, Brizola acabava de radicalizar a sua posição diante de uma crise iniciada três dias antes, na manhã de sexta-feira, 25 de agosto. Naquela data, o então presidente da República, Jânio Quadros, renunciara ao cargo. As razões da decisão de Jânio seriam para sempre nebulosas, mas a intenção dos ministros militares impedir a posse do vice-presidente eleito, João Goulart, cunhado de Leonel Brizola, era clara como o dia. Jango fora pego pelos acontecimentos literalmente do outro lado do planeta, em viagem à China.

Brizola liderou uma rede de 104 emisoras que seria multiplicada por dezenas de rádio-amadores de todo o País. Era a Cadeia da Legalidade. Ao microfone, Leonel Brizola prometia defender o governo constitucional. A tensão não parava de crescer. Na segunda-feira, o Ministro da Guerra envia uma ordem para o general José Machado Lopes, comandante do III Exército: “(...) faça convergir sobre Porto Alegre toda a tropa do Rio Grande do Sul que julgar conveniente (...) empregue a Aeronáutica, realizando inclusive bombardeio, se necessário.”

O general pede uma audiência urgente

com o governador. Para ganhar tempo, Brizola marca a audiência para o meio-dia, e, às 11 horas, anuncia pela Cadeia da Legalidade, a existência da ordem para bombardear o Palácio Piratini. Pede que as crianças sejam levadas para fora da cidade.

Armas são distribuídas à população. Barricadas e cercas de arame farpado são erguidas para proteger o Palácio. Aviões da Base Aérea são impedidos de decolar. Há centrais de alistamento nas esquinas. Brizola passa a andar pelo Palácio com uma metralhadora a tiracolo.

Ao meio-dia, o general Machado Lopes atravessa a multidão concentrada diante do Palácio Piratini. No gabinete do governador, uma reviravolta: Machado Lopes anuncia sua adesão à Campanha pela Legalidade, mas impõe como condição que a Brigada Militar e a Polícia Civil fiquem sob o seu comando. Caberia a Brizola, o comando político.

Brasília reage. Na quarta-feira, o Ministro da Guerra destitui Machado Lopes do comando do III Exército e começa a movimentar tropas para invadir o Rio Grande do Sul. Na noite de quinta-feira, João Goulart desembarca em Montevidéu, no Uruguai. Ao seu encontro, viaja o deputado Tancredo Neves (PSD-MG) com uma proposta mineira: Jango acataria o regime parlamentarista no Brasil e os ministros militares o aceitariam como presidente. João Goulart aceitou a proposta conciliatória.

A Cadeia da Legalidade começa a se dissolver. Mas, do Palácio Piratini, Leonel Brizola denuncia o acordo acatado pelo cunhado, como um golpe e uma violação à Constituição. Mas era jogo jogado. Ele e Jango só iriam se reconciliar no Uruguai, em 1976, onde os dois estavam exilados pelo golpe militar de 1964.

284

1985

SETEMBRO

5 - Theodomiro dos Santos, o último exilado, volta ao Brasil.

OUTUBRO

9 - Morre o ex-presidente Emílio Garrastazu Médici.

Um olhar estrangeiro sobre as caravanas: Argentina*

Em 1980, a Argentina tinha 28 milhões de habitantes. A ditadura desapareceu ou assassinou em sete anos a não menos de 15.000 pessoas, número que poderá ser até o dobro. No mesmo ano, o Brasil tinha 119 milhões de habitantes, entre os quais a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos estimou que a ditadura provocou em duas décadas 376 vítimas fatais, 136 delas desaparecidas. O impacto proporcional foi entre 170 e 370 vezes menor, e diluído em um lapso quase três vezes mais extenso. Ademais, o grosso dos desaparecimentos se produziram no Araguaia, plena selva amazônica, entre estudantes de classe média oriundos de São Paulo e outros lugares do país, lutando para instalar um foco de guerrilha rural, o que reduziu ainda mais o efeito social de seus assassinatos. Os militares brasileiros colocaram sua economia em um caminho desenvolvimentista com uma gradual inclusão social, no entanto seus companheiros argentinos destruíram a avançada indústria preexistente, desagregando o homogêneo tecido social e terminaram derrotados em uma guerra com a Grã Bretanha e os Estados Unidos. Utilizei esta sequência rudimentar como prólogo da minha exposição para explicar a diferença ocorrida no período pós-ditatorial de cada país e o enorme enraizamento do movimento de defesa dos direitos humanos em nossa sociedade. Este foi o motor indispensável para sair do pântano do terror e da clandestinidade até a situação atual: já foram condenados 272 culpados por crimes

de lesa humanidade e foram absolvidos 20, em uma clara demonstração da origem em plenitude das garantias do devido processo, pelo qual ninguém será castigado sem provas irrefutáveis em sua defesa.

Os usos da Anistia

Acredito que estive a ponto de obter o efeito contrário, quando poucos mas tenazes membros da audiência entenderam que minimizava a gravidade das violações aos direitos humanos cometidas no Brasil, como se tratasse de um campeonato sul americano de maior sofrimento. Me explicaram então que haviam 38.000 vítimas da tortura e mil camponeses e indígenas massacrados, cifras que não posso confirmar, mas que serviram para estabelecer que a proporção das pessoas envolvidas por essa problemática não será a mesma que na Argentina, mas sua gravidade é equivalente. A lógica do meu paralelo começou a se esclarecer melhor quando a psicanalista e atriz Cecilia Boal (viúva do Diretor de Teatro do Oprimido, Augusto Boal) chamou a atenção sobre a escassa quantidade de estudantes que assistiam, no anfiteatro da Universidade Católica, à conferência organizada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a organização argentina Memória Aberta e a Coalizão de Sítios de consciência. Foi ficando claro que antes e depois das leis e das decisões políticas, a chave reside na extensão e na profundidade da reclamação e da mobili-

NOVEMBRO

21 - A Arquidiocese de SP lança o livro *Brasil: Nunca Mais*. É o primeiro levantamento sistemático dos métodos de repressão durante a Ditadura de 1964, listando os nomes de 444 torturadores.

zação social que a respalda. Esta é a única verdade universal que se depreende da experiência argentina. O que parece impossível, um dia pode tornar-se realidade no futuro, desde que a demanda social seja intensa e prolongada. Neste caso, as táticas de cada etapa têm importância menor. Um exemplo foi a inauguração dos “juízos da verdade”, que Emilio Mignone solicitou em 1996, logo após a confissão do marinheiro Adolfo Scilingo. O presidente fundador do CELS não se intimidou pela acusação de que renunciava a justiça para limitar-se a reclamar a verdade, porque tinha plena consciência de estar abrindo um caminho quando todos pareciam fechados pelas leis e os decretos de impunidade. Mignone compreendeu o que o ditador Videla falava reservadamente em 1978 como parte de seu diálogo promíscuo com a Conferência Episcopal católica: se reconhecermos o assassinato dos desaparecidos deveríamos explicar “onde estão sepultados: em uma vala comum? Neste caso, quem os colocou nesta vala? Uma série de perguntas que as autoridades do governo não podem responder sinceramente pelas consequências sobre as pessoas”, é dizer para proteger aos sequestradores e assassinos. Outra intervenção significativa foi a de um professor que perguntou por que era tão baixo o número de processados na Argentina, o qual se explica pelo método clandestino de repressão, que incluiu a impunidade dos perpetradores por meio de seu anonimato, e pela renúncia da maioria dos organismos

defensores dos direitos humanos a exigir a responsabilidade objetiva de alguém por sua mera inclusão em um organograma.

Caravanas

O encerramento da conferência, na manhã de sexta, coincidiu com a 61ª Caravana da Anistia, a forma itinerante de mobilização em torno dos crimes da ditadura. A Comissão, presidida desde 2007, pelo Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, de 36 anos, ter percorrido o país ouvindo testemunhos das vítimas, em cerimônias catárticas que, como isto é o Brasil, as vezes incluem música e dança. Estes denominados julgamentos culminam com um certificado de anistia e o pagamento de reparação econômica. Abrão trata de ler sentado as conclusões de cada sessão, porque de pé só a cabeça dos muito altos chega à altura dos seus ombros. Nesta sessão, julgaram seis casos muito diferentes que ilustram o amplo alcance das caravanas: um professor despedido em 1954, logo depois de publicar um ato político; duas militantes presas, torturadas e condenadas à prisão; três guerrilheiros assassinados e um detido/desaparecido no carnaval de 1974. Durante a sessão também se prestaram homenagens a duas grandes figuras nacionais: Augusto Boal, que utilizou a arte como meio de organização política e social, e Luís Carlos Prestes, ex-capitão do Exército e durante meio século líder do Partido Comunista, que na década de 1920 viajou 25.000 quilômetros à frente de uma coluna de 1.500 rebeldes. Os Argentinos,

mas não só os argentinos, confundem o uso da palavra anistia para estes ritos. O músico gaúcho Raul Ellwanger, que durante o exílio estudou sociologia no Chile e em Buenos Aires, e se converteu em um entusiasta incondicional do Globinho do Parque Patrício, soa a uma versão brasileira da doutrina dos dois demônios. Abrão explica que se trata de uma ressignificação da lei de anistia de 1979, que permitiu o retorno ao Brasil de milhares de exilados, mas ao mesmo tempo eximiu de perseguição penal a militares e policiais criminosos. De acordo com Abrão, o que faltou até 2007 foi o reconhecimento da dignidade das vítimas e o pedido de perdão por parte do Estado, que é o que procura o certificado de anistiado que a Comissão entrega ao concluir cada processo individual, cuja duração se reduziu de 120 a 45 dias. O conceito de anistia, diz: “Deixou de enfocar no esquecimento para mudar para os princípios de reparação, verdade, memória e justiça”. Também se colocaram em prática políticas de preservação da memória histórica e de educação para a democracia e os direitos humanos, no que inclui o projeto Marcas da Memória e o Memorial da Anistia Política, um centro de investigações e documentação, que está sendo construído em Belo Horizonte. “Havia museus da polícia e Forças Armadas, mas não da memória”, explica Abrão. O Memorial incluirá o que o presidente da Comissão denomina “espaços” para exaltar o direito à resistência, às utopias, à revolução e às liberdades democráticas, e

repudiar o estado de exceção, a repressão e os crimes de lesa à humanidade, tudo “a partir da visão das vítimas”.

Eu me lembro

Outra ressignificação da anistia propicia quem reclama a abertura de processos judiciais contra os autores dos crimes ditatoriais. Os parentes de 22 vítimas da repressão no Araguaia iniciaram sua peregrinação judicial enquanto finalizava a ditadura. Só pediram para conhecer o paradeiro de seus familiares, a localização e devolução de seus corpos e a emissão dos respectivos certificados de óbito. Mas a justiça considerou que a lei de anistia tornava desnecessário um pronunciamento que, ademais, declarou de atendimento impossível por razões materiais. Nos últimos anos a Comissão de Anistia recorreu ao testemunho dos camponeses que foram torturados só por haver estado em contato com os guerrilheiros e que, com raras exceções, são os únicos sobreviventes. Um deles narrou que os militares decapitavam os cadáveres. Seu testemunho faz parte de Eu me lembro (ou “eu me recordo”, em recordação tácita de Je me souviens, de Georges Perec), um filme documentário dirigido por Luís Fernando Lobo, exibido na Conferência como parte do simultâneo “Festival de Cinema pela Verdade”. Logo de inúmeras idas e vindas pelos diferentes tribunais brasileiros, os familiares recorreram à Comissão Interamericana de

287

ABRIL

26 - Acidente nuclear em Chernobyl, URSS: 31 mortes.

JUNHO

14 - O Brasil reata relações com Cuba.
19 - Rebelião de guerrilheiros do Sendero Luminoso presos no Peru. Sufocada com massacre (300 mortes).

Direitos Humanos em 1995, poucos meses depois da confissão de Scilingo na Argentina. Em 6 de março de 2001, o mesmo dia em que a Justiça argentina declarou nulas as leis de impunidade na causa Simón, a Comissão Interamericana considerou admissível a representação pelo Araguaia. Oito anos depois de levado o caso à Corte Interamericana, alegando que o Estado tinha “responsabilidade na prisão arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas”, que constituíam “crimes de lesa humanidade, não-anistiáveis e imprescritíveis”, O presidente Lula promulgou então um decreto elaborado por seus ministros Dilma Rousseff e Paulo Vanucchi, que criava uma Comissão Nacional da Verdade para investigar as violações dos direitos humanos e localizar os restos dos presos desaparecidos no Araguaia. O ministro da Defesa Nelson Jobim e os chefes de Estado Maior das Forças Armadas ameaçaram com suas renúncias e Lula aceitou abrandar o projeto. A sequência continuou, em abril de 2010 (a data prevista para que começasse a atuar a Comissão da Verdade), quando o Supremo Tribunal Federal Brasileiro ratificou por 7 a 2 a vigência da lei de anistia, em uma clara mensagem a Dilma, a candidata de Lula à sucessão presidencial. Em novembro de 2010, a Corte Interamericana decidiu nos mesmos termos da Comissão e declarou por unanimidade que a lei de anistia é incompatível com a Convenção Americana, carece de efeitos jurídicos e não pode obstruir a investigação, nem a identificação

e o castigo dos responsáveis. O Estado, responsável pelo desaparecimento forçado, o que viola os direitos à vida, à integridade física e à liberdade, e também tem falhado nas garantias judiciais ao não investigar os fatos; a liberdade de pensamento e de expressão ao lesar o direito a buscar e a receber informação e não cumprindo a obrigação de adequar seu direito interno ao da Convenção Americana de Direitos Humanos. Em consequência, dispôs que o Estado iniciará, diante na justiça ordinária, a investigação penal para esclarecer os fatos, punir os responsáveis, determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas, identificar seus restos mortais e entregá-los a seus familiares.

Outro caso argentino

O Supremo Tribunal Federal não voltou a pronunciar-se, mas dois dos seus integrantes declararam em março deste ano que não revisariam sua própria sentença. Contudo, em maio de 2011, o mesmo tribunal havia concedido a extradição do ex-major do Exército argentino Norberto Raúl Trozzo, para que fosse julgado por sua participação no massacre de Margarita Belén. Os juízes do Supremo Tribunal do Brasil entenderam que os sequestros das quatro vítimas cujos corpos não foram localizados constituem crimes continuados e permanentes, e encaminharam Trozzo à Argentina. Isto incentivou a reclamação dos familiares das vítimas brasileiras, que invocaram o

JULHO

11 - Chacina de Leme (SP): a PM mata duas pessoas a tiros e fere 23 ao reprimir piquetes da greve de canaveiros iniciada em 23/6.

SETEMBRO

7 - O bispo anglicano e militante antiracista Desmond Tutu sagra-se arcebispo de Cidade do Cabo. É o 1º negro a dirigir a Igreja Anglicana na África do Sul.

princípio da congruência. O que vale para os argentinos, também se aplica aos brasileiros, argumentam. Algo similar ocorreu na Argentina, cuja Corte Suprema concedeu a extradição dos assassinos nazistas Franz Schwammberger e Erich Priebke e declarou imprescritível e não anistiável os crimes de lesa à humanidade que cometeram, enquanto regiam as leis de impunidade para seus homólogos argentinos. Isolado pela própria ditadura argentina em 1981, Trozzo apelou daquela decisão do ex-ditador Leopoldo Galtieri e se atribuiu haver criado um Comando Azul e Branco repressivo como parte de “uma cruzada”, que “me levou a operar em outras regiões” como oficial de inteligência. Em cumprimento de sua parte da sentença interamericana, o governo de Dilma Rousseff aprovou a sanção de uma Lei de Acesso à Informação. Assim, proibiu manter em segredo qualquer informação sobre violações de direitos humanos, voltou a reduzir o prazo de reserva de documentos que Fernando Henrique Cardoso havia levado de 30 a 50 anos sob pressão castrense, e deu livre acesso a todos os materiais reunidos no Arquivo Nacional. Ao mesmo tempo criou uma Comissão da Verdade, que investigará todos os crimes da ditadura, ainda que atribuindo um alcance temporal excessivo para a duração de seu mandato: em dois anos deverá concluir a revisão do ocorrido entre 1946 a 1988. Ao atribuir funções a seus sete membros independentes (entre eles o sociólogo Paulo

Sérgio Pinheiro, ex-integrante da Comissão Interamericana e investigador da violência policial), Rousseff se fez acompanhar pelos quatro ex-presidentes que a precederam: José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Lula, como sinal inequívoco de que estava realizando uma política de Estado. Dilma recordou que Collor tornou público milhares de documentos militares, Fernando Henrique reconheceu a responsabilidade do Estado nas violações aos direitos humanos durante a ditadura e Lula criou a Comissão da Verdade. Esteve à margem das lágrimas quando disse que as novas gerações e aqueles que perderam familiares e amigos merecem saber a verdade. Paulo Sérgio vinculou a tarefa da Comissão com a tortura e as execuções extrajudiciais de prática comum no Brasil, que qualificou como um legado terrível da ditadura, a cuja erradicação contribuirão as investigações sobre o passado que agora se abrem. O Ministro Jobim tentou repetir com Dilma o jogo que havia feito com Lula, ao receber um documento dos militares com argumentos muito conhecidos na Argentina: a verdade traria controvérsias do passado, já morreram muitas testemunhas e se perderam os documentos e provas necessárias. Mas a presidente o desembarcou sem pensar muito no governo, sob o pretexto das declarações jornalísticas inoportunas sobre os colegas de gabinete. Ainda que o governo tenha enviado ao Supremo Tribunal um

OUTUBRO

20 - Morre em acidente aéreo Samora Machel, líder da Frente de Libertação de Moçambique.

NOVEMBRO

12 - Pela 1ª vez o Brasil asila refugiados políticos (sete) do Chile, do general Pinochet.

recurso contra qualquer revisão da lei de Anistia de 1979, já se aproximam de uma centena as causas abertas por promotores de diferentes lugares do país para cumprir com o mandato internacional de investigar, identificar e punir. Na terça-feira passada, os três desembargadores de um tribunal civil de apelação de São Paulo confirmaram a decisão de primeira instância que identificou um coronel de 80 anos, conhecido pelo nome clandestino de Dr. Tibiriçá, como o responsável pelas torturas aplicadas, há quarenta anos, a vários membros de uma família de militantes, que não buscavam nem pena nem indenização, apenas a verdade a que tanto temia Videla. E faz dois meses, o mesmo torturador foi condenado a indenizar com o equivalente a 50.000 dólares a família de um jornalista morto por

tortura em 1971, cujo cadáver foi lançado de um caminhão na pista, para simular um suicídio. Paulo Abrão disse que verdade e justiça são indispensáveis e complementares e que o sistema democrático se situa do lado das vítimas, e não dos repressores. O aparecimento de fotos da própria presidente com sinais de torturas que sofreu em sua juventude, a identificação do militar que a torturou, morto há vinte anos, e de imagens dos cadáveres de jornalistas e sacerdotes assassinados, cujas mortes a ditadura quis fazer passar por suicídios, e o descobrimento de arquivos militares que as Forças Armadas negaram conservar, têm causado comoção e ratificam que também aqui a verdade e a memória podem ser caminhos abertos em direção à Justiça, sempre que a sociedade a reclame com força suficiente.

**Originalmente publicado sobre o título "Vidas Paralelas" pelo jornal Argentino Página 12 . Reproduzido com autorização.*

Original disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-201414-2012-08-20.html>

Por Horácio Verbitsky. Participou junto com especialistas de doze países da África, América, Ásia e Europa da Conferência Internacional sobre "Memória, uma perspectiva internacional e comparada", que se realizou entre terça e sexta-feira (14 a 17 de agosto de 2012), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

JANEIRO

1 - Com a inflação superando 20% desde o Plano Cruzado, o gatilho salarial é acionado pela 1ª e única vez (será eliminado em 12/6).



DEPOIMENTO

JOÃO VICENTE GOULART

SOBRE JOÃO GOULART

“Quero agradecer em nome da família do presidente Goulart a anistia que nos é apresentada. As perseguições ao meu pai começaram muito antes de ele ser deposto em 1964. Dez anos antes, quando foi obrigado a renunciar ao cargo de Ministro do Trabalho, por ter aumentado o salário mínimo. Em 1961, quando em viagem à China tentaram impedir que assumisse a Presidência, após a renúncia de Jânio Quadros. Coronéis, generais assinavam manifestos contra ele. Esses impedimentos militares acabaram prevalecendo e meu pai acabou deposto após ampla conspiração das elites brasileiras e multinacionais juntamente com os Estados Unidos que viariam a instalar ditaduras por toda a América Latina. Hoje estou agradecido, mas não sinto a alma lavada.

Ainda há muitos caminhos a serem percorridos. Quais são os poderes que essa Comissão da Anistia terá? Ela tem de ter mais do que a retórica. O que é preciso é poder real de requisitar pessoas e documentos e partir para uma questão muito mais geral da anistia.

Temos certeza de que forças da reação ainda imperam, ao impedir a instalação da Comissão da Verdade, essa sim, teria o poder de curar feridas do passado. Isso é possível. O povo gaúcho comandado por Brizola já deu exemplo na Campanha da Legalidade, com o exército de anônimos que se formou em volta do Palácio Piratini para garantir a posse do meu pai.

Nossas polícias ainda têm resquícios do autoritarismo. Defendo a revisão no código criminal. Há ainda entulhos de legislação. É preciso que as autoridades tenham o poder de investigar, quando o Ministério Público faz corpo mole. E digo investigar as circunstâncias da morte de João Goulart, que ainda está em andamento, depois de tanto tempo. Se as autoridades brasileiras consideram que não é da sua competência, que se convoquem os argentinos.”

João Belchior Marques Goulart - Anistiado político durante a 50ª Caravana da Anistia.

291

FEVEREIRO

20 - Sarney anuncia pela TV a moratória unilateral da dívida externa.

MARÇO

7 - A Marinha ocupa os portos do Rio e Santos em represália contra greve dos marítimos.

Por **JOÃO BAPTISTA ALVARES ROSITO**

Mestre em Antropologia Social pela UFRGS e pesquisador vinculado ao Núcleo de Pesquisa sobre Culturas Contemporâneas (NUPECS) do PPGAS-UFRGS e ao Grupo de Pesquisa Constitucionalismo na América Latina da Faculdade de Direito da UFRGS

Caravanas da Anistia

Elementos de
uma nova política
reparatória no
Brasil

Em 17 de julho de 2008, enquanto eu esperava pelo início da 6ª Caravana da Anistia, em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, ouvi alguns conselheiros da Comissão de Anistia comentarem que uma revista de circulação nacional havia, naquela semana, abordado o tema da responsabilização dos torturadores durante a ditadura militar. A publicação da reportagem era comemorada pelos interlocutores e, ao mesmo tempo, parecia suscitar-lhes uma espécie de análise de conjuntura. O que viria dali para adiante? Como interpretar a entrada da temática na mídia nacional? Como rebateriam os grandes veículos de comunicação? E os militares, como receberiam a notícia? Era 2008, o projeto das Caravanas da Anistia iniciara, em abril daquele ano, a proposta de trazer à tona os relatos encobertos e esquecidos sobre a repressão no Brasil dos ditadores militares. E esta proposta era rebatida com o discurso, até então hegemônico, de que se tratava ou de uma nostalgia dos que perderam, ou de um revanchismo dos magoados com a história.

No momento em que este livro, com o registro de 50 Caravanas da Anistia, pesar na mão e nas mentes dos leitores, a Comissão da Verdade estará trabalhando para apurar as violações de direitos humanos no Brasil, especialmente aqueles ocorridos nos períodos da repressão militar. Isto significa que a luta contra o esquecimento e contra os tantos discursos hegemônicos sobre a ditadura brasileira por muito tempo começou a ser vencida. Muito do contexto que resultou na possibilidade de o Brasil instituir uma Comissão da Verdade foi construído ao longo de milhares de quilômetros, dezenas de cidades, centenas de horas de relatos e de escuta, durante essas 50 Caravanas descritas neste livro.

Comparado à Argentina, o Brasil parece avançar muito timidamente – e, também poder-se-ia dizer, fora de tempo -- nas políticas de enfrentamento ao legado da ditadura militar. É bem verdade que não tivemos o grande julgamento aos ditadores como o que ocorreu na Argentina em 1985, nem temos ainda as cidades do nosso país marcadas, por todos os lados, com alusões aos desaparecidos políticos, aos locais que se transformaram, clandestinamente, em centros de detenção, nem referências costumeiras nas nossas paisagens urbanas e rurais a

grupos que combateram a ditadura. Ao contrário, bem sabemos que os nomes dos ditadores seguem batizando avenidas, praças, prédios públicos, e que os locais que serviram de cenário para um dos mais atrozes atos – a tortura – seguem, na maioria dos casos, invisibilizados. Mas é verdade também que passamos por um importante momento de transformação deste panorama e que hoje a ditadura, a repressão, as violações de direitos humanos ganharam espaços nas rodas de conversa, na imprensa, nas recentes pesquisas acadêmicas – passaram a ser nomeadas por sujeitos que até então não o faziam. E isto, no contexto brasileiro, é uma grande conquista.

A política brasileira de reparação às vítimas de violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar, após a Lei de Anistia de 1979, tem dois marcos legislativos: a Lei 9140 de 1995, que reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro na morte e desaparecimento de militantes políticos durante a ditadura militar, e a Lei 10559 de 2002, que determina a concessão de reparação econômica aos que sofreram perseguição política. A aprovação e instalação da Comissão da Verdade, em 2011, inaugura, formalmente, um novo momento, que inova, no cenário brasileiro, pelo fato de ter como objetivo fundamental a apuração, pelos mais diversos meios, das violações de direitos humanos no Brasil e as organizações dessas informações de forma sistemática. Inova porque atua no campo do direito à verdade e à memória, dimensões que ainda careciam de iniciativas oficiais de ampla repercussão que extrapolassem o círculo das vítimas diretas, dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e dos movimentos de defesa dos direitos humanos.

Cada um desses marcos legais é fruto de um determinado contexto e resultado de mobilizações políticas, sempre eivadas de tensões, mas que, nos exemplos citados, resultaram em conquistas – juridicamente reconhecidas pelas referidas leis – que, se bem não tenham contemplado integralmente as demandas dos grupos sociais que as forjaram, ao menos criaram condições para importantes avanços políticos. Nas considerações a seguir, proponho-me a analisar o contexto em que a Comissão da Verdade foi construída, e refiro-me

a uma construção anterior ao grupo de trabalho que esboçou o projeto de lei, anterior ao Plano Nacional de Direitos Humanos de 2010 que a citou como uma sugestão, anterior à escolha dos nomes de seus integrantes. Penso que as Caravanas da Anistia forjaram paulatinamente – a exemplo de como se construiu, em suas sucessivas edições, a Bandeira das Liberdades Democráticas, com a costura a cada edição de um retalho de pano – a atual Comissão da Verdade, ao colocar em evidência o relato das experiências dos perseguidos políticos, a despeito de uma lei que previa tão somente a reparação econômica por perdas laborais causadas por perseguição política.

A Lei 10559 de 2002, para cuja operação foi criada a Comissão de Anistia, determina os parâmetros para a concessão de reparação econômica por perseguição política. A legislação prevê duas modalidades de reparação – uma paga em prestação única; outra, por meio de benefício mensal permanente. A ênfase no aspecto pecuniário sempre foi motivo de críticas por parte de diferentes correntes políticas, inclusive entre os que se mobilizaram pela sua aprovação, seja pelos valores das indenizações, pelos critérios utilizados para definir o benefício, ou pelo significado político de fixar na lei apenas as perdas trabalhistas como a situação fática a ensejar a reparação.

Pode-se analisar as Caravanas da Anistia sob diferentes perspectivas. Aqui, proponho pensá-las em quatro dimensões, que considero principais: como fóruns de enunciação e escuta de narrativas acerca da ditadura militar; como arena de atualização de demandas políticas; como estratégia de superação dos limites da Lei 10559; e, finalmente, como experiência ritual.

As Caravanas constituem-se em sessões públicas e itinerantes de análise dos requerimentos de anistia política e reparação econômica baseados na Lei 10559 de 2002. Cinquenta edições delas estão registradas ao longo deste livro, com imagens, depoimentos e descrições dos momentos únicos que cada uma delas propiciou aos presentes. Assim, qualquer descrição feita aqui se mostra menor e limitada, se comparada às feitas ao longo do livro. De todo modo, para a análise que pretendo empreender, sistematizarei algumas informações acerca das Caravanas, de modo a poder

pensá-las em sua generalidade, para, em seguida, retomar a particularidade de cada uma delas.

Pois bem, as sessões públicas e itinerantes caracterizam-se, além da mobilidade, por acontecer em locais públicos, em geral universidades, sedes de entidades identificadas com a resistência à ditadura militar, parlamentos municipais e estaduais e em locais de referência para a mobilização política e cultural. Assim, a lista de entidades que sediaram as Caravanas da Anistia compreende universidades públicas e privadas, câmaras municipais, assembleias legislativas, sedes de sindicatos e de entidades de classe profissionais, espaços de movimentos sociais e de grupos artísticos.

Temos, pois, já explicitado que, à itinerância, agrega-se a característica da diversidade de espaços e instituições em que as Caravanas ocorrem. Ainda é de se ressaltar que, ao longo de suas edições, muitas vezes, as Caravanas foram concebidas como “caravanas temáticas”, isto é, tiveram como objetivo analisar requerimentos de reparação de um grupo específico de ex-perseguidos, como mulheres, sindicalistas, agricultores, integrantes de determinado agrupamento político, religiosos. Rotineiramente, entretanto, a Caravana se ocupava da análise dos requerimentos de pessoas da cidade e região em que ocorriam, quando da impossibilidade de pensá-las a partir de um coletivo específico. O recorte, portanto, muitas vezes, era regional.

As sessões em si compreendem uma sequência de momentos, que é possível descrever a partir de um roteiro padrão. Antes, entretanto, é necessário frisar que

cada Caravana torna-se um evento único, à medida que dialoga diretamente com as especificidades do local, da instituição em que se realiza, com a trajetória das pessoas cujos requerimentos são apreciados, moldando-se e (re)construindo-se nesta interação, de onde emerge a singularidade de cada edição. Entretanto, tal singularidade não prescinde de uma estrutura de evento que lhes é comum.

Via de regra, as Caravanas iniciam com um vídeo institucional da Comissão de Anistia, em que a política reparatória é apresentada ao público. Este vídeo, que foi alterando-se ao longo das edições, porque permanentemente em construção, trazia depoimentos do presidente da Comissão, do ministro da Justiça, imagens de caravanas anteriores e depoimentos de pessoas que vivenciaram a ditadura militar como militantes de esquerda, muitos dos quais foram presos ou tiveram familiares desaparecidos. Em seguida, um vídeo de homenagem aos ex-perseguidos políticos é exibido, com imagens e músicas referentes ao período da ditadura militar. A vídeo-homenagem é a chamada “sessão de memória”. Uma mesa de abertura é ainda formada antes do início da apreciação dos requerimentos, e é oportunizada uma fala às autoridades presentes e aos representantes das entidades parceiras daquela edição. Ainda antes de iniciarem os trabalhos, as entidades e grupos políticos presentes são convidados a doar um pedaço de pano com seu símbolo para compor uma bandeira, a chamada “bandeira das liberdades democráticas”, além de serem recebidas doações para o acervo do Memorial da Anistia Política.

Apenas após essas “etapas” é que a

JULHO

11 - A UDR (União Democrática Ruralista) faz marcha de 30 mil em Brasília, contra a proposta de reforma agrária em debate na Constituinte.

AGOSTO

25 - Fernando Ramos da Silva, 19 anos, que interpretara o papel principal do filme Pixote, um menino de rua, é morto com oito tiros pela polícia em Diadema, SP.

SETEMBRO

30 - Vem a público a contaminação com césio de moradores de Goiânia, GO; 16 pessoas são internadas em estado grave; três delas morrerão.

sessão de apreciação dos requerimentos é instalada, com os conselheiros da Comissão de Anistia tomando assento à mesa de julgamento. Na sessão de apreciação dos requerimentos propriamente, os procedimentos, bastante formais, compreendem a leitura do requerimento pelo conselheiro relator, responsável por analisar o pedido de reparação e propor uma decisão, a manifestação do requerente, a discussão entre os conselheiros do caso e, por fim, a votação. Uma vez deliberado, em caso de concessão de anistia política, um representante da Comissão de Anistia formula um pedido oficial de desculpas pelas perseguições empreendidas pelo Estado brasileiro.

Como precavi anteriormente, o elenco dos momentos das caravanas, feito assim, em sua generalidade, perde o conteúdo e a intensidade (emocional e política). Como disse antes, descrever genericamente as caravanas aqui tem o objetivo de pensá-las a partir de sua estrutura padrão para a análise proposta. Como apresentado, pode-se perceber que a estrutura das Caravanas compreende uma lógica interna – da própria organização do cerimonial e dos diferentes e sucessivos momentos da sessão – e uma lógica externa, que é a da itinerância e das estratégias de singularização do evento e adaptação às especificidades da cidade, do local, da instituição e do público de cada caravana especificamente.

Os momentos descritos podem ser distinguidos em duas etapas fundamentais das Caravanas: a que antecede a apreciação dos requerimentos e o julgamento em si dos pedidos de anistia política e reparação econômica. Na primeira, a tônica

é a homenagem e os pronunciamentos oficiais, aqueles que explicam a política reparatória, reconhecem seus limites, explicam os objetivos das Caravanas e rememoram o período da resistência, por meio da “sessão de memória”. Já durante a apreciação dos requerimentos de reparação econômica, estabelece-se um procedimento burocrático-estatal, adaptado, entretanto, para dar espaço, relevância e visibilidade às narrativas das experiências dos requerentes presentes na sessão. Neste momento das Caravanas, julgamento e testemunho fundem-se, de modo que o sujeito julgado desloca-se da vítima para o Estado repressor.

Assim, as Caravanas constituem-se em fóruns de enunciação e de escuta de narrativas acerca da ditadura militar, porque possibilitam o testemunho em local público das experiências de repressão durante a ditadura militar. A experiência narrativa é polifônica, porque inclui narrativas da Comissão, por meio das sessões de memória apresentadas no início das Caravanas; dos conselheiros da Comissão, que analisam os requerimentos com base nas provas levadas ao processo administrativo; e, por fim, chegam ao ápice durante a manifestação do próprio requerente. As narrativas polifônicas envolvem outro(s) sujeito(s), o(s) espectador(es), que, como “terceiro elemento”, são indispensáveis para que o evento se caracterize também pela escuta pública e coletiva dessas experiências.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a narrativa se colocada no centro e como momento prevalente em relação aos demais nas sessões de julgamento é individual, porque referente a processos

OUTUBRO

19 - Forte queda (23%) na Bolsa de Nova York, maior que o crash de 29.

NOVEMBRO

6 - Fim da moratória de Sarney (dura 8 meses). O Brasil volta ao FMI.

DEZEMBRO

18 - Decreto de Sarney proíbe a pesca da baleia em águas brasileiras.

27 - Levante dos quatro mil garimpeiros de Serra Pelada. A PM reage a bala: 133 mortos na rodovia PA-150.

de sujeitos específicos, contemplando, inclusive o testemunho do requerente, também torna-se coletiva, pois, unida às demais por meio das sucessões de relatos e análise dos requerimentos individuais, compõe uma dimensão coletiva, seja pela multiplicidade de sujeitos vítimas da repressão e de suas respectivas experiências desveladas naquele momento, seja porque naquelas experiências individuais resta algo fundamentalmente comum entre todas. De outra parte, como já assinalado por autores que também analisaram esta etapa da política reparatória brasileira, a escuta de tais narrativas em locais públicos e de forma compartilhada com outras pessoas – os a que assistem às Caravanas – diferencia-se da escuta individual, pois possibilita uma recepção coletiva e compartilhada, que incide sob o tipo de significação e elaboração processadas a partir daquela escuta.

As Caravanas também se transformaram em arenas de atualização de demandas e estratégias políticas acerca do tema da ditadura militar. Ao longo de suas edições, os pronunciamentos dos requerentes passaram a conjugar o testemunho das experiências vividas durante a ditadura militar com reivindicações de avanços na política reparatória brasileira em relação às violações de direitos humanos. Assim, paulatinamente, as reivindicações pelo esclarecimento das circunstâncias das mortes e desaparecimentos políticos e pela abertura total dos arquivos da ditadura entraram em cena nas Caravanas.

Nesse sentido, as sessões itinerantes se constituíram em relevantes espaços de atualização destas pautas políticas. Na tensão que é própria da política, os inte-

grantes da Comissão de Anistia passaram a ser questionados pelos requerentes acerca dos arquivos da ditadura, dos corpos não localizados, da impunidade dos torturadores. Tais demandas não podem ser classificadas como novas pautas políticas, porque compreendem historicamente a agenda dos movimentos de familiares de mortos e desaparecidos e de defensores de direitos humanos desde a época da ditadura. O que assinalo como inovador é que tais pautas passaram a ser novamente formuladas, desta vez em um espaço institucionalizado do governo, isto é, durante as sessões de apreciação dos requerimentos de reparação econômica, especialmente nas Caravanas, o que lhes conferiu um novo tipo de visibilidade e outros interlocutores.

Assim, aos poucos, as Caravanas tornaram-se também espaços de sistemáticas reivindicações e de pressão sobre o governo acerca das políticas de enfrentamento ao legado ditatorial. Por outro lado, oportunizaram que os agentes estatais que integram a Comissão tivessem contato com as demandas específicas das vítimas da ditadura. É nas Caravanas da Anistia, por exemplo, que a proposta de uma comissão de verdade é reiteradamente formulada

E esta é uma das características mais interessantes das Caravanas, porque, ao colocar em espaços públicos e visíveis as narrativas sobre a ditadura militar, abriram-se espaços para que demandas históricas fossem novamente enunciadas, desta vez em verdadeiras caixas de ressonâncias. Se começam com o objetivo de incrementar a política reparatória brasileira, agregando iniciativas com o objetivo de conectar a concessão reparatória com a necessidade

JANEIRO

4 – Morre, no Rio, o cartunista Henfil, 43 anos. Ele contraiu Aids em transfusão de sangue.

15 - Sarney lança o Plano Verão: Cruzado Novo, congelamento, desindexação, demissão de funcionários.

de resgate histórico, as Caravanas também transformam-se, ao longo do tempo, em espaços de formulações e reiterações de outras reivindicações políticas. Assim, os requerentes de reparação participam, inicialmente, como destinatários da política reparatória, para, em seguida, serem oradores que questionam e cobram o governo. Assinalo, pois, uma dimensão comunicativa que as Caravanas propiciaram entre os sujeitos destinatários da política reparatória e o próprio estado.

As Caravanas compreendem, articulando os aspectos analisados até agora, dimensões de homenagem-memória e atualização-reivindicação de pautas políticas, o que faz delas eventos intensos de conexão com o passado ditatorial e o contexto político contemporâneo.

A dimensão homenagem-memória é composta, pois, pela possibilidade do testemunho, da escuta e da memória, uma vez que a participação dos ex-perseguidos nas sessões públicas passaram a ser estimuladas e valorizadas, de modo que o relato da experiência à época da ditadura militar ganhou destaque e prevalência durante as Caravanas. A escuta foi viabilizada principalmente pelos aspectos público e itinerante das Caravanas, uma vez que o caráter de evento especial e único lograva despertar interesse do público, e os presentes na sessão tomavam contato, pela narrativa escutada, com uma experiência ao mesmo tempo particular e coletiva. A memória, além da dimensão individual do recordar, também estava abarcada pelas homenagens realizadas pela Comissão de Anistia aos ex-perseguidos políticos, por meio da exibição de imagens e músicas

alusivas ao período e aos fatos de resistência ao regime militar.

É preciso frisar também que as Caravanas são concebidas como um reconhecimento das limitações da lei 10559 de 2002. Ainda que inegável importância a reparação econômica pelas perdas financeiras causadas pela perseguição política, a ênfase no critério trabalhista e econômico previstos na Lei 10559, por parte de quem a interpreta e a opera, restringe as dimensões históricas, políticas, simbólicas e morais da perseguição política a serem contempladas por uma política reparatória atenta e comprometida com a defesa dos direitos humanos contemporaneamente – e eis o papel que as Caravanas cumprem, ao ampliarem o espectro de interpretação e significação social, política e cultural tanto da Lei 10559. Ainda assim, é de se ter em mente que não foram fixadas diretamente como causas de reparação a tortura, a prisão e demais experiências de violência perpetradas pelo estado ditatorial, o que é um dado relevante sobre o contexto em que tal legislação foi aprovada – significando, certamente, avanços para aquele momento, mas, por outro lado, conformada por uma correlação de forças que ainda deixava pouco espaço para as dimensões hoje abordadas pelas Caravanas, pelos processos das Comissão da Anistia e pela própria Comissão da Verdade.

Ao agregar a dimensão homenagem-memória à apreciação dos requerimentos de reparação e anistia política, empreende-se, pois, uma superação dos limites da Lei 10559, visto que a própria operação da lei passa a motivar ações em âmbitos não previstos taxativamente. As Caravanas

MARÇO

11 - O CRM-RJ cassa a licença do médico Amílcar Lobo, por colaborar com a tortura.

28 - Massacre de índios Tikúna por madeireiros, no AM: 23 feridos, 14 mortos atirados no Rio Solimões.

ABRIL

6 - Brasil, Argentina e Uruguai iniciam a formação do Mercosul.

JULHO

3 - Cruzador dos EUA abate avião civil do Irã no Golfo Pérsico; 298 mortos.

potencializam esse projeto de superar as limitações da lei, pois realçam a dimensão homenagem-memória da reparação econômica. Nesse sentido, a transformação das sessões de apreciação em audiências públicas é fundamental para a implementação da dimensão homenagem-memória à operação da lei, cuja tônica, como foi dito, é de reparação pecuniária.

Esta superação das limitações da lei 10559 pode ser categorizada como uma forma de “subversão” dos limites legais. Dito de outra forma, as Caravanas retiraram a ênfase da política reparatória da questão econômica e colocaram-na no testemunho, na escuta e na memória, enfim, na dimensão homenagem-memória – e talvez, como assinalado anteriormente, também tenham sido “subvertidas”, com a entrada em cena da dimensão atualização-reivindicação por parte dos requerentes e militantes dos movimentos sociais. O aspecto “subversivo” das Caravanas está justamente na possibilidade de extrapolar as limitações da Lei 10559 de 2002, sem deixar de operá-la.

Ponto ainda outro aspecto das Caravanas da Anistia: a experiência ritual que proporcionam.

Realizadas em diferentes cidades e em distintos locais – universidades, parlamentos municipais e estaduais, sindicatos, sedes de entidades de classe e em movimentos sociais –, as Caravanas da Anistia ganharam contornos singulares a cada edição. Tais contornos específicos emergiam de uma associação com o conjunto simbólico próprio da região e instituição em que se realizavam e do identitário e político a que se relacionavam os requerimentos que seriam apreciados. É possível identificar

em cada edição das Caravanas da Anistia a composição de uma cenografia própria, com a junção de símbolos da Comissão e da instituição e grupos sociais relacionados àquela sessão especificamente. Além de uma cenografia particular, também uma retórica própria era estabelecida em cada edição.

Como exemplos deste aspecto plástico tanto do cenário, como da linguagem, podem ser citadas as Caravanas ocorridas na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília, e no Assentamento Treze de Maio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Charqueadas, no Rio Grande do Sul, em setembro e outubro de 2008, respectivamente. Nestas duas edições, ficam claras as composições cenográficas para a realização da Caravana da Anistia.

Na Caravana realizada na CNBB, junto a banners e faixas da Comissão, foram colocados símbolos religiosos, como uma cruz sobre um grande painel estendido atrás da mesa de trabalho dos conselheiros para a sessão de apreciação dos requerimentos. Na entrada do auditório em que se realizaria a Caravana, foi colocada uma Bíblia e uma vela em frente a outro um banner da Comissão. Ainda no auditório, houve a distribuição entre o público de algumas publicações, entre as quais uma cartilha que continha passagens bíblicas e trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, apontando relações entre os dois textos, e um conjunto de cartões postais com a reprodução de cartazes elaborados à época da campanha pela anistia política no Brasil, na década de 1970, confeccionado pela Comissão de Anistia. Estes exemplos

298

1988

AGOSTO

5 - Promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil

OUTUBRO

5 - Plebiscito no Chile. Vitória do “Não” derrota o projeto do ditador Pinochet de continuar no poder até 1997.

13 - Greve dos funcionários federais paralisa 17 dos 22 ministérios.

– justaposição de símbolos religiosos e políticos – indicam a construção de uma cenografia própria para a Caravana, que se configura como um espaço de intersecção entre a instituição sede (no caso específico do exemplo, a CNBB) e o governo, representado pela Comissão de Anistia.

Outro exemplo que evidencia a plasticidade de cenário é a Caravana realizada no Assentamento Treze de Maio, do MST. Além de ter sido realizada em uma tenda, aquela Caravana teve a mesa de trabalhos ornada com sementes, flores e frutas, além de bandeiras do MST e de outros movimentos de trabalhadores rurais espalhadas ao longo do auditório montado ao ar livre. Outra característica desta Caravana foi a encenação de uma peça de teatro antes da sessão de apreciação dos requerimentos de reparação econômica.

Cito esses dois exemplos porque neles está clara a composição de uma cenografia própria, com a justaposição de símbolos de grupos sociais específicos no espaço em que os trabalhos da Comissão ocorreram. Aqui, podemos entender a construção desse cenário como o estabelecimento de um espaço de intersecção, ao menos simbólico, entre Estado e grupos sociais, espaço este que, além de ser viabilizado pela itinerância das Caravanas, também terá como característica a efemeridade, visto que o período de existência concreto será apenas aquele de duração da sessão.

O aspecto ritual das Caravanas não está somente na justaposição de determinados símbolos e objetos próprios dos grupos sociais com que determinada Caravana relaciona-se. Além disso, a própria estru-

tura padrão dos eventos, com etapas pré-determinadas e momentos específicos de relevância, configuram a experiência ritual das Caravanas. Mais ainda: a existência de momentos específicos com grande carga emocional, como as sessões de memória e os depoimentos ao longo da sessão de apreciação dos requerimentos, proporcionam experiências subjetivas particulares, que, se de um lado são específicas daquele momento único, por outro, são mobilizadas por recursos que visam deliberadamente a este tipo de sensibilização.

Não à toa o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, em uma das Caravanas, disse que os verdadeiros arquivos da ditadura eram os processos e os depoimentos registrados pela Comissão. Isto porque, sem dúvida, a valorização da narrativa das experiências dos ex-perseguidos políticos e a transferência da apreciação desses requerimentos para o espaço público, com as Caravanas da Anistia, tiveram um profundo impacto sobre os embates discursivos acerca da ditadura militar. As Caravanas, nesse sentido, quebraram o silêncio público e, supostamente, consensuado acerca da ditadura militar, um silêncio que era, ao mesmo tempo, silêncio por medo, de uns, e silêncio por desconhecimento, de outros. Neste sentido, como apontei no início, a nova etapa da política reparatória brasileira, esta que versa especificamente sobre o direito à verdade e à memória, ainda que tenha como marco a instalação da Comissão da Verdade é gestada, executada e experienciada nas Caravanas da Anistia, como podem atestar todos que tiveram a experiência de participar de uma de suas edições.

NOVEMBRO

9 - O Exército invade a CSN, Volta Redonda, RJ, ocupada por 8 mil metalúrgicos em greve, e mata três deles; a greve continua até 23/11.

DEZEMBRO

22 - Assassinado por fazendeiros o sindicalista acreano, ambientalista e personalidade mundial Chico Mendes.

Listagem com
nome dos
julgados por
caravana

As Caravanas

A força da
memória

Este é um livro que conta histórias de dor. Dores terríveis. Físicas e psicológicas. Nas suas páginas, há relatos crus de sofrimentos, arbitrariedades, mentiras, assassinatos, torturas, mutilações, sadismo, perseguições covardes e injustiças imperdoáveis cometidas pela Ditadura Militar Brasileira.

Também, nesta publicação, está registrado o determinado esforço do Ministério da Justiça por intermédio da sua Comissão de Anistia e de seus conselheiros em tentar ao menos atenuar o sofrimento e o trauma que essas dores deixaram em milhares de brasileiros.

São relatos das sessões das 50 primeiras Caravanas da Anistia, que percorreram o Brasil julgando de maneira pública e transparente os crimes cometidos contra os brasileiros que fizeram frente ao arbítrio imposto pelos governos militares instaurados entre 1946 e 1988.

Nessas sessões, foi reconhecido formalmente que milhares de brasileiros foram vítimas de uma intolerável perseguição pelo Estado e transmitido um solene pedido de desculpas pelo mal que lhes foi impingido.

Mas há ainda mais nas histórias aqui contadas. Sobretudo para aqueles leitores por demais jovens ou que consideram que os anos de chumbo aqui vividos foram menos pesados do que aqueles que castigaram outros países em que também se torturaram presos políticos.

Nas tragédias pessoais relatadas fica evidente que não há limites para a crueldade nos governos totalitários, no qual a crítica política torna-se impossível. Calou-se à época, à força de torturas e mortes, o que havia de mais criativo, inovador e produtivo na sociedade. Seus efeitos ainda perduram.

Não há maneira efetiva de impedir que uma época de trevas semelhante volte a se instalar que não seja a atenta vigilância e a prática efetiva dos princípios democráticos. Os 21 anos de terror pelo qual o Brasil passou não devem jamais serem esquecidos ou minimizados. Eternizar essa memória é a intenção deste livro.

Local/Data	JULGADOS
<p>1ª Rio de Janeiro -RJ Sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) Sessão Extraordinária 4 abril de 2008</p>	<p>JULGADOS 19</p> <p>Amaro Alexandrino da Rocha Ari Candido Fernandes Carlos Guilherme de Mendonça Penafiel Félix Augusto de Athayde George de Barros Cabral Joana D´Arc Bizzotto Lopes Jorge Saldanha de Araújo Josail Gabriel de Sales Maria Ignes da Costa Duque Estrada Bastos Maria José Rios Peixoto da Silveira Lindoso Maria Regina Pedrosa de Senna Figueiredo Nilson Nobre de Almeida Octávio Malta (declaração post mortem) Orlando Maretti Sobrinho Pery de Araújo Cotta Reynaldo Jardim Silveira Ricardo de Moraes Monteiro Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe (Jaguar) Sinval de Itacarambi Leão.</p>
<p>2ª São Paulo - SP Sede do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo Seminário Estadual sobre Democracia e Anistia, promovido pela Federação dos Aposentados e pensionistas do Estado de São Paulo 32ª Sessão de Julgamento 15 abril 2008</p>	<p>JULGADOS 4 32ª SESSÃO Bernardo Boris Jorge Vargaftig. João Roberto Villares Julio Prata Pedro Rocha Filho</p>
<p>3ª Rio de Janeiro - RJ Terreno da UNE na Praia do Flamengo 53ª Sessão de Julgamento 15 Maio de 2008</p>	<p>JULGADOS 6 53ª SESSÃO Ana Maria Santos Rocha Dione Damasceno Edson Menezes da Silva Mário Magalhães Lobo Viana Olívia Rangel Joffily Solange Lourenço Gomes</p>
<p>4ª Goiânia - GO Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) 54ª Sessão de Julgamento 4 Junho de 2008</p>	<p>JULGADOS 11 54ª SESSÃO Aparecida Alves dos Santos Benito Pereira Damasceno Eduardo Dias Campos Sobrinho</p>

Local/Data**JULGADOS**

		José Abadia Bueno Teles José Coelho Noieto José Porfírio Nelson Cordeiro Nelson Remy Gillet Nestor Pereira da Mota Oscavú José Coelho Walda Cleres Marinho Noieto
5 ^a	Curitiba – PR Colégio Estadual do Paraná no evento 'Anistia e Democracia - Direito à Memória e à Verdade promovido pelo Grupo Tortura Nunca Mais / Paraná 81 ^a Sessão de Julgamento 25/27 de Junho de 2008	JULGADOS 7 81 ^a SESSÃO Antonio José Messias Dimas Floriani Horacio Martins de Carvalho Gildo Scalco Regenis Bading Prochmann Romulo Daniel Barreto de Farias Sebastiana Correia Bittencourt Guimarães
6 ^a	Caxias do Sul - RS Universidade de Caxias do Sul Atividade do 29º Encontro Nacional de Estudantes de Direito 93 ^a Sessão de Julgamento 16/17 Julho de 2008	JULGADOS 7 93 ^a SESSÃO Antonio Apoitia Netto Belarmino Barbosa Siqueira Elírio Branco de Camargo Flávio Koutzii João Arthur Vieira José Daltro da Silva Vitor Borges de Melo
7 ^a	Belo Horizonte - MG Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG). Teatro Izabela Hendrix Atividade do "Seminário Anistia e Democracia". Parceria com o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix e Grupo Anistia e Democracia e o Fórum Mineiro de Direitos Humanos 122 ^a Sessão de Julgamento 22 agosto de 2008	JULGADOS 7 122 ^a SESSÃO Armando Bortolo Deusdante Ferreira de Freitas Jeová Ferreira José Carlos Novais da Matta Machado Lincoln Ramos Viana Luis Marcos de Magalhães Gomes Maria Madalena Prata Soares
8 ^o	Salvador – BA Biblioteca Pública de Salvador. Parceria com o governo da Bahia e a Organização Tortura Nunca Mais. Sessão 134 - 10/09/08 Sessão 135 - 11/09/08 Sessão 136 - 11/09/08 10/11 setembro de 2008	JULGADOS 63 134 ^a SESSÃO Alírio Feliciano Pimenta Ana Maria Bianchi dos Reis Carlos José Sarno Ivan Alves Braga João Luiz Silva Ferreira José Fidelis Augusto Sarno

Lia Terezinha Bianchi dos Reis
Manoel Amorim Souza
Milton Mendes Filho
Nemésio Garcia da Silva
Odilon Pinto de Mesquita Filho
Winston Araújo de Carvalho

135ª SESSÃO

Antonio Nivaldo Almeida Lima
Bruno Nogueira Costa
Carlos Alberto Alves Sales
Clovis Loureiro de Santana
Edson Luiz Coelho
Eustáquio de Santana Neto
Gilberto Mecias de Souza
Hélio Francisco dos Santos
João de Deus dos Santos
Jorge Galileu Ramos
José Antônio Tebaldi Castellano
José Costa Santana
José Gonçalves dos Santos
José Ivan Dantas Pugliese
José Magalhães de Oliveira
Luiz Ferreira de Souza
Luiz Henrique de Souza Oliveira
Ronaldo Antonio Torres Cruz
Valdomiro Ribeiro dos Santos

136ª SESSÃO

Aleinaldo Batista Silva
Alfredo Santana Santos
Alírio Santos Sousa
Augusto César de Castro Da Rocha
Bento Sérgio Dantas Barbosa
Carlos Alberto das Neves
Carlos Antonio de Pinho Protásio
Carlos Orlando Oliveira Cerqueira
Cloves Alves Sales
Edson de Souza Bembem
Elizeu Silva dos Reis
Euro Oliveira Araújo
Everaldo Mariano dos Santos
Gerson Candido Rocha Filho

Local/Data**JULGADOS**

Hamilton Sacramento dos Santos
Harry dos Santos Leal
Helio Albano
João Nunes Barbosa
Jose Augusto da Silva
José Fernando Narciso Alves
José Pereira Palma Junior
Jose Pinheiro Almeida Lima
Luiz Bastos Rodrigues
Luiz Gonzaga Montay
Manoel dos Reis Nunes Viana
Mário Alves de Araújo
Moisés Ferreira Andrade
Roberto Prado Ribeiro
Romar Antônio da Silva Eloy
Romario José Fontes
Valnei José Barbosa
Walmir Gervásio Neves

9^a

Maceió – AL

Auditório Aqualtune do Palácio República dos
Palmares. Promoção da Universidade Federal de
Alagoas (Ufal) e Governo de Alagoas, por meio
da Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania
e dos Direitos Humanos

144^a Sessão de Julgamento

19 setembro de 2008

JULGADOS 8

144^a SESSÃO

Clistenes de Miranda Pinto
Helvecio Alves de Mendonça
Jefferson Barbosa Teixeira
João Olímpio da Silva
José Teixeira da Silva
Rholine Sonde Cavalcante Silva
Stefane Brito Lins
Valmir Costa

10^a

São Paulo – SP

Câmara Municipal de São Bernardo (Grande São
Paulo)

145^a Sessão de Julgamento

23 setembro de 2008

JULGADOS 47

145^a SESSÃO

Ana Pereira Leite Coutinho
Angelo Antonio Anacleto
Antenor Biolcatti
Antonio Carlos Lopes Granado
Antonio Pereira Coutinho
Ariston dos Santos Coqueiro
Dorgival Ferreira da Silva
Enilson Simões de Moura
Francisco das Chagas Souza
Genivaldo Amorim
Geraldo Magela de Souza
Heinrich Plagge
Hélio Alves dos Reis

Ilda Maria de Oliveira Nogueira
Iraci Rosa de Sousa Coqueiro
Jaime Vicente da Silva Ferreira
João Benedito da Silva
Jonas Francisco dos Santos
José da Costa Leite
José das Graças de Souza Reis
José de Lima Soares
José dos Santos Cruz
José Joeste Fontes
Keiji Kanashiro
Lázaro Aparecido Roberti
Lenice Bezerra da Silva Azevedo
Luigi Tenderini
Luiz Soares da Cruz
Luzia Francini Marana
Maria Aparecida Fontes
Maria Helena da Silva Alves
Marinaldo Santos Gonçalves
Maurício Soares de Almeida
Narciso Domingues de Faria
Narruden Paulo Valadares
Orivaldo Barbaroto
Paulo Luksys
Pedro Bispo de Barros
Pedro Marana
Pedro Pereira
Raul Rodrigues da Silva
Roberto da Silva
Rubens Coelho
Saulo Roberto Garlippe
Vilmo Oliver Franchi
Wilson Nogueira
Zoraide Gomes de Oliveira

11º Brasília – DF
Memorial Dom Helder Câmara, na sede da
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
149ª Sessão de Julgamento
26 Setembro de 2008

JULGADOS 14
149ª SESSÃO
Alipio Cristiano de Freitas
Alanir Cardoso
Elia Meneses Rola
Eliana Bellini Rolemberg
Felícia de Moraes Soares
Frederick Birten Morris
Helder Suarez Bedendo

Local/Data**JULGADOS**

		Helena Soares Melo Marcelo Pinto Cavalheira Maria Emilia Lisboa Pacheco Nilmário de Miranda Peter John Mc Carthy Roberto Faria Mendes Ruy Frasão Soares
12 ^a	São Paulo - SP Memorial da Resistência, em São Paulo. Parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e o governo paulista e a União Nacional dos Estudantes (UNE) 157 ^a Sessão de Julgamento 10 Outubro de 2008	JULGADOS 6 157 ^a SESSÃO Américo Antonio Flores Nicolatti Darci Gil de Oliveira Boschiero João Mauro Boschiero Jose Miguel Martins Veloso Luiz Felipe Rattón Mascarenhas Marcos José Burle de Aguiar
13 ^a	São Leopoldo - RS Universidade do Vale do Rio dos Sinos.UNISINOS 162 ^a Sessão de Julgamento 15 Outubro 2008	JULGADOS 7 162 ^a SESSÃO Antônio Soares de Souza Erno Zimpel João Elias Ereno Galmarini Juarez Santos Alves Julio Oliva Sobrinho Ramis Kemel Solon Eduardo Annes Viola
14 ^a	Porto Alegre RS Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul 163 ^a Sessão de Julgamento 17 Outubro de 2008	JULGADOS 8 163 ^a SESSÃO Jaime Rodrigues Luiz Carlos Illafont Coronel Luiz Eurico Tejera Lisboa Pedro Machado Alves Raul Jorge Anglada Pont Sandra Helena Machado Suzana Kerniger Lisboa EXTRA – João Elias Ereno Galmarini
15 ^a	Charqueadas – RS Assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) 164 ^a Sessão de Julgamento 18 Outubro de 2008	JULGADOS 4 164 ^a SESSÃO Agenor Castoldi João Maria Fiúza de Oliveira Realdo Neves de Oliveira Vitorino Peccini

Local/Data	JULGADOS
<p>16^a Natal - RN Centro de Convenções de Ponta Negra. 20^a Conferência Nacional dos Advogados 185^a Sessão– 13/11/08 186^a Sessão– 15/11/08 13/15 Novembro de 2008</p>	<p>JULGADOS 7 185^a SESSÃO Henrique D´Aragona Buzzoni Jose Roberto Fanganiello Melhem Marcos Aurelio da Costa Milani Nereu Carlos Massignan Sergio Luiz Rocha Vellozo 186^a SESSÃO João Belchor Marques Goulart Maria Thereza Fontella Goulart</p>
<p>17^a Rio Branco– AC Teatro Plácido de Castro 200^a Sessão de Julgamento 10 dezembro de 2008</p>	<p>JULGADOS 7 200^a SESSÃO Edilson Rodrigues Martins Epaminondas Jacome Rodrigues Francisco Alves Mendes Filho João Moreira de Alencar João Ricardo Bessa Freire Lourival Messias de Nascimento Manoel Alves Carneiro</p>
<p>18^a Belém – PA Universidade Federal do Pará Pavilhão OAB sala 4, durante o Fórum Social Mundial. 1^a Sessão de Julgamento 26 janeiro de 2009</p>	<p>JULGADOS 8 1^a SESSÃO Francisco Felipe Cardoso Izabel Marques Tavares da Cunha Jane Vasconcelos Dantas José Maria de Carvalho Filho Juraci Mendes de Oliveira Maria de Lourdes Couceiro Simões Maurice Politi Pedro Augusto Celso Portugal</p>
<p>19^a Florianópolis – SC Campus do CESUSC - Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina 3^a Sessão de Julgamento 4^a Sessão de Julgamento 20 março de 2009</p>	<p>JULGADOS 28 3^a SESSÃO Ady Vieira Filho Aldo Pedro Dittrich Antonio Justino Armando Serafim Celso Padilha Daniel de Paula David Gongorra Junior Estevão Teodoro José Humberto Lanzarini Julio de Souza Rolim</p>

Local/Data**JULGADOS**

Sérgio da Costa Ramos
Tereza da Silva Soares
Waldecy Pacheco Pittigliani

4ª SESSÃO
Cassilda Lucy Soares Prada
Cyro Manoel Pacheco
Dalilo Quintino
Elizabeth Baader Costa
Geni de Oliveira Ramos
Gilberto Schreiner Pereira
Hélio Lemos Magdal
João Jorge Pio Conselheira
José Adil de Lima
Lázaro Meurer
Luiz Gonzaga Ribeiro
Manoel Dias
Nelson Pedro Zambon
Rogério Duarte de Queiroz
Wagner Teixeira Ferreira

20ª Recife PE
Palácio do Campo das Princesas
5ª Sessão de Julgamento
1 de Abril de 2009

JULGADOS 10
5ª SESSÃO
Anna Cecilia Silva Jácome
Aureci Apolônio Silva
Clovis Bráulio de Carvalho Filho
Flávia Martins de Albuquerque
José Américo de Figueiredo Lima
Leucio De Albuquerque Monteiro
Maryberg Luna Paes Pereira
Rildo José Mendes de Freitas
Severino Correia de Lima
Simão Vicente do Nascimento

21ª Recife PE
Palácio do Campo das Princesas
6ª Sessão de Julgamento
7ª Sessão de Julgamento
8ª Sessão de Julgamento
2 e 3 de abril de 2009

JULGADOS 48
6ª SESSÃO
Antônio Carlos (Leal) de Campos
Edewar José Rodrigues
Elias Ramos Rodrigues
Grinaldo José da Silva
João Marques da Cunha
José Emilson Ribeiro da Silva
José Lopes de Albuquerque
Oswaldo de Oliveira Coelho Filho

Samuel Firmino de Oliveira
Sebastião Ferreira de Morais

7ª SESSÃO

Amara Maria Silva Ramos
Antonio Brainer da Silva
Augusto Elysio do Nascimento
Benedito José Pereira
Florismundo de Moraes Coutinho
José Roberto Monteiro
José Rosinaldo Torres Galindo
Júlio César Ramalho Ramos
Julio de Almeida Pimentel
Leonardo Mário de Aguiar Barreto
Luiz Alberto da Silva Miranda
Manoel Alberto de Azevedo Coelho
Manoel Amaro de Lima
Marcelo Mário de Melo
Marlene Diniz Vila Nova
Miguel Dalia
Natanael de Souza Lima
Paulo Roberto Barbosa Bruscky
Sandoval da Silva Ferreira
Severina Luiza De Lima Falcão
Wilson Alves de Oliveira

8ª SESSÃO

Carlos Alberto Soares
Francisco Peixoto de Carvalho
Ivanildo Sampaio Xavier
Joaquim Berlamino Tiné
João Alfredo dos Anjos
José Antonio da Silva
José Guilherme Silva Ramos
José Jordão dos Santos
Lucinda Maria da Rocha Macedo
Luiz Alves Lacerda
Luiz Rios
Marco Aurélio Costa de Albertim
Maria das Dores Gomes da Silva
Maria do Carmo Campos de Araújo
Narcisa Beatriz Whitaker Verri
Ney Freitas de Quadros
Rui Leite da Silva

	Local/Data	JULGADOS
22 ^a	Uberlândia MG Anfiteatro da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). 9 ^a Sessão de Julgamento 10 ^a Sessão de Julgamento 14 de maio de 2009	JULGADOS 31 9 ^a SESSÃO Antônio Pereira Pontes Afrânio Marciliano de Freitas Azevedo Anna Lucia Campanha Baptista Antônio Jerônimo de Freitas Edmo de Sousa Elias Parreira Barbosa Etevaldo Hipólito de Jesus Euler Ivo Vieira Irto Marques dos Santos Joana D'Arc Vieira Neto Marina Rodrigues Vieira Paulo de Barros Machado Romário Ribeiro Junior Sadala Jorge Sebastião Vieira 10 ^a SESSÃO Átila Ferreira Paes Leme Barbar Caui Carlos Fabricio Xavier Negromonte Carlos Vilan Piñon Celso Aquino Ribeiro Francisco Augusto Dantas Geraldo Moisés da Silva Germano Laterza Gilberto de Oliveira Gaspar Gildásio Westin Cosenza João Candido de Oliveira José Natalino Magalhães Leonardo Machado Caldeira Milton Tavares Campos Wanda Figueiredo Souza Wilma Dias Barzaghi
23 ^o	Aracaju - SE Sede da OAB de Sergipe. 11 ^a Sessão de Julgamento 12 ^a Sessão de Julgamento 18 Maio de 2009	JULGADOS 35 11 ^a SESSÃO Aerton Menezes Silva Agamenom de Araújo Souza Antônio José de Gois

Antonio Vieira da Costa
Augusto Leal Gacez
Benedito de Figueiredo
Delmo Naziazeno
José Carlito dos Santos
João Santana Oliveira
José dos Santos Mendonça
José Freire de Oliveira
José Ramos Santos
Julio Cesar Regis Dantas
Mario Jorge de Menezes
Rosalvo Alexandre de Lima Filho

12ª SESSÃO

Antonio Maurino Ramos
Cícero Lisboa da Conceição
Enoque Araújo da Paixão
Jacy Menezes Horta
João Francisco Ocea
João Rodrigues dos Santos
José Alexandre Felizola Diniz
José Aurélio de Oliveira
José Benedito dos Santos
José Cortês Rolemberg Filho
José Matos da Silva
José Vieira Lins
Manoel de Souza Freire
Maria de Lourdes Cruz Santos
Ubajara Silveira Roriz
Jacy Menezes Horta
Jugurta Barreto de Lima
Valmir Fidelis Santos
Walter Oliveira Ribeiro
Zelita Rodrigues Correia dos Santos

24º

Araguaia – PA

Praça Frei Gil - São Domingos do Araguaia, Pará.
19 de junho 2009

Em 2009, a Comissão de Anistia decidiu, declarou e reconheceu que um conjunto de 43 camponeses são beneficiários dos direitos previstos na lei 10.559/02 em razão do episódio da Guerrilha do Araguaia na região do Pará (1972-1975).

JULGADOS 43

Adalgiza Moraes da Silva
Adão Rodrigues Lima
Alípio Pereira da Cruz
Antonio Alves de Souza
Antonio Francisco Nogueira
Basílio Teodoro da Costa
Crispim Lopes Ferreira

Local/Data

As anistias foram concedidas a partir de um trabalho que resultou na colheita de mais de 300 depoimentos in loco, filmados e gravados, na região do Araguaia em 3 incursões ocorridas em 2008 e 2009 que foram acompanhados de convidados da sociedade civil e de outras áreas do governo. A Comissão da Anistia ouviu nestes testemunhos dos camponeses, o relato de casos de tortura, perda de pequenas propriedades e mortes, durante a ação dos militares brasileiros contra a guerrilha que atuava na região. Para promover reparação não apenas econômica mas também moral, a Caravana da Anistia promoveu na época pedido de desculpas públicas, em plena praça de Santo Antônio do PA, com a presença do então Ministro da Justiça Tarso Genro.

O juiz José Carlos Zebulum, da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em 2010, em decisão liminar suspendeu o pagamento das indenizações aos 43 camponeses do Araguaia anistiados pela Comissão de Anistia em 2009 a partir de uma ação popular interposta por um assessor ligado ao gabinete do deputado Flávio Bolsonaro (PP-RJ).

A juíza Marcella Maria Carvalho Siqueira, da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro em 28 de outubro proferiu decisão que extingue o processo nº 0015245-67.2009.4.02.5101 que determinava a suspensão das indenizações aos camponeses que agora poderão, finalmente, e após mais de 30 anos depois do conflito verem implementadas suas respectivas indenizações que serão de dois salários mínimos mensais.

JULGADOS

Domingos Costa da Silva
Francisco Germano de Souza
Geni Matias dos Santos Oliveira
Gualdêncio Pereira da Silva
Helna de Abreu Fagundes
João Batista de Almeida Filho
João Crisóstomo Moreira Neto
João Teodoro da Costa
José Vieira de Almeida
Joarez Pinheiro
José Alves da Silva
José de Ribamar Queiroz
José Félix dos Santos Filho
José Francisco Dionísio
Leonardo Miranda Silva
Manoel Morais Silva
Manoel Serafim dos Anjos
Marculina Gregória do Nascimento Santos
Maria das Graças da Silva Souza
Maria das Mercês da Silva Souza
Maria de Freitas Silva
Maria Francisca da Silva
Maria Nazaré Ferreira Brito
Pedro Aristides da Silva
Pedro Matos do Nascimento
Porfirio Vaz de Azevedo
Raimunda Lopes da Silva
Raimundo Morais da Silva
Raimundo Pereira da Silva
Raimundo Pereira de Oliveira
Raimundo Ribeiro da Conceição
Renovato Pereira Neto
Rita Moraes Ribeiro
Salvador Gonçalves da Silva
Severino Benigno dos Santos
Vicente de Paulo Peres

João Pessoa - PB
Auditório da OAB – Seccional Paraíba
9 julho de 2009
13ª Sessão de Julgamento
14ª Sessão de Julgamento
15ª Sessão de Julgamento
9 de julho de 2009

13ª SESSÃO
Aldalberto Jacinto de Araújo
Cacilda Filomena Castro Cavalcante
Cleide Maria de Vasconcelos Souza
David Albuquerque
Domingos Mendonça Netto

Francisco Derly Pereira
Francisco Lopes
Germana Correia Lima Sevcenco
Helcio Lima de Oliveira
João Francelino da Silva
Jório de Lira Machado
Josélio de Oliveira Belmont
Jurandir Antonio Xavier
Langstein de Almeida Amorim
Maria Auxiliadora Rosas
Oduvaldo de Oliveira Batista
Zenóbio Toscano de Oliveira
Zezildo Nogueira Lima

14ª SESSÃO

Ademar Maciel de Oliveira
Alirio Guerra de Macedo
Boanerges Temoteo de Souza
Carlos Eduardo Pessoa da Cunha
Deodato Correa de Mello
Durval Alves de Moura
Elias Quirino Pereira
Eveline Almeida de Souza Macedo
Francisco Joaquim de Almeida Neto
Genival Barbosa de Lucena
Geraldo Magela do Nascimento
Geraldo Medeiros
Geraldo Sampaio Maia
Guayrabitan Clementino Leite
José de Andrade de Melo
José Octávio de Arruda Mello
Manoel Damião da Costa
Márcio Botelho da Fonseca Lima
Marcio Mozart Pessoa de Mendonça
Marcos Antônio Ribeiro Baracho
Maria da Conceição Correia Lyra
Maria de fátima Mendes da Rocha Silva
Maria do Carmo Agra Cardozo de Azevedo
Maria Lenita Agra Cardoso
Maristela Vilar
Otávio Domingos de Oliveira
Ronald de Queiroz Fernandes
Vivaldo Bezerra de Lima
Wilson Hipolito Soares

15ª SESSÃO

Alberto Magno Gondim de Vasconcelos
Antônio Alfredo Santiago Nunes
Antonio Augusto de Almeida
Antonio Limeira da Silva
Augusto de Ferreira de Carvalho
Carlos Augusto de Carvalho
Cleto Sampaio Maia
Djalma Augusto de Araújo
Edinaldo Mariano de Lima
Eduardo Guerra Barreto
Emilton Amaral
Erecina dos Santos Reis
Fernando Antonio Palhano Pinto
Iza de Barros Lins
Joaquim Danta
Martinho Leal Campos
Orlando Augusto Cesar de Almeida
Romulo Raimundo Maranhão do Valle
Roosevert José Meira Garcia
Severino Batista do Nascimento
Severino Dantas Fernandes
Ulysses de Menezes Freitas
Wilson Correia Mamede da Silva

26º	Belo Horizonte MG Auditório nº 1 da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais 16ª Sessão de Julgamento 13 de Agosto de 2009	JULGADOS 11 16ª SESSÃO Angelo Pezzuti da Silva Aparecido Galdino Jacinto Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho Da Paz Francisco Roberval Mendes Hamilton Pereira da Silva Jorge Raimundo Juniiior Juarez Carlos Brito Pezzuti Marco Antônio de Azevedo Mayer Nelson Rodrigues Otacílio Pereira da Silva Perly Cipriano
27º	São Paulo – SP Memorial da Resistência 17ª Sessão de Julgamento 11 setembro de 2009	JULGADOS 14 17ª SESSÃO Antonio Carlos Fon Aurélio Peres Carlos Alberto Gonçalves Leite Cecília Vieira Fernandes Darcy Rodrigues de Freitas Emílio Rubens Chassereux

Joaquim dos Santos
Jorge Carlos Rodrigues de Freitas
José Pedro de Araújo
Liuco Fuji
Maria Bernarda da Silva Neves
Rosalina de Freitas Anselmo
Tacilio Bertola
Valcira Teodoro Correa

28º Fortaleza – CE
Assembleia Legislativa do Ceará.
18ª Sessão de Julgamento
19ª Sessão de Julgamento
20ª Sessão de Julgamento
21ª Sessão de Julgamento
22ª Sessão de Julgamento
23ª Sessão de Julgamento
5 / 6 outubro de 2009

JULGADOS 84
18ª SESSÃO DE JULGAMENTO
Antenor Fernandes Vieira
Augusto Cesar Faria Costa
Bergson Gurjão Farias
Carlos Alberto do Nascimento
Clodoaldo Pinto de Castro
Durval Aires de Menezes
Edmundo Maia
Ester Barroso Pinheiro
Evilásio Gonzaga da Rocha
Francisco de Assis Costa Aderalto
Gilberto Telmo Sidney Marques
José Rodrigues de Araújo
Oswaldo Oliveira Silva
Pio Freire Correia Lima
Valter Pinheiro

19ª SESSÃO DE JULGAMENTO
Aldemir Silvério Reis de Souza
Alzira Virgulino de Sousa
Astrolábio Batista
Caio Marcelo Cyrino Nogueira
Edna Veras Ferreira
Francisco Ivan de Figueiredo
Geraldo Alves Formiga
Jaime Liberio da Silva
Jose Amilton Rodrigues
José Barbosa Sobrinho
José Bezerra de Melo
José Milton Barbosa do Carmo
José Nobre Parente
Pedro Gomes das Neves
Tarcisio Rolim Gomes
Vandeilton Ferreira de Sousa

20ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Amadeu de Araujo Arrais

Américo Barreira

Antônio Giovani Leite Sampaio

Cosme Otoni Mesquita Chagas

Edilson Pinheiro Peixoto

Expedito Nogueira

Fátima Elisabeth Ferreira da Fonseca

Francisco Ferreira de Araujo

Francisco Lopes da Silva

João Ferreira de Vasconcelos

José Belchior Silva

José Maria Barros de Pinho

Mario Areal Souto

Paulo Lincoln Carneiro Leão Mattos

Raimundo Nonato Teixeira

Raimundo Santana da Costa

Robert Burns Moreira de Oliveira

21ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Claudio Regis de Lima Quixada

Isaac Maciel

José Figueiredo de Brito Filho

José Maria de Oliveira

Luis Carlos Cabral Nogueira

Lylia da Silva Guedes Galetti

Maria Quintela de Almeida

Mosslair Cordeiro Leite

Nelson Luis Bezerra Campos

Vicente Dias Araújo

22ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Abel Rodrigues Avelar

Bartolomeu José Gomes

Fernando Torcapio Ferreira

Francisco Luiz Salles Gonçalves

Geraldo Alves Formiga

Jaime Liberio da Silva

João Xavier de Lacerda

José Bezerra de Melo

José Ferreira do Nascimento

Lenira Maria de Carvalho

Luciano Barreira

Luís Gonzaga Diógenes

Local/Data**JULGADOS**

		Maria Daciane Lycarião Barreto Paulo Emílio de Andrade Aguiar Raimundo Ferreira de Melo 23ª SESSÃO DE JULGAMENTO Ademar Paulino de Freitas Aimberê Botelho do Amaral Ângela Figueiredo Albuquerque Mattos Cândido Pinheiro Pereira Francisco Carlos de Castro Ielnia Farias Johnson Jose Altino Benevides José de Arimatea da Fonseca e Brito José Hélio de Góes Pereira Manoel Feitosa Vicente Pompeu da Silva
29º	São Paulo - SP Centro de Convenções do Anhembi São Paulo/SP 24ª Sessão de Julgamento 6 Novembro de 2009	JULGADOS 13 24ª SESSÃO Antônio Carlos Monteiro Teixeira Aytan Miranda Sipahi Consueto Ferreira Callado Daniel Ribeiro Callado Dinaelza Santana Coqueiro Dinalva Oliveira Teixeira Eliseu Gabriel de Pieri Gilberto Olimpio Maria Helenita Matos Sipahi Igor Grabois Olimpio João Batista Franco Drumond Paulo Roberto Pereira Marques Renata Chinarelli
30º	Volta Redonda - RJ Câmara Municipal de Vereadores de Volta Redonda 25ª Sessão de Julgamento 26ª Sessão de Julgamento Auditório Nélío Medina, da Ordem dos Advogados do Brasil de Volta Redonda 26ª Sessão de Julgamento 19 de novembro de 2009	JULGADOS 55 25ª SESSÃO DE JULGAMENTO Ady Gigante Armindo Dias Gomes Carlos Rosa de Azevedo Edilberto de Oliveira Azevedo Edmar Lima Pereira Edson Ricardo Sant' Ana Ely da Silva Aguiar Gilmar Souza da Cunha João Inácio da Silva José Emydio de Souza Julio Antonio Vivarini Karlo Wilmsen Lenos Verissimo de Souza Lucilia de Carvalho Gimenez Maria Inês Pandeló Cerqueira Mario dos Santos Miguel Darcy de Oliveira Milton Caldeira

Odair Benedito Aquino Silva
Pedro Etelvino da Silva
Raymundo Affonso Cardoso
Rosisca Darcy de Oliveira
Erson Luiz de Souza
Telmo dos Santos Gaiao
Vanor Tassara Moreira

26ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Antonio Benedito Nogueira
Arly Matildes Amorim da Silva
Atila Medeiros Serra
Carmen Lucia Gonçalves dos Santos
Edvaldo de Oliveira Santos
Emídio Jeremias
Florentino Marques Carneiro
Francisco Nelson Lopes de Oliveira
Henri Albert Cossart
Ilto Vieira
Jandira Andrade Gitirana Praia Fiuza
João Amorim Neto
João Nery Campanário
Joffre Torres do Nascimento
José Aquilino de Almeida Filho
José Augusto Vasconcelos Saraiva
José Cidro Alves do Fundo
Lael Daulizio Zaza
Lino Ferreira Neto
Luiz Alberto Rodrigues Pucu
Luiz Ferreira
Manoel Jakubowicz
Maria Ruth Jeremias
Marival Cardoso Souza
Nathanael Barboza
Nilton Lucas Caparelli
Raimundo Fernandes de Araújo
Regina Lúcia Angelo dos Santos
Rosalice Magaldi Fernandes Parreira
Sergio Luiz Tomaz da Silva

Local/Data**JULGADOS**

32 ^a	Pelotas - RS	JULGADOS 147
	Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas	28 ^a SESSÃO DE JULGAMENTO
	28 ^a Sessão de Julgamento	Antenor Machado dos Santos
	29 ^a Sessão de Julgamento	Arnaud Lopes Madeira
	30 ^a Sessão de Julgamento	Augusto Soares Borges
	31 ^a Sessão de Julgamento	Candida Eloah Delgado Schenkel
	32 ^a Sessão de Julgamento	Érico Dorneles
		Ernesto de Melo Levy
		Eunice Costa
	4 Dezembro de 2009	Francisco Roberto Dall'igna
		Gilberto Antonio Gonçalves
		Helio Corbellini
		Heriberto Back
		Ignez Maria Serpa Ramminger
		Irene Ferreira Pinheiro
		Jair Bergenthal
		Jorge Sobrosa de Souza
		José Rogério Licks
		Jussara Assumpção Lissaraça
		Luiz Oreli Mendes
		Luiz Osório Prates
		Mário José Maestri Filho
		Orion de Melo Pinto
		Paulo Devanier Lauda
		Petronio César Lacerda Faccioli
		Roberto Bohm
		Sebastião Affonso Corbetta
		Silda Rech
		Ulysses Camara Villar
		Vinício Piffero Cavalcanti Tabajara
		Willy Cesar Rodrigues Ferreira
		Wilson Vargas da Silveira
		29 ^a SESSÃO DE JULGAMENTO
		Aladin Rosales
		Alescio Pavan
		Ben Hur da Silva
		Brasílio Cezimbra Ruiz
		Carlos Julg Filho
		Carlos Mader Annes
		Carlos Roberto Barbosa de Souza
		Cícero Alaor Fraga
		Claudio da Silva Stein
		Cleusa Maria Paim de Aguiar

Deoclides Fernandes de Moraes
Haroldo Prado Beck
Ignez Vieira de Castro
Irgeu João Menegon
João Tadeu Pittas Souza
Jorge Green
José Gabriel
José Valdeci Freitas da Silva
Josiane Tavares Menegas
Mario Candido Lena
Mauro Silveira Barboza
Morelli Monticello
osé Darvil Zanetti
Políbio Adolfo Braga
Reinoldo Adolfo Hanke
Santos Nozario da Rosa Prestes

30ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Adalberto Cabral Castilho
Ary Mallmann Saldanha
Carlos Alberto Torres Gianotti
Carlos Cesar Becher
Carlos Dias de Araújo
Diana Marques Rodrigues da Silva
Dilco Fernandes Gularte
Edelson Palmeira de Castro
Ivone Schlosser
Jairo Tasso da Costa
João Augusto Teixeira Loureiro
João Carraro
Jorge Bezerra de Menezes
José Newton Machado
Luiz Carlos Goulart de Miranda
Luiz Carlos Pinheiro Machado
Luiz Enildo Greff Machado
Luiz Leal Saraiva
Manoel Cunha Paz
Maria Almerinda Paz de Oliveira
Miguel Viustou Golobiesck Maslak
Mirian Gomes Burger
Nelcy Brodt dos Santos
Nelson Golin
Paulo Muller Lopes
Rubens Ribeiro dos Santos

Salvador Affonso Siciliani

Thadeu Link Netto

Vera Zulma Arosteguy Estrazulas

Wremyr Scliar

31ª SESSÃO

Carmen Wille Ribeiro Mota

Darcy Miguel Diniz Plentz

Edmir Elias Albino

Egídio Bernardo Arsego

Erich Kutze

Fernando Jorge de Freitas Huberti

Idyllo Carlotto

Jahyr da Silva Veiga

João Carlos Brum Torres

Joaquim Trancoso de Britto

José Ereno

José Gollmann

Luis Fernando Corona

Luiz Bessouat Laurinno

Luiz Corteze

Luiz Juchinieviski

Luiza Margarida Pacos Coutinho

Malvina Sioervers

Moab Caldas

Morgado Inácio Felipe Gutierrez Assumpção

Nelson Danilevicz

Osmar dos Santos Rocha

Pedro Silvio Coutinho

Rodolfo Carlson

Rui DAgostini

Rumilda Tomazini Barbosa

Terezinha Rossato

Tibúrcio dos Santos Fortes

Vilson Ferreto

Waldir Roque Nardi

32ª SESSÃO

Adail Oliveira do Nascimento

Alceno Renato Patzinger

Alcir Benedito Quadros Brito

Alonso Velho

Althair Vargas Farinha

Antônio Derci Lopes Machado

Armando da Silva Mieres
Beatriz Delgado Schenkel
Clemens August Friedrich Schrage
Elizabeth Schenkel Thomas
Enoir de Oliveira Luiz
Eridan Moreira Magalhães
Fernando Westphalen
Gustavo Otto Cordeiro Hagen
Hermes da Silva Gomes
Igor Antonio Gomes Moreira
Ildo José Tólio
Jair de Moura Calixto
Jane Rheinalander Barros
João Carlos Batista dos Santos
Luiz Carlos Cabreira Barcellos
Luiz Arthur Correa Dornelles
Marlene Garcia Carvalho
Mathias Lemes
Milton Mottini Machado
Milton Salatino
Nolar Darcy de Azambuja
Paulo Francisco Martins Pacheco
Paulo Oscar Bohn
Pedro Renato da Costa
Wilson Carvalho Dias

33^a

São Paulo – SP

Sindicato dos Metalúrgicos de Mogi das Cruzes e São Paulo. Parceria com o Fórum dos Ex-presos Políticos de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes

1^a Sessão de Julgamento2^a Sessão de Julgamento3^a Sessão de Julgamento4^a Sessão de Julgamento

4 de Fevereiro de 2010

JULGADOS 87**1^a SESSÃO DE JULGAMENTO**

Abilio Oliveira Neto

Antonio Vieira

Caio Boucinhas

Domingos Fernandes

Esdras de Mattos

Fábio Cândido da Silva

Jacob Augusto Meirelles Nonato

João Kanzou Suzuki

Justino Costa Quintana

Lúcia Maria Sálvia Coelho

Marcelo Ferraz de Toledo

Márcio Alberto de Moraes

Maurício Valente Souto de Castro

Mauro dos Santos

Mirtes Leal Boucinha

Norberto Marcondes dos Santos
Paulo José de Lima
Ruy Gallvão de Andrade Coelho
Walter Joly

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Albér gio José Maia de Farias
Antonio Campoamor Ddo Nascimento
Celia Regina Barboza Ramos
Cilei de Andrade Barzi
Dalmo José Rosalen
Domingos Pimentel Miranda
Geraldo Jorge Sardinha
Ilda Tarzia
Jesomar Alves Lobo
João Affonso de Oliveira
José Fernandes Castro
Luiz Arnaldo Souza Magnavita
Maria Aparecida Justo da Silva Schoenacker
Maria Lucia Torres
Mario Covas Junior
Miriam Miguel
Sergio Rubens Castanho Fiuza
Sinfronio Xavier da Costa
Tekura Oda
Tetsuo Nohara

323**3ª SESSÃO DE JULGAMENTO**

Alice Aparecida Duarte
Antonio Fontanezi
Augusto Cássio Portugal Gomes
Celso Eduardo Pupo
Dilzo Zanella
Euclides Garcia Paes de Almeida
Eva Teresa Skazufka
Evaldo Petroff
Ivo Eugênio
Ivone Scarpelini
Izaura Silva Coqueiro
José Gaspar Ferraz de Campos
Luiz Sérgio Nicoletti
Nilton Fernandes Braga
Odair Malerba

Pedrina José de Carvalho
 Rui Pedro Savieto Frati
 Vera Lúcia de Freitas Mincarone
 Vera Lúcia Portilho Nicoletti
 Vilma Amaro
 Wambolo Petroff

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO
 Aduino Bezerra Delgado Filho
 Ângelo Schoenacker
 Carlos Alberto de Almeida Normanha
 Carlos de Castro
 Cícero Luiz dos Santos
 Dora Augusta Rodrigues Mukudai
 Edio Aparecido de Lima
 Francisco Fontanezi
 Guarino Fernandes dos Santos
 Heloisa Nachreiner
 Irineu Luiz de Moraes
 José Augusto Pereira
 José Dan de Carvalho
 José Fernando Possato
 José Joaquim Dias
 Lairton Rodrigues de Oliveira
 Luiz Alberto Alves
 Luiz Antonio de Souza Amaral
 Marly Dionizia Santos Werlang
 Nelcy Nazzari
 Neuza Maria Evangelize Andrade
 Orlando Anda
 Osvaldo Francisco Ramos
 Rui Lemos Smith
 Vitor Giannotti
 Walmir Antonio do Carmo
 Yone Sano

34ª São Paulo - SP
 Câmara Municipal de São Paulo.
 5ª Sessão de Julgamento
 25 de Março de 2010

JULGADOS 6
 5ª SESSÃO
 Camila Arroyo
 Dinaelza Santana Coqueiro
 Dolores Cardona Arroyo
 Lenine Arroyo
 Mauricio Grabois
 Vanderley Caixe

35ª São Paulo – SP
 Teatro Oficina, no bairro Bexiga, em São Paulo.
 6ª Sessão de Julgamento
 7 de Abril de 2010

JULGADOS 1
 6ª SESSÃO
 José Celso Martinez Correa

Local/Data**JULGADOS**

36º	Anápolis – GO	JULGADOS 70
	Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica	7ª SESSÃO DE JULGAMENTO
	7ª Sessão de Julgamento	Adhemar Santillo
	8ª Sessão de Julgamento	Alan Francisco de Carvalho
	9ª Sessão de Julgamento	Asôr José Teles
	10ª Sessão de Julgamento	Elia Francisca de Carvalho
	27 de Abril de 2010	Elzira de Souza Luz
		Glória Elisete Drummond Barreto
		Henrique Antonio Santillo
		Igor Scotti Rabelo
		Iris Rezende Machado
		Jurandir Dias Barbosa
		Lastênia Fernandes Mendonça
		Lene Francisco de Carvalho
		Luiz Gonzaga Jaime
		Maria Efigênia de Carvalho
		Natan Francisco de Carvalho
		Natércia Maria Martins da Fonseca
		Nestor Cozetti Marinho
		Nicoleta Hilá de Siqueira Vidal
		Paulo Afonso Francisco de Carvalho
		Rivaldo Barbosa de Alencar
		Romualdo Santillo
		Sandra Maria de Carvalho
		Sebastião Arantes
		Sonia Irene Silva do Carmo
		8ª SESSÃO DE JULGAMENTO
		Alan de Castro
		Carlos Alberto Ferreira da Silva
		Daniel Clemente Ferreira
		Eles Alves Nogueira
		Humberto Dias Campos
		Lázaro Servo
		Lucas Gonçalves
		Lucy Tavares da Silva
		Maria da Cunha Moraes
		Marina Ferreira da Silva
		Pedro Morais Milhomem
		Rosa Cimiana dos Santos
		Rosimere de Freitas Silva
		Valdivino Pereira da Silva
		Waldomiro Antônio de Campos Batista
		Wilson Ferreira da Cunha
		9ª SESSÃO DE JULGAMENTO
		Lucio França Teles
		Adilson José Sobrinho
		Dedier Gomes da Silva
		Dilmar Ferreira
		Dilonilson Ribeiro Rosa

Local/Data**JULGADOS**

Hélio Rocha
Jades de Sousa Cunha
Jadilney Pinto Figueiredo
José Borges de Azevedo
Narciso Alves de Moraes
Sebastião Ferreira da Silva
Valdenice Monteiro Rabelo
Valterli Leite Guedes

10ª SESSÃO DE JULGAMENTO
Aguinaldo Lázaro Leão
Alfredo Melo Rosa Júnior
Dairano Batista Cordeiro
Eduardo Ramos Jordão
Francisco da Chagas Fonseca Sapiência
Godofredo Sandoval Batista
Honorina Maria Dias Batista
João Leite de Moraes
João Teixeira Sobrinho
Larte Leite Guedes
Luiz Carlos Duarte Mendes
Maria das Graças Nunes Brasil
Mário Roriz Soares de Carvalho
Mauro Campos Neto
Pedro Pinto das Graças
Roosevelt Arantes da Rocha
Walfredo Carneiro

326

37º Salvador – BA
Teatro Vila Velha, em Salvador. Parceria com a
Secretaria da Cultura da Bahia,
11ª Sessão de Julgamento
26 Maio de 2010

JULGADOS 1
Glauber de Andrade Rocha

38º Rio de Janeiro – RJ
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
12ª Sessão de Julgamento
29 Maio de 2010

JULGADOS - 193
12ª SESSÃO
Ademar de Abreu
Adilson de Miranda e Silva
Adilson Neto Gomes
Ailton Dantas
Ailton Fidenciano de Santana
Ailton Tavares da Silva
Aldo Pereira Nunes
Alecio Rene Rosalina
Almir Costa de Azevedo
Altamir de Souza Marques
Aluizo de Freitas
Alvaro José Rodrigues Rocha
Alvaro Santana de Souza
Alvino de Carvalho e Silva

Amaury Ferreira Coelho
Amilton Floriano de Souza
Anisio Ribeiro
Antenor Rosa Comissario
Antonio Carlos da Silva Barreto
Antônio Melo Sampaio
Antônio Pinheiro Chagas
Antônio Silva de Oliveira
Antônio Graça Conrado
Benedito Clotildes Amelia
Carlos Cezar Rocha Pereira
Carlos Gomes da Conceição
Carlos Martins
Carlos Maurício Carvalhaes Cardoso
Carlos Max da Silva Prado
Celso Oliveira de Menezes
Claudio Irineu Santos da Silva
Cleber Clementino de Oliveira
Cosme Luiz de Souza Teixeira
Cosme Rodrigues de Andrade
Dagoberto José de Oliveira Pinto
Davi Elias Gomes
Decio da Costa Neves
Dejair Manoel da Silva
Denivaldo Alves da Silva
Deracy Soares da Silva
Edimilson Teixeira do Nascimento
Eduardo Barbosa de Melo
Eduardo Luiz de Souza
Eli Alves Marinho
Eli Costa
Elton de Souza Nobre
Enio de Oliveira Fernandes
Enrique Jorge Mattos Lima
Ernani Antônio de Oliveira
Ernesto Ribeiro Santos
Eronildes Tiburcio da Silva
Etiene Faria da Rocha
Euci José de Souza
Ezequiel Barroso Alexandrino
Fernando Dias de Souza
Flavio Nunes dos Santos
Francisco de Assis Fernandes da Silva
Francisco Jorge Alves Braz
Francisco Ribeiro
Gilberto Cardozo
Gilberto da Silva Lizardo
Gilson Batista Rangel
Gilson Fernandes de Souza
Givanildo Barros de Albuquerque
Gutemberg Machado dos Reis
Helio Alves Marinho

Helio de Azevedo Soares
Henrique Pereira
Hildebrando Marques Andrade
Hildebrando Soares da Costa Filho
Humberto Carlos Nunes de Melo
Irineu Ubaldo Pinto
Isaqueu Olimpico
Ivan Jorge Braga
Ivanil Rodrigues dos Santos
Jadir dos Santos Leitão
Jaime Joaquim da Silva
João Batista Pereira Modesto
João Batista Rosa Cardoso
João Carlos Vaz Barros Pimentel
Joarez Ventura
Joel Rosa dos Santos
Joel Sodre Bernardes
Joene do Carmo Calheiros
Jorge Alberto de Souza
Jorge Barros
Jorge Celestino Gumes
Jorge Fernando dos Santos
Jorge Gonçalves Leonardo
Jorge Gouvêa Bastos
Jorge José Nascimento
Jorge Luiz Nascimento de Souza
Jorge Marcos Soares Valente
Jorge Pereira de Faria
Jorge Pereira dos Santos
José Adinelson da Silva
José Amaro Nunes Paula
Jose Anibal Eduardo
José Antonio de Assis Aguiar
José Bernadino dos Santos
Jose Cabral Cerqueira
José Carlos Coitinho
Jose Carlos Modesto
José Carlos Regis
José Carlos Soares do Nascimento
José Costa da Silva
Jose da Costa Ferrão Filho
José de Souza Silva
José dos Remédios Carvalho Sousa
José Elias de Souza
José Fernando Abreu Costa
Jose Joaquim de Azevedo
José Marcos Cardoso Leitão
José Renato Nogueira de Oliveira
Jose Roberto Pinto
José Santana dos Santos
Jose Serpa
José Valter Lopes Lima

Josias Rodrigues
Josué Amós Moreira
Julio Gomes dos Santos
Jurandi dos Santos Teixeira
Lucas Emanuel Monteiro
Luiz Alberto Moreira da Costa
Luiz Carlos da Conceição Magalhães
Luiz Carlos dos Santos Pereira
Luiz Carlos Moreira
Luiz Roberto Alves dos Reis
Manoel Francisco Jaguary
Manoel Ribas
Marco Antônio de Sousa
Mauro Sergio Moreira da Silva
Milton dos Santos Correia
Milton Jesus de Andrade
Mizael de Azevedo Tavares
Moises Adilson de Paula
Moises da Fonseca dos Santos
Neilton Santana Benevides
Nelson Amorim de Pinho
Nelson da Conceição
Nelson de Barros Leite Filho
Nilson Vargas Martins
Nilzete Maniere Ximenes
Omar Dias Lopes
Osmar Henrique da Silva
Otavio Garcia Ramos Filho
Paulo Cesar Brandão de Almeida
Paulo Cesar da Silva Ornellas
Paulo José Pereira
Paulo Luiz da Mota Filho
Paulo Maurício da Conceição
Paulo Pedreira Nel
Paulo Roberto Coutinho
Reginaldo Santos do Nascimento
Reinaldo Teodolino de Barros
Ricardo de Castro
Ricardo Ramos Coimbra
Roberto Paulino das Neves
Roberto Schimith Gabry
Rogério Meirelles Batista
Romeu Dias Canedo
Rosani Barbosa de Macedo
Rosemberg Rodrigues de Araújo
Rubens Gomes de Araújo
Rui Honorino de Oliveira
Sebastião Costa Pereira
Sebastião Gomes da Silva
Sebastião Joaquim de Azevedo
Sergio Elias de Oliveira
Sergio Lopes Duarte

Local/Data**JULGADOS**

Sergio Luiz Rodrigues de Araújo
Sergio Teixeira Alves
Stanley Calyl de Souza Bueno
Sylvio José do Espírito Santo
Teofanes Silva Borba
Ubirajara Correa Nascimento
Ubiratan de Oliveira Costa
Valdir de Souza
Valmir de Carvalho Matilhas
Valmir de Souza Araújo
Valter Marcondes
Wagner Calixto
Wagner Marins Pereira
Walcir Valesco da Silva
Waldecir Oliveira da Conceição
Waldemir Siqueira Soares
Waldir Lima
Waldomerio Cury dos Santos
Walmir Francisco Chagas
Walter Paes Avelino
Welliton de Freitas Lima

39º Rio de Janeiro - RJ
Assembleia Legislativa (Alerj) - Plenário Barbosa
Lima Sobrinho do Palácio Tiradentes.
13ª Sessão de Julgamento
14ª Sessão de Julgamento
29 Maio de 2010

JULGADOS 17
13ª SESSÃO - 8
Arthur Carlos da Rocha Muller
Carlos Eduardo Fayal de Lyra
Carlos Henrique Tibiriça Miranda
Isis Maria Balter Proença
Ivan Cavalcanti Proença
Maria Angela Carvalho de Oliveira Muniz
Maria de Fatima Pimentel Lins
Rosalice Magaldi Fernandes Parreira

14ª SESSÃO – 8
Cristina Conceição de Abreu Batista
Eduardo Licarião de Sá Roriz
Eduardo Guimarães Machado Freire
Marcello Guimarães Machado Freire
Marcio Gonçalves Bentes de Souza
Maria Cândida de Sousa Gouveia
Maria Valderez Sarmiento Coelho da Paz
Sueli Roriz Moreira
Teresinha Maria Vaz Roriz

40ª São Luis – Maranhão
Assembleia Legislativa do Maranhão
15ª Sessão De Julgamento
16ª Sessão De Julgamento
8 Junho de 2010

JULGADOS 14
15ª SESSÃO DE JULGAMENTO
Antonio Augusto Martins de Medeiros
Antônio Gualberto Barbosa Belo
Antonio Pinheiro da Costa
Deleude da Costa
Francisco de Assis Castro Gomes
Tomaz José dos Santos

16ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Carlos Lima de Almeida
Francisco Chaves de Oliveira
Heliomar Mendes Bastos
João Nunes Guimarães
José de Ribamar Vieira Feitosa
José Honório da Silva
José Soares da Silva
Ruy Valois Filho

41ª

Brasília – DF
Auditório Nereu Ramos da Câmara dos
Deputados - Palácio do Congresso Nacional
17ª Sessão de Julgamento
18 Agosto de 2010

JULGADOS 9

17ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Herbert José de Souza
Jefferson Cardim de Alencar
Jom Tob de Azulay
José Moraes Silva
Lucia Vieira Caldas
Maria do Socorro Diógenes
Maria Nakano
Mário Alves de Souza
Raul de Carvalho

42ª

Natal – RN
Plenário Deputado Clóvis Motta da Assembleia
Legislativa do Rio Grande do Norte
18ª Sessão de Julgamento
19ª Sessão de Julgamento
20ª Sessão de Julgamento
26 Agosto de 2010

JULGADOS 31

18ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Agnelo Alves
Antonio Luciano de Melo
Aurelino Messias do Nascimento
Erivelto dos Santos Roberto
Garibaldi Alves
Iaperi Soares de Araújo
Jefferson Santos do Nascimento
José Olavo Peixoto de Alencar
Moldavia de Aguiar Cavalcanti
Nadir Bezerra de Albuquerque

19ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Afrânio Magalhães Mavigner de Noronha
Cezar Belmino Barbosa Evangelista
Cezario Clementino dos Santos
Enes Paulo Crespo
Eusélio Oliveira
Gilvan Queiroz da Rocha
Luiz Gonzaga da Silva
Luiz Ignácio Maranhão Filho
Manoel Porfírio da Fonseca

Local/Data**JULGADOS**

20ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Epitácio Moraes de Araújo

Expedito Machado da Ponte

Gileno Guanabara de Sousa

José Vicente Murinelli

Jorge Batista Filho

Júlia Santiago da Conceição

Lurildo Cleano Ribeiro Saraiva

Manoel Severino da Silva

Marcos José de Castro Guerra

Sócrates da Silva Acioli

Wellington José Martins Accioly

Zildo Teixeira Braga de Morais

43ª

Vitória – ES

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
- Auditório do Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas (CCJE). Parceria com a Ordem dos
Advogados do Brasil - Seccional Espírito Santo
(OAB-ES)

21ª Sessão de Julgamento

22ª Sessão de Julgamento

24 Setembro de 2010

JULGADOS 23

21ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Davidson Cury

Dyonisio Bassi

Elio Ramires Garcia

Guilherme Lara Leite

Gustavo Pereira do Vale Neto

Idivarci Alves Martins

Jaide Ferreira de Azevedo

Luis Fernando Fiorotti Mathias

Maria Helena Bassi Chanca

Nilton Bernardo Scofield

Sonia Rodrigues Silva

Vitor Buaz

22ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Ângela Milanez Caetano

Attilio Juffo

Clovis Ruy Coelho e Silva

Erly Euzébio dos Anjos

Iran Caetano

Janaína Frechiani Lara Leite

Jefferson de Albuquerque Junior

Maria Madalena Frechiani

Paulo Luiz Ribeiro

Raimundo Felipe da Silva

Sergio Antonio Marques Romero

	Local/Data	JULGADOS
44 ^a	<p>Betim - MG</p> <p>PUC Minas, na tenda do EBRUC. Atividade do Primeiro Encontro Brasileiro de Universitários Cristãos (EBRUC). Iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em parceria com a CNBB,</p> <p>23^a Sessão de Julgamento</p> <p>9 Outubro de 2010</p>	<p>JULGADOS 7</p> <p>23^a SESSÃO</p> <p>Herculano Pinto Filho</p> <p>Hervê de Mello</p> <p>José Deolindo de Oliveira (post mortem)</p> <p>Maria da Silva Gonçalves Pedrosa(post mortem)</p> <p>Maria de Fátima Nolasco</p> <p>Mary de Souza Muniz Pereira</p> <p>Renato Santos Pereira</p>
45 ^a	<p>Niterói - RJ</p> <p>Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF)). Parceria das OABs do Rio e de Niterói e da Câmara Municipal.</p> <p>24^a Sessão de Julgamento</p> <p>25^a Sessão de Julgamento</p> <p>26^a Sessão de Julgamento</p>	<p>JULGADOS 31</p> <p>24^a SESSÃO</p> <p>Elizio Gomes de Souza</p> <p>Carlos Moreira da Rocha</p> <p>Delacy de Alcantara</p> <p>Dinah Gonçalves de Alcantara</p> <p>Hugo Chor</p> <p>João Pedro de Oliveira</p> <p>Jorge Gonçalves da Silva</p> <p>Maria Felisberta Baptista da Trindade</p> <p>Rosinda Moraes da Silva</p> <p>Stela Chor</p> <p>Wilson Vieira</p> <p>Zelia Leocadia da Trindade Jardim</p> <p>25^a SESSÃO DE JULGAMENTO</p> <p>Aldair Leal de Carvalho</p> <p>Aloisio Jorge Soares Laçes</p> <p>Eufrasiano Nunes Galvão</p> <p>Francisco de Assis Silva Barreto</p> <p>Lelivaldo Ferreira da Silva</p> <p>José Ventura de Oliveira</p> <p>Ophir Pereira Mendes</p> <p>Paulo Cezar Duque De Pinho</p> <p>Paulo Machado Marques</p> <p>Valdir Jorge Rodrigues</p> <p>26^a SESSÃO DE JULGAMENTO</p> <p>Achylles Armando Jalul Peret</p> <p>Adelino Carlos de Oliveira</p> <p>Claudionor Gomes</p> <p>José Mendonça da Silva</p> <p>Mario Rubens Rodrigues</p> <p>Oselio dos Santos</p>

Local/Data		JULGADOS
		Pedro Izaias de Souza Rafael Francisco Roberto Bussinger de Figueiredo
46 ^a	São Paulo- SP Auditório do Memorial da Resistência de SP 27 ^a Sessão de Julgamento 22 outubro de 2010	JULGADOS 1 27 ^a SESSÃO Joaquim Câmara Ferreira
47 ^a	São Paulo- SP Auditório do Instituto Sedes Sapientiae 28 ^a Sessão de Julgamento 22 outubro de 2010	JULGADOS 1 28 ^a SESSÃO Joseph Jules Comblin
48 ^a	São Paulo- SP Teatro da Universidade Católica - TUCA 1 ^a Sessão de Julgamento	JULGADOS 4 1 ^a SESSÃO Denise Maria de Moraes Santana Fon Elza Ferreira Lobo Emilio Borsari Assirati Maria aparecida Antunes Horta
49 ^a	Rio de Janeiro - RJ Associação Brasileira de Imprensa 2 ^a Sessão de Julgamento 30 de abril de 2011	JULGADOS 9 2 ^a SESSÃO Mauro de Moraes Arnaldo Vieira de Mello Carlos Augusto Costa Rodrigues Fanny Tabak Gilda dos Santos Vieira de Mello Mauro de Moraes Rosa Maria Silva de Souza Rogério Medeiros Sérgio de Souza Bizzi
50 ^a	Porto Alegre Universidade de Direito da UFRGS 3 ^a Sessão de Julgamento 26 de agosto de 2011	JULGADOS 20 3 ^a SESSÃO Abílio Pereira dos Santos Albery de Araújo Santos Antônio Augusto Meirelles Duarte Araquem Valdir Martini Argos Mesquita de Aragão Atalício Alfredo de Souza Danilo Duarte Machado Danilo Peres Bengochea Evanira dos Anjos de Aragão Fermino Ferreira dos Santos

Fredolino Pereira dos Santos
Idalécio Chaves
João Cristovam Ribeiro Martins
Juvenil Antônio Nunes
Leôncio Kras Coimbra
Leopoldo Giroto
Mauro Pereira Caloy
Ruy Falcão Ribeiro
Venino Mario Crauss
Wremyr Scliar





ISBN 978-85-66525-00-7



9 788566 525007

Esta publicação é resultado de iniciativa fomentada com verbas do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia, e foi selecionada para fomento por edital público (1ª Edição – 2010). As opiniões e dados aqui apresentados são de responsabilidade de seus autores e dos organizadores da obra, não necessariamente traduzindo opiniões do Governo Federal. O fomento à publicação desta obra insere-se na política pública de reparação e divulgação da memória política da anistia no Brasil.

REALIZAÇÃO



Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça

